



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**TATIANA DANTAS MARCHETTE**

**A trajetória de Brasil Pinheiro Machado  
e a construção da historiografia regional do Paraná  
no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico**

**Tese apresentada à Linha de Pesquisa  
Espaço e Sociabilidades, Programa de  
Pós-Graduação em História, Setor de  
Ciências Humanas, Letras e Artes da  
Universidade Federal do Paraná, como  
requisito parcial para obtenção de  
título de Doutora em História.**

**Prof. Orientador: Dr. Carlos Alberto  
Medeiros Lima**

**CURITIBA  
2013**

Catálogo na publicação  
Fernanda Emanóela Nogueira – CRB 9/1607  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Marchette, Tatiana Dantas

A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia do Paraná no território acadêmico; 1928-1953 : do poema ao modelo historiográfico / Tatiana Dantas Marchette. - Curitiba, 2013.

362 f.

Orientador: Profº. Drº. Carlos Alberto Medeiros Lima

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Machado , Brasil Pinheiro, 1907-1997 - Vida e obra.
2. Paraná - Historiografia. 3. Intelectuais - História - Paraná. I.Título.

CDD 928




**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.  
**E-mail:** cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br

#### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

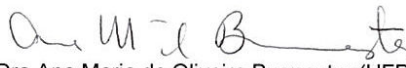
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **Tatiana Dantas Marchette**, intitulada: **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional do Paraná no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO**, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

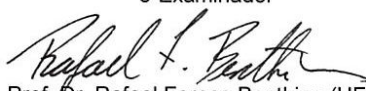
Curitiba, quatro de setembro de dois mil e treze.

  
Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima (Orientador)  
Presidente da Banca Examinadora

  
Prof. Dr. Robert Wegner (FIOCRUZ)  
1º Examinador

  
Prof. Dr. Adriano Codato (UFPR)  
2º Examinador

  
Profa Dra Ana Maria de Oliveira Burmester (UFPR-Aposentada)  
3º Examinador

  
Prof. Dr. Rafael Faraco Benthien (UFPR)  
4º Examinador

## DEDICATÓRIA

**Dedico esta tese à minha mãe, Lizete (*in memoriam*), que me ensinou o prazer e a disciplina da leitura.**

## AGRADECIMENTOS

Quando decidi me inscrever para o concurso de seleção ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, instituição na qual fiz a graduação e o mestrado nessa mesma área, uma pessoa foi fundamental para que a nova empreitada se efetivasse: a professora Ana Maria de Oliveira Burmester. Aninha, como muitos dos seus alunos e ex-alunos se acostumaram a chamá-la, já havia me ensinado o saber que até hoje carrego como o mais valioso para quem se dedica ao estudo da história, qual seja, a leitura atenta e com olhos de estrangeiro. A ela também devo o acolhimento da ideia inicial do projeto que ainda era um sonho do futuro e, ainda, o contato com o professor Carlos Alberto Medeiros Lima, que acabou sendo o orientador desta tese.

Ao professor Carlos Lima agradeço por ter aceito ser meu orientador, quem, mais do que tudo, suportou um percurso difícil que tracei na pesquisa e na vida pessoal. Depois de anos afastada dos estudos acadêmicos e ter perseguido rumos profissionais na área da produção cultural de projetos sobre patrimônio e memória, o voltar a aprender sobre história foi, certamente, potencializado pelos seus ensinamentos e direcionamentos.

À pesquisadora Solange Oliveira Rocha, tão meticulosa no serviço de levantamento documental por mim a ela encomendado para preparar o projeto que eu iria apresentar para a seleção do Doutorado, que acabou sendo uma das primeiras a desvendar o caminho que efetivamente seria seguido nesta tese por meio de fontes de natureza diversas. Solange, ao longo de 2008, trouxe muitas novidades sobre o meu objeto de pesquisa, o que futuramente me deu segurança para ajustar os rumos que desembocariam nesta tese.

Fundamentais foram também os colegas que conheci e amigos que angariei ao longo da frequência ao Curso do Doutorado, e com os quais estabeleci relações permeadas por trocas de fontes, livros e, claro, angústias quanto aos caminhos a serem seguidos por todos nós no que tange aos respectivos projetos de pós-graduação. Algumas dessas trocas, no entanto, acabaram sendo decisivas para os rumos que esta tese tomou. Rogério Pereira da Cunha, por exemplo, em alguma aula pelos idos de 2009, ano em que ambos ingressamos no Programa de Pós-

Graduação da UFPR, ele no Mestrado e eu no Doutorado, mencionou que havia visto o nome de Brasil Pinheiro Machado em uma publicação do integralismo, como autor de uma poesia. A poesia eu já conhecia, mas a inserção dela em uma publicação da doutrina criada por Plínio Salgado era uma novidade instigante. Rafael Athaides, ingresso também nesse mesmo ano no Doutorado, corroborou com essa novidade ao compartilhar comigo as edições do periódico *Monitor do Integralismo* nas quais aparecia o nome de Brasil Pinheiro Machado. A Cacilda da Silva Machado, a Cuca, que me socorreu quando, já nos meses finais da escrita desta tese, por meio da leitura dos exemplares da revista *Festa*, depositados na Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ), confirmou a suspeita de que realmente Brasil Pinheiro Machado não havia tido presença nesse periódico na condição de autor, ou colaborador.

A todos os amigos de décadas, na maioria historiadores. A eles devo a amizade e a certeza de que sabem, sem mencionar nomes, de que guardo todos eles no coração.

A todos aqueles que, no exercício das suas funções diárias, são responsáveis pelo funcionamento das atividades necessárias para que cheguemos ao final da jornada, em especial ao Departamento de História – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, à Maria Cristina Parzowski – e ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, pela concessão da bolsa de estudos. Nesse rol estão aqueles que me receberam em arquivos e bibliotecas, especialmente os funcionários do Museu dos Campos Gerais/UEPG, da Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná e do Arquivo Público do Paraná, instituições as quais mais frequentei para o levantamento documental vasto que coletei.

Por fim, claro, o agradecimento maior aos familiares que conviveram com a eterna doutoranda, principalmente aos meus três filhos, Luca, Lina e Caio, que souberam entender a necessidade de um prazo tão longo de ausências e impossibilidades da mãe que sempre estava “fazendo a tese”. Ao meu ex-companheiro e pai desse trio, Walfrido Soares de Oliveira Junior, pelos muitos anos de convivência.

Após descaminhos, foi enquanto eu cursava o Doutorado que reencontrei não somente a mim mesma, mas alguém muito especial, Fernando Nauffal, historiador por formação. A história e a vida nos uniram, finalmente. Obrigada.

O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Nenhum egiptólogo viu Ramés; nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das eras que nos precederam, só poderíamos [portanto] falar segundo testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu; do físico, que, retido no quarto pela gripe, só conhecesse os resultados de suas experiências graças aos relatórios de um funcionário de laboratório. Em suma, em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente “indireto”.

Marc Bloch. Apologia da História, ou ofício do historiador.



## RESUMO

O modelo historiográfico de história regional do Paraná proposto por Brasil Pinheiro Machado e assentado sobre 22 capítulos, cuja sinopse foi originalmente publicada como separata do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, em 1951, constitui um marco da historiografia local; fruto do trabalho de um intelectual, professor de História do Brasil desde 1939 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e que, antes de publicá-lo, exerceu cargos públicos de notória importância no estado, como o de procurador-geral da Justiça (1939-1945) e o de interventor (1946). Acompanhar a sua trajetória para compreender a construção do pensamento historiográfico regional, é o objetivo principal desta tese. Dessa trajetória, certamente, emergem as principais questões de cada época por ele vivenciadas; dos anos 1920, com o movimento modernista, passando pela Revolução de 30 e a constituição do Estado Novo, adentrado os anos 1950 com o projeto de modernização do estado do Paraná, desembocando nas décadas mais próximas do tempo presente e na profissionalização do ofício do historiador. Para tanto, considera-se a perspectiva da história intelectual para o desvendamento da historicidade dessas experiências, balizadas pelas escolhas, obrigações e estratégias de Brasil Pinheiro Machado, e marcadas pelos lugares de enunciação formadores das redes de poder e dos mecanismos de produção das ideias voltadas para o estudo da relação entre o nacional e o local.

Palavras chaves: Brasil Pinheiro Machado, história regional, intelectualidade, nação, região.

## ABSTRACT

The historiographical model for the state of Parana regional history proposed by Brasil Pinheiro Machado and developed over 22 chapters, had its summary originally published as an attachment to the periodical edited by the Historical, Geographical and Ethnographic Institute of Parana state in 1951. The publication is a landmark in the local historiography, the work of a scholar. A professor of Brazilian History since 1939 at the College of Philosophy, Sciences and Languages in Paraná who, prior to its publication, worked at highly prominent position in the government, such as attorney general (1939-1945) and public intervener (1946). To follow his trajectory aiming at understanding the construction of the regional historiographical thinking, such is the main purpose of this thesis. His trajectory certainly gave rise to the main reflections related to each period lived by Machado, from the 1920's and the modernist movement, through the 1930 Revolution and the erection of the *Estado Novo*, diving in the 1950's crescendo of the state of Parana modernization project, and culminating into the decades closest to the present time and the professionalization of the historian craft. The historicity epitomized into these life experiences is captured with the lenses attributed by the methods of the Intellectual History, experiences that were forged by the choices, obligations and strategies by Brasil Pinheiro Machado, welded into the smithy where power nets and production mechanisms articulated to yield ideas geared to understand the connections between national and local.

Key words: Brasil Pinheiro Machado, regional history, intellectuality, nation, region.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB - Ação Integralista Brasileira  
ANPUH - Associação Nacional dos Professores Universitários de História  
APAH - Associação Paranaense de História  
APUH - Associação dos Professores Universitários de História  
CEB - Círculo de Estudos Bandeirantes  
CLP - Centro de Letras do Paraná.  
DEHIS/UFPR – Departamento de História da UFPR  
FFCL do PR - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná.  
IHGEPR - Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná.  
LEC – Liga Eleitoral Católica  
MP/PR – Ministério Público do Paraná  
PRP- Partido Republicano Paranaense  
PSD – Partido Social Democrático  
PSN – Partido Social Nacionalista  
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná  
TFI – Território Federal do Iguaçu  
UCN – União Cívica Nacional  
UDN – União Democrática Nacional  
UFPR - Universidade Federal do Paraná  
UP - Universidade do Paraná  
URP – União Republicana Paranaense  
USP – Universidade de São Paulo

## QUADRO CRONOLÓGICO DA VIDA DE BRASIL PINHEIRO MACHADO

<b>BRASIL PINHEIRO MACHADO</b>			
ANO	LOCAL cidade e estado	CARGOS FUNÇÕES	COMENTÁRIO
1907	Ponta Grossa (PR)	Nascimento: 12/12	Filiação: Brasil Ribas Pinheiro Machado Maria Eugênia Guimarães Pinheiro Machado. Irmãos: Raul, Theodoro, Joaquim, Gastão, Odete, Lígia e Ismênia.
Anos 1910	Ponta Grossa (PR)	estudante primário	Colégio Becker e Silva.
Final da década de 1910 e início dos anos 1920	São Paulo (SP)	estudante secundário	Colégio/Liceu dos padres salesianos (Ginásio do Estado de São Paulo).
1926	Rio de Janeiro (RJ)	estudante universitário	Ingresso na Faculdade Nacional de Direito.
1928	Ponta Grossa (PR)	Autor	Publicação do livro "4 Poemas", pela gráfica do jornal <i>Diário dos Campos</i> .
1930	Rio de Janeiro (RJ)	Autor	Publicação do artigo "Instantâneos Paranaenses" na revista <i>A Ordem</i> .
1930	Rio de Janeiro (RJ)	Bacharel	Conclusão do curso de Direito na Faculdade Nacional de Direito.
1930	Ponta Grossa (PR)	Professor catedrático do Ginásio Estadual Regente Feijó	Disciplina de História do Brasil.
1931	Ponta Grossa (PR)	Diretor do Ginásio Estadual Regente Feijó	Nomeação: 23 de junho de 1931.
1932	Ponta Grossa (PR)	Prefeito interino	Nomeação: 03 de agosto de 1932 Posse: 09 de agosto de 1932. Saída: Janeiro de 1933.
1935	Curitiba (PR)	Deputado estadual constituinte	Eleito em outubro de 1934 pelo PSD com apoio da LEC. Seu mandato extinguiu-se em 10/11/37, como consequência da implantação do Estado Novo.
1935	Curitiba (PR)	Relator geral da Constituinte e membro da Comissão de Justiça	
1936	Ponta Grossa (PR)	Casamento	Casa-se com Suzana Diez Jeart Pinheiro Machado.
1936	Curitiba (PR)	Deputado estadual pelo PSD	2ª sessão da 1ª legislatura Membro da Comissão Permanente de Constituição e Justiça Presidente da Comissão Permanente de Instrução Pública.

1937	Ponta Grossa (PR)	Professor do Ginásio Estadual Regente Feijó	Disciplinas de História do Brasil e História Universal, das quais havia se afastado desde 1935.
1938	Ponta Grossa (PR)	Diretor do Ginásio Regente Feijó	Reassumiu em fevereiro de 1938 e em 1939 deixou definitivamente os cargos de diretor e professor desse ginásio. Pelo Decreto n.º 6.150/1938, ocorreu a fusão do Ginásio Regente Feijó à Escola Normal Primária. Dessa maneira, Pinheiro Machado é considerado o 11º diretor da Escola Normal Primária.
1939	Curitiba (PR)	professor catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	Ingresso em 01/01.
1939	Curitiba (PR)	Procurador geral da Justiça do Paraná	Nomeação em 15/03/1939 pelo decreto estadual n. 8292; Posse em 11/04/1939.
1939	Curitiba (PR)	Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná	Exerceu essa função até 1951, de forma ininterrupta.
1939	Curitiba (PR)	Membro do CEB	Adesão ocorrida na sessão do dia 19/09.
1942	São Paulo (SP)	Conferencista	Pronuncia a conferência <i>O interrogatório do acusado. Da Confissão. Das Perguntas ao Ofendido</i> no 1º Congresso Nacional do Ministério Público.
1943	Rio de Janeiro (RJ)	Membro de delegação estadual	Participação no Congresso Jurídico Nacional, ocorrido em 15/08.
1945	Curitiba (PR)	Demissionário do cargo de procurador-geral da Justiça do Paraná vice-reitor da FFCL	O cargo foi passado para o Dr. Lauro Lopes, 3º promotor público da capital em 30/10/1945.
1946	Curitiba (PR)	Procurador-geral da Justiça do Paraná	Nomeado novamente, em 07/01/1946 (decreto sem número), padrão Y do Quadro da Justiça; Posse em 08/01/1946; saída do cargo em 15/02/1946 visto ter sido nomeado interventor federal do Paraná.
1946	Curitiba (PR)	Interventor federal do estado	Entre fevereiro e outubro.
1948	Rio de Janeiro (RJ)	Deputado federal	Eleito no pleito realizado em dez. de 1945 tendo sido candidato pelo PSD. Ocupou a cadeira de deputado somente em 1948, aí ficando até janeiro de 1951.
1947	Curitiba (PR)	Juiz do Tribunal de Contas	Nomeado por decreto do governador Moisés Lupion em 13.6.47. Permaneceu nessa função até 1967.
1950	Curitiba (PR)	Professor titular de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	
1951	Curitiba (PR)	Membro da Comissão Central de Comemorações	Maio de 1951 Fonte PB037; Notação 23/41/10/36.
1951	Curitiba (PR)	Membro da Comissão Central de Comemorações	Decreto n.º 1.300 maio /1951.
1951	Curitiba (PR)	Presidente da Comissão de História, Geografia e Folclore/Comissão Central das	Decreto 1.302 maio/1951 (nomeação); Decreto 3.702/12/1951(exoneração); (Fonte PB037; Notação 23/41/10/36).

		Comemorações do Centenário da Criação da Província do Paraná	
1951	Curitiba (PR)	Autor; diretor da Divisão de História do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico do Paraná	<i>Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná.</i> (a ser publicado nas comemorações do Primeiro Centenário do Paraná).
1951	Curitiba (PR)	Secretário geral da Comissão Central de Comemorações do Centenário da Criação da Província do Paraná	Decreto 3.634/12/1951 (nomeação) (Fonte PB037; Notação 23/41/10/36).
1952	Curitiba (PR)	Membro eleito do Conselho Universitário da UFPR como representante da Congregação da FFCL do PR; vice-reitor	
1953	Curitiba (PR)	Presidente da Comissão de Comemorações do Centenário da Emancipação Política do Paraná	
1953 [?]	Curitiba (PR)	1º vice-presidente do IHGEPR; diretor da Divisão de História	
1954	São Paulo (SP)	Representante do IHGEPR e do Estado do Paraná no Congresso de História de São Paulo	Evento em comemoração ao 4º centenário de fundação da cidade de São Paulo. Decreto de 5/1/1954 (governo do estado do Paraná).
1958	Curitiba (PR)	Diretor do Conselho de Pesquisas da UFPR	O cargo de diretor foi ocupado até 23 de maio de 1958.
1968	Curitiba (PR)	Diretor da FFCL do PR	
1965	Curitiba (PR)	Presidente do Tribunal de Contas	
1967	Curitiba (PR)	Membro do Conselho Universitário da UFPR; da Congregação da FFCL do PR	
1967	Curitiba (PR)	Vice-reitor da UFPR e diretor da FFCL do PR	Vice-reitor até 1971.
1972	Curitiba (PR)	Membro do corpo docente do Programa de Mestrado e História da UFPR	
1976	Curitiba (PR)	Membro do Conselho Editorial da revista <i>Estudos Brasileiros</i>	Esta revista foi uma publicação semestral do Centro de Estudos Brasileiros da UFPR e foi veiculada até 1982.
1978	Curitiba (PR)	Doutor <i>honoris causa</i>	Título outorgado pelo Conselho Universitário da UFPR.
1981	Curitiba (PR)	Presidente do Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Paranaense	
1982	Curitiba (PR)	Cidadão honorário	Título outorgado pela Câmara Municipal a partir de requerimento/proposta do vereador Adhail Sprenger Passos, transformada na Lei n. 5.983, de 5/4/1979.
1997	Curitiba (PR)		Falecimento: 18 de outubro

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>27</b>
<b>PARTE 1- O MODELO HISTORIOGRÁFICO DE BRASIL PINHEIRO MACHADO: do poema à academia</b> .....	<b>37</b>
(Com o resumo do <i>Esboço da sinopse da história regional do Paraná</i> e a transcrição dos títulos dos 22 capítulos que o compõem.)	
<b>CAPÍTULO 1 – O Primeiro Centenário de Emancipação Política do Paraná, 1953: história e civismo</b> .....	<b>42</b>
1.1 A escrita da história regional para a superação do passado.....	42
1.2 A missão do futuro: o Paraná na vanguarda nacional.....	63
1.3 O presente: a história feita de recifes de coral e pólipos.....	90
<b>CAPÍTULO 2 – A formação em Direito na segunda metade dos anos 1920: história e modernismo</b> .....	<b>109</b>
2.1 Quatro poemas, uma Festa e uma doutrina: o microclima do modernismo conservador no Rio de Janeiro.....	109
2.2 O flerte com o integralismo: a flor e o veneno.....	124
2.2.1 Movimento 1: aproximação.....	124
2.2.2 Movimento 2: distanciamento.....	145
<b>CAPÍTULO 3 – A trajetória acadêmica, desde 1939: a história e o historiador</b> .....	<b>157</b>
3.1 Vitória de Ariel sobre Caliban: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná.....	157
3.2 A formação e a queda do Paraíso Terrestre: os Campos Gerais como objeto de estudo da historiografia regional do Paraná.....	172
3.2.1 Momento um: a constituição histórica do Paraíso.....	172
3.2.2 Momento dois: a queda do Paraíso.....	188
3.3. A historiografia regional do Paraná no território acadêmico: o Departamento de História da UFPR.....	204
<b>PARTE 2 - REGIONALISMO &amp; CENTRALISMO: experiências públicas de um intelectual nas fronteiras paranaenses</b> .....	<b>212</b>
(Quadro político-partidário paranaense, 1935-1937)	
<b>CAPÍTULO 4 – Os breves tempos breves na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e na Interventoria Federal no Paraná: 1932 e 1946..</b> .....	<b>213</b>
4.1 O prefeito, a cidade e o país.....	213
4.2 A Prefeitura, o município e a nação.....	236
4.3 Ao interventor, uma missão.....	263
<b>CAPÍTULO 5 – O procurador, 1939-1945</b> .....	<b>270</b>
5.1 O chefe do Ministério Público do Paraná: <i>the right man in the right place</i> . .....	270
5.2. O procurador-geral da Justiça do Paraná e os sertões, anos de 1940 .....	280
5.2.1 Novos sujeitos do Direito.....	289
<b>CAPÍTULO 6 – Regionalismo político: o caso do PSD do Paraná</b>	
6.1 Um bacharel no Parlamento: composição político-partidária da Assembleia Legislativa do Paraná; 1935-1937.....	298
6.1.1 As eleições.....	309

6.2 A história pensada pelo político-cidadão.....	331
<b>CONCLUSÃO – Um homem de todas as épocas, porém filho do seu tempo.....</b>	<b>348</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>351</b>
<b>ANEXO (Lista das obras de Brasil Pinheiro Machado).....</b>	<b>358</b>



## APRESENTAÇÃO

As supostas lacunas na trajetória intelectual do historiador Brasil Pinheiro Machado, pelo fato de não ter nos legado uma vasta obra acadêmica escrita, nesta tese se converteram em argumentos vigorosos para a qualificação do pensamento sobre a história realizado por esse paranaense nascido em Ponta Grossa, em 1907. A condução de uma ausência em caminho de análise não se configurou, todavia, já no início da pesquisa ora finalizada, mas foi decorrente, antes de tudo, de uma impossibilidade a ela imposta: a da aproximação aos escritos inéditos de Brasil Pinheiro Machado. A publicação de três artigos do professor Brasil (entre eles dois inéditos), em 2002, por uma editora de Curitiba, trouxe a confirmação da existência de registros historiográficos ainda desconhecidos, de sua autoria, aguçando a vontade de transformá-los em fontes primárias. À época da elaboração do projeto de pesquisa que viria a resultar nesta tese, julgava tais fontes imprescindíveis para sua produção. E isso porque se apostava em uma quantidade maior de textos historiográficos desse autor, o que indicava que a importância de um estudo sobre esse historiador paranaense estaria proporcionalmente ligada à existência de uma obra acadêmica mais vasta. A esperança de acessar escritos ainda ignorados de autoria de Brasil Pinheiro Machado parecia ser o caminho mais acertado para uma tese sobre sua produção intelectual em território acadêmico.

Quando as portas se fecharam, impedindo o caminho analítico ideal, muitas outras se abriram, e impôs-se uma estratégia mais extensa de pesquisa que permitisse montar um panorama da vida profissional de Brasil Pinheiro Machado de maneira a ultrapassar as balizas diretamente ligadas à sua produção historiográfica universitária. Ao mesmo tempo em que eram acrescentadas datas, atividades e funções no percurso público e intelectual de Pinheiro Machado, afluía um movimento de recuo para o passado em direção às primeiras manifestações do pensamento historiográfico do autor.

No mapeamento dessa trajetória, a data mais antiga monta a 1928, quando poesias de autoria do jovem Brasil foram publicadas no livro *4 Poemas*, impresso pela gráfica do jornal *Diário dos Campos*, de Ponta Grossa. A última e mais recente é a de 1996, quando gravou um depoimento para a memória histórica do Ministério Público do Estado do Paraná (MP/PR), seu último registro público, uma vez que viria a falecer no ano seguinte.

Essas datas, contudo, não poderiam ser automaticamente tomadas enquanto norteadoras do início e do fim desta tese, respectivamente, pois para analisar ambas as produções que as demarcam é preciso entender o contexto no qual Brasil Pinheiro Machado escreveu aquelas poesias, seu conteúdo e circulação, bem como a sua atuação junto ao Ministério Público do Paraná, que se deu entre 1939 e 1945, na função de procurador-geral da Justiça do estado. A compreensão das poesias e dessa função pública, por sua vez, intercaladas com as demais atividades por ele exercidas, não poderia ser feita, da mesma forma, de modo linear, uma vez que somente a partir daquilo que se tomou como tema central desta tese é que os demais aspectos ganham sentido. Assim, o ponto de partida é a obra historiográfica mais conhecida de Brasil Pinheiro Machado: *Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná*, de 1951, realizado para o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná (IHGEPR).

Mas, será que a escolha do “Esboço” como marco inicial da tese não coloca novamente em cena o questionamento de que a compreensão da trajetória intelectual de Brasil Pinheiro Machado se logra somente a partir da sua obra mais considerada, a que se tornou justamente modelo historiográfico dos mais importantes da história regional do Paraná? Uma baliza vinculada diretamente às problemáticas da produção do conhecimento da história, neste caso, a da história regional?

A atenção ao contexto mais amplo no qual o “Esboço” nasceu afasta, todavia, um possível equívoco quanto à renovação de visões viciadas, o de que somente a existência de uma ampla produção do autor garantiria a compreensão do seu pensamento historiográfico. Procura-se, então, o que algumas lições metodológicas podem revelar para a solução do impasse: a

partir de Carlo Ginzburg e das “duas ou três coisas que sei a respeito”<sup>1</sup>, referindo-se o historiador italiano à micro-história. A insistência no contexto maior permite que diferentes balizas cronológicas sejam percebidas, partindo-se de uma escala microscópica que expõe as estratégias individuais das quais resultam as interações sociais amplas. Desse modo, o padrão provável seria o de estabelecer alguma baliza que tomasse o “Esboço” já como modelo historiográfico, ou seja, somente quando apropriado pelo território acadêmico corporativo profissional, na conjuntura formada a partir da década de 1960 com a criação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). As origens do nascimento do “Esboço”, localizada na década anterior, atuariam somente como um cenário estático, remetendo-se a ele apenas de modo ligeiro, e não enquanto problemática.

O percurso nesta tese foi outro. O primeiro capítulo se dedica a analisar a agenda política do estado, que levou ao planejamento do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná, comemorado em dezembro de 1953, mas que agitou a estrutura governamental ao longo de todo esse ano. Documentos improváveis entram em cena em complemento ao texto original do “Esboço” e aos escritos que a ele fazem ligação direta, inclusive os que o antecederam temporalmente, como os artigos de Brasil Pinheiro Machado e de Bento Munhoz da Rocha Neto, o “governador do Centenário”, produzidos em 1930 e que duas décadas depois ainda reverberavam questões pendentes quanto ao papel do Paraná no cenário nacional. Esses artigos foram veiculados em 1930, na revista católica *A Ordem*.

A reconstituição da atuação de Brasil Pinheiro Machado ao lado dos principais intelectuais paranaenses no planejamento e na execução daquela data cívica estadual do início da década de 1950 serviu para sintonizar o tom do perfil do intelectual que se persegue ao longo dos demais capítulos desta tese: um intelectual que não estabeleceu fronteiras entre a produção do conhecimento sobre a história e a atuação política. Se, por um lado, tal delineamento identifica esse historiador paranaense comumente ao perfil

---

<sup>1</sup> GINZBURG, Carlo. “Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito”. In. GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

dos publicistas <sup>2</sup> brasileiros dos anos 1930, por outro, o rastro deixado pela ação de Pinheiro Machado no Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná ancora o seu pensamento sobre a história àquela época inaugurada com a subida de Getúlio Vargas ao poder, reiterando os anos 1930 como uma das mais importantes rupturas estruturais da história nacional. Questões que vinham sendo tratadas desde então, acerca das atribuições das unidades federativas em um governo no qual a centralização recrudescia, ganharam uma nova configuração no momento em que o Paraná se encontrava na vanguarda econômica nacional em virtude da cafeicultura, lastro do Primeiro Centenário.

Nesses anos “verdes”, se referindo à paisagem dos ricos cafezais, a história regional do Paraná seria instrumento fundamental para legitimar um passado comum a todos os paranaenses, visto que o estado ainda era um território conformado por espaços heterogêneos em termos identitários, uns mais ligados a São Paulo, outros ao Rio Grande do Sul, alguns ainda atrelados ao Paraná Tradicional <sup>3</sup> dos Campos Gerais; poucos, ainda, ao centro do poder, a capital Curitiba. Disso deriva a fundamentação do “Esboço” em uma linhagem tradicional de escrita da história, mais precisamente no modelo erigido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para a história nacional, nascido em meados do século XIX, e que seria incorporado por Brasil Pinheiro Machado, aquele se referindo à nação e esse ao estado; ambos transitando entre o passado e o futuro, dando sentido ao presente como condutor da homogeneidade de uma comunidade geográfica. O “Esboço” atualizou, regionalmente, a história a serviço da política, fornecendo as diretrizes para a historiografia local interpretar a formação histórica paranaense.

---

<sup>2</sup> Termo utilizado nos estudos de história intelectual e que se refere a um tipo de intelectual estritamente articulado ao Estado, enquanto profissional colocado na estrutura governamental e também como escritor de temas inerentes às funções públicas e de estudos sobre o país. Conforme: GOMES, Angela de Castro. Azevedo Amaral e o *Século do Corporativismo*, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2012; GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

<sup>3</sup> O termo “O Paraná Tradicional” foi elaborado por Brasil Pinheiro Machado nesse “Esboço”, e seu significado será explicitado ao longo dos capítulos da primeira parte. Nesse momento é suficiente saber que essa região se identifica sendo a mais antiga na formação histórica do Paraná e a respectiva economia é identificada ao tropeirismo.

Em contraposição, no entanto, a exemplos anteriores de história regional do Paraná, notadamente as realizadas pelos historiadores Romário Martins (Curitiba/PR, 1874 - Curitiba/PR, 1948) <sup>4</sup>, e Rocha Pombo (Morretes/PR, 1857 - Rio de Janeiro/RJ, 1933) <sup>5</sup>, entre o final do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX, o “Esboço”, apesar de ter sido legitimado no âmbito do IHGEPR, uma entidade de perfil tradicional e não profissional em termos corporativos, nasceu da concepção de um historiador estreitamente ligado a uma esfera que intermedeia esses dois tipos de escrita da história regional: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL do PR), fundada em 1938.

Comumente interpretadas como uma das faces da formalização institucional do movimento modernista, as faculdades de filosofia, voltadas para o saber desinteressado, como é o caso das que passaram a abrigar cursos de ciências sociais no país desde a década de 1930, por sua vez, não podem ser entendidas sem um novo recuo temporal, dessa vez para os anos 1920. O capítulo dois busca, assim, reconstituir a vivência de Brasil

---

<sup>4</sup> Alfredo Romário Martins é considerado o criador do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, em 1900, quando já era conhecido não somente como jornalista, mas também na condição de autor de um pequeno livro de história do Paraná. Exerceu diversos cargos públicos em variadas instituições: no Museu Paranaense, na Câmara Municipal de Curitiba e na Assembleia Legislativa Estadual. É autor de importantes livros que marcam a história da historiografia paranaense e um dos mentores do Movimento Paranista. Além desse livro sobre a história do Paraná, de 1899, deixou, ainda, o “Quantos somos e quem somos - dados para a História e a Estatística do Povoamento do Paraná”, de 1941. O título sobre a história regional, escrito no final do Novecentos, foi revisado e ampliado, ganhando uma nova edição no ano de 1937 e contendo mais de 500 páginas. Realizou, ainda, estudos nas áreas da cartografia, da botânica e da agricultura paranaenses.

Sobre o movimento paranista, ver: SALTURI, Luis Afonso. *Frederico Lange de Morretes, liberdade dentro de limites: trajetória do artista-cientista*. 255 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. (Especificamente sobre a diferença entre paranismo e movimento paranista, nas páginas 83-84.); PEREIRA, Luiz Fernando Lopes. *O Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

<sup>5</sup> José Francisco da Rocha Pombo atuou como jornalista já em sua terra natal, continuando essa atividade na cidade de Curitiba, para onde se mudou no ano de 1880. Na capital, publicou obras de literatura e se envolveu com um projeto para a fundação de uma universidade. Com o fracasso do intento, se mudou para a capital federal, onde viveu até o final da vida. É autor de uma História do Brasil em 10 volumes, publicados entre 1905 e 1917, de uma História da América, de 1900, além de professor de História Geral na Universidade do Povo e colaborador na revista Festa, editada no Rio de Janeiro por outros paranaenses próximos do movimento Modernista. Na ficção, deixou um romance simbolista, “O Hospício”, publicado pela Garnier, em 1905. Em 1929, pela editora paulista Companhia Melhoramentos, publicou o título “História do Paraná; resumo didático”, um dos seus últimos trabalhos. Ocupou a Cadeira 20 do Instituto Histórico e Geográfico de Santos (SP) e foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 1933. Seu livro “O Paraná no Centenário” foi reeditado no ano de 1980, com prefácio de Brasil Pinheiro Machado.

Pinheiro Machado na capital federal, quando, no Rio de Janeiro, entre 1926 e 1930, frequentou a Faculdade Nacional de Direito, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essa instituição formou bacharéis que se tornariam ícones do pensamento social brasileiro, como o historiador paulista Sérgio Buarque de Holanda, que lá havia se formado pouco antes de Pinheiro Machado nela ingressar. Contudo, o objetivo não foi o de mapear as personalidades intelectuais e públicas que por lá passaram como estudantes, mas sim olhar para o momento no qual os corações e as mentes daqueles jovens estudantes e futuros bacharéis em Direito se agitavam com ânimo para interpretar o país e intervir na construção do Estado nacional.

Uma das principais forças que canalizaram essa energia foi a da ideologia católica que, desde o início da década de 1920, começou a se estruturar em grupos e ações para executar atividades capazes de manter o Brasil enquanto uma nação fiel à Igreja. Muitos intelectuais que atuavam nessa estratégia católica ao longo da segunda metade daquela década, e ainda nos anos 1930, tinham uma história recente com a experiência estética do modernismo para contar, o que não eram aspectos incompatíveis entre si, dado o viés nacionalista que fazia parte intrínseca de ambas as militâncias.

Logo, no contexto da reestruturação do jogo político-partidário, com a iminência das eleições e a elaboração de uma nova carta constitucional a partir da assunção de Vargas, e após a Revolução Constitucionalista, a intelectualidade leiga católica se mobilizou para a atividade política sem provocar uma ruptura com essas filiações. Essas, inclusive, acompanharam vários daqueles que saíram recentemente das instituições universitárias com diplomas em mãos, onde já haviam estabelecido os laços com grupos católicos que nelas atuavam, e adentraram na arena política, sendo a Liga Eleitoral Católica (LEC)<sup>6</sup> um dos canais entre a intelectualidade católica

---

<sup>6</sup> “Na década de 1920, a crescente urbanização, a secularização da cultura e a fundação do Partido Comunista do Brasil enfraqueceram visivelmente a influência tradicional do catolicismo. Para fazer frente a tais mudanças, o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, liderou um movimento destinado a defender os ideais cristãos na vida política nacional. Foi com esse intuito que foram criados a revista *A Ordem* (1921) e o Centro Dom Vital (1922), sob a direção de Jackson de Figueiredo. Foi somente no final da década de 1920, quando Alceu Amoroso Lima assumiu a direção do Centro Dom Vital e de *A Ordem*, que a Igreja conseguiu se tornar uma força político-social expressiva. Em 1932, com o objetivo de articular-se com o mundo da política, o grupo católico, tendo

leiga e a militância partidária. O objetivo primordial, nesse caso, era manter, antes de tudo, a nova constituição federal fiel aos princípios católicos.

A modernidade vivenciada por Brasil Pinheiro Machado, no entanto, não é analisada tendo como referência padrão o movimento modernista das vanguardas estéticas paulistas, mas sim por meio dos locais e das redes de sociabilidade formados pelo entrecruzamento entre modernos e católicos na capital federal, que resultou em um modernismo conservador do qual Machado foi adepto. Foi em decorrência dessas estratégias pessoais de um jovem pontagrossense no Rio de Janeiro que se configurou uma interação social mais ampla e extensiva quando da sua atuação no Paraná, após a conclusão do curso de Direito: o seu vínculo com entidades de cunho católico, como o Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), em Curitiba, a sua eleição como deputado estadual constituinte, em 1935, com o apoio da Liga Eleitoral Católica e a sua efetiva participação no integralismo, em Ponta Grossa, são exemplos marcantes e transparentes da continuidade dessas diretrizes desenhadas ainda na segunda metade dos anos 1920.

Diante dessas vivências, se depara com um quadro em que o pensamento social sobre o país, a militância política e a formação intelectual se enlaçam e, mesmo após 1930, muitos dos traços essenciais desse entrelaçamento são perceptíveis em pequenos contextos que mobilizam, antes de tudo, um posicionamento político acerca dos rumos da modernização do Estado nacional. As faculdades de filosofia foram importantes ambientes onde esse nacionalismo foi pensado, discutido e planejado, compartilhando os saberes das ciências humanas e sociais com

---

novamente à frente dom Leme, criou a Liga Eleitoral Católica (LEC), que teve como secretário geral Alceu Amoroso Lima. Dom Leme optou por essa estratégia em nome da "segurança da comunidade católica" e freqüentemente lembrava, nas páginas da revista *A Ordem*, as virtudes da concessão e do compromisso àqueles que se opunham a Vargas e pretendiam formar um partido católico de oposição.

Congregando intelectuais e segmentos da classe média, a LEC teve uma participação expressiva nas eleições de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte. Sua atuação consistiu em supervisionar, selecionar e recomendar ao eleitorado católico os candidatos aprovados pela Igreja, mantendo uma postura apartidária. Argumentava-se não haver necessidade de um partido católico, quando as mais variadas agremiações partidárias aceitavam os postulados da Igreja. Numerosos deputados foram eleitos com o apoio da LEC, entre eles Luís Sucupira, Anes Dias, Plínio Correia de Oliveira e Moraes Andrade."

(Disponível na Internet via: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/Constituicao1934/LigaEleitoralCatolica>)

outros já tradicionais quanto ao papel deles juntamente à estrutura de governo, local e central.

O poder público, portanto, é um desses traços que permaneceram ao lado da atuação intelectual. A participação da maior parte da intelectualidade paranaense, a qual também integrava o corpo dirigente e docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, no Primeiro Centenário da Emancipação Política do estado não foi, assim, um acaso oportunizado pela comemoração de uma data cívica, mas um exemplo de como o pensamento social havia se enraizado no terreno da política. Antes e depois desse evento cívico, Brasil Pinheiro Machado atuou em variadas funções públicas e nas diversas esferas do poder, cuja análise a segunda parte desta tese se dedica ao interpretar seus papéis públicos como prefeito de Ponta Grossa, deputado estadual constituinte, procurador-geral da Justiça do Estado do Paraná e interventor federal neste mesmo estado, para o período entre o início da década de 1930 e o ano imediatamente posterior ao final do Estado Novo.

Se a primeira parte desta tese tem por escopo a história regional construída por Brasil Pinheiro Machado em torno do “Esboço” de 1951, que por sua vez se ligava a raízes mais antigas do que se pode perceber a princípio, a segunda parte reconstitui, apresentando como fio condutor a experiência pública de Machado, a região enquanto objeto do planejamento de governo, desde o município (Ponta Grossa), até o estado do Paraná como um território alvo de composição uniforme. Símbolos importantes fazem parte desse jogo identitário do ponto de vista da trajetória pública de Pinheiro Machado, tais como: o alinhamento político no eixo do governo central getulista desde sua função como prefeito de Ponta Grossa (Capítulo 4); a “civilização” do sertão paranaense no contexto de renovação dos códigos civil e penal no período em que atuou como procurador-geral do estado (Capítulo 5); e, finalmente, as frentes de luta em prol do fortalecimento do Paraná como unidade federativa de primeira grandeza, tendo como cenário a Assembleia Estadual Legislativa, pré-Estado Novo, e a Interventoria Federal, em 1946 (Capítulo 6).

A articulação entre as duas partes da tese é dada, no entanto, pela centralidade do pensamento sobre a história realizado por Brasil Pinheiro



Machado, uma vez que se toma como princípio interpretativo a vinculação entre a organização intelectual com a militância nessas diversas esferas do poder público. E, mesmo a especialização crescente do saber acadêmico, que ao longo desse período foi sendo construído, no Paraná, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, culminando na sua integração à Universidade do Paraná e tendo como contexto mais amplo o processo de profissionalização do historiador, é assim vista.

Estudos regionais promovidos nos anos 1960, por essa Universidade paranaense, atuaram como parceiros do governo do estado ao buscarem o entendimento, por meio de técnicas científicas modernas, como a história quantitativa, sobre o território e o homem paranaenses. Em todos esses contextos mais específicos lá estava o professor Brasil, desempenho pelo qual é reconhecido até os dias de hoje, mas que foi acompanhado por funções de outra natureza, conforme pode ser conferido no “Quadro cronológico da vida de Brasil Pinheiro Machado”.

A prerrogativa de professor a Brasil Pinheiro Machado, por conseguinte, não é apenas em decorrência da sua atuação ao longo de mais de quatro décadas no magistério superior, contando desde 1939 quando ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, mas pelo fato de que, por meio da análise da sua trajetória intelectual e pública, o investigador que o toma como objeto de estudo aprende, e muito, com o percurso desse personagem. Como um mestre que instiga aos alunos a procurarem por conta própria as respostas às questões postas, fornecendo informações preciosas sem, todavia, revelar-lhes todo o caminho das pedras, o professor Brasil deixou pistas e indicações incompletas em seus escritos, principalmente naqueles feitos até os anos 1950, antes da implantação dos protocolos da corporação dos historiadores profissionais acontecida em 1961 com a criação da ANPUH. Textos com citações de diversos autores, porém sem referências quanto às obras respectivas, livros que até hoje são de difícil acesso porque não republicados ou nunca traduzidos para o vernáculo, são exemplos dos vestígios deixados pela escrita de Pinheiro Machado, que uma vez considerados e desvendados alargam os horizontes da interpretação do seu pensamento.

Ao leitor que se debruça sobre os seus textos produzidos entre as décadas de 1930 e 1950, e que formam um conjunto de natureza múltipla composto por discursos de paraninfo, aulas inaugurais, pareceres jurídicos, pronunciamentos políticos, poesias e artigos em periódicos diversos, se desvela um universo de nomes de pensadores nacionais e estrangeiros. Nessa constelação, alguns são astros de enorme grandeza, extremamente conhecidos, mas, outros, estrelas mais distantes, provindos das mais diversas áreas do conhecimento, orbitando por esses escritos de naturezas diversas que Brasil Pinheiro Machado nos deixou.

O que poderia ser visto como pouco denso, isto é, o formato de pequenos textos, analisados no lugar de uma grande obra única, ao contrário, enriqueceu este estudo, pois permitiu a observação que, ao pensar sobre a história regional do Paraná, o professor Brasil tinha os olhos postos nas reivindicações do presente enraizado em um horizonte muito mais vasto. Ainda, trouxe à tona problemáticas contemporâneas que envolviam não somente a regionalidade, mas a relação desta para com a brasilidade e esta em sua interface com a identidade americana. Para quem se dedica a estudar de forma intensiva a trajetória intelectual de Brasil Pinheiro Machado fica difícil aceitar e, conseqüentemente, aderir à ideia de que foi ele um historiador regional dedicado a somente buscar e destacar as peculiaridades paranaenses sobrepostas e irredutíveis à questão nacional.

Tal impossibilidade posta a quem buscou compreender o percurso desse professor, fica mais evidente ainda quando o caráter desse regional se articula a um sentido quase pejorativo, o de um intelectual que teria dado as costas aos problemas nacionais. O conceito de região por ele utilizado, desde os escritos de 1930, pelo contrário, já deixava claro que a escala da regionalidade não era definida pela influência geográfica ou administrativa sobre uma população específica, mas sim pela estrutura social estável alcançada por uma comunidade, em um determinado tempo e espaço. Essa estrutura social podia ser captada em diversas regiões ao longo da história do Brasil, independentemente dos aspectos geográficos. Com essa perspectiva, a tarefa do historiador, para Brasil Pinheiro Machado, seria justamente a de perceber como as comunidades se organizaram, bem como entender as suas transformações, relações, afastamento e integração com a

estrutura nacional. Ao historiador paranaense, por analogia, caberia interpretar, a partir de dados empíricos e fontes primárias, o movimento profundo da formação da comunidade regional e sua integração na superfície da história geral. Portanto, o adensamento da história geral nacional era o objetivo primordial dessa produção historiográfica, aqui vista a partir de um percurso individual.

Procura-se, então, recuperar a complexidade do pensamento do professor Brasil, de forma a não restringi-lo apenas a sua produção acadêmica, uma vez que não se pode separar essa dimensão intelectual da ação pública. Cabe, assim, o termo ‘circularidade’, que o historiador italiano Carlo Ginzburg aplica ao estudar o moleiro Menocchio – um herege que viveu no século XVI – para defender uma trajetória individual constituída e objetivada nesta pesquisa enquanto um quadro amplo de “[...] relacionamento circular feito de influências recíprocas [...]”.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 13.

## INTRODUÇÃO

Em 1996, a comissão organizadora do Memorial do Ministério Público do Paraná (MP/PR) gravou um depoimento audiovisual com Brasil Pinheiro Machado a fim de registrar a experiência que ele vivenciara como procurador-geral da Justiça do estado, entre 1939 e 1945. Fora o último da geração de chefes do MP/PR inteiramente nomeada de forma direta pelo poder executivo estadual, pois somente com a Carta Constitucional de 1946 estabeleceu-se, para todas as esferas, o concurso público como requisito para ingresso nos quadros desse órgão judiciário. Também, foi a primeira função que Pinheiro Machado assumira como bacharel em Direito, iniciando sua carreira na magistratura do estado como procurador-geral. Além disso, foi o primeiro pontagrossense a assumir tal cargo, sendo motivo suficiente para as homenagens que receberia, por isso, em sua cidade natal.

Essas peculiaridades quanto ao modo como o ex-procurador-geral Brasil Pinheiro Machado alcançou o posto de chefe do MP/PR permitem vê-lo em um contexto configurado como situação limite. A própria instituição judiciária foi por ele lembrada, naquele depoimento ao final dos anos 1990, como uma entidade que vivia uma condição paradoxal ao atuar enquanto um órgão de defesa da lei em um governo autoritário, o do Estado Novo. De forma mais ampla, a época marcou um momento de profundas transformações no cenário nacional, em termos do Direito, com a aplicação de novos códigos que entrariam em vigor ao longo da gestão de Pinheiro Machado à frente do MP/PR, como o Código do Processo Civil, o Código Penal e o Código do Processo Penal.

Ao se voltar especificamente para a gestão de Brasil Pinheiro Machado como procurador-geral, entre março de 1939 e outubro de 1945, outras particularidades reforçam ainda mais as fronteiras dessa condição histórica extrema: além de destacar que foi o derradeiro político a ser escolhido diretamente pelo interventor federal no Paraná para exercer tal cargo, é importante frisar que também foi o último a acumular as funções de chefe do MP/PR e procurador-geral do estado, funções essas hoje bem delimitadas: a

primeira ligada ao Ministério Público e a segunda à Procuradoria Geral do Estado (PGE/PR), desde 1946, quando foi criada. Na Constituição promulgada em 16 de julho de 1934, o Ministério Público (em suas instancias federal e estaduais) havia sido classificado como um órgão de cooperação nas atividades governamentais, ao lado do Tribunal de Contas e do Conselho de Técnicos. Credita-se essa posição a um início de autonomia do Ministério Público. Pouco tempo depois, no entanto, esta situação de independência seria desprezada com a montagem centralizadora do Estado Novo.

Assim, da mesma forma que o Ministério Público Federal subordinou-se ao Supremo Tribunal Federal, o MP/PR, até aquela última data (1946), encontrou-se junto ao Supremo Tribunal de Justiça do Paraná, ou seja, como um agente do Poder Executivo na estrutura judiciária estadual. Tal configuração de supremacia do poder central é o cerne da atuação de Brasil Pinheiro Machado como procurador-geral da Justiça do Paraná. Assim, se por um lado a sua gestão está imersa no período estadonovista, também foi marcada pelo signo da legislação getulista como um todo. Por outro lado, nessa mesma época, alguns sinais em direção a autonomia do MP também se fizeram presentes, principalmente a partir do ano de 1942, quando o novo Código do Processo Penal entrou em vigor. A nova lei garantiu a essa instituição judiciária alguns direitos que a colocaram acima dos órgãos do executivo, como o de exigir requisição de inquérito policial e diligências, bem como o de promover e fiscalizar a execução das leis. Ainda nesse ano, foi um marco para o Ministério Público a realização do seu Primeiro Congresso Nacional, do qual o procurador-geral paranaense participou como conferencista.

A qualidade processual da análise proposta nesta tese, ao se investigar estratégias individuais e suas relações com grupos sociais e estruturas maiores, se torna evidente a partir do entendimento da experiência de Brasil Pinheiro Machado na função de procurador-geral, justamente pelo entrelaçamento que se concretizou ao se colocar o MP/PR como centro, justaposto entre sociedade, Justiça e Estado. Logo, ora coloca-se a necessidade de buscar entender tal instituição, sua estrutura e funcionamento (com mais atenção para o período do Estado Novo), o que será mais plenamente desenvolvido no capítulo 5, bem como pontuar a atuação de

Pinheiro Machado a partir dos seus interesses diante dessa estrutura centralizadora.

Essa metodologia, contudo, não se restringe a esse capítulo em especial, mas se estende ao longo de toda a estrutura desta pesquisa, pois as motivações do procurador-geral pontagrossense são aqui compreendidas como oriundas, antes de tudo, do percurso de um intelectual imerso na dimensão pública, com preocupações voltadas para a modernização do Estado nacional, já desde a sua formação acadêmica, no final dos anos 1920. Portanto, a situação limite revelada na posição do MP/PR, em destaque para a dupla função lá exercida por Brasil Pinheiro Machado, enquanto chefe do Ministério e procurador-geral da Justiça do estado do Paraná, atua como uma justificativa para embaralhar as suas experiências enquanto operador do Direito e ao mesmo tempo intelectual voltado para a história. É o cruzamento entre a dinâmica de uma estrutura governamental, neste caso o MP/PR, com a trajetória individual de Pinheiro Machado – reconhecido publicamente grande parte em decorrência da atuação como professor e, em segundo lugar, como interventor do Paraná –, o índice que referencia o ponto de vista da microanálise a partir do conceito de experiência.<sup>8</sup>

Antes, todavia, de se avançar sobre a forma pela qual esse conceito, o da experiência, é instrumentalizado nesta tese, observa-se um aspecto extraído daquele depoimento gravado pela comissão organizadora do Memorial do Ministério Público do Paraná, em 1996, quando o ex-procurador-geral Brasil Pinheiro Machado, perguntado sobre quais os pareceres que mais recordava entre as centenas que emitira em decorrência da sua atribuição no MP/PR, respondeu sem vacilar: os que trataram sobre a questão de terras. A conformação do território paranaense, sem dúvida, foi uma das preocupações centrais na produção intelectual do ex-procurador-geral, e o cerne da história regional que construiu. Com isso, mais uma vez se reforça a natureza metodológica da análise acerca da sua função junto ao MP/PR, uma vez que o enfrentamento da questão de terras nessa esfera judiciária impregnada pelo

---

<sup>8</sup> De modo geral, a metodologia da micro-história tomou o conceito de experiência desenvolvido pelo historiador inglês Thompson e o tornou um instrumento analítico para o estudo de processos causais a partir de trajetórias individuais, relativizando a categoria de classe social e não o compreendendo como um dado pré-estabelecido composto por cortes sócio-econômicos que daria identidade a essa categoria.

poder executivo deu uma dimensão inusitada aos seus pareceres jurídicos enquanto fontes dotadas de uma dupla dimensão: a partir dessas peças foi possível investigar e aprofundar tanto a filiação jurídica de Pinheiro Machado, como acentuar seu pensamento sobre a história regional, bem como compreender a organização da Justiça paranaense no Estado Novo e, ainda, operacionalizar o jogo entre subjetividade e normatização que atuam como eixo da escala microscópica aqui exercitada.

O trabalho com fontes seriadas, como esses pareceres jurídicos, auxilia, por consequência, a problematização do objeto da pesquisa por permitir aproximar o que está distante. Desse modo, o que poderia ser interpretado como uma irregularidade na biografia intelectual de Pinheiro Machado, qual seja, a ausência de uma obra escrita sistemática, se atenua mediante a análise da sua experiência em esferas outras que não o ambiente universitário, uma vez que ele próprio, na reconstituição da sua memória do passado como procurador-geral, fizera uma conexão que perpassaram tais funções de naturezas diversas. O respeito a essas aparentes irregularidades, ou a não opção em tomar algumas das suas atividades como um suposto e temporário desvio em relação a uma atividade central, neste caso a da construção da história regional do Paraná, enriquece a compreensão da sua trajetória como um todo, uma vez que possibilita um entendimento mais amplo da formulação historiográfica de Brasil Pinheiro Machado, consolidando o vínculo entre a história e a ação pública e se desvencilhando de uma trajetória teleológica.

Uma oportunidade capaz de reforçar esse vínculo, o qual é perseguido ao longo de todos os capítulos a seguir, é recolhida de mais um momento de memória, quando o professor Brasil, ao agradecer o título de *Doutor Honoris Causa*, a ele outorgado em 1978 pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná (UFPR), lembrou

[...] pertencer a uma geração que participou de todos os movimentos políticos, sociais, econômicos e intelectuais, na tentativa de definir a real cultura brasileira. [...] Recordou que viveu num tempo em que o Brasil estava tentando encontrar seus caminhos e que assistiu passar como espectador e estudioso, guerras, oligarquias, revoluções e a era do café<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> *Correio de Notícias*, Curitiba, 03/06/1978.

Um homem do seu tempo, qualificando tal historicidade como aquela que coincidiu com a construção da nacionalidade. O enfoque visto a partir da trajetória de um intelectual cujos atos de fala foram originados a partir da margem, como representante de uma unidade federativa secundária no concerto nacional, o Paraná, não torna os seus escritos e discursos portadores de significados restritos a termos locais. Uma vez que a intenção <sup>10</sup> estava posta na própria geração a qual Pinheiro Machado afirmou ter pertencido e, para esta, o maior sentido era, justamente, o vínculo entre o pensamento intelectual e a ação pública em prol da construção do país enquanto nação moderna, supera-se a dimensão política regional, demonstrando-se a inserção do seu pensamento em uma esfera mais ampla.

Apreender a vida de um indivíduo enquanto objeto de pesquisa (no tempo) é uma operação historiográfica que vem se fortalecendo desde a década de 1970. Resultados disponíveis demonstram que os estudos de experiências individuais possuem uma potencialidade analítica que até então era resguardada às investigações sobre as grandes estruturas e os modos de produção. O indivíduo e a sua experiência concreta foram alçados à condição de portadores de questões as quais interessam diretamente ao historiador que se dedica a objetivar as subjetividades. Com isso, se demarca uma grande diferença em relação aos estudos historiográficos que submetiam tais individualidades às noções quantitativas e as faziam desaparecer no anonimato de classificações sociais pré-estabelecidas, tendo como parâmetro aquelas estruturas e modos de produção.

No quadro metodológico da historiografia renovada, mesmo aquele indivíduo que construiu sua existência nas margens do campo social é capaz de oferecer ao profissional da história uma rica compreensão acerca dos processos históricos amplos. E isso porque tais processos são vistos como

---

<sup>10</sup> Atos de fala e intenção são dois conceitos advindos da história do pensamento político desenvolvido pela chamada Escola de Cambridge (EUA), especificamente da obra do historiador Quentin Skinner, o qual, na década de 1960, foi um dos responsáveis pela construção do método contextualismo linguístico dessa escola. Partindo da ideia de que todo acontecimento é uma ação, Skinner propõe a interpretação sobre os pensamentos dos indivíduos do passado desde a teoria dos atos de fala, a qual considera como estratégico o entendimento do que os autores/atores sociais faziam no momento em que pronunciaram alguma fala, independentemente dos efeitos da mesma. A intenção, por sua vez, é capaz de revelar esse momento de ação individual, contando com as convenções linguísticas existentes em cada época histórica.



tecidos a partir das relações sociais estabelecidas por esse sujeito em particular, e não enquanto uma estrutura exterior a ele em relação à qual poderia repudiar, uma vez que se encontra na margem da mesma.

Ao elaborar uma ressignificação da sua própria trajetória, quando recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* da UFPR, Pinheiro Machado afirmou ter sido, ao mesmo tempo, “espectador e estudioso” dos momentos históricos pelos quais o país passou no processo da construção da nacionalidade. Essa condição postulada posteriormente a sua experiência remete a dois sentidos importantes defendidos nesta tese para caracterizar a obra desse historiador paranaense: ao perfil duplo do intelectual, desde os anos 1930, enquanto agente tanto da modernização do Estado como de um novo grupo social corporativo, e que, no contexto paranaense, se reacendeu no contexto do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná; e como sujeito atuando a partir da margem, considerando-se sua produção historiográfica de natureza regional, porém com preocupações voltadas para âmbitos gerais.

Susan Sontag, no livro *Sob o signo de Saturno*, defende que não se pode explicar a obra a partir da vida, mas o caminho inverso é possível, ou seja, interpretar a vida a partir da obra, considerando, no entanto, a tensão estabelecida entre esses dois termos. Nesta tese, o entendimento da trajetória de Brasil Pinheiro Machado toma esse percurso ao propor como passo inicial a análise do seu escrito mais conhecido, o *Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná*, de 1951. Todavia, o objetivo não é o de estabelecer uma cronologia linear da vida de Pinheiro Machado a partir desse texto central, mas por meio dele compreender suas ideias principais sobre a história regional, o que se articula de modo indissociável à dimensão política do “Esboço”, uma vez que a missão dessa sinopse era a de roteirizar a escrita de uma história oficial do Paraná no contexto do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná, comemorado em 1953.

Da obra para a vida, sim, uma vez que a opção metodológica adotada neste trabalho é a da reconstituição das inter-relações nas diferentes esferas da vida social estabelecidas por Brasil Pinheiro Machado ao longo da sua trajetória. A sua obra, enquanto meio de pensar e interferir na construção da identidade regional e, ao seu modo, também a nacional, revela uma vida fortemente orientada para as dimensões públicas da intelectualidade. Neste

ponto, e para reforçar o método aqui perseguido, é importante lembrar desta característica da produção escrita de Pinheiro Machado, composta de textos curtos, contrapondo-se a uma obra sistematizada. Com isso, o “Esboço” atua como guia que aponta enfaticamente para aquela dimensão pública do intelectual, típica da geração de Pinheiro Machado e, ainda, como índice da impossibilidade de se delimitar, a priori, um plano de pesquisa somente ligado à análise das relações estabelecidas no ambiente acadêmico.

Alguns estudos historiográficos cujos personagens centrais não deixaram registros próprios de forma voluntária servem aqui como inspiração no que tange ao manuseio das fontes necessárias para a reconstituição de trajetórias. A biografia do africano Tito, por exemplo, realizada pela historiadora Regina Célia Lima Xavier, se assenta no conceito de experiência inerente à construção das identidades sociais de escravos e homens livres pobres, em Campinas do século XIX. Ao conduzir a pesquisa por meio do nome próprio do seu personagem, Tito de Camargo Andrade, Regina Xavier se deparou com uma diversidade de fontes que a levaram a investigar, do mesmo modo, diferentes conjunturas sociais. Apesar da ausência de uma obra sistematizada, o estudo da trajetória de Brasil Pinheiro Machado não se caracteriza, contudo, pela inexistência de registros próprios. No entanto, tal peculiaridade da produção desse historiador, reiterada pela importância da dimensão pública da sua atuação, tendo como fio condutor o “Esboço” (a obra), exigiu uma pesquisa documental intensiva e, portanto, o enfrentamento da diversidade de fontes. O ponto de partida, assim, não é um contexto histórico montado como cenário, no qual se mergulha o biografado, mas as inter-relações por ele estabelecidas nas várias dimensões do vivido. Dessas dimensões é que emerge o panorama social, onde se localizam as instituições de todas as naturezas.

Nessa perspectiva de “jogos de escala”, compreender uma vida ganha sentido historiográfico em decorrência da ação mútua que a mesma provoca entre vários processos sociais nos quais se inscreve. Como constituir, então, a relação entre indivíduo e panorama social? Como ensina o historiador italiano Giovanni Levi, da mesma forma que ocorre entre os termos vida e obra, há tensão entre horizonte social e indivíduo, posto que as idiosincrasias se dão em um contexto histórico e não exteriormente a este. O que se ressalta da investigação de uma trajetória em especial são os recortes originais que tal

indivíduo, enquanto sujeito de ação, estabelece com aquele horizonte, por meio de alianças, acordos, afinidades etc. Somente desse modo se explica que Brasil Pinheiro Machado se consolidou como um historiador regional ao tempo em que buscou para si o perfil de um intelectual preocupado com a organização e a modernização do Estado nacional. Como seguir tais interações?

Os temas e as instituições surgidas no decorrer da pesquisa foram guiados, em primeiro lugar, pela obra central, o “Esboço”. A produção desse texto levantou de imediato uma questão essencial que perpassa todo o trabalho, qual seja, o porque, entre tantos outros intelectuais paranaenses contemporâneos, se elegeu a Pinheiro Machado como responsável pela escrita desse roteiro da história oficial regional do Paraná? Da busca a essa pergunta resultou a necessidade de investigar seus papéis junto ao IHGEPR e ao poder público estadual, instituições patrocinadoras daquela escrita. Duas experiências do autor do “Esboço” se sobressaíram dessa análise: como professor de história da FFCL do Paraná, cargo que ocupava desde o início de 1939, e como pensador sobre o lugar do seu estado natal na composição do quadro nacional, o que era algo há muito presente na sua formação intelectual e que retrocedia para o final da década de 1920.

A pesquisa, então, continuou em direção a um passado mais remoto para lograr o entendimento desse período na vida de Pinheiro Machado. Buscou, assim, localizar a vivência do jovem Brasil Pinheiro Machado na capital federal como estudante de Direito da Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, deitando o olhar sobre as interações então estabelecidas com a intelectualidade leiga católica que por lá circulava. Ao perseguir seus passos no Rio de Janeiro, muitos deles, inclusive, afirmados a partir de conjecturas verossímeis, despontaram locais, instituições e movimentos políticos até então nunca relacionados a sua trajetória, como sua efetiva participação na AIB, por exemplo, e que terá articulações essenciais na sua experiência à frente da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

O convívio entre produção intelectual e ação pública está presente, portanto, em toda a estrutura desta tese, uma vez que a individualização da análise aqui proposta e realizada aponta para esse papel duplo de Brasil Pinheiro Machado. Suas experiências públicas outras, no Paraná, além da de

prefeito da sua cidade natal, quais sejam, as de deputado estadual constituinte, procurador-geral da Justiça e interventor federal, entre os anos 1930 e 1940, indicam as formas pelas quais ele interagiu e buscou transformar estruturas, tendo como panorama diversas formas da construção da nacionalidade.

Esse perfil duplo encarnado em Brasil Pinheiro Machado, no entanto, não promoveu uma constância em sua vida em direção a uma meta pré-estabelecida desde a formação na capital do país. A escolha aqui tomada de se partir da obra para a vida afastou a armadilha da “ilusão biográfica”, conforme alertou Pierre Bourdieu. E isso porque o acolhimento de fontes diversas, não somente as de natureza acadêmica, permitiu aprofundar as interações estabelecidas por Pinheiro Machado quanto a constituições e dissoluções de alianças, o trânsito sincrônico entre esferas sociais de ordens diversas, o pensar e o refletir antes de decidir por uma determinada estratégia, enfim, a singularidade das suas ações é que provocaram a análise da relação entre indivíduo e sistema social.

Nos capítulos que se seguem, o leitor poderá acompanhar não uma rota linear de vida, e nem uma trajetória errante, entretanto um percurso que se situa em contextos de rupturas, desde a concentração do poder central, ao longo dos anos 1930, a queda do Estado Novo até o processo de profissionalização da história, que buscou afastar práticas consideradas ultrapassadas. As experiências de Brasil Pinheiro Machado nessas situações-limite são esclarecedoras das liberdades de escolha em relação ao horizonte social. A biografia intelectual, certamente, se torna um método interessante capaz de revelar o poder de negociação de um indivíduo frente aos sistemas normativos, até mesmo para que estes sejam fortalecidos. Não sendo um anônimo e tampouco um “fundador de discursividades”<sup>11</sup>, Brasil Pinheiro Machado transita, nas páginas que se seguem, pelas diferentes estruturas de dominação do poder, apresentado, porém, por meio dos contrastes existentes entre aqueles que atuam a partir do centro e os demais que influem desde as margens desse mesmo poder; ele mesmo experimentou esses dois lados. Sob qualquer perspectiva, todavia, a adoção da microanálise tem por objetivo

---

<sup>11</sup> Expressão utilizada pela autora Angela de Castro Gomes no artigo seguinte: GOMES, Angela de Castro. Oliveira Vianna: um *statemaker* na alameda São Boaventura. In. BOTELHO, André; SCHWARTZ, Lilia Moritz (organizadores). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 144-159.

demonstrar as transformações sofridas tanto no indivíduo quanto nas estruturas, como conclui Giovanni Levi em seu estudo sobre a comunidade de Santena no período Absolutista.

A memória do ex-procurador-geral da Justiça do Paraná delata essa relação processual entre indivíduo e sistema social. Ao expor, naquele depoimento coletado em 1996, tanto a situação-limite que viveu o MP/PR no período estadonovista, quanto uma posição pessoal para com essa instituição, em que a mais forte lembrança eram os processos e as decisões judiciais que envolveram questões de terras. O espaço social e a formação histórica do território paranaense estavam impregnados na memória, como o estiveram no coração do “Esboço”. E é por esse âmago que se inicia este trabalho.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA INTRODUÇÃO

- DOSSE, François. A biografia intelectual. In. DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. Usos da biografia. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, pp. 167-182.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís – biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In. BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, pp. 225-249.
- SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 2, 2010, pp. 299 a 335.
- SONTAG, Susan. *Sob o signo de Saturno*. Porto Alegre: LP& M, 1986.
- XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: UFRGS, 2008

## PARTE I

### **O MODELO HISTORIOGRÁFICO DE BRASIL PINHEIRO MACHADO: do poema à academia**

A parte I trata da produção historiográfica de Brasil Pinheiro Machado, tendo como fio condutor o *Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná* divulgado, em 21 de julho de 1951, como separata do boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnológico do Paraná (IHGEPR). Até o ano de 1987, quando a *Revista da Associação Paranaense de História* o reeditou, o “Esboço” circulara naquele formato original, o que não impediu, contudo, que suas diretrizes quase que imediatamente se transformassem em um modelo historiográfico. E isso, apesar de ter nascido como um roteiro a ser utilizado por outros estudiosos da história local com o intuito de se publicar um livro da História do Paraná por ocasião das comemorações do Primeiro Centenário da Emancipação Política do estado, que ocorreria dois anos depois, isto é, em 1953.

Diante da centralidade desse texto de Brasil Pinheiro Machado para o entendimento do seu pensamento sobre a história, e considerando-se que desde os anos de 1980 a divulgação desse conteúdo restringe-se ao círculo especializado dos historiadores, abaixo se encontra um resumo da estrutura do “Esboço”, bem como a transcrição dos títulos dos seus respectivos 22 capítulos da história regional do Paraná. Com isso, se espera que o contexto de produção do “Esboço” fique mais próximo da sua natureza primeira, a de roteiro e, assim, se alcance uma melhor compreensão das condições da sua transformação em modelo historiográfico, um dos objetivos principais desta tese.

Nesse “Esboço”, Brasil Pinheiro Machado, antes de tudo, tece considerações iniciais acerca da importância da “justaposição” de histórias regionais para a formação da história nacional, legitimando tal arranjo nas ideias fundamentais oitocentistas de Karl Friedrich Philipp von Martius

(Erlanger/Bavária, 1794 - Munique/Alemanha, 1868)<sup>12</sup>, e continuadas por João Ribeiro (Laranjeiras/SE, 1860 - Rio de Janeiro/RJ, 1934)<sup>13</sup>, o que se verá nos capítulos que compõem esta parte I. Por ora, o que interessa apreender dessa introdução aos 22 capítulos elencados como obrigatórios para o entendimento da história paranaense é a observação dos conceitos básicos nos quais esse roteiro de Pinheiro Machado se assenta, quais sejam: “células fundamentais” e “múltiplos estímulos”. Ambos esses conceitos foram emprestados da obra daquele último historiador, João Ribeiro, por serem capazes de explicar toda e qualquer expansão demográfica acontecida no território brasileiro desde “[...] os primeiros estabelecimentos portugueses na costa sul do Brasil [...]”.<sup>14</sup>

Desse modo, mesmo se posicionando como intérprete da história regional de uma unidade federativa que somente nos anos 1950 ganhara destaque nacional em virtude da economia cafeeira, tal formação local se inseria na história geral do Brasil pelo fato de ter se processado da mesma maneira como nas demais células, independentemente da área geográfica. E isso porque, segundo esse historiador paranaense, “[...] a história interna do Brasil [...] é um conjunto de histórias regionais, isto é, história que se faz, **ao mesmo tempo, em diferentes pontos** do território, e por **múltiplos estímulos**.” Assim, a partir de um núcleo inicial homogêneo, como uma vila ou uma comarca, a expansão se fragmenta em subnúcleos, os quais

---

<sup>12</sup> Martius chegou ao Brasil em 1817 junto com outros cientistas europeus no séquito da arquiduquesa da Áustria, D. Maria Leopoldina de Habsburgo, esposa do futuro D. Pedro I. Martius e Spix viajaram por diversas regiões do território brasileiro e classificaram milhares de exemplares da fauna e da flora, cujos resultados foram publicados em várias obras, entre elas a “Viagem ao Brasil”. Já de volta ao continente europeu, Martius enviou um trabalho para concorrer no concurso lançado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi sócio honorário e correspondente epistolar, cujo tema era “Como se deve escrever a história do Brasil”. Vencedora, a proposta do naturalista alemão foi o ponto de partida para outras obras sobre a história nacional ao longo dos séculos XIX e XX, sendo João Ribeiro um dos principais continuadores desse modelo.

<sup>13</sup> O sergipano João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes se enraizou no Rio de Janeiro onde lecionou História Universal e História do Brasil no Colégio Pedro II, desde 1887. Na década de 1890 viajou pela Europa, onde estreitou relacionamento intelectual com o historicismo alemão. É conhecido como poeta, crítico literário, tradutor, filólogo, folclorista e ensaísta. Sobre sua obra didática de História do Brasil, ver: MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. (História; 3).

<sup>14</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. In. *Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná*. Curitiba, jul. 1951, p. 8.

também adquirem unidade própria. Era uma questão de tempo até que essas regiões novas ganhassem autonomia em relação ao núcleo inicial do qual nasceram. Este era o caso da formação do Paraná, “[...] compreendido nos rumos da expansão espontânea do núcleo paulista, por meio do qual se formaram os subnúcleos do litoral, pelo estímulo do ouro de lavagem, e Curitiba, no seu início, pelo mesmo estímulo.” Porém, tais estímulos, eram múltiplos, e não se constituíam somente de cunho econômico, eles poderiam ser de natureza política, também, o que dividia a expansão demográfica em dois tipos: a oficial e a espontânea.

O processo, em largos traços, é este: se fundam núcleos, de onde parte a expansão para o interior. São as **células fundamentais**. A expansão que daí parte, é a expansão natural de uma população que vai se assenhorando das regiões geográficas mais próximas, num movimento natural de expansão demográfica, sem finalidade política, sem finalidade nenhuma, mesmo a não ser a sua própria subsistência, a cultura da cana, na criação do gado, na procura do ouro, na caça ao índio. [...]. Essa expansão é espontânea, puramente popular, sem as peias nem as tiranias do longínquo e ausente governo e, por isso mesmo, é inteiramente brasileira. [...] povoamento político e oficial, com a coação do governo, acabou por conquistar, pela posse e pelos tratados diplomáticos, a extensa área distante do rio S. Francisco, e que é constituída pelo interior dos atuais estados do Paraná, S. Catarina, por todo o Rio Grande do Sul e, ao norte, pelo Estado do Amazonas e interior do Pará. Esse é um Brasil que não é o ‘Brasil brasileiro’.<sup>15</sup>

A história do Paraná, portanto, foi do mesmo modo resultado do choque entre esses dois tipos de expansão, o espontâneo e o oficial, tendo Curitiba como centro de irradiação de um processo que se inicia na fundação desta vila e culmina na sua posição política e administrativa, na condição de capital do Paraná, na altura dos anos 1930, quando o último ponto fecha o roteiro. Todos os capítulos foram distribuídos nesse intervalo histórico e, para que fossem desenvolvidos de forma coerente em relação ao quadro conceitual apresentado na introdução do “Esboço”, Pinheiro Machado redigiu orientações para cada um deles. Nessas diretrizes, o autor destacou, às vezes contundentemente e outras de modo sutil, se aquele momento específico da formação histórica regional se tratava de um movimento espontâneo ou, ao contrário, oficial.

---

<sup>15</sup> MACHADO, B. P., 1951, p. 6



## Transcrição dos títulos dos 22 capítulos

1º - “[...] o primeiro capítulo da história do Paraná deve ser aquele que trata dos primeiros estabelecimentos portugueses na costa sul do Brasil, visando o domínio dos caminhos que levaram à bacia do Paraná, e conseqüente exploração do ouro de lavagem que propiciou a fundação de Paranaguá e, mais tarde, transpondo a serra, a fundação de Curitiba.”

2º - “[...] o segundo capítulo da história do Paraná deve ser a história da expansão espanhola, tendo como centro Buenos Aires e Assunção e formação das províncias castelhanas e reduções jesuíticas, até aos ataques dos bandeirantes paulistas e conseqüente guerra que findou em Mbororé em 1641.”

3º - “[...] o terceiro capítulo da história do Paraná deve compreender a história diplomática da conquista das fronteiras do sul do Brasil, desde o decreto do rei português Pedro II, de 12 de novembro de 1678, até o final [da] questão da Cisplatina. E deve abranger as guerras que ocasionou no sul, que tem como início a fundação da Colônia do Sacramento e como resultado a conquista do Rio Grande do Sul.”

4º - “O quarto capítulo da história paranaense versará sobre as transformações políticas que tiveram início no século XVIII, desde o governo de Rodrigo Cesar de Menezes, que assinala a passagem do predomínio grupal e das Câmaras Municipais, para o domínio do capitão-general e da província e conseqüente predomínio do Estado organizado.”

5º - “O quinto capítulo da história paranaense será o da transformação do Paraná com a abertura da estrada da Laguna, em 1731, que ligou as populações do Rio Grande as de [São] Paulo, através de Curitiba. É o tempo das tropas e tropeiros, do intenso comércio de gado e da intensa militarização da Capitania de S. Paulo. É o tempo da expansão da população pelos Campos Gerais e da fundação das fazendas de criar. É a ocasião de se estudar a figura de Cristovam Pereira de Abreu.”

6º - “O sexto capítulo da história do Paraná deve compreender a época do governo do Morgado de Mateus e as diretrizes da política de fronteiras na segunda metade do século XVIII. Deve compreender a ação de Afonso Botelho na execução dessa política no Paraná e o estudo das expedições que entraram pelos rios e sertões nessa época, e seus resultados. E deve ser rematado pela expedição de Diogo Pinto ao sertão de Guarapuava de que resultou o definitivo povoamento desses campos.”

7º - “O sétimo capítulo da história paranaense deve compreender o estudo dos primeiros caminhos naturais de penetração, e o desenvolvimento das estradas, suas direções e influências no desenvolvimento e variação das populações.”

8º - “O oitavo capítulo da história do Paraná será o da história da ideia autonomista; sua origem, sua evolução, as razões de sua necessidade, os acontecimentos que a fortaleceram e tornaram-na possível. Útil será, também, o estudo comparativo com a forma pela qual se fez a autonomia de outras províncias que se desgarram dos blocos regionais.”

9º - “O nono capítulo da história do Paraná poderá ser o da conquista da terra pelo proprietário privado, a história geral do seu aproveitamento e do tipo de vida rural do século XIX.”

10º - “[...] décimo capítulo da história do Paraná deve ser a história da vida política da Província, dentro do conjunto da vida política do Império e com as peculiaridades que a caracterizaram. A história e a evolução das instituições provinciais e municipais. As grandes diretrizes administrativas. As organizações partidárias e suas lutas eleitorais e programáticas.”

11º - “Num capítulo especial investigar-se-á a atitude da Província nas grandes questões internacionais do Império: a do tráfico de escravos, as questões platinas e a guerra do Paraguai. Será esse o décimo primeiro capítulo da história do Paraná.”

12º - “O décimo segundo capítulo da história do Paraná poderá ser a história da estrutura econômica da população, com o sistema de produção sobre a escravidão. Deverá investigar o regime real de escravidão negra, sua origem, seu desenvolvimento, e sua influência, e efeitos da abolição.”

13º - “O capítulo décimo terceiro poderá compreender a atitude do Paraná nas agitações políticas dos últimos anos do Império, da guerra do Paraguai em diante. Da proclamação da República e da instalação dos primeiros governos republicanos e suas atitudes em face das

grandes dificuldades do momento.”

14º - “O capítulo décimo quarto da história do Paraná deverá ser o da história da revolução de 1894, com seu desenvolvimento ideológico e suas consequências no campo político.”

15º - “O capítulo décimo quinto deve ser a história política do Paraná sob o regime da República constitucional de 1891, desde a Consolidação até a revolução de 1930. Seu sistema de chefias, estadual e municipal. Seus grandes rumos administrativos. O funcionamento prático de suas instituições estaduais e municipais.”

16º - “O capítulo décimo sexto da história do Paraná versará sobre as questões de limites interestaduais, especialmente a questão do Contestado. Suas origens, desenvolvimento, solução e consequências históricas.”

17º - “O capítulo décimo sétimo da história do Paraná deve ser a história da revolução de 1930 no Estado. Suas origens [presas] ao desenvolvimento da política nacional e suas peculiaridades locais. Seus acontecimentos, a instalação dos governos das interventorias. Os reflexos da revolução paulista de 1932, a constitucionalização de 1935; o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937; o governo do ‘Estado Novo’; o golpe de 29 de outubro de 1945.”

18º - “O capítulo décimo oitavo da história do Paraná deverá compreender a evolução da vida econômico-social da população, nos seus vários ciclos, nas suas consequências históricas estabelecendo determinados tipos de vida e criando as ‘aristocracias’ do ouro, do gado, da erva, da madeira, das terras e do café.”

19º - “O décimo nono capítulo da história do Paraná deverá versar sobre a reorganização do trabalho livre sobre o influxo da imigração estrangeira. Deverá estudar as origens das correntes imigratórias, sua localização no território; a experiência de sua adaptação; sua marginalidade inicial; seu crescimento e assimilação; sua influência sobre [a] velha sociedade luso-brasileira que ao seu contato se modificou. As grandes famílias que dela surgiram e a conquista da igualdade social entre luso-brasileiros e os descendentes dos antigos imigrantes.”

20º - “O vigésimo capítulo da história do Paraná deve ser o da história do desbravamento do Norte do Paraná, fundação e desenvolvimento de suas cidades e de sua vida econômica e social.”

21º - “O vigésimo primeiro capítulo da história do Paraná deverá ser a história da corrente migratória proveniente do sul do país que vai penetrando pelo sul - oeste do Estado e se espalhando em direção norte. Deverá estudar sua origem, seus precedentes, a fundação dos novos núcleos que tem produzido seu tipo de vida e trabalho e seu contato com as velhas populações.”

22º - “Afim, como último capítulo, deverá o historiador do Paraná estudar, de maneira geral, a diretriz política e administrativa dos governos estaduais desde 1930, e a posição que o Paraná conquistou na Federação.”

## CAPÍTULO 1

### **O PRIMEIRO CENTENÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO PARANÁ, 1953: história e civismo.**

Tendo a profunda consciência de que é um ser histórico, o homem moderno, cada vez mais perde a atitude de venerador do passado para fazer de centro de suas aspirações vitais as esperanças no futuro, e se convencer, cada vez mais, de que a construção do futuro é uma libertação do passado, que depende do seu discernimento, de seu esforço, de sua ação e, conseqüentemente, da compreensão da própria história.

Assim o passado se lhe apresenta como uma experiência que é preciso superar.

É, pois, do passado, das experiências do passado, da sua compreensão e interpretação, que extraímos os valores nacionais que movem os dínamos para o futuro.<sup>16</sup>

#### **1.1. A escrita da história regional para a superação do passado**

Em junho de 1951, na sessão do dia 16, o conselho da presidência do IHGEPR<sup>17</sup> deliberou que Brasil Pinheiro Machado, sócio e então diretor da Divisão de História dessa entidade, seria o responsável pela organização de um roteiro que apresentasse os pontos fundamentais explicativos da formação histórica paranaense. O diretor ficou incumbido de elaborar, juntamente, uma descrição pormenorizada dos aspectos imprescindíveis que deveriam constar em cada um dos pontos eleitos. A partir desse roteiro, o próximo passo caberia a outros consócios do Instituto, os quais se disponibilizariam para desenvolver um ou mais tópicos, conforme suas respectivas áreas de interesse e de estudos. Todo o trabalho escrito teria que ser reunido e editado, no entanto, até junho de 1953, a fim de que houvesse tempo hábil para a impressão da “monumental” história do

---

<sup>16</sup> MACHADO, B. P., 1951. p. 3.

<sup>17</sup> O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense foi criado em maio de 1900, no momento das comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil. A proposta, para tanto, partiu do historiador Romário Martins e junto com ele foram fundadores da entidade: José Bernardino Bormann, Sebastião Paraná, Cândido de Abreu, Emiliano Pernetá, Dario Velozo, Júlio Pernetá, Nestor de Castro, Ermelino Agostinho de Leão, Manuel Ferreira Correia, Lúcio Pereira, Jocelim Borba, José Muricy, Camilo Vansolini, Luiz Tonisse e Bento Fernandes de Barros. Na época do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná, o Instituto havia integrado à sua denominação o termo Etnográfico, mais precisamente em 22 de novembro de 1948. Tal denominação permaneceu ao longo da época do Primeiro Centenário e, por esse motivo, neste capítulo é assim utilizada mesmo quando a instituição é referenciada antes dessa data.

estado, um dos produtos comemorativos do Primeiro Centenário de Emancipação Política do Paraná, evento cívico que culminaria em dezembro desse último ano.

O fluxo ininterrupto do tempo para o cumprimento dessa tarefa havia começado a escoar, na verdade, desde o dia 12 de julho de 1947, data da promulgação da Constituição Estadual do Paraná, que ocorreu na gestão do governador Moysés Lupion (Jaguariaíva/PR, 1908 - Rio de Janeiro/RJ, 1991).<sup>18</sup> E isso porque, no artigo 16º das Disposições Transitórias dessa carta constitucional, se estabeleceu que a escrita da história paranaense fosse uma missão a ser realizada e cumprida pelo IHGEPR até o ano de 1953, quando se completaria o primeiro século de emancipação da quinta comarca de Paranaguá e Curitiba da província de São Paulo.<sup>19</sup>

Ao derrotar o candidato apoiado por Lupion, Bento Munhoz da Rocha Neto (Paranaguá/PR, 1905 - Curitiba/PR, 1973)<sup>20</sup> assumiu o executivo estadual no dia 31 de janeiro de 1951. Foi o último governador que tomou posse no Palácio São Francisco<sup>21</sup>, pois durante sua gestão, como parte da programação do Primeiro Centenário de Emancipação Política do Paraná,

---

<sup>18</sup> Formado na Escola de Comércio Álvares Penteado, fundada em 1902 na cidade de São Paulo, o empresário paranaense Moysés Lupion ingressou na vida política desde o fim do Estado Novo. Em 1947, assumiu seu primeiro cargo eletivo como governador do Paraná, retornando para uma segunda gestão entre 1956 e 1961. Ao término do mandato no executivo estadual, assumiu cadeira de deputado federal, em 1962. Dois anos depois, com o golpe civil-militar, teve seus direitos políticos cassados por dez anos.

<sup>19</sup> A Lei do Império n. 704, de 29 de agosto de 1853, criou a província do Paraná, a qual foi constituída nos mesmos limites da antiga quinta comarca. A instalação do governo provincial ocorreu no dia 19 de dezembro daquele mesmo ano, data desde então que marca a independência político-administrativa paranaense.

<sup>20</sup> O engenheiro civil Bento Munhoz da Rocha Neto, formado pela Universidade do Paraná, foi professor catedrático de História da América na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, desde a criação dessa instituição, em 1938, até a sua aposentadoria, no ano de 1970. Na arena política, foi governador do estado, entre 1951 e 1954, mas havia inaugurado funções eletivas já ao final do Estado Novo, quando assumiu, em 1946, cadeira de deputado federal na Assembleia Nacional Constituinte. Durante a única gestão à frente do governo do estado do Paraná, renunciou ao cargo, em 02 de abril de 1955, para candidatar-se a vice-presidente da República na chapa de Juarez Távora. Foi, ainda, ministro da Agricultura no governo Café Filho, entre abril e novembro de 1955, e mais uma vez deputado federal, de 1959 a 1963. Antes da instalação do bipartidarismo pelo governo militar, Bento ainda concorreu às eleições para governador do Paraná, tendo sido derrotado e marcando o final da sua jornada em cargos políticos eletivos.

<sup>21</sup> Erguido no Alto São Francisco para servir de residência, a construção é um exemplar da arquitetura eclética de Curitiba. A obra foi executada entre 1928 e 1929 pelo engenheiro Eduardo Fernando Chaves. Em 1938, a interventoria federal do Paraná adquiriu a propriedade para nela instalar a sede do poder executivo estadual. Com isso, passou a ser conhecido com o nome de Palácio São Francisco. O governo permaneceu no prédio até 1953, quando ganhou nova sede no Centro Cívico da capital.

foi construído o complexo do Centro Cívico, desde então sede do poder executivo do estado. Ícone arquitetônico do início dos anos 1950, em termos construtivos o Centro Cívico de Curitiba é um dos principais exemplos do Movimento Moderno no Brasil, antecedendo em quase uma década a nova capital federal, Brasília.<sup>22</sup> Essa estrutura física moderna, porém, não foi a única manifestação pública em prol da data cívica. Ao lado de outras construções, como a do prédio da Biblioteca Pública do Paraná, também de arquitetura modernista, atividades de outra natureza foram programadas, como a publicação do livro “monumental” da história regional. Para tanto, poucos meses após entrar no exercício do cargo, o governador Bento deu início ao planejamento dos eventos assentado no lastro da riqueza advinda da economia cafeeira paranaense, o que iria formar sua imagem como o “governador do Centenário”.

À época desse evento, Bento havia consolidado não apenas uma carreira política, mas também acadêmica na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL do PR), onde lecionava as disciplinas de Sociologia e de História da América. Autor de vários livros publicados entre as décadas de 1930 e 1960, quando do Primeiro Centenário o seu *Uma interpretação das Américas*, obra editada pela José Olympio, em 1948, atestara a circulação ampla do pensamento do então deputado federal paranaense para além das fronteiras “provinciais”. Apesar das muitas críticas negativas ao conteúdo desse livro, as quais, paradoxalmente para um professor de Sociologia, destacavam a falta de rigor científico quanto aos cânones das ciências sociais,<sup>23</sup> era impressão geral que Munhoz da Rocha era “[...] um homem vinculado ao universo das ideias [...]”<sup>24</sup>, o que certamente contrastava com o perfil do ex-governador

---

<sup>22</sup> “O local do Centro Cívico de Curitiba tinha sido projetado por Alfred Agache no ‘Plano Agache’, de 1943, o que foi seguido pelo programa do governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Esta autoridade, no entanto, convidou uma equipe do Rio de Janeiro, coordenada pelo curitibano David Xavier de Azambuja, para projetar os edifícios com outra concepção”. Ver: GNOATO, S. *Arquitetura do Movimento Moderno em Curitiba*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2009. pp. 68-71. (Coleção A CAPITAL; 8.)

<sup>23</sup> A obra recebeu resenha da parte de diversos autores paranaenses e do eixo Rio-São Paulo, como Luiz da Câmara Cascudo. O comentário sobre a fragilidade científica da obra, no entanto, foi feito pelo intelectual Wilson Martins. Esses comentários podem ser conferidos no livro seguinte: REBELO, Vanderlei. *Bento Munhoz da Rocha Neto: o intelectual na correnteza política*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.

<sup>24</sup> REBELO, V., p. 47.

Lupion.

Figura política cuja trajetória pública identificava-se à imagem do “fez-se por si mesmo”, uma vez que Lupion enaltecera, no início da campanha que o levou à chefia do executivo paranaense, as suas origens humildes, sua condição de arrimo de família, suas conquistas como trabalhador dedicado, as quais o tornaram um empreendedor de sucesso, apesar dos poucos estudos que pôde realizar. Dois perfis completamente opostos, o dele e o do Bento, diferença essa que pôde ser refletida pela oportunidade enormemente explorada de modo amplificado, por esse último, na organização do Primeiro Centenário.

Uma das primeiras execuções do “governador do Centenário, com o intuito de viabilizar produtos e solenidades referentes essa grandiosa data cívica, foi a publicação, em 11 de maio de 1951, de um decreto estadual por meio do qual foram criadas as comissões dos festejos do Centenário, com a presença de intelectuais contemporâneos, muitos deles atuando, também, na FFCL do PR e demonstrando, portanto, um “[...] entrelaçamento de trajetórias [...]” desse universo político-intelectual.<sup>25</sup> As comissões eram: História, Geografia e Folclore; Recepção e Hospedagem; Educação e Cultura; Recreação e Desportos; Imprensa e Propaganda; Agropecuária; Música e Belas Artes; Comemorações Militares; Comemorações Religiosas; Comércio e Indústria; Obras e Viação; de São Paulo; do Rio de Janeiro; de Atividades Municipais;<sup>26</sup> em seguida, outro decreto nomeou os presidentes dessas respectivas comissões, sendo que a de História, Geografia e Folclore coube a Brasil Pinheiro Machado, função na qual permaneceu até o final desse ano (1951).<sup>27</sup> Portanto, ao ser incumbido, pelo conselho da presidência do IHGEPR, para escrever o roteiro da história regional do Paraná, Pinheiro Machado já atuava no planejamento geral do Primeiro

---

<sup>25</sup> CORDOVA, Maria Julieta Weber. *Tingúis, Pioneiros e Adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense*. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2009, p. 70.

<sup>26</sup> PARANÁ, Decreto n. 1.084, de 10 de maio de 1951. Cria as Comissões dos Festejos. (Publicado no Diário Oficial do Estado em 11/05/1951.)

<sup>27</sup> PARANÁ, Decreto n. 1.302, de (?) de maio de 1951. (Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, Fundo PB037; Notação 23/41/10/36); PARANÁ, Decreto n. 3.702, de (?) de dezembro de 1951. Nomeia Julio Moreira como presidente da Comissão de História, Geografia e Folclore em substituição a Brasil Pinheiro Machado. (Fonte: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. Fundo PB037; Notação 23/41/10/36).

Centenário junto ao governo estadual.

Pressionado pela contagem regressiva para a realização do livro “monumental” da história regional, Brasil Pinheiro Machado não demorou em entregar o roteiro aos seus pares, no Instituto, o que se deu cerca de um mês após aquela reunião do dia 16 de junho de 1951, quando recebeu a tarefa ora finalizada. Após apresentar o trabalho perante o conselho da presidência, o diretor da Divisão de História “[...] recebeu os melhores elogios e aplausos do auditório e [...], depois de unânime aprovação, e impresso, [o roteiro] teve ampla distribuição entre os sócios do Instituto e mais pessoas interessadas.”<sup>28</sup> A impressão, com data de 21 de julho de 1951, contendo 22 capítulos distribuídos em 26 páginas, recebeu o título de “*Sinopse da História Regional do Paraná (a ser publicada pelo Instituto por ocasião do centenário da Província, em 1953)*” e saiu como separata do Boletim do IHGEPR, periódico em circulação desde 1918.

O ritmo seguido por Brasil Pinheiro Machado foi quebrado, contudo, na fase seguinte, a da elaboração dos tópicos pelos demais membros do Instituto, pondo em suspense a elaboração e, por conseguinte, a impressão do livro de história do Paraná para o cumprimento da missão dada ao IHGEPR, a qual se encontrava em contagem regressiva desde 1947. Entre o final de 1951 e o início do ano seguinte tem-se notícia, por meio da leitura dos relatórios do Instituto, da produção de apenas cinco textos referentes a capítulos específicos daqueles vinte e dois roteirizados por Pinheiro Machado, e mais outro sobre pontos diversos da sinopse. O registro do envio de várias circulares aos sócios, conforme consta no relatório de maio de 1952, a fim de lembrá-los do encargo a ser realizado como obra coletiva e cívica, indica que a redação da história local não era tão fácil, nem tão óbvia, e talvez nem tão unânime como a princípio pensasse o poder público estadual quando estipulou essa escrita em sua constituição; e, mesmo entre esses poucos trabalhos concluídos, a metade deles foi considerada, pelos próprios conselheiros do IHGEPR, como “[...] apenas subsídios para a História do Paraná.”<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Relatório apresentado em Assembleia Geral, 24 de maio de 1952.

<sup>29</sup> IHGEPR, Relatório, 1952.

Essa observação sobre a pouca quantidade, e talvez uma qualidade não condizente dos estudos entregues em relação à expectativa daquele conselho, e nem mesmo de acordo com as orientações do roteiro de Pinheiro Machado, marcava, certamente, um afastamento considerável em relação ao objetivo posto ao IHGEPR de proporcionar uma “monumental” história do estado.<sup>30</sup> A distância entre a atribuição da natureza de “subsídios” aos poucos textos elaborados e o caráter “monumental” programado para o livro comemorativo da história regional, não era novidade, todavia, para o escritor paranaense Valfrido Piloto (Mallet/PR, 1903 - Matinhos/PR, 2006)<sup>31</sup>. Na resenha que fez sobre esse roteiro, saída no seu livro *Tinguianas*, publicado no final de 1952, Piloto afirmou que desde o início da empreitada do IHGEPR rumo à edição de uma publicação sobre a história regional já havia alertado o quão “[...] excessivo e perigoso [era] o título de ‘História do Paraná’ à publicação que o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense tem ou teve em vista, para comemorar o nosso Centenário.”<sup>32</sup> Ao escrever sobre o trabalho de Brasil Pinheiro Machado, justamente no contexto de reiterados pedidos da presidência do Instituto aos seus sócios para que estes desenvolvessem o conteúdo dos capítulos da sinopse, Valfrido Piloto apontava para a incerteza quanto a continuidade da edição a partir dos 22 pontos elencados pelo diretor da Divisão de História daquela entidade. A hesitação pode ser apreendida na expressão de dúvida utilizada por Piloto para colocar em

---

<sup>30</sup> Os trabalhos entregues foram:

- sobre o capítulo 16, desenvolvido por Augusto Faria Rocha (“[...] o capítulo décimo sexto [...] versará sobre as questões de limites interestaduais, especialmente a questão do Contestado [...]”);
- de David Carneiro, sobre o capítulo 7 (“[...] deve compreender o estudo dos primeiros caminhos naturais de penetração, e o desenvolvimento das estradas, suas direções e influências no desenvolvimento e variação das populações”);
- Orlando de Carvalho Contreiras e Damasceno, sobre a capitania de Paranaguá;
- Dulcídio Lacerda, sobre vários pontos da sinopse;
- Alvir Reischemberg, desenvolvendo o tema sobre caminhos antigos do Paraná;
- Francisco Villanueva, contribuindo com uma potamografia geral do Paraná.

<sup>31</sup> Escritor, Piloto atuou como jornalista desde meados da década de 1920, mas também foi poeta, ensaísta, historiógrafo e crítico, tendo deixado vasta obra publicada. De 1934 a 1978 exerceu vários cargos como funcionário da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, inclusive de delegado de polícia, visto sua formação como bacharel em Direito. Esta última função foi desempenhada, inclusive, durante o Estado Novo, quando contribuiu diretamente para a nacionalização das instituições estrangeiras e para o combate ao integralismo e ao comunismo.

<sup>32</sup> PILOTO, V. *Tinguianas*. Curitiba, 1952. (Edição Prata da Casa).



cheque a empreitada: “tem ou teve”. Para esse crítico,<sup>33</sup> o objetivo deveria ter sido, desde o começo, mais modesto, sugerindo a publicação de um livro intitulado, aí sim, “Contribuições para a História do Paraná”.

Até a época em que Piloto escreveu essa resenha do roteiro de Brasil Pinheiro Machado três eram os principais livros publicados de história total<sup>34</sup> do Paraná, ambos de autoria de intelectuais locais: de Rocha Pombo intitulado *Paraná no Centenário*, editado em 1900 por ocasião do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, e *História do Paraná*, de 1929; a terceira obra, de Romário Martins na verdade foi a primeira a aparecer, no ano de 1899, sob o título *História do Paraná*. Enquanto professor universitário de História, Brasil Pinheiro Machado teve a oportunidade de escrever sobre a obra desses dois historiadores paranaenses, o que se verá adiante, no terceiro capítulo. Por ora, basta adiantar que, de acordo com a visão do historiador Machado, ambos esses colegas de ofício foram responsáveis, cada um ao seu modo, por inaugurarem a escrita da história regional, na qual se vislumbra “[...] toda a vida e a cultura de uma comunidade [...]”.<sup>35</sup>

E foram esses mesmos três livros que continuaram a figurar como os mais importantes de história regional do Paraná quando do Primeiro Centenário de Emancipação Política do estado. Se o IHGEPR não tinha condições gerais de levar adiante a “monumental” história regional, como observado por Piloto e demonstrado pelos fatos internos daquela entidade, isso queria dizer muito claramente que, contraposto ao perfil de Brasil Pinheiro Machado, para o autor de *Tinguianas* muitos dos sócios do Instituto não poderiam ser considerados “vero” historiadores, mas figurariam somente enquanto contribuintes para a futura escrita da história

---

<sup>33</sup> Nessa época, Valfrido Piloto já publicara os seguintes livros: *Humilde* (1935); *Paranistas* (1938); *Assis Cintra e a tragédia do Km 65 Refutação* (1932); *História e historiógrafos* (1939); *Páginas de casa* (1941); *Do diário do tempo ruim* (1945); *Profanações* (1947); *Registros muito pensados* (1949); *Construamos com a verdade a história do Paraná* (1951); *Tinguianas* (1952). (Ver: “PILOTO, Valfrido, escritor”. In. *Dicionário histórico-biográfico do estado do Paraná*. Curitiba: Editora Livraria do Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, pp. 369-370.

<sup>34</sup> O termo total, aqui, é utilizado para se diferenciar de obras dedicadas a um aspecto da história regional, ou a um episódio e/ou personagem históricos, e com o sentido de destacar uma preocupação com a formação histórica paranaense, considerando-se todo o seu território.

<sup>35</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. *Poemas seguidos de dois ensaios*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. p. 88. (Coleção Brasil Diferente.)

regional.

De fato, não se tem notícias da publicação do livro “monumental” nos eventos comemorativos ocorridos ao longo de 1953. Em termos oficiais, sobre a história paranaense, naquela ocasião, somente a edição de um livro didático de autoria da educadora Cecília Maria Westphalen (Lapa/PR, 1927- Curitiba/PR, 2004) <sup>36</sup>, recém-licenciada em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL) <sup>37</sup>. Uma notícia veiculada no jornal pontagrossense *Diário dos Campos* é significativa, nesse sentido, pelo fato de dar o título do livro como chamada para a notícia: *Pequena História do Paraná*;

Às vésperas de completar seu primeiro centenário como Estado, o Paraná vive grandes momentos de rápida ascensão no concerto dos seus coirmãos. Expandindo-se em tudo a cada dia de sua [febricitante] atividade, possui o vigoroso Estado sulino uma história rica de encantos de efeitos gloriosos.

Esses acontecimentos vem narrados com propriedade e acerto pela educadora Cecília Maria Westphalen no livro ora lançado pela Melhoramentos - ‘Pequena História do Paraná’ -, texto aprovado pela

---

<sup>36</sup> Cecília Maria Westphalen graduou-se em Estudos Clássicos no Colégio Estadual do Paraná e, em 1950, recebeu o seu primeiro diploma universitário, como bacharel e licenciada em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, onde também graduou-se bacharel em Direito, em 1952. No ano anterior, havia prestado concurso público de títulos e provas para professora da cadeira de Estudos Brasileiros e Paranaenses, do Instituto de Educação do Paraná, tendo sido aprovada. No mesmo ano, outro concurso, aprovada como professora da cadeira de História do Colégio Estadual do Paraná. Era o início da carreira no magistério, que culminou com sua titulação de Doutora, Docente-Livre e Professora Catedrática na Universidade Federal do Paraná, após concurso público para a cátedra de História Moderna e Contemporânea, em 1957. Entre 1958 e 1959 cursou pós-graduação na Faculdade de Filosofia da Universidade de Colônia, na então Alemanha Oriental, e na 6ª Sessão da *École Pratique des Hautes Études*, em Paris, especializando-se em História Moderna e Contemporânea. A professora Cecília Maria Westphalen e a Universidade Federal do Paraná têm uma longa história comum, pois esta instituição foi seu espaço privilegiado de atuação profissional, como professora e pesquisadora, e em suas ações administrativas desenvolvidas, desde 1951, como diretora do Departamento de Cultura da Reitoria, até o início da década de 1980, como coordenadora de pesquisa da Universidade, época quando se aposentou.

<sup>37</sup> A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Instituto Superior de Educação (anexo) foi criada em 26 de fevereiro de 1938 por iniciativa particular de três professores: Omar Gonçalves da Mota, Carlos de Paula Soares e Homero de Melo Braga. Os primeiros cursos a funcionar foram os de Filosofia, Ciências Químicas, Geografia e História, Ciências Sociais e Políticas e Educação. Em 1946, quando Brasil Pinheiro Machado era Interventor do Paraná, ocorreu o processo de restauração da Universidade do Paraná, que havia sido criada em 1912, e a ela foi integrada a Faculdade; e, no mês de dezembro de 1950, a Universidade do Paraná foi federalizada, sendo composta pelas Faculdades de Direito, Medicina, Engenharia, Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Ciências Econômicas. Geografia e História tornaram-se cursos separados no finalzinho de 1959. A criação dos departamentos era prevista pelo Regimento Interno da Faculdade de Filosofia, aprovado pelo Conselho Universitário em abril daquele ano. Ver: WESTPHALEN, Cecília Maria. *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná: 50 anos*. Curitiba: SBPH/PR, 1988.

comissão de professores designada pelo Secretário da Educação e Cultura do Estado do Paraná.

Linguagem corrente, dados e cifras dispostos em proveito e agrado ao longo da narrativa, profundo conhecimento da matéria versada, são algumas das qualidades que [exornam] o livro ora publicado pela conhecida educadora paranaense. O lápis de Oswaldo Storni enriqueceu esse texto primoroso com uma série apreciável de muitas ilustrações e mapas, dando vigoroso apoio à história desenvolvida pela autora. [...].<sup>38</sup>

A publicação da educadora Westphalen<sup>39</sup> pode servir para matizar a missão posta ao IHGEPR, em 1947, a qual, segundo Piloto, havia se tornado ainda mais “perigosa” mediante a precisão e a objetividade do roteiro apresentado por Brasil Pinheiro Machado, pois que escrito “[...] sem ornatos ou deturpações intencionais [...]”<sup>40</sup>. A clareza dos assuntos abordados por Machado, e que deveriam ser impreterivelmente investigados para compor uma escrita total da história regional articulada à formação nacional, demonstrou, ao final das contas, que havia um grande desafio pendente à intelectualidade local: o do “conhecimento da própria história”, como o autor escreveu nas páginas iniciais da sua sinopse; aos estudiosos da história paranaense, o passado precisava ser superado por meio do conhecimento, tendo como instrumento a “consciência histórica do homem moderno”, como transcrito na epígrafe deste primeiro capítulo.

É legítimo comparar o roteiro de Brasil Pinheiro Machado à iniciativa de Cecília Maria Westphalen, pois que obras contemporâneas e impulsionadas pelo mesmo contexto histórico de cristalização da identidade regional e divulgação das diretrizes desta aos demais intelectuais paranaenses, no primeiro caso, e aos professores em formação e aos estudantes, no segundo. Se pode, assim, estabelecer uma oposição momentânea entre a erudição apresentada no conteúdo, mesmo que reduzido, da sinopse apresentada por Pinheiro Machado desde uma entidade cultural, em julho de 1951, e o didatismo exposto na “pequena” obra de Westphalen, de 1953; um vazio a ser preenchido, na visão de

---

<sup>38</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 04/10/1953, n. 16.567.

<sup>39</sup> Sob os auspícios da Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Paraná, a professora Cecília, também por ocasião do clima cívico do Primeiro Centenário, ministrou um curso de História do Paraná, em setembro de 1953, dedicado aos professores primários do estado. Ver: *O Estado do Paraná*, Curitiba, 29/09/1953, 3ª página.

<sup>40</sup> PILOTO, V. Uma sinopse da História do Paraná. In. PILOTO, V., 1952, p. 12.

Piloto, com a futura escrita de “[...] algo de parecido com uma História”.<sup>41</sup>

Mas qual era a face dessa História a ser ainda realizada? A grande questão que se sobressai por detrás dessas diferenças entre as obras já existentes à época da data cívica é a relação entre a história do Brasil, ou geral da nacionalidade, e a história regional. Esta última seria entendida como formada por “[...] remendagens cronológicas [...]”<sup>42</sup>, conforme questionou Valfrido Piloto na recensão da sinopse de Pinheiro Machado? Ou, pelo contrário, se tratava de parte orgânica da história nacional, que por justaposição a outras versões regionais formavam a história geral da nacionalidade?

Segundo o entendimento de Valfrido Piloto, o roteiro de Brasil Pinheiro Machado partira do ponto exato, ou seja, da apreensão da perspectiva de Von Martius, o qual inaugurou, conforme observou o próprio Machado, a ideia da história geral ser uma justaposição de trajetórias regionais, especificamente de “[...] histórias regionais que garantam uma direção à centralização”.<sup>43</sup> Desse modo, se pode entender que para aquele crítico paranaense, o roteiro de Machado atuava, ao mesmo tempo, enquanto uma exceção a um cenário historiográfico ainda desarticulado e que, portanto, era incapaz de resultar em uma história total articulada à nacional, e um índice perfeito da complexa tarefa a ser enfrentada proximamente pelos intelectuais paranaenses. Para Piloto, entre esses pensadores locais, Brasil Pinheiro Machado era tido, como mencionado acima, “[...] vero oficial do ofício [...]”<sup>44</sup> de historiador; Cecília Westphalen, nesse momento, se apresentava como educadora, e não havia constituído, ainda, o perfil acadêmico de uma das mais importantes historiadoras paranaenses, que acontecerá logo mais tarde, quando do seu ingresso como docente da Universidade Federal do Paraná, em 1957.

A percepção sobre o perfil de historiador delineado para Machado por Valfrido Piloto parece ter sido compartilhada, à época, pela professora Cecília. Pinheiro Machado, no ano em que exercia a função de interventor

---

<sup>41</sup> PILOTO, V., 1952, p. 13.

<sup>42</sup> PILOTO, V., 1952, p. 14.

<sup>43</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 27.

<sup>44</sup> PILOTO, V., 1952, p.14.

federal no Paraná (1946), fora o examinador de Cecília para avaliar o ingresso dela como estudante no Curso do qual era professor desde 1939, o de História e Geografia da FFCL do PR. Em um depoimento, ela lembrou que

[...] após a prova escrita o professor pegou o papel, o deixou sobre a mesa e começou a fazer perguntas ‘bobas’, até que perguntou:

- Qual o nome da mãe de D. João?

[...] Cecília não sabia e não respondeu.

- [...] Ele era o interventor! Ele olhou para mim e eu disse: Olha, professor, eu não sei ... não sei.

Ele disse:

- A senhora sabe, por essa resposta, quanto a senhora vai tirar? Eu vou lhe dar 10, porque se a senhora tivesse me respondido certo, eu lhe dava zero.

Segundo Cecília, isso foi uma ‘lição extraordinária naquela hora: a gente não deve ficar nas coisinhas, nos acontecimentos da grande História.<sup>45</sup>

Décadas após a publicação da “Pequena História do Paraná”, para a qual, inclusive, Pinheiro Machado havia participado da comissão que analisou e aprovou o livro, Cecília deixou registrada, em uma outra entrevista, a informação de que os pontos estabelecidos pelo “modelo explicativo”, isto é, o “Esboço”, de Brasil Pinheiro Machado lhe serviram, já naquela ocasião, para renovar o arcabouço teórico do trabalho didático por ela lançado no Primeiro Centenário.<sup>46</sup> A memória da professora Westphalen consolida, assim, a impressão contemporânea do escritor Valfrido Piloto sobre o autor da sinopse como legítimo praticante do ofício de historiador naquele contexto marcado pela ausência de fôlego para a escrita de uma definitiva história do Paraná; e, também, se junta aos motivos pelos quais, ainda no ano do Primeiro Centenário, se começava a denominar de “modelo” o que havia recém-nascido como roteiro.

A rapidez aparente do diagnóstico de Piloto acerca do “estado da arte” da história no meio intelectual paranaense resultava, na verdade, de um embate intelectual que esse escritor vivenciava, desde os anos 1930,

---

<sup>45</sup> DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Fundo Cecília Westphalen, PI 015, cx. 21. Cópia da transcrição de entrevista concedida pela professora Cecília Maria Westphalen sem data e sem identificação dos entrevistadores. Pela transcrição, no entanto, se reconhece como uma das principais entrevistadoras a professora Ana Maria Burmester, por ocasião do levantamento de dados para a elaboração de um livro em comemoração aos 90 anos de fundação da UFPR (2002).

<sup>46</sup> DEPARTAMENTO ESTADUAL DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Fundo Cecília Westphalen, PI 015/cx. 21. [s.d.]

contra David Carneiro (Curitiba/PR, 1904 - Curitiba/PR, 1990) <sup>47</sup>. Ao final dessa década, Valfrido Piloto publicou o seu quarto livro, intitulado “História e historiógrafos” (1939), como uma reação direta ao de autoria de Carneiro sobre a história do município de Palmeira, saído no ano imediatamente anterior <sup>48</sup>. Entre esses dois intelectuais se configurou “[...] um debate historiográfico em torno de uma pretensa ‘verdade histórica’ e da forma ‘correta’ de alcançá-la.” <sup>49</sup> Para Piloto, David Carneiro havia pintado com cores exageradas algumas personalidades históricas mesmo que importantes para a formação daquele município paranaense, enaltecendo grandes figuras. Nessa operação, o crítico via uma escrita parcial e, portanto, uma história longe de ser considerada plenamente científica, uma vez que esta última exigiria imparcialidade; ou, “verdadeira” e sem “ornatos”, como ele classificaria, posteriormente, o roteiro de Brasil Pinheiro Machado.

Nos primórdios do planejamento do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná, outra publicação do “tingui” Piloto, sob o título “Construamos com a verdade a ‘História do Paraná’” (1951) <sup>50</sup>, tais

---

<sup>47</sup> David Antonio da Silva Carneiro se formou em engenharia pela Universidade do Paraná (1927) e se dedicou à escrita da história paranaense a partir de uma visão positivista, elencando algumas personalidades fundamentais explicativas da formação histórica do estado, como o coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza e os heróis do Cerco da Lapa (Revolução Federalista). Foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade Federal do Paraná, idealizador e organizador do Museu David Carneiro, onde reuniu a memória da Revolução Federalista, e principal divulgador do pensamento de Auguste Comte com ênfase para o culto positivista.

<sup>48</sup> MACHADO, Daiane Vaz. *O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível na Internet via: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/27310/DISSERTACAO%20DE%20MESTRADO%20-%20DAIANE%20V.%20MACHADO.pdf?sequence=1>.

O livro “História de Palmeira em seus antecedentes e tradições” foi publicado em 1938 pela editora Mundial.

<sup>49</sup> MACHADO, Daiane Vaz, 2012, p. 75.

<sup>50</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 11/01/1953, n. 16.355. Nesse artigo, além de o autor, Ottokar Hanns, do Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC), de Ponta Grossa, mencionar que o livro ‘Construamos...’ é uma réplica ao historiador David Carneiro, explica que os Tinguí, segundo o livro de Romário Martins (*História do Paraná*, 1900), eram índios que habitavam a região onde foi erguida a cidade de Curitiba. A característica original dessa etnia indígena era, segundo esse autor, a de ser pacífica quando bem tratada e feroz, caso contrário. Pode-se entender, assim, que em “Tinguianas” ainda reverberavam algumas reações de Piloto às provocações anteriores de Carneiro e, também, ao ambiente intelectual mais geral de então, especificamente a respeito dos entendimentos sobre a crítica histórica. As notícias das publicações de Piloto no jornal pontagrossense se devem principalmente pelo fato desse intelectual ter vivido em Ponta Grossa durante alguns anos na sua infância e, também, por ter sido sócio correspondente do Centro Cultural Euclides da Cunha, fundado nessa mesma cidade no ano de 1947.

questões em torno da verdade histórica e dos meios para lográ-la se propagaram como ondas concêntricas. Um mês antes daquela reunião ocorrida no IHGEPR, ocasião quando Brasil Pinheiro Machado foi escolhido para elaborar o roteiro a ser transformado no livro comemorativo da história regional, David Carneiro, na condição de chefe da Divisão de História do Centro de Letras do Paraná (CLP) <sup>51</sup>, convocou os intelectuais centristas para contribuírem com as solenidades do Primeiro Centenário na forma de “[...] produção de estudos monográficos sobre o ‘desenvolvimento sentimental’, ‘desenvolvimento intelectual’ e ‘desenvolvimento das atividades’ no Paraná.” <sup>52</sup> O que chama a atenção é a natureza desses trabalhos requisitados por Carneiro aos seus irmãos do CLP: o caráter monográfico, em oposição, aqui, à síntese reivindicada pelo IHGEPR na escrita da história regional total.

No entanto, os dois programas, tanto o promovido pelo CLP como o imposto ao IHGEPR enquanto missão, segundo a perspectiva de Valfrido Piloto, ainda não tinham potencial para elaborar uma história com h maiúsculo. Se, de um lado, a produção historiográfica de David Carneiro não lançava mão de métodos científicos mais modernos e que ultrapassassem o viés positivista <sup>53</sup>, como a busca pela verdade histórica imparcial, como queria Piloto, por outro o Instituto também não apresentava plenas condições para produzir uma história do Paraná pelo fato de carregar consigo o peso e a responsabilidade de uma história regional total, a qual ainda se encontrava em fase de construção; além disso, ainda conforme a avaliação de Piloto, os seus sócios não portavam o perfil de profissionais da história, se comparados a Brasil Pinheiro Machado.

---

<sup>51</sup> O Centro de Letras do Paraná começou a funcionar em 19 de dezembro de 1912 com a finalidade de “concorrer para o progresso mental do Estado, publicando uma revista, editando livros, fazendo conferências”. (Ver: “Centro de Letras do Paraná”. In: *Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná*, pp. 69-72.)

<sup>52</sup> MACHADO, Daiane Vaz, 2012, p. 52.

<sup>53</sup> Em 1952, David Carneiro publicou, tendo em vista o Primeiro Centenário a ser comemorado no ano seguinte, o livro *A História da História do Paraná*. Editado pela Seção de Artes Gráficas da Escola Técnica, nele o autor defende a teoria científica do positivismo como base aos estudos históricos, nos quais a verdade seria um ideal a ser buscado. Ver: MACHADO, Daiane Vaz; ARAÚJO, Rodrigo Gomes de. Por que negar a evidente necessidade da memória? Os projetos de escrita de David Carneiro e Valêncio Xavier. In: TRINDADE, Alexandre Dantas, COSTA, Hilton, ROIZ, Diogo da Silva (organizadores). *À margem do(s) cânone(s): pensamento social e interpretações do Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR (no prelo).

Paradoxalmente, nesse cenário de impasse, o suspense a respeito do futuro da missão coletiva do IHGEPR acabou fazendo emergir um pensamento particular sobre a história, o do diretor da Divisão de História dessa entidade. A exceção parecia caber justamente a ele, Brasil Pinheiro Machado, quem, apesar de frequentar o IHGEPR, e mesmo assumir uma função diretiva no mesmo, contrabalançava essa participação com o seu “[...] espírito entranhado de sentido universitário [...]”<sup>54</sup>. Vê-se que o fato de o autor da sinopse de 1951 atuar como professor da FFCL do PR já desde o primeiro ano letivo, ou seja, a partir de janeiro de 1939, pesou a seu favor na disputa simbólica criada por Piloto em seus livros reativos acerca do modo “correto” de se produzir história; David Carneiro ingressaria profissionalmente no âmbito universitário no final dos anos 1940, como professor da Escola de Música e Belas Artes do Paraná e, na Universidade Federal do Paraná, como professor do Departamento de Economia.<sup>55</sup>

O escritor Valfrido Piloto e os outros três intelectuais acima mencionados – Brasil Pinheiro Machado, David Carneiro e o governador Bento Munhoz da Rocha Neto – nasceram nos primeiros anos do século XX, porém isso não se configura como um critério a priori para se precipitar uma conclusão geral de que suas trajetórias são típicas de uma geração homogênea, marcada, necessariamente, pelo diletantismo perante a história e, portanto, distantes de maiores preocupações epistemológicas, ou aferradas, todas elas, a visões que deveriam ser ultrapassadas. Muito pelo contrário, pois a trajetória intelectual de Brasil Pinheiro Machado, com inflexão para o “Esboço”, desvela estar enraizada em uma linhagem de pensamento que já era temporalmente longa; por outro lado, a sobrevida do roteiro como modelo historiográfico configura outro percurso intelectual de grande distância.

Ao propor uma história regional em direção à escrita da unidade nacional, Pinheiro Machado inseriu seu roteiro de 1951 em um duradouro grupo que, desde Von Martius, passando por João Ribeiro (Laranjeiras/SE, 1860 - Rio de Janeiro/Rio de Janeiro, 1934)<sup>56</sup> e alcançando a historiografia

---

<sup>54</sup> PILOTO, V., 1952, p. 14.

<sup>55</sup> PILOTO, V., 1952, Apêndice B, p. 164.

<sup>56</sup> O sergipano João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes se enraizou no Rio de Janeiro



contemporânea dos anos 1930 e 1940, analisou as relações simétricas e assimétricas entre o nacional e o regional <sup>57</sup>. O fato de partir de Martius, citando em seguida João Ribeiro como continuador do pensamento do botânico alemão, Machado propôs o entendimento da história regional do Paraná enquanto um movimento histórico inserido em outro maior, o da expansão das “células fundamentais” por meio de “múltiplos estímulos”, expressões ambas tomadas emprestadas da obra de Ribeiro. Ao historiador regional, assim, caberia identificar, em primeiro lugar, quais seriam as células fundamentais formadoras de uma determinada região. Essas células seriam assim caracterizadas pela sua capacidade de engendrar os núcleos principais a partir dos quais se distribuía a expansão demográfica até a fixação da população em um espaço delimitado, muitas vezes tendo por eixo uma bacia hidrográfica, ou outro espaço geográfico que permitisse a sobrevivência desse grande grupo; em segundo lugar, seria preciso ao estudioso da história regional diferenciar o tipo dessa expansão demográfica: se espontânea, ou popular, ou se obra oficial do Estado.

Em “Como se deve escrever a história do Brasil”, um dos pontos da sequência do estudo proposto por Martius para se escrever a história nacional dizia respeito aos núcleos de povoamento. Segundo Brasil Pinheiro Machado, a identificação desses núcleos formadores do país foi mérito de João Ribeiro, autor de uma “[...] pequena, mas inestimável ‘História do Brasil’, [que] apareceu em 1900 [...]”.<sup>58</sup> Nessa obra, Ribeiro definiu como sendo os núcleos de povoamento fundadores da nacionalidade os seguintes:

[...] o de Pernambuco, que gera os núcleos secundários da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas; o da Bahia, que absorve Ilhéus e Porto

---

onde lecionou História Universal e História do Brasil no Colégio Pedro II, desde 1887. Na década de 1890 viajou pela Europa, onde estreitou relacionamento intelectual com o historicismo alemão. É conhecido como poeta, crítico literário, tradutor, filólogo, folclorista e ensaísta. Sobre sua obra didática de História do Brasil, ver: MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. (História; 3).

<sup>57</sup> O formato da Sinopse, de Brasil Pinheiro Machado, estava longe de seguir orientações acadêmicas quanto a referências bibliográficas e notas de leitura. Os autores são citados no corpo do texto sem, no entanto, referências a uma obra específica de cada um deles que naquele momento estava sendo requisitada para o desenvolvimento da sua reflexão.

<sup>58</sup> MACHADO, B. P., 1951, p.5.

Seguro e gera Sergipe; o de São Paulo, de onde evolue o oeste, com os bandeirantes, Goiás, Minas e Mato Grosso; o do Rio de Janeiro que, pelo elemento oficial em luta com os espanhóis faz nascer e já tarde as capitanias do extremo sul; a do Maranhão, que gera as unidades administrativas do extremo norte.<sup>59</sup>

Como se deu, diante dessa configuração historiográfica, a formação do Paraná? Foi espontânea, ou obra governamental? Antes de tudo, alerta Machado, se deve reconhecer que os núcleos de povoamento se formaram por “múltiplos estímulos em diferentes pontos”, ou seja, aqueles não indicados no levantamento de João Ribeiro nem por isso não possuíam o seu próprio movimento demográfico de expansão. E esse parecia ser o caso, justamente, de grande parte da história do Paraná. Conforme Pinheiro Machado, a história regional paranaense se iniciou pela expansão do subnúcleo de Curitiba, então subordinado ao núcleo de São Paulo, mas que desse se desvinculou, primeiro pela fixação da população em busca do ouro de lavagem (movimento espontâneo) e, em seguida, pelo processo de expansão oficial desde o século XVIII. Curitiba se assentou sobre sua autonomia e individualidade e dele partiu, desde então, a direção de todo o restante da conquista territorial que formou o Paraná, até a atualidade (década de 1950).

Essa concepção se aproxima da proposta de Von Martius desafiada aos historiadores brasileiros para a escrita da história geral do Brasil, por ocasião da formação da identidade nacional no Império. Ao analisar a obra historiográfica de Martius, José Carlos Reis observa que, para aquele autor de origem alemã, à “[...] diferença, ele [o historiador] deverá dar um tratamento comum. [...]”<sup>60</sup> Isso quer dizer que, mesmo com as particularidades de cada região, o essencial era apreender o movimento comum presente em cada uma dessas regiões em direção à unidade. Se o Paraná começa, segundo o roteiro de Machado, por meio da trajetória de um simples subnúcleo subordinado à célula fundamental de São Paulo, da mesma maneira faz parte da história interna da formação nacional. Disso resulta que a escrita da história regional, naquele momento do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná, não seria caracterizada

---

<sup>59</sup> MACHADO, B. P., 1951, p.5.

<sup>60</sup> REIS, José Carlos, 2003, pp. 27-28.

pela descrição narrativa das peculiaridades típicas do território paranaense, não deveria ser uma apologia à diferença, mas a trajetória histórica de uma sociedade desenvolvida em torno de um eixo local articulado, por sua vez, ao movimento da unidade nacional. Nada escapava à conversão, à reunião de histórias menores à maior, a do Brasil nação.

Na sinopse, Brasil Pinheiro Machado delineou o perfil do sergipano João Ribeiro como o “[...] mais profundo continuador [...]” da diretriz estabelecida pelo alemão Martius. Assim, se pode tratar essa sinopse de 1951 como uma também reflexiva ação exploradora da fortuna crítica do botânico alemão? Afinal, as propostas apresentadas por Martius no concurso lançado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>61</sup>, em 14 de novembro de 1840, com o desafio de responder “Como se deve escrever a história do Brasil”, foram vencedoras e se tornaram, desde então, uma espécie de “[...] capítulos com os quais buscou escrever a história do Brasil.”<sup>62</sup> O pontagrossense se coloca, desse modo, como elemento de uma linhagem que desde Von Martius, renovada por João Ribeiro, perseguia o objetivo de se elaborar uma história nacional a partir das “células fundamentais”.

E, se o texto de Martius atuou como norteador da escrita da história nacional em um momento crítico da definição do país como nação, no contexto posterior à Independência, o roteiro de Brasil Pinheiro Machado buscou atender a escrita da história do Paraná quando esta unidade federativa vivenciava uma situação de vanguarda no âmbito nacional por conta da economia cafeeira, decorrente da qual se fazia necessária a eliminação das diferenças internas na configuração identitária do território estadual. Quando Bento Munhoz da Rocha Neto assumiu o governo do Paraná um ponto fulcral se destacou na sua plataforma de gestão: a integração do estado, em termos político e “sociológico”. Para Bento, a assimilação cultural atuava como um conceito autoexplicativo da identidade regional, uma vez que o paranaense “[...] seria aquele que desde sua

---

<sup>61</sup> Sobre a fundação do IHGB, ver: Manoel L. Salgado Guimarães. Nação e civilização nos trópicos. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro 1(1): 5-27, 1988.

<sup>62</sup> MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de, 2008. p. 45.

formação incorporou elementos estranhos [...]”.<sup>63</sup> Enquanto governador, no contexto do evento cívico de 1953, a assimilação precisaria se processar em um movimento de mão-dupla entre o Paraná tradicional e o Norte pioneiro, até então territórios não totalmente integrados do ponto de vista do governador. O Primeiro Centenário representaria a oportunidade ideal para tanto.

Enfim, se as propostas de Martius se tornaram elementos de um dos modelos disponíveis aos historiadores interessados na produção do conhecimento a respeito da formação da nacionalidade, o roteiro de Machado logo se tornou um modelo historiográfico àqueles dedicados à história paranaense; se, ainda, as propostas do botânico alemão se fizeram presentes, na literatura didática da história nacional, até a década de 1960<sup>64</sup>, a sinopse do historiador pontagrossense atuou como modelo regional até os anos 1980.<sup>65</sup> Ambos elaboraram um projeto “prático” para ser levado adiante por terceiros, como pré-requisitos à escrita total, reagindo a um questionamento urgente do presente posto a cada um deles.

O Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná de 1953 se aproximava a passos largos! A iminência desse momento cívico paranaense apressou um processo que poderia ter sido, talvez, semelhante ao do IHGB de 1840, lançando o desafio a quem se interessasse por escrever a história do Paraná, mediante concurso. Entretanto, o esgotar do tempo para o cumprimento da missão do IHGEPR, que havia sido disparada em 1947 e acelerada com o início da gestão de Bento, eliminou etapas e tornou a opção pela escolha direta de um autor, neste caso Brasil Pinheiro Machado, como o caminho mais rápido para a chegada à reta final. Nesse momento, Rocha Pombo e Romário Martins já haviam morrido, e suas obras, apesar de fundadoras da historiografia regional, na visão de

---

<sup>63</sup> CORDOVA, Maria Julieta Weber, 2009, p. 125.

<sup>64</sup> MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de, 2008, p. 53.

<sup>65</sup> Em 1987, a revista “História: Questões & Debates”, da Associação Paranaense de História, reeditou a sinopse de Brasil Pinheiro Machado, que até então circulava em seu formato original de separata do Boletim do IHGEPR. Segundo nota do editor, o professor doutor Sérgio Nadalin, a publicação do trabalho de Pinheiro Machado justificava-se, naquele momento, por “[...] seu conteúdo [...] atual, além de sua importância para a historiografia paranaense. Desta forma, explica-se a decisão do Conselho Editorial em republicar o artigo, com a anuência do Autor, justificando também sua inserção na Revista como documento”. NADALIN, S. O. *História: Questões & Debates. Revista da Associação Paranaense de História*, Curitiba, 8 (14/15): 177-205, jul.-dez., 1987.

Pinheiro Machado, não expuseram critérios historiográficos <sup>66</sup>, no caso de Martins e, quanto ao morretense, este “[...] não conheceu o passado como historiador [...]” <sup>67</sup>. A ausência da explicitação de métodos e critérios por parte dos historiadores antecessores, parecia, contudo, ainda atingir aqueles que se envolveram na missão do IHGEPR enquanto sócios dessa entidade. E isso não condizia com a linhagem tomada pelo roteiro do diretor da Divisão de História, com ênfase para a história regional articulada à nacional, bem como na unidade e não nas diferenças.

A excepcionalidade atribuída ao percurso intelectual de Brasil Pinheiro Machado atesta a existência, portanto, de preocupações metodológicas com a escrita da história, mesmo regional, de um rigor profissional que já está presente, no país e no estado, como se verá no terceiro capítulo desta tese, desde certamente os anos 1930, se adensando ao longo das décadas seguintes e tendo como auge a de 1960, em decorrência dos efeitos da criação da Associação dos Professores Universitários de História, hoje Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH).

Essa anterioridade da importância da reflexão teórica e metodológica acerca da concepção de história de Brasil Pinheiro Machado, porém, não serve aqui como justificativa da permanência do seu roteiro de 1951, ao longo das décadas seguintes, enquanto modelo historiográfico. Compreender as fontes que levaram esse historiador em particular a ser capaz de escrever esse roteiro recai na ênfase daqueles que, como ele, atuaram na condição de intelectuais voltados para as questões nacionais e protagonistas do pensamento social brasileiro, com inflexão a partir dos anos 1930. A trajetória do pontagrossense se constituiu nesse processo e em várias estâncias, não somente na academia, como demonstra sua participação ativa nas comemorações do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná.

Estudos historiográficos e sociológicos sobre a vida intelectual brasileira apontam a trajetória de diversos pensadores cujas vidas

---

<sup>66</sup> MACHADO, B. P. A historiografia de Romário Martins na sua *História do Paraná*. In: *Anais do Colóquio de Estudos Regionais comemorativo ao 1 Centenário de Romário Martins*. Boletim do Departamento de da Universidade Federal do Paraná, n. 21, 1974, pp. 43-49.

<sup>67</sup> MACHADO, B. P., 2001, p. 88.

profissionais foram atravessadas pela ação política, inclusive partidária, e não somente enquanto tema de reflexão dos seus respectivos pensamentos. Em artigo no qual sintetiza linhas de trabalho voltadas para o entendimento da “[...] dimensão pública da atividade intelectual no Brasil [...]”<sup>68</sup>, Maria Alice Rezende de Carvalho questiona a suposta perda do viés político quando da profissionalização do intelectual, desde a institucionalização universitária nos anos 1930, como se esse processo tivesse provocado uma ruptura entre o exercício intelectual e a vida pública. A autora propõe, ao invés, um longo olhar sobre a vida intelectual nacional dividida em três “[...] eras organizacionais distintas [...]”<sup>69</sup>; são elas: das academias e institutos para as universidades, a constituição destas e, recentemente, a convivência com outras agências que reúnem intelectuais movidos pelo contexto da globalização, notadamente as organizações não-governamentais.

Destacando desse texto de Rezende de Carvalho a passagem que vai dos institutos culturais para as universidades e a constituição destas últimas, ao ter como referência a intelectualidade paranaense envolvida com o Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná, se pode esticar tal fase e fazê-la avançar da década de 1930, quando foram criadas as faculdades de filosofia no país, até os anos de 1950. Além da participação fundamental do IHGEPR no Primeiro Centenário para justificar essa adaptação nas eras propostas pela autora, a estreita relação entre a intelectualidade local, que prestava serviço na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, e o governo que estava à frente do evento cívico torna explícita a “dimensão pública da atividade intelectual”, mesmo mais distante do marco temporal dos anos de 1930.

Nessa década, o intelectual engajado em prol da centralização do Estado se consolidou e se pôs em evidência, inclusive dando a seu papel uma dupla identidade: “[...] como aplicada ao esforço de modernização do país e como estrato profissional da nova ordem corporativa, isto é, como figuras, respectivamente, da política e da sociologia”<sup>70</sup>; o intelectual atuaria, ao mesmo tempo, no processo de construção nacional como agente público

---

68 CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 22, n. 65, out 2007.

69 CARVALHO, Maria Alice Rezende de, 2007, p. 18.

70 CARVALHO, Maria Alice Rezende de, 2007, p. 22.

fundamental e na conformação da sua especialidade como profissional autônomo.

O próprio texto de Brasil Pinheiro Machado para o Centenário, no formato de “Esboço”, pode atestar essas duas dimensões acima apontadas, uma vez que uniu a história à política em um momento que se exigiu praticidade, quando o estado buscava se afirmar como uma unidade autônoma fundada em origens comuns. Uns dos efeitos dessa “dupla identidade” foi que a especialização crescente da produção do conhecimento em história acompanhava de perto esse processo da construção das identidades, nacional e regional, elaboradas pelos intelectuais desse perfil surgido nos anos 1930. No pensamento de Brasil Pinheiro Machado as preocupações metodológicas quanto ao fazer-se a história eram evidentes, e fizeram parte do seu cotidiano na FFCL do PR, como professor, mas também como dirigente máximo dessa instituição de ensino superior, como se verá no item a seguir.

## 1.2 A missão do futuro: o Paraná na vanguarda nacional

O Paraná não é apenas um desdobramento político de São Paulo, por ter sido a sua quinta comarca. É um desdobramento sociológico, econômico e psicológico da civilização paulista. E honra a sua origem pela afirmação atual da sua pujança. Às vésperas do centenário da Província, estamos assumindo a liderança do café, o grande general da política, o que equivale à nossa colocação na vanguarda da vida econômica brasileira. Mas, estamos, também, realizando uma nova fase da civilização nacional, com um caráter nitidamente paranaense, pelo aproveitamento intensivo da energia de brasileiros de todos os recantos da Pátria e de estrangeiros de quase todos os países do mundo, que nos vêem procurar como a um paraíso de repouso e segurança, no angustiado e agitado mundo contemporâneo.<sup>71</sup>

A missão imposta ao IHGEPR pela Constituição Estadual de 1947 se orientou, provavelmente, pela natureza e pelas atribuições próprias dessa entidade cultural. Antes de tudo, cabe reforçar que essa natureza e atribuições foram moldadas conforme os princípios estabelecidos pelo IHGB na primeira metade do século XIX, instituição “nacional” que serviu de matriz para as versões regionais, todas em busca do reconhecimento histórico, geográfico e, no caso paranaense, desde 1948, também etnográfico de cada parte constitutiva do território brasileiro.

Com a instalação da versão paranaense, no ano de 1900, o IHGEPR se propôs a pesquisar a história do Paraná como forma a servir de instrumento prático de auxílio às questões políticas inerentes à identidade regional, notadamente as referentes à delimitação do território do estado, assunto este ainda candente na virada do Oitocentos; naquele momento da fundação da entidade, o Paraná estava em litígio com Santa Catarina (Contestado Sul), e pendiam problemas nas fronteiras com São Paulo (Contestado Norte) e na porção Oeste (Questão de Palmas). A história seria capaz de comprovar, documentalmente, a partir das atividades de pesquisa desenvolvidas pelos membros desse Instituto, os direitos do estado em suas reivindicações de extensão e fronteiras, e que se acumulavam desde a criação da província, em 1853.

Quando o diretor da Divisão de História do IHGEPR apresentou a Sinopse ao conselho da presidência, em julho de 1951, a intenção primeira

---

<sup>71</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da. In. *A Divulgação*, Curitiba, 1953.



foi a aprovação da mesma para publicação e circulação imediata do conteúdo aos sócios, com vistas à edição do livro de “História do Paraná” enquanto produto comemorativo do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná. Além dessa tarefa, o Instituto deveria produzir a publicação do material inédito do “Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná”, de autoria de Ermelino Agostinho de Leão (Curitiba/PR, 1871-Curitiba/PR, 1932)<sup>72</sup>, bem como a dos anais do Congresso de História de Paranaguá e do Primeiro Congresso Estadual de História<sup>73</sup>; ainda, organizar o material biográfico dos presidentes da província do Paraná para futura impressão.<sup>74</sup>

Tais produções solicitadas ao IHGEPR dão bem o clima de estreitamento entre a intelectualidade local e o poder estadual proporcionado pelas virtuais comemorações do Primeiro Centenário, articulando uma continuidade entre dois tempos cívicos compreendidos como fundadores da história local: a primeira presidência da província emancipada, na figura de Zacarias de Góes e Vasconcelos (Valença/BA, 1815 - Rio de Janeiro/RJ, 1877)<sup>75</sup>, e a gestão do Primeiro Centenário, tendo à frente o governador Bento Munhoz da Rocha Neto.<sup>76</sup>

---

<sup>72</sup> Havia, então, a edição de seis volumes do Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná, publicados entre os anos de 1926 e 1950, e que foram resultantes de um trabalho de duas décadas realizado pelo historiador paranaense Ermelino de Leão, assim considerado por ter manuseado fontes primárias para a feitura dessa obra de referência, bem como por ter se dedicado à escrita de outros livros com a temática da história do Paraná, como: *O Contestado Norte*, *O litígio perante a História, secular pendência*, *A Ouvidoria de Paranaguá*, *As Capitânicas de Paranaguá e Itanhaem*, *Antonina, vultos e fatos*. Ermelino era bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo e havia concluído o Dicionário, em 1924. O conteúdo supostamente inédito, porém, continua não-publicado até hoje.

<sup>73</sup> Não foi possível localizar, para esta tese, a data de realização do Primeiro Congresso Regional de História e Geografia, mas a segunda versão aconteceu entre os dias 24 e 28 de maio de 1950 e a terceira fez parte das comemorações do Primeiro Centenário, tendo acontecido entre [17] a 23 de dezembro de 1953.

<sup>74</sup> IHGEPR, *Relatório*, maio de 1952.

<sup>75</sup> Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Olinda (1837), Vasconcelos foi o primeiro presidente da província do Paraná, tendo sido nomeado pelo decreto imperial de 17 de setembro de 1853. Em sua gestão, instalada no dia 19 de dezembro desse mesmo ano, foi estabelecida a estrutura administrativa e jurídica da nova província. O primeiro relatório dessa presidência é um documento histórico importante para a compreensão da situação do Paraná frente ao planejamento imperial quanto a colonização, abertura de estradas, relação com os indígenas etc. Zacarias de Góes e Vasconcelos também foi presidente das províncias do Piauí e do Sergipe, deputado à Assembleia Geral, em 1850, ministro da Marinha, entre 1852 e 1853, deputado geral e senador pela sua província natal e presidente do Conselho de Ministros, essas últimas funções exercidas ao longo das décadas de 1860 e 1870.

<sup>76</sup> No Primeiro Centenário (1953) foi criado um bilhete de Loteria do estado do Paraná com as imagens de Zacarias de Góes e Vasconcelos e de Bento Munhoz da Rocha Neto,

No entanto, já no decorrer dos preparativos iniciais para o evento cívico dos anos 1950 se tornou evidente que a atividade de comprovação documental de fatos ligados à formação histórico-geográfica do território do Paraná, função esta impressa na certidão de nascimento do IHGEPR, não era suficiente. Dessa restrição ao cumprimento da missão pelo Instituto quanto a escrita da história deixou testemunho o próprio presidente da entidade à época do Primeiro Centenário, Arthur Martins Franco (Campo Largo/PR, 1876 - [?])<sup>77</sup>. Era clara, para ele, a complexidade da missão a ser enfrentada pela instituição que então dirigia diante do cenário contemporâneo historiográfico, tanto local como geral. No relatório de maio de 1952, ao justificar a necessidade de retomada da tarefa da elaboração da história regional, então em expectativa desde a Constituição de 1947, e a publicação do roteiro de Brasil Pinheiro Machado, em julho de 1951, o presidente lembrou que, apesar da urgência, tal encargo, entretanto, não poderia ser feito com improviso, ou sem preocupações metodológicas.

A história do Paraná, como, aliás, a de qualquer outra unidade da Federação Brasileira, não se elabora somente com a boa vontade e dedicação de cada um, mas com o trabalho indefeso de muitos, no rebuscar os arquivos, coligir documentos, 'no restabelecer os planos perspectivos, ajuizar fatos e apreciar homens, de acordo com o momento em que surgiram' (Calógeras), e o meio em que viveram, pois, segundo o exato conceito de Rocha Pombo, 'não podemos tratar a história como simples narrativa ou mero registro de fatos sociais' ou 'a constatar apenas, sem procurar apanhar o sentido em que se exerce a ação coletiva de um argumento humano.' O que é preciso, na história, é destacar as grandes sínteses, a direção dos acontecimentos, sem dar aos incidentes, mais que o valor que eles têm.<sup>78</sup>

Desde janeiro de 1939, o cotidiano na FFCL do PR, como diretor e professor catedrático de História do Brasil, já havia envolvido Brasil

---

entremeadas pela do Centro Cívico de Curitiba. O poder executivo estadual também auxiliou na aquisição do terreno para a construção da sede própria do IHGEPR. Iniciada em 1952, a obra foi somente concluída no ano seguinte daquele dedicado à data cívica, ou seja, 1954. Até então, o Instituto funcionara em dependências diversas e temporárias, como na biblioteca do Clube Curitibano, na Biblioteca Pública do Paraná, no Círculo de Estudos Bandeirantes e mesmo na residência do seu fundador, Romário Martins.

<sup>77</sup> Engenheiro formado em São Paulo (1937), Arthur Martins Franco foi presidente do Círculo de Estudos Bandeirantes em duas ocasiões: de 1934 a 1937 e nos anos 1950. O mesmo cargo de presidente ele exerceu também à frente do IHGEPR, à época do Primeiro Centenário. Em 1939, com a reestruturação do Museu Paranaense, criado ainda no período provincial, Martins Franco fora o responsável pela Seção de História dessa entidade. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, lecionou a disciplina de Geografia do Brasil.

<sup>78</sup> IHGEPR, *Relatório*, maio de 1952.

Pinheiro Machado em torno das questões metodológicas dos estudos históricos. Na aula inaugural que proferiu nessa escola de ensino superior, no dia 16 de março de 1940, esse foi o assunto escolhido para a sua fala aos recém-ingressos na Faculdade. O professor abriu o ano letivo advertindo, contudo, que a metodologia que apresentaria à plateia de calouros era para ser aplicada especificamente “[...] aos fatos da história do Brasil, como nação, e nação não tanto de ordem política, mas de ordem essencialmente cultural”.<sup>79</sup> E isso dizia respeito diretamente à questão do método nos estudos históricos porque o aumento da “massa documentária” à disposição dos historiadores brasileiros trazia novas luzes às ideias que pareciam até então consolidadas. O “rebuscar” dos arquivos dava o tom de uma disciplina renovada e oposta à ditadura do viés político que tanto marcara a “história positiva”. A crítica que o professor Pinheiro Machado faria, em seguida, a este conselho inicial, direcionada à “erudição desordenada” e à “história endomingada”, censurava, respectivamente, a utilização demagógica da história para efeitos puramente ideológicos e a história feita a partir dos heróis.

A segunda expressão, “história endomingada” tirada da obra do escritor católico francês Charles Péguy (Orleães/França, 1873 - Batalha do Marne, 1914)<sup>80</sup>, significava que, além da importância de se estudar outros dias menos nobres e ligados à rotina das pessoas mais comuns, vinha a reforçar a defesa de um método dos estudos históricos baseado em análises concretas sobre a cultura de uma nação, a fim de entendê-la não como organismo político, mas sim como organismo cultural. Daí a

---

<sup>79</sup> MACHADO, B. P. O método nos estudos históricos. Aula inaugural do ano letivo de 1940 (16 de Março) pelo sr. dr. Brasil Pinheiro Machado, Catedrático de História do Brasil. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná*, Curitiba, 1940-1942, pp. 11.

<sup>80</sup> Charles Péguy se destacou como um polemista ao denunciar o caráter não científico da história. Sua virulência se dirigiu, objetivamente, aos professores da Escola Metódica, da Sorbonne. Intelectual dreyfusista, rompeu, no entanto, com o internacionalismo socialista e se converteu ao catolicismo. Atuou como um historiador, pois pensou e escreveu sobre a epistemologia dessa área, porém não de forma profissional aos olhos da academia francesa, que então estipulava regras e normas ao ofício do historiador de maneira rígida. A expressão “história endomingada”, na aula inaugural de Pinheiro Machado, tinha seu uso autorizado como crítica à história política, uma vez que defendia, naquele momento, a história feita a partir da perspectiva da cultura, por meio da etnologia.

Sobre Péguy, ver: Jérôme Grévy, Charles Péguy, poète et épistémologue de l'histoire et de la politique, *Mémoire(s), identité(s), marginalité(s) dans le monde occidental contemporain* [Online, 9 | 2013]. Disponível na Internet via: <http://mimmoc.revues.org/1011>.

importância de se estudar a comunidade como um todo, e não somente a elite política, o que seria ressaltado pelo próprio Machado ao analisar a obra de Rocha Pombo. Apesar de este não ter sido por ele considerado como um historiador propriamente dito mostrou, no entanto, “[...] o seu conhecimento quase total do povo paranaense como uma comunidade cultural”<sup>81</sup>.

Se o prognóstico acerca do desenvolvimento dos estudos históricos era bastante promissor para o futuro imediato da historiografia nacional, em decorrência da “[...] grande atividade no descobrimento e na classificação dos documentos”<sup>82</sup>, anunciada pelo diretor da FFCL do PR nessa aula inaugural, grande também estava para ser, por consequência, o trabalho do historiador na análise e na compulsão dessas fontes a fim de vertê-las em uma compreensão total da vida social. Essa era a proposta de uma historiografia moderna à disposição de

Quem quer que passe em revista os modernos livros de história, notará que a sua preocupação central é a compreensão de determinadas épocas, compreensão total, onde se articulam, como um todo, todas as manifestações da vida social do homem, desde as instituições políticas até o uso dos mais humildes utensílios de trabalho.

E desde que perseguimos a compreensão total (no tempo e no espaço, e não na sua própria essência) das manifestações da vida social do homem, possível me parece olharmos a história nacional com um conceito central, tirado à etnologia: o conceito cultural.<sup>83</sup>

No início da década seguinte, o método moderno de se escrever a história, aqui apregoado pelo professor Brasil Pinheiro Machado, em março de 1940, ainda não tinha sido possível, entretanto, de ser realizado na conformação de uma história regional enquanto compreensão total de uma comunidade cultural. Aas dificuldades quanto a isso foram analisadas no item anterior, porém, essa qualidade de inexecutável era um obstáculo a ser superado, na verdade, não somente pelas histórias locais, mas pela própria história geral do Brasil, cuja escrita ainda permanecia na condição instável que o historiador Capistrano de Abreu (Maranguape/CE, 1853 - Rio de Janeiro/capital federal, 1927)<sup>84</sup> descrevera ao final da sua vida, como

---

<sup>81</sup> MACHADO, B. P., 2001, p. 88.

<sup>82</sup> MACHADO, B. P., 1940-1942, p. 12.

<sup>83</sup> MACHADO, B. P., 1940-1942, p. 12.

<sup>84</sup> João Capistrano Honório de Abreu é considerado um dos principais historiadores

que a justificar seu insucesso pessoal de realização de um livro da história nacional: “A história do Brasil dá a ideia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo a grampiola”<sup>85</sup>. Nos anos 1980, o historiador Francisco Iglesias (Pirapora/MG, 1923 - Belo Horizonte/MG, 1999)<sup>86</sup> ainda observava que tanto Caio Prado Júnior quanto Sérgio Buarque de Holanda também não haviam feito a história geral do país, por diferentes motivos.

E o Brasil continua à espera da História do Brasil, que precisa e já pode ser feita, pela multiplicidade de estudos, monografias e amadurecimento da trajetória, pela pesquisa e reflexão de historiadores e outros cientistas sociais.<sup>87</sup>

A ausência da escrita da história do Brasil era uma questão inerente à historiografia nacional enquanto o positivismo, ou a “história endomingada”, como queria Brasil Pinheiro Machado, era superado pela influência dos avanços na pesquisa documental e da moderna historiografia de viés cultural.<sup>88</sup> O adjetivo de regional, por isso, deve ser matizado, tendo em vista o contexto historiográfico maior, ainda fortemente marcado pela busca de uma história geral do Brasil, mesmo que a partir das locais. Essa visão particular e moderna sobre a história, a qual, caso se concorde com Valfrido Piloto, realmente destacou Pinheiro Machado como o mais legítimo representante da prática histórica profissional no Paraná daquele período, apareceu no texto mesmo da Sinopse, de 1951.

A história nacional do Brasil é, antes de tudo, a história da formação de

---

brasileiros, e se destacou pelas anotações críticas à obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, autor da *História Geral do Brasil*, bem como pela escrita de textos interpretativos e sintéticos do período colonial do Brasil, como *Capítulos de História Colonial*.

<sup>85</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu. In. *História da historiografia*, número 2, março 2009, p. 89. (A partir de: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de João Capistrano de Abreu*. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977b. Volume 2.

<sup>86</sup> O historiador mineiro se formou na primeira turma do curso de História e Geografia da Universidade de Minas Gerais, na década de 1940. Atuou como professor de história econômica e social na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Integrou a Comissão de História da UNESCO e escreveu sobre historiografia brasileira.

<sup>87</sup> IGLESIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 55.

<sup>88</sup> Ver: REIS, J. C., 2003, pp. 90-95.

um povo, da transmissão de uma cultura, sobre a conquista de um território, pelo estender de uma posse contínua por quatro e meio séculos, e pelo contínuo adotar de uma cultura.

Neste ponto, entretanto, se retorna obrigatoriamente à questão do não desenvolvimento dos textos pelos demais sócios do IHGEPR a partir dos 22 capítulos roteirizados pelo professor Brasil. Pode-se interpretar, diante desse cenário do Primeiro Centenário e do não cumprimento da missão específica do IHGEPR, que realmente Brasil Pinheiro Machado foi uma exceção no ambiente historiográfico local? Ele próprio nunca escreveria uma “História do Paraná” de sua autoria. Mesmo ao longo da sua trajetória no ensino superior, entre o final da década de 1930 e a aposentadoria compulsória por idade, no começo dos anos 1980, sua produção toda se deu em formato de artigos. À Von Martius, Machado lançou um programa com o objetivo de possibilitar a escrita da história do Paraná pelas mãos de outros estudiosos, o que tornou o roteiro de 1951 um modelo historiográfico da história regional, cuja condição última acompanhou as atividades do autor no magistério superior até praticamente o final da sua carreira.

A importância da história como uma área do saber presente no escopo do movimento comemorativo do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná lança luz, por conseguinte, sobre o papel do historiador nesse contexto cívico. E, o foco ainda mais direcionado, a iluminar uma trajetória em particular dentre todas aquelas traçadas por outros intelectuais envolvidos nesse estado mobilizador do espírito de civismo regional, a de Brasil Pinheiro Machado, traz informações inusitadas, mas, também, contribui para reforçar os traços gerais do perfil desse tipo de intelectual brasileiro, qual seja, aquele engajado na esfera pública em prol da construção da nacionalidade e do Estado. Sem deixar de avançar no caminho da elaboração da escrita da história com preocupações metodológicas, como afirmou o presidente do IHGEPR, Artur Martins Franco, como visto acima, para os intelectuais engajados em prol do Primeiro Centenário de modo algum ficou de lado a figura central do Estado. Para esses ativos profissionais, atuar dentro do seu respectivo quadro ocupacional não significava abandonar o comprometimento com as

mudanças necessárias a fim de consolidar o Paraná como unidade federativa posicionada na vanguarda.

Dez anos antes das comemorações do Primeiro Centenário, Brasil Pinheiro Machado havia participado das homenagens aos 250 anos de Curitiba, completado no dia 29 de março de 1943, ocasião quando conferenciou sobre “A função histórica de Curitiba na conquista e povoamento do Sul do Brasil”. A conferência fez parte da solenidade de abertura das festividades municipais, a qual foi presidida por uma mesa composta pelo interventor Manoel Ribas (Ponta Grossa/PR, 1873 - Curitiba/PR, 1946)<sup>89</sup>, pelo secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, Fernando Flores<sup>90</sup>, pelo prefeito municipal de Curitiba, Rozaldo de Mello Leitão<sup>91</sup>, pelo representante do comandante da 5ª Região Militar e José Loureiro Fernandes (Lisboa/Portugal, 1903 – [Curitiba/PR], 1977)<sup>92</sup>, diretor do Museu Paranaense e responsável, pouco tempo depois, pelo acréscimo do termo “etnográfico” à denominação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Para analisar essa conferência do professor catedrático de História do Brasil da FFCL do PR, é interessante não perder de vista a Sinopse de 1951. Como nela se tornaria explícito, dez anos após a conferência realizada no Salão Paraná do Clube Curitibano, o processo histórico foi

---

<sup>89</sup> Manoel Ribas teve grande parte da sua carreira política feita no Rio Grande do Sul, desde o final do século XIX - primeiro como administrador de uma cooperativa ferroviária em Santa Maria, depois, como prefeito dessa mesma cidade, no final da década de 1920, quando Getúlio Vargas apresentava-se como candidato ao governo daquele estado. Em 1932 assumiu a interventoria federal do Paraná, condição na qual permaneceu até 1935. Neste ano, foi eleito governador constitucional e, de 1937 a 1945, novamente a de interventor do Paraná.

<sup>90</sup> Militar, durante a interventoria de Manoel Ribas exerceu os cargos de chefe de polícia, de 1939 a 1941, além de secretário de estado, entre 1941 e 1945. Com o fim do Estado Novo foi constituinte, em 1946, pelo PSD do PR, e deputado federal, desse último ano e até 1955.

<sup>91</sup> Carioca, o engenheiro civil Rozaldo Gomes de Mello Leitão foi prefeito de Curitiba entre 1940 e 1943, quando a cidade recebeu o projeto urbanístico denominado *Plano Agache*.

<sup>92</sup> O médico José Loureiro de Ascensão Fernandes (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1927) se especializou em Antropologia na França e foi um dos principais responsáveis pela institucionalização dessa área do conhecimento no Paraná e no Brasil, tendo sido um dos fundadores da Associação Brasileira de Antropologia, em 1953. Assumiu a direção do Museu Paranaense em 1936, sucedendo a Romário Martins e promovendo uma reestruturação dessa instituição mediante a criação de seções especializadas. Ele próprio ficou responsável pela seção de Antropologia e Etnografia. Professor das disciplinas de Antropologia, Etnografia Geral e Etnografia do Brasil, da FFCL do PR, articulou o Museu a esta instituição de ensino superior, fornecendo estrutura para as aulas práticas e para o desenvolvimento da pesquisa da Faculdade. Foi o primeiro diretor do Instituto de Pesquisa da UFPR, criado em 1950.

abordado por Brasil Pinheiro Machado como o resultado entre movimentos de duas naturezas: os voluntários e os oficiais. Nessa conferência de 1943, muitos pontos que apareceriam na sinopse já são ali vistos claramente. E, como a capital se tornou o centro das atenções nos eventos cívicos de 1953, o entendimento sobre a “função histórica” de Curitiba, desse modo, é importante para compreender os elementos justificadores que já circulavam há algum tempo, no meio intelectual local, para torná-la o “núcleo” irradiador do território paranaense.

Uma primeira observação da comparação proposta entre esses dois textos “comemorativos” de Brasil Pinheiro Machado diz respeito sobre o tempo quando Curitiba se tornou o centro de toda a região paranaense do “interior”, que foi o mesmo quando o “Estado brasileiro” passou a comandar esse movimento oficial de expansão e ocupação através da Estrada da Laguna, cuja abertura, a mando do capitão-general de São Paulo, se iniciou na década de 1730. Curitiba, portanto, desde o Setecentos vinha se consolidando como “núcleo” em referência a todo o restante do território do então império português, ao sul, norte e oeste abaixo do núcleo de São Paulo, a partir do movimento oficial do poder do “Estado brasileiro” em oposição as câmaras municipais. Na sinopse de 1951, a mesma baliza cronológica marca, justamente, “[...] a passagem do predomínio grupal e das Câmaras Municipais, para o domínio do capitão-general e da província e consequente predomínio do Estado organizado”<sup>93</sup>. Esse assunto deveria, segundo o roteiro para o livro histórico do Primeiro Centenário, ser abordado como o quarto capítulo da história paranaense, sendo seguido pelo outro cujo objeto de estudo, naturalmente, era o impacto da Estrada da Laguna na transformação do Paraná.

Quando, no capítulo três desta tese, se abordar as correntes historiográficas presentes na obra de Brasil Pinheiro Machado ficará em evidência a importância do pensamento de Oliveira Vianna (Saquarema/RJ, 1883 - Niterói/RJ, 1951)<sup>94</sup> na construção da história regional do Paraná feita

---

<sup>93</sup> MACHADO, B. P., 1951, p. 13.

<sup>94</sup> Francisco José de Oliveira Vianna se formou bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro (1905). Desde meados dos anos 1910 passou a atuar como professor de Direito Judiciário e Penal e de Direito Industrial, na Faculdade de Direito de Niterói/RJ. Autor de várias obras, se destacando “Populações Meridionais do Brasil”, seu



pelo historiador pontagrossense, especialmente no que tange à interpretação do constante conflito entre o voluntarismo e o oficialismo. No entanto, mesmo sem detalhá-la por enquanto, se pode lançar mão dessa influência particular já aqui neste ponto do trabalho para se compreender o alcance dessa perspectiva da “Curitiba histórica”, como denominou o conferencista Pinheiro Machado para a plateia presente no Salão Paraná do Clube Curitibano.

No contexto comemorativo que envolvia o estado, em 1953, parecia que era chegado o momento de reunir, de forma definitiva, os dois movimentos, o legal/oficial e o real/voluntarista, a fim de sincronizá-los em um mesmo processo de modernização e nacionalização. No Norte do Paraná, a cafeicultura enraizou um tipo de comunidade encorajada pelo modelo paulista de pequenas propriedades, aparecendo aí, uma vez mais, um exemplo de estímulo voluntarista, autônomo frente ao estado. Portanto, ao se tornar uma “célula fundamental” para a formação paranaense, as comunidades assentadas no Norte cafeeiro, não importando a origem dessa população, necessitaria de uma injeção de “Brasil legal”. Afastando, assim, a centralidade do conceito de assimilação, o que deveria sobressair no processo de modernização paranaense era, ao invés, o mecanismo de integração dessas comunidades variadas sob o grande guarda-chuva do estado.

Na época de estudante na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, Brasil Pinheiro Machado havia publicado, na revista católica *A Ordem*, em 1930, um estudo em duas partes <sup>95</sup>, onde promoveu uma reflexão sobre a formação histórico-geográfica do Paraná, por meio da dicotomia entre a inconsciência e a consciência que dividiria o habitante desse território em meio-civilizado e civilizado, respectivamente. Todos aqueles grupos que habitavam o território paranaense, mas que se

---

primeiro livro, publicado em 1920, seu pensamento social voltou-se para o entendimento da formação nacional sob um viés sociológico e racial. Desempenhou vários cargos públicos, como o de ministro do Tribunal de Contas da União, entre 1940 a 1951. Participou ativamente da Comissão Revisora da Legislação da Justiça do Trabalho no período do Estado Novo.

<sup>95</sup> MACHADO, B. P., Instantâneos paranaenses: projeção brasileira. *A Ordem. Órgão do Centro Dom Vital*, Rio de Janeiro, ano X, n. 5, fev. 1930. pp. 8-11.

\_\_\_\_\_, Instantâneos paranaenses: projeção brasileira — A frase de Reclus. *A Ordem. Órgão do Centro Dom Vital*, Rio de Janeiro, ano X, n. 6, abr. 1930. pp. 131-144.

encontrassem ainda em estado de meia-civilização, foram denominados pelo jovem pontagrossense, genericamente, de “homem-tapera”, assim caracterizado:

O homem, já diferenciado do primitivo habitante da terra. Já diferenciado do primeiro colonizador, pintado com tintas inconscientes de uma meia-civilização sobre o fundo de uma meia selvageria, sem mais ambições de aventura, se adaptou estupidamente, instintivamente ao meio, como os bichos se acostumam ao mato, por puro instinto, dominado naquele arremedo de vida humana, pela paisagem entorpecente que não instiga à luta, monótona, dadivosa, de coxilhas sem fim e crepúsculos retos e pertos, tornando tudo molengo e inconsciente, amortecendo no homem todos os pensamentos de criação, de alegria, de vida, tornando-o um elemento da própria paisagem, como se ele fosse uma árvore, um serro, um bicho quando não (e quase sempre) uma tapera!<sup>96</sup>

Na literatura regional brasileira, desde o final do século XIX o termo “tapera” – do tupi *ta'pera*, aldeia extinta – é bastante utilizado para representar a decadência do mundo rural e sua cristalização como a memória de um passado em decadência.<sup>97</sup> Em 1936, a *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* publicou um trabalho organizado pelo escritor Alcântara Machado (São Paulo/SP, 1901 – Rio de Janeiro/Rio de Janeiro, 1935)<sup>98</sup>, intitulado “Brasileirismos”, a partir de uma pesquisa que havia sido realizada por seu bisavô, o brigadeiro Machado D’Oliveira, o qual viveu entre o final do século XVIII e início do XIX. Como forma de homenagem a Alcântara Machado, falecido ainda jovem no ano anterior, na lista dos “brasileirismos” a palavra “tapera” é designada como oriunda de “tape”, que significaria caminho ou lugar velho, e foi assim descrita no seu verbete: “[...] habitação ou fazenda abandonada. Diz-se, também, por extensão, de uma povoação decadente.”<sup>99</sup>

A relação conflituosa entre o homem e a natureza, presente na formação identitária do Brasil como nação, se estabeleceu como via de mão-dupla: as comunidades humanas a exploraram sem equilíbrio, mediante

---

<sup>96</sup> MACHADO, B. P., 1930, p. 140

<sup>97</sup> MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009. pp. 233-234.

<sup>98</sup> Antônio Castilho de Alcântara Machado d’Oliveira foi jornalista e escritor de contos modernistas, tendo fundado, em 1928, com Oswald de Andrade, a *Revista de Antropofagia*, a qual dirigiu entre maio desse ano e fevereiro de 1929. Faleceu antes de assumir o cargo de deputado federal, para o qual tinha sido eleito pelo Rio de Janeiro.

<sup>99</sup> *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, ano II, vol. XXIV, jun. 1936, pp. 115-130.

práticas precárias de utilização dos recursos naturais e ela, a natureza, se voltou contra o homem, tomando tudo ao seu redor de forma selvagem em pleno momento de progresso civilizacional em que se encontravam as nações desenvolvidas. Nesse mesmo artigo escrito para *A Ordem*, o pensamento expresso pelo jovem Pinheiro Machado não escapou a essa posição intelectual a respeito da relação ubíqua entre homem e natureza na história do Brasil. O articulista lembrou que a “[...] terra vinga-se. De oprimida passa a ser opressora. Torna-se fazedora de almas estéreis. É o deserto que se vira contra o homem.”<sup>100</sup> O estudante pontagrossense, assim, reforçava a visão de Euclides da Cunha sobre a natureza brasileira, para o qual as “[...] condições climáticas induziriam ao [...] enfraquecimento de suas funções pretensamente ‘mais nobres’, representadas pela articulação de ideias [...]”<sup>101</sup> O homem-tapera era justamente isso, a não-manifestação de ideias e o imobilismo, a decadência plasmada na história recente do país.

Luciana Murari identificou a imagem da decadência em várias obras literárias do regionalismo brasileiro, como em Monteiro Lobato e Graça Aranha. *Cidades mortas* (1921) e *Canaã* (1902), respectivamente, descrevem personagens que expressam a decadência em suas próprias formas humanas, em tipos que são provas do atraso temporal do sertão brasileiro em relação à modernização, denunciando tanto um passado inerente ao presente, enquanto memória, como a necessidade de superação dessa condição de retardamento do processo modernizante nacional. Segundo Pinheiro Machado, o “homem-tapera” somente seria despertado por um movimento consciente, disciplinado e metódico vindo do Estado, porém somente em um contexto de “mistura de raças” por meio do “choque de colonizações”, isto é, quando se faziam presentes outros tipos humanos dotados de ação, em contraposição ao caboclo “vegetal de carne”, como definiu Monteiro Lobato em *Cidades Mortas*.

Essa conquista era o iminente desafio posto ao país e, mais drasticamente ao Paraná, pois até então, de acordo com a linha de pensamento do estudante Machado, os responsáveis pelo aparelho do estado tinham sido inúteis nessa perspectiva, uma vez que ainda portavam o

---

<sup>100</sup> MACHADO, B. P., 1930, p. 135.

<sup>101</sup> MURARI, Luciana, 2009, pp. 152-3.

“[...] vício hereditário dos homens de governo”.<sup>102</sup> Nesse ponto, a questão da formação de uma consciência histórica seria fortalecida com a busca pelo equilíbrio de poder entre os estados, para que uma unidade fraca, como era o caso paranaense, não funcionasse simplesmente como um

[...] mecanismo inteiramente submetido a interesses de governo de Estados mais fortes, para cujo apoio sacrificam todo o trabalho e toda a ação que, se fossem aplicada em rumos administrativos e econômicos, lhes assegurariam muito melhor do que aquela submissão, o equilíbrio de poder.<sup>103</sup>

Curitiba era a sede de um governo estadual que se colocava, portanto, na “[...] vanguarda da vida econômica brasileira [...]”, conforme anunciou Bento Munhoz da Rocha Neto na revista *Divulgação*. O estado, assim, visou, de maneira definitiva, consolidar a imagem de uma unidade federativa forte, com a memória e a história refeitas, as quais dissessem respeito a um território já delimitado em suas fronteiras definidas e sem espaço para novas expansões ou reivindicações por parte de terceiros; um estado plenamente realizado. A capital, que ganhou diversos signos da modernidade, como a construção do Centro Cívico, se consolidou como o núcleo irradiador a partir do qual as demais regiões se subordinariam social e politicamente. Era, enfim, a consolidação da célula fundamental da história do Paraná, de acordo com a conceituação de João Ribeiro lançada mão por Brasil Pinheiro Machado em sua sinopse; era o auge do processo de formação de uma comunidade cultural a partir do núcleo político principal.

A imagem do paranaense como “homem-tapera”, tipo apático e moldado passivamente pela paisagem e não pela cultura, provocou uma réplica imediata de Bento Munhoz da Rocha Neto, a fim de rebater o argumento do colega Brasil quanto a falta de identidade do Paraná. Essa resposta saiu naquela mesma revista do Centro Dom Vital, também no ano de 1930.<sup>104</sup> Para defender seu ponto de vista Bento elencou, como símbolo do espaço físico, o pinheiro “[...] ereto e dominador [...]”<sup>105</sup> e, simbolizando o

<sup>102</sup> MACHADO, B. P., 1930, p. 137.

<sup>103</sup> MACHADO, B. P., 1930, p. 137.

<sup>104</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da. A significação do Paraná. In. *A ORDEM. Órgão do Centro Dom Vital*, Rio de Janeiro, ano X, n. 6, mar. 1930. pp. 120-130.

<sup>105</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da, 1930, p. 123.

homem, o episódio do Cerco da Lapa, exemplo da “[...] têmpera férrea [...]”<sup>106</sup> desse mesmo paranaense. Ao afirmar que nem mesmo o “homem-padrão” brasileiro existia ainda, Munhoz da Rocha concluiu que o paranaense também estava por se constituir em sua singularidade e dele, portanto, não poderia ser exigida uma precocidade nesse sentido; defendeu o equilíbrio do paranaense não enquanto raça, mas como portador de um conjunto de características sociológicas capazes de unir a tradição das primitivas lendas indígenas à admiração pelo progresso tecnológico.

Os exemplos selecionados para afirmar que o futuro do Paraná era promissor ao tempo certo se apoiavam nas provas do passado regional, como atestam o episódio do Cerco da Lapa, de significação histórica, e as obras de arte da engenharia nacional, neste caso a Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, pela significação geográfica de ter logrado o intento de domesticação da Serra do Mar. Na virada dos anos 1920 para 1930, o capítulo da Revolução Federalista denominado de Cerco da Lapa, que durou de 17 de janeiro a 11 de fevereiro de 1894, era inserido, cada vez mais intensamente, como item constituinte da memória histórica paranaense. No roteiro de 1951, Brasil Pinheiro Machado orientou que o décimo quarto capítulo da história do Paraná fosse dedicado inteiramente a essa Revolução.<sup>107</sup> O tema da Revolução de 1894, porém, já havia sido interpretado por outros historiadores paranaenses, como Romário Martins e David Carneiro.

Carneiro tomou o tema não somente como objeto de escrita histórica, transformando-o em assunto para o seu livro *O Paraná e a Revolução Federalista*, saído em 1944 em comemoração aos 50 anos do Cerco da Lapa, mas inscreveu o episódio de maneira indelével na memória paranaense. Entre 1934 e 1937, período em que funcionou, na esfera federal, a Inspeção do Patrimônio, o representante paranaense desse órgão nacional fora David Carneiro. Em 1937, com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a ele, Carneiro, foi incumbido elaborar uma lista de bens preserváveis no Paraná. Entre eles, o intelectual selecionou a Casa do Coronel Lacerda, na Lapa, bem que foi

---

<sup>106</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da, 1930, p. 123.

<sup>107</sup> MACHADO, B. P., 1951, p. 23.

tombado pelo poder federal no ano seguinte.<sup>108</sup> Coronel Lacerda foi quem negociou a capitulação daquela cidade e a assinatura da rendição ocorreu na residência dele, que durante o Cerco havia funcionado como quartel general das tropas federalistas. Isso vai se refletir tanto na produção historiográfica paranaense, bem como na divulgação do tema na esfera educacional, por meio da perpetuação de um marco da história regional.

A produção intelectual de Romário Martins, por seu turno, representa o âmago do que se denomina de paranismo. Autor do Programa Geral do Centro Paranista, criado na capital em 1927, a imagem contemporânea feita por Machado do “homem-tapera” certamente não condizia com o imaginário político mobilizado nesse movimento liderado por Martins, de exaltação das coisas locais. O Movimento Paranista identificou a República brasileira com o avanço cultural dos seus respectivos estados-membros, promovendo o fortalecimento da identidade paranaense em um cenário de acentuado federalismo. Se, para Bento Munhoz da Rocha Neto, e para os que se envolveram no Movimento Paranista, o regional movia a ação, esta inspirada nos exemplos do passado, para o então bacharel em Direito, Brasil Pinheiro Machado, pensar o Paraná era vê-lo e entendê-lo a partir da perspectiva nacional, em direção a um futuro liberto da letargia e da inconsciência histórica do “homem-tapera”, e quando o “real” entrasse em sintonia com o “legal”; o que estava em jogo era a sincronização do ritmo entre esses dois brasis, com a dinamização dos núcleos formadores das comunidades históricas.

Nessa perspectiva, a oportunidade trazida, para a intelectualidade paranaense, bem como para o governo estadual, pela comemoração do Primeiro Centenário de Emancipação Política do Paraná significou uma ruptura com esse passado indolente do *ethos* paranaense, sobressaindo-se, finalmente, o tipo social<sup>109</sup> dinâmico, inclusive na vanguarda do movimento

---

<sup>108</sup> Sobre a política do tombamento no Paraná e em Curitiba, ver: NAVOLAR, J. D. *A arquitetura resultante da preservação do patrimônio edificado em Curitiba*. 1. ed. Curitiba: Factum Editora, 2011. (Especificamente sobre a atuação de David Carneiro nos primórdios da política patrimonial, ver as páginas 48 a 50.) David Carneiro nasceu em Curitiba, onde se graduou engenheiro civil, pela Universidade do Paraná (1928). Adepto do positivismo dedicou-se às atividades de pesquisa histórica.

O livro sobre a Revolução Federalista foi publicado em São Paulo pela editora Athena.

<sup>109</sup> Nesta tese, o conceito de “tipo-social” então em evidência no pensamento social brasileiro será discutido no Capítulo 5, onde se analisa a função de Brasil Pinheiro Machado

social nacional. Assim, o Paraná tanto podia superar, nesse momento cívico, o “homem-tapera”, quanto prevenir o risco de encarnação desse tipo social passivo em outras individualidades históricas consideradas, no artigo de 1930 do estudante Pinheiro Machado, como exemplos de “sub-raça” e que haviam efetivamente povoado a história regional encarnados em profetas, jagunços e monges fanáticos; ainda, e do mesmo modo importante, o Centenário, simbolicamente viabilizado pela riqueza vinda do Norte do estado, poderia lograr um distanciamento definitivo com a fragmentação do território paranaense, deixando para trás litígios de fronteiras, intervenções da esfera federal (Território Federal do Iguazu - TFI), o “esvaziamento” demográfico e as diferenças regionais quanto as influências, se gaúchas, paulistas etc.

Com essa configuração tomada pelo Paraná moderno, o efêmero e a instabilidade eram afastados, pondo fim a uma era letárgica e despertando a consciência histórica. O café, lastro do Primeiro Centenário, parecia que finalmente iria garantir esse despertar. O que uniria, de alguma maneira, os pontos de vista divergentes entre Brasil Pinheiro Machado e Bento Munhoz da Rocha Neto quando mais jovens.

A memória sobre as comemorações cívicas, celebradas ao longo de 1953, são muitas e diversificadas, mas sempre marcadas pelo viés nacionalista: Getúlio Vargas, presidente da República, desfilando em carro aberto pelas principais ruas da capital lado a lado com o governador Bento Munhoz; os congressos nacionais de Filosofia, Sociologia, História e Geografia, Folclore, Medicina, Psicologia, Jornalismo e de tantas outras áreas do conhecimento que marcaram aquele ano; algumas exposições e publicações inéditas, em prosa e poesia, inspiradas no Centenário; inaugurações de monumentais prédios públicos; enfim, uma série de acontecimentos com significados diferentes para os que deles tomaram parte, uns mais ativos do que outros, porém convergentes em uma mesma memória: a exaltação do Paraná como um estado autônomo, jovem, rico e ativo na consolidação da nação.

Será que a ausência de um livro “monumental” da “História do Paraná”

prejudicou a constituição da memória regional? Do ponto de vista daqueles que para cá vieram oriundos de várias partes do país, tudo indica que não. Um exemplo, dentre a extensa programação comemorativa, pode ser o V Congresso Nacional de Jornalistas, realizado entre os dias 8 e 14 de setembro de 1953, e que possibilita uma boa medida do impacto do evento no imaginário nacional para a formação do perfil do paranaense e do Paraná.

Após as edições realizadas nas cidades de São Paulo (1947), Rio de Janeiro (1948), Salvador (1950) e Recife (1951), Curitiba teve a chance de receber, no ano do Primeiro Centenário, as delegações dos profissionais da imprensa de várias regiões do país. Após os dias de trabalho, alguns congressistas, ao retornarem para suas respectivas cidades, verteram nos jornais locais as impressões colhidas durante a estadia no Paraná em relatos sobre o estado e sua capital. Em comum, as narrativas descrevem a visita feita ao canteiro de obras do Centro Cívico de Curitiba e, em sua maioria, discorrem sobre o efeito causado pela visão do arrojado projeto arquitetônico em execução, assim noticiado, por exemplo, pelo jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro:

Rumamos para o Centro Cívico, num Mercury 52, posto à nossa disposição pelo governador Munhoz da Rocha. Que surpresa, os gigantescos edifícios do novo Palácio do Governo, a casa de 28 andares para todas as secretarias de Estado [...].<sup>110</sup>

Além da capital federal, as notícias da imprensa escrita sobre o conjunto de edifícios do Centro Cívico foram publicadas em periódicos circulantes em cidades mais distantes, como a “Gazeta de Alagoas”. Quando presentes naquele V Congresso Nacional de Jornalistas, os profissionais alagoanos aproveitaram para entrevistar mais de 50 pessoas, todas migrantes, sobre a participação dos nordestinos na construção do complexo arquitetônico da capital paranaense:

Enquanto estivemos em Curitiba, fomos chamados a apreciar o andamento das obras do Centenário, as quais estão tendo acelerado ritmo, num dos

---

<sup>110</sup> MOSES, Herbert. Flash de Curitiba. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18/9/1953, p. 3. (Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes, Coleção de Correspondências de Bento Munhoz da Rocha Neto, Livro 69, set. 1953, p. 79 – [Matérias publicadas na imprensa sobre o Paraná]).



pontos suburbanos da moderna metrópole paranaense. [...] Mais de 400 operários dos principais estados nordestinos estão firmemente empenhados na obra do soerguimento de Curitiba, especialmente nas obras do Centro Cívico [...].<sup>111</sup>

Os jornalistas alagoanos lembraram, também, que outros profissionais originários dos estados do Nordeste estavam instalados em Curitiba há mais tempo e prestavam serviços em diversos postos de trabalho atraídos pelo planejamento urbano de modernização da capital do Paraná. Era o caso do diretor da Construtora Alagoana, Antonio Pedro da Silva, cuja empresa participava no levantamento das estruturas de concreto de vários edifícios públicos comemorativos ao Primeiro Centenário. Os jornalistas alagoanos não esqueceram, ainda, que o então prefeito municipal da cidade, José Luiz Guerra Rego, residente em Curitiba há 30 anos, era de família alagoana.<sup>112</sup>

A concepção arquitetônica parecia, no entender da maioria daqueles que visitaram as obras curitibanas durante os tantos congressos que por aqui ocorreram, e que tornaram públicas suas impressões, a própria representação da grandeza do Paraná, fruto da pujança da economia cafeeira do Norte do estado.<sup>113</sup> Para os paranaenses, especialmente aqueles envolvidos com a constituição de uma história regional, a intensa mobilização da intelectualidade local na organização do Primeiro Centenário não se identifica como uma ação simples de exaltação das peculiaridades paranaenses, uma vez que se tratou de um engajamento em prol de outra centralização, dessa feita, a do estado do Paraná como unidade monolítica. A citação referenciada na abertura deste item e retirada de um texto do governador Bento Munhoz da Rocha reflete, de modo claro, esse caráter ambíguo do predomínio do Estado organizado na história do Paraná. A presença paulista era tanto revestida de orgulho como de motivo para dela o

---

<sup>111</sup> Reafirmado nas Terras Roxas do Paraná. Alagoas em evidencia pelos seus filhos. *Gazeta de Alagoas*, setembro de 1953. (Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes, Coleção de Correspondências de Bento Munhoz da Rocha Neto, Livro 70, out. 1953, p. 18 – [Matérias publicadas na imprensa sobre o Paraná].

<sup>112</sup> Reafirmado nas Terras Roxas do Paraná. Alagoas em evidencia pelos seus filhos. *Gazeta de Alagoas*, setembro de 1953. (Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes, Coleção de Correspondências de Bento Munhoz da Rocha Neto, Livro 70, out. 1953, p. 18 – [Matérias publicadas na imprensa sobre o Paraná].

<sup>113</sup> No acervo consultado da coleção Bento Munhoz da Rocha Neto, depositado no Círculo de Estudos Bandeirantes, algumas notícias, é claro, também veicularam críticas aos gastos públicos acarretados pelas construções dos prédios do Centenário, porém suas autorias eram de jornalistas locais, sendo aqui desconsideradas por esse motivo.

paranaense se desvencilhar; indica que estava mais do que na hora de o Paraná se tornar definitivamente autônomo, tendo sua capital-modelo como centro dinâmico, apesar de todos os aspectos considerados positivos herdados pelos paranaenses da “civilização paulista”. A sinopse de Brasil Pinheiro Machado foi, em sua função primeira, um instrumento dessa centralização estadual. E, mesmo ao perder essa finalidade primordial, logo se revestiu com a aura de uma obra de referência para a história do território paranaense como um todo único, o que lhe forneceu a condição de modelo explicativo da história regional.

A história a serviço da política, a transmutação do roteiro em modelo historiográfico, revelam, entretanto, que as atribuições profissionais que os historiadores foram adquirindo desde o início da década de 1960, enquanto corporação, além de carregarem em seu âmago preocupações anteriores quanto a métodos a respeito do pensamento e da prática da história, estiveram enraizadas, de uma forma menos explícita, a outra faceta já acima comentada, mas que será detalhada ao longo dos capítulos desta tese: a relação estreita entre a intelectualidade brasileira e o poder público.

Antonio Candido, no prefácio ao livro de Sérgio Miceli, exemplificou essa vinculação complexa ao expandir para todas as famílias de intelectuais aquilo que o próprio Miceli havia delineado para definir somente os anatolianos. Desse modo, os intelectuais de maneira geral poderiam ser considerados como uma única família: “[...] a ‘grande e lamentável família’ dos intelectuais, todos mais ou menos mandarins quando se relacionam com as instituições, sobretudo públicas; e inoperantes se não o fazem.”<sup>114</sup>

Assim, quase uma década antes da profissionalização acadêmica da produção historiográfica nacional, mas contando com estudos universitários locais na área a partir desde a criação e funcionamento da FFCL do Paraná, instituição esta, ao modo das suas congêneres, reconhecida pela professora Alice Canabrava (Araras/SP, 1911 - São Paulo/SP, 2003)<sup>115</sup> como fonte do

---

<sup>114</sup> CANDIDO, Antonio. Prefácio. In. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979. (Corpo e Alma do Brasil.). p. IX.

<sup>115</sup> Professora catedrática do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP), Canabrava foi presidente da ANPUH no início dos anos 1980.

movimento corporativo dos historiadores,<sup>116</sup> importantes intelectuais paranaenses atuantes naquela Faculdade, como Brasil Pinheiro Machado, José Loureiro Fernandes e Homero de Melo Braga (Curitiba/PR, 1907 - Curitiba/PR, 1985)<sup>117</sup>, entre outros, se envolveram e foram envolvidos pelo poder público para o Primeiro Centenário, fazendo parte já da primeira comissão criada por decreto governamental, a Comissão Central dos Festejos.<sup>118</sup> A presença desses professores nesse evento cívico demonstra a conectividade mais complexa e duradoura entre a intelectualidade paranaense e o poder público.

No dia 4 de novembro de 1951, o secretário da Educação e Cultura do estado, Newton Carneiro (Curitiba/PR, 1914 - Curitiba/PR, 1987)<sup>119</sup>, enviou uma correspondência ao governador Bento sugerindo o nome do Dr. Julio Moreira (Curitiba/PR, 1899 - Curitiba/PR, 1975)<sup>120</sup> para ocupar a presidência da Comissão de História, Geografia e Folclore. A justificativa era para Moreira ocupar o lugar de Brasil Pinheiro Machado, uma vez que este então acumulava esta última função com a de secretário-geral da Comissão Central dos Festejos do Centenário.

A presença de Machado na estrutura e no funcionamento desse evento cívico, entre maio de 1951 e agosto de 1954<sup>121</sup> repõe o papel central do intelectual engajado na história da formação do estado. Sua participação como secretário geral intensificou seu papel junto às autoridades locais e

---

<sup>116</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. In *Revista Brasileira de História, órgão da Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH*. São Paulo, n. 1.

<sup>117</sup> Formado em Medicina pela Universidade do Paraná (1929), foi um dos criadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, onde lecionou Biologia. No Primeiro Centenário, atuou como presidente da Comissão de Imprensa e Propaganda.

<sup>118</sup> PARANÁ, Decreto n. 1.300, de maio de 1951. (Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. Fonte PB037; Notação 23/41/10/36.)

<sup>119</sup> O escritor, empresário e político Newton Isaac da Silva Carneiro exerceu o cargo de secretário de Educação e Cultura do estado no governo de Bento Munhoz da Rocha, de 1950 a 1952. De sua autoria são os seguintes livros: *O Paraná e a caricatura* (1975), *As artes gráficas no Paraná* (1976), *Rugendas no Brasil* (1979), *A arte paranaense antes de Andersen* (1980) e *Chichorro e seus Calungas* (1975).

<sup>120</sup> Julio Estrela Moreira era médico, inclusive engajado na escrita da história da Medicina no Paraná, tendo sido vice-presidente do Instituto Paranaense de História da Medicina, criado em 1951, na Universidade Federal do Paraná, e diretor da Sociedade Brasileira de Escritores Médicos. Sócio do IHGEPR, é também considerado pesquisador em história, tendo sido diretor da Seção de História do Museu Paranaense ao tempo em que esta atuava junto com a de Ciências Naturais. Doou sua biblioteca para o IHGEPR, que mantém a Sala Julio Estrela Moreira.

<sup>121</sup> A Comissão de Comemorações do Centenário do Paraná foi extinta pelo decreto n. 10.092, publicado no Diário Oficial do Estado em 21/08/1954.

vindas de outras partes do país, inclusive representantes do governo federal, acompanhando-as nas visitas ao canteiro de obras do Centro Cívico e da Exposição Internacional do Café e da Feira Internacional de Curitiba. Esta última, planejada para funcionar entre dezembro de 1953 e abril de 1954 era considerada a maior atração de toda a programação dos festejos cívicos, pois iria comprovar a pujança do Paraná nos cenários nacional e internacional, tanto em termos de grandiosidade arquitetônica, em decorrência dos pavilhões em construção a ela destinada, quanto a riqueza advinda da economia cafeeira frente aos maiores produtores brasileiros e mundiais. Os cuidados para com essa parte da programação pareciam tomar as atenções do secretário geral.

O novo presidente da Comissão dos Festejos Comemorativos do I Centenário do Paraná, sr. Brasil Pinheiro Machado, determinou o aceleração das obras dos onze pavilhões que serão dedicados exclusivamente ao café, assim como a rápida conclusão de todo o conjunto reservado à Exposição Internacional do Café e Feira de Curitiba, o qual ocupará a área de 262.000 metros quadrados. Esta exposição será sem dúvida a maior atração turística dos festejos do Centenário paranaense.<sup>122</sup>

Dia a dia, a imprensa local revezava notícias ora sobre os trabalhos para a Exposição Internacional do Café e ora sobre o erguimento do Centro Cívico. A divulgação sobre essa última obra deu grande visibilidade à capital paranaense, que parecia, finalmente, se tornar a “célula fundamental” de todo o território paranaense, a partir da qual se irradiava não somente a cultura, mas também a identidade, a modernidade e mesmo o sentimento nacional. Ao visitar as obras do Centro Cívico, o procurador geral da República, Plínio Travassos (Niterói/RJ, 1893 - [Rio de Janeiro/RJ] 1962), deixou registrada essa última percepção: “Senti no Paraná aumentar o meu orgulho em ser Brasileiro”.<sup>123</sup>

E foram em torno das obras do Centro Cívico que giraram as críticas mais implacáveis da gestão de Bento Munhoz da Rocha Neto e a partir do mesmo objeto, qual seja, a capital do Paraná. Para os opositoristas ao governador, ao dotar Curitiba de grandiosas obras públicas, Bento

---

<sup>122</sup> *Paralelo 23*, [s.l.], 20/10/1953. (Acervo Bento Munhoz da Rocha Neto, Círculo de Estudos Bandeirantes, Livro n. 70, outubro 1953.

<sup>123</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, ano III, n. 683, 30/10/1953. (Acervo Bento Munhoz da Rocha Neto, Círculo de Estudos Bandeirantes, Livro 70, outubro 1953.

privilegiava esta cidade em detrimento de todas as outras regiões do estado; para os que estavam do mesmo lado político que o governador, o investimento em obras públicas sediadas na capital, todavia, serviria para o desfrute de todos os paranaenses. A Biblioteca Pública do Estado, cuja sede ganhou nova edificação nesse contexto, era um dos melhores exemplos desse aproveitamento coletivo dado pelos correligionários de Munhoz da Rocha, uma vez que, certamente, o prédio Moderno da biblioteca iria “[...] servir a milhares de estudantes universitários que Curitiba hospeda e agasalha vindos de todos os recantos do estado [...]”.<sup>124</sup> O pano de fundo dessa disputa simbólica, tendo como alvo a cidade de Curitiba, era composto por uma tensão que sobrevivia no cenário político paranaense desde o fim do Estado Novo. Ela era caracterizada tendo como ponta mais recente o planejamento e os gastos com a realização do Primeiro Centenário centralizado na capital, e outra mais antiga advinda da gestão imediatamente anterior, a de Moysés Lupion, que promoveu a investida na região Sudoeste do Paraná<sup>125</sup>, principalmente com a criação de diversos municípios e a instalação de empresas colonizadoras naquele espaço geográfico.

A maior parte da bibliografia disponível sobre a presença do governo do estado no Sudoeste identifica o governo Lupion à degradação das condições de vida e de trabalho dos migrantes e posseiros, em decorrência do desenvolvimento proposto para aquela região ter se baseado no sobrepujamento do poder público pelo poder privado, uma vez que o governador era, também, sócio das principais empresas colonizadoras com sede e atuação naquela área.<sup>126</sup> E, sobre essa parte do território paranaense, tal bibliografia utiliza majoritariamente o “modelo” de Brasil

---

<sup>124</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, Ano III, 02/09/ 1953, p. 4. (O jornal no qual circulavam majoritariamente as críticas ao “governador do Centenário” era a “Gazeta do Povo”, periódico tido por “Lupionista”.)

<sup>125</sup> Ver: CODATO, Evandir. *PSD e UDN: articulação e conflito na política paranaense entre 1945 e 1950*. São Paulo: USP, 1991. Tese (doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1991.

<sup>126</sup> LAZIER, Hermógenes. *Estrutura agrária no Sudoeste do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1983. Dissertação (mestrado em História) - Departamento de História, 1983. Disponível na Internet via :<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24616>.

COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1984. Dissertação (mestrado em História) - Departamento de História, 1984.

Pinheiro Machado, explicitado na Sinopse de 1951, mais especificamente o capítulo 21, a fim de explicar e reiterar que a ocupação do Sudoeste do Paraná se originou da “[...] corrente migratória proveniente do sul do país, que vai penetrando pelo sudoeste do estado e se espraiando em direção norte.”<sup>127</sup>

A partir desse “modelo” se aponta que o autor estabeleceu, para a história do estado, três comunidades: “[...] o Paraná Tradicional, de ocupação antiga e genuinamente paranaense; a região Norte, vista como um prolongamento da economia paulista; e, por último, a região Sudoeste, povoada pelo fluxo migratório originado principalmente no Rio Grande do Sul.”<sup>128</sup> Esses novos núcleos, continua Machado, produziram seu tipo próprio de vida e sua relação com as “velhas populações”. Disso resultaria que, se a Sinopse foi feita e divulgada como roteiro para o livro “monumental” da história do Paraná, como um dos produtos comemorativos ao Primeiro Centenário, as “novas populações” deveriam ser integradas e subordinadas ao núcleo do Paraná Tradicional, sendo Curitiba a sua sede política. A Sinopse foi, antes de tudo, um roteiro de construção da história do estado a partir do ponto de vista das “velhas populações”. A explicação dessa formação histórica deveria ser redigida a partir dos capítulos 18 a 22, mas ficou pendente com a não realização do livro de história total do Paraná naquele momento. No entanto, perdurou o “modelo”.

O insucesso da publicação de uma “monumental” história do Paraná não significou, porém, que a história ao final das contas tivesse ficado ausente do extenso programa do Primeiro Centenário. Houve, melhor, um deslocamento temporário de foco da historiografia – que trilhou caminho em território acadêmico, na medida em que a sinopse passou a ser utilizada como referência a um panorama da história regional precedente a qualquer estudo histórico mais específico –, para a atuação política de um intelectual que pensou a região a partir da história geral. Essa dicotomia entre historiografia e atividade pública pode ser comprovada ao se perseguir mais de perto as funções de Brasil Pinheiro Machado como presidente da Comissão Executiva das Comemorações e secretário-geral da Comissão

---

<sup>127</sup> MACHADO, B. P., 1951, p.26.

<sup>128</sup> COLNAGHI, Maria Cristina, 1984, p. 55.

Central das Comemorações.<sup>129</sup>

Foi no exercício desse encargo que Machado acompanhou a organização do Congresso Mundial do Café, da Exposição Internacional do Café e Feira Internacional de Curitiba anexa a esta última. Agendado para acontecer entre os dias 11 e 19 de dezembro de 1953, cujo encerramento marcaria, intencionalmente, a comemoração da data exata do centenário da instalação da província do Paraná, o Primeiro Congresso Mundial do Café era considerado um dos pontos altos de toda a programação do evento cívico paranaense. Seguido ao término do Congresso, no mesmo dia 19, a abertura da Exposição Internacional do Café, inclusive com falas ao público presente do ministro de Estado da Agricultura, João Cleofas (Vitória de Santo Antão/PE, 1899 - Rio de Janeiro/RJ, 1987)<sup>130</sup>, e do secretário-geral das comemorações, Brasil Pinheiro Machado. No dia 15 de junho de 1953 o Instituto Brasileiro do Café e o Governo do estado assinaram um convênio para a realização dessa exposição, que teria por objetivo representar todos os produtores cafeeiros do estado perante os demais vindos do estrangeiro.

Desde o segundo semestre de 1953, os trabalhos caminhavam para que a abertura da Exposição se realizasse na data prevista. Em setembro desse mesmo foi exposta, na Galeria Prestes Maia, em São Paulo, a maquete da Exposição Internacional do Café e Feira Internacional de Curitiba quando o diretor geral executivo desses eventos, Sebastião Sampaio<sup>131</sup>, anunciou que essa seria a primeira de uma série de exposições internacionais a serem realizadas com intervalo de três anos. A maquete representava os cinco pavilhões destinados à primeira edição, localizados em uma área ao norte e então considerada “subúrbio” da capital paranaense, atual bairro Tarumã. Eram pavilhões temáticos, abrangendo a história do café, as condições climáticas e de solo para a sua produção, os aspectos da cultura cafeeira, pragas e doenças que atingiam a lavoura e a economia. Desde meados desse ano o ex-presidente da Comissão de

---

<sup>129</sup> Nomeado pelo decreto n. 3.634, de dezembro de 1951. (Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, Fundo PB037; Notação 23/41/10/36.).

<sup>130</sup> João Cleofas de Oliveira, além de ministro da Agricultura do governo de Getúlio Vargas, de 1951 a 1954, foi também senador por seu estado natal, entre 1966 a 1975, e presidente do Senado, de 1970 a 1971.

<sup>131</sup> Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo e diplomata de carreira, Sebastião Sampaio, na década de 1920, foi cônsul-geral do Brasil em Nova York. O embaixador é autor do livro *O café do Brasil neste século*, publicado em 1958.

Comemorações, Newton Carneiro, inspecionou, no Norte do estado, os viveiros de mudas de café que seriam expostas nos pavilhões e que estavam em preparação na estação experimental de Cambará e na Escola Agrícola de Santo Antônio da Platina. A intenção era a de que o público visitante da Exposição tivesse oportunidade de ver “[...] miniaturas de verdadeiros cafezais, muitos deles em plena frutificação.”<sup>132</sup>

Entretanto, em outubro, o governador Bento Munhoz recebeu um telegrama da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos, solicitando que o governo do estado postergasse o Congresso para o mês de janeiro do ano seguinte. O pedido, feito pela Associação Nacional do Café dos EUA, se baseava na proximidade do evento internacional de Curitiba dos festejos natalinos e da convenção anual dessa associação norte-americana, que aconteceria em fins de novembro de 1953. Aceita a solicitação, o Congresso Mundial do Café foi transferido para o período de 18 a 22 de janeiro de 1954.

Com duração de quatro meses, de dezembro de 1953 a abril de 1954, a Exposição Internacional do Café e Feira de Curitiba poderiam ser visitadas, no entanto, pelos congressistas em visita a Curitiba no mês de janeiro. Além disso, os congressistas poderiam participar das comemorações do IV Centenário de São Paulo, em decorrência da pequena distância entre Curitiba e aquela capital, a qual também seria palco de extensa programação festiva.

São Paulo era referência obrigatória na construção identitária paranaense e no contexto do Primeiro Centenário não foi diferente. O “governador do Centenário” afirmou, para a revista *Divulgação*, que o Paraná era um “[...] desdobramento sociológico, econômico e psicológico da civilização paulista.” Os jornais da época fizeram, inclusive, algumas comparações entre os festejos cívicos do Paraná e de São Paulo. O *Estado do Paraná*, em setembro de 1953, publicou matéria a respeito desses eventos, contabilizando para cada lado os gastos com a edificação de obras públicas comemorativas. Se os paulistas somavam 500 milhões de cruzeiros destinados somente ao complexo do Parque do Ibirapuera, a quantidade

---

<sup>132</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 24/04/1953, n.16.431.



gasta pelos paranaenses, apesar de não ter sido citada na reportagem, equivalia em esforços para “[...] mostrar algo de honroso ao Brasil e ao mundo [...]”.<sup>133</sup> Semelhante também, para esse periódico, era o entendimento de ambas as populações, paranaense e paulista, para com esses gastos públicos. “O povo do Paraná, de modo semelhante ao paulista, compreende e apoia esse programa de obras, porque tem consciência do seu valor e da verdadeira expressão de nosso Estado no Brasil contemporâneo.”<sup>134</sup> Por seu lado, o presidente da Comissão de Comemorações e secretário geral das Comemorações, o historiador Brasil Pinheiro Machado, escreveu na sinopse da história regional do Paraná, em 1951, que Curitiba nascera como subnúcleo paulista e, aos poucos, adquiriu sua autonomia e se tornou o “[...] centro de irradiação da conquista de uma parte do território, que iria, afinal, constituir a Província e o Estado do Paraná.”<sup>135</sup>

A história “monumental” do Paraná a ser feita, mesmo que realizada visualmente nas vitrines da exposição e da feira internacionais, bem como nas edificações públicas, deveria atuar e permanecer como um sinal, ao mesmo tempo, da ruptura com o passado recente subordinado ao núcleo São Paulo, da pujança econômica do presente vivenciado pelo estado em virtude da riqueza trazida pelo “ouro verde” (economia cafeeira) e da visão de um futuro autônomo. Os registros concretos, visuais e imateriais, marcariam esse tempo presente carregado de futuro na paisagem urbana em expansão (referindo-se à capital do estado, Curitiba) e na fortuna crítica intelectual a ser transmitida a todos os paranaenses, sejam autóctones ou imigrados. Esse foi o recado do “governador do Centenário”. Mesmo que a submissão da quinta comarca à província de São Paulo fosse por essa autoridade estadual entendida como uma origem nobre da autonomia conquistada, pois daquela região herdou-se uma riqueza civilizacional em termos sociológicos, econômicos e psicológicos, a cafeicultura paranaense possibilitou ao estado realizar, por si próprio, uma nova fase da civilização nacional, colocando-se, dessa vez, na linha de frente.

---

<sup>133</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 17/09/1953, Ano III, n. 646, p. 4.

<sup>134</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 17/09/1953, Ano III, n. 646, p. 4.

<sup>135</sup> MACHADO, B. P., 1951, p. 7.

Face da mesma moeda, a escrita da história regional também deveria seguir os preceitos mais amplos e que então eram mobilizados por aqueles envolvidos na produção do conhecimento da história, a fim de se modernizar. As comparações aqui feitas entre os dois textos comemorativos escritos por Brasil Pinheiro Machado para o aniversário de Curitiba, em 1943, e para o centenário da autonomia paranaense, menos de uma década depois, atestam que a vanguarda convergia nesses dois sentidos: o da produção intelectual e o da força política. Assim como o passado, a historiografia regional também precisava alcançar autonomia.

No item a seguir, se verá alguns caminhos seguidos pela atualização da história regional como uma das vertentes da escrita historiográfica feita em território nacional.

### 1.3 O presente: a história feita de recifes de coral e pólipos

Baseia-se, [...] na compreensão objetiva e justa dos fenômenos culturais e dos problemas que agitam as comunidades humanas - as grandes como as pequenas: baseia-se na formação de juízos de realidade, obtidos mediante escrupulosa aplicação dos métodos científicos. Em conhecimentos, enfim, que procurem enquadrar-se dentro de uma concepção de mundo capaz de atenuar o desastroso hiato peculiar às épocas de desorganização social, como a nossa, entre a inteligência e a ação. A História como relato vivo e fiel das vicissitudes da humanidade, não pode prescindir desse espírito, a não ser que ela se condene, de antemão, a uma irremediável esterilidade.  
136

Em 1948, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) realizou o Primeiro Congresso de História Catarinense, tendo como principal motivo a comemoração dos 250 anos da chegada dos primeiros casais de origem açoriana à região. Organizado pelo então diretor desse Instituto, Henrique da Silva Fontes (Itajaí/SC, 1885 – Florianópolis/SC, 1966)<sup>137</sup>, com auxílio do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral (Laguna/SC, 1903 – Florianópolis/SC, 1978)<sup>138</sup> – autor do livro *Santa Catarina - história, evolução*, que havia sido publicado na década anterior pela Companhia Editora Nacional na Coleção Brasileira –, o Congresso teve como preocupação central unir a “[...] literatura e o diletantismo, até então bases para a produção e justificativa para o conhecimento histórico, com os

---

<sup>136</sup> SCHADEN, Egon. Página publicada na revista *Atualidades*, Florianópolis, n. 2, fevereiro de 1948. Citado em: CORRÊA, Carlos Humberto P. *Diálogo com Clio: ensaios de história política e cultural*. Florianópolis: Insular, 2003. p. 192.

<sup>137</sup> Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná (1927), foi professor do Ginásio Catarinense, juiz federal, desembargador e secretário de estado da Viação, Fazenda, Obras Públicas e Agricultura de Santa Catarina no governo de Adolfo Konder (1926 -1930). Um dos criadores da Faculdade de Filosofia de Santa Catarina, em 1951, e fundador da Cadeira 18 da Academia Catarinense de Letras. Seus escritos podem ser acessados no seguinte endereço eletrônico: [www.henriquefontes.pro.br](http://www.henriquefontes.pro.br).

<sup>138</sup> Formado em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1929), atuou como professor da Universidade Federal de Santa Catarina, na qual é homenageado pela denominação Museu de Arqueologia e Etnologia, que leva seu nome e do qual foi diretor entre 1965 e 1969. Deputado na década de 1950, se dedicou, ainda, à escrita da história de Santa Catarina, tendo sido membro do Instituto Histórico do seu estado, bem como do IHGB, e de outros estaduais, entre eles o do Paraná.

modernos processos firmemente científicos da produção do conhecimento histórico.”<sup>139</sup>

Além da mútua situação configurada entre os estados catarinense e paranaense acerca da produção do conhecimento histórico inserida em um evento comemorativo oficial, se nota, nessa inquietação dos organizadores do Congresso de Santa Catarina, outra proximidade, a do escopo do evento no estado vizinho com o conteúdo da aula inaugural do professor Brasil Pinheiro Machado proferida, em 1940, aos futuros bacharéis da FFCL do PR. Naquela circunstância, o historiador paranaense havia falado sobre a nova “massa documentária” à disposição dos estudiosos da história, o que daria condições da ultrapassagem de velhas perspectivas, com a superação do viés político pelo cultural, bem como a imposição de revisões constantes nas conclusões, mais do que nunca de caráter temporário.

Lá, como cá, se iniciou a divulgação de uma visão contrária à tradicional e realizada, preferencialmente, nas faculdades de filosofia. O antropólogo Egon Schaden (São Bonifácio/SC, 1913 -?/? , 1991)<sup>140</sup>, nascido em Santa Catarina e então professor da Universidade de São Paulo quando do Primeiro Congresso de História Catarinense, fez esse papel em defesa de uma história “viva e atraente”. Essa “nova história” deveria ser realizada pelo “[...] historiador [...] animado do espírito peculiar aos meios universitários, sobretudo nas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, centros de cultura livre e desinteressada.”<sup>141</sup>

Assim, mais uma semelhança entre os contextos científicos dos estados do Paraná e de Santa Catarina, nos anos 1940, ao se observar algumas posições de Pinheiro Machado e de Egon Schaden, respectivamente. Na epígrafe que abre este item, o antropólogo catarinense

---

<sup>139</sup> CORRÊA, Carlos Humberto, 2003. p. 177

<sup>140</sup> Bacharel em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1937), onde foi aluno de Claude Lévi-Strauss, após pequeno período em sua terra natal retornou à Faculdade de Filosofia de São Paulo, em 1943, quando assumiu o cargo de assistente do professor Emilio Willems (estudioso sobre a imigração alemã) na cadeira recém-fundada de Antropologia. No final da década de 1940, se tornou professor catedrático dessa cadeira, condição na qual criou a *Revista de Antropologia*, em 1953. Seus trabalhos são referências para os estudos de imigração e conflito indígena. Para saber mais sobre o papel de Willems e Schaden na constituição da antropologia brasileira, consultar: PEREIRA, João Baptista Borges. Emilio Willems e Egon Schaden na história da antropologia. In. *Estudos Avançados*, São Paulo, 8(22), 1994.

<sup>141</sup> CORRÊA, Carlos Humberto, 2003, p. 191.

coloca a história a serviço da sociedade, como forma de unir a inteligência à ação, destinada a auxiliar na solução dos problemas enfrentados pelas comunidades humanas. Por detrás da noção de “história viva” está, certamente, a noção de cultura como chave para o entendimento das comunidades. Naquela aula inaugural de 16 de março de 1940, Brasil Pinheiro Machado defendera o método histórico-cultural para o estudo da história brasileira, não sem antes conceituar o termo cultura. E o fez de acordo com Edward Burnett Tylor (Londres, 1832 - Wellington, 1917). Para esse antropólogo britânico, a cultura é um “[...] todo complexo que inclui conhecimento[s], crença[s], arte, moral, lei[s], costumes e [...] hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.”<sup>142</sup>

Com base nesse abrangente conceito de cultura, o qual uniu o material e o espiritual, ambos como matérias formadoras das culturas das comunidades, Tylor também marcou “[...] fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos.”<sup>143</sup> No entanto, para demarcar um afastamento em relação ao viés evolucionista contido na conceituação de Tylor – para quem a diversidade cultural era o reflexo da desigualdade dos estágios evolutivos de cada comunidade humana<sup>144</sup> – o professor Brasil, “[...] porque a palavra evolução costuma ser eivada de preconceito, principalmente do prejuízo do progresso [...]”<sup>145</sup>, e a fim de reforçar o método histórico-cultural que patrocinava, ilustrou a definição de cultura a partir da imagem proposta por outro antropólogo, dessa vez o californiano Alfred Kroeber (Nova Jérсия/EUA, 1876 - Paris/França, 1960)<sup>146</sup>.

---

<sup>142</sup> MACHADO, B. P., 1940, p. 12.

<sup>143</sup> LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 25. (Antropologia Social). Nesse livro, Laraia referencia o livro de autoria de Tylor, publicado originalmente em Londres, no ano de 1871, sob o título *Primitive Culture*. Uma edição mais nova é citada como sendo a americana, de 1958. Portanto, à época em que Brasil Pinheiro Machado cita esse cientista inglês somente havia disponível o original em língua inglesa ou, também possível, tenha extraído a tradução de algum outro autor brasileiro.

<sup>144</sup> LARAIA, 2000, p. 33.

<sup>145</sup> MACHADO, B. P., 1940, p. 13

<sup>146</sup> Alfred Louis Kroeber foi um antropólogo estadunidense. Formado em Letras, fundou o Departamento de Antropologia da Universidade de Califórnia. No começo do século 20, estudou antropologia com Franz Boas, tendo se tornado um dos mais importantes representantes da orientação culturalista, pela qual se entende a cultura como um sistema autônomo em relação à natureza.

Podemos pensar a cultura - diz ele [Kroeber] - como um recife de coral, matéria morta, mera secreção de gerações passadas. Mas, sendo embora produto de gerações passadas, tem uma influência atual. O recife é que torna possível a vida dos pólipos que crescem na sua superfície. Os pólipos só tem possibilidade de vida na estreita faixa do recife, não submersa pela águas do oceano. À medida que os pólipos vivem e crescem o recife altera a superfície habitável, e determina novas possibilidades de vida para os descendentes daquelas gerações, cuja passagem pela vida foi a causa das alterações da superfície habitável, superfície a qual os novos pólipos estão subordinados. O recife é inteiramente produto dos pólipos, porém ele determina as condições e maneiras de existência dos pólipos individuais. A cultura é tão atual e sensível, e determina tanto as condições de vida dos indivíduos humanos em sociedade, como o recife em relação aos pólipos. E é tão distinta dos seres humanos que a formam e que ela influencia, como o recife é distinto dos pólipos que o formaram e dos que vivem sobre ele.<sup>147</sup>

Em 1917, Kroeber “[...] acabou de romper todos os laços entre o cultural e o biológico, postulando a supremacia do primeiro em detrimento do segundo em seu artigo ‘O Superorgânico’ [...]”<sup>148</sup> Dessa maneira, a linhagem posta por Brasil Pinheiro Machado em sua argumentação sobre o método histórico-cultural era a do processo de “[...] afastamento crescente desses dois domínios, o cultural e o natural.”<sup>149</sup> Ao passo que, no mundo natural as adaptações requerem que algumas características desapareçam, no mundo cultural tudo se dá por acumulação, processo esse típico das comunidades humanas e somente delas, nas quais “[...] conserva-se o antigo, apesar da aquisição do novo.”<sup>150</sup>

Valendo-se dessa imagem, e na perspectiva vista do cenário da modernização dos estudos históricos no Brasil (país), o recife seria o resquício orgânico de uma estrutura morta, mas que, por meio da ação extraorgânica dos pólipos acaba se transformando mesmo assim, alterando sua “superfície habitável” e mudando as condições de vida para as gerações seguintes de pólipos. A divisão que mais importa aqui, portanto, não é propriamente a que marcou o debate antropológico desde o Oitocentos, entre natureza e cultura, mas a da fronteira entre a história e as demais disciplinas que tomam as comunidades humanas como objetos de estudos. Além disso, importava, também, a centralidade da ideia da supremacia da cultura nesses estudos, especialmente realizados em um ambiente único,

<sup>147</sup> Citado em: MACHADO, B. P., 1940, p. 13.

<sup>148</sup> MACHADO, B. P., 1940, p. 4.

<sup>149</sup> MACHADO, B. P., 1940, p. 4.

<sup>150</sup> KROEBER, A. O Superorgânico. In. PIERSON, Donald (org.), *Estudos de organização social*, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1949. Citado em: LARAIA, 2000, p.40.

qual seja, o das faculdades de filosofia que já floresciam na década de 1940, no país. A história, apesar de tomar como central para o seu método a noção de cultura vinda da etnologia e da antropologia, se diferencia dessas áreas por trabalhar, ao mesmo tempo, com as dimensões temporais do passado e do presente, a grandeza espacial e a convivência entre o antigo e o novo. O campo dos estudos históricos, como alertou o professor Machado aos futuros bacharéis da FFCL do PR, em 1940, não era fértil para “[...] especulações filosóficas sobre o progresso humano.”<sup>151</sup> Assim, o que a história não busca entender é a evolução da cultura, mas sim as transformações acumulativas dessa ao longo do tempo e em um espaço territorial; apreender os movimentos contínuos de diferenciação dos traços culturais, a partir de uma unidade cultural primeira, que se expande.

Ao lançar mão da imagem do recife de coral, com base em Kroeber, se pode identificar, no método histórico-cultural de Pinheiro Machado, que essa primitiva unidade cultural seria a “superfície habitável” que irá determinar outras condições de vida; os pólipos seriam, nesse esquema, os demais núcleos formados desde essa “célula fundamental” e que carregam consigo o aprendizado da velha estrutura, transformando-a. A ideia de fundo exposta na aula inaugural de 1940 permaneceria na Sinopse de 1951, uma vez que o conceito fundamental explicativo da história regional posto no roteiro feito pelo diretor da Divisão de História do IHGEPR foi o de “múltiplos estímulos”, desde uma “célula fundamental”. Se as comunidades humanas são capazes, todas elas, de transformar culturalmente o ambiente no qual se estabelecem, a partir de um processo de aprendizagem e da utilização dos conhecimentos acumulados, estaria garantido o sentido evolucionista, pois a “[...] transformação de uma cultura não se opera por crescimento orgânico, mas por uma acumulação contínua de traços e complexos que se assimilam ao padrão cultural de um povo, em uma determinada época.”<sup>152</sup>

Pinheiro Machado anunciou ali mesmo, quando proferia a sua aula inaugural, que a unidade primitiva da cultura brasileira tinha como ponto de partida os primeiros povoadores aqui chegados vindos de Portugal. Esses

---

<sup>151</sup> MACHADO, B. P., 1940, p. 13.

<sup>152</sup> MACHADO, B. P., 1940, p. 13.

pioneiros se estabeleceram em cinco pontos, ou “áreas culturais”, espalhados pelo território geográfico recém-conquistado (o professor Brasil, na verdade, utiliza o termo “descobrimento”). Os cinco núcleos principais são os mesmos apresentados posteriormente na Sinopse de 1951, quais sejam: Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão. Uma vez identificados esses pontos a análise da história do Brasil teria duas frentes, uma temporal e outra espacial. O primeiro aspecto se dedicaria a acompanhar as modificações sofridas ao longo do tempo por esse padrão cultural primeiro; quanto a dimensão espacial, a observação da dilatação desses cinco pontos fundamentais seria o objetivo. A conclusão imediata derivada de uma análise desse tipo seria a constatação de desigualdades culturais por sobre uma igualdade geográfica. Essas desigualdades se dão em forma de regionalismos, uma vez que as transformações dos núcleos principais são parciais, mesmo com a vocação para abranger totalmente a área, cujo fim último “[...] é uma tendência sempre em vias de realização.”<sup>153</sup>

No país, lembrava o professor Brasil, a dificuldade de comunicação – processo cultural, aliás, capaz de demonstrar plenamente o valor acumulativo da cultura, segundo Kroeber<sup>154</sup> – era um dos principais empecilhos a ser vencido para lograr a unidade cultural nacional. Se, nos Estados Unidos a desarticulação e a ausência de integração entre as populações do oeste e do leste foram solucionadas mediante o “deslocamento da fronteira” em direção ao primeiro, observa Machado a partir do professor norte-americano F. J. Turner (Wisconsin/EUA, 1861 – Califórnia/EUA, 1932)<sup>155</sup>, qual seria o remédio para o caso brasileiro? Também um caso de fronteira, mas não movida pela força da economia, como nos Estados Unidos, mas sim pela dinâmica política.

---

<sup>153</sup> MACHADO, B. P., 1940, p. 16.

<sup>154</sup> LARAIA, 2000, p. 53.

<sup>155</sup> Frederick Jackson Turner foi professor de história nas universidades de Wisconsin e Harvard. O seu artigo acadêmico “O significado da fronteira na história americana”, publicado em 1893, divulgou a noção de ‘fronteira móvel’, pela qual interpretou o avanço em direção ao Oeste dos Estados Unidos ao longo dos séculos XVIII e XIX. Para Turner, o confronto entre civilização e barbárie resultaria na fundação da própria nacionalidade norte-americana. A experiência da fronteira, assim, não foi identificada simplesmente como a supremacia dos valores da civilização sobre os “selvagens”, mas como um processo constante de confronto entre esses dois termos na formação democrática do país.



A Sinopse de 1951 trouxe, em relação àquela aula inaugural de março de 1940, duas importantes questões para a reconstituição do método histórico de Brasil Pinheiro Machado. Em primeiro lugar, o roteiro da história regional do Paraná absorveu fortemente o sentido da fronteira política como instrumento de integração. Na Sinopse, se torna evidente a necessidade da intervenção do Estado na conquista dos territórios distantes e na delimitação das fronteiras definitivas.

Para fixá-la, o esforço consciente dos estadistas, provocando violentas oposições sociais, ensaia dirigir a expansão povoadora, partindo de determinados núcleos, a fim de que a fronteira cultural coincida com a fronteira política.

É exemplo, a expansão paulista pós-bandeirista, no século XVIII, dirigida pelo capitão-general para o extremo sul, como o povoamento dirigido violentamente para a fronteira paraguaia, nos episódios do Iguatemi - expedições tão trágicas, mas tão mal compreendidas por grandes historiadores patricios, que as julgam mera amostra da megalomania dos capitães-generais.<sup>156</sup>

Em segundo lugar, a Sinopse representa um ponto de virada no pensar e no fazer a história pelo método histórico-cultural proposto por Brasil Pinheiro Machado. Se, por um lado, o “Esboço” de 1951 atrelou a história regional às concepções circulantes no pensamento social brasileiro desde o modernismo da década de 1920, por outro é o último escrito do professor Brasil que se apresenta em formato de roteiro e, portanto, ainda não é engessado por regras formais da academia, pelas quais se exige referências bibliográficas, notas explicativas e filiações intelectuais explícitas.

Ao tomar como referência aquela aula inaugural de 1940, os vários autores nela citados pelo professor Brasil, no entanto, auxiliam a desvendar as tendências as quais sua concepção de história foi apropriando. Um desses autores, o americano Turner, é importante, antes de tudo, para medir a presença do tema “espaço geográfico” como categoria central do pensamento social brasileiro. Como observa Lúcia Lippi Oliveira, o discurso sobre o espaço territorial do Brasil foi marcado pela exaltação das paisagens naturais e ausências de catástrofes climáticas, fazendo parte de uma linhagem intelectual longínqua, desde a Carta de Pero Vaz de Caminha.<sup>157</sup> A

---

<sup>156</sup> MACHADO, B. P., 1940, p. 17.

<sup>157</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos*: representações da identidade nacional no Brasil e

obra euclidiana e, pouco depois, o modernismo Novecentista, interessados na seleção de símbolos da nacionalidade, tornaram o espaço geográfico, principalmente aquele que marca os sertões (espaço incivilizado), o repositório da autenticidade da brasilidade.

Como elemento central para se entender a nação, o sertão se colocou no âmago do antagonismo entre o “Brasil verdadeiro/real”, onde estão localizadas as raízes da nacionalidade, e o “Brasil legal”, espaço social normatizado pelo direito escrito.<sup>158</sup> Nessa perspectiva, a conquista do “espaço incivilizado” não se dava no sentido de regenerar os seus habitantes supostamente inferiores, mas sim com o objetivo de removê-los do isolamento e da imobilidade social para que, por meio dos instrumentos da modernidade, fossem capazes de ganhar autonomia e, assim, se fortalecerem como índices da brasilidade. Aqui, se pode considerar, também, o “homem-tapera”, que não foi analisado por Pinheiro Machado pelas lentes das ideologias raciais, mas como grupo social inerte a espera de um choque capaz de despertá-lo para a consciência histórica.

O movimento da fronteira civilizacional em direção a esses espaços retrógrados teria como motor, paradoxalmente, o tempo. Ao fazer coincidir espaço geográfico e temporalidade, o ganho seria a harmonia entre a autenticidade brasileira e o ritmo da civilização moderna. A civilização dos sertões, todavia, acaba muitas vezes se confundindo não com a história nacional, mas com ações regionais, como o caso do movimento das bandeiras na formação paulista. Na primeira metade do século XX, no entanto, a historiografia brasileira se esforçou para estabelecer padrões explicativos para as dificuldades da consolidação da identidade nacional e, em alguns momentos, como quando da Revolução Constitucionalista de 1932, o padrão regional ousou ser o da nação como um todo. Porém, ao mesmo tempo, o objetivo desse discurso historiográfico moderno era o da construção da nacionalidade, mesmo que a partir de pontos regionais.

O desvelamento dos problemas que impediam a efetivação da nacionalidade com sentido homogêneo, de norte a sul do país, aparece de

---

nos EUA. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. (Humanitas).

<sup>158</sup> LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In. BOTELHO, André, SCHWARTZ, Lília Moritz (organizadores). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 104-117.

variadas formas nas interpretações sobre o Brasil no rol das obras do pensamento social brasileiro desse período. Para Oliveira Vianna, que se dedicou a apontar a falta de solidariedade na sociedade brasileira, o fator principal da ausência de uma cultura política moderna e da irregularidade da identidade nacional era decorrente do formato da organização social, a qual por aqui preponderou até o final do século XIX em formato de núcleos parentais orientados pelo “espírito de clãs”. Basicamente, a solidariedade social existente nos círculos privados, como a família, não era estendida à coletividade, ou melhor, nas esferas públicas era aplicada a mesma moralidade privada.

Na reflexão do jovem Pinheiro Machado, cujo subtítulo da primeira parte do seu artigo veiculado na revista *A Ordem* foi, sugestivamente, “O desnorteante da União brasileira”, esse fenômeno foi explicado como tendo sido realizado por acaso. Para tanto, certamente, nessa análise negativa do país e, especificamente, do Paraná, Machado tinha à disposição um repertório de concepções articulado a diversas correntes intelectuais, mas que compartilhavam, de forma geral, uma posição antiliberal que recrudescia fortemente ao longo dos anos 1920. O entendimento da necessidade do fortalecimento do Estado, desse modo, acabava por explicitar de modo crítico a fragilidade do espaço público na cultura política brasileira. Como observa Angela de Castro Gomes em seu ensaio sobre Oliveira Vianna:

A defesa do poder de intervenção do Estado e do avanço de sua governabilidade sobre a sociedade – uma regularidade em sociedades de ‘modernização retardatária’ – acaba dominando esses novos projetos, que desembocam, com frequência, na defesa de Estados autoritários, concentrando poder no Executivo.<sup>159</sup>

A trajetória intelectual de Brasil Pinheiro Machado, desde o seu início, nesta tese balizada na segunda parte da década de 1920, se insere nesse universo onde o Estado passa a ser alvo tanto de intervenção política, quanto de objeto de estudos sociais e históricos. A escrita da história regional por esse historiador paranaense sempre teve, portanto, essa

---

<sup>159</sup> GOMES, Angela de Castro. Oliveira Vianna: um *statemaker* na Alameda São Boaventura. In: BOTELHO, André, SCHWARTZ, Lilia Moritz (organizadores). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 154.

<sup>159</sup> ARAÚJO, R. B., *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. p. 25.

interface com o contexto maior do pensamento sobre a nação brasileira. Essa perspectiva faz com que, ao eleger a Sinopse de 1951 como fio condutor, se deva questionar uma aceitação por parte da história da historiografia brasileira que identifica esse período como uma primeira fase da história regional, antes desta se tornar um objeto dos modernos estudos realizados no âmbito dos cursos de pós-graduação no país, os quais surgiram a partir dos anos 1970. Aquela história regional anterior à acadêmica estaria atrelada inteiramente aos institutos históricos e, logo, marcada pela permanência de paradigmas ultrapassados, pois que identificados a métodos gerados conforme a matriz, nesse caso o IHGB; seria uma história regional desvalorizada, ainda mais perante as obras contemporâneas de grandes sínteses de interpretação do país.

As raízes antigas em que se articula o “Esboço” devem ser remontadas a esse quadro da “primeira fase” da história regional, quando a busca pela originalidade cultural brasileira passou a ser elemento considerado na linguagem política e intelectual, fazendo parte de construções ideológicas em prol de um Estado moderno e organizado. Esse era o pano de fundo da produção de textos que objetivaram compreender uma região específica, ou melhor, inserir os regionalismos na “[...] superação dos ‘arcaísmos’ ou de um melhor lugar para suas tradições locais no moderno ‘revolucionário’ pacto nacional.”<sup>160</sup>

Essa tendência se acentuou a partir de meados da década de 1920, quando o regionalismo foi revalorizado via modernismo. E essa busca pelo pacto nacional, considerando-se as tradições locais, continuou ao longo dos anos 1930, quando o Estado se encarnou em políticas centralistas e, logo depois, autoritárias. Já na juventude, e fazendo parte da sua experiência no Rio de Janeiro modernista do final dos anos vinte, o artigo “Instantâneos paranaenses” o foi nesse sentido, ou seja, o de possibilitar a existência do Paraná e do paranaense nesse pacto nacional. Essa experiência será analisada no capítulo seguinte desta tese, porém a sua menção aqui quer enfatizar o entrelaçamento dos formatos de textos, a longevidade das

---

<sup>160</sup> GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. A modernidade brasileira reconta as tradições paulistas. In. MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 45.

questões regionalistas na história da historiografia brasileira – pois será um dos principais objetos dessa produção nos anos 1980 – e a flexibilidade do tema em ambientes diversos, visto o ponto essencial aqui defendido da estreita relação entre a intelectualidade e a dimensão pública. O “Esboço”, novamente, é exemplo tanto da longevidade da história regional como tema político, tanto quanto da presença multiforme do pensamento historiográfico sem necessariamente o estabelecimento de campos especializados.

Já se mencionou no item anterior deste mesmo capítulo que as faculdades de filosofia, ciências e letras foram reconhecidas pela professora Alice Canabrava – enquanto presidente da ANPUH na época dos 20 anos da criação dessa entidade corporativa – como sendo as sementes do ofício do historiador, privilégio que não foi estendido para as entidades mais antigas, oriundas do Oitocentos, como seria o caso do IHGEPR, apesar de criado mais tardiamente, no ano de 1900. Assim, se pode concluir que a Sinopse, ao seguir tais critérios de vinculação postos pela professora Canabrava, estaria fora do rol dos trabalhos que forneceriam os modelos para a ANPUH, uma vez que fora engendrada numa instituição desprezada na genealogia dessa entidade corporativa. No entanto, seu autor, Brasil Pinheiro Machado, já era professor da FFCL do PR desde 1939, o que fora ressaltado pelo crítico Valfrido Piloto na resenha da Sinopse de 1951 saída no livro *Tinguianas*.

O fato desse roteiro de autoria de Machado ter permanecido enquanto modelo historiográfico até a altura da década de 1980 serve como meio para se questionar não propriamente aquela cronologia da historiografia brasileira, que separou em duas fases a escrita da história regional, mas os critérios que diferenciam uma fase da outra; também, para inserir matizes nessas pré-classificações. Defende-se, aqui, que a Sinopse é um trabalho de síntese cujo objetivo principal era o de unificar a história regional paranaense como uma das histórias internas formadoras do país. Com isso, o roteiro de Machado não pode ser visto como um trabalho historiográfico cristalizado em exemplo máximo de história regional. Seus conceitos e suas articulações a construções teórico-metodológicas, que marcaram a interpretação sobre a história nacional, foram possíveis mesmo enquanto ação realizada por um historiador que deixou fluidas as fronteiras entre o

ambiente da FFCL do PR, do IHGEPR, do CEB e do espaço público. Aquela cronologia da historiografia brasileira deve ser vista a partir de situações específicas, uma vez que muitas combinações podem ser identificadas na produção historiográfica nacional, como o caso do intercâmbio entre autores, ambientes e conceitos que fazem parte, ao mesmo tempo, de mais de uma instituição onde era possível pensar sobre a história, e com preocupações metodológicas.

A criação do Departamento de História da UFPR, cuja origem é o Seminário de 1959<sup>161</sup>, em um momento que praticamente coincidiu com a fundação da ANPUH, faz com que os trabalhos de história passassem a ser inseridos em um universo especializado e, principalmente, um campo repleto de ressalvas para com a história regional. Desse modo, muitas vezes, ao renegar esse aspecto local os trabalhos assim classificados o foram sem nuances entre eles. No entanto, o tema história regional acompanharia os próprios passos da especialização dos estudos históricos no país.

No XIII Simpósio Nacional de História, realizado em Curitiba no ano de 1985 com o tema “sociedade e trabalho na história”, a ANPUH propiciou uma sessão pública para debater, justamente, problemas conceituais e metodológicos envolvendo os estudos que articulavam história e região. Muitos dos trabalhos apresentados nesse evento científico foram publicados no livro que se tornou um dos marcos historiográficos principais dessa discussão: *República em migalhas*, editado em 1990.<sup>162</sup> O título remete ao fenômeno da reação ao recrudescimento e domínio da história nacional pensada a partir do modelo paulista.

---

<sup>161</sup> ATA DA REUNIÃO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ. In. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, pp. 285-315, jan./jun. 2009. (O regulamento do Seminário de História foi aprovado no dia 18 de junho de 1959, “[...] a fim de dinamizar e organizar os trabalhos docentes e discentes do curso de História desta Faculdade, bem como desenvolver um programa de pesquisas históricas dentro das atuais perspectivas metodológicas de História.” No entanto, o Conselho Técnico-Administrativo da UFPR, na passagem de 1959 para o ano de 1960, aprovou o Seminário com o formato de departamento, surgindo, assim, o Departamento de História dessa universidade.

<sup>162</sup> SILVA, Marcos A. da (org.). *República em migalhas - História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

Segundo Anna Maria Martinez Corrêa, a “[...] publicação constitui, portanto, uma amostra dos problemas latentes nos estudos de História Regional ao oferecer questões sugestivas para o debate, demonstrando, ainda, suas múltiplas possibilidades.” (CORRÊA, Anna Maria Martinez, *Revista de História*, São Paulo, n. 127-128, ago-dez/1992, jan-jul./1993, p.188.) Resenha disponível na Internet via: [periodicos.usp.br/revhistoria/article/download/18698/20761](http://periodicos.usp.br/revhistoria/article/download/18698/20761).

O professor Brasil Pinheiro Machado, nessa altura, já havia se aposentado compulsoriamente por idade, em 1977. Apesar de ainda continuar ligado ao curso de pós-graduação em História da UFPR, implantado poucos anos antes, em 1972, não fez parte da comissão organizadora local desse XIII Simpósio <sup>163</sup>. Entre os cursos oferecidos durante desse evento científico, o de História Regional foi de responsabilidade de um grupo de professores da universidade local, instituição anfitriã dos historiadores de todo o país. Com o título de “Sociedade e Trabalho no Paraná”, os ministrantes do curso partiram da definição de “Paraná Tradicional”, de autoria de Brasil Pinheiro Machado quando este elaborou a Sinopse de 1951. Apesar de esse texto não constar na bibliografia do curso, a adoção dessa nomenclatura é indício da longevidade, na historiografia paranaense, do conceito de região defendido por Machado. Para esse historiador, região não era definida pela influência geográfica ou administrativa sobre uma população específica, mas sim pela estrutura social alcançada por uma comunidade, em um determinado tempo e espaço. Essa estrutura social podia ser captada em diversas regiões ao longo da história do Brasil, independentemente dos aspectos geográficos, pois esse autor paranaense estava convencido de que

[...] o aspecto dominante da formação histórica brasileira não está na região geográfica ou administrativa com sua conseqüente influência sobre a população, mas no fato de que, mais ou menos indiferentemente à geografia e à administração, a sociedade brasileira histórica se organizou sempre em grandes comunidades humanas e sociais. <sup>164</sup>

---

<sup>163</sup> Brasil Pinheiro Machado, na segunda metade da década de 1980, era, para alguns pesquisadores, testemunho da história. O projeto então em desenvolvimento de história política pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Regional (IPARDES), que tinha por objetivo analisar o processo político local de 1946 a 1984, entrevistou Pinheiro Machado pela sua condição de ex-interventor federal no Paraná, cargo por ele exercido entre fevereiro e outubro do primeiro ano dessa baliza cronológica. Esse depoimento será trabalhado no último capítulo desta tese.

<sup>164</sup> MACHADO, B. P., Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná – I: Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In. *Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História*. Curitiba, Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, 1962, p. 130. Quando a editora Arte & Letra (“Três Cadernos de História, Ideias e Reflexões”, Curitiba, 2002) publicou o artigo que deu origem a essa comunicação de Brasil Pinheiro Machado no II Simpósio, os editores avisaram, em uma nota explicativa, que o texto ali reproduzido fora retirado do 3º Boletim do Departamento de História da UFPR, editado em junho de 1963. No entanto, o próprio Pinheiro Machado, nos Anais de 1962, iniciou sua comunicação afirmando que seu trabalho sobre a formação histórica dos Campos Gerais há muito estava redigido quando Pedro Calmon vaticinou sobre a história regional no I Simpósio, ocorrido em Marília, em 1961. A impressão que se dá é que Brasil Pinheiro Machado havia preparado a comunicação para ser apresentada no I Simpósio, a

Com essa perspectiva, a tarefa do historiador, para Brasil Pinheiro Machado, seria justamente a de perceber como as comunidades se organizaram, bem como entender as suas transformações, relações, afastamento e integração com a estrutura nacional. Ao historiador paranaense, por analogia, caberia interpretar, a partir de dados empíricos e fontes primárias, o movimento profundo da formação da comunidade regional e sua integração na superfície da história geral. Portanto, o adensamento da história geral era o objetivo final dos trabalhos monográficos.

Em 1987, dois anos após a realização do XIII Simpósio Nacional de História, o editorial da revista *História: Questões & Debates*, periódico da Associação Paranaense de História (APAH), justificava a reedição integral do roteiro de Brasil Pinheiro Machado, – que até então circulava no formato original de separata do IHGEPR impressa pela Papelaria Requião –, na seção “Documentos”, por ser a divulgação de um exemplo passado do modo de se escrever a história, já agora datado; um meio legítimo para se compreender como se pensava a história regional quando esse modo era praticado, deixando obscurecida toda a dimensão de diálogo da produção da Sinopse de 1951 com estudos contemporâneos mais amplos.

Na década de 1980, o modelo de Brasil Pinheiro Machado foi retomado como objeto de análise para se avaliar o que havia na historiografia paranaense que pudesse vir a contribuir com essa discussão geral. No ano de 1981, o número 2 da revista da APAH, na seção “Teoria da História: modelos”, publicou duas resenhas acerca do roteiro balzaquiano de Machado. O ponto em comum entre essas duas interpretações, ambas escritas por professores do Departamento de História da UFPR, recai no acento metodológico destacado do texto de Brasil Pinheiro Machado, servindo nesse aspecto como modelo não somente àqueles profissionais que se dedicassem ao estudo da história regional, mas também aos que se debruçavam sobre a história global, com a qual o modelo permitia um

---

que não tendo ocorrida foi postergada para a segunda edição do evento, no ano seguinte, em Curitiba.



frutífero diálogo; o modelo foi alçado à categoria de um instrumento metodológico legítimo para as Ciências Sociais.<sup>165</sup> Essa transformação especializada promovida na natureza do texto de 1951, apesar de mantê-lo em circulação enquanto tema de discussão historiográfica, marca, no entanto, o apagamento daquela rica dimensão articuladora entre história regional e história nacional como meio de intervenção da atividade intelectual na esfera pública. O movimento de roteiro para modelo e, finalmente, para o de documento não foi aleatório e nem mesmo isolado do ponto de vista da produção intelectual local, mas está intimamente associado ao processo amplo de delimitação de fronteiras entre historiadores profissionais e não profissionais.

A cidade de Curitiba já havia sediado, em 1962, a edição do II Simpósio Nacional, sob os auspícios da ainda Associação dos Professores Universitários de História (APUH). Naquela ocasião, Brasil Pinheiro Machado, além de professor catedrático do Departamento de História, exercia o cargo de diretor do Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná (UFPR)<sup>166</sup>. E foi esse Conselho que, em nome daquele Departamento, patrocinou, pela Imprensa Universitária, a edição dos anais desse evento científico que reunia, pela segunda vez, historiadores de todo o país.

Além de participar da organização e divulgação do II Simpósio, o diretor Brasil Pinheiro Machado apresentou, na qualidade de professor universitário, a comunicação intitulada “Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná: Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais”<sup>167</sup>. A comunicação se iniciou com uma justificativa do professor Brasil quanto a posição diferente que ali tomava, na terceira sessão de

---

<sup>165</sup> CARDOSO, Jayme Antonio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. In. *História: Questões & Debates. Revista da Associação Paranaense de História*, Curitiba, ano 2, n.2, jun. 1981, p. 5.

<sup>165</sup> BREPOHL, Marionilde Dias. Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre a história regional. In. *História: Questões & Debates. Revista da Associação Paranaense de História*, Curitiba, ano 2, n.2, jun. 1981, p. 15.

<sup>166</sup> Pelo Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, aprovado pelo Conselho Universitário, em 10 de abril de 1959, foram criados departamentos, como o de Antropologia e o de História, reunindo cadeiras afins e apesar da permanência do regime de cátedras. No ano anterior, o Instituto de Pesquisas da FFCL havia sido transformado em Conselho de Pesquisas da UFPR, tendo Brasil Pinheiro Machado sido designado como o seu primeiro diretor. (Cf. WESTPHALEN, Cecília Maria, 1988.)

<sup>167</sup> MACHADO, B. P., 1962, p. 130.

estudos desse evento científico, em relação à do professor Pedro Calmon (Amargosa/BA, 1902 – Rio de Janeiro/RJ, 1985)<sup>168</sup> no I Simpósio, no ano imediatamente anterior. Ocorrido na cidade paulista de Marília em decorrência da instalação da APUH, Calmon lá afirmara já estar na época de os historiadores profissionais abandonarem as histórias regionais e locais a favor de uma história geral do Brasil, invertendo, portanto, a 'orientação de Capistrano de Abreu'. Esse historiador brasileiro, à medida que a produção científica da história se especializava, era cada vez mais identificado com a matriz do IHGB, portanto, era consolidado como um pensador cuja historicidade já havia sido superada.

Ao tomar conhecimento da conferência de Pedro Calmon por meio da leitura dos anais daquele primeiro simpósio, Brasil Pinheiro Machado, bem como outros colegas da UFPR, estava às voltas com os estudos sobre a formação da região dos Campos Gerais, em decorrência do programa institucional denominado “Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná”. Coordenado pelo Conselho de Pesquisas da Universidade e executado pelo Departamento de História da mesma, com a colaboração de outros setores e áreas de conhecimento da instituição, como o de Geologia e o de Economia, o programa visou analisar, tendo como foco os Campos Gerais, “[...] a origem da propriedade, as formas de utilização da terra, a estrutura social e econômica, sua evolução, expansão e desagregação.”<sup>169</sup>

A comunicação do professor Brasil Pinheiro Machado no II Simpósio derivou desse trabalho coletivo – cujos primeiros resultados foram publicados no Boletim da Universidade Federal do Paraná/Departamento de História, em junho de 1963 – e, segundo ele, somente de modo aparente

---

<sup>168</sup> “Ele fez ginásio e direito na Bahia e no Rio de Janeiro e tornou-se professor secundário e universitário, jornalista, diplomata, deputado, ministro. Não era um historiador profissional, mas conhecia muito da história do Brasil. Foi deputado pela UDN-BA, professor e diretor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e reitor da Universidade do Brasil. Foi ministro da Educação, de 1950 a 1951, no governo Eurico Gaspar Dutra. Tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras a partir de 1936. Desde 1931, foi membro, orador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para ele, a casa da memória brasileira. Foi professor *honoris causa* das universidades de Coimbra, Nova York, Equador e Buenos Aires. Pedro Calmon, hoje pouco conhecido na universidade, pouco estudado e analisado, em sua época, gozava de muito prestígio acadêmico e político.” Ver: “Civilização brasileira e otimismo ultraconservador (ingênuo): Pedro Calmon e a visão romântica e cristã da nação brasileira.” In. REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2*: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 33.

<sup>169</sup> MACHADO, B. P.; BALHANA, Altiva P., Introdução. In. *Campos Gerais, estruturas agrárias*. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, 1968, p. 7.

havia diferença de perspectivas entre a sua posição e a de Calmon. Pinheiro Machado não acreditava que esse historiador baiano censuraria o programa da universidade paranaense em pleno desenvolvimento, uma vez que o objetivo último desses estudos sobre a estrutura agrária dos Campos Gerais era ultrapassar um alcance interpretativo meramente local e estipular modelos gerais de análise. Brasil Pinheiro Machado já havia feito, desde o início das suas contribuições específicas a esse programa universitário – quando analisou a formação histórica dos Campos Gerais –, as prévias defesas ao entendimento de ser um estudo de história regional. Antes de tudo, pelo fato de ter começado a estudar o tema antes do vaticínio de Calmon sobre o futuro próximo destinado à história regional e anunciado naquele I Simpósio. Associado a esse esclarecimento, Machado alertava de que as teorias gerais da história nacional deveriam ser alvos de constantes aperfeiçoamentos face às pesquisas empíricas <sup>170</sup>. Ou seja, o avanço, como falou naquela já então longínqua aula inaugural de 1940, da “massa documentária” fazia com que as conclusões analíticas ganhassem cada vez mais caráter temporário. Assim, se à época da elaboração da sinopse essa mudança de perspectiva aos estudos históricos ainda não tinha ocasionado um efeito prático, já na década de 1960 era impossível fugir da necessidade de se fazer histórias como resultado direto de pesquisas empíricas locais com o intuito de constantes ajustes gerais.

Entre as predições aos futuros profissionais, que então receberiam o diploma de bacharéis naquela cerimônia de março de 1940, e a especialização da história no território acadêmico, nos anos 1960, as discussões sobre as condições da escrita da história regional marcaram presença não somente no contexto do Primeiro Centenário, mas permaneceram como algo pendente no cenário intelectual local. Passado recente, o assunto fez parte, logo depois daquele período de comemorações cívicas, mais precisamente em setembro de 1959, da primeira sessão do Seminário de História da FFCL do PR, cuja estrutura daria origem ao Departamento de História da UFPR, em janeiro do ano seguinte.

---

<sup>170</sup> MACHADO, B. P. “A formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais”. In: MACHADO, B. P. *Três cadernos de história: ideias e reflexões*. Curitiba: Arte & Letra, 2002. p. 62.

Reunindo os professores da FFCL do PR das cátedras de História Moderna e Contemporânea, História Antiga e Medieval, História da América, História do Brasil, História da Filosofia, História da Educação e História das Doutrinas Econômicas a primeira sessão foi, assim, dedicada a revisão da historiografia do Paraná, começando pela análise daquela que havia sido produzida por Romário Martins. A finalidade principal era esclarecer os impedimentos para que a escrita da história geral paranaense fosse efetivada e quais os caminhos a seguir, para tanto. O relator dessa sessão inaugural do Seminário, o professor Brasil Pinheiro Machado, partiu da terceira edição do livro *História do Paraná*, de Martins, para definir o quadro contemporâneo que deveria nortear a construção dessa história regional. Dessa vez, o professor estabeleceu cinco pontos de referência que auxiliassem nessa discussão, sendo eles:

- a) – O conceito de história regional, dentro do complexo da História do Brasil.
- b) – Cada uma dessas histórias regionais tem uma “ambientação” que a diferencia das outras.
- c) – A possibilidade, no estado atual de pesquisas, de se escrever uma história geral do Paraná.
- d) – O estado atual da pesquisa histórica regional do Paraná.
- e) O meio geográfico como fator da história regional.<sup>171</sup>

Ao detalhar tais pontos, reverberaram posições que fizeram parte da sua Sinopse, de 1951, pois muito do que se deveria fazer ainda estava, desde então, em aberto. O conceito de região, por exemplo, foi mais uma vez defendido com base na perspectiva social, e não geográfica; ainda, a necessidade da construção de histórias regionais, recuperando o ritmo próprio de cada uma delas; e, também, o aprimoramento do levantamento e da utilização das fontes históricas. Passando a Romário Martins o título de desbravador dos caminhos da história geral do Paraná, Pinheiro Machado colocou esse historiador como o responsável pelo estabelecimento dos pontos principais para essa história local, assim como Varnhagen havia sido para os pertinentes à história nacional.

Apesar da proximidade temporal da Sinopse de 1951 em relação a

---

<sup>171</sup> ATA DA REUNIÃO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ. In. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, pp. 285-315, jan./jun. 2009.

essa primeira sessão do Seminário de História, acontecida ainda na década de 1950, bem como da fidelidade do professor Brasil ao conceito de “região” como uma configuração social, e não geográfica, é bem clara a influência do conceito de “estrutura” trazido pela professora Cecília Westphalen em decorrência dos seus estudos que realizou na Europa, entre 1958 e 1959. Se o relator dessa sessão de revisão da historiografia do Paraná e o historiador Romário Martins ainda eram referências obrigatórias para os rumos da escrita da história regional, a professora Cecília já não era mais aquela amedrontada candidata que havia se apresentado diante do professor e então interventor federal no Paraná, Brasil Pinheiro Machado, nos idos de 1946. Cecília, após ter ingressado no curso de História e Geografia da FFCL do PR nele se bacharelou, em 1950. Sete anos depois, defendeu tese para concurso público nessa mesma instituição onde havia estudado, tendo sido aprovada para o cargo de professora catedrática de História Moderna e Contemporânea.

Tais mudanças de paradigmas quanto aos estudos históricos serão abordados no item dois do capítulo três desta tese. Nesse momento, apontar que essas transformações se deram no final da mesma década em que o “Esboço” foi escrito e publicado reforça a filiação desse texto de Machado a uma história regional que ainda estava inserida naquela fase apontada por Maria Alice Rezende de Carvalho quanto a dimensão pública da atividade intelectual, aqui estendida até o momento do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná. Afirmar que o “Esboço” estendeu essa dimensão até a início dos anos 1950, sendo seus conceitos confrontados com outros advindos da historiografia estruturalista francesa mais para o final desses mesmos anos, não significa dizer que a obra mais conhecida de Pinheiro Machado não tenha sido orientada por preocupações metodológicas, como visto acima. Significa, acima de tudo, propor que o que mais mudou foi o perfil do intelectual. Para isso, o restante da primeira parte deste trabalho se dedica a delinear esse perfil que irá mudar em meados do século XX.

## CAPÍTULO 2

### **A FORMAÇÃO EM DIREITO NA SEGUNDA METADE DOS ANOS 1920: história e modernismo**

*O brasileiro nortista que chegava  
 Dizia que aquilo não era Brasil  
 Que aquilo era uma aldeia russa  
 Que o verdadeiro Brasil estava lá no Amazonas  
 Lá no nordeste  
 Lá no sertão ensolado de Canudos  
 Onde os homens eram de bronze  
 O ano todo era verão  
 E as casas todas tinham só linhas curvas  
 Que não podia ser o Brasil onde houvesse geada até o meio-dia  
 Onde em vez do caboclo meio bronze mulato  
 Andassem polacos fazendo berganhas de porco e plantando mandioca  
 [...].<sup>172</sup>*

#### **2.1. Quatro poemas, uma Festa e uma doutrina: o microclima do modernismo conservador no Rio de Janeiro**

Brasil Pinheiro Machado se formou bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito, a qual frequentou entre os anos de 1926 e 1930. Conforme Alberto Venancio Filho, na década de 1920 os bacharéis formados nessa instituição de ensino superior, atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fizeram parte de uma geração tão importante quanto a de 1870 no que tange a profundas transformações na vida intelectual do país.

Naquele período, e adentrando os anos 1930, uma dessas mudanças foi o acirramento da disputa interna entre as posições materialista e espiritualista e que dividia tanto o corpo docente quanto os grupos de alunos da Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, uma vez que essa escola, conforme Miceli, “[...] continuava sendo uma das principais instâncias de recrutamento e formação dos futuros quadros políticos e intelectuais da classe dirigente.”<sup>173</sup> Do arcabouço conceitual dessa geração fazia parte,

---

<sup>172</sup> MACHADO, Brasil P. 4 *Poemas*. Ponta Grossa: Oficinas Gráficas do Diário dos Campos, 1928.

<sup>173</sup> MICELI, 1979, p. 48.

certamente, a noção de que as leis não bastassem para a organização da nação, deslocando-se a concorrência no ambiente acadêmico “[...] do terreno estritamente jurídico para o campo das teorias políticas e sociais acerca do papel do Estado.”<sup>174</sup> Muitos políticos que atuariam já a partir dos anos 1930 se formaram bacharéis em Direito nessa perspectiva, e alguns desses nomes aparecem mais adiante, incluindo o de Brasil Pinheiro Machado.

A divisão entre o corpo discente é a que mais interessa apontar e se manifestou na fundação de centros estudantis diferentes. A ala católica se reuniu no Centro Acadêmico Jurídico Utilitário (CAJU)<sup>175</sup>, voltado para o estudo cooperado das disciplinas do curso, promoção de conferências e concursos acerca da realidade social brasileira. “A partir de 1928, o CAJU criou comissões de alunos para cada ano do curso de direito e, em 1929, fundou uma revista dirigida por Gilson Amado, a *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais*, que era publicada em fascículos.”<sup>176</sup>

Se não foi possível comprovar, nesta tese, a participação efetiva de Brasil Pinheiro Machado em qualquer organização estudantil da Faculdade Nacional de Direito, sua escolha recairia, provavelmente, sobre aquela ligada a ala católica, à posição espiritualista, ao CAJU, ao lado de colegas de curso como Américo Jacobina Lacombe (Rio de Janeiro/DF, 1909, Rio de Janeiro/RJ, 1993)<sup>177</sup>, Octávio de Faria (Rio de Janeiro/DF, 1908 - Rio de Janeiro/RJ, 1980)<sup>178</sup> e San Tiago Dantas (Rio de Janeiro/DF, 1911 - Rio de

---

<sup>174</sup> MICELI, 1979, p. 46.

<sup>175</sup> Alberto Venancio Filho cita o CAJU como Centro de Estudos Jurídicos e Sociais, o que talvez signifique uma mudança na denominação desse organismo estudantil dos anos 1920 para a década de 1930, pois é sobre a produção desse último decênio que se debruça a análise de Venancio Filho, em: VENANCIO FILHO, Alberto. Notas sobre Maquiavel e o Brasil. In *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, fase VII, Ano XI, nº 41, out/dez, 2004. [online]. Disponível na Internet via <http://www.academia.org.br/abl/media/celebracao14.pdf>

<sup>176</sup> RANGEL, Rosângela Florido. *Sabadoyle: uma academia literária alternativa?* Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2008.

<sup>177</sup> Américo Lacombe completou o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro em 1931. Além do CAJU, onde foi redator da *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais* e responsável pelo *Inquérito de Sociologia Brasileira*, participou da Ação Universitária Católica. Seguiu carreira pública nos serviços de educação e a de magistério como professor de História.

<sup>178</sup> Coursou a Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro entre 1927 e 1931 e além de colaborar para o CAJU, o fez também para as revistas *A Ordem* e *Literatura*, esta última editada por Augusto Frederico Schmidt. Como ensaísta, estreou em 1931 com o livro “Maquiavel e o Brasil”, um dos primeiros editado pela Livraria Schmidt e considerado estudo pioneiro sobre a fortuna crítica dessa personagem renascentista no cenário intelectual

Janeiro/RJ, 1964)<sup>179</sup>. Mais do que uma conjectura, sua participação na revista *A Ordem*, vinculada ao Centro Dom Vital, a amizade feita com o poeta Augusto Frederico Schmidt (Rio de Janeiro/DF, 1906, Rio de Janeiro/RJ, 1965)<sup>180</sup> e, ainda, a suposta aproximação com o grupo da revista *A Festa*<sup>181</sup> indicam a estreita relação do estudante pontagrossense, na capital federal, com a intelectualidade leiga articulada ao espiritualismo católico.

É possível reconstituir partes dessa rede na qual se inseriu o jovem Brasil, a começar com a construída com o poeta Augusto Frederico Schmidt. Schmidt foi atendente na Livraria Garnier, francesa, de 1922 a 1924, quando, certamente, estabeleceu uma rede de contatos com os ambientes intelectuais locais e respectivos frequentadores, por meio do trato com os livros; e, possivelmente, também com os estudantes e professores da Faculdade Nacional de Direito, uma vez que a livraria fazia edição de textos de juristas nacionais<sup>182</sup>. Classificada por Nicolau Sevcenko como o “reduto dos consagrados”<sup>183</sup> na Garnier se vendia livros que representavam o mundo da civilização e da cultura francesas acessíveis aos autores nacionais, desde sua instalação pelo livreiro-editor Baptiste-Louis Garnier, ainda no Império, até o ano de 1934, quando o estabelecimento fechou as portas.

Mesmo após deixar esse emprego para ser caixeiro-viajante de outra

brasileiro. Otávio de Faria foi um dos mais importantes romancistas do país, tendo recebido vários prêmios literários nacionais.

<sup>179</sup> Francisco Clementino de San Tiago Dantas cursou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro entre 1928 e 1932, tendo participado ativamente do CAJU, bem como de outras entidades de ideologia católica. Foi membro da Ação Integralista Brasileira e, a partir de 1940 se dedicou às aulas na Faculdade onde havia se formado.

<sup>180</sup> O poeta Schmidt também foi livreiro e editor. No Rio de Janeiro, estabeleceu a Schmidt Editora, em 1930, inicialmente chamada de Livraria Católica. Apesar de vida não muito longa, pois comprada em 1939, a Schmidt publicou as primeiras edições de obras fundamentais da cultura brasileira, como “Caetés” (1933), de Graciliano Ramos, e “Casa Grande e Senzala” (1934), de Gilberto Freyre; a Editora montou, ainda, a estante “Coleção Azul”, dedicada a livros de cunho político escritos pelos membros da Ação Integralista Brasileira (AIB), entre 1932 e 1933, dentre eles dois de autoria de Plínio Salgado.

<sup>181</sup> A “Festa” circulou, no Rio de Janeiro, em dois períodos distintos: de agosto de 1927 a janeiro de 1929, com o subtítulo “Mensário de arte e pensamento”, com 13 números, e de julho de 1934 a agosto de 1935, com o nome “Festa: Revista de Arte e Pensamento”, que fez circular nove números.

<sup>182</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>183</sup> SEVCENKO, Nicolau, 1985, p. 119.



livraria, a Casa Carlos V, os necessários deslocamentos de Schmidt entre a capital federal e a cidade de São Paulo lhe proporcionaram ampliar a conexão com o universo dos escritores, abarcando agora os modernistas paulistas de diversos grupos, inclusive Plínio Salgado (São Bento do Sapucaí, 1895 - São Paulo/SP, 1975) <sup>184</sup>, do qual alguns anos mais tarde a Schmidt Editora publicaria dois livros, na estante da “Coleção Azul”.

Antes de abrir a sua própria editora e após deixar a Casa Carlos V, Schmidt ainda trabalharia como funcionário de outro estabelecimento comercial desse ramo, a Livraria Católica, a qual parece ter sido o embrião da sua editora e onde se uniu à intelectualidade leiga católica que circulava pela capital federal. Nesse circuito católico, Schmidt passou a frequentar o Centro Dom Vital, que veiculava e entendia o catolicismo renovado como a ideologia adequada ao desenvolvimento do Estado e da nação, em contraposição ao comunismo e ao liberalismo.<sup>185</sup> O Centro era um dos locais mais importantes de produção e de divulgação do pensamento leigo católico sobre o país, por meio das páginas da revista da entidade, *A Ordem*.<sup>186</sup>

No final do ano de 1928, com a morte de Jackson de Figueiredo (Aracaju/SE, 1891 - Rio de Janeiro/DF, 1928) <sup>187</sup>, Schmidt assumiu a

---

<sup>184</sup> É importante lembrar que o futuro fundador da AIB, Plínio Salgado, participou da publicação modernista paulista “Revista de Antropofagia” com vários artigos de sua autoria sobre a língua Tupi e, ainda, é autor de um dos primeiros romances dessa estética: “O Estrangeiro”, publicado em 1926. Ricardo Benzaquen de Araújo comenta que esse livro “[...] recebeu excelente acolhida — a primeira edição esgotou-se em cerca de 20 dias. Além disso, ainda em 1926, Plínio passa a integrar a ‘tendência nacionalista’ do modernismo, ligando-se primeiro ao grupo Verde Amarelo e, mais tarde, ao da Anta.” (ARAÚJO, R. B., *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. p. 23.) Plínio Salgado fez seus primeiros trabalhos no jornalismo da sua cidade natal e a carreira política vinculada ao Partido Municipalista, que representava várias lideranças do Vale do Paraíba. Na década de 1920, se mudou para a capital paulista e continuou a trabalhar no jornalismo, tendo, também, se aproximado do movimento modernista, mas alinhado efetivamente com os grupos nacionalistas conservadores que exaltavam o papel dos indígenas na formação da identidade do país e a convivência entre tradições passadas e presente. Foi sobre a língua tupi que redigiu artigos para a *Revista de Antropofagia*. Em fevereiro de 1932, fundou a Sociedade de Estudos Políticos, que logo depois se transformou em Ação Integralista Brasileira. Após o Estado Novo, fundou o Partido de Representação Popular, sigla da qual se elegeu para a Câmara Federal, em 1958, representando o estado do Paraná. Quando da vigência do sistema bipartidário, se filiou à ARENA.

<sup>185</sup> MEY, L.; ALVIM, E. *Quem contará as pequenas histórias: uma biografia romanceada de Augusto Frederico Schmidt*. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

<sup>186</sup> MEY, L.; ALVIM, E., 2005.

<sup>187</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade Livre da Bahia, Jackson de Figueiredo Martins é considerado o principal organizador do movimento católico leigo no Brasil como fundador do Centro Dom Vital, no início dos anos 1920, e da revista “A Ordem” vinculada a essa entidade.

administração da Livraria Católica <sup>188</sup>, o que reforçou sua aliança com os pensadores católicos leigos. É bem possível imaginar que foi em um desses ambientes onde se conheceram Brasil e Augusto Frederico, já provavelmente nesse mesmo ano, quando Schmidt é o prefaciador do livro de poesias de Machado, o *4 Poemas*; mais do que isso, outras duas poesias do jovem pontagrossense haviam sido publicadas em dois números do primeiro ano da *Revista de Antropofagia* <sup>189</sup>, de São Paulo, talvez em decorrência dos contatos que Schmidt fizera quando por lá atuou como caixeiro-viajante da Casa Carlos V.

Angela de Casto Gomes, ao analisar a intelectualidade carioca no contexto do modernismo, lança mão, baseada em Sirinelli, do termo “microclima” para lograr desvendar não somente os locais, mas também os tipos de sensibilidade então desenvolvidos na intersecção entre história política e cultural. Com isso, a autora observou a dimensão pública nas propostas construídas pela intelectualidade modernista e não somente aquela reconhecida como de vanguarda estética (a paulista). <sup>190</sup> Com essa perspectiva, se pode novamente fazer conjecturas acerca da experiência do estudante Brasil Pinheiro Machado na capital federal, agora considerando sua relação junto aos modernistas cariocas, especificamente a sua aproximação ao poeta e editor Schmidt. E isso, porque o entendimento sobre o movimento modernista na trajetória do jovem pontagrossense pode ser aferido não somente a partir das organizações formais, mas também nos “[...] espaços cotidianos expressos através de personagens que transitavam

---

<sup>188</sup> MEY, L.; ALVIM, E., 2005.

<sup>189</sup> A *Revista de Antropofagia* foi idealizada por Oswald de Andrade e Raul Bopp e publicada, com periodicidade irregular, entre maio de 1928 e agosto de 1929. Ao longo de 1928, quando foram publicadas duas poesias de Brasil Pinheiro Machado, o diretor do periódico era Antônio Alcântara Machado, na chamada primeira “dentição”. Os poemas do pontagrossense Machado foram veiculados nos números 2 e 7, respectivamente com os títulos “Brasil” e “Paizagem da minha terra” (grafias originais). O conjunto completo foi reeditado em: MACHADO, B. P., *Poemas seguidos de dois ensaios*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. (Coleção Brasil Diferente.)

<sup>190</sup> Termo utilizado por Angela de Castro Gomes ao analisar a intelectualidade carioca no contexto do modernismo. Baseada em Sirinelli, a autora estudou os locais e os tipos de sensibilidade então desenvolvidos na intersecção entre história política e cultural, observando a dimensão política nas propostas construídas pela intelectualidade modernista. Neste ponto da tese, o termo é utilizado para estender um pouco mais esses tipos de sensibilidade e, por analogia, aplicá-lo a alguns personagens mais distantes da trajetória intelectual de Brasil Pinheiro Machado. Ver: GOMES, A. C. *Essa gente do Rio*. Modernismo e Nacionalismo. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

pelas ruas da capital.”<sup>191</sup>

Editado em Ponta Grossa pelas Oficinas Gráficas do Diário dos Campos, o livro *4 Poemas* é considerado a primeira publicação de autoria de Brasil Pinheiro Machado e a única no formato de poesias. Trata-se de quatro peças poéticas de estética modernista interiorana, uma vez que, segundo Miguel Sanches Neto, o modernismo foi, também, um fenômeno de interiorização literária. As pequenas cidades passaram a ser objeto de observação e de escrita poética, desde que falasse sobre a autenticidade brasileira, conforme considerada pelos modernistas da *Revista de Antropofagia*, veículo onde foi publicado o Manifesto Antropofágico, de Oswald de Andrade, no dia 1º de maio de 1928. O projeto integralizador desses modernistas reunidos nesse periódico paulista contava com a colaboração de poetas de todas as partes do Brasil, do Belém do Pará ao Rio Grande do Sul, como demonstra uma rápida leitura dos números editados e disponibilizados no acervo digital da Brasileira, da Universidade de São Paulo.

Em “Paisagem da minha terra”, publicado no número 7 da *Revista de Antropofagia*, Pinheiro Machado ironiza a seriedade dos imigrantes poloneses, comportados com “roupa domingueira” à missa, enquanto todos os demais, de “todas as raças”, queriam mais era paquerar a “menina bonita” e nem se importavam com a reza<sup>192</sup>. Pelo viés do olhar modernista, o estrangeiro a ser assimilado e devorado era, nesse cenário rural, o “polaco” imigrante católico, revelando que, no interior do Paraná havia, também, brasilidade. A veiculação de “Paisagem da minha terra” se localiza no extremo limite da mudança ocorrida tanto na *Revista de Antropofagia*, que em 1929 muda de direção, como nas alianças do poeta pontagrossense, que desde então se consolidariam com mais ênfase juntamente aos grupos católicos leigos mais afastados do modernismo de vanguarda estética.

#### PAISAGEM DE MINHA TERRA

*Manhã de domingo de sol reto.*

---

<sup>191</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 75. (Coleção História &... Reflexões, 14).

<sup>192</sup> MACHADO, B. P., Paisagem da minha terra. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano 1, n. 07, nov. 1928.

*A grande igreja sem estilo  
 Decorada por dentro por um batismo de Cristo  
 Feito por um pintor ingênuo  
 Que quis ser clássico e foi primitivista.  
 Missa internacional  
 Com gentes de todas as raças  
 Ouvindo o padre alemão rezar em latim.  
 A gente nem tem vontade de olhar o crucifixo desolado  
 Nem de rezar  
 Porque tem lá dentro tanta menina bonita  
 Que não reza também  
 E fica sapeando a gente com meiguice...  
 Só os polacos de camisa nova por ser domingo  
 Que vieram com as famílias de carroça lá das colônias  
 Rezam fervorosamente  
 Enquanto nos seus quintais  
 Os chupins malvados e alegres  
 Comem todo o centeio  
 Cantando glorias pro sol de domingo.<sup>193</sup>*

De qualquer maneira, o que talvez tenha levado os escritos poéticos do estudante Machado para as páginas da principal revista modernista de São Paulo foi o poder da metáfora dialética da antropofagia, que expressava a assimilação da cultura estrangeira – no caso paranaense dos poloneses, inclusive aparentemente tão bem assimilada no território, sendo que até a paisagem parecia ter sido trazida pelos “polacos” – para a superação da mesma e criação da brasilidade própria. Assim, ao conhecer os trabalhos poéticos do colega oriundo de Ponta Grossa, bem como ter ouvido o mesmo falar sobre o inusitado aspecto europeu dos Campos Gerais<sup>194</sup>, Schmidt

---

<sup>193</sup> MACHADO, B. P., 1928.

<sup>194</sup> “[...] a identidade histórica e cultural da região dos Campos Gerais remonta ao século XVIII, quando, graças aos ricos pastos naturais, abundância de invernadas com boa água e relevo suave, foi rota do tropeirismo do sul do Brasil, com o deslocamento de tropas de muares e gado de abate provenientes do Rio Grande do Sul com destino aos mercados de São Paulo e Minas Gerais. Nessa época, os campos naturais da região tornaram-se muito disputados, e a coroa portuguesa começou a expedir cartas de sesmarias em favor de homens a ela fiéis e de prestígio político local. O ciclo do tropeirismo, que se estendeu ao início do século XX, ainda hoje tem grande influência na cultura e costumes dos Campos Gerais do Paraná, cuja população preserva muitos hábitos herdados dos tropeiros, em sua maioria de origem gaúcha. Mais recentemente, outras definições têm sido adotadas para os Campos Gerais, atendendo a objetivos e interesses diversos, resultando em delimitações também diferentes. Para a Associação dos Municípios dos Campos Gerais - AMCG, prevaleceram critérios econômicos e políticos. Para a UEPG, têm prevalecido critérios de identidade histórica e geográfica, além da área de influência da Universidade. Para os consórcios de gestão ambiental, por exemplo o COPATI (Consórcio Intermunicipal para Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi), ligado ao SEHR - Sistema Estadual de Recursos Hídricos, tem prevalecido a área da bacia hidrográfica do Rio Tibagi. Para o Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais, adotou-se uma definição que procura preservar os critérios naturais e históricos de identidade regional, e ao mesmo tempo seja funcional diante das tendências recentes de organização do espaço. Os critérios de homogeneidade foram:

aceitou escrever a apresentação do livro de poesias de autoria do paranaense e, ainda, talvez tenha o ajudado para que dois dos seus poemas saíssem naquela revista paulista. Esse suposto auxílio de Augusto Frederico para a circulação da produção poética de Brasil Pinheiro Machado é bastante plausível quando se sabe que no ano seguinte à publicação dos seus poemas na *Revista de Antropofagia*, uma crítica na carioca *Revista Literária Festa*, em agosto de 1929, apontou o pontagrossense como um “adolescente” que ainda não havia adquirido individualidade em decorrência da pouca idade.

Andaram lembrando Whitman, a propósito desses poemas; lembraram Mario de Andrade... Por mim, não pude lembrar ninguém. Não senti quase autor, quanto mais influencias naqueles poemas, tão desiguais, tão cheios de altos e baixos. Será necessário, porém, exigir dum adolescente que ele afirme desde logo uma forte individualidade, bem marcada, vincada já dos choques, dos dolorosos arrastões da vida? <sup>195</sup>

Schmidt e Brasil, além de conversas sobre livros e cultura, provavelmente também trocaram poesias – pois começaram a escrever na mesma época – de suas respectivas autorias, as quais apresentavam características semelhantes ao versarem sobre a rusticidade como um dos aspectos da multiplicidade da alma brasileira; e, ainda, combinaram uma visita à terra natal de Brasil Pinheiro Machado, Ponta Grossa. Quem não gostaria, naquele momento, de aproveitar a chance de conhecer, e até mesmo comprovar, a existência de um Brasil tão diferente como aquele dos Campos Gerais, dotados de paisagens que Schmidt conhecia somente através de livros e das imagens cinematográficas da Rússia rural? E parece que Schmidt gostou de conhecer esse “Brasil diferente”, pois segundo uma carta do cineasta e fotógrafo curitibano João Baptista Groff (Curitiba/PR,

---

*1o.) Fitogeografia: a vegetação primitiva do município deveria ter sido, no todo ou em parte, de Campos Limpos. 2o.) Tropeirismo: o município deveria ter estado integrado ao "Caminho de Viamão", principal rota das tropas no século XVIII e XIX. 3o.) Associativismo: o município deve integrar a Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG). Como critério de polarização utilizou-se a área de atuação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde considerou-se os Campi Avançados e as atividades extensionistas. Para fazer parte da área de abrangência do Dicionário, o Município deveria combinar pelo menos dois destes critérios. [...].”*

*Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais.* Ponta Grossa: UEPG. [online]. Disponível na Internet via <http://www.uepg.br/dicion/dados.htm>.

<sup>195</sup> *Revista Literária Festa*, Rio de Janeiro, ano 1, número 11, p. 22, 15 de agosto de 1929.

1897 - Curitiba/PR 1970) <sup>196</sup> remetida àquela mesma *Revista de Antropofagia*, na edição de junho de 1929, Schmidt iria retornar ao Paraná para participar, dessa vez em Curitiba, de um jantar antropofágico regado a pinhão. Isso sugere a formação de uma rede de sociabilidade na qual estava inserida a capital paranaense e personagens locais no clima modernista mais amplo.<sup>197</sup>

Primeira impressão do sujeito que chega é que o Brasil Pinheiro Machado tem razão: é uma cidade do interior, russa. O autor destas linhas que não são de prefácio, nunca esteve na Rússia. Mas imaginou assim pelo que leu em Gogol, [Dostowesky] e outros, e pelo que viu no cinema que a Rússia rural é exatamente assim.

[...]

De manhãzinha enormes carros puxados por quatro e seis cavalos normandos passam na rua com gente loura, de olhos azuis, polacos, alemães, russos, sei lá, que vêm do mato trazendo legumes frescos. O frio é agudo. Então o sujeito que sente a maravilha da diferença fica banzando pasmo: meu Deus, no Brasil há de tudo! [...].<sup>198</sup>

E, sobre o autor dos poemas, o poeta carioca afirmou que é, também, um pouco isso, “[...] um pouco russo, sentimental, mulato, ausente dentro do seu sentimento tão brasileiro. Quem puder que me perceba.”<sup>199</sup> Mesmo que nascido em uma terra mais parecida com a Rússia rural do que com o Brasil conhecido por Augusto Frederico Schmidt, Pinheiro Machado poderia se sentir mulato pelo fato de ser agente daquelas mudanças políticas e culturais pelas quais o país passava em prol da “brasilidade”. Nesse sentido, o pontagrossense podia se ausentar em nome do sentimento de nacionalidade, pois estaria representado na diversidade desta última, onde “há de tudo”!

---

<sup>196</sup> Fotógrafo, cineasta, documentarista, editor e pintor Groff é referência importante na produção cinematográfica nacional desde a década de 1920, quando filmou as Cataratas do Iguaçu e vendeu as imagens para o filme norte-americano *As maravilhas da natureza*. Ainda nos anos 1920, criou e dirigiu a revista *Ilustração Paranaense*, que circulou entre 1927 e 1930. Na década seguinte, realizou o que veio a ser seu filme mais emblemático, *Pátria redimida*, feito a partir das imagens que captou do movimento das tropas revolucionárias desde Curitiba até o Rio de Janeiro. Ganhou importante prêmio como fotógrafo no Salão Internacional de Paris (1927) e, nos anos 1950 e 1960, também trabalhou como galerista e pintor.

<sup>197</sup> *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano 2, n. 12, jun. 1929.

<sup>198</sup> SCHMIDT, A. F. Brasil Pinheiro Machado. Poeta brasileiro, de Ponta Grossa. In. MACHADO, Brasil P. 4 *Poemas*. Ponta Grossa: Oficinas Gráficas do Diário dos Campos, 1928. p.1.

<sup>199</sup> SCHMIDT, A. F., 1928, p. 1.

Ao analisar duas revistas modernistas produzidas no Rio de Janeiro, *Festa e Lanterna Verde*, Angela de Castro Gomes enfatizou que, além de estudá-las em suas respectivas formas e conteúdos, se deve prestar atenção, do mesmo modo, aos “espaços afetivos”.<sup>200</sup> Perseguir a trajetória de Brasil Pinheiro Machado na senda das relações pessoais, e não somente nas redes estruturadas das organizações formais, se torna válido justamente porque a presença desse intelectual paranaense nem sempre é atestada diretamente em algumas dessas entidades, mas a partir de “[...] microclimas [...] que estão secretados nessas redes de sociabilidade intelectual, envolvendo as relações pessoais e profissionais de seus participantes”.<sup>201</sup> Com essa perspectiva, a menção<sup>202</sup> de que Pinheiro Machado teria tido participação efetiva na revista *Festa*, mais do que pedir explicações sobre o porquê não existe contribuição assinada por ele nesse periódico, oportuniza analisar sua cada vez mais próxima interação com grupos intelectuais que articulavam nacionalismo e espiritualismo católico.

[...] o grupo de *Festa* assume o espiritualismo e o universalismo na arte, não renegando o epíteto de novos simbolistas e procurando capitalizar a tradição que vinha do romantismo. Nacionalistas - leitores-admiradores de Alberto Torres e Euclides da Cunha - e universalistas; subjetivistas que, sob sugestão de Proust, trabalhavam o objetivismo; modernos e tradicionalistas; enfim, ‘modernistas espiritualistas’, como se designavam, para marcar o seu espaço.<sup>203</sup>

A primeira fase da *Festa*, entre o período de 1927 e 1929, coincidiu com a estadia do estudante Brasil na capital federal, o que, certamente, possibilitou o contato direto dele com os responsáveis por esse periódico, ainda mais que entre esses havia dois paranaenses, os curitibanos Andrade Muricy (Curitiba/PR, 1895 - Rio de Janeiro/RJ, 1984)<sup>204</sup> e Tasso da Silveira

<sup>200</sup> GOMES, Angela Maria de Castro, 1999, pp. 19-31.

<sup>201</sup> GOMES, Angela Maria de Castro, 1999, p. 20.

<sup>202</sup> NICOLAS, Maria. *130 anos de vida parlamentar paranaense: Assembleias Legislativas e Constituintes; 1854-1954*. 2. ed. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 1984.

<sup>203</sup> GOMES, Angela Maria de Castro, 1999, p. 60.

<sup>204</sup> José Cândido de Andrade Muricy se formou bacharel em Direito pela Universidade do Paraná (1916). Ainda na década de 1910 iniciou suas publicações sobre poesia e literatura, além de participar da criação de revistas de cultura locais. Na capital federal, desde os anos 1920, intensificou sua produção de crítica literária e musical, se destacando o “Panorama do movimento simbolista brasileiro”, de 1951, pelo qual ganhou o prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras. Seu principal tema de estudos literários foi o simbolismo, movimento cuja importância foi por ele elevada à categoria de um dos mais expressivos e amplos no país.

(Curitiba/PR, 1895 - Rio de Janeiro/RJ, 1968) <sup>205</sup>. Ademais de o trânsito desses personagens pela capital federal a partir da década de 1920 ter propiciado a aglutinação de grupos afins, neste caso em torno do nacionalismo de cunho espiritualista católico, o papel exercido pela cidade do Rio de Janeiro como polo atrativo para os intelectuais, o que pode ser utilizado como fator explicativo para Pinheiro Machado ter escolhido o Curso de Direito na Faculdade lá existente.

O emaranhado tecido pelas relações sociais como consequência da vivência de Brasil Pinheiro Machado na capital federal, todavia, faz com que ele atue enquanto ator social de primeira grandeza <sup>206</sup> nesse contexto de “modernização espiritualista”, mesmo após concluir o curso na Faculdade Nacional de Direito e retornar a Ponta Grossa, onde logo iniciaria carreira como professor de História e, também, na política partidária do pós-1930. <sup>207</sup> A trajetória dos poemas publicados em 1928, inclusive, acompanha parte dessa militância política logo após a volta do seu autor aos Campos Gerais como recém-bacharel em Direito.

Em 1997, ano de falecimento de Brasil Pinheiro Machado, a Fundação Cultural de Curitiba publicou uma nova edição do livro *4 Poemas*. Mas, essa iniciativa não foi a primeira quanto a reedição dos poemas. Quarenta anos antes dessa homenagem póstuma, ou seja, em 1957, um pequeno trecho fora divulgado em um veículo de comunicação aparentemente inusitado: a *Enciclopédia do Integralismo*.

Como forma a homenagear os 25 anos do “Manifesto à Nação Brasileira” lançado em outubro de 1932 por Plínio Salgado, a Enciclopédia foi, assim, tanto um meio para comprovar a existência histórica concreta do Sigma, que existiu como movimento organizado entre 1932 e 1937, bem como para representar a possibilidade de continuidade da revolução

---

<sup>205</sup> Tasso Azevedo da Silveira iniciou sua carreira como poeta e ensaísta em Curitiba, quando fundou a revista “Fanal”, junto com Andrade Muricy e outros. Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro (1918), dirigiu a revista *Festa* também com o conterrâneo Muricy, onde já aparecem valores de tendência espiritualista. Autor de diversos ensaios, poesias, romances e traduções. Foi integralista.

<sup>206</sup> Sobre o modelo antropológico de F. Barth, ver: BARTH, Fredrik. *Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth*. Vol 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

<sup>207</sup> Conferir essas informações no “Quadro cronológico da vida de Brasil Pinheiro Machado, 1907-1997”.



espiritual proposta pela doutrina integralista há duas décadas e meia <sup>208</sup>.

O pequeno fragmento de um dos poemas do pontagrossense Brasil Pinheiro Machado, sob o título “Aquilo não era Brasil” <sup>209</sup>, aparece na página 64 do volume sete da Enciclopédia, o que era dedicado a uma coletânea de poetas integralistas brasileiros. Por sua vez, tal volume havia sido originalmente organizado a partir de um levantamento realizado, em 1936, por Dario Bittencourt, então chefe provincial da AIB.<sup>210</sup> Nele, Brasil Pinheiro Machado aparece citado na página 45, porém como um dos representantes da poesia integralista paulista, ao lado de Lima Netto e Almeida Salles. <sup>211</sup> Para o Paraná, o volume sete menciona os nomes de Geminiano Guimarães, de Ponta Grossa e autor da Marcha Integralista do Paraná, Lourival Santos Lima <sup>212</sup>, Carlos Moritz <sup>213</sup>, Angelo Antonio Dalegrave e

---

<sup>208</sup> Sobre o projeto editorial da *Enciclopédia do Integralismo*, ver: CHRISTOFOLLETI, Rodrigo. *A Enciclopédia do Integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961)*. Tese de Doutorado em História, Política e Bens Culturais CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2010.

O autor informa que a Enciclopédia foi editada entre outubro de 1957 e março de 1961, tendo sido distribuídos em torno de 50 mil exemplares, divididos em 12 volumes.

<sup>209</sup> O trecho foi selecionado, naquele levantamento realizado em 1936, do segundo poema do livro de Brasil Pinheiro Machado publicado em 1928. Originalmente sem título, Miguel Sanches Neto afirma que o poema II versa sobre a fundação da cidade de Ponta Grossa. (Ver: SANCHES NETO, Miguel. Traduzindo o Paraná. In. *Jornal de Poesia*, 12/10/1998. [online]. Disponível na Internet via <http://www.jornaldeposesia.jor.br/msanches20.html>).

<sup>210</sup> O conteúdo do volume sete é precedido da seguinte explicação: “Em 1936, Dario de Bittencourt, professor de Direito, membro da Academia Sul-Rio Grandense de Letras e Chefe Provincial da ‘Ação Integralista Brasileira’, escreveu um ensaio sobre o ‘Integralismo e os seus poetas’, entregando uma duplicata dos originais a Plínio Salgado. O trabalho foi extraviado, em consequência do saque praticado na biblioteca e arquivos do Chefe Nacional da AIB pela polícia da Ditadura. Dez anos mais tarde, regressando Plínio Salgado do Exílio, o ensaio de Dario de Bittencourt veio, inexplicavelmente, ter-lhe de novo às mãos. Agora, que se organiza e se edita a ‘Enciclopédia do Integralismo’, o grupo que trabalha nesta obra monumental entendeu que não podia deixar de dedicar um volume à produção poética inspirada pelo Grande Movimento Nacional do Sigma. E o ensaio de Dario de Bittencourt veio facilitar a pesquisa, trazendo dados preciosos que orientaram a busca realizada em jornais e revistas da época.” *Enciclopédia do Integralismo*, Edições GRD: Livraria Clássica Brasileira: Rio de Janeiro, [1957], v.7, p. 19.

<sup>211</sup> De acordo com as informações contidas na página 45 do volume 7, Lima Netto foi chefe municipal da AIB na capital de São Paulo e (Francisco Luís de) Almeida Salles foi somente descrito como autor de várias poesias integralistas. Sobre este último, se sabe que foi um dos fundadores da Cinemateca Brasileira, juntamente com Rudá de Andrade e Paulo Emílio Sales Gomes a partir do Clube de Cinema de São Paulo, criado no ano de 1940 quando esses eram estudantes de Filosofia da Universidade de São Paulo. Almeida Salles atuou desde a década de 1950 como crítico de cinema e foi o primeiro diretor da Cinemateca Brasileira.

<sup>212</sup> Autor de sonetos integralistas, como “Marcha inaudita” e “Nossos Tambores”, conforme *Enciclopédia do Integralismo*, v. 7.

<sup>213</sup> Conhecido como o “vovô do Integralismo”, conforme notícia do jornal *A Razão: Dos milhares de integralistas do Paraná, destaca-se um, pela sua disciplina impressionante, pela sua fé viva e extraordinária nos destinos immortaes da pátria brasileira. É o nosso companheiro Carlos Moritz, “o vovô do Integralismo do Paraná”, como já é conhecido. Elle*

Antonio Regis, este último de Paranaguá. O equívoco quanto a origem de Brasil Pinheiro Machado é atenuado pelo fato de o fragmento selecionado fazer parte da descrição dos Campos Gerais paranaenses, aqueles mesmos que tanto haviam despertado a curiosidade, na década de 1920, do poeta Schmidt, futuro editor de textos integralistas. Na Introdução que fez para o sétimo volume da *Enciclopédia do Integralismo*, Plínio Salgado justificou a publicação dessa coletânea de poesias pelo fato de que

[...] a índole do movimento por mim desencadeado em 1932 era, acima de tudo, vinculada a uma irresistível aspiração à Beleza. O Integralismo foi, desde o primeiro momento, uma expressão de Poesia. Sempre afirmei que a construção nacional e os grandes acontecimentos e realizações históricas constituem obras de Arte.<sup>214</sup>

O aparente estranhamento da apropriação de um fragmento de poesia de Pinheiro Machado pelo movimento integralista – no auge político deste último (1936) e depois em sua (re)significação, na década de 1950 –, se deve a um aspecto até então nunca explorado da trajetória intelectual e política de Machado: a sua participação efetiva na AIB, a qual será analisada no item seguinte deste capítulo. Por outro lado, em uma perspectiva mais ampla, o entendimento de que a produção cultural de grupos como os ligados à revista *Festa* não poderia ser classificada como “verdadeiramente” modernista e, em vista disso, seus personagens serem identificados como divulgadores da tradição, e não como vanguardistas. Perde-se, portanto, a riqueza do vínculo entre movimento moderno e dimensão política, cuja recuperação é possível, aqui, pela exploração da conexão estabelecida entre o autor do *4 Poemas* e as doutrinas políticas do início dos anos 1930, especificamente o integralismo; ainda, pela indagação da relação entre modernismo interiorano e nacionalismo de militância político-partidária com o denominado modernismo conservador.

Antes de tudo, é interessante notar que o fragmento selecionado do

---

*pertence á quella ala dos velhos, que têm cabellos brancos, têm a velhice nos seus cabelos mas a mocidade no coração. Já desde a mocidade, elle tinha a alma integralista. Vejam os leitores a poesia que elle fez em 29 de junho de 1917. (A Razão, n. 8, 22/06/1935, p. 3. Citado em: ATHAÍDES, Rafael. As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos. Tese de Doutorado em História UFPR, Curitiba, 2012.).*

<sup>214</sup> SALGADO, P. Porque tivemos poetas no Integralismo. In. *Enciclopédia do Integralismo*, Edições GRD: Livraria Clássica Brasileira: Rio de Janeiro, [1957], v.7, p.7.

poema de Machado para a coletânea de poetas integralistas foi retirado do livro publicado em 1928, e não dos poemas veiculados, nesse mesmo ano, na *Revista de Antropofagia*. Esse detalhe demarca, certamente, um distanciamento mais consolidado dos integralistas em relação ao grupo modernista paulista, considerando-se o ano de 1936, quando Dario Bittencourt fez o levantamento primitivo denominado “O Integralismo e seus poetas”.

*Aquilo não era Brasil!*

*O Brasileiro nortista que chegava*

*Dizia que aquilo não era Brasil!*

*Que aquilo era uma aldeia Russa!*

*[...] Só que o brasileiro do norte que chorava a desbrasilidade do sul*

*Não notou que quando parava o seu forcinho na estrada esburacada*

*E apeava para pedir água ou comprar fruta na chacinha em frente*

*O polaquinho*

*O russinho*

*O alemãozinho*

*O italianinho*

*Nascido ali*

*Traduzia o pedido do viajante pro pai e do pai pro viajante*

*Numa língua igualzinha a dos caboclos de cor de bronze amulhado*

*Sem regra de gramática portuguesa, graças a Deus!*<sup>215</sup>

A figura do polaco, ou do russo, italiano ou alemão onde era esperado o caboclo “de bronze amulhado” talvez seja uma das chaves explicativas para se compreender a presença desse fragmento não somente na coletânea dos poetas integralistas para compor o sétimo volume da *Enciclopédia do Integralismo*, mas seu enquadramento como texto pertinente ao ambiente de consolidação da doutrina do Sigma nos anos 1930. Para o integralismo, o caboclo atuava como símbolo da espiritualidade da identidade nacional. O caboclo, para Plínio Salgado, era a resposta ao enigma da unidade nacional, pois que resultante da mistura das três raças fundamentais e capaz de superar as diferenças entre índios, negros e brancos, dissolvendo as divergências em uma homogeneidade<sup>216</sup>. Além

<sup>215</sup> *Enciclopédia do Integralismo*, [1957], p. 64.

<sup>216</sup> Cf. Ricardo Benzaquen de Araújo dois são os elementos essenciais que formam o conceito de totalitarismo na produção intelectual de Plínio Salgado: “O primeiro refere-se a uma concepção absolutizada da ideia de **participação**, pois importa a afirmação de um projeto de cidadania e soberania popular através de uma modalidade radical de mobilização, que, envolve a tudo e a todos, de forma permanente e ilimitada, da defesa dos seus ideais. O segundo, por sua vez, implica simplesmente na identificação da noção de igualdade com a de **uniformidade**, de onde resulta a imagem de uma sociedade totalmente

disso, habitando os sertões, as populações caboclas representariam, nessa estrutura doutrinária, a oposição ao materialismo dos moradores das grandes cidades do litoral, reiterando o antagonismo entre espiritualismo e materialismo.

O espiritualismo e o materialismo foram as duas categorias básicas da doutrina integralista e “[...] nomeiam dois planos essenciais e antagônicos da existência humana, planos que sempre estiveram presentes, em todos os lugares e desde o princípio dos tempos, sempre na mais aguda oposição.”<sup>217</sup> A luta contra as leis da matéria era uma mobilização permanente, sendo o integralismo a única forma de vitória final sobre o materialismo, por meio de uma evangelização que partisse do espírito revolucionário dos apóstolos em direção às multidões. A aparição do fragmento do poema de Brasil Pinheiro Machado na *Enciclopédia do Integralismo*, vista pelo viés da doutrina pliniana a partir do conceito de totalitarismo, imerge a particularidade paranaense na igualdade dissolvente que forma a identidade nacional. Portanto, uma tentativa de explicação para a inserção desse fragmento poético que revela a tipicidade do Paraná superada pela cultura cabocla deve ser buscada no momento daquele levantamento da produção integralista realizado por Dario de Bittencourt, nos anos 1930, quando o movimento integralista se encontrava no auge da mobilização das massas.

---

*desprovida de conflitos e de diferenças, composta por cidadãos tão homogêneos quanto ativos. Assim, ainda que se aproxime do conservadorismo pela sua preocupação em abordar a ordem social a partir da ideia de totalidade, o totalitarismo dele irá se distanciar pelo fato de definir esta totalidade de modo inteiramente distinto, dissolvendo, em vez de preservar e englobar, as partes que a constituem.”* ARAÚJO, R. B. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987, p. 20-21.

<sup>217</sup>ARAÚJO, R. B., 1987, p. 29.

## 2.2 O flerte com o integralismo: a flor e o veneno

### 2.2.1 Movimento um: aproximação

[...] Ninguém tem o direito de se dizer revolucionário, se não tem uma doutrina a realizar, uma cultura organizada, um plano pré-estabelecido. Agitar a opinião para depois ficar tateando nas trevas é um crime contra a nacionalidade. Vamos mudar o regime. Não se faz isso sem uma filosofia, um sistema econômico, um método cultural, uma atitude nova, um estado profundo. [...]. O plano de organização de país está sendo estudado carinhosamente. Enquanto os partidos vivem brigando, [...], nós estudamos. Queremos formar os estadistas da Nação. Um dia, a milícia dos camisas-verdes, consciente, doutrinação, sustentará contra os inimigos da Pátria, os grandes reformadores, os construtores do Brasil.<sup>218</sup>

Poucos anos depois dessa mobilização na capital federal e menos de um ano da visita do líder integralista a Ponta Grossa, Brasil Pinheiro Machado publicou um artigo em um jornal local com o título “Introdução ao Integralismo”, mais exatamente no dia 23 de novembro de 1933<sup>219</sup>. Em breves e didáticos sete parágrafos, Machado apresentou essa doutrina ao público leitor como sendo a via mais adequada para se alcançar a modernização da nação brasileira, por meio da organização de todos os setores do país, em comparação às propostas oferecidas e às práticas defendidas pela democracia liberal, bem como pelo comunismo. O integralismo, segundo o articulista, propunha o equilíbrio entre indivíduo e coletividade pela “... soma de todas as faculdades do homem, de todos os seus interesses, direitos e obrigações”.<sup>220</sup>

As explicações mais recorrentes da historiografia paranaense sobre a importância do integralismo em Ponta Grossa associam a aceitação local desse movimento político como consequência da presença significativa de imigrantes europeus nessa cidade, notadamente de alemães e de italianos.

<sup>221</sup> Disso resultaria, quase que naturalmente, uma identificação dessa

<sup>218</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 23/09/1934, n. 6.527.

<sup>219</sup> MACHADO, B. P., Introdução ao Integralismo. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 23/11/1933, n. 6.261.

<sup>220</sup> MACHADO, B. P., 1933.

<sup>221</sup> Sobre a penetração do integralismo nas zonas de colonização alemã e italiana do Brasil e as implicações sociais e políticas da dinâmica interna dessas comunidades, que se articulam estreitamente com questões de classe no Brasil, ver: GERTZ, Renè. “Preconceitos

população migrante com a matriz europeia do movimento. Além desse vínculo entre habitantes paranaenses de origem europeia e integralismo, este “[...] teve ampla aceitação em Curitiba e nos Campos Gerais, região cuja formação sócio-histórica esteve vinculada ao poderio da elite campeira e da Igreja [...]”.<sup>222</sup> Com isso, se pode supor que haveria um quadro regional predisposto às práticas conservadoras e autoritárias, vista a hegemonia da elite oligárquica rural e o poder da Igreja Católica na formação histórica dessa porção do território do estado do Paraná.

Deixado de lado por historiadores por muitas décadas, sobretudo por ser prontamente identificado enquanto cópia do fascismo europeu em solo brasileiro, ou seja, algo não original, o integralismo vem sendo recuperado, a partir dos anos 1970<sup>223</sup>; primeiramente pelos cientistas sociais, enquanto rico objeto de pesquisa capaz de revelar a complexidade do pensamento social e político nacional desenvolvido quando do surgimento dessa doutrina política. Conforme Helgio Trindade, essas análises acabaram por delimitar, por fim, um campo de estudos sobre o pensamento político autoritário produzido no Brasil desde a Primeira República até o Estado Novo.<sup>224</sup>

Entretanto, segundo esse pioneiro autor, apesar das inovações introduzidas por esses trabalhos voltados para o pensamento político, muitas dificuldades permaneceram a rondar esse renovado objeto de pesquisa, o integralismo, destacando-se, entre elas, “[...] a confusão entre níveis analíticos. Ao se indagar sobre a natureza do integralismo deve-se definir em que nível a análise está sendo proposta [...]”.<sup>225</sup> De forma resumida, Trindade observa duas perspectivas para os estudos do

de sangue.” In *História: Questões e debates. Revista da Associação Paranaense de História*, Curitiba, ano X, 18/19, p. 157-190, 1989.

<sup>222</sup> DITZEL, C. H. M. *Imaginários e representações: o integralismo dos Campos Gerais, 1932-1955*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2007. p. 16-17.

<sup>223</sup> Um dos primeiros trabalhos nesse sentido foi: TRINDADE, H. *O Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel. 1979. (A primeira edição desse livro é de 1974. Ver: BERTONHA, João Fábio. *Bibliografia orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)*. Jaboticabal: Funep, 2010.

<sup>224</sup> TRINDADE, H. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, B. (direção). *História geral da civilização brasileira – Sociedade e política (1930-1964)*. 3. ed. 3º volume, Tomo III, Brasil Republicano. São Paulo: DIFEL, 1986. P.299-335. Nesse artigo, Helgio Trindade se debruça sobre a análise de dois trabalhos: as teses de Gilberto Vasconcelos (“Ideologia Curupira: análise do discurso integralista”; Departamento de Ciências Sociais da USP, 1977) e a de José Chasin (“O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardiado”; Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1978.)

<sup>225</sup> TRINDADE, H., 1986, p. 316.

integralismo: a que o considera a partir da análise do discurso ideológico produzido pelos seus quadros dirigentes e outra que busca interpretá-lo enquanto movimento político, observando os perfis dos seus militantes. Assim, dependendo de qual âmbito o estudo é promovido, as fontes e a abordagem devem se diferenciar em cada um deles. Por outro lado, o autor afirma a especificidade do integralismo, que tornou indissociáveis discurso e prática; também, reitera muitos pontos em comum dentre essa produção feita ao longo das décadas de 1970 e 1980, sendo o principal deles a inspiração fascista do movimento.

Quando Brasil Pinheiro Machado escreveu o artigo, em 1933, o *Diário dos Campos* era há dois anos dirigido pelo russo-alemão José Hoffmann (Ponta Grossa/PR, 1904 - Ponta Grossa/PR, 1969), o qual também assinava os textos jornalísticos sobre temas variados em relação à cidade de Ponta Grossa <sup>226</sup>. A publicação desse escrito de Machado contraria, assim, a afirmação de que na época em que Hoffmann era o responsável pelo periódico princesino, nada se veiculou em termos doutrinários e de propaganda sobre movimentos como o integralismo e o comunismo.<sup>227</sup>

Entretanto, mais do que apontar uma informação descuidada, o que importa aqui é, justamente, aproveitá-la para elevar o destaque para a veiculação desse artigo de Brasil Pinheiro Machado, dando a ele (autor) mais peso ainda por se tratar de um canal de comunicação contrário à divulgação da doutrina integralista. Portanto, ao aceitar publicar “O que é o integralismo”, a posição de Machado diante do diretor do jornal *Diário dos Campos* tinha maior importância do que o conteúdo em si, promovendo um esvaziamento do caráter doutrinário do movimento do Sigma, para o periódico, e pondo o foco no didatismo do escritor. Assim, se articulou a exposição sobre o tema e a vinculação do conteúdo a uma vertente contemporânea de organização nacional. Brasil Pinheiro Machado desfrutava, no início dos anos 1930, de um lugar privilegiado nas páginas do

---

<sup>226</sup> Para maiores detalhes sobre a história do jornal *Diário dos Campos*, ver: BUCHOLDZ, A. P. *Diário dos Campos: memórias de um jornal centenário*. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

<sup>227</sup> DITZEL, 2007, p.142

(O trecho é: “No tempo em que José Hoffmann, um católico liberal, descendente de russo-alemães, foi proprietário e principal cronista do *Diário*, o jornal caracterizou-se pelo combate às ideias ‘exóticas’ expressas por movimentos como o comunismo e o integralismo, dos quais absteve-se de publicar artigos doutrinários e propagandas em suas páginas.”)

*Diário dos Campos*. Quando publicou esse artigo sobre o integralismo, a sua relação com o periódico não era nova, o que é atestada pela veiculação da produção poética do articulista em formato de livro impresso pelas “Oficinas Gráficas do Diário dos Campos”, em 1928.

Fundado, em 1907, pelo empresário Jacob Holzmann, de origem russa, o *Diário dos Campos*, ainda em circulação, nasceu como *O Progresso*, ganhando a denominação atual em 1913.<sup>228</sup> Desde o final da década de 1920, a manifestação do pensamento e o registro das ações de Brasil Pinheiro Machado são encontrados nas páginas desse jornal de maneira contínua, mesmo que não diária, seja como alvo de notas sociais – a divulgação do seu casamento e do nascimento do seu primeiro filho –, bem como de reportagens relacionadas aos cargos públicos por ele ocupados; de forma mais discreta, como articulista. Assim, vemos o jovem bacharel como o finalista da campanha “Qual o rapaz mais elegante de Ponta Grossa?”, iniciada por uma chapelaria local em setembro de 1933, e cujo resultado, divulgado um mês após parciais diárias, o colocou em primeiro lugar com 2.675 votos após uma disputa acirrada (o segundo lugar ficou com 2.543 votos); também, como entrevistado pela equipe desse veículo de comunicação impressa em diversas ocasiões; e, enfim, como articulista, tendo sido encontrada, ao longo da década de 1930, a publicação de três textos de sua autoria: “Introdução ao Integralismo” (1933), “Constituição e Política” (1935) e “Considerações sobre história” (1938).<sup>229</sup>

Mais do que a afinidade entre personalidade pública e jornal local, naquele ano de 1933 aproximações de outra natureza se davam na confluência de variados rumos a se tomar para a modernização do país. A edição do livro *O que é o Integralismo*, de Plínio Salgado, e os desdobramentos da mobilização integralista de norte a sul do Brasil, tornaram essa doutrina algo a ser conhecido, debatido, desconstruído e articulado a outros sistemas de pensamento político. Era parte do

---

<sup>228</sup> CHAVES, N. B. *A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001. p. 96. Para maiores informações sobre a história do jornal *Diário dos Campos*, ver: BUCHOLDZ, A. P., 2007.

<sup>229</sup> MACHADO, B. P., Introdução ao Integralismo. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 23/11/1933, n. 6.261; MACHADO, B. P., Constituição e Política. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 27/04/1935, n. 6.671; MACHADO, B. P., Considerações sobre história. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 27/04/1938, n. 10.005.



efervescente ambiente pós-revolução de 1930, quando surgiram diferentes possibilidades políticas e período conhecido pela aplicação de alguns pontos do modernismo, principalmente aqueles voltados para a organização da nação de modo mais “técnico” e capaz de mudar efetivamente a “realidade nacional”. A trajetória de Oliveira Vianna, por exemplo, ilustra esse desdobramento, quando “[...] da formulação de diagnósticos sobre os problemas do país, passa a se dedicar à implementação de políticas públicas que visavam enfrentá-los, pela via da intervenção de um Estado autoritário de tipo corporativo.”<sup>230</sup>

Dois anos depois da publicação desse livro “popular” de Plínio Salgado, que havia sido por ele destinado às massas, ou seja, em 1935, havia 1.123 grupos integralistas organizados distribuídos em 538 municípios no território nacional, perfazendo cerca de 400 mil adeptos<sup>231</sup> para uma população brasileira de 37.876.153.<sup>232</sup> Para a Aliança Nacional Libertadora (ANL), o número de membros era de 100 mil, isto é, quatro vezes menos do que em relação àquele movimento do Sigma.<sup>233</sup>

Nos anos 1930, Ponta Grossa contabilizava mais de 30.000 habitantes e chegou a ter 700 filiados em seu núcleo da AIB.<sup>234</sup> Porém, mais do que a tentativa de se buscar a proporção de militantes integralistas em relação à população local e nacional, bem como em face de outras organizações, vale adiantar que, nas eleições municipais de 1935, a cidade de Ponta Grossa elegeu quatro vereadores integralistas, perfazendo 50% da bancada da Câmara Municipal.

O número de adeptos do movimento do Sigma em Ponta Grossa, para Chaves, explicaria a quantidade maior de notícias – e não de textos doutrinários ou de propaganda – veiculadas do *Diário dos Campos* sobre a

---

<sup>230</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. Oliveira Vianna: um *statemaker* na alameda São Boaventura. In. BOTELHO, André, SCHWARTZ, Lilia Moritz (organizadores). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 150.

<sup>231</sup> ARAÚJO, R. B., 1987, p. 25.

<sup>232</sup> Dado disponível na Internet via:

[www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/contas\\_nacionais/1\\_indice.xls](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/contas_nacionais/1_indice.xls).

<sup>233</sup> Ver: MONTEIRO, H. de M. “Da República Velha ao Estado Novo. Parte B: A consolidação da república oligárquica”. In. LINHARES, Maria Yedda Leite (organizadora). *História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

<sup>234</sup> DITZEL, 2007, p.129; DITZEL, C. H. M. Verde que te quero verde: o integralismo nos Campos Gerais. In. *Esboços*, Florianópolis, vol. 8, nº 8, pp. 33-50. [online]. Disponível na Internet via [periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/download/612/20096](http://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/download/612/20096).

mobilização integralista local, uma vez que era superior em comparação aos ligados à Aliança Nacional Libertadora.<sup>235</sup> Viu-se, no entanto, que o integralismo contava no país com uma militância numericamente maior do que a ANL e, portanto, esse aspecto não era específico a Ponta Grossa. Portanto, há a necessidade de uma maior problematização sobre a presença do integralismo nessa cidade, ultrapassando a estrita importância do movimento ao se levar em conta a quantidade de militantes em relação à adesão a outras correntes político-sociais do mesmo período; e, mesmo a consideração principal da presença de imigrantes de etnias vinculadas às fontes do movimento europeu fascista não é capaz de explicar essa presença.<sup>236</sup> Não existe, assim, apenas uma relação automática e direta entre ser membro de um núcleo integralista e, conseqüentemente, divulgador da doutrina e militante uniformizado, fazendo com que fosse possível a utilização da linguagem dessa mesma doutrina de forma mais ampla do que a mobilização centrada no aparato visual do integralismo (postura, bandeira, vestimenta etc.). As análises da aproximação e da participação efetiva de Brasil Pinheiro Machado do movimento integralista, a partir da reconstrução da sua rede de relações sociais e escolhas individuais, fornecem um exemplo da complexidade da consolidação daquele movimento doutrinário em Ponta Grossa.

No primeiro número do *Monitor Integralista*, Machado é citado como coordenador da AIB no Paraná, a partir de Ponta Grossa, cidade para onde

---

<sup>235</sup> CHAVES, N. B., 2001.

<sup>236</sup> Para se ter uma ideia da diversidade dos sobrenomes daqueles que passaram a aderir ao núcleo da AIB de Ponta Grossa, em 1934, bem como a presença de membros de famílias mais antigas:

“Já se inscreveram nas fileiras da Ação Integralista, núcleo de Ponta Grossa, os seguintes senhores: Odilardo L. de Freitas, João Leite Mendes, José Pierri, Euzebio Martins Junior, Oscar Domingues Serra, Manuel Machuca, José da Cruz Britto, João Luiz Pereira de Araújo Costa, Max Edmundo Schiebel, Olympio de Paula Xavier, Miguel de Paula Xavier, Lauro Nascimento, Guilherme Valente, João Rossi, Heladio Vidal Correia, Frederico Martinho Bahls, Gastão Pinheiro Machado e Jahyr de Oliveira.” (*Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 25/09/1934, nº 6.548.) Entre esses nomes tem-se informações sobre Olympio de Paula Xavier e Gastão Pinheiro Machado:

- natural de Ponta Grossa, segundo DITZEL (2007, p. 136) Olympio de Paula Xavier era “[...] pertencente a uma tradicional família local, nasceu em 1902 e formou-se em Odontologia e Direito em Curitiba. Exerceu cargos públicos e foi professor de Língua Portuguesa e História em Ponta Grossa.” Em 1935, elegeu-se vereador pela AIB na Câmara Municipal de Ponta Grossa e, em 1938, foi enquadrado pela Lei de Segurança Nacional como um dos líderes de conspiração integralista nos Campos Gerais.

- Gastão Pinheiro Machado era irmão de Brasil Pinheiro Machado. A família Pinheiro Machado também é considerada uma das mais tradicionais dos Campos Gerais.

retornou logo após se formar bacharel em Direito na capital federal.<sup>237</sup> Naquela cidade dos Campos Gerais, o núcleo integralista, segundo uma notícia veiculada no *Diário dos Campos*, foi fundado em maio de 1934 pelo médico Antonio Figueiredo, então secretário de Plínio Salgado e quem, conforme divulgado nesse mesmo jornal, já havia morado em Ponta Grossa.<sup>238</sup>

*O ilustrado médico patricio, Dr. Antonio Figueiredo, atual secretário do chefe integralista Sr. Plínio Salgado, e que já residiu por largos anos em nossa cidade, chegado anteontem de São Paulo seguiu para Marechal Mallet, onde vai tratar de interesses.*

*De regresso de sua viagem àquela localidade, [...] vai demorar alguns dias em Ponta Grossa, aproveitando a oportunidade para fundar o núcleo integralista deste município, a exemplo do que está sendo feito em todo o país.*<sup>239</sup>

Tanto Chaves como Ditzel afirmam, entretanto, que já existia uma sede da AIB em Ponta Grossa desde 1932. “Além da sede principal, situada na Rua Santos Dumont, uma das mais movimentadas do centro de Ponta Grossa, os integralistas estruturaram subsedes nos principais bairros da cidade.”<sup>240</sup> A aparente contradição entre a informação dada tanto por Ditzel quanto por Chaves de que uma sede integralista havia sido criada antes da coordenação oficial de Brasil Pinheiro Machado, ocorrida em 1933, e o *Diário dos Campos*, que anunciou esse fato em maio de 1934, se explica pela complexidade da própria organização da Ação Integralista Brasileira. Somente após o I Congresso Nacional Integralista, ocorrido em Vitória no início de 1934, é que se deu a estruturação hierárquica da AIB, mediante a publicação e aplicação mais ampla dos seus estatutos. Até então, ou seja, no primeiro número do *Monitor Integralista*, na primeira quinzena de dezembro de 1933, havia uma coordenação da província paranaense por parte de Brasil Pinheiro Machado, com sede em Ponta Grossa:

O Dr. Brasil Pinheiro Machado, um dos mais brilhantes escritores paranaenses, esforça-se no sentido de coordenar e fundar núcleos nesta Província, intensificando a propaganda doutrinária. Será em breve instalado

<sup>237</sup> *Monitor Integralista. Boletim da Ação Integralista Brasileira*, São Paulo, ano I, primeira quinzena de dezembro de 1933.

<sup>238</sup> *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 29/05/1934, n. [6.4827].

<sup>239</sup> *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 29/05/1934, n. [6.4827].

<sup>240</sup> CHAVES, 2001, p.121; DITZEL, 2007, p. 129.

o Núcleo de Ponta Grossa [...].<sup>241</sup>

A criação da chefia provincial no estado foi anunciada, no *Monitor*, para a segunda quinzena de agosto do ano seguinte, justamente no intervalo entre a vinda do Dr. Antonio Figueiredo, em maio de 1934, e a visita de Plínio Salgado, ocorrida em setembro desse mesmo ano. No entanto, o responsável em Ponta Grossa já não era mais Machado, mas sim Estevam [Zeve] Coimbra<sup>242</sup>, sob a chefia de Manoel Vieira de Alencar (Mata Grande/AL, 1873 -?/? , 1960).<sup>243</sup>

Resoluções da Chefia Nacional  
Número 26 (de 27 de junho de 1934)  
Nomeia um Chefe Provincial  
Resolvo nomear, de acordo com o art. 3º dos Estatutos da A.I.B., para o cargo de Chefe da A.I.B., na Província do Paraná, o miliciano dr. Manoel Vieira de Alencar.  
Plínio Salgado.<sup>244</sup>

Na condição de coordenador da AIB no Paraná, Brasil Pinheiro Machado vivenciou uma fase estratégica do movimento do Sigma, que era a de divulgação da doutrina em todos os estados do país. A missão do coordenador era, justamente, a de “[...] fazer irradiar pelos demais municípios do interior”<sup>245</sup> o movimento integralista. O artigo “Introdução ao Integralismo”, publicado em novembro de 1933, desse modo, foi uma ação de difusão da doutrina, daí a linguagem didática utilizada pelo articulista.

Mas, naquele momento, de onde Brasil Pinheiro Machado falava?<sup>246</sup> Quando publicou o artigo em questão, o bacharel lecionava, desde 1930, como professor catedrático, as disciplinas de História do Brasil e História Universal no Ginásio Estadual Regente Feijó. Criado antes da Revolução de 1930, na gestão do governador Caetano Munhoz da Rocha (Antonina/PR,

<sup>241</sup> *Monitor Integralista. Boletim da Ação Integralista Brasileira*. São Paulo, ano I, n. 2, 2ª quinzena de dezembro de 1933.

<sup>242</sup> DITZEL, 2007, p. 129.

<sup>243</sup> O alagoano Manoel Vieira Barreto de Alencar consolidou carreira jurídica e política no Paraná, neste estado ocupando cargos públicos como os de juiz, deputado estadual na Primeira República e professor catedrático da Universidade do Paraná.

<sup>244</sup> *Monitor Integralista. Boletim da Ação Integralista Brasileira* São Paulo, ano II, n. 7, 2ª quinzena de agosto de 1934.

<sup>245</sup> *Monitor Integralista. Boletim da Ação Integralista Brasileira* São Paulo, ano II, n.5, 2ª quinzena de fevereiro de 1934.

<sup>246</sup> Levando-se em consideração os lugares de enunciação formadores das redes de relações sociais de acordo com: SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. In. *Prismas: revista de história intelectual*, Buenos Aires, n. 4, p. 149-191, 2000.

1879 - Curitiba/PR, 1944)<sup>247</sup>, e atendendo a um pedido do então prefeito da cidade de Ponta Grossa, Victor Antonio Batista (Ponta Grossa/PR, 1880 - Ponta Grossa/PR, 1950)<sup>248</sup>, o ginásio pontagrossense passou a portar o título de o maior estabelecimento de ensino público do estado, logo após o Ginásio Paranaense, localizado em Curitiba, o que foi realçado com a equiparação ao ginásio nacional Colégio Pedro II, em junho de 1932, pelo decreto federal n. 21.241.<sup>249</sup> Nesse mesmo contexto, desde o começo de 1933, Pinheiro Machado também se inseriu no processo político que então se iniciava na cidade para a escolha dos candidatos às vagas destinadas aos representantes do estado do Paraná junto à Assembleia Nacional Constituinte.

No cartório respectivo, que se manteve aberto até a meia-noite, viam-se sempre eleitores procurando retirar os seus títulos. À tarde começaram a chegar, aos magotes, em automóveis e carroças, eleitores da redondeza. Dos setenta com que conta, aproximadamente, Itaiacoca, sessenta se encontram na cidade. Dirigiram-se todos à sede do Partido Social Democrático, onde pernoveram.

Hoje deverão chegar os eleitores de Conchas e das diversas colônias do município.

Haverá, aqui em Ponta Grossa, segundo nos foi dado verificar, disparidade de chapas, já porque de algumas foi excluído o nome deste ou daquele candidato, com a inclusão de outro, já porque eleitores há que votarão nos candidatos de sua simpatia sem observar os matizes políticos ou disciplina partidária.<sup>250</sup>

Em maio daquele ano, Machado se apresentou, nas páginas do *Diário dos Campos*, como um desses candidatos, em uma chapa composta por ele,

---

<sup>247</sup> Formado em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1902), Caetano Munhoz da Rocha (pai do “governador do Centenário”) se dedicou, todavia, às atividades industriais do mate e à política. Em 1904 foi eleito deputado ao Congresso Legislativo Estadual, para o qual foi reeleito diversas vezes. Entre 1908 e 1915 foi prefeito de Paranaguá, para onde contratou, como governador do estado do Paraná (1920 a 1928), a construção do Porto de Paranaguá. Após 1930, se elegeu deputado estadual para a legislatura de 1935-36. Presidiu o Conselho Administrativo do Estado, do qual se exonerou no ano de 1940.

<sup>248</sup> O pontagrossense Victor Antonio Batista foi vereador da legislatura de 1917-1920, tendo atuado como presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa em 1919; empossado prefeito municipal desse município, em setembro de 1924, quando era governador do estado Caetano Munhoz da Rocha, além do Ginásio Regente Feijó, na sua gestão foi iniciado o processo para a instalação da Diocese de Ponta Grossa, o que se deu no ano de 1930.

<sup>249</sup> OLIVEIRA, Josefredo Cercal de. *Educadores pontagrossenses: 1850-1950*. Ponta Grossa: Editora da URP, 2002. p. 81.

<sup>250</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 03/05/1933, n. 6.106.

pelo general Raul Munhoz (Curitiba/PR, 1875 – [1948])<sup>251</sup> e por Antonio Jorge Machado Lima (Ponta Grossa/PR, 1886 - [1960])<sup>252</sup>, formando não um partido político, mas “[...] um grupo de revolucionários [...]”<sup>253</sup> Machado, mais o general Raul Munhoz, ao lado de candidatos de outras chapas, como Lacerda Pinto (Lapa/PR, 1893 - Curitiba/PR, 1974)<sup>254</sup> e Hostílio Araújo, tiveram o apoio da Liga Eleitoral Católica (LEC); aquele mesmo general, bem como Lacerda Pinto e mais Antonio Jorge Machado Lima tiveram, também, o apoio de uma parte do operariado de Ponta Grossa.<sup>255</sup> Dessa composição de chapas, ainda se contava com a do Partido Social Democrático (PSD), formada por aqueles mesmos companheiros do grupo liderado por Brasil Pinheiro Machado (mas não por este) e mais Lacerda Pinto e Idálio Sardenberg (Porto Alegre/RS, 1906 – [?/?], 1987).<sup>256</sup> Das

---

<sup>251</sup> O general Raul Munhoz cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro. Foi comandante militar no governo estadual de Caetano Munhoz da Rocha; eleito para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1934, renunciou, porém, antes da posse.

<sup>252</sup> Antonio Jorge Machado Filho se formou em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo (1907). Foi membro fundador do PSD e do diretório central desse partido. Seu primeiro mandato eletivo foi por essa mesma sigla, quando atuou como deputado na Assembleia Nacional Constituinte. Em outubro de 1934 foi eleito, indiretamente, senador pela Assembleia Constituinte do Paraná, do mesmo modo pelo PSD. (Ver: *Tabloide digital: 35 anos de jornalismo sob a ótica de Aramis Millarch*. Acervo Aramis Millarch. “Os partidos de 50 anos passados (I)” – Veiculado originalmente no *Estado do Paraná*, Curitiba, 09/11/1985. Disponível na Internet via

<http://www.millarch.org/artigo/os-partidos-de-50-anos-passados-i>;

<http://www.humanas.ufpr.br/porta/cienciapolitica/files/2011/08/DissertacaoMaristelaAnexos.pdf>

Era filho de Vicente Machado, que fora presidente do Paraná na Primeira República. Outros cargos públicos por ele ocupados: Promotor Público de Palmeiras; Promotor Público de Antonina; Procurador Fiscal da Fazenda Nacional; Diretor Geral de Ensino; Membro do Conselho Consultivo do Paraná; Auditor do Tribunal de Contas da União; Ministro do Tribunal de Contas da União; Consultor Jurídico da Delegacia Fiscal do Paraná.

Dados disponíveis na Internet via:

[http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=1444&li=37&lcab=1934-1937&lf=37](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1444&li=37&lcab=1934-1937&lf=37).)

<sup>253</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 03/05/1933, n. 6.106.

<sup>254</sup> O escritor Manoel Lacerda Pinto colaborou, nas décadas de 1910, 1920 e 1930, em diversas revistas locais, como a *Club Curitibano*, *Fanal* e *Athenéia*, bem como *Festa*, editada no Rio de Janeiro por Tasso da Silveira e Andrade Muricy entre os anos de 1927 e 1934. Nesse último ano, Lacerda Pinto foi eleito deputado federal, representando o Partido Social Democrático e com apoio da Liga Eleitoral Católica. Ingressou na magistratura estadual em 1937, quando assumiu a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. Foi presidente do Tribunal de Justiça do Paraná de 1949 a 1952 e de 1959 a 1960. “Seu engajamento na luta contra o anticlericalismo levou-o a participar da fundação do Círculo de Estudos Bandeirantes [...]” (Ver: *Dicionário histórico-biográfico do Paraná*. Curitiba, Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991. p. 373-74)

<sup>255</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 03/05/1933, n. 6.106.

<sup>256</sup> Idálio Sardenberg cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais como primeiro-tenente, quando atuou na Aliança Liberal na região de Sengés, no estado do Paraná. Também nesse estado participou da Revolução de 32, ao lado das forças legalistas, tornando-se conhecido no Paraná, onde se casou com Ivone Faria. Elegeu-se primeiro

chapas compostas para essas eleições, a do PSD foi vitoriosa, elegendo, para a Assembleia Nacional Constituinte, três dos seus quatro membros para representantes paranaenses na capital federal: Manoel Lacerda Pinto, Antonio Jorge Machado Lima e Idálio Sardenberg. O alinhamento com o Governo Provisório era evidente nesse resultado, indicando um poder significativo desse partido político – criado no início de 1932 pelo interventor Manoel Ribas – juntamente ao eleitorado, inclusive de origem imigrante, como o artigo acima transcrito do *Diário dos Campos* menciona. Nesse aspecto, apesar de não ter sido fundada com natureza de partido político, a concorrência dos partidos regionais com a AIB era presente, uma vez que um dos principais passos dessa organização era a fundação de núcleos municipais integralistas com o fim de se intensificar a propaganda doutrinária e arregimentar militantes.

Interessante observar, antes de tudo, que os membros da chapa do “grupo de revolucionários” liderada, segundo o *Diário dos Campos*, por Pinheiro Machado, tinham um perfil semelhante: tanto o general Raul Munhoz, como Antonio Jorge Machado Lima haviam nascido no século XIX, tendo o primeiro 30 e o segundo 20 anos de idade a mais em relação ao jovem Brasil, que nasceu em 1907. Além disso, Munhoz e Machado Lima tinham fortes vínculos com o republicanismo: o primeiro havia cursado a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, e o segundo era filho de um republicano paranaense, o ex-presidente de estado e senador, Vicente Machado; mais ainda, o “séquito” de Brasil Pinheiro Machado ligava-se diretamente ao partido político regional do interventor Manoel Ribas, o PSD.

---

suplente, em maio de 1933, à Assembleia Nacional Constituinte, na sigla do PSD paranaense, assumindo seu mandato no mesmo ano. Foi representante do Paraná na Comissão dos 26, encarregada de coordenar os estudos do anteprojeto e das emendas destinados à elaboração da nova Carta Constitucional. Em 1949, foi um dos fundadores da Escola Superior de Guerra (ESG). Em 1953, atingiu a patente de coronel. Em 11 de dezembro de 1958, foi nomeado presidente da Petrobras, no governo do presidente Juscelino Kubitschek. Em 1960, foi promovido a general-de-brigada, deixando a presidência da Petrobras em 2 de fevereiro de 1961. Promovido a general-de-divisão em 1966, foi diretor-geral de Ensino do Exército, entre 1967 e 1968. Em 1967, assumiu a função de presidente da Comissão Brasil-Estados Unidos, no Rio de Janeiro. Foi chefe do Estado-Maior das Forças Armadas até 1972, quando foi transferido para a reserva, trabalhando ainda como diretor-presidente da Delfin Crédito Imobiliário.

Autor do livro “Competência tributária dos municípios”.

Dados disponíveis na Internet via: <http://www.coopetroleo.com.br/phpb.htm#IS>; <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>; <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciapolitica/files/2011/08/DissertacaoMaristelaAnexos.pdf>.

Por sua vez, Brasil e o general Raul Munhoz se diferenciavam de Antonio Jorge Machado Lima, nessa composição, pelo fato de terem o apoio da Liga Eleitoral Católica (LEC).

Dessa complexa rede política parece decorrer que, nessa oportunidade, os “revolucionários” integrantes da chapa liderada por Brasil Pinheiro Machado assim se chamavam pela disposição que tinham em relação ao governo instalado em outubro de 1930, e no qual apostavam como agente de uma nova era política. E, da mesma forma, todos os três “revolucionários” logo se decepcionariam com os rumos tomados pelo governo de Getúlio Vargas, cada um ao seu modo e em um determinado momento. Antonio Jorge Machado Lima rompeu com o PSD e, em 1936, foi o responsável pela reorganização do Partido Liberal Paranaense <sup>257</sup>; Raul Munhoz, por sua vez, que havia sido eleito deputado estadual constituinte, em 1934, renunciou antes mesmo da posse. Nessa perspectiva, os “revolucionários” da chapa pontagrossense eram originalmente ligados à causa do movimento de outubro de 1930, notadamente a favor da centralização do Estado interventor, porém depois da revolta paulista de 1932 viram-se obrigatoriamente inseridos no jogo eleitoral e constitucional, o qual acabou os levando a direções diversas.

A fidelidade de Brasil Pinheiro Machado em relação à interventoria federal no Paraná, na pessoa de Manoel Ribas – e uma vez que então sua posição política não se vinculava a nenhum partido, nem mesmo ao PSD –, vacilou no momento quando se aproximou da AIB, mais para o final de 1933, divulgando essa doutrina no *Diário dos Campos* e coordenando a difusão da mesma através do estado, a partir do município de Ponta Grossa. No artigo “Introdução ao integralismo”, Brasil Pinheiro Machado colocou em campos opostos o integralismo, de um lado, e o comunismo e o liberalismo, de outro, mas diferenciou estes dois últimos entre si quanto ao peso dado, em cada uma dessas organizações políticas, ao individualismo: pleno no liberalismo e nulo no comunismo.

---

<sup>257</sup> (Ver: *Tabloide digital: 35 anos de jornalismo sob a ótica de Aramis Millarch*. Acervo Aramis Millarch. “Os partidos de 50 anos passados (I)” – Veiculado originalmente no *Estado do Paraná*, Curitiba, em 09/11/1985. Dados disponíveis na Internet via <http://www.millarch.org/artigo/os-partidos-de-50-anos-passados-i>)



[...] a harmonia da sociedade só pode ser conseguida com uma organização integralista, isto é, uma organização que não considere o indivíduo como base em prejuízo da coletividade (liberalismo) ou a sociedade como fim em si mesmo esmagando o indivíduo (comunismo), mas que seja a soma de todas as faculdades do homem, de todos os seus interesses, direitos e obrigações. [...].<sup>258</sup>

No rol das análises renovadas sobre o integralismo elaboradas desde a década de 1970, uma das que mais inspiram a pensar a presença da doutrina integralista na ação e no pensamento político de Brasil Pinheiro Machado é a desenvolvida por Ricardo Benzaquen de Araújo.<sup>259</sup> No capítulo terceiro do seu livro *Totalitarismo e revolução...* Araújo examina uma das três civilizações adstritas no caminhar da humanidade, segundo a proposta integralista de Plínio Salgado. Caracterizadas por combinações diferentes entre o materialismo e o espiritualismo, a civilização ateísta – em oposição à politeísta, quando estes dois aspectos coexistiam, e à monoteísta, quando o espiritualismo predominou – teve a sua semente plantada ainda durante a Idade Média, época em que o pensamento científico começou a se propagar, e que será o responsável pela perpetuação do materialismo, desembocando na sociedade moderna.<sup>260</sup> A civilização ateísta/materialista incorporada na sociedade moderna teria um perfil liberal, pois que tomada pelo livre-arbítrio, e democrático, este aspecto assentado sobre os conceitos de “homem cívico” e de “soberania nacional”, ou seja, estava dominada pelo materialismo em todos os seus aspectos, cujas manifestações mais nefastas eram o individualismo radical, a desigualdade social e o epicurismo.

A exploração do homem pelo homem, no entanto, como explica Araújo, não se daria somente nas sociedades capitalistas, mas inclusive nas comunistas, uma vez que o ápice da generalização dessa exploração seria a absorção de toda e qualquer competição pelo Estado, configurando o capitalismo monopolista e, conseqüentemente, o comunismo estatal como um resultado natural da vitória final do materialismo.

Assim, a eliminação, neste momento final, de algumas das características que acompanharam o materialismo ao longo de toda a sua história, como a

---

<sup>258</sup> MACHADO, B. P., 1933.

<sup>259</sup> ARAÚJO, R. B., 1987.

<sup>260</sup> ARAÚJO, R. B., 1987, p. 39-48.

competição e a propriedade privada individual, serve apenas para que ele possa ser levado, no comunismo, até suas últimas conseqüências. Começando por mostrar uma face democrática, na qual muitos exploravam muitos, a civilização ateísta vai se encerrar com a exibição do seu lado mais autoritário, mais despótico, em que um pequeno grupo de ‘criminosos’, monopolizando o poderio estatal, pretende saciar os seus instintos pela escravidão generalizada de todos os seres humanos. É esse resultado do domínio da sociedade pelas forças da natureza, pelas leis da matéria.<sup>261</sup>

O integralismo, enquanto doutrina política, pregava a fundação de uma sociedade igualitária com a diluição das diferenças sociais, no entanto limitada pela eliminação do individualismo (exploração do homem pelo homem, inclusive sublimado pelo comunismo) e, por outro lado, movimentada por uma mobilização orgânica permanente, cotidiana, de todos, desde a família até o Estado. A “organização integralista”, como denominou Brasil Pinheiro Machado em seu artigo de divulgação doutrinal, se concretizaria por meio de uma revolução espiritual, encerrando definitivamente a matéria em um círculo onde predominassem os instintos naturais e deixando livre o campo social exclusivamente aos princípios espirituais. Araújo adverte, entretanto, que essa visão elaborada por Plínio Salgado e divulgada como cerne da doutrina integralista acabou se identificando com uma lógica totalitária, o que teria provocado o afastamento de muitos intelectuais que dela haviam se aproximado, mas que em um segundo momento voltaram-se para o pensamento católico tradicional, conservador e de viés autoritário. Esse foi o caso, também, do próprio Brasil Pinheiro Machado.

No começo de 1931, quando já estava de volta aos Campos Gerais, atuando como advogado e professor catedrático ginasial em sua cidade natal,<sup>262</sup> seu amigo, o poeta Augusto Frederico Schmidt, e seu colega de curso na Faculdade de Direito, San Tiago Dantas, haviam se vinculado “[...] a um círculo de intelectuais cariocas que apoiava as ideias do escritor Plínio Salgado, um dos principais divulgadores da doutrina fascista no Brasil.”<sup>263</sup> Dois anos depois, isto é, em 1933, San Tiago fundaria o primeiro núcleo integralista do distrito federal. Como se viu acima, nesse mesmo ano de

---

<sup>261</sup> ARAÚJO, R. B., 1987, p. 48.

<sup>262</sup> Consultar o quadro que inicia este capítulo e o “Quadro cronológico da vida de Brasil Pinheiro Machado, 1907 - 1997”.

<sup>263</sup> *Dicionário Histórico Biográfico. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas.* Disponível na Internet via <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

1933, após o fim da campanha eleitoral apoiada pela LEC à Assembleia Nacional Constituinte, Brasil Pinheiro Machado se inseriu na divulgação do integralismo no Paraná, como articulista e como coordenador da AIB. Porém, já durante essa campanha eleitoral a intelectualidade católica demonstrou apoio a Pinheiro Machado e, quando o pontagrossense iniciou a campanha naquela chapa de “revolucionários”, a Junta Regional da Liga Eleitoral Católica pediu espaço no periódico *Diário dos Campos* para explicar o porquê do suporte à sua candidatura, inclusive ilustrando o informe com a reprodução de telegramas de personalidades nacionais enviados a respeito do jovem candidato, como o do poeta e amigo Augusto Frederico Schmidt: “Rio, Avenida, 30 – Candidatura Brasil Pinheiro significa vitória representante inteligência moça nossa pátria. Espero Paraná compreenderá alcance desta eleição seu grande filho. (a) Augusto Frederico Schmidt.”<sup>264</sup> Ainda outro telegrama, dessa vez do colega de faculdade, San Tiago Dantas, também de maio de 1933: “Rio, Copacabana, 1 – Envio votos entusiásticos, sucesso sua candidatura. Na sua inteligência estão postas algumas das maiores esperanças brasileiras. (a) Santiago Dantas.”<sup>265</sup>

Mais do que a defesa da candidatura de Brasil Pinheiro Machado, o que chama a atenção é a manutenção da rede de sociabilidade que ele havia construído na capital federal enquanto estudante do curso de Direito, e que reforça seus vínculos com a intelectualidade católica que havia se aproximado efetivamente do integralismo. A participação desses intelectuais, inclusive a do pontagrossense Machado, no movimento liderado por Plínio Salgado, foi dinamizada, de início, pela busca do aprofundamento do estado revolucionário e pelo combate à reconstitucionalização do país. Mediante, porém, a abertura irreversível, no entanto controlada, do processo constitucional, desde a revolta paulista de 1932, o apoio da LEC foi fundamental e simbólico quanto aos rumos que esses intelectuais católicos engajados no jogo político se empenharam a dar para a construção do Estado. Para essa visão, era importante considerar aquilo que o *Monitor Integralista* definia como sendo o perfil do militante da doutrina:

---

<sup>264</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 03/05/1933, n. 6.106.

<sup>265</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 03/05/1933, n. 6.106

Nós, os Integralistas, não servimos aos governos, nem tampouco aos seus opositores: desinteressamo-nos pelas soluções imediatas dos problemas administrativos ou políticos; procuramos ignorar toda essa gravitação de pretensões a cargos ou lugares de destaque, seja no cenário da Província, seja no Federal; desdenhamos com o mesmo desprezo de geração nova, de mocidade culta, penetrada dos sentimentos e das razões superiores da Pátria, os velhos partidos que caíram com a Revolução de 30, assim como os novos que surgem com os mesmos vícios e as mesmas misérias daqueles que caíram. O que nos preocupa e apaixona é a solução total, completa, de todas as questões do país, desde a sua estrutura econômica até a sua expressão intelectual; desde a organização do município até a organização nacional.<sup>266</sup>

Essa definição havia sido convocada claramente no artigo de Pinheiro Machado, “Introdução ao Integralismo”. Metodologias, estudos e planos vão ser uma tônica da década de 1930 e essa preocupação generalizada foi compartilhada tanto por liberais, quanto por autoritários.<sup>267</sup> Logo no início daquele artigo, o articulista escreve: “Nada possuímos organizado e nunca poderemos acreditar que um movimento armado vá redimir todos os pecados praticados contra os interesses da Nação. A base de tudo é a organização, e essa nos falta.”<sup>268</sup> Para tanto, ele apresentou a proposta integralista como a via possível para se alcançar a modernização técnica de maneira integral, isto é, com o equilíbrio entre o indivíduo e a coletividade, algo que, segundo Pinheiro Machado, não era proporcionado pelo “unilateralismo” do liberalismo e nem pelo comunismo.<sup>269</sup>

A modernização técnica fazia parte do horizonte iminente das diversas propostas políticas contemporâneas, e que tinham como objetivo dotar o país de maior organização, a qual garantisse, por sua vez, o desenvolvimento social, econômico, político e cultural, quando se iniciou, na década de 1920, não somente no Brasil, mas também na Europa e nos EUA, principalmente após a Grande Depressão, um processo de criação de novos órgãos públicos estatais dirigidos para e por funcionários públicos técnicos.<sup>270</sup> De acordo com Angela de Castro Gomes:

---

<sup>266</sup> *Monitor Integralista. Boletim da Ação Integralista Brasileira*. São Paulo, Ano 1, primeira quinzena de dezembro de 1933.

<sup>267</sup> *Monitor Integralista. Boletim da Ação Integralista Brasileira*. São Paulo, Ano 1, primeira quinzena de dezembro de 1933.

<sup>268</sup> MACHADO, B. P., 1933.

<sup>269</sup> Sobre modernização técnica e sua relação com o modernismo reacionário, que não identificou materialismo e tecnologia, ver: Herf, Jeffrey. *O Modernismo Reacionário*. Campinas/SP, Editora da Unicamp; São Paulo, Ensaio, 1993.

<sup>270</sup> GOMES, Angela de Castro. *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de

“A 'modernização' do país que, segundo os diagnósticos dos anos 1920 e 1930, já estava em curso e devia ser acelerada, exigia a presença de homens com formação distinta. O Brasil precisava não de 'profissionais da política', mas de profissionais com formação técnica específica ao desempenho das novas funções do Estado, cada vez mais intervencionista e autoritário.”<sup>271</sup>

Esse afastamento da política como profissão é um fator explicativo da aproximação de intelectuais católicos e preocupados com os rumos do Estado ao movimento integralista.

Ao seguir novamente os passos de Brasil Pinheiro Machado por meio das notícias do *Diário dos Campos* vê-se que, em março de 1933, os responsáveis pela organização do diretório pontagrossense do PSD o convidaram para fazer parte do mesmo. A resposta do professor do Ginásio Regente Feijó foi, no entanto, a de espera: “[...] costume meditar antes de tomar qualquer atitude de certa importância [...]”.<sup>272</sup> Dois meses depois dessa anunciada posição, as eleições aconteceram, tendo Pinheiro Machado formado aquela chapa de “revolucionários”, tendo ele se candidatado apenas com o apoio da LEC.

No processo de centralização dos poderes da União, mediante a construção de um federalismo diferenciado em relação àquele que pautou o período da Primeira República, residem as principais possibilidades de se compreender, por fim, a aproximação de Brasil Pinheiro Machado da doutrina integralista. Esse processo centralizador pode ser visto de uma perspectiva mais recuada, pois ao longo da década de 1920, principalmente durante a gestão de Artur Bernardes, entre 1922 e 1926, algumas inovações políticas atuaram como sinais de fortalecimento do poder central, principalmente observadas na Reforma Constitucional ocorrida naquele último ano e “[...] promovida pelo executivo, visando ampliar as faculdades e direitos do governo central perante os estados.”<sup>273</sup> Pode-se dizer, então, que tanto a agitação tenentista dos anos 1920, quanto as novas

---

Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

<sup>271</sup> GOMES, Angela de Castro, 1994, p.5

<sup>272</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 03/03/1933, n. 6.056.

<sup>273</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário da Primeira República. In. MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 13. ed., São Paulo: Difel, 1982. (Corpo e Alma do Brasil.). p. 216.

organizações políticas surgidas nesse período, e após a Revolução de 30, fazem parte de uma “[...] crise institucional [que] dizia respeito, em grande medida, à necessidade de reformulação das relações do Estado com um organismo econômico que passava a exigir atuação não somente sobre alguns focos regionais, mas sobre as exigências de seu conjunto”.<sup>274</sup> Desse modo, tanto o governo Bernardes como o de Washington Luís caracterizaram-se por uma tentativa de conciliação entre o “[...] liberalismo político, de teor individualista, da Primeira República, com a necessidade de estabelecer a ordem constantemente ameaçada por movimentos contestadores na década de 1920.”<sup>275</sup>

Da Reforma de 1926 destacam-se, para esta tese, dois pontos: a intervenção da União nos estados e a redução do *habeas-corpus*. Esses dois aspectos são importantes nessa análise porque conduzem para a observação contemporânea da centralização dos estados nas personalidades dos seus respectivos governadores e para a necessidade de mudança de visão, antepondo a esse poder “coronelístico” o interesse da coletividade.

Quanto à soberania da União, é interessante apontar um trabalho apresentado na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em 1949, pelo jurista Euclides Mesquita (Campina Grande/PB, 1911 -?)<sup>276</sup> para concurso à cátedra de Teoria Geral do Estado. No capítulo sobre a Carta Constitucional de 1891, Mesquita analisou a reforma a ela feita em 1926, identificando-a como sendo a fase final do liberalismo clássico nacional e marcando o “[...] caminho seguro do Estado brasileiro na sua avançada de estado mínimo para estado máximo [...]”. Nessa direção à maximização da soberania da União um dos pilares do federalismo republicano foi abatido com a regulamentação do mercado de trabalho, a qual estabeleceu regras de contratação, bem como a interposição do Estado à autonomia até então primordial das unidades da federação quanto a liberdade que as mesmas possuíam sobre o comércio exterior e interior. Isso afetou a compreensão da

---

<sup>274</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de, 1982, p. 226.

<sup>275</sup> RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai) 1939-1942*. Tese de doutoramento em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, p. 51. Disponível na Internet via <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11401/000611641.pdf?sequence=1>.

<sup>276</sup> Formou-se pela Faculdade de Direito de Recife. Professor catedrático de Direito Civil na UFPR, instituição onde se tornou Doutor, em 1956. Fundador da Faculdade de Direito da Universidade de Santa Catarina (UFSC).

organização jurídica do país, explicitando a necessidade de uma injeção de “Brasil real” para lograr a formação de uma nação moderna, não bastando apenas uma erudita construção legal, o que ficaria bem mais evidente nos trabalhos constituintes de 1934. Sobre isso, Mesquita refletiu acerca da precariedade do “império da juridicidade” para enfrentar os profundos problemas nacionais que estavam sendo então diagnosticados.

Não mais se fazia sentir o império da juridicidade como capaz de conjurar a crise que se avolumava com a precariedade de nossa compreensão política e, sobretudo, com os fatores mais graves do mal estar econômico originário de uma economia raquítica e de uma organização de trabalho fundada na livre concorrência da mão-de-obra. Alia-se a essas circunstâncias, já de si graves, a errônea concepção de nosso povo em crer nos milagres das transformações bruscas da ordem estatal a panaceia para todos os males do organismo social.<sup>277</sup>

Declarações contemporâneas como a do jurista Euclides de Queiroz Mesquita reforçam alguns pontos do pensamento social que vinham sendo explicitados desde o movimento modernista. A partir do final dos anos 1920, tais pontos passaram a atuar como diagnóstico dos problemas nacionais a ser enfrentados, como a desarticulação entre Brasil real e Brasil legal, a histórica falta de coesão entre as regiões nacionais e, ainda, a suposta ausência de consciência política do povo brasileiro.

Articulado a essas transformações que urgiam para a organização jurídica da estrutura governamental, e também da preocupação premente em submeter interesses particulares aos gerais (nação), a redução do instrumento de *habeas-corpus*, inserida na Reforma de 1926, do mesmo modo irá afetar o arcabouço político da década seguinte. Traduzida para a cultura política da época, a redução da abrangência de proteção ao direito individual se converteria no mecanismo não somente da primazia do coletivo, mas do nivelamento das unidades federativas, que passariam a se igualar como subordinadas ao poder centrípeto da União, responsável por coordenar essa coletividade. Nesse ponto, o trabalho do jurista Pontes de Miranda (Maceió/AL, 1892 - 1979)<sup>278</sup> auxilia a recuperar um pouco do clima

---

<sup>277</sup> MESQUITA, Euclides. *O Estado e as constituições republicanas no Brasil*. Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Paraná para concurso à cátedra de Teoria Geral do Estado, 1949.

<sup>278</sup> Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife, em 1911. Escritor, advogado, publicista e jurisconsulto, Pontes de Miranda deixou mais de uma centena de livros publicados, inclusive na língua alemã,

dessa restrição à liberdade individual no Brasil a “caminho seguro” para o “estado máximo”.

Na época da publicação do seu livro “História prática do habeas-corpus”, na década de 1920, ainda se estava sob a égide da determinação constitucional de 1891, segundo a qual o *habeas-corpus* atuava de modo extensivo como mandado constitucional, valendo para amparar uma gama de direitos pessoais contra abusos do poder, inclusive praticados pela autoridade, o que foi restrito em 1926. Na Reforma desse último ano e na Constituição de 1934, o instrumento do *habeas-corpus* foi limitado a proteger somente o direito de ir e vir e o abuso contra a prisão ilegal, mas passou a conviver com a previsão do mandado de segurança, novidade que servia para a “[...] defesa do direito, certo e incontestável, ameaçado ou violado por ato manifestamente inconstitucional ou ilegal de qualquer autoridade.”<sup>279</sup>

As mudanças no direito constitucional caminhavam juntas, portanto, com a necessidade de intervenção na realidade nacional, considerando-se o cruzamento entre vida pública e exercício intelectual. O estudo de Alberto Venancio sobre a supremacia das faculdades de Direito na formação cultural do país aponta para o alvo dessa intervenção, que seria a organização política do Estado, e não a do poder; preocupações com a “[...] regulação puramente normativa [que] ganhou primazia sobre as formas intelectuais que examinam, na sua estrutura e nas suas funções, o fenômeno da organização do poder.”<sup>280</sup>

A menção do *habeas-corpus*, nesse ponto, se justifica mais em seu valor político de representar a intensificação da centralização administrativa do Estado, por meio da regulação da organização desse, ao mesmo tempo em que os partidos e organizações políticas diversas então surgidas, contando aqueles de raízes regionalistas tradicionais, buscavam se afastar da visão negativa que sobre eles pairavam como entidades personalíssimas e se aproximar das lutas coletivas. Nesse contexto, o integralismo atraiu

---

destacando-se, na área do Direito, os temas da área do direito constitucional, apesar de ter contribuído para o direito civil, processual e comercial. É, na história da jurisprudência brasileira, um dos pareceristas mais citados.

Dados disponíveis na Internet via <http://www.ipm.al.org.br/historico.htm>.)

<sup>279</sup> BRASIL. Constituição, 16/07/1934.

<sup>280</sup> VENANCIO FILHO, Alberto. Maquiavel e o Brasil. In. *Notas republicanas*. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 174.



muitos intelectuais que se afastaram das agremiações político-partidárias em prol de um novo modo de fazer política, apartidária. E é justamente nesse ponto que se encontra a explicação mais plausível para o distanciamento de Brasil Pinheiro Machado da militância da AIB, quando a mesma se torna um partido político. No entanto, fatores conectados diretamente as suas redes sociais, em Ponta Grossa, acrescentaram razões para seu afastamento dessa organização integralista, como se analisa a seguir.

### 2.2.2 Movimento dois: o distanciamento

Integralismo errado. Uma incoerência flagrante.

[...]

A incoerência está justamente no combate que o integralismo oferece aos partidos políticos, emprestando, por outro lado, colaboração indireta aos mesmos, nos parlamentos, que outra coisa não são senão a representação desses mesmos partidos que o integralismo combate. O integralismo guerreia a politicalha e quer imiscuir-se na politicalha.

Outra incoerência é esta: o Dr. Brasil Pinheiro Machado, de quem Plínio Salgado é admirador sincero, não foi revestido de responsabilidades integralistas porque assumira compromisso político ao lado de um homem de valor - no próprio conceito do chefe integralista - homem de valor esse que é o Sr. Manoel Ribas [...].

[...]

Essas considerações, afinal, são filhas de uma decepção ingrátíssima, que esmagou em nosso coração a flor da esperança cívica que Plínio Salgado mesmo plantou.<sup>281</sup>

Após a visita de Plínio Salgado a Ponta Grossa, que ocorreu em setembro de 1934, as notícias sobre a presença do integralismo nessa cidade se tornariam mais negativas no que tange à avaliação do potencial transformador desse movimento político. Por ocasião dessa visita, o editor do *Diário dos Campos* denunciou o que acreditava ser a natureza incoerente do integralismo, revelada assim que este se rendeu à “politicalha”, aos jogos político-partidários. E essa incoerência prejudicava, segundo o periódico, um dos expoentes do movimento integralista em Ponta Grossa, o Dr. Brasil Pinheiro Machado, o qual ficara de fora da organização da AIB em decorrência do seu bom relacionamento com o governador Manoel Ribas. Portanto, o mesmo mal que tornou o integralismo uma “decepção”, se tornou a justificativa do afastamento de Machado da organização hierárquica do mesmo, qual seja, a colaboração com o poder instituído.

De fato, o então coordenador da AIB no Paraná, a partir de Ponta Grossa, não se tornou o chefe provincial dessa organização quando da instalação do núcleo estadual da mesma. Rafael Athaides observa que a fase princesina<sup>282</sup> da AIB no Paraná foi sobrepujada pelo registro das ações

<sup>281</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 29/09/1934, n. 6.527.

<sup>282</sup> O termo se refere à denominação dada a Ponta Grossa como “Princesa dos Campos”, em virtude da localização da cidade, nos Campos Gerais, sendo então a mais importante dessa região do Paraná em termos econômicos e populacionais.

realizadas na capital (Curitiba) e afastada em direção a uma memória nebulosa, o que talvez tenha contribuído para que as interpretações sobre a presença do integralismo na cidade de Ponta Grossa tenham se fixado no tripé fascismo, integralismo e imigração europeia. Com a nomeação de Manoel Vieira de Alencar para a chefia provincial da AIB no Paraná, em junho de 1934, o nome de Brasil Pinheiro Machado não aparece mais como coordenador, nem mesmo em Ponta Grossa, cujo responsável passou a ser Estevam Coimbra. A recepção dos líderes do movimento do Sigma em visita ao Paraná foi de responsabilidade de Manoel Alencar, o que iniciou certa competição entre Curitiba e Ponta Grossa quanto a liderança integralista no estado e, ao final, um apagamento dessa última cidade na história do integralismo local da perspectiva dos líderes desde a capital do Paraná. Como observa Athaides,

[...] é interessante notar que a história de Machado como coordenador em Ponta Grossa e a da própria cidade como sede irradiadora do Integralismo não foi reconhecida pela liderança de Curitiba; foram omitidas de um retrospecto histórico publicado no *A Razão*, elaborado em função do primeiro aniversário da Província [do Paraná], em julho de 1935 [...]. Portanto, para os integralistas da capital, a trajetória do movimento remonta a 1934 e a Vieira de Alencar [...].<sup>283</sup>

No entanto, a força do integralismo nos Campos Gerais era concreta, e não somente para os membros locais, pois quando da vinda de Plínio Salgado ao estado, naquele setembro de 1934, sua visita foi estendida a Ponta Grossa, onde permaneceu por dois dias. A fim de preparar essa estadia, o chefe provincial, Manoel Vieira de Alencar, enviou um telegrama a Joanino Sabatela (1881-1970), quem provavelmente foi o responsável pela organização do evento naquela cidade, para que ele providenciasse uma calorosa recepção ao “apóstolo cívico da Ideia-Moça da nacionalidade”.<sup>284</sup>

Apesar da fundação da chefia provincial paranaense a partir da capital do estado, Curitiba ganhou um núcleo municipal somente em 1937, tardiamente se comparado com os demais, instalados, em 1934, nas localidades de Ponta Grossa, Paranaguá, Antonina, Morretes, Campo Largo,

---

<sup>283</sup> ATHAIDES, Rafael. A instalação da província paranaense da AIB: do início esquecido à fundação oficial (1932-1934). In. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, julho 2011. p. 3.

<sup>284</sup> *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 20/09/1934, n. 6.527.

Rio Negro e Bocaiúva, todos em decorrência de bandeiras oriundas da sede provincial.<sup>285</sup> No núcleo pontagrossense, a par do “sumiço” de Brasil Pinheiro Machado, nomes próximos a ele, como visto neste capítulo, se inseriam nas fileiras oficiais do integralismo local como milicianos: Olympio de Paula Xavier, colega no Ginásio Regente Feijó, e um dos seus irmãos, Gastão Pinheiro Machado.<sup>286</sup>

A liderança dos núcleos municipais, geralmente, era destinada naturalmente ao coordenador, o qual havia sido até então o responsável pelo trabalho de divulgação da doutrina com o objetivo de lograr a fundação oficial do seu respectivo núcleo. A propaganda ideológica era o fundamental nessa fase da coordenação, como o que se deu com a publicação do artigo de Machado, em novembro de 1933, no *Diário dos Campos*. A veiculação de artigos doutrinários nos jornais locais era a principal estratégia, ao lado da panfletagem.<sup>287</sup> A não ida de Brasil Pinheiro Machado da coordenação na província do Paraná para o cargo de chefe provincial no estado representa, assim, uma ruptura com o integralismo, pelo menos quanto aos seus vínculos organizacionais para com o movimento.

O que explicaria esse “desaparecimento” de Machado dos quadros integralistas, em meados de 1934, pode estar associado, como já indicado acima, com a decisão de a AIB ter se inserido nas disputas eleitorais nesse mesmo ano, o que para esse pontagrossense poderia significar ter de escolher um único parceiro político. Essa hipótese ganha reforço quando se vincula esse fato à estruturação da AIB, logo após o congresso de Vitória, o que para Pinheiro Machado representou não somente compartilhar com um pensamento político, mas ser membro de uma organização rígida, impossibilitando seu diálogo nunca inteiramente interrompido com o Governo Provisório, com Manoel Ribas e a sustentabilidade da rede construída em torno da intelectualidade católica e do partido oficial local, o PSD.

A interpretação sobre a experiência de Brasil Pinheiro Machado no movimento do Sigma lembra, antes de tudo, o texto de Antonio Candido para

---

<sup>285</sup> ATHAIDES, Rafael, 2011, p. 12.

<sup>286</sup> *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 25/09/1934, n. 6.548.

<sup>287</sup> ATHAIDES, Rafael, 2011, p. 15.

o prefácio ao livro *Raízes do Brasil*. Para esse autor, que rememorou aqueles tempos ao apresentar o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, os integralistas eram, naquele período da publicação desse livro clássico, os principais adversários da geração que leram essa obra do historiador paulista antes de chegar à universidade. Para aqueles moços, os adeptos da doutrina integralista eram

[...] representantes de uma filosofia política e social perniciosa, sendo, como era, manifestação local do fascismo. No entanto, a distância mostra que o integralismo foi, para vários jovens, mais do que um fanatismo e uma forma de resistência reacionária. Foi um tipo de interesse fecundo pelas coisas brasileiras, uma tentativa de substituir a platibanda liberaloide por algo mais vivo.<sup>288</sup>

O novo representado pela presença do pontagrossense no cenário eleitoral de início de 1933, conforme os telegramas enviados pelos colegas San Tiago Dantas e Augusto Frederico Schmidt, que naquele momento estavam imersos no movimento integralista, deveria assim se caracterizar pela relação de Machado para com a intelectualidade católica, o que resultou no apoio da LEC à sua candidatura, bem como por esse “algo mais vivo” comentado por Antonio Candido no prefácio referenciado acima. A superação da politicagem pela inteligência era um fundo presente na proposta integralista e que perpassa a fala dos colegas nas mensagens enviadas sobre o candidato Brasil.

O resultado das eleições de 3 de maio de 1933, ao final, “[...] acabam por consagrar, de forma geral, a vitória destes novos partidos regionais, assegurando ao chefe do Governo bases seguras na Constituinte.”<sup>289</sup> Com o término das eleições, o terreno estava livre para novas composições, mesmo com o fortalecimento do regime varguista, e o movimento integralista crescia inclusive em Ponta Grossa. A publicação do artigo sobre o integralismo, em novembro desse mesmo ano, pode ser visto como um resultado da reflexão de Pinheiro Machado sobre essa postura política como possibilidade de se alcançar a meta da organização do país, assunto acentuado por ele no artigo em questão. Porém, depois de alguns meses de

---

<sup>288</sup> CANDIDO, Antonio, 1979, p. xiii.

<sup>289</sup> GOMES, Angela de Castro, 1986, p.33.

responsabilidade frente à tarefa de divulgação da doutrina do Sigma na “província” do Paraná, mais uma vez o jovem Brasil parecia, como afirmou ao *Diário dos Campos* em mais uma ocasião, ser obrigado a “[...] meditar antes de tomar qualquer atitude de certa importância [...]”.<sup>290</sup> O que pode ter o levado ao distanciamento em relação ao movimento integralista? A observação mais atenta à visita de Plínio Salgado a Ponta Grossa, em setembro de 1934 pode dar pistas importantes.

No dia 23 de setembro de 1934, Plínio Salgado, acompanhado de numerosa comitiva, desembarcou na estação ferroviária de Ponta Grossa vindo diretamente de Curitiba, onde, no dia anterior, havia proferido uma palestra sobre a doutrina integralista, no Teatro Guaíra. Em Ponta Grossa, apesar da curta estadia, o chefe integralista cumpriu uma extensa agenda, inclusive no Ginásio Regente Feijó:

Entusiasmada a comitiva encaminhou-se para o centro da cidade em visita ao Ginásio Regente Feijó, onde diante da mocidade estudiosa desta cidade elevou a palavra o tribuno dr. Miguel Real [Reale], tecendo um verdadeiro hino a Regente Feijó, considerado como vulto histórico e como um dos precursores do Integralismo pelas suas ideias alevantadas dos altos problemas sociais e econômicos da Nação daquele tempo sob a sua regência na menoridade do Imperador, disse que o Integralismo sendo um movimento da mocidade ele concitava a mocidade pontagrossense a engrossar as fileiras já gloriosas dos camisas-verdes, afim de tornar o nosso país, social, econômica e moralmente uma grande potência [...].<sup>291</sup>

Brasil Pinheiro Machado havia retornado ao cargo de diretor desse estabelecimento escolar quando dessa visita, sendo assim, foi ele quem recebeu o líder integralista e sua respectiva comitiva quando se dirigiram para o Ginásio. Ali, após as palavras de Miguel Reale o

[...] Chefe Nacional disse comoventes palavras da situação do Brasil em face das outras nações civilizadas, fazendo ver que [juventude] é que iria dirigir o Brasil futuro fazendo-se mister que estudasse muito para que garantisse ao país uma cultura nova e sólida para bem encaminhá-lo ao futuro, dizendo que aquele dia era o dia da Primavera e que debaixo da bandeira azul e branca do Zigma o Integralismo faria a Primavera da Pátria [...].<sup>292</sup>

---

<sup>290</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 03/03/1933, n. 6.056.

<sup>291</sup> *Diário Dos Campos*. Ponta Grossa, 23/09/1934, n. 6.527

<sup>292</sup> *Diário Dos Campos*. Ponta Grossa, 23/09/1934, n. 6.527

Poucos dias depois, o *Diário dos Campos* publicou aquelas extensas linhas sobre o que entendia ser uma incoerência encravada no seio do integralismo, qual seja, a participação desse movimento político no ambiente partidário. O tom da matéria é uma espécie de lamento quanto ao fato de o integralismo ter substituído a disciplina doutrinária pela luta partidária. Para apontar essa incoerência, o jornal lembrou que o integralismo pregou, no Manifesto de 1932, a distância dos seus membros em relação aos cargos parlamentares. Como analisa Araújo:

Ora, num movimento de massas tal como o proposto por Plínio, a ética da negociação e do compromisso, o 'perde e ganha' típico da atividade parlamentar, baseada precisamente na irredutibilidade das diferenças, tornava-se apenas mais um exemplo da corrupção e da decadência supostamente intrínsecas às instituições liberais. Estas instituições, por isso mesmo, deveriam ser gradualmente suplantadas por um ideal de participação popular universal e ilimitada, que incluísse todos os cidadãos para que eles pudessem intervir em todos os espaços da nossa vida social, orientados por uma única e soberana ideologia, a doutrina integralista.<sup>293</sup>

Foi justamente essa posição primordial da doutrina integralista e ora corrompida que, segundo o texto acima, Brasil Pinheiro Machado não pôde continuar a ascensão dentro da estrutura da AIB e, portanto, deixou de ser “[...] revestido de responsabilidades integralistas porque assumira compromisso político ao lado de um homem de valor – no próprio conceito do chefe integralista – homem de valor esse que é o sr. Manoel Ribas.”<sup>294</sup> O desligamento teria ocorrido poucos meses antes, uma vez que Machado ainda era citado como o divulgador da doutrina na cidade princesina quando da publicação do primeiro número do jornal *A Offensiva*, do Rio de Janeiro, em 17 de maio de 1934.

Aqui chegou, vindo de S. Paulo, o chefe Vieira de Alencar, que trouxe profunda impressão do que viu na vizinha província onde o integralismo já representa uma força considerável. As atividades do chefe provincial [sic] em Curitiba estão produzindo os melhores efeitos. Diariamente, nos jornais, saem artigos doutrinários. O núcleo local está promovendo reuniões culturais. Em Ponta Grossa, o companheiro Brasil Pinheiro Machado desenvolve forte propaganda.<sup>295</sup>

Ao denunciar o motivo pelo qual Machado não poderia mais se

---

<sup>293</sup> ARAÚJO, R. B., 1987, p. 70-71.

<sup>294</sup> *Diário Dos Campos*, Ponta Grossa, 29/09/1934, n. 6.527.

<sup>295</sup> *A Offensiva*, Rio de Janeiro, 17 mai. 1934, p. [ilegível]. Citado em: ATHAIDES, Rafael, 2011. p. 4.

revestir de “responsabilidades integralistas”, o *Diário dos Campos* acabou revelando certo entendimento a favor do integralismo, apontando Plínio Salgado como a “[...] flor da esperança cívica [...]”<sup>296</sup>, seguida da “[...] decepção ingrátíssima [...]”<sup>297</sup> resultante da participação forte da AIB na corrida eleitoral e nas lides parlamentares, ainda em 1934. Aliás, em termos eleitorais, no ano seguinte, em Ponta Grossa, foram eleitos quatro vereadores integralistas para a Câmara Municipal, índice esse importante, pois representou a metade da bancada naquele momento.

O desligamento de Brasil Pinheiro Machado da organização integralista, no entanto, não quer dizer que ele tenha abandonado questões contemporâneas importantes veiculadas em textos doutrinários daquele movimento liderado por Salgado. Athaides observa que, se a aproximação de Vieira de Alencar ao integralismo se deu pela via do Direito, coincidindo sua defesa da unidade jurídica como ponto estratégico para a unidade nacional com a proposta de Plínio Salgado,<sup>298</sup> a de Pinheiro Machado retrocede para o final da década de 1920, na interseção do nacionalismo modernista com a intelectualidade católica. Nesse cruzamento, um elemento fundamental era a questão da necessidade da organização da nação. Se o integralismo também se preocupou com esse aspecto, o autoritarismo cada vez mais explícito do Governo Provisório angariou a “colaboração de particulares” nesse sentido, oportunizando cargos, funções e estruturas que promovessem a tecnicidade da máquina governamental. Foi nesse terreno que Brasil Pinheiro Machado caminhou a partir de 1934 e até o final do Estado Novo, tendo assumido a função de deputado estadual constituinte, de 1935 a 1937, e o cargo de procurador-geral da Justiça do Estado do Paraná, entre 1939 e 1945, dando certa continuidade ao encargo de prefeito que exercera, na sua cidade natal, entre agosto de 1932 e janeiro de 1933.

Indicar a presença desse tema da organização nacional no artigo escrito por Brasil Pinheiro Machado sobre o integralismo, quando ele atuava como coordenador do movimento no Paraná, não esgota a importância do assunto quando do afastamento dele da organização do Sigma, em meados

---

<sup>296</sup> *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 29/09/1934, n. 6.527.

<sup>297</sup> *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 29/09/1934, n. 6.527.

<sup>298</sup> ATHAIDES, Rafael, 2011, p. 1.



de 1934. Era um tema que mobilizava vários setores nacionais. Antes de deixar Ponta Grossa, Plínio Salgado concedeu uma entrevista ao *Diário dos Campos* e a primeira pergunta do repórter foi justamente sobre o aspecto técnico da organização integralista. Eis a resposta:

Naturalmente ninguém tem o direito de se dizer revolucionário, se não tem uma doutrina a realizar, uma cultura organizada, [um plano] pré-estabelecido. Agitar a opinião para depois ficar tateando nas trevas, é um crime contra a Nacionalidade. Vamos mudar o regime. Não se faz isso sem uma filosofia, um sistema econômico, um método cultural, uma atitude nova, um estudo profundo. Mantemos cursos de altos estudos, seções universitárias, publicamos livros, realizamos pesquisas estatísticas. Sem isso não há honestidade. O plano de organização do país está sendo estudado carinhosamente. Enquanto os partidos vivem brigando, [?] uns aos outros, nós, estudamos. Queremos formar os estadistas da Nação. Um dia, a milícia dos camisas-verdes, consciente, doutrinada, sustentará contra os inimigos da Pátria, os grandes reformadores, os construtores do Brasil.<sup>299</sup>

A conscientização, que aparece nessa fala de Plínio Salgado ao periódico princesino, também é um argumento estratégico do plano de organização do país. A necessidade dessa conscientização já aparecera na trajetória intelectual de Brasil Pinheiro Machado antes da sua integração à AIB, quando conviveu com a intelectualidade católica leiga na época em que frequentou a Faculdade de Direito, no Rio de Janeiro e publicou o artigo na revista *A Ordem*.

A aproximação de Brasil Pinheiro Machado da doutrina integralista pode ser interpretada com essa chave mais ampla da relação entre nacionalismo e regionalismo, do mesmo modo que seu afastamento do movimento organizado do Sigma se vincula com a busca por um caminho de fortalecimento da nação, por meio de uma governabilidade eficiente, centralizadora, mas com equilíbrio de poder entre suas unidades. Assim, não somente o caboclo, como defendeu Plínio Salgado, seria o repositório do espiritualismo típico brasileiro, mas todo e qualquer agrupamento social que vivesse em meia-civilização, “molengo e inconsciente”, teria que ser transformado. Para o integralismo, isso se daria mediante a revolução espiritual, que contivesse o materialismo encerrado em sua esfera natural e a partir de um movimento organizado de forma totalitária; para Brasil Pinheiro Machado, o caminho trilhado foi o do entrelaçamento entre a ação

---

<sup>299</sup> *Diário Dos Campos*, Ponta Grossa, 23/09/1934, n. 6.527.

pública e o exercício intelectual em um ambiente autoritário.

Conforme Ricardo Benzaquen Araújo, havia um espaço de concordância entre o conservadorismo e o totalitarismo, mesmo que o único, que foi a opinião comum contrária aos males provocados pela doutrina e prática liberais. A apreciação desfavorável ao capitalismo internacional, “[...] da competição desenfreada, e de todas as outras características dele derivadas, irá definir um singular espaço de concordância entre a proposta conservadora e a totalitária”.<sup>300</sup> É claro que a partir daí se estabeleceu a incompatibilidade entre tais posturas, em decorrência do modo pelo qual cada uma delas propôs a respectiva alternativa contraposta a esse mundo liberal em crise. A existência desse espaço de concordância, no entanto, é suficiente para compreender que o uso de algumas noções divulgadas pelo integralismo não eram única e exclusivamente dependentes da estrutura organizacional da AIB para ganharem sentido, mas puderam ser apropriadas, circulando pelo ‘microclima’ da época.

A inserção de Brasil Pinheiro Machado no campo político-partidária estadual, em 1935, dando continuidade àquela sua primeira iniciativa de candidatura no contexto das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, possui explicação se articulada, assim, ao mesmo tempo, tanto em relação ao seu afastamento da organização da AIB como da sua aproximação do partido situacionista paranaense, o PSD, sob a liderança de Manoel Ribas. Uma vez afastado da organização da AIB, não demorou nada para que o assunto em torno da adesão de Machado ao PSD voltasse à baila. Outra vez são as notícias veiculadas no *Diário dos Campos* que auxiliam a situar a posição desse pontagrossense na rede local de intrigas políticas. O objetivo, agora, era o fortalecimento do partido situacionista para as eleições de outubro de 1934 à Assembleia Estadual Constituinte. A frase da campanha eleitoral do PSD era bastante significativa nesse sentido: “Votar no PSD é votar no Sr. Manoel Ribas para Governador Constitucional do Estado.”<sup>301</sup>

O clima de propaganda política agitava as ruas da cidade para as

---

<sup>300</sup> ARAÚJO, R. B., 1987, p. 79

<sup>301</sup> PARANÁ. *Atas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*, 1ª legislatura, 1935, vol. 1, 01/02/1935.

eleições de outubro. Foi nesse ambiente que aconteceu a visita de Plínio Salgado a Ponta Grossa. As bandeiras políticas eram muitas e a elas estava exposto o eleitorado pontagrossense, inclusive os que habitavam nas localidades remanescentes da colonização europeia. Os próprios candidatos em potencial também estavam à mostra nesse ambiente de proliferação de organizações políticas típico de um governo provisório. O espaço de politização estava inflacionado e muitos daqueles que passaram a se dedicar à prática político-partidária dialogaram com mais de uma agremiação ao mesmo tempo sem, no entanto, necessariamente romper com os aliados principais. O mote era, pelo contrário, conciliações e acordos.

O desempenho da função de deputado estadual, entre 1935 e 1937, como membro desse partido político regional, o PSD, colocou Machado na condição de porta-voz dos interesses estaduais, como legislador, mas, por outro lado, enquanto cidadão ativo na construção do Estado nacional. Nessa perspectiva, ao aderir ao PSD, Brasil Pinheiro Machado estabeleceu uma atitude favorável ao fortalecimento da soberania da União, ao se entender, de acordo com Maristela Dagostim, quando a autora vê a posição da política paranaense nesse momento e até o final do Estado Novo, como a de um estado politicamente submetido ao dirigismo nacional.<sup>302</sup> Disso decorre outro possível esclarecimento para o afastamento de Machado da organização da AIB, a qual se deu, também, pelo crescimento do personalismo do líder Plínio Salgado, visto que a soberania do Estado não deveria coincidir com uma demasiada amplitude dos poderes do chefe do Executivo Federal. Como deputado, na tribuna, Pinheiro Machado defendeu a disciplinarização partidária, a qual requeria, por seu turno, o combate ao “[...] velho mal de toda a política brasileira, que é o personalismo.”<sup>303</sup>

O cruzamento entre vida pública e exercício intelectual se põe nesse outro contexto da sua trajetória, e a crescente especialização dos intelectuais como grupo profissional voltado para as questões nacionais se deixa mostrar nitidamente no cenário parlamentar de enquadramento

---

<sup>302</sup> DAGOSTIM, Maristela Wessler. *A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)*. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Ciência Política, UFPR, 2011.

<sup>303</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*, Curitiba, 1º legislatura, 1935, vol. 1, p. 559.

estadual. Nascida como Assembleia Legislativa Estadual Constituinte, a finalização dos trabalhos parlamentares quanto a redação e aprovação da nova constituição paranaense simbolizou “[...] uma trégua das forças em luta [...]”.<sup>304</sup> Isso pode ser visto como uma forma de intermediação entre o Estado e a sociedade e, portanto, signos de uma cultura política hierárquica que se distanciava da concepção totalitarista do integralismo.

Para Araújo, esse sistema totalitário, que pregava uma sociedade uniforme, homogênea e mobilizada permanentemente, foi um dos principais motivos do afastamento de muitos intelectuais católicos leigos do movimento liderado por Plínio Salgado, como Alceu Amoroso Lima, Otávio de Faria e, se pode seguramente acrescentar, Brasil Pinheiro Machado. A especialização da intelectualidade impedia, ainda, um apego a princípios que não permitissem divergências e distinções sociais; além disso, ainda conforme Araújo, o apreço ao espiritualismo por parte desses intelectuais foi “pelo alto”, pois se tratava de uma renovação da catolicidade das elites, portanto “[...] distante da interpretação totalitária do cristianismo, fundada numa perspectiva homogeneizante e mobilizadora, que marcava o projeto de Plínio.”<sup>305</sup>

Enfim, Benzaquen de Araújo apontou como decisiva, para o afastamento de intelectuais católicos do movimento do Sigma, a supremacia da liberdade negativa que resultava da militância integralista. Tal liberdade se caracterizava pela eliminação de “[...] todas as particularidades e diferenças, contidas no interior do corpo social, pela ação de uma ideologia unificadora [...]”.<sup>306</sup> O integralismo era aproximado, cada vez mais, de um movimento contestador e extremista, afastado da liberdade positiva pregada pela liberal-democracia, vitoriosa nos trabalhos parlamentares no país, e que mantinha as diferenciações sociais em uma estrutura englobante, porém hierarquizada e funcionando em um contexto de situação de exceção – com a Lei de Segurança Nacional (abril de 1935) – e de nivelamento entre integralismo e comunismo como focos da desordem nacional.

O governo paranaense, respaldado pela Lei de Segurança Nacional,

---

<sup>304</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*, Curitiba, 1º legislatura, 1935, vol. 1, p. 442.

<sup>305</sup> ARAÚJO, R. B., 1987, p.83.

<sup>306</sup> ARAÚJO, R. B., 1987, p. 80.

foi um dos primeiros, no país, a tomar a decisão de fechar os núcleos integralistas existentes em seu território, o que aconteceu em julho de 1936, mas que, no entanto,

[...] não impediu que as coisas voltassem à normalidade através de inúmeras manifestações, petições e, quando possível, da ajuda do Governo Federal [...] Vargas se posicionou discretamente em relação à repressão estadual à AIB. Onde a prudência o permitia, no sentido de não complicar as relações com os Governadores e militares pró-integralistas, ele interferiu cuidadosamente para a reabertura dos núcleos.<sup>307</sup>

Athaides informa que, ao longo de 1936 e de 1937, na verdade, a militância integralista no estado do Paraná e no Sul do país se mantinha em alta, inclusive com forte presença de vereadores no resultado das eleições municipais ocorridas naquele primeiro ano.<sup>308</sup>

Diante desse quadro amplo, aprofundar o vínculo de Brasil Pinheiro Machado com o ambiente intelectual formalizado, tendo como centro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná é o próximo passo desta análise. A criação dessa entidade de ensino superior como voltada para o espiritualismo acentua a trajetória de Pinheiro Machado rumo à construção de um Estado Nacional conservador, porque baseado em hierarquias, e, ao mesmo tempo, moderno, ou seja, distante de politicagens e próximo a imparcialidade do saber.

---

<sup>307</sup> ATHAIDES, Rafael, 2011, pp. 181-182.

<sup>308</sup> ATHAIDES, Rafael, 2011, p. 182.

## CAPÍTULO 3

### ***A trajetória acadêmica, desde 1939: a história e o historiador***

Os círculos intelectuais de nossa terra acompanham, com interesse, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Trata-se, propriamente, de constituir, com esse instrumento, o núcleo de uma opulenta organização cultural dentro da nossa Universidade, no sentido de influir pela coordenação de esforços de jovens e promissores valores patrícios no Estado inteiro, e fora dele, quiçá.

O sentido panorâmico da nossa Universidade se esboça com mais vigor em face desse organismo que sintetiza bem a soma de aspirações, tendências e propósitos que ela por certo visava enfeixar no arrojo dos seus fundadores, em 1912, o que só agora, por motivos estranhos e alheios à vontade de todos, foi dado concretizar, dispondo-se a atuar na vida brasileira como instituição de cultura totalitária.<sup>309</sup>

#### **3.1. Vitória de Ariel sobre Caliban: a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná**

Em 1950, o professor Brasil Pinheiro Machado recebeu o título de benemérito da UP a ele outorgado pelo Conselho Universitário. No recebimento dessa qualificação honorífica, o homenageado pronunciou um agradecimento no qual desejou que a universidade paranaense não atuasse somente como uma etapa do magistério escolar, mas que penetrasse na consciência de todos como campo preparatório dos “líderes da civilização espiritual”.<sup>310</sup> Ser benemérito significa, de modo amplo, ser reconhecido pelas ações em prol de uma obra de importância coletiva, e foi nesse sentido que certamente o professor Brasil recebeu o título, especialmente pela sua colaboração eficaz na restauração dessa instituição de ensino superior, em 1946, quando exercia a função de interventor federal no estado do Paraná.<sup>311</sup>

---

<sup>309</sup> *O Dia*, Curitiba, 26/02/1938, n. 4.4.75, ano XV.

A FFCL do Paraná foi criada nesta data, a partir da convocação dos professores Omar Gonçalves da Mota (bacharel em Direito), Carlos de Paula Soares (médico) e Homero de Melo Braga (médico). Ofertaram-se os cursos de Filosofia, Ciências Químicas, Geografia e História, Ciências Sociais e Políticas. Em 24 de agosto de 1939, diante das condições determinadas pelo Decreto-Lei 1.190/39, foram aprovados novos estatutos em que se previam quatro departamentos pelos quais se distribuíam os cursos regulares: Departamento de Filosofia (curso de Filosofia); Departamento de Ciências (cursos de Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História e Ciências Sociais); Departamento de Letras (cursos de Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-germânicas); Departamento de Pedagogia (curso de Pedagogia).

<sup>310</sup> MACHADO, B. P. Discurso, *Anuário da Universidade do Paraná*, Curitiba, 1950, p. 50.

<sup>311</sup> “Redemocratizado o país, ganha vulto a ideia da restauração da Universidade. A

O envolvimento direto de Brasil Pinheiro Machado na Universidade do Paraná, fundada em 1912, se deu no momento em que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, da qual era professor desde janeiro de 1939, passou a integrar o corpo da Universidade restaurada. O papel que assumira como diretor da FFCL do Paraná já o havia posto na linha de frente da formulação de pensamentos acerca das relações entre universidade, atualidade e formação acadêmica em ciências “desinteressadas”. A ideia por ele externada sobre a universidade atuar como local privilegiado da manifestação e consolidação da civilização espiritual, conforme discurso na condição de recém-benemérito da UP, era, portanto, uma tomada de posição na condição de diretor, em primeira instância, da FFCL do Paraná; e, depois, como membro da universidade paranaense, desde 1946.

Entretanto, a importância dada ao espiritual fazia parte da concepção de identidade nacional que mobilizava Pinheiro Machado antes mesmo de atuar como professor catedrático de História do Brasil naquela Faculdade. A experiência já relatada, no capítulo anterior, que ele teve junto ao movimento integralista, foi uma aproximação que se deu, principalmente, pelo viés da busca pela organização nacional do país contrária a doutrinas materialistas, estas então identificadas ao liberalismo e ao comunismo; a presença de intelectuais católicos leigos, e mesmo da Igreja, foi elemento imprescindível para sustentar esse ideário, por menos que tenha sido somente no início da mobilização desse movimento político liderado por Plínio Salgado. Na FFCL do Paraná, a intelectualidade católica foi, da mesma maneira, o sustentáculo que deu sobrevivência à entidade, tanto em termos administrativos e logísticos, como na sua composição docente e, de forma mais notável, na concepção da formação acadêmico-científica que preconizava.

A campanha pela criação da FFCL do Paraná, contudo, teve grande impulso inicial por parte de professores da UP. Para que uma universidade

---

conjuntura era-lhe favorável. O próprio Governo Federal tomava a iniciativa no sentido de expandir o número de universidades. [...]. O Vice-reitor da Universidade do Brasil, professor Pedro Calmon, em contato com [...] professores, colabora no mesmo sentido. Brasil Pinheiro Machado, na Interventoria do Estado, os deputados federais Erasto Gaertner, Aramys Athayde e Bento Munhoz da Rocha Neto, conquistaram o apoio do Ministro da Educação [...] de maneira que a 1º de abril de 1946, era reinstalada a Universidade do Paraná, ainda como estabelecimento privado de ensino superior, equiparado porém aos oficiais.” (WESTPHALEN, Cecília Maria, 1988, p. 30.)

fosse unificada e mantivesse tal condição, a presença dos cursos de filosofia, ciências e letras para a formação de corpo docente destinado a se dedicar ao ensino primário e secundário se tornou referência desde a criação da Faculdade de Filosofia de São Paulo, em 1934.

Ao saudar a visita de Alceu Amoroso Lima na FFCL do PR, em 1943, o diretor Brasil Pinheiro Machado enfatizou a liderança desse intelectual para com a defesa do nacionalismo mediante a postura ativa do laicato católico, desde os anos 1920. A grande parte das biografias de Tristão de Ataíde o classifica como conservador católico dessa época até meados da década de 1940, período quando foi responsável pela formulação da sociologia católica como um “[...] novo sistema compreensivo da vida social brasileira”.<sup>312</sup> Considerando-se essa observação, e se baseando no modelo amorosiano de sociedade, pelo qual a Igreja envolvia todas as demais esferas da vida, inclusive o Estado<sup>313</sup>, a recepção que o diretor Machado fez ao colega de longa data, o qual havia conhecido quando estudou na capital federal, evidenciou a ligação entre fé e formação científica, união esta que caracterizaria o objetivo da própria Faculdade.

[...] para liderar [se referindo a Amoroso Lima], entre nós, aqueles que crêem que a fé e a ciência nunca se poderão contradizer, pois agem em níveis diversos, podendo o homem conhecer pela ciência, com métodos próprios, a manifestação natural de Deus, isto é, o mundo criado, com suas leis próprias e suas ordens majestosas; e pela fé, pela experiência interior, a sua manifestação sobrenatural.<sup>314</sup>

Há pelo menos duas interpretações quanto a participação da intelectualidade leiga católica na formação dessa faculdade paranaense: a professora Cecília Westphalen afirmou que, apesar da fundação da FFCL ser uma iniciativa particular e livre e que partira de professores da UP, houve

---

<sup>312</sup> CÔRTEZ, Norma. Católicos e autoritários. Breves considerações sobre a sociologia de Alceu Amoroso Lima. In. *Revista Intellectus*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 1. [online] Disponível na Internet via: [http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano1n1/Texto\\_de\\_Norma\\_Cortes.pdf](http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano1n1/Texto_de_Norma_Cortes.pdf)

<sup>313</sup> CÔRTEZ, Norma, p. 7. “Segundo tal sociologia, a cada um desses atores sociais corresponde uma dimensão da vida humana que está compreendida em esferas autônomas e diferenciadas. Ao indivíduo corresponde a primeira esfera; à família, a vida doméstica, os grupos profissionais se encerram na esfera econômica; ao Estado, cabe a vida cívica; e finalmente a Igreja preside a vida sobrenatural. Elas guardam relativa autonomia, organizando-se em círculos concêntricos cuja expansão descreve uma hierarquia de funções e valores (do bem privado ao bem comum) centralizada no indivíduo mas que se alarga até a mais abrangente das dimensões: a vida religiosa.”

<sup>314</sup> *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná*, Curitiba, 1943, p. 37-38.



o apoio essencial de “sacerdotes católicos”<sup>315</sup>; por sua vez, Névio de Campos entende que a participação do laicato católico do Paraná foi estratégica para garantir que a Faculdade seguisse as orientações da Igreja Católica, se aproximando da Filosofia.<sup>316</sup> De acordo com levantamento realizado para o ano de 1941, a pesquisadora Maria Regina Furtado identificou, dentre os 40 professores da FFCL do Paraná, 16 deles vinculados ao CEB; outro dado interessante desse arrolamento da autora se refere à formação acadêmica desse mesmo corpo docente, sendo que a partir das informações adquiridas para somente 36 deles, 14 eram provenientes da área de Ciências Jurídicas e Sociais, contra 12 das engenharias, 3 da medicina e 7 de formação religiosa.<sup>317</sup> O padre Jesus Ballarin<sup>318</sup>, da União Brasileira de Educação e Ensino, mantenedora do Instituto Santa Maria, foi eleito, em reunião de 2 de abril de 1938, para o primeiro conselho técnico-administrativo da Faculdade, ao lado do médico Carlos de Paula Soares<sup>319</sup>, do engenheiro Arnaldo Izidoro Beckett<sup>320</sup>, José Loureiro Fernandes, Temístocles Linhares (Curitiba/PR, 1905 – Uruguaí, 1993)<sup>321</sup> e Milton Carneiro (Paranaguá/PR, 1902 – [Curitiba]/PR, 1975)<sup>322</sup>. Entre esses professores-conselheiros somente José Loureiro Fernandes era membro do CEB. Mais do que perceber as proporções, nesse conjunto de professores, entre aqueles vinculados diretamente aos órgãos católicos ou não, novamente aqui, como quando da análise sobre o integralismo feita no

---

<sup>315</sup> WESTPHALEN, Cecília Maria, 1988, p. 19..

<sup>316</sup> CAMPOS, Névio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

<sup>317</sup> FURTADO, Maria Regina. *O Círculo de Estudos Bandeirantes e a formação acadêmica no Paraná*. In. *Círculo de Estudos*, Curitiba, n. 14, ago 2000, pp. 113-128. Citado em: MACHADO, Valéria Floriano. *Diatribes viperinas e digressões quixotescas: debates intelectuais e projetos educacionais da década de 1950*. Tese de doutoramento em Sociologia UFPR, 2009, p. 129-131.

<sup>318</sup> O padre espanhol Jesus Ballarin foi responsável pela cátedra de Filosofia na FFCL do Paraná. Era ligado aos Irmãos Maristas do Instituto Santa Maria. No CEB, o padre Ballarin ministrou o primeiro curso de filosofia para os demais membros, entre 1935 e 1936.

<sup>319</sup> Formado em Medicina pela Escola de Medicina de Porto Alegre.

<sup>320</sup> Foi presidente do Instituto de Engenharia do Paraná por duas ocasiões, entre 1932/1935 e de 1940/1941; professor catedrático de Física Experimental e Meteorologia na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná e de Física Geral e Experimental na FFCL do Paraná; engenheiro da Prefeitura Municipal de Curitiba e prefeito interino no ano de 1944.

<sup>321</sup> Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná (1939), o escritor e crítico literário Temístocles Linhares foi professor de Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná.

<sup>322</sup> Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro, na Faculdade Nacional de Medicina da Praia Vermelha, em 1929. Na FFCL do Paraná foi professor catedrático de História da Filosofia.

capítulo anterior, o que se persegue é o “microclima” do período quanto a importância do pensamento católico na formação, divulgação e organização da intelectualidade, neste caso, a local.

Considerando-se a majoritária formação do primeiro corpo docente da FFCL do Paraná ser oriundo da área de Ciências Jurídicas e Sociais, é interessante observar que, no país de modo geral, as ciências sociais então eram praticadas dentro da área do Direito, isto é, subordinada à formação bacharelesca. Alberto Venancio Filho comenta que, até a década de 1930 o Direito realmente monopolizava os estudos sociais, mas que mesmo assim se “[...] ressentiam da falta de uma cultura sistemática e do convívio universitário com a literatura especializada.”<sup>323</sup> Após esse período, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo o ensino e a produção em ciências sociais se deram em bases universitárias, mediante o diálogo com outras áreas e, inclusive, com a contribuição de professores estrangeiros, que depois foram substituídos pelos nacionais.<sup>324</sup>

Entre os professores da FFCL do PR bacharéis em Direito, a grande maioria havia se formado no próprio estado, seguida dos que cursaram a Faculdade de Direito de São Paulo e, como único caso, o de Brasil Pinheiro Machado, diplomado no Rio de Janeiro. No entanto, ainda conforme Venancio Filho, tais escolas, somando-se a de Recife, compartilhavam características comuns, tendo acontecido diversas vezes de um estudante começar o curso em uma delas e terminá-lo em outra sem grandes sobressaltos.<sup>325</sup>

O fato de que Brasil Pinheiro Machado tenha vivenciado pessoalmente o clima da segunda metade dos anos 1920 na capital federal

---

<sup>323</sup> VENANCIO FILHO, Alberto. *Notas republicanas*. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 151. (Estudos, 288).

<sup>324</sup> Sobre o tema da Faculdade de Filosofia de São Paulo, nesse contexto, ver: BOMENY, Helena. *Infidelidades eletivas: intelectuais e política*. In: BOMENY, Helena (organizadora) *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001.

<sup>325</sup> VENANCIO FILHO, Alberto, 2012. O autor cita os casos de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Lilia Moritz Schwarcz, no livro *O espetáculo das raças* aponta várias diferenças entre as faculdades de direito de Recife e de São Paulo, porém reconhece que para ambas “[...] ‘o Brasil tinha saída’. [...] Confiantes em sua posição de ‘missionários’, buscavam os juristas brasileiros cunhar para si próprios uma representação que os distinguisse dos demais cientistas nacionais.” (SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil; 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.187.)

– quando estabeleceu uma rede com a intelectualidade católica, a qual boa parte também foi ativa no integralismo –, e a sua eleição para diretor da FFCL do Paraná, em primeiro de agosto de 1939, justamente quando a administração da instituição, que então vivia uma difícil situação financeira e de instalações, havia passado para as mãos da União Brasileira de Educação e Ensino, demonstra o caminho então escolhido pelos responsáveis pela Faculdade: o entrecruzamento entre filosofia e fé. O padre Jesus Ballarin foi eleito vice-diretor e em uma das suas falas, registradas no Anuário da entidade, como a que segue abaixo, deixa explícita a união entre verdade e criação:

O pensamento humano, a ciência humana que deve ser a explicação da realidade, a interpretação autêntica e exata das coisas, a compreensão do universo, deve encontrar-se em todas as suas pesquisas, em todas as avenidas com a ideia e a realidade divina. [...]. Deve reinar a harmonia absoluta entre o Pensamento, Autor da Realidade, e o pensamento - reflexo dos entes que forma e produz a verdade criada.<sup>326</sup>

Nos anos iniciais de funcionamento da FFCL do Paraná, a trajetória intelectual de Brasil Pinheiro Machado se encontrava na fronteira entre as ciências sociais dominadas pelo bacharelismo em Direito e as ciências sociais praticadas no ambiente de uma faculdade de filosofia. Ao concluir o curso superior no mesmo ano dos acontecimentos de 1930, o bacharel pontagrossense certamente carregava aquela bagagem comum aos demais bacharéis do período, já assentada em um movimento de transição entre o pensamento afastado da realidade do país, quando a análise da sociedade, como observa Venancio Filho, ainda sentia os efeitos negativos de uma reflexão isolada, e a missão de intervir diretamente na realidade nacional por meio de um saber total. A faculdade de filosofia, aqui no estado do Paraná, bem como seu molde paulista, eram os ambientes ideais para o cultivo e a transmissão de uma visão de conjunto sobre a realidade.

Esse momento pode ser indício de um possível diálogo entre essas duas áreas do saber, as ciências sociais e políticas com a filosofia, esta última então valorizada e profissionalizada, como forma a fortalecer a “elite intelectual com poder criador” enquanto responsável pelo laço entre os fins

---

<sup>326</sup> *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná*, Curitiba, 1940/1941, p. 53.

técnicos de “profissionalismo puro” e a cultura humana não desumanizada.

A função da ‘elite’ intelectual com poder criador cresce cada vez mais em face do refinamento da técnica e da especialização do profissionalismo puro, não só como uma barreira contra a desumanização da cultura humana, mas como único elemento capaz de disciplinar a atividade humana por detrás dos mitos modernos.

[...] as elites intelectuais voltadas aos problemas básicos e desinteressados do espírito, com economia de energia e com mais proximidade da vida real, porque desses problemas básicos do espírito é que descendem a possibilidade da técnica e a sua disciplina, como da inteligência depende a ordenação das coisas.<sup>327</sup>

Desde a assunção da FFCL do PR pela União Brasileira de Educação e Ensino, dos irmãos maristas, a concepção que norteava a instituição atrelava-se à ideia geral de que somente a filosofia iria promover um saber científico autônomo, básico e universal. O diretor Pinheiro Machado tinha claro que a missão primordial das faculdades de filosofia era a construção da cultura nacional como algo significativo a todos, inclusive para a massa da população.

As Faculdades de Filosofia começam a criar no Brasil o ambiente de pesquisar e de crítica que lhe faltava, e a coordenar e divulgar para a massa dos que tem curiosidade intelectual os princípios básicos do conhecimento humano e os grandes debates fundamentais do espírito, e estarão, um dia próximo, aptas a perscrutar os destinos de nossa cultura nacional, sem a lamúria desordenada daqueles que só sabem chorar pelo fato de pertencer a uma geração que sofre todos os prejuízos de uma era de transição.<sup>328</sup>

Os conflitos bélicos da Segunda Guerra Mundial se desenrolavam plenamente e o desmoronamento das nações europeias deixou visível uma brecha para que os latino-americanos pensassem suas identidades nacionais autônomas em relação às suas respectivas antigas “metrópoles”. Esse foi um dos temas prediletos de Brasil Pinheiro Machado em seus primeiros discursos pronunciados como diretor aos alunos da FFCL do Paraná, dirigidos tanto aos que estavam ingressando na entidade como aos que lá o escutavam como paraninfo de uma nova turma de bacharéis. Pode-se afirmar, nessa perspectiva, que a opção de Pinheiro Machado para

---

<sup>327</sup> *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná*, Curitiba, 1940/1941, p. 50.

<sup>328</sup> *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná*, Curitiba, 1940/1941, p. 43.

ingressar como docente na FFCL do Paraná, e não no curso de Direito da UP, não é um mero acaso, mas uma opção que permitiria ações quanto a busca pelas identidades local, nacional e americana, a qual já o acompanhava desde os tempos de estudante e em outros espaços onde havia recém-atuado, como na Assembleia Legislativa Estadual, entre 1935 e 1937; e assim será (graças ao ponto de vista retrospectivo do historiador) em outros locais onde ainda exerceria alguma atividade pública de viés político, o que será visto na parte dois desta tese.

A noção de falta de ordem à cultura nacional era o âmago da inquietação do diretor Brasil Pinheiro Machado; a ausência de identidade em um ambiente instável e movido por constantes transições, como o país Brasil, não poderia servir de justificativa para a não-ação. Muito pelo contrário, a construção de uma cultura própria era o mesmo que a edificação da nação, pois que transcendia a raça. No entanto, esse papel ativo, segundo o diretor Machado, ainda não estava sendo exercido pelas instituições do saber, mas por formas autodidatas de conhecimento que acabavam consumindo a erudição sem fins práticos, e ainda distantes da realidade concreta. Disso deriva a importância da “economia de energia”, mediante a correta utilização da inteligência como um atributo da “elite intelectual” e atuante, especialmente, nas faculdades de filosofia. Era um recado do paraninfo Brasil Pinheiro Machado aos formandos da primeira turma da faculdade, em dezembro de 1940, os quais ingressariam no mercado de trabalho na condição de coadjuvantes dessa missão.<sup>329</sup> O elemento capaz de garantir o rumo deveria ser, para esse diretor, a cultura ordenada de acordo com sua “unidade e tradição”, isto é, com adaptações aos diferentes momentos históricos sem, no entanto, causar mudanças na sua essência, na sua identidade. Essa seria a tarefa mais nobre dos trabalhadores intelectuais, porém não isoladamente, mas sim nas faculdades de filosofia.

---

<sup>329</sup> Nessa primeira turma, se formaram três (03) bacharéis no curso de Filosofia, o mesmo número nos cursos de Química e Geografia e História, um (01) em Ciências Sociais e nove (09) no de Pedagogia, demonstrando que o mercado de trabalho para cientistas das áreas humanas era ainda incipiente em comparação com a carreira do magistério. (Fonte: WESTPHALEN, Cecília Maria, 1988, p. 26.

Eis porque o destino das Faculdades de Filosofia se vai ligar definitivamente ao destino do Brasil, da mesma forma que a existência de uma nação depende da unidade disciplinada de sua cultura.<sup>330</sup>

Retrocedendo uma vez mais para os anos 1920, se pode ver que o papel e o valor da tradição dividiram as opiniões entre os modernistas, notadamente a partir de 1924 com a circulação do “Manifesto Pau-Brasil”, no jornal *Correio da Manhã*. Segundo Robert Wegner, para Sérgio Buarque de Holanda, autor de um polêmico artigo sobre o tema, em 1926, havia os construtivistas, “[...] que defendiam que o papel do modernismo era a atualização da tradição em relação à cultura europeia e considerou Mário de Andrade como representante dessa tendência.”<sup>331</sup> E os que, ao lado de Oswald de Andrade, acreditavam e apostavam que o “[...] país necessitava dar vazão a sua espontaneidade, maneira pela qual poderia alcançar uma modernidade particular, diferente da europeia.”<sup>332</sup>

Assim como se pode entender que *Raízes do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1936, expõe uma fortuna crítica das tensões modernistas<sup>333</sup>, pois reflete sobre as condições de modernização do país, a institucionalização de premissas enraizadas no movimento da década de 1920 em estruturas como as faculdades de filosofia acabou por dar, no caso da FFCL do Paraná, vazão àquela primeira tendência, pré-1924. Na trajetória intelectual de Brasil Pinheiro Machado são vários feixes reunidos diacronicamente e que podem fazer parte da sua concepção de cultura. Já se falou das redes de relacionamentos que configurou com o laicato católico na capital federal e na cidade de Curitiba; também se analisou a sua aproximação ao integralismo; foram mencionados seus poemas “modernistas interioranos”.

Nesse último olhar retrospectivo, se considerou não somente a participação do então jovem Pinheiro Machado na experiência estética modernista, com a publicação de alguns de seus poemas, em 1928, na

---

<sup>330</sup> *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná*, Curitiba, 1940/1941, p. 43.

<sup>331</sup> WEGNER, Robert. Caminhos de Sérgio Buarque de Holanda. In. SCHWARTZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André, 2009, p. 210-225. (O artigo em questão, de Sérgio Buarque de Holanda, foi o “O lado oposto e outros lados”, publicado na *Revista do Brasil*, em outubro de 1926.)

<sup>332</sup> WEGNER, Robert, 2009, p. 215.

<sup>333</sup> WEGNER, Robert, 2009, p. 215.

*Revista de Antropofagia*, mas a própria revisitação que foi feita do movimento, a partir dos anos 1980, pelos estudos históricos e literários. À época e até então não “[...] se cogitava sobre o caráter compósito e ambíguo do modernismo, abarcando pluralidades espaço-temporais.”<sup>334</sup> Como já mencionado no capítulo anterior, não somente as vanguardas estéticas, e nem tampouco só a capital paulista, são hoje referências únicas para se compreender o modernismo. Ao levar em conta o próprio conceito de moderno como dado por Baudelaire enquanto “[...] mediação entre duas percepções [...]”<sup>335</sup>, a relação aparentemente ambígua entre passado/tradição e modernidade se desfaz em nome desta última porque composta de espaços de tensões. Com isso, não se entende enquanto uma incoerência, na trajetória de Pinheiro Machado, o fato de ter publicado poemas em um veículo modernista (*Revista de Antropofagia*) e, na década seguinte, imergir em um programa institucional que teve como objetivo unir o nacionalismo à tradição conservadora do catolicismo; do mesmo modo, não se trata de entender como exceção a presença de Brasil Pinheiro Machado no modernismo, como uma fase distinta, a do “jovem” Machado. Por outro lado, também não se deve compreender sua trajetória como um processo linear, previsível, mas inserida nesses espaços de tensões que atuavam nos “microclimas”.

Para o diretor da FFCL do Paraná, a atualização da tradição, no Brasil (país), deveria realizar-se a partir da história europeia, pois a “[...] cultura americana é a cultura europeia, transplantada para o solo americano, e enriquecida de espírito europeu, por mais de quatro séculos.”<sup>336</sup> Esta sentença foi proferida em uma conferência sob o título de “Generalidades Americanas” e tal assunto foi um dos temas centrais no pensamento e na atividade política de Brasil Pinheiro Machado.

Em 1940, o Centro Acadêmico de Estudos Americanos da Universidade do Paraná organizou a primeira edição da série

---

<sup>334</sup> VELLOSO, Monica Pimenta, 2010, p. 22. (A autora cita os trabalhos de Eduardo Jardim de Moraes (*A constituição da ideia de modernidade no modernismo brasileiro*. Tese de Doutorado em Filosofia UFRJ, Rio de Janeiro, 1983) e de Flora Sussekind (*Cinematógrafo das letras; literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.)

<sup>335</sup> VELLOSO, Monica Pimenta, 2010, p. 16.

<sup>336</sup> MACHADO, B. P., Generalidades americanas, *Biblioteca do Centro Acadêmico de Estudos Americanos*, Curitiba, 1940, p. 41.

“Conferências”, convidando três professores para o lançamento do evento, entre eles, o professor Brasil.<sup>337</sup> Diretor da Faculdade de Filosofia, antigo diretor do Ginásio Regente Feijó e membro do Círculo de Estudos Bandeirantes: assim foi apresentado o professor Pinheiro Machado para pronunciar essa conferência, no Salão Nobre da Universidade do Paraná, onde “[...] foi o culto conferencista recebido pela mocidade universitária e saudado pelo acadêmico Alcyr Nassif.”<sup>338</sup> Vivenciando uma época de “brutalidade”, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, as nações do continente europeu, para os americanos, estavam muito fragilizadas naquele momento para servirem de catalisadoras à atualização das identidades locais. Mediante tal cenário devastador, a

[...] América, em um gesto imediato de legítima defesa própria, procura em si mesma a sua própria personalidade cultural, tenta apalpar a sua própria tradição, ensaia uma revalorização de seus próprios elementos e procura se convencer de que a sua cultura não é mais uma cultura européia, mas que é filha de um mundo novo, de uma nova expressão de vida, onde estariam presentes traços autóctones indeléveis.<sup>339</sup>

O diretor Brasil Pinheiro Machado lembrou a plateia que em outras duas ocasiões históricas a América já passara por esse processo de autonomia cultural: na era Napoleônica e na Primeira Guerra Mundial. Desde o começo do século XIX, portanto, no caso do Brasil, se iniciou a busca pelo “homem nacional”. No entanto, defende o diretor da FFCL do Paraná, antes de se identificar a uma nação, pelo fato básico de ser um ser social, o ser humano é essencialmente cultural. A história, nesse sentido, seria o instrumento por meio do qual uma determinada sociedade se conhece no ato crítico de “[...] análise de seus complexos culturais através das transformações de sua história.”<sup>340</sup> Nesse sentido, o nascimento da história das Américas é descrito como o resultado dos Descobrimentos realizado pelos renascentistas, os quais, apesar de carregarem o espírito da “desordem moderna” representavam a parte nostálgica dessa modernidade moldada nas ideias utópicas de reconstituição do passado ordenado pela

---

<sup>337</sup> Os outros dois professores eram: José Farani Mansur Guerios (sócio-fundador do CEB) e Manoel de Oliveira Franco Sobrinho (da Faculdade de Direito da UP).

<sup>338</sup> MACHADO, B. P., 1940, p. 39.

<sup>339</sup> MACHADO, B. P., 1940, p. 41.

<sup>340</sup> MACHADO, B. P., 1940, p. 43.



harmonia cristã. Daí, por exemplo, o papel “educador” dos jesuítas na condução das almas indígenas. “Foi o momento de influir “inteligência” no solo americano, pois que “[...] os elementos autóctones [...], em verdade, não contam como elemento de cultura.”<sup>341</sup> Assim, a busca pela identidade nacional é um movimento de conservação das origens históricas das Américas, enraizadas na cultura europeia, porém não em qualquer em tradição, mas especialmente naquela localizada na Idade Média, em virtude do seu saber desinteressado e espiritual.

Esse método de compreensão da história nacional elaborado pelo professor catedrático de História do Brasil da FFCL do Paraná, quando também exercia o cargo de diretor dessa instituição, fez uma conexão direta entre a tradição cristã e a conquista da autonomia cultural do país; a consolidação da autonomia era a manutenção dessas origens e a garantia da unidade cultural e política do Brasil. A história, portanto, enquanto método, tinha a função técnica de instrumentalizar e disciplinar as transformações dessas origens, no tempo. Os espaços mais adequados para aplicar essa técnica eram as faculdades de filosofia espalhadas pelo país e lideradas pelo espírito da harmonia cristã. Assim, além de discussões acerca da metodologia dos estudos históricos, conforme a aula inaugural que proferiu para o ano letivo de 1940, Brasil Pinheiro Machado, na condição de diretor da FFCL do Paraná, nesse momento e ao longo de toda a década de 1940, propôs a história, como disciplina científica, também dotada do mérito de compor, com outras áreas do conhecimento intrínsecas às faculdades de filosofia, meios de manutenção da semente cultural germinada pelo “espírito descobridor da América [como] o da nostalgia da ordem, o daqueles que queriam reconstruir a ordem já desfeita, o ‘uni-verso’, mas cuja ação se dirigia no sentido do sonho [...]”.<sup>342</sup>

Para legitimar esse método, Brasil Pinheiro Machado lança mão de vários pensadores, mas o fato de entre esses citar o escritor argentino Juan Terán (São Miguel de Tucumán/Tucumán, 1880 - Buenos Aires, 1938)<sup>343</sup>,

---

<sup>341</sup> MACHADO, B. P., 1940, p. 47.

<sup>342</sup> MACHADO, B. P., 1940, p. 44.

<sup>343</sup> Juan Benjamin Terán se graduou em Direito e Sociologia pela Universidade de Buenos Aires. Foi um dos fundadores da Universidade de Tucumán, em 1914, onde exerceu o cargo de reitor. Membro da Academia Argentina de Letras é autor de trabalhos sobre a história da

autor de uma trilogia sobre a história da América e da Europa dos séculos XVI ao XIX, eleva esse reconhecimento a um escopo bem mais amplo, inserindo-o em um momento quando, no período entre guerras, a busca pela autonomia cultural latino-americana, em diálogo transformador com as raízes europeias, recrudesciu. Esse período, caracterizado pelo combate aos “imperialismos modernos”, como denominou o próprio Pinheiro Machado na conferência “Generalidades Americanas”, realimentou modelos de pensamentos que, desde o final do século XIX, buscavam demarcar o lugar específico da latinidade, porém como integrante da cultura humanista europeia.

Desde os anos 1920, ao mesmo tempo em que se consolidavam movimentos civis pan-americanistas, a Europa continuava a ser referência obrigatória pelo fato de ter conquistado a América com o “espírito” da ordem, implantando essa semente para sempre no solo americano.<sup>344</sup> Quando da deflagração da Segunda Guerra Mundial, a América Latina, como conferenciou o professor e diretor, Brasil Pinheiro Machado, se colocava como descendente legítima da Europa. Pode-se dizer, porém, que tal ascendência não deixava de colocar a América Latina como um conjunto “[...] dispuesto a asumir la responsabilidad en caso de que Europa siguiera cayendo en el caos.”<sup>345</sup>

Para adensar a ideia de que antes do período Renascentista havia uma ordem em todos os níveis da vida humana, cujo centro era a Igreja Católica, Machado cita um autor norte-americano, Waldo Frank (Nova Jersey/EUA, 1889 - 1967), o qual, segundo Sonia Cristina Lino, nunca teve suas obras traduzidas para o português, mas cujas “[...] ideias tiveram significativa repercussão no meio intelectual latino-americano durante a primeira metade do século XX.”<sup>346</sup> O diretor da FFCL, assim, estava entre

---

América do Sul a partir de uma perspectiva nacionalista e distante de provincianismos, apesar do seu empenho pela região natal de Tucumán.

<sup>344</sup> PERNET, Corinne. La cultura como política: los intercambios culturales entre Europa y América Latina em los años de entreguerras. *Puente@Europa*, Buenos Aires, ano 5, n. 3-4, nov. 2007.

Disponível na Internet em:

[http://www.academia.edu/227745/La\\_cultura\\_como\\_politica\\_los\\_intercambios\\_culturales\\_en\\_tre\\_Europa\\_y\\_America\\_Latina\\_en\\_los\\_años\\_de\\_entreguerras](http://www.academia.edu/227745/La_cultura_como_politica_los_intercambios_culturales_en_tre_Europa_y_America_Latina_en_los_años_de_entreguerras)

<sup>345</sup> PERNET, C., 2007.

<sup>346</sup> LINO, Sonia Cristina. Where is Waldo Frank? God bless Hispanic America. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, julho-dezembro, 2009. P. 532. Disponível na

esses leitores de Frank, do qual cita, em português, um trecho significativo de uma obra não referenciada.

Dois séculos antes do descobrimento da América - diz Waldo Frank - todo o ocidente da Europa vivia numa grandiosa ordem intelectual, emocional e espiritual. Seus elementos eram a seleção e a fusão do estético, do moral e do legal que provinham de todo o passado do Mediterrâneo. Para formar esta ordem, contribuiu o Egito, a Judeia, Grécia e Roma. Era positivamente um mundo em que toda a coisa e criatura tinham o seu lugar definido, onde estava tudo ordenado com precisão. Havia a Igreja com sua estrita hierarquia, que descendia do Espírito Santo ao Papa, do sacerdote aos fiéis. Havia um Imperador da terra que recebia de Deus o direito de governar. Havia um sacerdote feudal, o homem livre e o servo. Na esfera do físico, a relação do átomo ao animal e ao homem estava ordenada com exatidão. Na esfera do moral a retidão a justiça estavam deslindadas com precisão cartográfica. Havia uma ciência do moral e uma ciência do destino. Nesse mundo estritamente ordenado, Dante vivia tão bem quanto a sua cozinheira.<sup>347</sup>

Pelo fato da raridade das citações desse pensador norte-americano pelos autores brasileiros, vale a reprodução do fragmento acima inserido na conferência de Pinheiro Machado, de 1940, proferida dois anos antes da visita de Frank ao Brasil a convite de amigos sul-americanos, quando acabou ficando algum tempo por aqui a caminho da Argentina e do Chile. Duas décadas antes, o norte-americano havia percorrido vários países hispânicos, ocasiões nas quais “[...] em vez de ressaltar o ‘atraso’ econômico e convocá-los a seguir os caminhos modernizantes da América do Norte, Frank enaltecia a ‘sensibilidade mística’ dos intelectuais do sul e seu papel na ‘recriação’ de um continente mais igualitário.”

Waldo Frank veio à América do Sul em uma época em que não somente as relações entre a América Latina e a Europa tentavam ser mantidas, mesmo que em termos de mitos de origem, mas também quando os Estados Unidos haviam se aproximado dos latino-americanos no pós-guerra. No Brasil, especialmente, Frank diz ter comprovado a espiritualidade e a primitividade que o haviam marcado profundamente quando esteve na Espanha, no início da década de 1920. Em 1931, publicou *América Hispana*, onde defendeu a tese de que havia a necessidade de juntar o materialismo do norte (EUA) ao espiritualismo do sul do continente americano.<sup>348</sup>

---

Internet via <http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n44/v22n44a11.pdf>

<sup>347</sup> Citado em: MACHADO, B. P., 1940, p. 43-44.

<sup>348</sup> LINO, Sonia Cristina, 2009.

Provavelmente, tenha sido desta obra de Frank que Pinheiro Machado retirou aquele extrato, pois o capítulo quarto do livro desse norte-americano era dedicado ao Brasil mesmo quando este país ainda era desconhecido para aquele autor, o que se resolveu somente em 1942; ou, também verossímil, o historiador paranaense tenha utilizado algum outro escritor nacional que tenha citado o norte-americano, configurando uma comunidade interessada nos possíveis argumentos a respeito das condições da identidade latino-americana.

Não somente estruturas físicas, mas “microclimas” intelectuais nos quais o historiador paranaense se imiscuiu possuíam amplas conexões, extrapolando os limites das fronteiras nacionais e voltado o olhar para o restante do continente americano. Brasil Pinheiro Machado escolhia os seus interlocutores, mesmo que nomeados apenas em citações não referenciadas, para deixar mais claro seu método compreensivo sobre a formação da cultura nacional e as formas de disciplinar, “[...] dentro de uma unidade, as acumulações contínuas que vem enriquecer sua cultura através dos tempos.”<sup>349</sup>

A ausência das referências bibliográficas em muitos dos seus textos publicados antes da década de 1960, em primeiro lugar é explicada pela maioria deles utilizada nesta tese ser a reprodução de discursos enquanto diretor da FFCL do Paraná. Depois, tal carência acaba se constituindo como um elemento essencial à construção do seu pensamento, pois esconde sob uma aparente homogeneidade a diversidade de trajetórias ideológicas, como a do próprio Frank e sua militância comunista. No entanto, por esse mesmo motivo, se percebe a amplitude da busca pelos interlocutores e dos entrecruzamentos realizados e que permitiam formar espaços comuns dentre essas contradições, tornando possível a Brasil Pinheiro Machado defender um nacionalismo conservador atrelado à tradição católico-cristã.

Esse embate entre materialismo e espiritualismo se atualizou de modo intenso no processo de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, portanto, o lugar de onde falava sobre a cultura nacional, ele próprio, era uma atribuição de “acumulação disciplinada” das

---

<sup>349</sup> MACHADO, B. P., 1940, p. 48.

transformações históricas.

### 3.2 A formação e a queda do Paraíso Terrestre: os Campos Gerais como objeto de estudo da historiografia regional do Paraná

#### 3.2.1 Momento um: a constituição histórica do Paraíso

Na própria fazenda moía-se e panificava-se o trigo. Inventários de fazendeiros de Castro arrolam pedras de moinho, e Saint-Hilaire comeu o pão feito com a farinha dos Campos Gerais, achando-o 'bem branco e muito saboroso'.<sup>350</sup>

A paisagem dos Campos Gerais foi considerada pelo viajante Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) como o “[...] paraíso terrestre do Brasil”.<sup>351</sup> A beleza natural anunciada por esse francês era o que dava o ar paradisíaco àquela paisagem campeira, que alternava mata de galeria e capões, pontuada de araucárias, árvore a que ele mesmo, por ser botânico, batizou com o nome científico de *Araucária brasiliensis*. Quando da passagem desse naturalista francês pelos Campos Gerais, no começo da década de 1820, tal paraíso, no entanto, já estava há tempos transformado pelas grandes fazendas, em decorrência do sistema de distribuição de sesmarias lá iniciada nos primeiros anos do século XVIII; e, também, pelas pastagens, em virtude da qualidade de boa parte dessas terras ser adequada para a alimentação do gado, o que permitiu o desenvolvimento das funções de invernagem que davam suporte à economia do tropeirismo.

Contudo, o entendimento de Brasil Pinheiro Machado acerca do povoamento da região dos Campos Gerais pretendeu, em primeiro lugar, no contexto da profissionalização do ofício de historiador, no começo dos anos 1960, colocar à prova algumas teorias gerais da história do Brasil a partir de um estudo monográfico. Um dos primeiros alvos, para tanto, foi a análise sobre a estrutura tradicional da economia brasileira realizada por Celso Furtado (Pombal/PB, 1920 - Rio de Janeiro/RJ, 2004)<sup>352</sup> no livro *Formação*

---

<sup>350</sup> MACHADO, B. P., 2002, p. 75.

<sup>351</sup> SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. São Paulo: Editora da USP: Editora Itatiaia, 1978.

<sup>352</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, após servir na Segunda Guerra Mundial foi para a França, onde se doutorou em economia com a tese sobre a economia brasileira no período colonial. No final da década de 1940 se mudou para

*Econômica do Brasil*. Lançado em 1959, justamente quando Machado escrevia sobre outra formação, a da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais, o livro de Furtado, considerado hoje um clássico da historiografia econômica brasileira, foi visto à época, pelo historiador pontagrossense, com muita desconfiança em relação ao excesso de teoria.<sup>353</sup> O “teorista” Celso Furtado, segundo o historiador paranaense, na verdade abriu uma oportunidade para se “[...] testar a teoria da estrutura tradicional da economia brasileira”.<sup>354</sup> Mas, em que terreno tal teoria seria testada? No caso de Machado, o objeto que a isso serviria, foi descrito de modo claro.

No trabalho que apresento, em primeiro lugar, se constata que o segmento principal da população se integra numa estrutura econômica e social baseada no aproveitamento das áreas de campo livre, para a criação de gado; que o estímulo dessa organização foi o mercado oferecido pelas regiões de mineração do centro do Brasil, Minas Gerais e Goiás em especial. Mais tarde um pouco, mas conjuntamente com a criação de gado, o comércio de muares provenientes do Rio Grande, constitui uma segunda forma de uso da terra, com as atividades que se denominam de tropeirismo.<sup>355</sup>

As informações levantadas pelo autor paranaense são ainda hoje citadas para se compreender a formação histórica dos Campos Gerais, tendo como centro vital as fazendas, seu modo de vida, auge e decadência entre o início do século XVIII e a primeira metade do século XX. Brasil Pinheiro Machado afirmou que, enquanto existiu a sociedade patriarcal baseada na relação entre senhor/escravo, houve dois eixos em que cada “empresa” se baseava, não compondo uma configuração entre um processo central e eventos totalmente dependentes, mas sim conjuntos igualmente

---

o Chile onde integrou a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas voltada para o estudo sobre o desenvolvimento. Na década de 1950, na Inglaterra, escreveu o livro “Formação Econômica do Brasil”, publicado em 1959, mesmo ano quando contribuiu para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), onde atuou como diretor. Cassado pelo regime civil-militar, retornou ao Chile e também viveu na França, além de percorrer outros países como conferencista das Nações Unidas. Na década de 1980, foi embaixador do Brasil junto à Comunidade Europeia e ministro da Cultura.

<sup>353</sup> Cf. SILVA, Roberto Pereira. A trajetória de um clássico: *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado. In. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 2 (42), ago. 2011.

Disponível na Internet via <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n2/a09v20n2.pdf>

<sup>354</sup> MACHADO, B. P., 2002, p. 64.

<sup>355</sup> MACHADO, B. P., 2002, p. 64.

importantes e que se diferenciavam por possuírem ritmos próprios em direção à integração nacional. Assim, mesmo com as mudanças na forma do uso da terra nessa porção do território que se tornaria a província do Paraná, de criação de gado para a prática da invernagem e comércio de muares, as economias locais manteriam a sua importância não enquanto dependentes, mas como elementos integradores dessas comunidades regionais à conjuntura nacional, mesmo que por meio do desenvolvimento de atividades não-exportadoras, como o tropeirismo.

Importante observar que o historiador paranaense destacou da produção historiográfica regional imagens que corroboravam a consistência das “empresas” locais, as quais reproduziam, em escala menor, as mesmas estruturas daquelas ligadas à economia de exportação. Brasil Pinheiro Machado lembrou que o historiador paulista Alfredo Ellis Júnior (São Carlos/SP, 1896 - São Paulo/SP, 1974) <sup>356</sup> “[...] esboçou, mesmo, um novo ciclo das bandeiras, a que denominou o ‘ciclo do luar’.” <sup>357</sup> Capistrano de Abreu, por sua vez, identificou mais do que um ciclo, mas uma “era” do couro, já havia observado Machado no seu artigo publicado na revista *A Ordem*. Os ciclos regionais, ou secundários, faziam parte do “[...] sistema de empresas interestruturadas, cuja rede constitui a base material da unidade brasileira.” <sup>358</sup>

Antes de avançar a respeito da análise de Brasil Pinheiro Machado sobre a formação histórica dos Campos Gerais é interessante observar que, na época em que esse historiador debateu tal assunto entre seus pares, havia um clima de competição entre os profissionais das ciências humanas e os das áreas técnicas no que tange a atuação de ambos na administração

---

<sup>356</sup> “Historiador, sociólogo, ensaísta e professor, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1917 e tornou-se promotor público. Foi deputado estadual de 1925 a 1930 e de 1934 a 1937. Participou do Grupo Verde-amarelo, colaborando na revista *Novíssima*. Combateu na Revolução de 1932. Em 1939, por concurso, tornou-se catedrático de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, da qual foi diretor de 1939 a 1941. Como historiador, preocupou-se principalmente com a história de São Paulo. Publicou um número considerável de obras, entre elas: *Raça de gigantes* (1926), *Populações paulistas* (1934), *Capítulos da história social de São Paulo* (1944), *Meio século de bandeirismo* (1946), *O café e a paulistânia* (1950). Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto de Estudos Genealógicos e da Academia Paulista de Letras, onde ocupou a cadeira 18.”

Disponível na Internet via <http://www.ieb.usp.br/guia-ieb/detalhe/90>

<sup>357</sup> MACHADO, B. P., 2002, p. 64

<sup>358</sup> MACHADO, B. P., 2002, p. 65.

pública, gestão e planejamento do Estado, ameaçando a hegemonia bacharelesca que havia se consolidado no contexto do pós-1930. Marly Silva da Motta demonstra que, já ao final do Estado Novo, órgãos e profissionais especializados na área de ciências econômicas foram ocupando espaços estratégicos, desde a formação até o emprego em entidades condutoras das políticas públicas do país.<sup>359</sup>

A intervenção na realidade continuava a compor o horizonte do historiador, mesmo com a profissionalização do ofício, aqui medida pela criação da ANPUH, em 1961. No discurso de instalação do II Simpósio dos professores universitários de História, que ocorreu em Curitiba no ano seguinte para homenagear o cinquentenário de fundação da Universidade do Paraná, a professora Cecília Maria Westphalen, na função de presidente da Comissão Executiva do evento, uniu a perspectiva historiográfica à preocupação com os problemas da atualidade, em vista de um cenário que apontou como preocupante para os estudos históricos.

Não culpemos, porém, somente a atmosfera tecnológica do mundo em que vivemos. Teremos nós, os historiadores, procurado fazer algo de positivo no sentido de integrarmos cientificamente a História à realidade dos nossos dias? Teremos adotado uma atitude nova que nos possibilite participar ativamente da vida do nosso tempo? Ou teremos apenas, uns, nos limitado a dar simplesmente atenção tal como se fez no passado, à ação superficial dos políticos e dos diplomatas? Não teremos, outros, por ventura, ignorado a unidade cultural que é muito mais ampla e mais profunda do que aquela do Estado? Ou talvez tenhamos apenas, e comodamente, nos limitado a condenar a História historizante...<sup>360</sup>

Nesse panorama, qual seria a função do estudo acerca da formação histórica dos Campos Gerais levado adiante pela equipe multidisciplinar dos professores da UFPR? Para o historiador Brasil Pinheiro Machado, a oportunidade de colocar à prova teorias gerais da história do Brasil perante os dados empíricos levantados de forma exaustiva era um dos interesses, conforme já foi mencionado mais acima. Na comunicação que proferiu durante o II Simpósio (1961), a partir da ocupação histórica dos Campos

---

<sup>359</sup> MOTTA, Marly da Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e 'mágicos'. In. GOMES, Angela de Castro. *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994. p. 82-122.

<sup>360</sup> WESTPHALEN, Cecília Maria. Discurso de instalação do II Simpósio. In. *Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História*, Curitiba, 1962, p. 22-3.



Gerais pôde perceber que a análise econômica promovida por Celso Furtado possuía algumas folgas em relação ao estudo das comunidades paranaenses. Essas foram capazes de desenvolver ciclos econômicos, mesmo que não com as características definidas tradicionalmente, para tanto, pela historiografia; ainda, ao contrário do que previsto na teoria de Furtado, pela qual com a decadência da empresa de exportação as economias de subsistência se tornavam menos complexas e comandadas pela norma local em substituição às leis gerais, no caso da estrutura agrária dos Campos Gerais mesmo no auge da sua integração à economia exportadora houve autonomia em relação àquelas leis; ou seja, a autonomia campeira não era somente quanto aos produtos básicos para a sobrevivência da família fazendeira, mas também o foi em termos de “isolacionismo” em relação ao governo. Somente com a ampliação da economia monetária, quando os fazendeiros se transformaram em tropeiros é que a autossuficiência das fazendas, a partir da segunda metade do século XIX, entrou em crise em todos os sentidos em um cenário de profundas mudanças, como essas captadas pela análise do historiador Pinheiro Machado:

A antiga classe dominante [que] passava por profundas transformações e tentativas de readaptação. Grandes fazendeiros, e latifundiários do período provincial [1853-1889], membros da elite política do período monárquico e seus descendentes, abandonavam a terra e dirigiam-se para outras atividades. É interessante, neste ponto, como um documento significativo, o inventário do Conselheiro Jesuíno Marcondes, processado em 1904. O Conselheiro era de uma família de fazendeiros e de tropeiros dos áureos tempos dessas atividades. Na descrição dos bens inventariados, o que chama desde logo a atenção é a insignificância dos imóveis rurais. Rebento de uma notável família dos Campos Gerais, líder político provincial, o Conselheiro, nos fins do século XIX, não possuía mais terras, abandonara a tradição da família, não era mais fazendeiro. Sua renda provinha de investimentos em títulos da dívida pública. [...].<sup>361</sup>

A separação da família da propriedade é que daria o tom para a desagregação geral da estrutura agrária tradicional. Nessa conjuntura, outras classes viriam acrescentar tensões ao quadro crítico pelo qual passava o patrimonialismo da família patriarcal. Além da dispersão dos seus membros, em busca de outras fontes de renda e locais de trabalhos

---

<sup>361</sup> MACHADO, B. P., 1968, p. 47.

afastados do mundo rural, a presença dos imigrantes nesse espaço em decadência vai provocar um “choque” tão importante que ao mesmo tempo em que encerrava um capítulo da história regional integrada à nacional, colaborava para a superação dos problemas tradicionais, dinamizando outras comunidades e outra possibilidade de envolvimento com a sociedade ampla não sem passar, entretanto, pelo fracasso dos primeiros empreendimentos colonizadores.

Qual o ponto de virada, então, que de “Paraíso Terrestre” os Campos Gerais se tornariam um “Paraíso Perdido”, tanto para as estruturas sociais tradicionais como para as novas comunidades? Se a ocupação inicial dos Campos Gerais foi uma aventura comercial enquanto um movimento de expansão do grupo paulista com fins estritamente exploratórios e sem vinculação com a vila de Curitiba, com o desenvolvimento econômico proporcionado pelo comércio de gado e, um pouco mais tarde, com o comércio de muares, as fazendas passaram a ser núcleos da família patriarcal, pelo menos até a primeira metade do século XIX. Essas transformações do processo histórico de ocupação dos Campos Gerais estudadas pelo professor Brasil Pinheiro Machado se, por um lado, colocavam em teste alguns aspectos das teorias gerais da história brasileira em decorrência das peculiaridades de uma comunidade regional, por outro reforçaram outros pontos de vista gerais acerca da formação nacional. Após sua comunicação na terceira sessão de estudos do II Simpósio, Pinheiro Machado, ao responder as intervenções dos colegas, deixou claro que nos testes das construções teóricas sobre a formação histórica do Brasil, os fundamentos da obra de Gilberto Freyre “[...] são válidos, pois que aqui como lá, se encontra o mesmo patriarcado, com os mesmos processos de formação e com os mesmos processos de mudança.”<sup>362</sup> Por entender a formação histórica brasileira como resultado da organização de comunidades independentemente da região geográfica ou administrativa na qual se inserem, Brasil Pinheiro Machado pôde aceitar esse fundamento

---

<sup>362</sup> MACHADO, B. P., 1968, p. 188. A resposta do professor Brasil Pinheiro Machado foi para o professor Amaro Quintas (1911-1998). Nascido em Pernambuco, na terra de Gilberto Freyre, Quintas era bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Recife. Foi o primeiro diretor do Departamento Social do Instituto Joaquim Nabuco de Estudos Sociais. Suas obras sobre a história se concentraram no estudo sobre os movimentos libertários ocorridos em Pernambuco.

lançado por Freyre, uma vez que por todo o território a estrutura era a mesma, se diferenciando quanto ao maior ou menor grau em que tal comunidade se integrava na “estrutura nacional”.

Como desdobramento do programa “Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná” da UFPR foi realizado um estudo de caso sobre a colônia agropecuária Witmarsum. Instalada no município de Palmeira, em 1951, a colônia se caracterizou pelo perfil étnico-religioso da sua população formada por menonitas, a qual se assentou exatamente no mesmo local onde, nos anos de 1870, ocorrera uma mal sucedida colonização de imigrantes de origem alemã, vindos da região do Volga <sup>363</sup>, à época da desagregação da família fazendeira. Aqui, mais uma vez, a oportunidade para testar teorias gerais.

Um dos modelos a ser relativizado, à luz da prospecção monográfica da colônia Witmarsum e da análise histórica que coube ao professor Brasil Pinheiro Machado nesse trabalho em conjunto acerca da ocupação dos Campos Gerais, era o de Oliveira Vianna desenvolvido no livro *Populações Meridionais do Brasil*, publicado em 1920. Quando o historiador paranaense escreveu o texto acadêmico sobre o papel dessa colônia na transformação da estrutura tradicional e citou o livro inaugural da obra de Vianna, a fortuna crítica desse autor fluminense estava sendo alvo de severas críticas por ser entendida como uma das principais bases intelectuais de sustentação do autoritarismo brasileiro. <sup>364</sup> Até meados da década de 1940, como afirma Angela de Castro Gomes, a produção de Vianna foi considerada essencial no conjunto das obras de interpretação sobre o país, mas com sua morte ao mesmo tempo em que houve aqueles que se dedicaram à “[...] construção de sua figura mítica [...]” <sup>365</sup> surgiram, também, outros que se propuseram à “[...] destruição sistemática dessa mesma figura.” <sup>366</sup>

Em *Populações Meridionais do Brasil* põe-se à disposição um modelo

---

<sup>363</sup> Os alemães do Volga eram um grupo étnico alemão que se assentou no Império Russo, no século XVIII, a convite de Catarina, a Grande, para colonizarem o Baixo Volga. O recrudescimento do nacionalismo, ao longo do século XIX, ocasionou a perda de alguns privilégios que haviam ganho, impulsionando a saída desse grupo e sua imigração para a América do Sul, como Brasil e Argentina. Na região de Ponta Grossa, eram chamados de russos-alemães.

<sup>364</sup> GOMES, Angela de Castro, 2009. pp. 144-159.

<sup>365</sup> GOMES, Angela de Castro, 2009, p. 147.

<sup>366</sup> GOMES, Angela de Castro, 2009, p. 147.

interpretativo sobre os males brasileiros, cujas origens se assentariam no passado colonial, e que seriam, assim, plenamente capazes de explicar o “[...] descolamento entre o Brasil ‘real’, marcado pelo ‘insolidarismo’, e o Brasil ‘legal’, o mundo das instituições, destinado a dirigir uma nação, que ainda não existia.”<sup>367</sup> Dessa obra, porém, apesar desse descolamento citado ser de extrema importância na construção conceitual não somente de Pinheiro Machado, mas da maior parte da intelectualidade brasileira da primeira metade do Novecentos, o historiador paranaense destacou o termo “bandeira de povoamento”. A partir disso, Machado rebateu a ocupação dos Campos Gerais, ocorrida nos princípios do século XVIII, pensada a partir do modelo de Vianna, pois esse autor teria generalizado para toda a porção sul do território colonial as características da bandeira de povoamento típica da expansão paulista. Tendo à mão a terceira edição (1933) desse livro de Vianna, Machado afirmou que, nos Campos Gerais, apesar da conexão paulista, diferentemente do que ocorreu, por exemplo, nos campos de Laguna e de Lages, o povoamento não foi no sentido de colonização e, portanto, o modelo não funcionava para explicar a primeira ocupação colonial das terras localizadas nos campos próximos a Curitiba. Se, mais para o sul, o fazendeiro trasladou uma “sociedade inteira”, como apontou Machado no artigo de 1968 a partir da leitura de Vianna, para os Campos Gerais a estratégia foi outra e a sua posse se deu na condição de “[...] proprietários [...] absenteístas [...]”<sup>368</sup> É aceita a ideia central do historiador paranaense de que, no século XVIII, quando a Coroa Portuguesa iniciou a concessão de sesmarias para essa porção da capitania de São Paulo, o desenvolvimento da mesma não era

[...] no sentido de colonização e povoamento, como aconteceu nos campos de Lages e Laguna, em que o povoador transportava-se para o novo lugar com toda a sua família, escravos, bens, animais, parentes e clientes, visando a instalação de uma nova sociedade.<sup>369</sup>

Com isso, o absenteísmo marcou a organização social das fazendas, que eram tocadas pelos “fazendeiros”, sendo estes não os sesmeiros,

---

<sup>367</sup> GOMES, Angela de Castro, 2009, p. 153.

<sup>368</sup> MACHADO, B. P., 1968, p. 30.

<sup>369</sup> MACHADO, B. P., 1968, p. 29.

porém os capatazes designados por eles.<sup>370</sup>

Além dos relatos de viajantes novecentistas, como o do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire e do engenheiro inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither,<sup>371</sup> Brasil Pinheiro Machado interpretou, também, documentos da Câmara Municipal de Curitiba que demonstram o protesto à Coroa Portuguesa quanto ao “isolamento econômico” desses fazendeiros que habitavam o Segundo Planalto. À moda “gaúcha” e enquanto extensão do núcleo paulista, tais fazendeiros e suas respectivas terras, de propriedade, na verdade, de quem continuava a habitar na cidade de São Paulo, ou nas vilas de Santos e de Paranaguá, das fazendas não retiravam nenhuma “utilidade”.<sup>372</sup> A queixa dos camaristas curitibanos estava relacionada ao fato de que a vila de Curitiba, centro político da Quinta Comarca, não usufruía da produção de caráter autóctone dos Campos Gerais, e vivia de uma cultura de subsistência bastante miserável, dependente de permutas da erva-mate pelo sal, algodão e farinha do litoral.

A oposição entre a pobre população curitibana e as ricas fazendas dos Campos Gerais fica mais patente nos episódios da abertura da ‘estrada do Viamão’. Os proprietários das sesmarias dos Campos Gerais opuseram-se à abertura desse caminho. Ao pedir a cooperação dos curitibanos para os trabalhos da estrada, o Capitão General de São Paulo procurava convencê-los de que para eles só haveria vantagens em trazer gado das Vacarias da Serra para os campos paranaenses, onde os paulistas, donos das sesmarias, detinham o monopólio da criação do gado que abastecia as

---

<sup>370</sup> Idem, p. 31. Os estudos recentes que se debruçam sobre a composição social existente nos Campos Gerais enfatizam a estrutura escravista da mesma, configurando uma crítica às análises historiográficas que haviam deixado ausente a presença africana no território que hoje corresponde ao Estado do Paraná, reforçando o perfil europeu em decorrência das correntes imigratórias que aqui se fixaram a partir da segunda metade do século XIX. Brasil Pinheiro Machado mesmo é alvo de censuras atuais por ter negligenciado sobre a escravidão africana na história regional por ele construída, enfatizando os movimentos e deslocamentos e não se detendo na estrutura permanente do trabalho escravo deles intrínsecos.

<sup>371</sup> Nas notas do texto de 1968, Brasil Pinheiro Machado referenciou as seguintes obras desses viajantes:

BIGG-WITHER, Thomas P. *Pioneering in south Brazil: [three years of forest and prairie life in the province of Parana. London], 1878;*

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à comarca de Curitiba. Tradução de Carlos Costa Pereira. [São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.]*

Idem. *Viagem à província de São Paulo. Capítulo XIII.*

<sup>372</sup> Para tanto, Brasil Pinheiro Machado lançou mão do Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba e de fotocópias de documentos da Coroa Portuguesa existentes no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Esse último material, ainda nos dias de hoje guardado na sede desse Instituto, é resultante de um projeto de levantamento e cópia de acervos portugueses feito como parte das comemorações do Primeiro Centenário do Paraná.

Minas Gerais, onde um boi alcançava altíssimos preços, a troco de ouro em pó.<sup>373</sup>

Ao contrário da vila de Curitiba, as fazendas dos planaltos, ao longo do século XVIII, à medida que se integravam na “estrutura econômica brasileira” criaram uma economia quase autônoma, não somente no sentido dos produtos necessários para a subsistência, mas também quanto a sua relação com o governo colonial do Setecentos.

Encasteladas nos seus campos, as famílias fazendeiras criaram uma economia quase autárquica, acentuaram suas relações patriarcais, lutaram sozinhas contra os bugres que invadiam suas terras e [incendiavam] seus paióis. Com o algodão que vinha da região de Sorocaba e com a lã de seus próprios carneiros, em rodas de fiar e teares, manejados pelas mulheres, fabricavam o pano de sua roupa. Com a madeira [de] seus capões construíram suas casas, suas mobílias, suas cercas, seus galpões. Com o ferro em barra armazenado, reparavam seu instrumental de trabalho. Do couro de suas crias faziam os aperos de seus cavalos, os arreios, lombilhos, xergas, laços, bucais, sinchas, botas. Em 1798, respondendo ao Capitão General, a Câmara de Castro dizia que todos os artigos europeus seriam ‘de serventia’, mas de necessidade eram apenas o ‘aço e o sal’.<sup>374</sup>

Essa interpretação é cara ao historiador paranaense desde o “Esboço”. Quando Brasil Pinheiro Machado o escreveu, em 1951, já vivenciava pessoalmente um Paraná bastante diferente, e o centro irradiador de todos os demais movimentos e deslocamentos populacionais ocorridos nesse território tinham Curitiba como foco. Na década de 1950, o carro-chefe da economia era a lavoura do café do Norte do estado; ainda, o deslocamento de populações já não era mais em direção ao Segundo Planalto, mas sim com vistas à ocupação das terras localizadas no Sudoeste e Oeste do Paraná. No contexto do Primeiro Centenário da Emancipação Política, a região campeira se posicionava em uma condição de zona de passagem, sem fixação de nova população permanente, como o tinham sido, conforme análise de Machado, os fazendeiros e, para o final do Novecentos, os imigrantes de origem europeia.

Ao comparar esse roteiro em capítulos, escrito em 1951, com os textos de 1962 e de 1968 sobre a estrutura agrária dos Campos Gerais, se nota que, pelo fato desses escritos acadêmicos estarem inseridos em objetivos maiores de um programa universitário, eles detalharam a formação dessa

---

<sup>373</sup> MACHADO, B. P., 1968, p. 32-3.

<sup>374</sup> MACHADO, B. P., 2002, p. 73.

região campeira e esclareceram elementos que aquele esboço tocara apenas de modo sutil. A citação profusa de fontes diversas, oficiais, bibliográficas e de outros estudos realizados na década de 1960, fez a diferença não somente em termos de profissionalização, mas também acabou dando outras nuances aos enfoques esboçados há mais de uma década diante das teorias gerais da história geral do Brasil.

Nessa comparação se observa que, nos anos 1960, a região campeira foi vista pelo professor Brasil Pinheiro Machado desde uma perspectiva histórica desarticulada de Curitiba e próxima de São Paulo e do Rio Grande do Sul. E essa situação, observou esse historiador, ocasionara até mesmo reclamações por parte dos camaristas curitibanos, no século XVIII, como observado logo acima. Na sinopse de 1951, por seu turno, os Campos Gerais haviam sido mencionados enquanto local de fundação de fazendas de criar, porém vinculado ao núcleo de povoamento de Curitiba, uma vez que esta vila atuava como o centro articulador entre o Sul e São Paulo, através da estrada da Laguna, aberta nos anos de 1730. Partindo-se dessa estrada surgiram diversos traçados e caminhos ao longo dos quais se estabeleceram novas povoações, bem como outras foram dinamizadas em torno do comércio de gado.

A posição da região campeira próxima ou distante do núcleo curitibano, na verdade, significou uma mudança importante quanto aos panoramas de Brasil Pinheiro Machado sobre o Paraná na configuração da história da formação nacional. Em 1951, Machado classificara, conforme visto no primeiro capítulo desta tese, as histórias regionais como bases da formação do país, e de acordo com dois movimentos diferentes: a expansão espontânea e o povoamento político e oficial.

No primeiro tipo de movimento de ocupação, a história dos primórdios da conquista do Império luso na América portuguesa estava repleta de exemplos de voluntarismo, desde os primeiros aventureiros em busca de metais preciosos até os bandeirantes paulistas, tendo como limite cronológico o século XVII. Foram deslocamentos motivados por estímulos variados, mas que partilharam o fato de correrem longe dos olhos e do controle da Coroa. Os núcleos de povoamento surgidos dessa expansão espontânea tinham como base a estrutura familiar e contavam, sobretudo, a

história do “Brasil brasileiro”.

A partir do século XVIII, a urgência de domínio sobre as fronteiras do Sul da América portuguesa fez avançar a presença governamental lusitana em direção oposta ao litoral, organizando o povoamento do interior no que correspondia, nos anos 1950, aos atuais estados do Paraná e de Santa Catarina, todo o Rio Grande do Sul, além do Amazonas e do interior do Pará. Nesses casos, era o “Brasil não brasileiro” que se manifestava, em consequência direta da ação oficial do Estado enquanto promotor do povoamento político.

No trabalho acadêmico publicado em 1968, os Campos Gerais portavam o modo de vida gaúcho e foram interpretados como consequência direta da iniciativa paulista, se aproximando dos casos em que o deslocamento acontecia longe do poder central; em 1951, a quase nenhuma indicação sobre a formação específica da mesma região a havia colocado no mesmo nível da elevação de Curitiba a núcleo central do então território paranaense, e articulada à importância estratégica da Estrada da Laguna, que marcou essa cabeça de Comarca como ponto de ligação entre São Paulo e o Rio Grande do Sul. Os Campos Gerais, com suas fazendas e pastagens, teriam sido um desdobramento desse movimento principal.

O artigo de 1968 enfatizou, ainda, o modo de vida dessas fazendas, pelo qual a

[...] população e a produção dessas sesmarias ligavam-se apenas a São Paulo e, por intermédio deste, aos centros consumidores. Viviam completamente [alheios] de Curitiba, embora alguns dos seus donos fossem residentes em Paranaguá.<sup>375</sup>

Assim, parece que de acordo com esse trabalho do final dos anos 1960, os Campos Gerais, em seu processo de auge e decadência, tivessem que ser um item do capítulo quarto do roteiro de 1951, onde se deveria escrever sobre a “[...] passagem do predomínio grupal e das Câmaras Municipais, para o domínio do capitão-general e da província e consequente predomínio do Estado organizado.” Porém, nesse roteiro, os Campos Gerais são citados como parte do capítulo seguinte, o quinto, dedicado à

---

<sup>375</sup> MACHADO, B. P., 1968, p. 31.



[...] transformação do Paraná com a abertura da estrada de Laguna, em 1731, que ligou as populações do Rio Grande às de S. Paulo, através de Curitiba. É o tempo das tropas e tropeiros, do intenso comércio de gado e da intensa militarização da Capitania de S. Paulo. É o tempo da expansão da população pelos Campos Gerais e da fundação das fazendas de criar. [...].<sup>376</sup>

Os Campos Gerais, nessa perspectiva, representariam uma exceção, já que em pleno século XVIII a preocupação da Coroa portuguesa quanto às fronteiras do Sul resultou em um planejamento da expansão oficial em oposição ao povoamento espontâneo feito por aqueles cuja norma era a aventura e o absenteísmo. Os bandeirantes e os fazendeiros são exemplos dessa colonização realizada por estímulos em busca da sobrevivência mediante o usufruto das riquezas naturais, o que se revelava pela sua autonomia quase plena, de subsistência, de poder e de normas.

De maneira bastante sutil, essa tradição voluntarista dos fazendeiros da região campeira se reverberava no contexto pós-1930, notadamente no plano político dos partidários da defesa dos princípios autônomos dos estados e municípios, como aqueles cristalizados em torno da sigla do Partido Liberal Paranaense (PLP). Tal partido teve com um dos fundadores o “coronel” Roberto Glasser (Vila do Cangussu/RS, 1878 -?)<sup>377</sup>, o qual atuou ao longo de toda a década de 1930 ao lado da oposição ao governo do interventor Manoel Ribas. O rio-grandense Glasser fora proprietário da Fazenda Cancela, localizada no município de Palmeira, na região dos Campos Gerais, até a mesma ser adquirida pelos menonitas, em 1951, os quais instalaram no local a colônia cooperativa de Witmarsum.<sup>378</sup>

Era ainda tão presente na vida de diversas famílias tradicionais dos Campos Gerais o modo de vida “autônomo” das fazendas campeiras que, conforme a leitura do artigo do professor Brasil Pinheiro Machado saído naquela coletânea de 1968, se percebe que ele havia acompanhado pessoalmente a evolução da Fazenda Cancela pelo menos desde que a mesma havia passado para a família Glasser. No seu artigo, o professor

---

<sup>376</sup> MACHADO, B. P., 1951, p. 13.

<sup>377</sup> Roberto Glasser foi senador da República, entre 1946 e 1955.

<sup>378</sup> A sede da Fazenda Cancela, construída na primeira metade do século XX, em alvenaria e madeira, foi tombada pelo estado em 1989 e hoje abriga o Museu da Colônia Witmarsum.

Brasil descreveu o processo de compra dessa Fazenda e das transformações nela realizadas pelo novo proprietário antes dos menonitas.

Esta Fazenda, na história da sua formação, representa bem uma das etapas da evolução social rural dos Campos Gerais. Não foi uma propriedade que, desde suas origens no século XVIII, tivesse passado inteiriça de geração em geração. Era uma propriedade reconstituída. O fazendeiro Roberto Glasser comprou-a aos pedaços e em tempos diferentes, no decorrer de 22 anos, isto é, de 1921 a 1943.

[...]

A sede encontrava-se na internada da Cancela que dava o nome geral da Fazenda. Ali havia, quando adquirida por Roberto Glasser, uma casa de residência, feita de adobe, atestando que fora, desde há muito, sede de uma fazenda. O novo proprietário construiu junto, e continuando, uma nova ala da residência, feita de madeira de pinho, de dois pavimentos, à moda das casas de madeira construídas no Paraná, depois da fundação de serrarias que exploravam as florestas de araucária.<sup>379</sup>

À parte a diagnose contemporânea a respeito do futuro econômico do Paraná, para o historiador pontagrossense a região dos Campos Gerais possuía um potencial máximo explicativo da história regional como base de organizações sociais capazes de dinamizar uma base geográfica, articulando-as a um contexto mais amplo: a criação de gado, no caso do abastecimento das regiões mineradoras; a imigração dos 'russos', em relação à economia ervateira; as colônias cooperativas, em relação à industrialização da agricultura paranaense.

Em cada estrutura social organizada, a cultura material respectiva também passava a dominar a paisagem. No primeiro exemplo, foi o estilo de vida "gaúcho", que tanto chamou a atenção do botânico francês Saint-Hilaire, quando até mesmo os interiores das sedes das fazendas remetiam ao modo sulino, com os apetrechos da lida com os animais à vista de todos, moradores e visitantes. Quanto aos imigrantes do XIX, eram os seus carroções "[...] puxados por muitos cavalos que, em caravanas típicas na paisagem anterior à [...] do caminhão, percorriam todas as estradas do Paraná." Assim, para Brasil Pinheiro Machado, os europeus que se instalaram nos Campos Gerais não representaram a decadência de um paraíso e, portanto, não poderiam ser considerados um quisto na região, pois, à título de sobrevivência, eles realmente se integraram no momento então vivido pela história regional, qual seja, a fase da conjuntura do

---

<sup>379</sup> MACHADO, B. P., 1968, pp. 53-54.

comércio do mate, e se assimilaram à sociedade luso-brasileira, transformando-a e sendo por ela transformados. Nas primeiras décadas do século XX, a população pontagrossense de origem imigrante fazia parte, inclusive, do mundo da política ao lado dos remanescentes dos fazendeiros, não apenas como potenciais eleitores, mas também como agentes da ação pública.

Como se verá no último capítulo, no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, quando atuou como deputado, Brasil Pinheiro Machado deixou um testemunho sobre a intensa “aculturação” desses imigrantes na sociedade política local ao defender, na sessão do dia 13 de maio de 1935, a posição do deputado Jorge Becher, o qual havia acabado de renunciar ao mandato pelo fato de o Superior Tribunal de Justiça Eleitoral o ter considerado estrangeiro. No uso da palavra, Pinheiro Machado atestou o conceito de nacionalidade que carregava consigo na dimensão pública da sua atividade intelectual.

[...] eu que conheço o Sr. Jorge Becher desde a infância posso atestar a esta Casa e ao povo inteiro do Paraná que o Sr. Jorge Becher nunca foi um estrangeiro. [...] A Pátria, a nacionalidade, [...] não se pode definir num estalão só [...]; mas para nós, o Brasil, nação nascida da fusão de todas as raças, Brasil que é índice principal da raça cósmica, a que se refere José de Vasconcellos, para o Brasil a nacionalidade é, simplesmente, uma comunidade psíquica, uma reunião de homens sem distinção de raças e cores, que tem uma mesma finalidade: a grandeza do lugar, da comunidade em que vivem. Eu posso atestar que o Sr. Jorge Becher sempre foi um brasileiro, e um brasileiro na mais lídima expressão da palavra.<sup>380</sup>

Ao escrever nos anos 1950, em pleno momento cívico de comemoração ao Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná, a região dos Campos Gerais se encontrava em plano secundário na construção identitária do estado, como um paraíso em decadência, cujo movimento descendente, na visão do historiador Brasil Pinheiro Machado, havia começado ainda no século anterior, especificamente na década de 1870, quando a vinda de colonos alemães oriundos da região do Volga se transformara em um fracasso. Mesmo o sucesso do empreendimento menonita – ao lado de outras colônias de formação cooperativista, como a Castrolanda, esta criada por holandeses no município de Castro, já no

---

<sup>380</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Constituinte do Estado do Paraná*, 1935, vol. III, 13/05/1935, p. 308.

Novocentos – não foi eficiente para destacar os Campos Gerais como o ponto mais dinâmico da história paranaense. Nesse contexto, os critérios eram diversos, não bastando a “aculturação” dos imigrantes na sociedade receptora, como se verificou com os “russo-alemães” de Ponta Grossa. O ritmo da “ideologia do desenvolvimento”, desde os anos 1950, visou a “[...] integração econômica da nação [...]. Assim, a problemática relevante não é mais a questão da aculturação de imigrantes, mas o processo pelo qual eles se inserem dentro do próprio processo da integração nacional.”<sup>381</sup>

Aquele insucesso da imigração europeia nos Campos Gerais foi creditado ao sistema oficial aplicado pelo governo local junto aos imigrantes, que, além de fixar os núcleos muito distantes uns dos outros, viu frustradas as esperanças de que esses europeus fossem capazes de transformar as tradicionais terras, até então utilizadas para a economia pecuária já em queda, em terrenos agricultáveis. Credo que esses imigrantes trariam, em suas bagagens, saberes tradicionais sobre a agricultura, o fracasso foi associado à qualidade da região, uma vez que os imigrantes em si teriam se aculturado à sociedade tradicional e, portanto, dinamizado suas atividades em outros setores. Assim, por extensão, os Campos Gerais foram acusados como base geográfica exclusiva para a atividade pastoril, cujo ciclo já há muito havia se encerrado, diagnóstico que foi surpreendido, um pouco mais tarde, com a organização das colônias de formação cooperativa dos anos 1950.

O ruidoso fracasso da colonização ‘russo’ trouxe consigo o descrédito dos próprios Campos Gerais. A beleza paisagística desses campos entremeados de matas de araucárias havia arrancado de Saint-Hilaire a expressão de que se tivesse existido paraíso terrestre, deveria ter sido nos Campos Gerais. [...]. Agora, porém, pelos princípios do século XX, o fracasso dos ‘russos’ fazia inverter o estereótipo [...].<sup>382</sup>

O estudo monográfico seria capaz de testar hipóteses sobre o processo de aculturação do elemento imigrante nos dois casos, o do Oitocentos e o dos anos 1950, e, com isso, as transformações de impacto

---

<sup>381</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Constituinte do Estado do Paraná*, 1935, vol. III, 13/05/1935, p. 52.

<sup>382</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Constituinte do Estado do Paraná*, 1935, vol. III, 13/05/1935, p.45.

constatadas na sociedade tradicional dos Campos Gerais daí advindas. Aquilo que se via nos trabalhos de campo da equipe da UFPR na colônia Witmarsum foi explicado cientificamente, o que realçou o movimento diacrônico das peculiaridades da ocupação histórica e do povoamento dos Campos Gerais, temas estes que couberam ao professor Brasil desenvolver nesse trabalho coletivo.

### 3.2.2 Momento dois: a queda do Paraíso

Esse processo temporal-geográfico de mudanças do perfil sociológico dos Campos Gerais pode ser identificado, também, na própria trajetória intelectual de Brasil Pinheiro Machado, certamente, desde 1930, ano quando publicou o artigo “Instantâneos Paranaenses”, na revista *A Ordem*.

Na primeira parte desse artigo, o articulista refletiu sobre o “Desnorteante da União Brasileira”, mencionando que até aquele momento nenhum pensador havia logrado escrever uma “história sintética” do país, uma vez que a unidade nacional se operou mais por milagre do que de acordo com um plano oficial, dificultando, assim, uma análise histórica que não levasse em consideração, também, os casos de isolamento e da “gente anônima”.

Os trabalhos de Alberto Torres, Oliveira Lima, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Mario de Andrade e outros, são apontamentos fragmentados, para a realização total futura. Capistrano sentiu-se incapaz de escrever a nossa história sintética.<sup>383</sup>

Quanto a história sintética do Paraná, do mesmo modo, parecia difícil de ser escrita no avançar dos anos 1950, vista a dificuldade e, por fim, o não cumprimento da missão imposta ao IHGEPR no contexto do Primeiro Centenário, como analisado no primeiro capítulo. Com isso, essa escrita se tornou um campo de estudos em aberto para o corpo docente do curso de História da UFPR, cujos professores se empenharam a realizar, ao longo da década de 1960, mesmo em contraposição aos avisos de Pedro Calmon para estancar os estudos de história regional.

Na segunda parte do artigo, o jovem Brasil Pinheiro Machado se

---

<sup>383</sup> MACHADO, B. P., 1930, p.143

dedicou a explicar uma frase de autoria do geógrafo anarquista francês Élisée Reclus (Sainte-Foy-la-Grande/França, 1830 - Torhout/Bélgica, 1905)<sup>384</sup>: “A história do Paraná, como aquela do Estado de São Paulo, é a história da colonização.” A frase integra o livro “*Nouvelle Geographie Universelle: la terre et les hommes - Amérique Du Sud, l’Amazonie et La Plata*”, originalmente publicado em Paris, em 1894, como resultado da viagem desse cientista de origem francesa à América do Sul. Sobre o Paraná, o trecho é o seguinte, de tradução livre:

Situada a 889 metros de altitude, sob um clima que lembra aquele da Europa Ocidental, Curitiba é uma cidade semi-européia, para onde os colonos da Europa vêm vender suas frutas e legumes introduzidos do Velho Mundo. Do mesmo modo que São Paulo, Curitiba cresceu somente nos últimos anos; no começo do século não era mais do que uma humilde vila, menos populosa do que Paranaguá, sua vila marítima, e o título de capital lhe foi outorgado somente em 1854, época quando o território do Paraná se destaca como província distinta da de São Paulo. [...] A estrada de ferro foi construída depois de 1885. Contornando a magnífica montanha do Marumby, [...], a via desce por uma sucessão de taludes exteriores, de túneis e de viadutos à baixada do litoral, onde outras obras de arte, entroncamento e pontes à ‘pilotis’, são necessários. [...]. **A história do Paraná, como aquela do Estado de São Paulo, é a história da colonização**; mas aqui ela toma um caráter peculiar em decorrência da divisão natural que se opera no interior das correntes imigratórias. Até pouco tempo atrás, os colonos alemães se dirigiam quase todos para Santa Catarina e Rio Grande do Sul; os italianos correm em direção a São Paulo, enquanto que o Paraná recebe principalmente os poloneses. No entanto, esse povoamento começou de maneira desastrosa em 1878. Os agentes de imigração introduziram cerca de 1366 camponeses escravos, para os quais não haviam feito nenhum preparativo de colonização, que acabaram ficando abandonados sem recursos em Palmeira. Muitos morreram, outros tiveram sucesso em ser repatriados por Hamburgo, e o restante ficou para ser enviado aos Estados Unidos. [...]. Quase todos imigrantes poloneses, geralmente conhecidos no Estado pelo nome coletivo de russos, vêm da Polônia prussiana e austríaca; aqueles que as perseguições religiosas expulsaram da Lituânia e de regiões da Vistule somente recentemente engrossaram a movimento de imigração para o Paraná. [...]. Curitiba não tem ainda, como seu modelo São Paulo, uma ramificação vias férreas que penetrem nas zonas cultiváveis ocidentais; ela possui somente uma linha que se dirige à fronteira do Estado de Santa Catarina, através da

---

<sup>384</sup> Discípulo do fundador da geografia humana, o alemão Carl Ritter, Jean Jacques Élisée Reclus praticou a geografia como instrumento de transformação da realidade, fundando a geografia crítica que compreendia o espaço como produção social. Foi militante anarquista e teórico libertário; autor, dentre outras obras, da “*Nouvelle Geographie Universelle: la terre et les hommes*”, editada em 19 volumes e publicada entre 1876 e 1894. Como esteve no Brasil em 1893, em decorrência da sua viagem pela América do Sul, a descrição do país faz parte dessa nova geografia universal.

Para mais informações sobre Reclus, consultar:

ANDRADE, Manuel Correia de. (org.) *Élisée Reclus*, São Paulo: Editora Ática, 1985.

GOMES, Pedro do Nascimento. *Élisée Reclus: por uma nova geografia libertária*. [online]

Disponível na Internet via <http://enhpjii.files.wordpress.com/2009/10/pedro-nascimento-gomes.pdf>.

Lapa, cercada de rochas e grutas [...].<sup>385</sup>

A apropriação da frase do geógrafo francês por Brasil Pinheiro Machado como argumento da parte dois do artigo “Instantâneos Paranaenses”, no entanto, não o foi como ponto de partida para a descrição ou análise do significado da imigração de europeus para o Paraná. Nos poemas de 1928, lá estavam eles, os poloneses, com seus costumes, modos e língua preservados, marcando a paisagem urbana e rural de Ponta Grossa e brindando o resto da nação com paisagens típicas de lugares longínquos, como a Rússia rural, segundo a impressão do poeta Augusto Frederico Schmidt quando este visitou pela primeira vez a cidade natal do colega.

No texto do pontagrossense publicado na revista *A Ordem*, porém, os europeus que se estabeleceram no território paranaense por meio do movimento de imigração servem como contraponto não a outras correntes de colonos, como italianos ou alemães, de forma a permitir um trabalho comparativo entre as histórias dos estados do Sul do país e suas especificidades, mas a outro padrão que escapa à perspectiva imigratória: o homem-tapera, ‘incapaz de glórias e epopeias’<sup>386</sup>. A dinâmica social sobre o território, assim, foi estabelecida como critério estratégico de avaliação do jovem pontagrossense na formação das comunidades envolvidas na história da formação brasileira. Pelo que, não somente os imigrantes europeus se contrapunham ao homem-tapera, mas para o quase bacharel em Direito, Brasil Pinheiro Machado, todos os movimentos populacionais presentes não somente na história regional do Paraná, como na própria história do Brasil. Todos os movimentos

[...] que se relacionem com o caminhar das raças que se cruzam, que se chocam, que lutam contra a terra, que se adaptam, que avançam contra a floresta, contra o estúpido homem primitivo, contra o homem semi-primitivo, contra a civilização, contra a falsa civilização.<sup>387</sup>

Essa visão sobre a formação histórica paranaense explicitada por

---

<sup>385</sup> RECLUS, E. *Nouvelle Geographie Universelle: la terre et les hommes - Amérique Du Sud, l'Amazonie et La Plata*. Paris: Hachette, 1894.

<sup>386</sup> MACHADO, B. P., 1930.

<sup>387</sup> MACHADO, B. P., 1930, p.142.

Pinheiro Machado em sua juventude teve uma réplica imediata por parte de Bento Munhoz da Rocha Neto. A contestação foi publicada em abril de 1930, também na revista *A Ordem*, com o título “A significação do Paraná”. Assinando o artigo como membro do CEB, o jovem engenheiro Bento rebateu o argumento do conterrâneo Brasil, discordando do diagnóstico de falta de identidade do Paraná e dos paranaenses. Para tanto, elencou como símbolo do espaço físico, o pinheiro, “[...] ereto e dominador [...]” e, simbolizando o homem paranaense, selecionou o episódio do Cerco da Lapa como exemplo de uma ação de “[...] têmpera férrea [...]” desse homem.<sup>388</sup> Essa contra argumentação de Munhoz da Rocha foi divulgada no mesmo número em que Machado publicara a segunda parte do seu artigo, justamente aquela em que cita o geógrafo Reclus. Portanto, a resposta de Bento é em referência, nesse momento, à primeira parte do “Instantâneos paranaenses”.

Ao concluir que nem mesmo o “homem-padrão” brasileiro existia ainda, Bento Munhoz da Rocha Neto alertou para o fato de que o paranaense também estava por constituir-se em sua singularidade, não podendo, assim, ser exigida uma precocidade nesse sentido. Além disso, defendeu o equilíbrio do homem paranaense não enquanto raça, mas como um povo, um povo portador de um conjunto de características sociológicas diversas. E, no caso paranaense, com a capacidade única de unir a tradição das primitivas lendas indígenas à admiração pelo progresso tecnológico: tradição e modernidade tecnológica também presentes no pensamento de Bento.

O tipo brasileiro, porém, não existirá jamais. Mesmo que nas populações do sul não se infiltrassem, periodicamente, massas consideráveis de imigração. Mesmo que somente as três raças primitivas nos colonizassem definitivamente, o território imenso. Ou que até a uma única raça se reservasse a missão histórica de nos constituir a civilização. Temos fatalmente de ser diversos, como diversa é a nossa natureza. O habitante do nordeste castigado pela incidência normal de um sol inclemente que incandesce, será racialmente distinto do sulista, que tem a pátina [alvinitente] das geadas a branquear-lhe os campos. Mas se não haverá nunca a raça brasileira, o povo brasileiro já existe. Fixado pela analogia de caracteres sociológicos. Que torna tão desnorteante o Brasil-nação. Obra

---

<sup>388</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da, 1930. p. 125. (Esse artigo de autoria foi publicado novamente no jornal *O Dia*, de Curitiba, em 06/02/1944.)



ciclópica do português.<sup>389</sup>

Para Brasil Pinheiro Machado, no entanto, e nesse momento, a raça era fator importante para o pensamento sobre a história, pois era a partir do cruzamento entre raças bem distintas e em decorrência do choque daí provocado que se formava uma comunidade em torno de uma estrutura econômica, política e social organizada e, assim, competente para afastar a instabilidade e o efêmero. Mas, não somente o “homem primitivo”, arredo aos cruzamentos vista a sua condição de isolamento, era um perigo para a fixação das comunidades, mas do mesmo modo perigosas o eram para a formação da nacionalidade as “falsas civilizações”. Essas eram construídas sobre estruturas demagógicas e idealistas de governo, ou a partir da influência de culturas “europeizadas” sem conexão com as demais raças, produzindo todo o tipo de “sub-raças” incapazes de constituírem uma comunidade sólida. Das “sub-raças”, o jovem Pinheiro Machado elencou uma série de exemplos históricos, como profetas, jagunços e monges fanáticos, os quais

[...] pregam na monotonia das coxilhas, na desolação das caatingas e dos [carrascaes] e dos [tremedaes], a salvação do Brasil, por penitências horríveis, com todos os ritos terroristas, numa mistura macabra de cristianismo e fetichismo, produzida por uma falsa cultura que os homens europeizados agitam ingenuamente e que abastardiza quando apalpa o sertão!<sup>390</sup>

Os movimentos de colonização, por sua vez, eram reconhecidos como aqueles que avançavam contra o “homem primitivo” e “[...] pelejam pela formação da nacionalidade [...]”<sup>391</sup>; eram aqueles movidos pelo espírito épico a exemplo dos jesuítas, dos bandeirantes, dos tropeiros e dos colonos europeus. De um lado, movimento, e, de outro, letargia; um processo civilizacional do sertão, do “homem-tapera”, mas muitas vezes travado pelos próprios governos e dependente das ações voluntaristas. Essas categorias sócio-históricas apresentadas no artigo de Brasil Pinheiro Machado, no ano de 1930, assim o foram classificadas pelo autor de acordo com o grau de

---

<sup>389</sup> ROCHA NETO, B., 1930, p.123.

<sup>390</sup> MACHADO, B. P., 1930, p. 139.

<sup>391</sup> MACHADO, B. P., 1930, p. 139.

dinamismo inerente a cada uma delas, segundo critérios não propriamente evolutivos, mas sim comportamentais, ou culturais.

Ao seguir uma linha de pensamento que não estava muito distante do “microclima” da vivência de Brasil Pinheiro Machado no Rio de Janeiro da década de 1920, se localiza uma posição sobre o conceito de raça dada pelo viés da intelectualidade vinculada à Igreja católica. Lilia Schwartz, ao analisar as doutrinas racistas no Brasil, entre o final do século XIX até 1930, retoma questões básicas sobre o debate acerca das origens da humanidade, cindido entre monogenistas e poligenistas, e que compôs a pauta do pensamento ocidental como um dos mais importantes temas do período. A autora observa que a visão monogenista não se afastou dos dogmas do catolicismo e, portanto, foi a mais próxima da Igreja ao interpretar a humanidade como una. Apesar da constatação das diferenças entre os tipos humanos, tais variações foram explicadas pelos monogenistas como sendo um efeito da proximidade ou distanciamento do Éden, o que fazia que alguns povos fossem mais perfeitos do que outros, porém não em um sentido evolucionista, mas enquanto uma humanidade com graduações.

392

O modelo evolucionista, presente na segunda metade do Oitocentos, lembra Schwartz, deixou mais tênue as diferenças entre monogenistas e poligenistas ao identificarem, ambos, o conceito de raça com questões culturais mais do que com fatores biológicos. E esse consenso se propagou para vários ramos do conhecimento e na arena política, desviando os princípios biológicos do evolucionismo e servindo como instrumento de justificativa para estruturas sociais e políticas hierárquicas desde o viés da evolução.

Nesse cenário, a tradição monogenista, ao manter a crença na noção de humanidade una, inseriu o progresso e a civilização como modelos universais a serem perseguidos por todos os povos, porque a todos eles alcançáveis.<sup>393</sup> No pensamento social brasileiro, o evolucionismo, no entanto, se combinou com o determinismo social. “O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos rearranjos

---

<sup>392</sup> SCHWARTZ, Lilia Moritz, 1993.

<sup>393</sup> SCHWARTZ, Lilia Moritz, 1993, pp. 57-58.

teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça.”<sup>394</sup> Isso é visível em diagnósticos sociais brasileiros que não abriram mão de alguns postulados Ilustrados, como a perfectibilidade, e apostaram na ideia de uma evolução geral, mesmo que para uma nação composta por “sub-raças”. O jargão evolucionista – como alguns termos que aparecem nesse artigo do jovem Pinheiro Machado: “carrascaes”, “abastardiza” – esteve presente na linguagem intelectual, no Brasil, em período que vai do século XIX até as primeiras décadas do Novecentos, indo de um processo de decepção para com a realidade nacional mestiça a um posicionamento otimista para com a formação da identidade brasileira moderna.<sup>395</sup>

Essa formação nacional passava, sim, necessariamente, pelo Brasil rural, aquele descrito nos poemas do jovem Pinheiro Machado, mas também em tantos outros autores que vivenciaram o clima modernista sem estarem na vanguarda estética.<sup>396</sup> No artigo de 1930, saído na revista *A Ordem*, lá estavam os habitantes dos sertões, como os jagunços, os monges e os profetas. Dessa vez, no entanto, não eram os encantos poéticos de uma paisagem exótica a que o autor chamava a atenção daqueles que só haviam visto imagens combinadas de europeus e clima frio nas projeções cinematográficas, mas sim a estagnação, a ausência de ação em direção à formação de comunidades estruturadas. Entretanto, nesse diagnóstico do país desde o Paraná feito pelo estudante Machado, que então classificou seu estado natal como um conjunto “característico de incaracterísticos”, havia, sim, um prognóstico otimista.

O Brasil que nós conhecemos [...] nos veio do norte. Do branco, preto e vermelho. Da força, da escravidão e da nostalgia.

O Brasil que não conhecemos virá do sul, irá das imensas planícies e planaltos do Paraná e Santa Catarina, da fusão natural de todas as raças. Da união natural de todas as aspirações.<sup>397</sup>

As causas dessa conjetura esperançosa sobre o futuro recaíam na aposta da realização da sincronicidade temporal entre dois espaços geográficos vitais e que cindiam a identidade da nação: o sertão e o litoral,

---

<sup>394</sup> SCHWARTZ, Lilia Moritz, 1993, p. 65.

<sup>395</sup> SCHWARTZ, Lilia Moritz, 1993, p. 65.

<sup>396</sup> MURARI, Luciana, 2009.

<sup>397</sup> MACHADO, B. P., 1930, p. 143.

ou o urbano/rural. O que semeava a esperança do tão esperado ajuste, na perspectiva do jovem Brasil Pinheiro Machado, era a “fusão natural de todas as raças” acionada, no entanto, pelo elemento estrangeiro que então modificou toda a paisagem!

O estrangeiro, de várias raças, foi a semente caída num terreno sem controle. Tudo ele modificou. A paisagem perdeu aquele jeito tropical e ficou bucólica. Os carroções russos passam ao bafo da geada. Os [centeais] dos polacos se agitam ao vento poético da tarde. Moinhos de vento, feitos com taboas de pinho, indicam um novo rumo por entre os milharais e os mandiocais. Carros italianos, carrocinhas polacas, vestimentas holandesas, o bronze claro da tez do caboclo, aldeias japonesas, chác[a]ras, casinholas asseadas, taperas contando histórias, arraiais de abundância, cidades moribundas, tudo, tudo se mistura nessa forja do futuro.<sup>398</sup>

O ajuste entre as duas realidades nacionais, com vistas a se organizar o país, mais tarde foi retomado por Brasil Pinheiro Machado em outra conjuntura, dessa vez regional, a do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná. Os termos, porém, que se contrapunham associaram-se não a tipologias do espaço geográfico, como sertão, ou litoral, mas a movimentos político-sociais que estruturavam as comunidades: espontâneo, se realizado longe dos olhos do poder e por intermédio de ações voluntárias, ou oficial, caso fosse coordenado pelo Estado. No entanto, na reflexão de 1930, isso também já é visível, uma vez que aquele novo Brasil advindo com a “fusão natural de todas as raças”, seria possível em decorrência de ações espontâneas, independentes dos governos porque a partir de uma “semente caída num terreno sem controle”, como o caso da imigração europeia no sul do país.

De 1870 até as primeiras décadas do século XX, foi tema central na produção intelectual brasileira a relação entre homem e natureza, e que apareceu em “[...] discursos e narrativas dirigidas ao meio físico selvagem e às regiões que se encontravam à margem do processo de atualização iniciado no país.”<sup>399</sup> A busca por esse acerto de ritmo entre as peças fundamentais da identidade nacional era um elemento fundamental para o processo de modernização do país, tão importante quanto à industrialização e a urbanização, e passava pela necessidade do domínio efetivo do homem

---

<sup>398</sup> MACHADO, B. P., 1930, p. 144.

<sup>399</sup> MURARI, Luciana, 2009, p. 34.

sobre a natureza. Murari afirma que o contexto chamado de “pré-modernista” é formado, na verdade, por substratos das escolas literárias nacionais, como a linguagem realista do naturalismo e a cristalização da imagem do homem do interior pelo romantismo, incorporando na demanda geral pela modernização do Brasil aspectos regionalistas e nacionalistas. Ao tomar de forma não mecânica manifestações culturais oriundas de diferentes escolas de pensamento se torna possível inserir intelectuais e suas respectivas obras, até então tidas como não centrais do modernismo, no processo compreensivo da formação da identidade nacional pelo viés do regionalismo. Esse regionalismo, por sua vez, pode ser apreendido tanto em elaborações culturais, como a produção literária, como nas atividades políticas, sendo que, desde os anos 1930, essas duas dimensões se articularam de forma orgânica.

Na resolução do papel do intelectual como ator principal da construção do Estado nacional esses substratos também sobreviveram como traços das matrizes de pensamento que os guiaram nessa missão cívica. Desde a teoria evolucionista definida por Spencer e sua original combinação, no Brasil, com o darwinismo social, passando pelo determinismo geográfico e racial, foram alavancados elementos explicativos para que a intelectualidade brasileira encontrasse justificativas sobre os problemas da história nacional, bem como soluções para a eliminação dos obstáculos ao seu desenvolvimento pleno. A detecção das “sub-raças” e dos tipos “tapera” requeria não somente a constituição de uma memória sobre a autenticidade da cultura brasileira, intocada pela civilização moderna, mas a intervenção do Estado na incorporação desses resquícios decadentes do passado à nacionalidade moderna, dando um ritmo unificado à evolução do país, superando os diagnósticos deterministas e dando ao ideário evolucionista um sentido positivo para nações mestiças, nem que fosse pelo prisma do “choque da colonização”, como afirmara o então estudante de Direito no Rio de Janeiro, Brasil Pinheiro Machado.

Um dos instrumentos tanto do progresso material, como da união dos diferentes espaços sociais que teimavam em cindir o país entre atrasado e moderno, era a ferrovia. Bento Munhoz da Rocha Neto, em sua réplica publicada na revista *A Ordem*, elencou como símbolo máximo do domínio do

homem sobre a natureza a construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá. Nessa domesticação realizada em pleno território paranaense estava, para Bento, a certeza de que o Paraná era um território promissor a despeito do retrato decadente que o jovem Pinheiro Machado desenhara para o estado. Vistas a partir daquelas matrizes de pensamento, se pode dizer que as obras de arte da engenharia nacional seriam um dos principais fatores para ultrapassar o determinismo geográfico, pois venceria montanhas, serras, rios e outros obstáculos naturais a favor do estabelecimento humano.

O artigo do estudante Machado deixava claro, no entanto, que o movimento de ideias capaz de gerar uma sociedade apontada definitivamente para o progresso não deveria somente se dar em termos de resultado material, mas para conquistar permanência deveria se assentar obrigatoriamente sobre um governo dedicado a efetivamente governar, sobre um Estado organizado e livre dos abusos de poder e das politicagens. Mesmo o movimento colonizador, fator por excelência de dinamização social, segundo Pinheiro Machado, seria incapaz por si só de fazer com que as comunidades se estabelecessem em estruturas geradoras de outros núcleos e, portanto, em células integrantes da rede nacional.

Enquanto paisagem cultural, isto é, natureza transformada pelo homem, os Campos Gerais foram um objeto de estudo propício para comprovar essa visão de Brasil Pinheiro Machado. Mesmo que, nesse momento, já afastada do ideário evolucionista de cunho liberal e imersa em posições que localizavam o poder do Estado como o foco central e imprescindível à condução da nação, a versão de Machado também ainda carregava alguns substratos, como o do realismo, em sua prática da observação científica da natureza, e o do darwinismo social, quanto ao entendimento do mundo fundamentado no conflito entre grupos sociais e o ambiente. As novidades trazidas à tona na reflexão do jovem Pinheiro Machado colocaram o meio geográfico como vítima da falta de organização governamental. Mais do que as características naturais, como a qualidade ruim do solo para a agricultura, por exemplo, o erro de cálculo era por conta dos governantes que, por ignorância, destinavam terras estéreis aos colonos, o que fazia com que uma determinada paisagem passasse a ser

condenada para todo e qualquer uso. E, assim, em decorrência da ausência completa de planejamento por parte do poder público, a terra continuava a se voltar contra o homem, tornando improdutivas várias iniciativas que, pelo contrário, aguardavam prosperidade e abundância.

Ao esquadrihar a história paranaense no artigo “Instantâneos Paranaenses” Brasil Pinheiro Machado fez uma fotografia — palavra cujo uso é permitido em decorrência do termo ‘instantâneos’ no título do artigo — do Paraná, mas que também serviu de certa maneira para interpretar o próprio país, uma vez que a frase selecionada do francês Reclus — “A história do Paraná e a história da colonização” — poderia ser estendida a todo o Brasil. Nessa fotografia, uma imagem que a compõe demonstra nitidamente a tese central de Machado, qual seja, a necessidade de governos efetivos e compromissados como suporte do “choque da colonização”, foi retirada de um relato de Visconde de Taunay (Rio de Janeiro, 1843 - Rio de Janeiro, 1899) <sup>400</sup>. Sem referências bibliográficas, o autor comenta, a partir de Taunay, que o fracasso da colonização de russos no Paraná, em 1878, se deveu pela

[...] incapacidade desses governos [que] poria tudo a perder. Foram-lhes entregues terras absolutamente estéreis no município de Palmeira. Todos eles depois das primeiras tentativas, abandonando o trabalho tornado inútil, se reuniram em desordens na cidade exigindo repatriação. Como não fossem atendidos prologaram-se as desordens, até que o governo chegasse a descobrir que de fato a terra não prestava. Pouquíssimos desses russos se aclimataram noutros lugares, onde prosperaram. A maioria, porém, se encaminhou para o Estado Norte-Americano de Nevada, cujo impulso de progresso foram eles que principiaram. Outras levas sem organização, sem trabalhos preliminares foram atiradas para o sertão bruto, dizimadas pelas febres, quase inutilizando o seu trabalho, desenvolvido em regiões incomunicáveis com centros comerciais.<sup>401</sup>

Nesse caso, tanto o homem quanto a natureza se encontravam do mesmo lado, eram vítimas da desordem governamental, cujo perfil era

---

<sup>400</sup> Nascido em uma família de origem francesa, Alfredo d'Escagnolle Taunay se formou bacharel em Matemática e Ciências Naturais pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro. No Segundo Império iniciou carreira política, tendo sido deputado e presidente de províncias, inclusive na do Paraná, de 1885 a 1886. Escritor de ficção, destacando-se o romance *Inocência*, também deixou obras de memória e um relato sobre a sua participação na Guerra do Paraguai intitulado *A Retirada da Laguna*.

<sup>401</sup> MACHADO, B. P., 1930, p.139

contraposto ao dos Estados Unidos, onde os russos obtiveram sucesso, dinamizando a região de Nevada. Muito ainda se vivia, no Brasil, das ruínas das glórias passadas, e a tradição, do ponto de vista de Pinheiro Machado, era a principal responsável pela estagnação. Por outro lado, conseqüentemente, onde não houvesse o culto à tradição colonial era mais fácil a implantação de mudanças de fora para dentro. Nesse ponto, o autor faz uma breve observação acerca da transformação que vinha ocorrendo no Norte do Paraná, região na qual a “onda estrangeira” que para lá se dirigiu desde outras partes do país, então mergulhadas na tradição, foi capaz de mudar a paisagem com o desenvolvimento da cultura cafeeira. Logo depois, nos anos 1950, a cafeicultura paranaense seria utilizada como lastro do governo para a construção da sua identidade regional.

Outras histórias de fracasso se deram nos Campos Gerais no que se refere à colonização europeia, fazendo com que essa paisagem ficasse condenada à associação com o tropeirismo, com o voluntarismo dos fazendeiros e, portanto, desarticulada do oficialismo. Por outro lado, mediante a centralização do Estado a partir da segunda metade da década de 1920 e o amplo e profundo processo de nacionalização levado em frente pelo Estado Novo, se chega a um quadro, nos anos 1950, quando “[...] a problemática relevante não é mais a questão da aculturação de imigrantes, mas o processo pelo qual eles se inserem dentro do próprio processo da integração nacional.”<sup>402</sup> Essa foi uma das conclusões postas no trabalho acadêmico publicado em 1968, quando a pesquisa científica e multidisciplinar pôde analisar o papel da imigração europeia no território paranaense em todos os seus aspectos.

Na perspectiva contrária a esse aspecto do modelo de Oliveira Vianna sobre a ocupação do sul do país, a decadência da economia tropeira significaria um novo esvaziamento da paisagem campeira, agora em termos social e econômico, agravado em decorrência do fracasso da colonização daqueles imigrantes de origem alemã, no final do Oitocentos. O futuro sombrio a que parecia estar condenada essa região paranaense somente poderia ser redimido pela retomada econômica dos Campos Gerais. E essa

---

<sup>402</sup> MACHADO, B. P., 1968, p. 52



oportunidade veio com o grupo dos menonitas, que se fixaram no município de Palmeira com a fundação da colônia Witmarsum, elevando os Campos Gerais ao patamar de um novo dinamismo a partir de uma ação de um grupo muito particular que se reuniu no exato local onde o fracasso econômico e social dos alemães do Volga ainda era um estigma recente. O que chama a atenção, no entanto, não é uma avaliação do empreendimento em si, mas o abrigo que tal iniciativa particular teve do poder público, do “Brasil legal”, na integração física e “psicológica” do estado que então comemorava seu primeiro centenário de autonomia. O “governador do Centenário”, Bento Munhoz da Rocha Neto, rememorou a vinda dos menonitas e a sustentação dada a essa iniciativa pelo poder público, na sua gestão, quando assinou o prefácio da publicação dos resultados dos estudos monográficos da UFPR acerca de Witmarsum:

[...] assisti com grande satisfação a vinda dos menonitas para Palmeira, espontaneamente, e tratei de amparar essa iniciativa, como foi possível. Do mesmo modo os holandeses em Castrolanda [...] transformaram num jardim os campos de Castro, situados naquela paisagem que tanto sensibilizou Saint-Hilaire no início dos oitocentos.<sup>403</sup>

Recuperar a imagem dos Campos Gerais como o “Paraíso terrestre no Brasil”, retomando a definição dada a essa paisagem pelo viajante francês August Saint-Hilaire quando este botânico conheceu essa porção meridional do Império do Brasil, autoriza repassar a memória de que houve uma época quando esse éden terrestre havia perdido sua condição especial, se aproximando de um “paraíso perdido”.

A impossibilidade da construção de teorias gerais sobre a formação da história brasileira continuou a ser uma postura defendida pelo historiador Brasil Pinheiro Machado mesmo no artigo de 1968, o qual compunha, com textos de outros pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, os resultados dos estudos empreendidos acerca da colônia Witmarsum. Nesse trabalho coletivo, o ponto de vista local mais uma vez marcou a partida para se compreender o “[...] papel da comunidade regional no processo de aculturação de imigrantes, através da qual, por extensão, se dá a sua

---

<sup>403</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da, 1968, p. XI.

integração na comunidade nacional.”<sup>404</sup> Como um dos diretores do projeto de pesquisa sobre as condições da formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais, Machado escreveu, em co-autoria com a professora Altiva Balhana, um texto conclusivo sobre os estudos pluridisciplinares sobre a colônia Witmarsum, no qual descreveu a radical mudança na paisagem rural dos tradicionais Campos Gerais com o estabelecimento da cooperativa menonita.

E aqui reside a ruptura em relação as suas análises anteriores sobre a imigração de camponeses europeus no Paraná provincial, no Oitocentos. Naquele período, a desestrutura governamental foi a grande responsável, segundo as análises de Machado realizadas entre as décadas de 1930 e 1950, pelo fracasso dessas colônias de imigrantes. Apesar do papel dinamizador da presença colonizadora em um território então prostrado perante a decadência da tradição luso-brasileira, ele não fora suficiente para englobar a sociedade envolvente em um mesmo ritmo modernizante, formando-se, assim, núcleos isolados no cenário mais amplo. A história diacrônica da colônia Witmarsum realizada pelos pesquisadores da UFPR mostrou, por seu turno, que não era mais objetivo do Brasil (país) a aculturação dos imigrantes, “[...] entendendo-se por aculturação a redução relativa do recém-chegado aos valores da sociedade tradicional que os recebe.”<sup>405</sup> Nos anos 1960, uma entidade havia se consolidado acima da sociedade tradicional em completa desagregação e do mesmo modo em relação aos grupos recentes: o mercado. O mercado capitalista agropecuário havia diluído os valores tradicionais que hierarquizavam a velha sociedade campeira, não importando mais a posse da terra e a antiguidade das famílias luso-brasileiras, mas sim a capacidade de cada grupo de se integrar ao processo de modernização conduzido pelo sistema global.

Aqui é preciso, entretanto, apontar as peculiaridades do pensamento sobre a história desenvolvido por Brasil Pinheiro Machado frente a outros intelectuais locais, os quais também analisaram a presença dos imigrantes europeus na formação histórica regional. Na visão de Machado, além da continuidade da centralidade da dicotomia entre espontaneidade e

---

<sup>404</sup> BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P., Introdução, 1968, p. 8.

<sup>405</sup> BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P., 1968, p.230.

oficialismo para explicar a formação das comunidades regionais – e que deitava raízes numa linhagem que remonta às referências iniciais da história como elemento discursivo formador da nação brasileira – é importante reforçar que, para esse historiador, as histórias dessas comunidades eram partes intrínsecas e redutíveis à história nacional.

No mesmo ano em que Pinheiro Machado publicara o artigo na revista *A Ordem* chegava a Curitiba um jovem que, vindo de São Paulo, na década seguinte, isto é, 1940, seguiria revolvendo a tensa questão entre o regional e o nacional, e que acabou sendo o responsável pela elaboração de uma visão por muito tempo compartilhada: a do Paraná como um ‘Brasil diferente’, irredutivelmente peculiar ao restante do país. Esse jovem era Wilson Martins. Nascido em 1921, e radicado na capital paranaense desde aquele ano de 1930, Martins consolidou uma carreira de crítico literário, lançando mão de categorias analíticas que então estavam sendo mobilizadas pelas nascentes ciências sociais no Brasil. Tal procedimento de análise foi utilizado na escrita do seu livro *Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*, publicado em 1955, pelo qual defendeu a ideia da existência de uma cultura sociológica meridional que se contrapunha nitidamente ao restante do país, em decorrência da imigração europeia, a qual acabou sobrepujando as tradições ibéricas.

O livro de Martins frutificou no contexto do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná e foi dedicado ao governador Munhoz da Rocha, compactuando de certa forma com a política oficial em referência a reforçar o Paraná como um estado europeizado. Na gestão de Bento, foram criadas algumas colônias de imigrantes europeus, fazendo uma espécie de revisitação ao passado provincial paranaense quando, na década de 1870, se criou um cinturão verde em torno da capital e outros núcleos nos Campos Gerais. Sem lembrar os fracassos da política imigratória paranaense apontados por Brasil Pinheiro Machado já nos anos 1930, dentre as primeiras leis elaboradas pelo legislativo da província do Paraná logo após se emancipar da condição de comarca da província de São Paulo mereceram destaque posterior – inclusive de Martins em sua obra *A invenção do Paraná* (1999), onde toma como mito fundador do Estado a elevação da quinta comarca à condição de Província do Paraná – as que

diziam respeito à política de colonização por imigrantes de origem europeia. Algumas das tardias colônias agrícolas estabelecidas pelo governo Munhoz da Rocha, na primeira metade da década de 1950, resultaram na expulsão de comunidades de remanescentes de escravos, como o processo que ocorreu com o atual território quilombola Paiol de Telha, no município de Guarapuava, intensificando o imaginário sobre o povo paranaense como peculiar, sem vestígios fortes de escravidão.

Se, para Pinheiro Machado, a colonização somente teria função se atuasse em um ambiente livre da tradição colonial, onde pudesse dinamizar as ações estagnadas justamente por causa dessa pesada presença do passado, a visão de Wilson Martins idealizou o passado recente regional. Apesar de ambas as considerações, tanto de Machado quanto de Martins, suporem a necessidade de sobrepujamento da tradição luso-brasileira – de todo nada original no cenário intelectual brasileiro –, para esse crítico literário a imigração, para tanto, foi interpretada como um movimento estabelecido sobre o “vazio”, uma vez que defendeu a suposta ausência da escravidão africana no Sul do Brasil.<sup>406</sup> E isso, a despeito de outros estudos que então estavam em pleno desenvolvimento na contramão da visão branca e europeia cristalizada por Wilson Martins a respeito da história paranaense.<sup>407</sup> Do passado ibérico não se constituía memória, para Martins, o que parecia uma posição desvinculada da linhagem onde a produção historiográfica de Pinheiro Machado se ancorou, e que considerava a tradição, apesar de esgotada e decadente, referência imprescindível à identidade nacional enquanto resultado do “caldeamento” das raças. A escrita da história regional ainda parecia em aberto.

### **3.3 A historiografia regional do Paraná no território acadêmico: o Departamento de História da UFPR**

---

<sup>406</sup> Cf. [http://ufpr.academia.edu/MarciodeOliveira/Papers/949627/O\\_BRASIL\\_DIFERENTE\\_D\\_E\\_WILSON\\_MARTINS](http://ufpr.academia.edu/MarciodeOliveira/Papers/949627/O_BRASIL_DIFERENTE_D_E_WILSON_MARTINS)

<sup>407</sup> Como: IANNI, O. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, s/d.

No inverno de 1971, Curitiba foi sede da 23ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade fundada em 1948. Após o II Simpósio da APUH, realizado no ano de 1962, esse evento científico do início da década de 1970 novamente reuniu historiadores do país todo para, na capital paranaense, atualizar o debate sobre o “estado da arte” da profissão. O núcleo regional da ANPUH organizou, para tanto, uma mesa-redonda com o tema “Estado atual da pesquisa histórica no Brasil”. Tendo como relatores professores representantes de diversas universidades brasileiras, os problemas apontados quanto aos obstáculos que se interpunham para se alcançar um eficaz desenvolvimento da pesquisa histórica brasileira eram, no entanto, compartilhados entre todos. Entre os embaraços levantados nos documentos finais dos relatores dessa mesa-redonda permeavam questões intrínsecas ao ofício dos historiadores no Brasil, principalmente as que envolviam as condições de trabalho, desde a baixa remuneração dos professores universitários até o estado caótico das coleções documentais, agravado pelas dificuldades próprias de um país ainda marcado pela ausência de uma lei nacional do patrimônio documental, a qual viria a ser promulgada somente vinte anos depois <sup>408</sup>.

Muitos dos relatórios que provocaram as discussões nessa mesa-redonda, no entanto, pontuaram questões historiográficas propriamente ditas. O apresentado pela professora Alice Canabrava, por exemplo, fixou as posições de dois importantes historiadores da era “pré-profissional”, Varnhagen e Capistrano de Abreu, integrando-os na genealogia da prática histórica em território nacional, distanciando-os, porém, do presente marcado pela especialização da produção do conhecimento historiográfico. Segundo o entendimento da professora da USP, Varnhagen se destacaria nas origens da pesquisa em território nacional muito por causa do seu pioneirismo no apuramento técnico quanto ao trato dos documentos e dos

---

<sup>408</sup> Lei n. 8.159, de 8/01/1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Com essa lei, o Brasil passou a contar com um Conselho Nacional de Arquivos, o CONARQ.

fatos; já Capistrano seria o elo entre as gerações do IHGB e das faculdades de filosofia, dando sentido a dois modos de historicidade.<sup>409</sup>

Por seu turno, o relator da UFPR, o professor Brasil Pinheiro Machado, se não propôs uma linhagem dos historiadores que pudessem marcar o passado dessa profissão, manteve outra ascendência, qual seja, a do programa de estudos da história regional assentado sobre os conceitos de “comunidade” e de “região”, o qual vinha desenvolvendo desde os anos 1930, mas que nesse momento das discussões foi justificado na condição de estratégia metodológica, operacional. Sob o título “A pesquisa histórica na Universidade Federal do Paraná”, no relatório o professor Brasil defendeu esse programa baseado na ideia de que a complexidade da história brasileira somente seria apreendida mediante o entendimento das formações regionais, uma vez que a constituição do país como nação jamais se deu de modo unitário.<sup>410</sup>

Há, todavia, uma intersecção em que essas problemáticas se cruzam, a da professora Canabrava com a de Pinheiro Machado, e esse ponto pode ser retrospectivamente visualizado na pequena lista de conclusões elaborada ao final desse evento científico de 1971. Foram três os itens elencados como essenciais para o futuro desenvolvimento da pesquisa histórica no país, sendo que o segundo deles estipulou um rumo comum e essencial para o progresso dessa área do conhecimento: “A História do Brasil deve constituir o centro das preocupações dos pesquisadores nacionais”. As propostas apresentadas nesses dois relatórios acima destacados estavam nesse bojo, mas faziam lembrar que a historiografia brasileira tinha sua própria história.

Essa clara sinalização posta no caminho a seguir por todos os historiadores profissionais brasileiros, inclusive aqueles em formação, ainda não permitia, justamente, uma caminhada linear em todo o percurso em direção à história geral do Brasil. Afora os percalços que a desorganização documental causava igualmente a todos os praticantes desse ofício, as

---

<sup>409</sup> WESTPHALEN, Cecília Maria; MEQUELUSSE, Jair. Estado atual da pesquisa histórica no Brasil. In. *Revista de História*, Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 88, 1971. Disponível na Internet via:

<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/088/A005N088.pdf>

<sup>410</sup> WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 362-363.

histórias regionais insistiam em se fazer prioritárias em algumas ocasiões, como uma etapa necessária ainda por ser vencida, uma fase estratégica, como pleiteava o professor Brasil, para se atingir o alvo final de uma história geral da sociedade brasileira cuja marca era a falta de homogeneidade. No entanto, se Capistrano de Abreu ganhara uma posição na história da historiografia brasileira, era para significar, entre outras questões, que já se passara o tempo em que os historiadores deviam se debruçar sobre a escrita de histórias regionais. Essa bandeira da história geral, aliás, havia sido levantada por Pedro Calmon durante o I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (SP), quando pregou a inversão da orientação de Capistrano. Entretanto, as questões em torno das histórias regionais ainda pendiam no cenário historiográfico, pelo menos no que tange ao do Paraná.

Mas, o que a história regional do Paraná ainda poderia fornecer aos seus estudiosos e ao povo paranaense, uma vez que era compreendida, pelo professor Brasil, como uma escrita por se fazer? A pergunta é pertinente, pois quando da realização dessa 23ª Reunião Anual da SBPC, a Gráfica Editora Paraná Cultural Ltda. (GRAFIPAR) acabara de publicar, em 1969, a coleção denominada *História do Paraná*, com quatro volumes, sendo o primeiro deles composto de textos escritos pelos historiadores e professores de Departamento de História da UFPR, os catedráticos Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen e a docente-livre de História da América, Altiva Pilatti Balhana. Apresentada por Bento Munhoz da Rocha Neto, o ex-governador afirmou que a coleção era, ao mesmo tempo, uma obra de ampliação e de divulgação da história local.<sup>411</sup> Nesse sentido, o perfil dessa edição parecia, finalmente, mais do que vencer o desafio de uma definitiva história regional, lograr a missão política que havia sido delegada ao IHGEPR no contexto do Primeiro Centenário, a de se escrever uma história que fizesse sentido para todos os paranaenses.

Isso fica mais claro ainda quando se observa o plano da obra do primeiro volume, que fora dedicado propriamente à formação histórica do

---

<sup>411</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da. Da necessidade de divulgação da história paranaense. In. BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. GRAFIPAR: Curitiba, 1969, p. 11. 1º volume.

estado, essa dividida em três blocos: Introdução, onde se apresentam dois paranás, o português e o espanhol; Paraná Tradicional, que corresponde ao período entre a organização da comunidade tradicional e a Revolução de 1930; e Paraná Moderno, da formação do Norte do estado à integração das comunidades paranaenses. Percebe-se, em primeiro lugar, o uso da classificação que Brasil Pinheiro Machado fez para o “Esboço”, de 1951, quando nomeou duas condições para a história regional, a tradicional e a moderna. Em segundo lugar, a predominância do conceito de “comunidade” para se explicar tanto a formação tradicional quanto a moderna. Desde o texto de 1951, passando pelo “Contribuição ao estudo da história agrária ao Paraná: Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais”, apresentado na 3ª sessão de estudos do II Simpósio da APUH, esse conceito permitiria identificar as individualidades de cada uma das comunidades regionais, para que finalmente fosse possível compreender a história do Brasil, até que essa formasse um conjunto ao qual todas as demais se subordinariam.

No entanto, na mesa-redonda de 1971, lá estava, no balanço feito pelo relator Brasil Pinheiro Machado a respeito da pesquisa histórica na UFPR, o pleno desenvolvimento da história regional do Paraná como “estratégia operacional” do Departamento de História (DEHIS). Nos comentários que se seguiram a apresentação do relatório do professor Brasil, Cecília Westphalen, ao procurar justificar os porquês da condução de trabalhos de pesquisa na área da história regional, introduziu um novo elemento nessa configuração historiográfica, a demografia. Não se questiona a centralidade que a história demográfica vai tomando, nesse momento, no direcionamento do ensino e da pesquisa no DEHIS, inclusive sendo reforçada com o início do curso de pós-graduação em História da UFPR, em 1972, cuja linha principal foi a da História Demográfica ao lado da História Econômica, ambas assentadas em fontes primárias seriadas, como listas nominativas e registros paroquiais, com o enfoque sobre a história regional. O que se destaca, nesse momento, é o início do isolamento do programa de história regional construído pela experiência intelectual e política de Pinheiro Machado e o despontamento da perspectiva estruturalista.



Imantada nos direcionamentos da pesquisa institucional do DEHIS, a partir do começo dos anos 1960, tendo como principal referência teórica a *Escola dos Annales*, então dirigida pelo historiador francês Fernand Braudel (1902 - 1985), a produção baseada nas séries quantitativas e na perspectiva da longa duração deram o tom. Um dos primeiros sinais dessa predominância, além da análise mais atenta da produção historiográfica do DEHIS desse período <sup>412</sup>, é a presença de citações de textos de autoria de historiadores dessa escola historiográfica francesa, como Marc Bloch (Lyon/França, 1886 – Saint-Didier-de-Formand/França, 1944) <sup>413</sup>, Braudel <sup>414</sup> e também de um dos discípulos deste último, o historiador Frédéric Mauro (Paris, 2001) <sup>415</sup>.

Apesar do investimento dos professores de História da UFPR continuar centrado na história regional, como a mesa-redonda ocorrida na 23ª Reunião Anual da SBPC demonstrou claramente, se pode afirmar que os conceitos que passaram a envolvê-la já não eram mais totalmente aqueles visualizados nos escritos de Brasil Pinheiro Machado. A região, do ponto de vista estruturalista, passou a ser apreendida não enquanto um processo social integrante e explicativo da história geral, mas como uma parte específica dotada de irredutibilidades e concretizada em séries estendidas

---

<sup>412</sup> Para isso, consultar: MARCHI, Euclides et al. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 1992, ago. 1993. MARCHI, Euclides. Relendo nossos mestres. *Ciências Humanas*, Curitiba, n. 4, 1995.

<sup>413</sup> Marc Léopold Benjamin Bloch, fundador da “Escola dos Annales” ao lado de Lucien Febvre, em 1929, é considerado um dos mais importantes medievalistas, renovando os estudos sobre o sistema feudal. Entre suas obras, o livro publicado em 1931, com o título “Les caracteres originaux de l’histoire rurale française”, foi citado no artigo apresentado pela professora Altiva Pilatti Balhana no II Simpósio dos Professores Universitários de História, em 1962. Para essa professora, o “método regressivo” (*histoire à rebours*) formulado por Marc Bloch oportunizava buscar entender “[...] o aparecimento de uma nova estrutura agrária nos Campos Gerais [...]”.

<sup>414</sup> Em sua tese de cátedra sobre a atuação de Carlos V de Habsburgo, preparada em meados do século XX, a professora Cecília Westphalen referencia o livro de autoria desse historiador francês, originalmente publicado em 1949, em uma versão mexicana, editada em 1953: BRAUDEL, Fernand. *El Mediterraneo y el mundo Mediterraneo en la época de Felipe II*. Fondo de Cultura Economica, México, 1953.

<sup>415</sup> Professor titular da primeira cátedra de História da América Latina na França a partir da defesa de tese sobre as relações entre Brasil, Portugal e o Atlântico no século XVII. Assim como Braudel, o espaço marítimo era o grande cenário das suas análises sobre os conflitos entre a Europa, a América e a África. A citação de seus trabalhos chegaram um pouco mais tarde em relação aos mais velhos, Bloch e Braudel, aqui se destacando a que se encontra no primeiro volume da coletânea “História do Paraná”, editada pela Grafipar, em 1969. Abrindo o item “Costa do pau brasil – costa do ouro e prata”, de autoria de Cecília Westphalen, o livro citado de Mauro, em francês, é o *L’expansion européenne*, editado pelas imprensas universitárias da França, em 1964.

no tempo e no espaço. A história quantitativa a respeito da mudança das estruturas agrárias dos Campos Gerais, compilada em dados sobre a demografia, a economia, sociedade e religiosidade da colônia Witmarsum, foi um marco dessa linha de pesquisa. Publicado no ano de 1968, mediante a contribuição de vários setores da UFPR, incluindo geólogos, geógrafos e economistas, além dos historiadores, o levantamento apresentou o perfil de uma “história total”.

História total, ou global, método apregoado ao longo da segunda geração dos *Annales* no sentido de se buscar fazer, por meio da abundância e sistematização de dados, a história do todo <sup>416</sup>, abarcando todos os aspectos essenciais de uma sociedade. Como esse todo estaria onipresente nas partes, compreender a colônia Witmarsum seria, por consequência, entender as mudanças estruturais nos Campos Gerais. Essas últimas, por sua vez, representariam transformações macro do sistema capitalista caracterizado pela integração nacional da década de 1960. No entanto, todas essas alterações apontariam em uma direção, a das flutuações da longa duração típica da história regional do Paraná, qual seja, a da colonização de imigrantes europeus e sua assimilação na sociedade local. Elaborar um quadro geral das especificidades da colônia Witmarsum significaria poder aplicar tais referências a outras comunidades dos Campos Gerais.

Já foi analisada, nesta tese, a centralidade do movimento colonizador na compreensão de Brasil Pinheiro Machado acerca da formação histórica paranaense. No trabalho coletivo publicado em 1968, o artigo de responsabilidade do professor Brasil, intitulado “Formação Histórica”, não traz dados quantitativos, nenhuma tabela e nem mesmo gráficos, em contraste com todos os demais, e ainda se assentava na problemática dos tipos de expansão, se voluntárias ou oficiais, para se entender os movimentos populacionais presentes na “região” e nas “comunidades” que se configuraram no estado do Paraná. Esse texto do professor Brasil talvez se aproxime mais do conteúdo do prefácio a essa obra coletiva dos docentes da UFPR, mais uma vez escrito pelo ex-governador Bento Munhoz

---

<sup>416</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 87.

da Rocha Neto, do que dos demais artigos científicos. Não se trata de disputas conflituosas a respeito dos conceitos, métodos e metodologias da produção historiográfica paranaense em território acadêmico, pois na Introdução escrita a quatro mãos, quando Brasil compartilhou tal tarefa com a professora Altiya, lá estavam acordados os rumos e os objetivos dessa pesquisa interdisciplinar sobre Witmarsum: “A unidade da obra foi assegurada por um plano geral bem amadurecido, e pelas diretrizes aceitas por todos os colaboradores.”

O que precisa ser iluminado é, mais uma vez, a dimensão política de uma escrita da história, e que vem sendo aqui defendida. Nesse prefácio mencionado, Bento Munhoz lembrou o estabelecimento dos menonitas no local em que se fundaria a colônia Witmarsum, acontecido quando da sua gestão como governador do estado; lembrou a natureza dessa iniciativa, enquanto

[...] uma iniciativa particular e espontânea que recebeu do Governo do Paraná, na época, o apoio normal dispensado em casos idênticos. O fato da espontaneidade da iniciativa, resultante, acredito, de um estudo razoavelmente profundo das condições locais, justamente em região onde se criou preconceito de impropriedade para a colonização, mostra que ao adiantamento da técnica está reservado um papel fundamental na recuperação das áreas de campos nativos, estacionárias ou progressivamente deterioradas por processos rotineiros.<sup>417</sup>

A memória do ex-governador retomou, de certo modo, a problemática da interpretação histórica de Brasil Pinheiro Machado sobre a formação dos Campos Gerais, essa como sendo o resultado do confronto entre dois tipos de movimentos, o espontâneo e o oficial. Nas conclusões do estudo de caso de Witmarsum levado adiante pela equipe de professores da UFPR, a presença do estado na época da vinda dos menonitas foi decisiva para que tal iniciativa de natureza particular se ajustasse aos termos políticos, enquanto uma experiência sem conflitos e que recuperasse, mais uma vez, a condição de Paraíso a qual Saint-Hilaire havia observado para a região campeira. Os estudos quantitativos realizados exaustivamente, no entanto, fizeram aparecer uma nova estrutura em substituição àquela tradicional, tornando esta última algo completamente diferente das comunidades

---

<sup>417</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da, 1968, p. III.

formadas oriundas de um núcleo principal, o qual mantinha poder sobre os demais que a partir dele se multiplicavam. O que se destaca nesse trabalho científico de 1968, portanto, em contraste com as visões dos intelectuais e homens públicos, Brasil e Bento, são mais as técnicas utilizadas pelos profissionais das diversas áreas do conhecimento, uma vez que elas então serviriam “[...] para criar um quadro de referências passível de aplicação às demais comunidades dos Campos Gerais.”<sup>418</sup>

O afastamento do viés político da prática historiográfica, essa cada vez mais apreendida como uma especialização acadêmica e científica com maior autonomia e controle técnico, marcou uma transformação no perfil do intelectual até aqui construído por meio da trajetória de Brasil Pinheiro Machado.

Essa mudança, no entanto, somente servirá de contraste, pois a parte II, a seguir, tem como objetivo acentuar o perfil que iria se transformar ao longo dos anos 1960; reforça ainda mais esse destaque mediante a análise da trajetória pública de Brasil Pinheiro Machado, se debruçando sobre os papéis nos quais atuou com esse duplo perfil de intelectual e agente público. E, da mesma forma que a parte I, que aqui se encerra, a composição e a sequência dos três capítulos finais privilegiaram não a cronologia dos cargos públicos que Pinheiro Machado assumiu, mas a proximidade dessas experiências do seu pensamento sobre a história. O objetivo primordial do relato dessas vivências em cargos por ele exercidos nos poderes executivo, legislativo e judicial é o de consolidar a dimensão política da sua obra central, o “Esboço” de 1951, pois é a esse texto que se recorre para identificar a produção historiográfica de Brasil Pinheiro Machado.

---

<sup>418</sup> MACHADO, B. P., 1968, p. 9

## PARTE II

### *REGIONALISMO E CENTRALISMO: experiências públicas de um intelectual nas fronteiras paranaenses.*

#### QUADRO DO CONTEXTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO DO PARANÁ 1935-1937

Partido	Fundação	Fundador	Situação	Líderes	Mudanças
Partido Liberal Paranaense <b>PLP</b>	1933	Roberto Glasser	Oposição de revolucionários dissidentes		
Partido Social Democrático <b>PSD</b>	1933	Manoel Ribas	Situação		
Partido Social Nacionalista <b>PSN</b>	1934	Plínio Tourinho	Oposição	Catão Mena Barreto	O fundador foi expulso do partido em 1936.
Partido Republicano Paranaense <b>PRP</b>	1933		Oposição		Em 1934, se transformou em União Republicana Paranaense (URP)
Partido Liberal <b>PL</b>	[1936]	Erasto Gaertner	Dissidência do PSD	Antonio Jorge Machado Lima	

## CAPÍTULO 4

### ***Os breves tempos na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e na Interventoria Federal no Paraná: 1932 e 1946***

Aceitei verdadeiramente contrariado o cargo que vou ocupar e somente depois de muito relutar. Além da interinidade, outra condição ainda apresentei, depois de vencido pelas instâncias do Sr. interventor Manoel Ribas e seus secretários: a da brevidade. Vê, portanto, que sendo transitória a minha passagem pela Prefeitura, nenhum plano de ação poderei esboçar. Os casos de certa relevância que forem surgindo eu os submeterei à apreciação e decisão do Sr. interventor do Estado.<sup>419</sup>

#### **4.1 O Prefeito, a cidade e o país**

No processo que vai da modernização da prática intelectual no Império – quando foram criadas as “agências intelectuais” como espaços de profissionalização das artes liberais, porém vinculadas à tradição e sob o controle político imperial – à organização republicana – quando se opera relação de natureza diversa entre Estado e sociedade –, Maria Alice Rezende de Carvalho aponta um movimento em direção à autonomia profissional, com autorregulações e demais instrumentos de afirmação de atividades ditas tradicionais, como as de médico, advogado e engenheiro. Por outro lado, lembra a autora, a vinculação mais direta entre Estado e intelectual, gerada no Império, continuou República adentro incorporada em algumas atuações, como a dos sanitaristas e a dos engenheiros; ainda, a Primeira República abrigou o que ela chama de publicistas, isto é, os primeiros intérpretes do Brasil, ainda com vínculos típicos do período imperial, pois articulados a uma dimensão pública da atividade profissional. Ela considera publicistas Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, pois ambos observaram a perda da centralização nacional como algo negativo, uma vez que o Estado, segundo aquele último intelectual, “[...] contivera o particularismo das classes senhoriais [...]”<sup>420</sup>. A estratégia, para intelectuais dessa natureza, era contribuir para a recondução do Estado rumo ao

---

<sup>419</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 08/08/1932, n. 5.898.

<sup>420</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de, 2007, p. 21.

centralismo, em um movimento em direção à modernização do país.

Como um novo estrato social de natureza corporativa, cuja especialidade mais marcante era a prestação de serviço à modernização do país, os intelectuais engajados em papéis públicos foram se descolando das estratégias tradicionais de participação política típicas da “velha ordem” e se tornando agentes de novos modos de articular o pensamento e a ação.

Antes mesmo de assumir a função de professor de História do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, em janeiro de 1939, Brasil Pinheiro Machado atuou em algumas outras esferas, notadamente as de participação político-partidária, nas quais pôde exercitar o pensamento sobre a formação nacional na perspectiva do dinâmico jogo entre o regionalismo e a centralização. E o momento em que ele se viu à frente da prefeitura de Ponta Grossa, entre agosto de 1932 e janeiro de 1933, revela a complexidade dessa mudança das formas de organização intelectual, quando o país buscava se delinear enquanto um Estado centralizador e não totalmente dependente em relação aos poderes locais.

Brasil Pinheiro Machado foi nomeado para o comando interino do executivo municipal de Ponta Grossa no dia 3 de agosto de 1932. Poucos dias depois, lançou um decreto que prorrogou o prazo para a apresentação de propostas destinadas ao fornecimento de energia elétrica para a cidade. O edital correspondente à determinação havia sido publicado no mês anterior, na gestão do seu antecessor, o engenheiro Othon Mader (1895-?)<sup>421</sup> e, dessa maneira, o tempo hábil para completar o processo administrativo estava prestes a se esgotar. Todavia, em decorrência da “[...] anormalidade da situação porque atravessa o país [...]”,<sup>422</sup> o prefeito em exercício decidiu pela extensão do prazo inicialmente estipulado para a tomada das propostas dos concorrentes, visando ao provimento do serviço urbano em questão.<sup>423</sup>

---

<sup>421</sup> Filho de Nicolau Mader (proprietário de engenhos de mate) e Francisca da Costa Mader, Othon Mader nasceu em Paranaguá. Engenheiro, além de prefeito de Ponta Grossa, foi senador da República, de 1950 a 1959, e deputado federal entre esse último ano e 1963. Ao longo da carreira pública, atuou como inspetor de terras, diretor do Departamento de Terras e Colonização e secretário de estado do Paraná das pastas da Fazenda, Agricultura e Viação. Dados disponíveis na Internet via [http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=2167&li=38&lcab=1937-1946&lf=38](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2167&li=38&lcab=1937-1946&lf=38)

<sup>422</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 19/08/1932, n. 5.909. Trata-se do Decreto n. 129, de 19/08/1932.

<sup>423</sup> Sobre o surgimento e o fornecimento da energia elétrica em Ponta Grossa, ver: SILVA, E.

Entre esse agosto e o mês de outubro subsequente, o andamento dos atos administrativos do município pontagrossense foi atropelado pelas notícias sobre o movimento armado que havia eclodido em São Paulo, em julho daquele mesmo ano. A tensa situação acabou prorrogando não somente alguns procedimentos do executivo municipal, mas causou um efeito inesperado na carreira profissional do então jovem Brasil Pinheiro Machado. Quando assumiu o cargo de prefeito, o núcleo da cidade ainda era rodeado por chácaras, mas desde a década de 1920, conforme os números levantados nos Censos por Carmencita de Holleben Mello Ditzel, Ponta Grossa “[...] já possuía 20.171 habitantes e um dos maiores índices de concentração populacional fixada no meio urbano do Estado, estimado em 40,8%”.<sup>424</sup> O município, localizado na região dos Campos Gerais, surgiu como um bairro de Castro – uma das vilas mais antigas do chamado Paraná Tradicional –, se tornando freguesia em 1823 e vila em 1855. Esse crescimento demográfico urbano de Ponta Grossa do início do século XX certamente fez aumentar a demanda por serviços de responsabilidade do poder executivo municipal. Afora o fornecimento de energia elétrica, quando da gestão de Machado à frente da Prefeitura, outras reivindicações estavam na pauta daquela população agora na casa dos 30 mil habitantes,<sup>425</sup> como o calçamento de ruas, o abastecimento de água e serviços de esgoto, a construção de um mercado público e de um matadouro. Tais serviços, além de índices do processo de urbanização pontagrossense, representaram uma mudança no paradigma econômico da cidade, com a industrialização e o comércio sobrepujando a força das atividades campeiras tradicionais.

Apesar das muitas ações municipais a ser realizadas, no dia da posse de Brasil Pinheiro Machado como prefeito, as poucas palavras por ele pronunciadas tiveram o sentido de enfatizar aos presentes que aquela seria uma breve experiência política. “O Dr. Brasil Pinheiro Machado respondeu em breves palavras, agradecendo aos manifestantes e dizendo que apesar de ser muito breve a sua passagem pela Prefeitura, tudo faria para

---

A. *Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa; 1904-1973*. Dissertação de Mestrado em História UFPR, 1993.

<sup>424</sup> DITZEL, C. H. M., 2007, p. 49.

<sup>425</sup> DITZEL, C. H. M., 2007, p. 59.



corresponder aos anseios da população pontagrossense.”<sup>426</sup>

Segundo notícias veiculadas dois meses depois no *Diário dos Campos*, Pinheiro Machado havia aceitado interinamente o cargo desde que tal exercício se encerrasse o mais cedo possível, ainda no final daquele mesmo agosto, perfazendo poucas semanas na função para a qual fora nomeado pelo interventor federal no Paraná, Manoel Ribas. Se aquele planejava uma rápida passagem à frente da Prefeitura de Ponta Grossa, os acontecimentos de 1932 fizeram com que esta autoridade máxima estadual não aceitasse a saída do jovem Brasil, pedindo para que aguardasse até o desfecho da Revolução Constitucionalista.<sup>427</sup> Certamente, a posição política assumida por Brasil Pinheiro Machado ao aceitar o cargo municipal era a de alinhamento ao governo estadual revolucionário, que por sua vez, representava as aspirações do Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Nascido em Ponta Grossa, Manoel Ribas teve grande parte da sua carreira política feita no Rio Grande do Sul, desde o final do século XIX – primeiro como administrador de uma cooperativa ferroviária em Santa Maria, depois, como prefeito dessa mesma cidade, no final da década de 1920, quando Getúlio Vargas apresentava-se como candidato ao governo daquele estado.

A grande influência da doutrina positivista na construção do universo político rio-grandense, que uniu práticas republicanas e trabalhistas como importantes experiências nas quais se inseriu Ribas antes de assumir o governo do Paraná, pode auxiliar na justificativa da sua escolha, por parte de Getúlio Vargas, como interventor federal nesse último estado. A atuação do pontagrossense na cooperativa ferroviária de Santa Maria se localizou, justamente, no tratamento dado pelo poder público sulista ao mundo do trabalho, marcado pelas tentativas de incorporação do proletariado como parte integrante do corpo social mediante o controle das reivindicações trabalhistas. Isso foi posto em prática pelos governantes de Santa Maria, com o aval do executivo estadual, ao longo das diversas greves dos

---

<sup>426</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 09/08/1932, n. 5.899.

(O pronomes de tratamento “doutor” se dá em decorrência da sua formação em Direito. Sua formação jurídica será abordada no quinto capítulo da presente tese, quando se analisar a sua atuação como procurador-geral da Justiça do Estado do Paraná durante o Estado Novo.)

<sup>427</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 13/10/1932, n. 5.949.

operários da ferrovia nas décadas de 1910, 1920 e 1930. Uma das estratégias de controle desses operários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul foi a criação da cooperativa, a qual Manoel Ribas administrou no final dos anos 1920.

*“O caso dos ferroviários é exemplar nesse sentido. [...] a fundação da Viação Férrea em 1905, ocorre dentro do período de governo republicano, que advogava claramente em favor do positivismo. Com a encampação por parte do Estado, em 1920, a presença dos preceitos comtianos na regulamentação da empresa e na disciplinarização do trabalho, [...] aparece com força ainda maior.”<sup>428</sup>*

Por essa vivência pública no Sul, o pontagrossense Ribas era conhecido da rede política de Vargas e, a convite deste, substituiu o general Mário Alves Pereira Tourinho (1871-1964) na interventoria do Paraná, tomando posse em 30 de janeiro de 1932.

Mário Tourinho, de origem militar, porém reformado desde 1928, assumiu provisoriamente o governo do estado em outubro do ano revolucionário. Em novembro, tornou-se o primeiro interventor federal do Paraná no pós-30, renunciando ao cargo em dezembro de 1931.<sup>429</sup> Seu irmão, o coronel Plínio Tourinho (1822-1950), era a liderança da Aliança Liberal no Paraná nos acontecimentos de outubro de 1930, tendo sido nomeado, ao lado de Osvaldo Aranha, João de Mendonça Lima, Juarez Távora e Alcides Etchegoyen, um dos delegados militares revolucionários responsáveis pela “[...] perfeita manutenção da obra da Revolução de 3/10/1930[...]”<sup>430</sup>. Ao que tudo indica, foi por intermédio do coronel Plínio que Mário Tourinho se tornou interventor; sua desistência, seguida pela entrada de Manoel Ribas no cargo, podem representar, no contexto local, um movimento de sobrepujamento da corrente tenentista pelos grupos

---

<sup>428</sup> JOBIM, André Vinicius Mossate. *Resistência ferroviária: a greve de 1936 em Santa Maria*. Universidade Federal de Santa Maria: Centro de Ciências Sociais e Humanas, 2008. (Trabalho de conclusão de graduação). O autor cita, sobre as tentativas de disciplinarização dos trabalhadores da VFRGS, a seguinte obra: HILLIG, Silvana Grunewaldt. *Entre trilhos e sob rodas: racionalização, disciplinarização e resistências - Rio Grande do Sul (1920-1949)*. Tese de doutoramento em História PUC, São Paulo, 2005. Sobre o trabalhismo, ver: GOMES, A. M. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

<sup>429</sup>Dados disponíveis na Internet via

<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=48>.

<sup>430</sup>*Arquivo Nacional do Brasil, Fundo Góes Monteiro*. Rio de Janeiro. Notação: SA 764/Série Dossiê/Subsérie Pacto e Acordos Revolucionários, s/d.

remanescentes do “antigo regime”.

No final da década de 1970, estudos realizados por brasilianistas sobre o modo como o federalismo brasileiro havia se manifestado em três estados do país, entre o período republicano (1889) e o Estado Novo (1937), promoveram um exame das estruturas sociais e políticas de três regiões: Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. A partir de uma abordagem comparativa do ponto de vista regional, esses estudos criaram um quadro de semelhanças e diferenças entre as elites políticas dessas três unidades federativas.<sup>431</sup> Entendido enquanto comportamento político, o regionalismo não foi ali visto através das peculiaridades regionais “[...] *per se* (folclore, traje típico, maneiras locais de falar etc.), mas naqueles fatores que podem afetar, provavelmente, as relações políticas, econômicas e sociais com as outras regiões e com a unidade maior de governo, no caso, a União.”<sup>432</sup> Se enquadrarmos Ponta Grossa como uma região geograficamente delimitada e com estruturas políticas e sociais definidas nesse momento específico de 1932, tais conexões somente ganham sentido se vistas em articulação com o governo estadual, sediado na capital, a cidade de Curitiba, e com o governo central, naquele momento provisório, bem como com as demais unidades da federação, destacando-se o estado de São Paulo.<sup>433</sup>

Na construção identitária do regionalismo paranaense, o paulista quase sempre foi uma referência obrigatória, mesmo que ambígua.<sup>434</sup> Dois antes da eclosão da Revolução Constitucionalista, quando publicou o seu artigo na

---

<sup>431</sup> “O papel de São Paulo, localizado no Centro-Sul, e beneficiário maior do crescimento gerado pela exportação, é examinado por Joseph L. Love. Minas Gerais, Estado politicamente poderoso, e situado numa posição intermediária entre os Estados do sul e o Nordeste empobrecido, é analisado por John D. Wirth. Pernambuco, o mais importante Estado do Nordeste, é tratado por Robert M. Levine como um caso típico de decadência política e econômica.” LEVINE, R. M.; LOVE, J. L.; WIRTH, J. D. Introdução. In: LEVINE, R. M. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.19. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 45.)

<sup>432</sup> LEVINE, R. M., 1980, p. 23.

<sup>433</sup> Do início e até meados do século XIX houve subordinação político-administrativa da quinta comarca de Paranaguá e Curitiba, com sede nesta última localidade, à capitania e depois província paulista, quando em 1853 o Paraná se tornou uma unidade emancipada, compondo a 10ª e uma das mais recentes províncias do Império.

<sup>434</sup> Essa relação complexa será explorada em outros momentos na tese em desenvolvimento, como por exemplos: na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, que buscou se organizar, quando da sua criação, em 1938, exatamente aos moldes das instituições paulistas congêneres; na formação da identidade paranaense, principalmente nas décadas de 1920 e 1950, mediante a apropriação da figura do bandeirante paulista como símbolo comum.

revista católica *A Ordem*, no qual elencou vários regionalismos “fortes” em comparação com o Paraná que, segundo ele, permanecia um estado “fraco”, sem traço marcante, Pinheiro Machado deixou entrever que havia uma necessidade geral, na verdade, em se estabelecer um equilíbrio nacional. O Paraná era um exemplo que poderia servir, nesse sentido, de alerta aos construtores da nação que se queria moderna. A questão do desequilíbrio nacional, mote desse artigo de Brasil Pinheiro Machado, devia-se, segundo sua argumentação, à existência de unidades federativas muito desiguais entre si quanto à força das suas respectivas identidades históricas e geográficas. E, apesar dessa desarticulação, havia uma unidade, por isso mesmo difícil de ser explicada de acordo com uma perspectiva sintética. “É a impossibilidade do panorama, como apanhado total e sintético, como a impossibilidade do isolamento, sem incursões compridas pelos longos roteiros emaranhadamente traçados pela história oficial e pela gente anônima.”<sup>435</sup>

Em fevereiro de 1930, portanto antes da ascensão de Getúlio Vargas à presidência do país, havia uma história geral brasileira por ser escrita e vivida. Viu-se, na primeira parte desta tese, que, historiograficamente, a partir dos textos de Pinheiro Machado publicados na UFPR nos anos de 1960, essa missão nacional se estendera, pois recolocou em questão os modelos explicativos existentes à luz dos estudos críticos das histórias regionais. Se, por um lado, a produção do conhecimento mantinha esse movimento constante de diálogo entre o nacional e o regional, pelo viés político, com a instalação de Vargas no poder, o equilíbrio entre as unidades federativas se daria em um jogo de distanciamento e proximidade entre o Estado e os governos estaduais.

A eclosão do movimento armado de 1932 trouxe ao cenário nacional outra possibilidade de harmonia, que seria lograda de acordo com caracteres de natureza diversa, definindo-se o regionalismo pelo comportamento político e pelo posicionamento respectivo de uma determinada região no quadro de forte tendência centralizadora da União. A posição pública do prefeito Brasil Pinheiro Machado, colocando-se ao lado

---

<sup>435</sup> MACHADO, B. P., 1930, p. 132.

do Governo Provisório por intermédio do interventor federal no Paraná, Manoel Ribas, aponta a possibilidade do momento no que tange à construção de um regionalismo político que pudesse encaminhar o estado paranaense a uma situação mais fortalecida, pois que ancorada no poder central como fonte de prestígio perante as demais unidades da federação, e não na dependência da força da sua identidade histórico-geográfica, já que, na ocasião, “[...] o Paraná é um esboço a se iniciar.”<sup>436</sup> Nesse contexto, o regionalismo, em sua manifestação política, permitiu que os aspectos históricos e geográficos da identidade paranaense fossem postos em segundo plano, ou melhor, ficassem em suspense; sempre presentes, no entanto, no discurso historiográfico, o que em algumas ocasiões coincidiu com o universo político, como no caso do Primeiro Centenário, no início da década de 1950. Isso não foi por acaso, uma vez que os mesmos que atuavam na dimensão intelectual do pensamento social sobre o regionalismo estavam na arena política naquela ocasião cívica. Para a trajetória que aqui se persegue, tal entrelaçamento é, na verdade, fundador dessa vivência em particular.

J. P. Woodward explora a relação entre centralização e regionalismo em um artigo publicado em 2004, no qual analisa a ligação entre esse último fenômeno político e a questão partidária ainda nos anos 1920, dando brilho local ao nacionalismo que vinha sendo construído desde então. A rebeldia paulista de 1932 expôs nacionalmente uma identidade regionalista defendida por grupos políticos desde a década anterior; eram os “bandeirantes” em prol de um nacionalismo dirigido a partir de uma região específica, ancorando essa posição peculiar em uma próspera economia industrializada.<sup>437</sup>

Uma forma para compreender a mudança de ênfase na questão dos regionalismos, do âmbito econômico ao político, pode ser tentada utilizando-se do próprio episódio da Revolução Constitucionalista. Naqueles conturbados meses de julho a setembro de 1932, a possível perda da

---

<sup>436</sup> MACHADO, B. P., 1930, p. 132.

<sup>437</sup> WOODARD, James P. Regionalismo paulista e política partidária nos anos vinte. In. *Revista de História*, São Paulo, n. 150, jul. 2004. [online]. Disponível na Internet via [http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S003483092004000100003&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S003483092004000100003&script=sci_arttext).

centralização com a crise oligárquica e a virtualidade da fragmentação política da sociedade brasileira eram, de fato, as principais ameaças que então comportava o conflito coordenado pelos paulistas contrários ao Governo Provisório de Getúlio Vargas. Aqui, novamente, se trata de observar o conceito de regionalismo enquanto comportamento político complexo e ambíguo, uma vez que possui, ao mesmo tempo, aspectos negativos e positivos. Assim, se para o governo central, o regionalismo paulista portou sinal negativo, interpretando a Constitucionalista como uma contrarrevolução, para a população de Ponta Grossa a escolha de um prefeito local e alinhado à política federal representou algo positivo. Tal alinhamento político entre prefeitura pontagrossense, interventoria federal de Manoel Ribas e Governo Provisório de Getúlio Vargas poderia funcionar como uma forma de superar desequilíbrios regionais configurados em decorrência dos diferentes pesos econômicos de cada unidade federativa. O caso paulista, à época, deu o tom a essa desigualdade, pois desde o final do século XIX o estado de São Paulo e sua oligarquia visavam “[...] plasmar a identidade nacional a sua feição.”<sup>438</sup>

A ênfase em valores regionais por unidades mais enfraquecidas do ponto de vista econômico ancorou-se cada vez com mais vínculo à política centralista. Mesmo o caso paulista, após o término do conflito de 1932 e da intervenção do Governo Provisório nos negócios do estado de São Paulo, teve uma porção da “[...] sua intelectualidade [...] desautorizada em suas formulações, nomeadamente, aquela responsável por escrever a sua história original.”<sup>439</sup> Parte desses intelectuais “regionais” adentraram a estrutura governamental varguista e passaram a atuar na interface do exercício intelectual com a vida pública, como observou Maria Alice Rezende de Carvalho; outros autores observaram o aprofundamento desse cruzamento, como Alcir Lenharo, que se debruçou sobre a análise da burocratização da intelectualidade na figura dos chamados funcionários-escritores ou escritórios-funcionários.<sup>440</sup>

---

<sup>438</sup> SANTOS, Marco Antonio Cabral dos; MOTA, André. *São Paulo 1932: memória, mito e identidade*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 47.

<sup>439</sup> SANTOS, Marco Antonio Cabral dos; MOTA, André, 2010, p. 83.

<sup>440</sup> SANTOS, Marco Antonio Cabral dos; MOTA, André, 2010, p. 84. (A partir de: LENHARO, Alcir. *Corpo e alma: mutações sombrias do poder no Brasil dos anos 30 e 40*. Tese de

Havia, portanto, efeitos diversos nessa disposição de fidelidades entre a União e suas entidades federativas: apagado na composição política federal, o Paraná ganhava forças com essa aproximação subserviente ao centro, tornando compatíveis o regionalismo e a centralização. A reação/acomodação ao Governo Provisório fora também experiência complexa para as demais unidades da federação e, do mesmo modo, alguns outros estados, além do Paraná, certamente viram decrescer a influência tenentista nos rumos políticos locais à medida que o governo centralizador avançava de modo mais estruturado. Partindo da posição de que a Revolução de 1930 “[...] estava destinada ao fracasso [...]” e com o objetivo de investigar o caso da Bahia, o brasilianista Eul-Soo Pang apontou a delicada movimentação política nesse início de governo revolucionário

Como as divergências políticas, sociais e ideológicas nos quadros revolucionários e entre seus seguidores acentuaram-se nos primeiros dois anos, a elaboração de um programa coerente estava condenada ao fracasso. Os tenentes brigavam entre si. Juarez Távora [...] renunciou à Delegacia Militar em dezembro de 1931 [...]. Herculino Cascardo, oficial da Marinha e interventor no Rio Grande do Norte, abandonou o cargo, frustrado, vítima da oposição política, no início de 1932. [...] No Ceará, o interventor Carneiro de Mendonça renunciou, fracassando em impedir a volta da “velha política”, e em outros lugares os conflitos políticos locais resultaram frequentemente na renúncia ou da demissão as elites revolucionárias do governo do estado [...].<sup>441</sup>

A luta tenentista em prol da centralização do Estado e da superação de práticas políticas associadas ao federalismo republicano adentrou o cenário de instabilidade política do Governo Provisório, porém se expressou no aprofundamento da divergência entre a elite revolucionária e as oligarquias. Na trajetória política de Brasil Pinheiro Machado, inaugurada com o exercício da função de prefeito municipal de Ponta Grossa, ficarão mais explícitos os mecanismos de sobrepujamento do tenentismo local, cujo marco inicial pode ser fincado com a saída do interventor Mário Tourinho e a ascensão de Manoel Ribas. Naquela cidade, ao longo do processo de constitucionalização, contando desde a revisão da legislação eleitoral que se desenvolveu a partir de 1931, se nota mais ainda o deslocamento dos

---

Doutoramento em História USP, São Paulo, 1985.)

<sup>441</sup> PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1943: a Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. pp. 218-9. (Coleção Retratos do Brasil, 128).

grupos tenentistas e a tendência de retomada de posições políticas de chefes locais em diálogo com o governo central, seja na composição de alianças político-partidárias ou na assunção de cargos públicos estratégicos, pois esse mesmo contexto de desorganização manteve acesos os conflitos regionais. Agora, porém, “[...] não é mais o governo que acaba se acomodando com estes, mas são estes que, muitas vezes, se veem coagidos a compor com o governo, o qual mostra ter assim adquirido consistência.”<sup>442</sup> Essa hipótese elaborada por Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>443</sup> no final da década de 1960, na verdade, se refere diretamente à figura dos coronéis, mas aqui nesta tese está sendo utilizada de forma mais ampla – e tal adaptação permitida e inspirada em uma bibliografia mais recente<sup>444</sup> – para reportar-se à apropriação do localismo pelo governo centralizador, inclusive de regiões que não se enquadrariam no caráter estritamente rural considerado por essa socióloga.

Essa posição mais contemporânea da historiografia brasileira sobre a relação entre poder local e governo central parece ter sido percebida, enquanto memória, pelo próprio Pinheiro Machado. Em 1989, quando gravou um depoimento para o projeto “Sobre a política paranaense”, realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o ex-prefeito afirmou que a força centrípeta do poder central foi tamanha nos anos 1930 que o interventor Manoel Ribas não foi prejudicado pela falta de alianças com a política local e governou um longo período, desse último ano até 1945, de acordo o dirigismo nacional.<sup>445</sup>

No entanto, a experiência de Brasil Pinheiro Machado como prefeito municipal deixa escapar algo mais do que o resultado de uma dependência política, pois demonstra a continuidade das raízes locais, perpassando a instabilidade política dos primeiros anos pós-1930 e influenciando na montagem dos quadros municipais no contexto de fortalecimento do Estado:

---

<sup>442</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na política brasileira: da Colônia à Primeira República*. Ensaio de Sociologia Política. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969. pp. 5-6.

<sup>443</sup> Sobre a trajetória intelectual dessa pensadora, ver: VILLAS BOAS, Gláucia. A Tradição renovada na obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz. In: SCHWARCZ, Lília; BOTELHO, André (organizadores), 2009, p. 282-295.

<sup>444</sup> MONTEIRO, H. de M., 1990, p. 230

<sup>445</sup> Mencionado em: MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001. p. 48. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios).



o fato de Ponta Grossa ser a sua cidade natal. Essa circunstância local demonstra algo um pouco mais amplo, que é justamente a utilização de instrumentos de que se vinha lançando mão, desde o final do Império, para a construção de identidades regionais e, nesse momento, foram voltados para o fortalecimento político das lideranças locais em outros patamares de organização institucional, de cima para baixo.

Utilizando a seu favor a origem do novo prefeito, o jornal *Diário dos Campos* referia-se ao posicionamento da população daquela cidade quanto a isso, informando que os pontagrossenses não gostariam que o conterrâneo Brasil Pinheiro Machado deixasse a função de prefeito, não importando nessa aspiração coletiva o fato de ter se encerrado o acordo entre esse prefeito e o interventor federal mediante o término da “revolução bandeirante.”<sup>446</sup> Desde a posse, pairou no ar um contraste entre a brevidade anunciada pelo prefeito interino e a expectativa dos pontagrossenses quanto ao desempenho dessa autoridade frente à função. No noticiário do *Diário dos Campos*, pode-se perceber um sutil desejo de transformação, em parte realizado com a escolha do jovem Brasil para assumir a Prefeitura. Ao invés do simples viés político a unir o chefe municipal à autoridade estadual, o texto jornalístico revelou o anseio de que a isso fosse sobreposto, além da naturalidade pontagrossense, o caráter imparcial do interesse geral em prol da cidade.

Feliz, muito feliz foi a escolha do Sr. Manoel Ribas, designando para gerir os destinos de nossa terra a esse jovem inteligente e culto que é Brasil Pinheiro Machado.

Quando há dias escrevíamos um tópico a propósito de como deveria ser escolhido o prefeito para esta terra, reclamávamos, apenas, que o eleito estivesse à altura do progresso e cultura de Ponta Grossa e que não se insistisse em prosseguir na velha praxe dos costumes pré-república nova, de se entregar os postos administrativos, quase que só, a pessoas ineptas e ligadas a facções políticas.

Parece-nos, pois, que uma nova orientação vai se tomando na escolha dos gestores municipais, mais sábia e mais acertada.<sup>447</sup>

#### A imagem de culto projetada na figura do jovem Brasil Pinheiro

---

<sup>446</sup> É bastante interessante notar a nomenclatura utilizada em alguns momentos pela imprensa pontagrossense, pois o termo “bandeirante”, nesse momento, era claramente ambíguo àqueles que se dedicavam a pensar sobre a construção da identidade paranaense, ora representando uma ameaça política à harmonia nacional, e em outras ocasiões sendo recuperado como traço positivo do caráter do paulista supostamente herdado pelos paranaenses.

<sup>447</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 04/08/1932, n. 5.895.

Machado parecia se conciliar bem com a necessidade da ultrapassagem de costumes políticos tomados como signos da época “pré-república nova”. Segundo essa perspectiva, a inteligência deveria sobrepujar a inépcia daqueles cuja única vantagem, até então, era o simples fato de pertencer à facção política que se encontrava na vez de distribuir as cartas do jogo. Aliado à sua “juventude e inteligência”, os pontagrossenses, na interpretação do diretor do *Diário dos Campos*, gostariam de provar o sentimento de pertencimento de Pinheiro Machado a Ponta Grossa, mesmo que isso representasse um sacrifício para o prefeito interino.

O laço de nascimento a essa cidade era algo que, no momento de grande instabilidade do Governo Provisório, parecia transmitir confiança e segurança aos cidadãos pelo fato de seu governante ser portador da naturalidade pontagrossense. Ainda quando da cogitação em torno do nome de Manoel Ribas como sucessor de Mário Tourinho na interventoria federal no Paraná, o periódico princesino<sup>448</sup> unia a essa especulação, justamente, a naturalidade pontagrossense de Ribas como fator positivo a influenciar na escolha do novo prefeito. Desse modo, fazia parte da expectativa estampada nas páginas do *Diário dos Campos* nas edições de janeiro de 1932, quando ainda não havia sido oficializada a confirmação do nome de Manoel Ribas, tanto a fidelidade às raízes locais do virtual interventor, bem como sua visão de administrador afastada da “[...] politiquice ambiciosa [...]”. Segundo o jornal, um dos critérios desse novo método de condução da política municipal seria entregá-la a alguém “[...] que tenha demonstrado em toda a sua vida pública e particular a realização da exigência e sabedoria que reza: ‘não pode cuidar da fortuna pública quem não souber cuidar de sua própria’”.

449

Nesse momento, o nome de Brasil Pinheiro Machado ainda não aparecera nas páginas daquele periódico que pudessem associá-lo ao cargo à frente da Prefeitura. A confirmação de Ribas no poder do estado e sua posse, na verdade, não foram acompanhadas de um anúncio imediato sobre a prefeitura do seu município natal, e ainda eram exploradas as variadas

---

<sup>448</sup> Termo referente à denominação de Ponta Grossa como “Princesa dos Campos”, em decorrência da localização da mesma nos Campos Gerais, sendo então a mais importante cidade dessa região do Paraná em termos econômicos e populacionais.

<sup>449</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 13/01/1932, n. 5.712.

possibilidades; as escolhas, a princípio, giravam em torno de dois nomes: do prefeito que se encontrava vigente no cargo, e do ex-prefeito Victor Antonio Baptista (1880-1950), que governou a cidade entre 1924 e 1928.

Nomeado por Caetano Munhoz da Rocha, as ações promovidas durante a gestão do “coronel” Baptista eram ainda bem presentes no cotidiano de Ponta Grossa. Ao lado da inauguração do Ginásio Regente Feijó, símbolo da modernidade local, a gestão de Baptista havia, por outro, deixado uma herança administrativa preocupante, o que resultou na abertura de um processo de sindicância, o qual estava em andamento no pós-1930. Apesar da sua naturalidade pontagrossense, o passado político recente do “coronel” Baptista desabonou seu retorno ao cargo, pois vinha a colidir com aqueles critérios de “caráter e capacidade” almejados na figura do novo prefeito e pleiteados nas páginas do *Diário dos Campos*. A ameaça provocada por essa possível volta causou constrangimento e, certamente, decepção aos proprietários daquele jornal; provavelmente, também, a vários leitores do periódico princesino, que no dia primeiro de março estampou na sua edição nº 5.751 a seguinte questão: “Quererá o Sr. Interventor infelicitar sua terra natal?”

Como uma nuvem que denuncia uma tempestade de descalabros, passa pela cidade um boato [ominoso]: o Sr. Manoel Ribas, em quem todos confiamos, aquele mesmo que dissera que governaria seu Estado sem política, sem atender sentimentos de amizades ou laços de sanguinidade, pretende, a toda a força, nomear prefeito de Ponta Grossa ao Sr. Victor Antonio Baptista, seu íntimo amigo e pessoa que já administrou o nosso município, ficando célebre pelos dismantelos que praticou durante quatro anos. [...] Estamos seguramente informados que o comércio de Ponta Grossa cerrará por oito dias suas portas, em sinal de protesto, caso se verifique a nomeação do Sr. Victor Baptista. E isto significará que Ponta Grossa terá cerrado as suas portas afetivas a um filho que, por inane e déspota, não trepidou em humilhá-la com os grilhões da desventura.<sup>450</sup>

Segundo o que indica o conteúdo do *Diário dos Campos* sobre o futuro

---

<sup>450</sup>*Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 01/03/1932, n. 5.751.

Nesse ponto, é importante observar que o fenômeno de retomada de posições políticas por parte de grupos ativos durante a Primeira República é bem mais amplo e, portanto, não envolveu somente a história política de unidades federativas que, naquele período, eram as “locomotivas” do país. Inserido tal fenômeno no processo de constitucionalização, isso se alarga mais ainda em decorrência da participação dos remanescentes republicanos no jogo eleitoral através da inflação de siglas partidárias regionais, bem como em cargos nomeados. Do mesmo modo se deu, nos estados mais fracos, a exclusão de grupos e lideranças dominantes do período anterior.

próximo da política local, outro “coronel”, Ernesto Guimarães Vilela <sup>451</sup>, se encontrava no exercício do cargo de prefeito de Ponta Grossa enquanto não se anunciava a pessoa indicada diretamente por Manoel Ribas. Vilela também já havia sido prefeito da cidade, entre 1896 e 1908, e nesse momento pós-1930 estava em tal função, provavelmente, em condições interinas, em decorrência da fragilidade e da instabilidade da organização política paranaense naquele período. Ao contrário do que acontecia em torno da figura de Baptista, o nome de Guimarães Vilela, no entanto, apesar do título de “coronel” que carregava, bem como do seu passado republicano, não parecia amedrontar a população local caso o interventor o escolhesse definitivamente para o cargo de prefeito. Do mesmo modo, o fato de Vilela pertencer a uma tradicional família de fazendeiros e políticos da região não era apontado como empecilho a uma possível volta a esse cargo de forma não interina. Pelo contrário, nesse momento de suspense quanto ao futuro prefeito, Guimarães Vilela parece ter dado prosseguimento à sindicância contra Baptista, opondo-se ao próprio interventor, que enviara um advogado a Ponta Grossa para suspender o processo que corria contrário ao seu indicado. Com isso, Vilela foi substituído por outro interino: Othon Mader.

Usando dos direitos que lhe assistiam, o coronel Ernesto Vilela pretendia nomear os senhores [...] para constituírem a comissão que deveria proceder à nova devassa. O dr. Butel, que viera a esta cidade, como enviado do interventor, com o fim especial de fazer com que, para esse [encargo], fossem nomeados amigos do Sr. Victor [...]. O coronel Ernesto Vilela, dignamente, não aquiesceu, não se curvou à imposição. O Sr. Butel telefonou ao senhor interventor e, no dia seguinte, era nomeado novo prefeito, em comissão [...].<sup>452</sup>

O afastamento definitivo de Vilela, que agiu em prol da devassa da gestão de um dos últimos prefeitos da cidade do período republicano, ao lado da nomeação do engenheiro Mader, assim, serviu para aliviar a tensão e, certamente, pode ser computado como mais uma derrota das forças tenentistas locais; as nuvens se dissiparam e a confiança em Manoel Ribas

---

<sup>451</sup> “Ernesto Guimarães Vilela foi prefeito de Ponta Grossa de 1896 a 1908, ficando à frente da Prefeitura por 12 anos seguidos. Filho do Comendador Bonifácio Vilela e de Placidina Gonçalves Guimarães Vilela, era republicano convicto, apesar de seu pai ter recebido o título de comendador do Imperador D. Pedro II, quando de sua visita à Ponta Grossa em 1880.” (Conforme: *Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais*. Ponta Grossa: UEPG. [online]. Disponível na Internet via <http://www.uepg.br/dicion/dados.htm>.

<sup>452</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 09/04/1932, n. 5.776.

parece ter sido reacendida mesmo com a ascensão de um não pontagrossense à frente do executivo municipal. Brasil Pinheiro Machado entra então em cena como um dos membros escolhidos por esse novo prefeito para compor a comissão responsável pela continuação do inquérito administrativo contra a gestão de Victor Antonio Baptista, de modo, certamente, mais controlado pelo interventor. Alguns desses selecionados, porém, se recusaram a prestar tal função, como [Presciliano] Negrão, Antonio Pilotto e o próprio Machado.

Após curta administração de Othon Mader, em agosto de 1932 a nomeação do jovem Brasil como prefeito de Ponta Grossa, mesmo que também de natureza interina, parece ter logrado unir a raiz pontagrossense tão valorizada pela imprensa local a novos critérios políticos tanto na escolha do nome, quanto no fazer-se da política em novos tempos. Aqui, novamente o fato de Pinheiro Machado pertencer a um ramo tradicional de fazendeiros e políticos dos Campos Gerais não causou incômodo à expectativa quanto ao novo cenário da política municipal. A entrada do jovem bacharel se tornou possível quando novamente o cargo se encontrou vago, em decorrência da demissão “irrevogável” de Mader, que deixou a função mesmo enquanto o interventor decidia se a aceitava ou não. Em julho desse ano, por meio de um comunicado escrito dirigido a Ribas, e publicado no *Diário dos Campos*, o engenheiro despediu-se dos funcionários e anunciou a passagem do exercício do cargo ao tesoureiro da Prefeitura, Fidelis Alves.

Assim, mais uma vez configurou-se uma circunstância de tensão quando Brasil Pinheiro Machado anunciou seu pedido de renúncia. José Hofmann, diretor daquele jornal, chegou a entrevistar essa autoridade municipal para saber da sua reação diante dos pedidos dos moradores da cidade que clamavam por sua permanência no cargo:

- Se se [?] lhe exige o sacrifício de se manter no governo do município ainda assim o Dr. se manterá irredutível?

- Asseguro que nessa hipótese eu me manteria no cargo: seria o povo de minha terra que o exigiria e eu não me poderia recusar. Não pretendi e não pretendo ocupar esse ou outro cargo político, porque, como disse, são contrários a minha índole. Uma vez que a vontade do nosso povo determine a minha continuação na cátedra prefetural não sei excusar-me, ainda que eu preferisse a do Ginásio... Em verdade, o prefeito municipal, no regime atual, não é senão um preposto do interventor. Minha gestão terá, pois,

apenas a responsabilidade de executora das ordens da Interventoria.<sup>453</sup>

Na qualidade de preposto, ou seja, de executor de um serviço por meio da delegação de pessoa competente, Machado, mesmo assim, compreendia ocupar um cargo político, e não meramente um posto de *status*. Contudo, essa atuação política era de natureza administrativa, uma vez que fora nomeado pelo interventor Manoel Ribas e a essa autoridade estava atrelado, antes que aos cidadãos pontagrossenses. No item seguinte deste capítulo se descreverá um pouco da organização dos municípios no período do Governo Provisório para se compreender melhor as condições do cargo de prefeito. O que se destaca desde já, entretanto, é a distância por ele, Pinheiro Machado, posta entre dois cargos públicos, o de prefeito e o de educador. Neste último, o da sua preferência, talvez por não carregar esse caráter administrativo e, conseqüentemente, ter a potencialidade de aproximar a política de outro campo, o do engajamento intelectual e, ainda, do exercício de uma profissão autônoma na qual fosse possível elaborar e executar planos de ações, o que era incompatível com a função de prefeito, conforme respondeu as repórteres do *Diário dos Campos* poucos dias após sua nomeação. Maria Alice Rezende de Carvalho observou que, para os anos 1920, o posicionamento dos educadores, se comparado ao das profissões tradicionais de médico e de engenheiro, já se percebe naqueles primeiros um papel que logrou conciliar atuação política e especialização profissional, conformando um perfil intelectual presente no pensamento sociológico nacional que se constituía naquele período.<sup>454</sup>

Pressionado pelo povo pontagrossense e a fidelidade devida à Interventoria, o prefeito pareceu não ter outra opção a não ser continuar no cargo até que a situação geral do país se acalmasse, mesmo que isso significasse uma contrariedade às suas outras escolhas, pois deixou claro nessa sua resposta ao repórter (e a todos) que, entre as funções de prefeito e a de diretor do Ginásio Regente Feijó, preferia esta última – para a qual fora nomeado em junho de 1931, instituição onde também atuava, desde então, como professor de História do Brasil. Vencido pela determinação dos fatos políticos que mobilizavam a nação, bem como pela vontade dos seus

---

<sup>453</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 13/10/1932, n. 5.949.

<sup>454</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de Carvalho, 2007.

concidadãos para com uma administração municipal “idônea”, acabou ficando à frente da Prefeitura de Ponta Grossa por um prazo além do término da Revolução Constitucionalista, deixando o cargo somente em janeiro de 1933.

A sua inclinação para os cargos de diretor e professor assume maior interesse quando se sabe da recente equiparação do Regente Feijó ao ginásio nacional Colégio Pedro II. Em junho de 1932, o Governo Provisório decretara essa equiparação, fazendo com que o estabelecimento pontagrossense se tornasse a segunda instituição escolar mais importante do Paraná, depois do Ginásio Paranaense, que funcionava em Curitiba desde o final do século XIX. Com isso, para a coletividade de Ponta Grossa, o Regente Feijó reforçava a situação da cidade como a segunda mais considerada do estado, condizendo a condição do ginásio com a do seu progresso urbano.<sup>455</sup> Além desse significado positivo para a modernização de Ponta Grossa, o acontecimento educacional colocou em evidência o diretor da instituição, Brasil Pinheiro Machado, declarado na notícia sobre a equiparação como “[...] ilustre advogado e uma das fulgurantes intelectualidades paranaenses, cujo caráter e cultura honram a sua terra natal.”<sup>456</sup>

Ao apontar para a preponderância do papel da educação sobre a da política, opondo a função no Ginásio Regente Feijó à de prefeito, a trajetória de Pinheiro Machado auxilia na compreensão da crescente importância do intelectual fora do gabinete e propenso ao engajamento político. Isso, em termos de história política, seria traduzido pelo processo brasileiro de centralização que havia começado logo após o término da Primeira Guerra Mundial e que se formalizaria em 1937, com a implantação do Estado Novo. Da tensão entre os desafios em que o país vivenciava naquele momento –

---

<sup>455</sup> DITZEL (2007) aponta a caracterização de Ponta Grossa como cidade civilizada para o jornal *Diário dos Campos* como principal veículo de comunicação nesse sentido. No início do século XX, ou seja, na mesma época da criação desse jornal, a mesma autora referencia, no entanto, o surgimento de outros periódicos na cidade, de circulação curta, mas que também tiveram o progresso material e cultural como o principal vetor da imprensa local. São exemplos disso o jornal *Campos Gerais*, de 1893, e a *Gazeta dos Campos*, de 1899. Em termos de pesquisa que abarca toda a extensão do século XX, no entanto, certamente a fonte são as edições do *Diário dos Campos*, em decorrência da longevidade e circulação desse jornal, apesar das diversas mudanças editoriais e de direção nele ocorridas.

<sup>456</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 16/06/1932, n. 5.835.

quando a fidelidade que o governo centralizado reivindicava para si era questionada – e a carreira política que então se iniciava para Brasil Pinheiro Machado como ocupante de um cargo público, revela-se outra, conexa, entre essa atividade política e o trabalho intelectual e que vai sobressaindo-se ao longo do período mediante a acentuação do processo de profissionalização do intelectual, culminando na criação das faculdades de filosofia.

Em contraposição à brevidade do exercício do cargo como prefeito de Ponta Grossa, iniciava-se uma inserção pública do jovem Brasil, que iria adensar a já iniciada no campo educacional, no Ginásio Regente Feijó. Esse novo delineamento coincide com a atuação fora dos gabinetes, em funções estratégicas do mecanismo estatal e, também, com os que se dedicam a pensar sobre a formação do país desde as preocupações do presente, alvo de ordenação. Oliveira Vianna é analisado, pela história intelectual, como um pensador ativo nesse sentido:

[...] ao lado de Francisco Campos, Rodrigo de Melo Franco, Cassiano Ricardo e outros, [Vianna] encarnou o intelectual que se propôs a ultrapassar os limites de seu gabinete, por considerar que só a participação no governo lhe permitiria tentar efetivar suas ideias.<sup>457</sup>

Não se pretende aqui classificar e nem antecipar alguma caracterização de Brasil Pinheiro Machado, mas sim, vê-lo como um “jovem culto”, o qual apontava para a importância da educação enquanto atividade especializada com maior autonomia e papel preponderante na integração da região à nação. Mais do que uma questão geracional, a juventude esclarecida, nesse momento, talvez sugerisse a possibilidade de galgar possibilidades novas então disponíveis e que pudessem dar alguma sobrevida à tradicional elite agrária campeira. Assim como o cargo de prefeito, o de diretor e professor do Ginásio Regente Feijó também era de extremo valor político. Pode significar, ainda, a disponibilidade de um saber que poderia ultrapassar, afinal, o bacharelismo de gabinete e ter a capacidade de atualizar o conhecimento conforme os contornos vistos como necessários a serem mantidos em um país que se transformava.

---

<sup>457</sup> GOMES, Angela de Castro, 2009, p. 146.



Para Pinheiro Machado essa área do conhecimento, a da educação, era considerada menos fria se comparada com aquela de prefeito, pois, à época, esse último era um “simples preposto do interventor.” Assim, o diretor afastado do Ginásio Regente Feijó declarou, quando a Constituinte já se encerrara, que somente estenderia a função de administrador do município se houvesse ordens diretas da interventoria.<sup>458</sup> Desse modo, tem-se a impressão que ainda faltasse a ele uma das dimensões que caracterizaria, logo mais, aqueles que se dedicaram ao pensamento sobre a formação histórica nacional, isto é, o engajamento político. Mesmo porque, de acordo com suas próprias palavras ditas ao repórter do *Diário dos Campos* naquele outubro de 1932, deixou claro que nunca pretendia ser prefeito e nem mesmo almejava algum outro cargo político diferente. Note-se: cargo político, e não atuação política. Esta última, certamente fazia parte do horizonte iminente da maior parte da intelectualidade. Com isso, não se pode compreender a projeção de Brasil Pinheiro Machado no mundo da política simplesmente em decorrência dos seus vínculos familiares – mesmo que esses tenham sido propícios à sua iniciação política e, pelo menos no que tange a assunção de um cargo público por nomeação, suficientes.

A partir do exercício interino como prefeito, o “jovem culto” dava sua parcela de continuidade, sim, à carreira política do seu tronco familiar. Primo em segundo grau do senador José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), natural de Cruz Alta, fundador do Partido Republicano do Rio Grande do Sul e assassinado no Rio de Janeiro quando exercia a função de vice-presidente do Senado da República; filho de Brasil Ribas Pinheiro Machado (1871-?), que, na década de 1910, fora vereador em Ponta Grossa, Machado carregava uma forte herança republicana. Ao lado do republicanismo, a sua atuação como prefeito reforçava, pelo lado materno – como filho de Maria Eugênia Guimarães –, a longa presença da oligarquia campeira local, desde as primeiras sesmarias distribuídas nos Campos Gerais, no início do século XVIII. Apesar da retração da economia rural dos Campos Gerais a partir do final do Oitocentos, a atividade fazendeira continuou a fazer parte da identidade e do cotidiano de trabalho dessas antigas famílias proprietárias,

---

<sup>458</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 13/10/1932, n. 5.949.

que se mobilizaram politicamente em torno da defesa da classe dos fazendeiros. Como prova disso, em meados de 1932, a “viúva Pinheiro Machado”, juntamente a Oscar Borges, Aristides Queiroz, Ossian Madureira, João Carneiro Ribas, Domingos Ferreira Pinto e demais fazendeiros do município de Ponta Grossa, fundou a “Associação de Fazendeiros do Paraná”, uma

[...] organização de classe fatalmente destinada a vencer, congregando todos os que, no Estado, se dedicam à agropecuária. Dos seus estatutos extraímos as finalidades que são:

Defender os interesses dos sócios, em todos os assuntos de sua alçada; ter ao seu exclusivo cargo a venda de todo o gado de consumo que os srs. associados possuírem e que destinem à venda; [...]; terá a seu cargo o controle do mercado, zelando pela manutenção de preços convenientes; [...]; combater a concorrência desleal, as fraudes, etc.; manter na capital do estado e em outros lugares que julgar conveniente, açougue reguladores [...].<sup>459</sup>

Mantida por meio das joias de adesão dos sócios, fundadores e efetivos, doações e de 1% sobre a venda de gado que fosse efetuada pela Associação, essa organização nasceu com um perfil liberal no momento em que o Governo Provisório era questionado em sua tendência centralizadora. A família da mãe de Brasil Pinheiro Machado, os Guimarães, era proprietária de uma fazenda nos Campos Gerais desde o final do século do XVIII, quando o provável sesmeiro, Manoel Gonçalves Guimarães, adquiriu a Fazenda Santa Cruz.<sup>460</sup>

Dessa herança de tradição oligárquica e de participação política republicana, sem dúvida faziam parte elementos considerados retrógrados no pós-1930. Talvez até para o próprio jovem Brasil Pinheiro Machado, a situação de prefeito nomeado já tivesse sentido de ultrapassada, quando enfatizava aos cidadãos pontagrossenses, nas páginas do periódico *Diário dos Campos*, que tal função deveria ser extremamente breve. A presença de

<sup>459</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 09/07/1932, n. 5.844.

<sup>460</sup> *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*, Curitiba, vol. 22, n. 104, abril 1995.

A Fazenda Santa Cruz subdividia-se em Campo da Rocha, Campo da Porta, Campo do Sutil, Capoeiras, Potreiro, Frazão e Fachinal. Em 1854, metade da Fazenda foi doada para escravos e libertos pela herdeira e filha de Manoel Gonçalves Guimarães, Maria Clara do Nascimento. Desde 2005, a Comunidade Negra Rural de Sutil tem a certificação da Fundação Cultural Palmares enquanto Comunidade Remanescente de Quilombo (Fonte: HARTUNG, Miriam. Muito além do céu: escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. In. *Topoi, Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 6, n. 10, jan-jun 2005. Fundação Palmares:

Informações disponíveis via <http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=PR>.

bacharéis, filhos da elite política local, em cargos públicos era, certamente, uma permanência da “velha ordem”. Por outro lado, a linhagem familiar provavelmente contou a seu favor como o nome adequado para assumir a função municipal, mesmo da perspectiva dos pontagrossenses, os quais pareciam enxergar em Brasil Pinheiro Machado algo novo no governo da cidade.<sup>461</sup>

Apesar do peso mínimo dado por Brasil Pinheiro Machado ao cargo de prefeito, considerando-o sem autonomia plena e sem alcances maiores, demonstrando até mesmo certa contrariedade no exercício de tal papel, a análise do seu desempenho frente a um compromisso público adquire importância à medida que, por meio dele, se reconhece o afastamento cada vez mais possível entre a intelectualidade e o mero cargo público; ao mesmo tempo, se identifica uma aproximação entre o novo perfil do intelectual brasileiro que vinha então se desenhando e o desempenho político engajado, inclusive de caráter partidário. No contexto da construção do Estado nacional, essa participação política operou um diálogo permanente entre as regiões da federação, por meio de articulações peculiares a cada uma dessas unidades federativas e que envolveram suas respectivas formações identitárias.

Relembrar a falta de entusiasmo com que recebeu o encargo de prefeito intensifica a impossibilidade de se tomar como natural e direta a relação entre atuação política e cargo público no pós-1930. Como responsável pelo Ginásio Regente Feijó, o jovem intelectual, mesmo que membro da elite local, talvez enxergasse uma maior aproximação, relevância e atualidade entre engajamento político e especialização profissional como atuante na área educacional; relembrar, ainda, a análise feita por Maria Alice Rezende de Carvalho especificamente sobre a década de 1930, quando o que estava se destacando era a atuação de pensadores nas esferas públicas e nas atividades político-partidárias, com o intuito de refletir e agir

---

<sup>461</sup>No governo Manoel Ribas, membros das famílias Guimarães e Pinheiro Machado irão ocupar cargos políticos estratégicos, inclusive alcançando o período do Estado Novo: o senador Flávio Carvalho Guimarães (1881 - 1968), irmão de Maria Eugenia Guimarães Pinheiro Machado, portanto tio de Brasil, foi secretário da Fazenda do Estado do Paraná e membro do Conselho Administrativo do Estado na era estadonovista; Brasil Pinheiro Machado, por sua vez, exerceu o cargo de procurador-geral da Justiça do Estado do Paraná, entre 1939 e 1945.

sobre a centralização nacional.

O movimento analítico de pousar o olhar sobre a atuação de Brasil Pinheiro Machado como prefeito municipal permitiu vislumbrar a crescente importância do fortalecimento regional, mesmo que preponderantemente político naquela ocasião, como elemento obrigatório de composição de uma nação unificada. Nesse processo, o espaço municipal se tornou elemento significativo no jogo entre regionalismo e centralização, uma vez que estava hierarquicamente articulado aos governos estadual e central e, ainda, era espaço repositório dos poderes locais remanescentes. A chamada do trabalho de Maria Isaura Pereira Queiroz é nesse ponto importante, novamente, para lembrar que

[...] a Revolução de Outubro não fora produto de nenhuma mudança na estrutura social e econômica e sim de uma evolução; como evolução, guardava no seu seio, coexistentes, tendências mais novas entremeadas de velhas tendências sobreviventes [...].<sup>462</sup>

Por outro lado, portanto, as ligações políticas que estavam sendo construídas pelo Governo Provisório permitem observar alguns aspectos de conexão da unidade maior às menores, principalmente no que tange à cooperação da elite local pré-existente no fornecimento de nomes para o recrutamento aos cargos públicos estratégicos e que passou a exigir muito mais do que um *status* político.

A dimensão pública do intelectual clássico é a “[...] marca de origem da moderna inteligência do país [...]”.<sup>463</sup> No lugar da sociedade, o Estado seria o objeto e o instrumento das suas ações e o assunto dos seus pensamentos (não seria esse o tema da sinopse, de 1951?). Ainda que no decorrer da Primeira República o intelectual tenha logrado um descolamento do poder, nos anos 1930 a especialização profissional e a autonomia dela decorrente conviveram com a atuação desse estrato social (a inteligência) na construção do Estado.<sup>464</sup> O momento da trajetória de Brasil Pinheiro Machado como prefeito da sua cidade natal refere-se justamente às fragilidades dessa construção em um quadro de fragmentação política e

---

<sup>462</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, 1969, p. 127.

<sup>463</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de, 2007, p. 19.

<sup>464</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de, 2007, p. 20.

social da nação. Se tal momento não fora propício à construção de uma identidade regional da perspectiva histórica, conforme denunciada no seu artigo publicado na revista *A Ordem*, de modo a conferir traços próprios ao território e ao paranaense, o foi como oportunidade para que o Paraná, enquanto estado federativo, se aliasse em prol da centralização desde uma das cidades que então apresentava um processo intenso de urbanização, diversificação social, inclusive com a presença de imigrantes europeus, e mudanças nas atividades econômicas tradicionais.

Brasil Pinheiro Machado se localiza nesse perfil duplo que a inteligência nacional adquiriu na década de 1930, atuando sob as ordens da “razão nacional” (talvez daí tenha decorrido sua submissão a um cargo público que visivelmente não o agradara) e, ao mesmo tempo, como pertencente a um novo estrato profissional (a inteligência) resultante e fundador de novas formas de organização do mercado de trabalho, bem como da modernização da sociedade brasileira. Considerado um “jovem culto”, Machado era visto como um agente inserido em um contexto maior e marcado pelo entrecruzamento entre formação acadêmica com novas perspectivas e expectativas e atuação pública baseada em diferentes moldes; um recém-bacharel em Direito, quando essa tradicional área profissional sofria mudanças com vistas a ser um bacharelismo fora do gabinete e buscada por um número cada vez maior de candidatos a uma profissão com novos contornos <sup>465</sup>.

#### 4.2 A Prefeitura, o município, a nação

[...] Só achará significação nesses movimentos épicos que tentam inconscientemente fixar o homem na terra, dar-lhe raiz profunda, mas nunca poderá ligar importância, por falsos, por sem ligação ao verdadeiro espírito da terra, aos movimentos de ideias que os homens cultos das cidades europeizadas agitam sempre por desfastio, e muito menos poderá ligar importância à orientação de governos, aos ideais propalados por demagogos e idealistas, porque se eles por acaso cristalizam, é tardiamente no espírito da sub-raça que produz os profetas e jagunços, monges

---

<sup>465</sup> Edmundo Campos Coelho apresenta um quadro no qual se demonstra o aumento significativo do número de matrículas nos cursos de Direito disponíveis no Ensino Superior no Brasil, entre os anos de 1929 e 1932: de 3.200 para 6.448, de acordo com a Sinopse Retrospectiva do Ensino no Brasil, 1871/1954, publicada em 1956 pelo Ministério da Educação e Cultura. Para Engenharia, para se ter um parâmetro comparativo para esse mesmo período, houve um ligeiro decréscimo, de 2.370 para 2.180 matrículas. COELHO, Edmundo Teixeira. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p.268.

fanáticos que pregam a monotonia das coxilhas, na desolação das caatingas e dos carrascais e dos tremedais, a salvação do Brasil, por penitências horríveis, como todos os ritos terroristas, numa mistura macabra de cristianismo e fetichismo produzida por uma falsa cultura que os homens europeizados agitam ingenuamente e que abastardiza quando apalpa o sertão! No Paraná (e eu generalizo com segurança) ou em todo o Brasil, ainda não cabem esses movimentos de ideias.”<sup>466</sup>

Em 1948, a tese que havia sido apresentada por Vitor Nunes Leal (1914-1985)<sup>467</sup> um ano antes à cátedra da cadeira de Ciência Política da Faculdade Nacional de Filosofia, onde ingressara como professor interino, em 1943, se transformou em um dos principais livros para se compreender a coexistência entre coronelismo e regime representativo no Brasil das primeiras quatro décadas do século XX. Para o autor, o coronelismo surgiu em decorrência da implantação do federalismo, na Primeira República, e personificou um sistema específico de relações de poder que envolveu desde os governadores estaduais até o presidente da República em um mesmo movimento de fortalecimento do Estado. Nesse sistema, os coronéis, proprietários de terra enfraquecidos economicamente, passaram a funcionar como peça fundamental nas relações entre o município, o estado e a federação, por meio das quais se nutriam na tentativa de manter o seu prestígio e o seu alcance político local. O estudo posterior de Maria de Lourdes Janotti apontou, no entanto, que, desde o final do século XIX, ocorreu uma diversificação da economia municipal fazendo com que os tradicionais coronéis passassem a concorrer pelo exercício de poder local com outros grupos que não detinham a posse da terra.<sup>468</sup>

---

<sup>466</sup> MACHADO, B. P., 1930, p. 131.

<sup>467</sup> Vitor Nunes Leal nasceu em Minas Gerais e bacharelou-se em Direito na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, em 1936. Exerceu os seguintes cargos e funções: 1939-1940: oficial de gabinete do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e diretor do Serviço de Documentação desse órgão; 1943: efetivou-se como professor da cadeira de Política na Faculdade Nacional de Direito, da qual se tornou catedrático com a defesa de uma tese, que se transformou no livro *Coronelismo, enxada e voto*; 1955: professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; 1956: procurador-geral da Justiça do Distrito Federal; chefe do Gabinete Civil na presidência de Juscelino Kubitschek; 1959: primeiro diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1959: advogado geral da Prefeitura do Rio de Janeiro, procurador do Tribunal de Contas do Distrito Federal e consultor-geral da República; 1960: ministro do Supremo Tribunal Federal; 1962: membro da equipe que fundou a Universidade de Brasília, onde foi professor da cadeira de Ciência Política e de Direito Constitucional; 1966: membro do Tribunal Superior Eleitoral; 1969: aposentado compulsoriamente dos cargos universitários e do STF; anos 1970: advogado em Brasília. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro. Verbete Vitor Nunes Leal. [online]. Disponível na Internet via <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

<sup>468</sup> JANOTTI, M. L. M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 2. ed. São Paulo:

Publicado no início dos anos 1980, essa autora compreendeu o coronelismo como um compromisso de poderes derivado do patrimonialismo do Império, recuperando, assim, um conceito que havia sido deixado de lado pela universidade quando da primeira edição do livro que o trouxe com força, *Os donos do poder*, de 1958, do cientista social Raymundo Faoro (1925-2003). Esse autor fez renascer, no âmago do pensamento social brasileiro, aquele pessimismo em relação ao país que tanto caracterizara a geração de publicistas do início do Novecentos, e que havia sido sobreposta pela crença na modernização nacional mediante as reformas advindas no pós-1930, inclusive pelas famílias intelectuais brasileiras. Pinheiro Machado mesmo, no artigo saído na revista *A Ordem*, do ano de 1930, deixava entrever esperanças acerca da projeção brasileira, apontando o “mal” do Brasil como de origem social e não política: “O mal do Brasil, não será, talvez, a forma de governo, mas o vício hereditário dos homens de governo.”

469

Ao retornar o sinal negativo para o Estado, muitos dos estudos acadêmicos feitos após o contexto das gestões de Getúlio Vargas desconsideraram a sociedade como agente ativo e, mesmo com a fortuna crítica da vivência intelectual da década de 1930, não tomaram o social e nem mesmo a cultura como fatores explicativos para a formação histórica da nação. Apesar das diferentes matizes entre as análises sobre “sistema coronelista”, desde Vítor Nunes Leal, ao final da década de 1940, passando pelas demais visões sobre o tema construídas pelas disciplinas da história e da sociologia ao longo das décadas de 1950 e de 1960, sofreram o forte impacto da implantação de um governo ditatorial que parecia reacender as desesperanças a respeito do Estado nacional, justificando nesse ente a origem dos males do país. Deriva daí a retomada, por Janotti, de algumas ideias de Faoro, talvez, associando coronelismo ao patrimonialismo. Todos esses estudos são, atualmente, dependentes de pesquisas empíricas a respeito das relações entre o poder local e o poder central no Brasil

republicano.<sup>470</sup>

Em artigo publicado no final dos anos 1990, José Murilo de Carvalho alerta para essa necessidade de relativização por meio da pesquisa empírica, e propõe, para tanto, uma distinção entre o coronelismo e outros dois conceitos básicos da história política do país, quais sejam, o mandonismo e o clientelismo. Para o autor, esses dois últimos conceitos se fazem presentes, desde o final do século XIX, na produção do pensamento social brasileiro, mas são frequentemente confundidos com o sistema coronelista. Com esse exercício analítico, Carvalho destaca o núcleo principal de cada um desses conceitos, contribuindo para um perfil esclarecido desses tipos e práticas de poder, permitindo aos pesquisadores maior precisão nos seus respectivos exames de campo.<sup>471</sup> Portanto, nesta pesquisa, qual desses conceitos traduz com verossimilhança a experiência de Brasil Pinheiro Machado como chefe do poder executivo municipal de Ponta Grossa?

Aqui, em primeiro lugar, a atualidade de pontos de vista da autora Maria Isaura Pereira de Queiroz se sobrepõe a outras construções analíticas para lembrar que, no mandonismo, diante de uma maior densidade do Estado, os chefes locais (coronéis) passaram a ser obrigados, também, a comporem com o governo e não somente este com aquelas lideranças, hipótese principal da análise dessa autora.<sup>472</sup> Já se notou, na aceitação do exercício do cargo de prefeito por parte de Pinheiro Machado, a ultrapassagem de hábitos políticos típicos do coronelismo por outras formas de atuação, as quais se distanciaram cada vez mais desse sistema, como definido por Leal, superando a simples manutenção do status como único objetivo dos coronéis na sua manipulação do governo estadual. Não bastava ser membro da oligarquia agrária para participar da esfera política, o que explica, em parte, a inquietude de Pinheiro Machado quanto a aceitação desse cargo; outros cargos públicos, como a de diretor e professor do Ginásio Regente Feijó podiam, por seu lado, ter aspecto positivo, dando ao

---

<sup>470</sup> CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997. [online]. Disponível na Internet via

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext)

<sup>471</sup> CARVALHO, J. M., 1997.

<sup>472</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, 1969, p.6.



trabalho uma natureza de fonte de renda especializada, e não como instrumento reprodutor de um título elitista; além de tudo, o trabalho intelectual como transformador da realidade nacional.

Em suas observações sobre os conceitos de coronelismo e clientelismo, José Murilo de Carvalho ressalta, justamente, que essas visões diferentes sobre a função dos cargos públicos são uma das maneiras de se precisar as fronteiras entre aquele sistema e essa prática política, respectivamente. Porém, o clientelismo, bem como o mandonismo, são ocorrências de longa permanência na história brasileira e acabam se entrelaçando na montagem do jogo político no pós-30. O mandonismo, caracterizado pela prática tradicional de controle de uma estrutura oligárquica local sobre a população, se amplia à medida que cresce a presença do Estado em todas as esferas e quando se dão formas intermediadas por ele, e não exclusivamente pelos chefes locais, de acesso dessa mesma população à sociedade política. O governo municipal, nesse cenário, passa a ser o interlocutor direto com os setores sociais urbanos, sobrepujando antigas lideranças locais, que se adaptam às novas condições intermediadas de participação política. A natureza clientelística (segundo Carvalho, manifestação bilateral do mandonismo) e corporativista desse mandonismo pós-30 afrouxou o contato entre governo central e o município, tendo esta última unidade, nesse processo, sofrido uma constante pressão de esvaziamento da sua potência política autônoma frente aos governos estaduais. Entretanto, se, de um lado, o prefeito atuava, nesse contexto, como um simples “preposto” do interventor federal, por outro a escolha de quem iria preencher tal cargo poderia representar, para a população daquele município, o estabelecimento de uma prática política moderna, pelo menos renovada, sobre o ultrapassado profissionalismo político. Desde que Manoel Ribas assumiu a Interventoria Federal no Paraná, viu-se que a população de Ponta Grossa, por meio das notícias impressas no *Diário dos Campos*, se pôs na expectativa quanto ao nome do prefeito a ser escolhido diretamente por esse interventor, acrescentando-se a isso o fato da naturalidade pontagrossense de Ribas, o que pareceu aumentar o suspense das ações voltadas para o futuro próximo da sua terra natal. Nesse processo, o interventor foi colocado sob suspeita quando cogitou em chamar certo ex-

prefeito identificado ao velho sistema mandonista de natureza coronelista, não bilateral; e não pelo fato dessa figura do passado recente, o “coronel” Baptista, pertencer à oligarquia local, mas sim porque não significada nada mais além do que isso.

Como parte desse mesmo processo de transformação das formas de atuação e as de participação políticas – constituindo-se aquilo que Maria Isaura chamou a atenção, ou seja, um jogo de mão-dupla, mesmo que com um dos lados sendo mais forte – tem-se a situação administrativa do município, dos municípios brasileiros em geral, bem como a do encargo de prefeito no contexto do Governo Provisório, ambos atuando, autoridade municipal e município, dentro de limites definidos legalmente.

As prefeituras dos municípios paranaenses, desde o ano de 1930, tinham os seus atos controlados pelo Departamento do Interior, órgão este pertencente à estrutura da Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública do Paraná,<sup>473</sup> acrescentando-se a isso que tal controle era exercido, também, sobre as finanças dos mesmos. Na Bahia, conforme descrito por Eul-Soo Pang, o interventor federal Artur Neiva, que governou aquele estado entre fevereiro e agosto de 1931, baixou um decreto de reorganização municipal para dar condições aos prefeitos atuarem diretamente junto ao governo estadual com vistas a se alcançar a centralização administrativa e reduzir, drasticamente, o poder local dos coronéis. Apesar do fracasso dessa reforma de Neiva, pois no momento não se lograria uma “[...] eficiência administrativa às custas da lealdade política”, tais ações revelam o quanto a tradicional potência política municipal era entendida como obstáculo à centralização se conduzida sem negociações, sem o jogo de mão-dupla, novamente.<sup>474</sup>

Nesse ponto, se pode retomar o trabalho de Vitor Nunes Leal, especificamente o capítulo dois, em que o autor se dedica à análise das “Atribuições Municipais”, tendo o objetivo de “[...] procurar compreender

---

<sup>473</sup> A Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública foi criada pelo Decreto n. 320, de 09/02/1932. E era a herdeira da Secretaria do Interior, Justiça e Obras Públicas estabelecida em 1930.

Ver: *História Administrativa do Paraná (1853 – 1947): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado*. Curitiba: Imprensa Oficial: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, 2000.

<sup>474</sup>PANG, Eul-Soo, 1979, p. 221-223.

alguns aspectos do municipalismo que o nosso país efetivamente tem conhecido”.<sup>475</sup> Recuperando o municipalismo desde o período colonial, os aspectos levantados pelo autor que ora interessam são referentes, no entanto, ao regime republicano, quando demonstra, por meio da leitura das disposições legais e da doutrina política da época, a realidade concreta das restrições à autonomia municipal. Na primeira constituição do período republicano, o artigo n. 68 não promoveu as necessárias definições sobre o que competia peculiarmente aos interesses dos municípios, e tais indefinições sobre o assunto deram margem para que os próprios estados regulamentassem a questão nas suas respectivas constituições. Estas, como observado por Leal, ganharam cada vez mais um perfil tutelar do poder estadual para com as municipalidades, fiscalizando-as administrativa e financeiramente. Membros da Assembleia Constituinte Nacional de 1933-34 também demonstraram, em sua maioria, o ponto de vista de que os municípios deveriam ser “amparados”, pois que eram unidades frágeis na composição do federalismo brasileiro. Leal cita a posição do deputado Francisco Campos, que nas discussões constitucionais mineiras, nos anos 1920, baseou sua justificativa de restrição à autonomia municipal pelo fato de que “[...] modernamente, quase todos os importantes problemas que cuida a administração municipal transcendem dos estreitos limites comunais, passando a interessar, portanto, ou a mais de um município, ou a todo o Estado.”<sup>476</sup>

Na fase do Governo Provisório, essa tendência se acentuou e justificou-se enquanto uma preocupação contemporânea como forma a promover eficiência ao aparelhamento administrativo estatal, identificando política centralizadora com uma “adequada” administração pública, ou seja, ajustando necessidade administrativa e lealdades políticas.<sup>477</sup>

A gestão de Brasil Pinheiro Machado se localizou nessa associação entre fortalecimento do Estado e eficiência municipal. Victor Nunes Leal lembra que, do ponto de vista dos que apoiavam o Governo Provisório, os municípios eram vistos, sim, como unidades sem condições de alcançarem,

---

<sup>475</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

<sup>476</sup> LEAL, Victor Nunes, 1975, p. 83.

<sup>477</sup> LEAL, Victor Nunes, 1975, p. 103.

por si sós, um nível organizacional necessário ao desempenho almejado nacionalmente pelos revolucionários. O perfil delineado dos municípios, segundo os revolucionários, era o da intrínseca ausência de “[...] métodos racionais, desorientação administrativa, gestão financeira perdulária, dívidas crescentes, balbúrdia na escrituração, quando havia, exação tributária deficiente e tolhida por critérios partidários [...]”.<sup>478</sup> Era o coronelismo sem o jogo de mão-dupla.

Há uma bibliografia produzida sobre o Governo Provisório que traz análises importantes sobre a oposição entre os dois setores principais que compunham a Aliança Liberal, quais sejam, o tenentismo e as oligarquias regionais divergentes. O livro *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*, coordenado por Angela Maria de Castro Gomes, é um desses exemplos. Por meio do exame da situação política dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e da região Norte, os autores indicam pontos comuns sobre a importância crescente do papel do Estado nessa nova configuração política marcada, naquele momento, por grande instabilidade.<sup>479</sup> A descentralização era a marca do federalismo brasileiro até esse momento, quando o setor tenentista passou a ser o mais forte representante da centralização como meta a ser perseguida pelo governo revolucionário. Diante disso, não poderia mais haver um estado, ou mais de um deles, que sobrepujasse os demais, mas sim o nivelamento de todas as unidades da federação pela igualdade de subordinação à União. Nesse esquema, os estados fariam o mesmo, dentro dos seus limites territoriais, com seus respectivos municípios.

O que importa ressaltar dessa bibliografia é a visão que se propõe

---

<sup>478</sup> LEAL, Victor Nunes, 1975, p. 85.

(Tal descrição foi utilizada por Vitor Nunes Leal a partir do discurso do deputado federal por Minas Gerais, Gabriel Passos (1901-1962), publicado nos Anais da Assembleia Constituinte, 1933-34, VI, p. 392.)

<sup>479</sup> Tal texto compõe o livro, que é fruto de um projeto de pesquisa do CPDOC, desenvolvido no final dos anos 1970, “[...] cujo objetivo era o desenvolvimento de estudos monográficos de história política que cobrissem o período do governo Vargas que vai de 1930 a 1937. Tratava-se, portanto, de ter como foco de análise estes sete anos plenos de instabilidade e diversidade políticas, que a historiografia tende a nomear como o período do pré-37, ou seja, como o momento que antecede ao Estado Novo.” GOMES, A. M. C. Apresentação. In: GOMES, A. M. C. (coord.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 19 (Brasil, Século 20). Ainda: FAUSTO, B. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1986. (História Geral da Civilização Brasileira, 3º vol., Tomo III).

sobre o Governo Provisório como um período marcado por um processo centralizador contrário à ideia republicana de federalismo, que desde a Constituição de 1891 “[...] permitia um alto grau de descentralização.” No entanto, tal centralização, ao longo do governo discricionário e, principalmente, no Estado Novo, foi acompanhada da permanência de vários aspectos do regionalismo; aos estados, muitas intervenções foram mantidas, tanto na esfera econômica quanto na social.<sup>480</sup> A lição maior de Vitor Nunes Leal sobre o municipalismo, talvez, é a de que, na construção do pensamento político sobre o federalismo brasileiro, o município não poderia ser considerado uma unidade política; o estado, sim, teria tal papel.<sup>481</sup>

O artigo elaborado por Brasil Pinheiro Machado, publicado na revista *A Ordem*, serve, aqui, como um índice sobre o pensamento contemporâneo a respeito das relações entre os estados e a União, bem como das transformações do entendimento sobre a forma federalista da organização político-administrativa do país. Veículo literário de comunicação do Centro Dom Vital, instituição da Coligação Católica Brasileira fundada no início da década de 1922 por Jackson de Figueiredo, a revista era, desde o ano anterior a esse, um instrumento de divulgação e de fortalecimento do catolicismo leigo num contexto de reação a filosofias tidas como materialistas, como o comunismo e o liberalismo, e que envolveu muitos intelectuais do período que se dedicavam à literatura, como Augusto Frederico Schmidt, Durval de Moraes e outros. ‘Instantâneos Paranaenses’, de Machado, foi publicado em janeiro de 1930, portanto, na segunda fase da revista, após a morte de Figueiredo (1928). Nesse momento, ainda estudante da Faculdade Nacional de Direito, o jovem pontagrossense poderia ter se inserido na rede da intelectualidade católica a partir da Ação Universitária Católica, que objetivou agregar estudantes de cursos superiores para, principalmente, combater o comunismo no interior dessas instituições de ensino; ou, também, pelo contato direto com o poeta Augusto Frederico Schmidt. Em todo caso, a segunda fase da revista *A Ordem* privilegiou a literatura não-ficcional. Segundo o estudo de Marcelo Tadeu

---

<sup>480</sup> LOVE, Joseph L. 1993. Federalismo y Regionalismo en Brasil, 1889–1937. In *Federalismos Latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*, ed. Marcello Carmagnani. Mexico, DF: Fondo de Cultura Económica.

<sup>481</sup> LEAL, Victor Nunes, 1975.

Schincariol <sup>482</sup>, são “[...] inúmeros os programas, cartas, tratados, discursos, textos teórico-filosóficos publicados, o que se dá, possivelmente, pelo seu caráter mais utilitário, por tratar-se, diferentemente da poesia e da ficção, de informações de ‘uso’ mais imediato na formação das camadas leigas da sociedade.” <sup>483</sup>

Como já citado na primeira parte desta tese, o mote do artigo de Pinheiro Machado foi o “mistério da unidade nacional”, uma vez que parecia ainda não haver uma explicação suficiente que justificasse a qualidade de um país unido em nação. O articulista, assim, conforme esperado em virtude do perfil dessa publicação católica, porta-voz do Centro Dom Vital, aparentemente não trata sobre temas religiosos ou ideológicos e o texto inicia-se justamente pelo questionamento desse enigma nacional:

[...] União mais ou menos inexplicável, se formando como que ajudada pela Providência, numa fatalidade inflexível, passando incólume por todos os princípios de fogo que se ateiam intermitentemente em um esforço enorme de norte a sul, varando cada vez mais forte, por cima de todos os perigos, sempre numa inconsciência indistinta, como se tudo fosse feito pelo acaso, geograficamente, numa terra onde não existisse o homem. [...]. <sup>484</sup>

No entanto, na segunda parte do mesmo artigo, publicada em abril de 1930, Machado, ao expor sua tese sobre a história do Paraná ser a história da colonização, as organizações religiosas dos jesuítas, dos carmelitas e a dos dominicanos são por ele destacadas como exemplos de um movimento dotado de iniciativa, de capacidade de erguer cidades e reunir a população dispersa existente no território que se constituirá paranaense. Ao contrário, os governos, ao se baterem pelo poder “[...] andarem num trabalho duro de intrigas plataformas [...]” <sup>485</sup>, não apresentaram tal dinamismo ao longo da história paranaense e mesmo brasileira. “Mais valeram as igrejinhas levantadas em plena coxilha pelo fervor de um religioso do que toda a administração colonial.” <sup>486</sup>

Ao discutir o “mistério da unidade nacional”, desse modo, se presume

---

<sup>482</sup> SCHINCARIOL, Marcelo Tadeu. Catolicismo, romance católico e crítica literária no contexto da revista *A Ordem*. In. *Rever, Revista de Estudos da Religião*. São Paulo, n. 4, 2006.

<sup>483</sup> SCHINCARIOL, Marcelo Tadeu, 2006, p. 100.

<sup>484</sup> MACHADO, B. P., 1930, p. 131.

<sup>485</sup> MACHADO, B. P., 1930, p.136.

<sup>486</sup> MACHADO, B. P., 1930, p. 142.

que a intenção <sup>487</sup> do autor foi atingir um leitor específico capaz de compreender o poder agregador da igreja católica e dotado de elevada espiritualidade que ultrapassasse os “ritos terroristas” e os fetichismos”, conforme alertou nesse mesmo artigo àqueles que lutavam pela formação da nacionalidade. Porém, o que se busca sobressair desse artigo não diz respeito à interpretação do país realizada por Brasil Pinheiro Machado, o historiador profissional, mas intenciona averiguar os problemas relacionados à estrutura federativa que então eram entendidos como impeditivos à almejada modernização da nação do ponto de vista de alguém que iniciava o cruzamento entre ação política e exercício intelectual.

Na Constituinte de 1891, o federalismo foi um dos principais temas mobilizados entre os seus membros, a maioria adepta do regime político republicano-federativo. Antes mesmo da Constituinte, outras sementes haviam sido plantadas, como no Manifesto Republicano de 1870, pelo qual se apontou uma fórmula identificando a centralização à separação e, inversamente, a descentralização à unidade.<sup>488</sup> Apesar das múltiplas concepções a respeito do formato do federalismo a ser implantado na República, e que estavam presentes no contexto da elaboração da nova carta constitucional, em termos gerais o desequilíbrio de forças entre os estados recém-formados era entendido, em grande parte, como uma herança da política imperial centralizadora, delimitadora e desigual. Por outro lado, na federação, consubstanciou-se a “[...] maximização do poder das oligarquias estaduais, viabilizada a partir do coronelismo”.<sup>489</sup> A consolidação da república federativa oligárquica, assentada nos propósitos do liberalismo e nos interesses regionais, girava em torno da recíproca relação entre o poder do Estado e o poder político dos coronéis combinada com práticas tradicionais de mandonismo local e clientelismo.

---

<sup>487</sup> De acordo com o historiador das ideias políticas, Quentin Skinner, a intenção é um instrumento metodológico para se apreender o significado de um texto histórico, revelando o que autor estava fazendo ao escrevê-lo ao responder a seguinte questão: O que o autor quis dizer com o que ele disse nesta obra?  
Ver: SKINNER, Quentin, 2000, p. 149-191.

<sup>488</sup> CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. In. *Varia historia*, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, pp. 141-157, (2011) [online]. Disponível na Internet via <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752011000100007>.

<sup>489</sup> MENDONÇA, Sonia R. de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In. LINHARES, Maria Yedda Leite (organizadora). *História Geral do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 229.

Escrevendo sobre o “mistério da unidade nacional” já ao final da década de 1920, Brasil Pinheiro Machado vivenciava, na capital federal, a crise liberal, quando oligarquias dissidentes, setores da sociedade civil destituídos de direitos políticos e demais grupos urbanos proletarizados começaram a despontar como agentes de mudanças estruturais. A inflexão tenentista, nesse momento, já havia marcado a vida política nacional e o comunismo tornara-se um inimigo real. Esse posicionamento de Brasil Pinheiro Machado, ou melhor, a divulgação das suas ideias a partir de um centro de cultura católico, afirma um aspecto do regionalismo paranaense que será o cerne da sua produção intelectual hoje reconhecida como de cunho historiográfico: a identidade histórico-geográfica do estado e do seu habitante. Em alguns momentos da sua trajetória, no entanto, esse âmago travestiu-se de outras roupagens em prol da construção e da preservação dessa identidade, sendo a preocupação central do seu pensamento direcionada por questões do fazer da política. Exemplo dessa ocasião é, justamente, o período em que esteve à frente da Prefeitura de Ponta Grossa.

As reflexões presentes no artigo “Instantâneos paranaenses”, assim, antecedem essa experiência pública por ele vivenciada como gestor municipal da sua cidade natal e, desse modo, informam sobre a inquietação que será típica da sua produção intelectual, mesmo historiográfica, qual seja, a formação histórica do Paraná na união brasileira. Nesse artigo d’*A Ordem*, Pinheiro Machado destacou, das regiões brasileiras, as características que eram reconhecidas como próprias de cada uma delas perante o restante da nação: o eloquente paulista, o idealista gaúcho, o trágico nordestino e o mineiro e o baiano, ambos reverenciados nos guias históricos do país. Ao contrário, para Brasil Pinheiro Machado, o Paraná era nulo nessa equação:

Em toda a história do Paraná, nada houve realmente que impressionasse a nacionalidade. Nenhum movimento com sentido consciente mais ou menos profundo. Nenhum homem de Estado. Nenhum sertanista. Nenhum intelectual. Nem ao menos um homem de letras que, saindo dele, representasse o Brasil, como o Maranhão teve Gonçalves Dias, a Bahia Castro Alves, o Ceará José de Alencar e Minas Gerais Afonso Arinos etc.<sup>490</sup>

---

<sup>490</sup> MACHADO, B. P., 1930, p. 9.



O movimento intelectual marcado pelo anticlericalismo, na capital paranaense, foi, na história da Primeira República, um dos mais fortes em defesa do livre-pensamento e, para tanto, produziu inúmeras revistas culturais como meio de divulgação do republicanismo radical. Mas, do ponto de vista do estudante Brasil Pinheiro Machado, o que parecia contar, naquele final da década de 1920, não eram esses regionalismos localizados, mas sim expressões culturais e políticas que fizessem sentido para a nação como um todo, revertendo a “impossibilidade do isolamento”. Era a história nacional que então importava, e que necessitava ser uma realização total, fato que até aquele momento parecia não ter sido possível: “[...] Euclides [da Cunha] que tocou a profundidade da terra, mal saiu dos sertões do norte. Os trabalhos de Alberto Torres, Oliveira Lima, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Mario de Andrade e outros, são apontamentos fragmentados [...]”.<sup>491</sup>

Cada região, nessa perspectiva, precisaria portar uma identidade própria nos seus aspectos históricos e geográficos como forma a fortalecer o perfil geral. Parece que, quanto ao Paraná, os anticlericais não eram o melhor exemplo para isso, uma vez que se aproximavam de posições materialistas, e a atuação de Pinheiro Machado junto ao CEB evidencia sua escolha oposta a isso. O cargo de prefeito da cidade de Ponta Grossa articulou o significado dessa experiência pública à formação da identidade regional paranaense de um modo inusitado, pelo viés da prática política.

As condições nas quais aceitou desempenhar esse cargo já foram vistas acima, interessando agora o andamento da sua gestão propriamente dita, sempre tendo em mente o panorama maior no qual essa vivência pública esteve inserida. Nesse caso, inicia-se o contexto mais amplo pela recuperação feita por Vitor Nunes Leal de alguns testemunhos do pensamento político de época, bem como a aplicação desse modo de pensar sobre o município em formato de dispositivos legais, quando o Governo Provisório produziu uma legislação cujo escopo principal era a tutela administrativa dos municípios pelos estados.

Leal referencia dois importantes decretos desse *corpus* legislativo por ele levantado. O primeiro, o de n. 19.398, de 11/11/1930, instituiu o Governo

---

<sup>491</sup> MACHADO, B. P., 1930, p. 9.

Provisório. Por ele, “[...] a administração municipal, [foi] posta sob a tutela dos órgãos superiores, não só do ponto de vista da legalidade, senão também da conveniência e oportunidade dos seus atos.”<sup>492</sup> Desse modo, o novo *modus vivendi* do governo discricionário tentou unir as autonomias legal e extralegal, tornando a busca pela eficiência administrativa uma ideologia de Estado.

Nos parágrafos quarto a oitavo do artigo 11º desse decreto de novembro de 1930 foram estipuladas as condições das gestões municipais e, por meio delas, se tem uma ideia dos limites de governabilidade impostos a todos os prefeitos. Além de serem nomeados pelos interventores federais, podiam ser exonerados quando conveniente, bem como suas gestões sofriam intervenções quanto ao andamento dos serviços municipais de modo geral. Em agosto de 1931, por sua vez, o decreto n. 20.348, o Código dos Interventores, instituiu o Conselho Consultivo em cada estado, no Distrito Federal e nos Municípios. As regulamentações desse Código determinavam a autoridade, em última instância, do governo central sobre as interventorias federais nos estados. Os conselhos, assim como outros mecanismos de controle sobre as esferas estaduais e municipais, se configuraram como instrumentos de centralização do poder.

Os conselhos estaduais, cujos membros eram sugeridos pelos interventores federais, efetivados por decreto federal e referendados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, deveriam ser ouvidos, no que tangia aos municípios, para toda e qualquer alteração na competência tributária desses, bem como sobre a necessidade de empréstimos e despesas de pessoal, incluindo aí a criação de novos cargos e aumento de vencimentos.

No Paraná, o Conselho Consultivo do Estado foi instalado tardiamente em relação a outros estados, ocorrendo em dezembro de 1931 e, até o seu encerramento, em 1935, atuou, também, conforme estudos sociológicos sobre elites paranaenses, enquanto espaço privilegiado para se alavancar carreiras políticas na nova ordem governamental.<sup>493</sup> Essas mesmas

---

<sup>492</sup> LEAL, Victor Nunes, 1975, p. 85.

<sup>493</sup> Cf. CODATO, A. *Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo*. Tese de Doutorado em Ciência Política UNICAMP, São Paulo, 2008.

investigações apontam a presença marcante da “elite tradicional” a compor o conselho paranaense, informando mais do que uma permanência estrutural, mas sim a sobrevivência de práticas identificadas ao clientelismo em novo contexto de representação política ao alcance dessa elite vinculada, desde há tempos, à propriedade de terras e sem histórico de vivência em cargos eletivos e/ou decisórios.<sup>494</sup>

Por intermédio de uma das várias discussões publicadas no *Diário dos Campos* em torno da questão da Prefeitura de Ponta Grossa pode-se seguir mais de perto algumas pistas sobre as condições da gestão municipal nessas circunstâncias de fortalecimento da ideologia da centralização. Por exemplo, a de que os prefeitos, uma vez nomeados, passavam a ser remunerados mediante o pagamento de um honorário fixado quando da elaboração do orçamento, que por sua vez deveria ser aprovado pelo Conselho Consultivo do Estado. A notícia sobre o aumento do subsídio pago aos prefeitos, assunto que estourou na gestão imediatamente sucessora à de Brasil Pinheiro Machado, indica a quantia então recebida pelo gestor municipal: 1 conto de réis. Para o orçamento de 1933, aquele Conselho havia mantido o valor nesse patamar, que vigia desde a nomeação do primeiro prefeito da cidade após a instituição do governo revolucionário, em outubro de 1930.<sup>495</sup> A edição de sete de fevereiro de 1933 estampou o espanto diante do aumento desse valor, que passaria a ser de 1 conto e quinhentos réis, significando um acréscimo de 50% e retornando aos níveis pré-revolução.<sup>496</sup>

As especulações desse jornal, mais do que os seus aspectos de reprovação popular a respeito do aumento, deixam transparecer duas questões. Em primeiro lugar, a notícia associa o patamar anterior do honorário à contenção de despesa pública como um dos princípios do governo revolucionário, quando o prefeito Jorge Becher “[...] houve por bem

---

<sup>494</sup> CARVALHO, J. M. de, 1997.

(Entendendo o clientelismo como relações que dispensam o coronel, mas que passam a se dar, em via de mão dupla, entre o governo e os políticos.)

<sup>495</sup> As informações disponíveis nas fontes oficiais sobre a seqüência das gestões municipais de Ponta Grossa, no pós-1930, são bastante desconstruídas. Por meio das notícias veiculadas no *Diário dos Campos*, a ordem de sucessão dos prefeitos nomeados seria a seguinte, entre outubro de 1930 e janeiro de 1933: Jorge Becher, Ernesto Vilela, Othon Mader e Brasil Pinheiro Machado.

<sup>496</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 07/02/1933, n. 6.029.

baixar os subsídios que lhe tocavam de um conto [e] quinhentos para um conto de réis. Todos encomiaram esse gesto do governador [municipal] revolucionário.”<sup>497</sup> Disso decorre que, um aumento que retomasse cifras anteriores ao governo revolucionário significava colocar em cena velhas práticas de desrespeito ao dinheiro público.

Os conselhos instituídos pelo Governo Provisório são, de maneira geral, interpretados pela historiografia que se debruça sobre esse período como mecanismos de controle político sobre os interventores federais por parte do centro do poder, mas, também, como instrumentos técnicos de homogeneização da administração pública, de cima para baixo. No entanto, a crítica do jornal princesino ao aumento dos subsídios do prefeito atingiu a credibilidade do Conselho Consultivo do Paraná ao se referir a esse órgão como formado por membros que, antes de prezar pela saúde financeira da administração pública, colocavam em primeiro lugar o apego pessoal ao cargo. E isso porque, o mesmo Conselho que havia aprovado aqueles subsídios em um conto de réis, no orçamento para o ano de 1933, voltou atrás de forma arbitrária, elevando os valores praticados em uma época que deveria representar a superação de antigos comportamentos políticos.

No nível municipal, o Conselho Consultivo de Ponta Grossa também não tardou a ser alvo de críticas por parte daquele mesmo jornal, o *Diário dos Campos*. O estopim dessa vez, no entanto, não foi um procedimento entendido como inadequado por parte de algum dos conselheiros, mas a interferência da interventoria na dinâmica interna do órgão. Theophilo [Alves da] Cunha,<sup>498</sup> Octaviano Macedo Ribas<sup>499</sup> e Fernando [Correa] Bittencourt<sup>500</sup> foram nomeados membros desse Conselho Municipal pelo interventor Mario Tourinho, e continuaram no cargo mesmo com a substituição deste último por Manoel Ribas e apesar da sucessão de prefeitos pontagrossenses marcada, desde outubro de 1930, por curtas gestões.

Em março de 1933, ao pedir licença do cargo, Fernando Bittencourt

---

<sup>497</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 07/02/1933, n. 6.029.

<sup>498</sup> Presidente da Câmara dos Vereadores de Ponta Grossa em 1912; membro da Comissão de Transportes do Centro Comércio Indústria de Ponta Grossa, fundado em 1922. Havia uma indústria do setor madeireiro da cidade denominada “Theophilo Cunha & Cia.”

<sup>499</sup> Em Castro, Octaviano Macedo Ribas foi proprietário da Farmácia Central e membro do Grêmio Dramático 29 de Novembro, que existiu naquela cidade entre 1896 e 1909. Ver: LEANDRO, J. A. *Palco e tela em Castro: 1896 - 1929*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

<sup>500</sup> Presidente da Câmara dos Vereadores de Ponta Grossa em 1908.

foi exonerado por Manoel Ribas e, em seu lugar, o interventor nomeou o ex-prefeito Brasil Pinheiro Machado. Segundo a interpretação daquele periódico, os três integrantes originais do Conselho de Ponta Grossa eram bastante ligados politicamente entre si e nunca houvera dissidência entre eles que viesse a prejudicar o órgão. O conselheiro exonerado e Theophilo Cunha estavam nos quadros da política pontagrossense desde a Primeira República; Octaviano, por sua vez, ligado a tradicional família oligárquica da cidade vizinha, Castro, em Ponta Grossa participou, nos anos 1920, de entidades reguladoras do comércio e da indústria e se envolveu com a questão do transporte ferroviário que favorecesse esse setor produtivo.

De acordo com o artigo 3º do Código dos Interventores, de um a três conselheiros deveriam ser escolhidos entre os maiores contribuintes dos seus respectivos municípios; outro diretamente pelo prefeito; e um ou mais pelo interventor federal no estado. Não sendo possível diferenciar os conselheiros de Ponta Grossa conforme esses critérios de seleção, o que importa ressaltar é a ruptura causada com a exoneração de Bittencourt. O interventor federal no Paraná, provavelmente, para tanto, seguiu a regra estabelecida no item “b” do artigo 6º daquele código:

A exoneração de membro do Conselho Consultivo terá lugar: [...] b) por motivo relevante, mediante provocação de pessoa residente na localidade, ou do órgão executivo estadual ou municipal, conforme se trate respectivamente de membro do Conselho do Estado ou do município.<sup>501</sup>

A nomeação do ex-prefeito como conselheiro foi vista como elemento dissolvente daquele trio, uma vez que, durante a sua gestão municipal, o Conselho Consultivo de Ponta Grossa havia emitido pareceres contrários acerca do contrato feito pela Prefeitura para a captação das águas do rio Botuquara, serviço esse previsto para ampliar o abastecimento da cidade. A questão posta pelo *Diário dos Campos* era a de que uma vez Bittencourt fora, os demais membros não se sentiriam à vontade para atuar ao lado do mais novo integrante, o ex-prefeito. Para a carreira política de Brasil Pinheiro Machado, certamente, essa nomeação significou seu estreitamento com a política estadual, alinhada com o governo de Vargas. Para a cidade, no

---

<sup>501</sup> BRASIL. Decreto n. 20.348, de 29 de agosto de 1931.

entanto, o olhar localizado identificava a atuação de Manoel Ribas como uma “falta de apreço” à situação pontagrossense. O que isso pode revelar é tanto o sobrepujamento final dos remanescentes do período tenentista no estado, uma vez que aqueles três membros originais haviam sido nomeados por Mario Tourinho, quanto certa resistência à centralização do Estado nacional mediante o apagamento do município enquanto unidade dotada de autonomia para a composição dos seus quadros próprios. Realmente, de acordo com o estudo de Vitor Nunes Leal, a doutrina da época era colocar a administração dos municípios sob a tutela do Estado, e não somente controlá-los politicamente, resultando em uma sobreposição entre ideologia partidária e eficiência da máquina governamental em todos os níveis.

O artigo de José Murilo de Carvalho sobre o de clientelismo enfatiza que tal conceito, lançado mão para estudos sobre as relações entre poder local e Estado nacional, tem uma proximidade, sim, com o de mandonismo, pois ambos perpassam a história política do país. No caso do mandonismo, como também dito por Maria Isaura Pereira de Queiroz, a presença era marcante desde o início da colonização. No entanto, esses mesmos conceitos se distanciam quanto as suas respectivas trajetórias.

Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo. [...] é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo.<sup>502</sup>

Assim, as relações clientelísticas passariam a dominar as outras práticas políticas, se fortalecendo no contexto da centralização do Estado.

A permanência da tradicional elite política como parte fundamental na composição do conselho consultivo de Ponta Grossa concorria, desse modo, com outros grupos, ou até mesmo dentro do mesmo grupo, porém com indivíduos geracionalmente mais novos, demonstrando uma dinâmica que deslocava os mais antigos para uma posição dependente em relação ao governo, do qual advinha a maior possibilidade de aquisição de capital político. Este vinha de relações do tipo clientelísticas, como a nomeação a um cargo público ainda que não remunerado – o caso dos conselhos –, mas

---

<sup>502</sup> CARVALHO, J. M. de, 1997.

que possuía poder decisório mesmo que sob o veto do interventor. As relações se ampliavam para fora do espaço político municipal, envolvendo as lideranças locais numa estrutura hierárquica que as amarrava ao interventor e ao chefe do Governo Provisório.

Nessa altura da crítica pública do periódico princesino ao procedimento tomado pelo Conselho Consultivo do Estado do Paraná quanto aos honorários do prefeito da cidade de Ponta Grossa, Brasil Pinheiro Machado já havia deixado o cargo interino de prefeito. Como visto, ele havia relutado em aceitar a nomeação, justificando, quando a Revolução Constitucionalista caminhava para o fim, que seu interesse profissional voltava-se para a educação e, em termos de pensamento sobre política, para a esfera internacional. E isso, segundo ele, se devia ao “espírito universitário” que ainda conservava dentro de si em decurso da recente vivência que tivera no Rio de Janeiro como estudante de Direito.<sup>503</sup> Sob muitas perspectivas, assim, o município parecia sim, para ele, ser considerado enquanto espaço de atuação política e de construção identitária, porém dentro de uma escala que envolvia prioritariamente a nação como um todo integral.

No entanto, ele esteve efetivamente à frente da Prefeitura de Ponta Grossa por cinco meses, cedendo ao imperativo do comando governamental do interventor Manoel Ribas. Mas, afinal, quais eram as demandas dos pontagrossenses e como elas foram respondidas por aquela autoridade municipal? Os serviços que a coletividade reivindicava diante do executivo municipal estavam, sim, postos em um quadro geral da estrutura do poder onde, lembre-se, a autonomia nessa esfera era mínima no eixo que unia verticalmente os municípios aos estados e estes ao centro. Porém, justamente no que tange a uma demanda específica em grande destaque na discussão dos problemas do município de Ponta Grossa na gestão do jovem Brasil, isto é, o abastecimento de energia elétrica, havia uma janela de autonomia para os municípios. Tais unidades políticas poderiam escolher a empresa prestadora desse serviço urbano, condição que entraria em um processo de mudança dali a pouco, a partir da promulgação do Código

---

<sup>503</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 08/08/1932, n. 5.898.

Nacional de Águas, em 1934.

De acordo com a pesquisa realizada por Edson Armando Silva, a luz elétrica na cidade de Ponta Grossa foi implantada em 1905. Entretanto, o crescimento populacional da cidade e a popularização do uso da eletricidade mediante o surgimento de atividades industriais dela dependentes foram dois grandes motivos para que os serviços sempre apresentassem problemas técnico-administrativos e abrangência insuficiente. Em 1923, somaram-se a esses quesitos negativos a obrigatoriedade da instalação de um aparelho contador e a taxa mínima, ambos introduzidos pela Companhia Prada de Eletricidade, empresa que assumiu os serviços nesse ano, resultando diretamente no aumento do valor a ser pago pelo uso da energia elétrica.

Ao longo de 1923 e até 1931, esse último ano quando a Prefeitura decretou a caducidade do contrato com a Companhia Prada, o município intermediou diversos conflitos entre essa empresa e os usuários pontagrossenses. Como observa Silva, a “questão da luz” mobilizava de forma intensa as autoridades municipais, prefeito e vereadores, e qualificava suas respectivas gestões de acordo com suas decisões relativas ao assunto.<sup>504</sup> Ainda segundo esse autor, quando a retirada da Companhia Prada de Eletricidade exigiu, automaticamente, a abertura de nova concorrência pública para a substituição de fornecedor, a instabilidade política pós-1930 tornou essa estratégia, que vinha sendo utilizada desde o início do século XX, uma fórmula não possível naquele momento, não pelo menos de forma tranquila. A introdução de

[...] medidas que provocam alterações sensíveis no quadro institucional do setor elétrico [...] indicam uma inequívoca tendência à centralização. Embora [...] somente tenham sido colocadas em prática de maneira bastante atenuada, a instabilidade gerada faz com que não haja concorrentes para assumir os serviços de luz e força no município.<sup>505</sup>

Diante do impasse, outras organizações foram criadas para dar conta das obrigatoriedades dos editais abertos à espera de empresas concorrentes. São exemplos dessas, a Cooperativa Popular de Força e Luz

---

<sup>504</sup> SILVA, E. A., 1993.

<sup>505</sup> SILVA, E. A., 1993, p. 57.



e uma sociedade anônima com capital pontagrossense estabelecida em 1932 e formada de “pessoas idôneas”. De meados de 1931 até a assinatura de um novo contrato, em setembro de 1933, que se deu novamente com a Prada, a cidade se mobilizou em torno da “questão da luz”, sendo a gestão do jovem Brasil atingida em cheio, do início ao fim, por esse embaraço.

O que esteve em jogo ao longo de todo esse período foi a insistência da Prada em manter sua participação na nova concorrência contra aquelas outras organizações que disputavam a concessão de energia elétrica, representando uma tensão entre os poderes local e estadual mediante a ação direta do interventor na questão. Armando Silva comenta que houve, apesar da autonomia municipal nessa área, uma pressão política de Manoel Ribas, que anulou o edital aberto justificando tal ato pelo fato de que a única concorrente que se apresentou não possuía os requisitos básicos necessários para um serviço de qualidade. Vislumbrava-se no horizonte que a não participação da empresa Prada poderia acarretar maiores prejuízos do que a sua histórica falha na prestação dos serviços de força e luz, uma vez que uma suposta disputa judicial que não a permitisse disputar a concorrência iria prolongar ainda mais a necessidade urgente de um novo contrato.

Com isso, um novo edital foi aberto, justamente aquele que será logo depois prorrogado pelo prefeito Brasil Pinheiro Machado assim que assumiu o cargo. Naquele momento, além do agito revolucionário eclodido em São Paulo, a cidade de Ponta Grossa foi alvoroçada por comícios, depredações, reclamações e outras formas de mobilizações contrárias ao retorno da Companhia Prada de Eletricidade na disputa pela concessão do serviço. O artigo oitavo do novo edital de concorrência era o grande responsável por toda essa movimentação, uma vez que claramente dava preferência à Prada, com o apoio do poder estadual. Edson Armando Silva utiliza o noticiário veiculado no periódico *Diários dos Campos* para demonstrar a intensidade contrária à permanência da Prada.

Contra este artigo, manifestaram o seu protesto a Comissão Popular de Boicote à Companhia Prada, o Centro de Comercio e Indústria, a Associação Beneficente 26 de Outubro, o Sindicato Ferroviário da Linha Itararé Uruguai, o Sindicato dos Empregados de Serrarias e o Centro Operário Cívico Beneficente. Várias reuniões são realizadas e diversas

organizações da sociedade civil demonstraram ao prefeito o seu descontentamento. O artigo oitavo, que garante preferência à ex-concessionária, é considerado prejudicial às outras concorrentes, e se considerava que o edital 'é de tal forma favorável à empresa ex-concessionária que nenhuma outra se aventurará a tomar parte na concorrência'." <sup>506</sup>

Tendo sido a Revolução Constitucionalista, ou não, o principal motivo para a prorrogação de uma situação complicada que vinha se arrastando desde pelo menos o ano de 1931, e que somente ganhou uma solução mais estável, porém não sem contestação, no segundo semestre de 1933 com a volta da Prada como concessionária do serviço de energia elétrica na cidade, o momento em que se deu a gestão de Pinheiro Machado à frente da Prefeitura põe em evidência o jogo político rumo à centralização do país mediante o alinhamento dos governos locais com o federal.

O "sacrifício" de Brasil Pinheiro Machado para continuar no cargo do executivo municipal pode ser interpretado, retrospectivamente, no sentido dado por Maria Alice Rezende de Carvalho, quando a autora descreve as características e o momento em que viviam aqueles intelectuais que saíram do gabinete e passaram a atuar diretamente nos quadros governamentais em prol da construção do Estado nacional, nos anos 1930. Assim, ao lado da complexa situação referente à energia elétrica, outras demandas e ações municipais ocorridas na curta gestão de Pinheiro Machado indicam os contornos cada vez mais nítidos tanto desse movimento de centralização, como do intelectual com atuação política em nome da coletividade mais ampla.

Não somente a administração de demandas em andamento, como a "questão da luz", mobilizava o cargo de prefeito naquela ocasião, mas havia outras solicitações que deveriam ser feitas diretamente ao Governo Provisório, como o pedido do executivo municipal para a instalação de órgãos federais públicos em Ponta Grossa. Foi o caso da solicitação, intermediada pelo interventor federal no Paraná, Manoel Ribas, de um novo prédio para a agência de Correios e Telégrafos da cidade de Ponta Grossa. Assinando ao lado de Ribas, Pinheiro Machado enviou o pedido ao Ministério da Viação, pasta pela qual então respondia José Américo de

---

<sup>506</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 29/07/1932, n. 3 5.836.

Almeida, importante liderança civil que se aproximara do grupo tenentista dando apoio à criação do Clube 3 de Outubro e, portanto, político atrelado ao ideário da construção de um governo intervencionista e reformador.<sup>507</sup>

A modernização da infraestrutura nacional certamente passava por essa construção idealizada de eficiência do pós-1930, e o prefeito pontagrossense buscou isso para o seu município com a complementação e a renovação dos serviços públicos. No telegrama àquele ministro, o apelo era para a liberação de verba a ser empregada na construção do tal prédio à altura do crescimento do serviço de Correios e Telégrafos na cidade, sendo que o existente já era considerado muito “acanhado”. Adjetivando o ministro enquanto estadista, o prefeito contava com o entendimento dessa autoridade federal no sentido de o município de Ponta Grossa poder oferecer aos cidadãos um serviço coletivo moderno. Para reforçar o pedido, Pinheiro Machado enviou outro telegrama, dessa vez a Manoel Ribas quando este se encontrava no Rio de Janeiro. O prefeito lembrava ao interventor a importância dele aproveitar a estadia na capital federal e se apresentar pessoalmente ao ministro José Américo para defender a pertinência do pedido da verba para a construção do prédio em questão.<sup>508</sup>

As ações do prefeito Brasil, no entanto, foram sempre acompanhadas por um clima instável quanto a sua permanência no cargo, uma vez que desde o início sabia-se da sua intenção de não se delongar em tal função. A questão da luz, inclusive, foi bastante utilizada pela população como meio de detê-lo até que esse candente assunto estivesse resolvido.<sup>509</sup> Porém, as notícias sobre o pedido de demissão do jovem prefeito continuavam a chegar e, no mês de dezembro de 1932 esse boato começou a se configurar como um acontecimento iminente, pois havia um motivo concreto para que isso realmente ocorresse: o Ginásio Regente Feijó.

Ao se licenciar do cargo de diretor do Ginásio para assumir a prefeitura, Pinheiro Machado havia escolhido um substituto para assumir suas aulas, uma vez que também era professor desse estabelecimento de

---

<sup>507</sup> *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. [online]. Disponível na Internet via*

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/PaisDosTenentes>

<sup>508</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 8/11/1932, n. 5.971.

<sup>509</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 13/12/1932, n. 6.002.

ensino. Tal nome, porém, não foi aceito pelo Diretor Geral da Instrução Pública do Paraná. Para o editorial do *Diário dos Campos*, esse jogo político teria sido o principal motivo do pedido de afastamento por parte de Machado, pois diversas notícias, quando da sua ascensão ao cargo de chefe do executivo municipal, davam conta do desejo de se alcançar uma mudança comportamental, identificando a figura do jovem Brasil a essa possibilidade de superação de velhas práticas políticas.

A nomeação dele para compor o Conselho Consultivo Municipal, no entanto, atesta que esse desejo expresso nas páginas do *Diário dos Campos* não seria tão simples de ser realizado dada a complexidade do jogo político movimentado por adaptações dessas velhas práticas às novas formas de relacionamentos entre Estado e sociedade. Não se perseguiu, no presente trabalho, a continuidade ou não de Brasil Pinheiro Machado junto a esse conselho, mas a construção da sua biografia pública informa que ele será deputado estadual entre 1935-1937 pelo partido criado por Manoel Ribas, o Partido Social Democrático (PSD); isso dimensiona o peso do Estado na vida política de Machado em dois sentidos: como emanção do poder e da política, bem como alvo de influência para se concretizar sonhos mais amplos, mais universais. O seu nome para compor o Conselho Consultivo Municipal de Ponta Grossa, em março de 1933, pode ser interpretado, assim, como um meio de mantê-lo na arena decisória da política local em um período quando já havia se afastado da prefeitura e retornado às suas funções no Ginásio Regente Feijó.

Quando do início da formação de candidaturas à Assembleia Constituinte do Estado do Paraná, em 1934, a relutância explícita de Brasil Pinheiro Machado que marcou a aceitação do cargo de prefeito não se repetiu. Isso atesta que, apesar da importância superior por ele dada às atividades educacionais naquele Ginásio, as mesmas poderiam conviver com a atuação político-partidária em uma alçada superior. Importante recordar, inclusive, que apenas um dia antes do anúncio do seu nome como prefeito de Ponta Grossa, o *Diário dos Campos* havia publicado uma rápida entrevista com Pinheiro Machado a fim de apurar porque ele havia decidido anunciar inesperadamente seu afastamento dos cargos de diretor e de professor do Ginásio Regente Feijó. A resposta foi bastante evasiva:

Soubemos ontem, do próprio Dr. Brasil Pinheiro Machado, haver ele pedido sua demissão do cargo de diretor do Ginásio Regente Feijó. Interrogando-o dos motivos que o levaram a renunciar ao cargo que, tão a contento, vinha exercendo, disse-nos não os ter:

- Quero apenas descansar.

E adiantou.

- Há já algum tempo que vinha pensando nisto.

O diretor demissionário do Ginásio, um moço inteligente e culto, vinha se dedicando com verdadeiro zelo e interesse às coisas do Regente Feijó. É, pois, bastante lamentável, que não mais queira permanecer à frente desse instituto de ensino, onde a sua falta, cremos nós, vai se fazer sentir, mormente por ter sido ali um espírito sensato, que com o seu modo de agir afastou desse estabelecimento as [quesilias] políticas, tão do agrado de certos personagens.<sup>510</sup>

A notícia do dia seguinte a essa misteriosa declaração respondeu a questão, pois anunciou que ele havia sido nomeado prefeito.<sup>511</sup> Ao se analisar sua atuação na Assembleia Constituinte do Paraná, no capítulo 6 da presente tese, muito será esclarecido quanto a essa postura de Pinheiro Machado a princípio dúbia, uma vez que para ele, basicamente, a participação na política estadual colocar-se-á como uma posição significativamente mais avançada do que aquela que havia experimentado em nível local. E esse papel como deputado estadual aproximar-se-ia das questões por ele perseguidas em relação à identidade histórico-geográfica local em tensão com a nacional e a latino-americana, fato que justifica o peso mais elevado que havia dado ao Ginásio Regente Feijó em comparação à prefeitura, mesmo que tenha cedido a este último encargo. Ou seja, não era a atuação política propriamente dita que o deixara em relutância quando nomeado prefeito, mas sim o exercício de um cargo público que estava distante das alçadas decisórias nas quais se poderia lograr, efetivamente, a construção da nacionalidade. Os debates que travará na Assembleia, bem como seus apartes, mantiveram vivo o “espírito universitário” que ainda carregava consigo e que carregou para o mundo da política. As fronteiras entre ação pública e engajamento intelectual eram, portanto, necessariamente brandas e fluidas.

Para a população pontagrossense, o cargo público de prefeito tinha um peso considerável e, assim, o nome de Brasil Pinheiro Machado não se

---

<sup>510</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 03/08/1932, n. 5.894.

<sup>511</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 04/08/1932, n. 5.895.

desligara prontamente dessa função quando dela ele se exonerou. Antes das eleições à Assembleia Constituinte do Paraná, em 1934, o *Diário dos Campos* iniciou uma enquete com a seguinte pergunta: “Quem deve ser o prefeito de Ponta Grossa?”<sup>512</sup> Por meio de uma cédula que vinha impressa nos exemplares, o leitor escrevia o nome desejado para assumir o cargo e o seu próprio, como eleitor, recortava o pedaço de papel e o entregava na sede do jornal para que o periódico fizesse as apurações diárias. Isso ocorreu ao longo de todo o mês de fevereiro daquele ano, o que era acompanhado pela publicação de entrevistas com as personalidades públicas que atingiam o topo da lista. Em uma determinada altura, o nome de Brasil Pinheiro Machado esteve em primeiro lugar, com 26 votos, sendo seguido pelo de Benjamim Mourão,<sup>513</sup> com 10 pontos abaixo.

Conforme o sistema adotado pelo diretor do jornal, o ex-prefeito logo foi abordado pelos repórteres do *Diário dos Campos* para responder outra enquete, dessa vez destinada aos próprios indicados para que tornassem públicas aos leitores as suas respectivas visões sobre o principal desafio da função à frente do executivo municipal. A pergunta era: “Quais os principais problemas de Ponta Grossa no momento?”.

[...] Começamos em nossa útil tarefa, que visa ventilar questões que sobremodo nos interessam, pela opinião do Dr. Brasil Pinheiro Machado [...] uma das mais robustas e aprimoradas culturas da nova geração paranaense. O Dr. Brasil P. Machado se dignou nos enviar a seguinte resposta à pergunta que lhe fizemos, sobre o assunto em apreço:

‘Os americanos criaram uma expressão incisiva para dar continuidade à política dos seus presidentes; o destino manifesto. Pois bem, essa expressão pode bem esclarecer, na minha opinião, o maior dos problemas de Ponta Grossa. O destino manifesto de nossa cidade é o de ser ela a centralizadora e distribuidora de todos os movimentos econômicos e sociais do planalto paranaense.

Isto, em linguagem mais concreta, significa que o problema básico, de cuja solução depende a vida pontagrossense, é a ligação (transportes) entre

<sup>512</sup> *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 19/05/1934, n. [6.4819].

<sup>513</sup> Engenheiro civil, Benjamin Mourão foi inspetor federal do Ginásio Regente Feijó, de 1928 a 1937, e um dos professores do primeiro quadro docente do mesmo estabelecimento na disciplina de Instrução Moral e Cívica. Também em Ponta Grossa, foi chefe municipal do integralismo. Tinha estreitas relações com as organizações católicas do estado, tendo sido responsável pelo projeto arquitetônico da sede própria do Círculo de Estudos Bandeirantes, inaugurada em Curitiba no ano de 1945. Na gestão de Brasil Pinheiro Machado na Prefeitura de Ponta Grossa, Mourão foi o responsável pelos estudos técnicos para viabilizar a captação das águas do rio Botuquara, a fim de aumentar a capacidade de abastecimento da cidade. Ver: OLIVEIRA, Joselfredo Cercal de, 2002. (sobre o Ginásio Regente Feijó. As demais informações biográficas foram retiradas das fontes jornalísticas utilizadas para a escrita deste item veiculadas no *Diário dos Campos*.)

Ponta Grossa e o sertão, por onde se possa expandir o comércio (considerando que Ponta Grossa seja sempre essencialmente comercial) ou por onde se espalhem os produtos de nossa indústria, quando penetrarmos nessa fase de superior economia.

Diante deste problema de transportes entre nós e o sertão, todos os outros problemas internos da cidade me parecem subsidiários ou de segunda plana.<sup>514</sup>

Essa posição privilegiada, porém, não durou, e logo em seguida seu nome se manteve sempre por volta da quinta colocação de uma lista de mais de uma dezena de indicados por meio da enquete popular. Como mencionado acima, o tema do transporte foi a bandeira de um dos membros daquela composição original do Conselho Consultivo Municipal de Ponta Grossa, o industrial madeireiro Theóphilo Cunha, mas o assunto impregnava vários setores sociais da cidade, principalmente desde a chegada, em pleno contexto da Revolução Federalista, dos primeiros trilhos de ferro que a ligaram a Paranaguá. Em seguida, no ano de 1899, Ponta Grossa foi atingida pela estrada ferroviária São Paulo – Rio Grande e, desde então, a cidade-entroncamento passou a ser uma das imagens mais fortes para representá-la. Sem maiores delongas, por enquanto, quanto a esse aspecto imagético de Ponta Grossa, que será tratada no próximo capítulo, o que interessa observar, por ora, é a assimetria entre essa importância estratégica do município se contrastada com a fala de Brasil Pinheiro Machado ao anunciar a ausência de ligação entre a sua cidade natal e os “sertões”.

Mais uma vez, nesse ponto da análise, se pode reforçar a visão que aqui está se construindo sobre a vivência política do ainda jovem Brasil Pinheiro Machado, o qual apresentava preocupações voltadas para espaços identitários mais amplos. A menção ao “Destino Manifesto” na entrevista acima pode atestar essa leitura mais alargada que ele fazia dos assuntos relativos à regionalidade, lançando mão de conceitos e ações que explicariam a identidade nacional no quadro americano. Desse modo, se não politicamente, mas em termos culturais, o município, enquanto unidade administrativa, teria, sim, papel fundamental na edificação do país, tendo como pano de fundo as Américas. Se esse caminho fosse trilhado em arenas políticas e em jurisdições mais próximas e com possibilidades de

---

<sup>514</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 25/05/1934, n. [6.4824].

intervenção no poder central, tanto melhor.

### 4.3 Ao interventor, uma missão

Na trajetória pública de Brasil Pinheiro Machado, entre os cargos públicos por ele exercidos o de interventor federal no Paraná, ao longo de oito meses do ano de 1946, é o mais diretamente articulado ao Estado central. Escolhido para essa função pelo presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, a partir de uma lista quádrupla <sup>515</sup>, o que se põe em evidência nessa experiência, no entanto, é, mais uma vez, a condição interina na qual Machado assumiu tal posição.

Se, como prefeito de Ponta Grossa a aceitação para desempenhar essa tarefa à frente do executivo municipal fora, inicialmente, atrelada ao desdobramento da Revolução de 1932, a de interventor esteve vinculada ao fortalecimento nacional do PSD e ao cumprimento do pacto constitucional. Uma vez cumpridas tais tarefas, Pinheiro Machado estaria livre para deixar o cargo federal.

A tarefa primordial de Machado, desse modo, era arregimentar seus correligionários do PSD para que a sigla lançasse um nome forte do candidato a governador do Paraná, o qual seria escolhido por meio de eleições diretas convocadas para o dia 19 de janeiro de 1947. De volta ao Rio de Janeiro, cidade onde havia se formado bacharel em Direito, no ano de 1930, não o foi até a capital federal para tomar acento na cadeira de deputado estadual, para a qual havida sido eleito no último pleito de dezembro de 1945, mas para fazer uma primeira conversa, na condição de interventor, com os políticos paranaenses que lá estavam exercendo cadeiras no legislativo federal <sup>516</sup>.

---

<sup>515</sup> Candidato pela aliança PSD-PTB, Dutra foi eleito com 55,39% do total dos votos; no estado do Paraná, foi candidato mais votado. Brasil Pinheiro Machado tomou posse no cargo de interventor federal no dia 25 de fevereiro de 1946, tendo seu nome sido escolhido a partir de uma lista quádrupla, na qual constavam os seguintes nomes: Alô Guimarães (Curitiba/PR, 1903 – Curitiba/PR, 1985), Carvalho Chaves (Macaíba/RN, 1875 – Curitiba/PR, 1949) e Moisés Lupion, todos membros do PSD paranaense.

<sup>516</sup> A bancada federal do Paraná era composta pelos seguintes nomes: do PSD – Aramis Tabora Ataíde, Fernando Flores, José Teófilo Gomy Junior, João Aguiar, Lauro Lopes e José Munhoz de Meto; da UDN – Erasto Gaertner e Bento Munhoz da Rocha Neto; e do PTB – Melo Braga.



Pinheiro Machado iniciou [...] consultas no partido e, passadas algumas semanas, organizou uma lista de dez nomes dentro do PSD tidos como candidatos [...]. Eram os seguintes: Oscar Borges, Flávio Suplicy de Lacerda, Pretextato Taborda, Alcides Pereira Júnior, Lauro Lopes, Gomy Júnior, Aramis Ataíde, Alô Guimarães, João Aguiar e Francisco Pereira [...]. Excluído deliberadamente da relação de pré-candidatos, Moysés Lupion já corria por fora, em campanha pelo interior do estado [...].<sup>517</sup>

Apesar de seu próprio nome não constar dessa lista inicial de dez potenciais futuros governadores do estado, o ritmo dos trabalhos de articulação do interventor Pinheiro Machado se assemelhou ao de uma campanha política, bastante agitada, por sinal. Mesmo com a derrubada do governo de Getúlio Vargas ainda vigia no país a Lei de Segurança Nacional, permitindo atividades de vigilância sobre toda essa movimentação, inclusive sobre os passos dos correligionários dos partidos políticos grandes, como o PSD e a UDN. Essa situação, no entanto, para esses partidos constituídos de cima para baixo ainda no Estado Novo, acabava sendo favorável, no sentido de que se mantinha o controle sobre os movimentos de esquerda. Por outro lado, esses mecanismos criados na ditadura varguista continuavam a ser utilizados por dissidentes dentro de um mesmo partido, como foi o caso do PSD paranaense, o que acarretou, ao final das contas, a exoneração de Pinheiro Machado do cargo de interventor antes do que se esperava.

Nessa disputa interna do PSD em torno do candidato a governador do Paraná, se vislumbra o início do cenário de oposição, o qual um pouco mais tarde, no contexto do Primeiro Centenário, ficará bem explicitado pela disputa política entre Lupion e Bento – o primeiro para se manter no comando do executivo estadual e o segundo para chegar, pela primeira vez, ao cargo de governador. Isso é importante porque acentua um contraste entre dois grupos: os ligados ao “Paraná Tradicional” e os que aderiram ao “Paraná Moderno”; o primeiro identificado como espaço social e político da elite agrária e o segundo aos empreendedores das economias mais recentes, como a cafeicultura do Norte e a expansão territorial para o Oeste e Sudoeste do estado.

Ao passo que a escolha de Brasil Pinheiro Machado para interventor

---

<sup>517</sup> REBELO, Vanderlei, 2005. P. 82

federal no seu estado natal poderia significar a manutenção de grupos tradicionais locais no poder público, bem como a possibilidade de inserir aqueles que haviam ficado de fora da estrutura governamental durante o Estado Novo, o crescimento rápido de Moysés Lupion, por outro lado, causou uma imediata dissidência entre os militantes do PSD.

Já se mencionou, logo acima e no capítulo primeiro desta tese, o significado da figura de Lupion para os políticos paranaenses vinculados à elite do “Paraná Tradicional”. A resistência de Brasil Pinheiro Machado quanto ao apoio integral do PSD ao empresário Lupion acabou, portanto, por colocar a bancada federal pessedista contra ele próprio. Os deputados federais correligionários que se colocaram contrários ao interventor foram Aramis Taborda Ataíde (Curitiba/PR, 1900 – Curitiba/PR, 1971)<sup>518</sup>, Fernando Flores e João Teófilo Gomy Júnior, este último o mais ferrenho entre eles e assinante da carta oficial de rompimento com Pinheiro Machado, publicada nos jornais no primeiro dia de setembro de 1946. A resposta do interventor a esse rompimento formal saiu poucos dias depois, quando fez uma retrospectiva das decisões tomadas pela comissão executiva do PSD em abril daquele ano, destacando o objetivo maior a ele imposto por Dutra de manter a “paz política” até a promulgação da nova constituição federal.

Voltando a Curitiba [após encontro com o presidente Dutra] compareci à sessão do Partido no dia 26 de abril na qualidade de membro da comissão executiva. Ali expus as diretrizes decorrentes das instruções [do governo central], fazendo um apelo aos demais membros para que se abstivessem de assumir compromissos pessoais ou animar qualquer possível candidatura, em prol da paz política.<sup>519</sup>

O *Diário dos Campos* acompanhou esse conflito político, cujo centro era o pontagrossense Machado, replicando notícias vindas da sucursal de Curitiba. Entre abril, quando se deu a assunção do interventor à presidência do PSD, e setembro, mês do rompimento com o interventor, os correligionários pessedistas provocaram retaliações de ambos os lados.

---

<sup>518</sup> Formado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, em 1924, foi professor catedrático nessa Universidade e presidente da Cruz Vermelha no Paraná. Na política, exerceu a função de deputado estadual, entre 1928 e 1930, deputado federal para os mandatos de 1946 a 1955. Em âmbito federal, foi ministro da Saúde no governo de Café Filho.

<sup>519</sup> *Diário dos Campos*, Curitiba, 04/09/1946, n. 12.933.

Enquanto isso, a ala lupionista recrudescia e angariava alianças junto aos outros dois principais partidos, o PTB e a UDN, isolando Machado no âmbito do PSD, o qual, no entanto, ainda contava com o apoio dos demais deputados federais do seu partido, além de Erasto Gaertner e Bento Munhoz, da UDN, e Rubens de Melo Braga, do PTB.

Apesar da renovação dos quadros da administração nacional com a queda do governo Vargas, a conciliação continuava a ser a chave mágica para o sucesso político, culminando essa divergência paranaense na demissão do interventor, no 28 de setembro de 1946, 10 dias depois da promulgação da constituição. Dessa forma, a nova carta magna desempenhou o papel que a Revolução Constitucionalista de 1932 havia tido quando Machado estava no cargo de prefeito de Ponta Grossa, ou seja, serviu como marco estratégico do afastamento do exercício de cargos políticos, os quais ele havia assumido em uma condição transitória.

Brasil Pinheiro Machado continuará, todavia, a comandar a dissidência do PSD que rejeitava o lupionismo. Essa recusa ficará explicitada no apoio que o ex-interventor passou a dar a Bento, o qual acabou polarizando a campanha com Lupion na disputa do cargo de governador do Paraná.<sup>520</sup> Tal concorrência opôs a tradição contra algo novo, situação essa que pode ser amplificada para o cenário nacional pós-Estado Novo.

É importante notar aqui que *tendencialmente* a tentativa de reordenar a vida política brasileira, mantendo a hegemonia dos setores dominantes – já *per si* fragmentados – dispensando o recurso ao *populismo* getulista, ia-se revelando fracassada. Sem bases efetivamente populares, os partidos conservadores (PSD e UDN) tenderiam, no decorrer do processo, à perda das rédeas da condução política da Nação. As disputas eleitorais, ao contrário do ocorrido com a Constituinte, não seriam mais polarizadas pelos grandes partidos, tornando-se muito mais ‘palmo a palmo’, e o fracionamento interno seria inevitável.<sup>521</sup>

---

<sup>520</sup> Nas eleições realizadas em 1947, Moysés Lupion foi eleito para governador do estado do Paraná com 59% dos votos, seguido de Bento, que angariou 29% do eleitorado. Nesse mesmo ano, Brasil Pinheiro Machado foi nomeado juiz do Tribunal de Contas do estado. Antes disso, o *Diário dos Campos* anunciou que o nome de Pinheiro Machado estava cotado para desembargador do Tribunal de Apelação do Estado, onde já atuara durante o Estado Novo como procurador-geral (assunto tratado no capítulo 5 desta tese). A proposta foi por ele recusada, pois informou que havia recebido uma bolsa de estudos de uma entidade de cultura inglesa para estagiar em Londres, o que não foi confirmado nesta pesquisa.

<sup>521</sup> FAUSTO, B., 1986, p. 245.

Era um novo patamar do exercício da política e do poder. Décadas mais tarde, em 1985, ao ser entrevistado pelos pesquisadores do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), que realizavam um estudo sobre a história política do Paraná, Brasil Pinheiro Machado foi solicitado a responder sobre aquele momento quando foi escolhido para interventor federal no Paraná. O primeiro aspecto lembrado pelo ex-interventor foi a condição transitória pela qual exerceu esse cargo, reafirmando algo que na época havia sido a principal justificativa dessa natureza de governo, o preenchimento do vácuo de poder enquanto a nova constituição não definisse as regras a respeito dos governos estaduais. Em segundo lugar, do mesmo modo, reanimou aquela época ao considerar a missão principal que recebera do presidente Dutra, a de reorganizar e fortalecer o PSD, compondo cada vez mais traços de partido nacional.

Nas eleições, Moysés Lupion consagrou-se como líder entre todos aqueles que estavam lutando nesse período. O governo Lupion, um governo de 4 anos, foi um governo tranquilo, no qual se firmaram as instituições e o partido a que pertencia, PSD. [...]. O governo do presidente Dutra e o governo de Lupion foram tranquilos porque havia um pacto, ainda que vago, entre os partidos, para a reorganização política institucional do Brasil.<sup>522</sup>

Brasil Pinheiro Machado recuperou uma memória política que já havia amenizado a acentuada dissidência interna que ocorrera no PSD, que o separou nitidamente em duas alas, com contraste mais acentuado para a que passou a apoiar Lupion ao cargo de governador. Nessa memória, o ex-interventor deixou entrever que, por causa da ausência de liderança política no Paraná, com a morte de Manoel Ribas no final de janeiro de 1946, Lupion acabou ocupando esse lugar. No entanto, tal liderança se diferenciava bastante daquela exercida por Ribas, e pelo próprio Machado como prefeito e mesmo como interventor, pois a motivação era realmente pela conquista do poder, 'palmo a palmo'.

Retrospectivamente, se nota que de fato o lupionismo agiu enquanto uma força política avassaladora, pois que ultrapassava a linha imaginária do

---

<sup>522</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. *Brasil Pinheiro Machado*: entrevista, outubro de 1985. Entrevistadores: Alfeo Cappelari, Ana Maria Burmester, Francisco Moraes Paz, Marionilde Dias Brehol de Magalhães, Neda Mohtadi Dustdar, Viviane Ribeiro. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, 1989. pp.5-24.

“Paraná Tradicional” e dizia representar comunidades localizadas para além dessa fronteira sócio-política, onde, por muito tempo, agiram as oligarquias regionais. Naquela entrevista de 1985, o ex-interventor afirmou claramente que o PSD era um partido político que se apoiara nas oligarquias tradicionais do interior, mas ao final das contas se assemelhava aos demais que existiam naquela época, como a UDN e o PR. Lembrou ainda que as siglas organizadas pelos comunistas, pelos socialistas e pelos trabalhistas – com a criação do PTB no segundo governo de Getúlio Vargas – se diferenciavam daquelas tradicionais por não representarem grupos, mas classes sociais.

Mais uma vez, portanto, ao seguir a memória de Brasil Pinheiro Machado, suas vivências políticas parecem ter sido mobilizadas por grandes eventos nacionais. Assim o fora, conforme descrito na Apresentação, à frente do cargo de procurador-geral, quando foram promovidas mudanças em todos os aspectos dessa função, desde o ingresso na carreira da magistratura até a legislação federal, aspectos por ele mesmo lembrados no depoimento que concedeu ao Memorial do Ministério Público do Paraná. A experiência na condição de interventor federal foi vista do mesmo modo.

A questão é que eu era interventor, não era eleito e podia ser demitido a qualquer momento que o governo quisesse. Toda a força é dirigida para o Rio, no sentido de que o governo federal e a direção do partido [PSD], exercida pelo Nereu Ramos, entrassem em acordo ou então eu renunciasse. Num certo momento, acossado por todos esses poderes, eu fui ao Rio e em conferência com o presidente da República e com o chefe do partido, eu renunciei sem sair do partido. Foi nomeado então um militar, [...], o general Mário Gomes, coronel naquele tempo. Ele era um militar da administração do Exército. Ele veio encarregado de presidir as eleições para governador. O poder Judiciário presidiu as eleições de presidente da República; agora vinha um interventor para presidir as eleições locais.<sup>523</sup>

Momentos de transições nacionais, enfim, marcaram essas atuações de Brasil Pinheiro Machado como homem público. Tais mudanças, contudo, acontecidas em um nível macro, acabaram por consolidar aquele perfil duplo defendido ao longo de toda esta tese, o de intelectual e político, no qual, certamente, a trajetória de Brasil Pinheiro Machado é reconhecida. A análise que fez sobre o governador Bento Munhoz da Rocha Neto pode ser muito

---

<sup>523</sup> MACHADO, B. P., 1989.

bem aplicada pelo estudioso que se debruça sobre as experiências públicas do próprio Machado: “*Ele [Bento] se confessava mesmo um homem tradicionalista mas que compreendia todo o mundo moderno, a vida moderna.*”<sup>524</sup>

O capítulo seguinte se dedica a compreender o exercício da função de procurador-geral da Justiça do Paraná, para o qual Pinheiro Machado foi nomeado por Manoel Ribas, em 1939. O objetivo é o de ver as redes sociais que possibilitaram que ele chegasse a esse cargo e o que representou em sua carreira profissional, considerando-se o índice de intervenção pública que tal função lhe permitiu em contexto local ainda tradicional.

---

<sup>524</sup> MACHADO, B. P., 1985.

## CAPÍTULO 5 –

### **O PROCURADOR, 1939-1945**

[...] era um governo ditatorial, o governo do Getúlio. Como iria se harmonizar uma instituição como a do M[Ministério] P[Público], que justamente se caracteriza pela defesa da lei em um governo ditatorial? Isso nós ainda temos que explicar, mas eu tenho a impressão de que foi pelo dinamismo do governo ditatorial nas reformas sociais, nas reformas econômicas, em todas aquelas reformas de que se fez de um Brasil arcaico para o caminho de um Brasil moderno que se pode harmonizar apesar de tudo. [...]. O MP e todas as outras instituições que defendiam a lei puderam viver.<sup>525</sup>

#### **5. 1 O Chefe do Ministério Público Do Paraná: *the right man in the right place.***

A nomeação para o cargo de procurador-geral da Justiça do estado do Paraná, em março de 1939<sup>526</sup>, provocou uma mudança significativa na vida profissional de Brasil Pinheiro Machado e o definitivo afastamento das funções de diretor e de professor de história do Ginásio Regente Feijó, às quais se dedicara ao longo de toda a década de 1930, desde que retornara do Rio de Janeiro. Na esfera privada também se deu uma alteração, pois ele e sua família transferiram a residência para Curitiba, onde ficariam definitivamente. A notícia da nomeação e da fixação de Pinheiro Machado na capital do estado agitou Ponta Grossa, e várias homenagens foram feitas para comemorar a escolha do primeiro procurador-geral de origem pontagrossense. Uma dessas solenidades de despedida foi o banquete oferecido no Clube Germânia, um dos mais antigos da cidade.

Nome formado e respeitado no Paraná e fora dele, mercê de uma formação e de uma inteligência privilegiadas, ex-deputado estadual, atualmente

---

<sup>525</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. *Brasil Pinheiro Machado: depoimento* [1996]. Entrevistadores: Comissão do Memorial do Ministério Público do Paraná. Curitiba, 1996.

<sup>526</sup> PARANÁ. Decreto n. 8.292, de 15 de março de 1939. (Diário Oficial do Estado do Paraná, [18/3/1939]). Brasil Pinheiro Machado não pertencia ao quadro do Ministério Público do Paraná e foi escolhido pelo interventor Manoel Ribas para ocupar essa função.

diretor do Ginásio Regente Feijó, o dr. Brasil Pinheiro Machado será, na Procuradoria Geral do Estado, verdadeiramente o que se poderá dizer *'the right man in the right place'*. [...] o nosso pesar por o vermos afastar-se do nosso convívio, excede, até, a alegria que nos causou a sua nomeação. Entretanto, isso serve para provar, apenas, o conceito em que o temos e a compreensão, também nossa, do seu papel preponderante na vida das altas esferas da sociedade princesina. O governo paranaense pode estar certo de ter feito uma grande conquista ao chamar para servi-lo ativamente o dr. Brasil Pinheiro Machado.<sup>527</sup>

Esses desempenhos anteriores mencionados na notícia, aliados à sua 'inteligência', concluía o periódico *Diário dos Campos*, encaminharam Brasil Pinheiro Machado 'naturalmente' para cargos públicos mais expressivos. A vaga preenchida pelo bacharel pontagrossense foi possibilitada com a saída do então procurador-geral, Manoel Lacerda Pinto (Lapa/PR, 1893 – Curitiba/PR, 1974)<sup>528</sup>, visto este ter sido nomeado para a pasta da Secretaria do Interior e Justiça do estado.

Juntamente ao significado social da escolha do pontagrossense para o cargo em questão, se faz necessário investigar qual era a posição e as atribuições da Procuradoria Geral do Paraná na estrutura do governo estadual naquele momento, ou seja, o viés político dessa entidade e dessa nomeação. Já se observou, na Introdução a esta tese, a situação-limite que acabou configurando o exercício de Brasil Pinheiro Machado nesse cargo, tendo sido o último da geração de magistrados paranaenses inteiramente nomeada de forma direta pela chefia do executivo estadual, então exercida por um interventor federal no Paraná, na pessoa de Manoel Ribas. Portanto, no dia da posse, o novo procurador-geral prestou o compromisso

<sup>527</sup> *Diários dos Campos*, Ponta Grossa, 16/03/1939, n. 10.162.

<sup>528</sup> “Em Curitiba realizou o curso secundário no Ginásio Paranaense. Em dezembro de 1912 foi para São Paulo, onde se matriculou na Faculdade do Largo de São Francisco, concluindo o curso em 1917. Regressando a Curitiba onde advogou até 1930, quando, por Ato do Interventor Mário Tourinho, foi nomeado membro do Conselho Consultivo do Estado. Em 1934, foi eleito deputado federal à Constituinte pelo Partido Social Democrático e pela Liga Eleitoral Católica. Exerceu o mandato de deputado até a promulgação da Constituição, e não pleiteando a reeleição, voltou a advogar. Em 1937 foi nomeado Procurador-Geral do Estado, permanecendo à frente do Ministério Público até 1939, quando foi nomeado para o cargo de Secretário do Interior e Justiça. □□ Em novembro de 1941 foi nomeado Desembargador. Exerceu as funções de Presidente do Tribunal de Justiça de 1949 a 1952 e de 1959 a 1960. Foi membro do Tribunal Regional Eleitoral por quatro anos, tendo ocupado a Presidência daquela Casa também. □□ Aposentou-se como Desembargador, por limite de idade, em 1963. □□ Desde 1940 pertenceu à Congregação da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, na qualidade de titular da cadeira de Ciências Políticas do Curso de Ciências Sociais. De 1949 a 1950 exerceu as funções de Professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.”  
(Fonte: Memorial do Ministério Público do Paraná. Disponível em: <http://www.memorial.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=75.>)



pronunciando, na presença do interventor, a seguinte fórmula-padrão: “Prometo desempenhar com honra e lealdade as funções do cargo de procurador-geral da justiça do Paraná.” Naquele contexto estadonovista, a lealdade, antes de tudo, estava associada à figura de Ribas, uma vez que era prerrogativa dessa autoridade indicar o ocupante do cargo em questão. E, por conseguinte, as atribuições inerentes a esse posto eram estreitamente articuladas ao poder executivo estadual.

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) foi criado em 1891, após a Constituição Federal da República dar a competência aos estados federativos para que cada unidade legislasse sobre o direito processual e organizasse a sua respectiva estrutura judiciária. A Lei estadual n. 3, de 12 de junho desse ano, autorizou a criação, no Paraná, do Tribunal de Apelação, de segunda e última instâncias, composto por cinco desembargadores e que fora solenemente instalado no dia primeiro de agosto. Dessa data dos primórdios da República e até o final do Estado Novo juntamente a esse Tribunal se encontrou o Ministério Público do Paraná, cujo chefe era o procurador-geral da Justiça. Poucos dias depois, o decreto n. 1, que instituiu esses órgãos, dispôs, em seu artigo 40, as atribuições específicas do MP/PR, determinando

[...] que a ele incumbia a representação e defesa dos interesses do estado, bem como os da justiça pública, dos órfãos, interditos e ausentes, perante os juízes e tribunais. O procurador-geral teria mandato certo, por quatro anos, e seria nomeado por ato do presidente do estado, dentre bacharéis em direito, com pelo menos cinco anos de prática forense, contados da sua graduação.<sup>529</sup>

Na gestão do primeiro procurador-geral pontagrossense a situação do Tribunal de Apelação e, por conseguinte, a do MP/PR, era a de um agente do Poder Executivo juntamente ao Judiciário.<sup>530</sup> Essa configuração

<sup>529</sup> PARANÁ. Decreto n. 1, de 15 de junho de 1891.

<sup>530</sup> Na Constituição de 16 de julho de 1934, o Ministério Público (federal e estaduais) havia sido classificado como um órgão de cooperação nas atividades governamentais ao lado do Tribunal de Contas e do Conselho de Técnicos. Credita-se a essa situação um início de autonomia desse órgão, pouco tempo depois desprezada pelo Estado-Novo e reinicializada, a partir de 1942, quando do Primeiro Congresso Nacional do Ministério Público. Informações disponíveis na Internet via: [www.mp.rj.gov.br/portal/page/portal/Internet/Conheca\\_o\\_MP/Historia](http://www.mp.rj.gov.br/portal/page/portal/Internet/Conheca_o_MP/Historia). Considera-se também, como elemento representativo do aumento de poder do Ministério Público, as obrigações impostas pelo Código do Processo Penal (entrado em vigor em 1º de

institucional é algo que, de acordo com o depoimento do próprio ex-procurador-geral Brasil Pinheiro Machado, ainda aguardava alguma explicação. Em 1996, quando foi entrevistado pela comissão organizadora do Memorial do Ministério Público do Paraná, comentou sua impressão de como foi possível harmonizar uma instituição de defesa da lei com um governo autoritário.

Isso nós ainda temos que explicar, mas eu tenho a impressão de que foi pelo dinamismo do governo ditatorial nas reformas sociais, reformas econômicas, em todas aquelas reformas de que se fez de um Brasil arcaico para o caminho de um Brasil moderno que se pôde harmonizar, apesar de tudo, o Ministério Público e todas as outras instituições que defendia a lei [...].<sup>531</sup>

Quando da mudança da sede do Tribunal, em 1944, a presença do interventor na cerimônia não causara estranhamento algum quanto ao contexto autoritário no qual aquela entidade judiciária se fortalecia e deixava para trás os tempos quando funcionava em endereços emprestados de outros poderes.<sup>532</sup> Nessa ocasião, no discurso proferido pelo desembargador José Alfredo de Oliveira (BA ? – ?, 1929), a figura de Manoel Ribas na solenidade era “[...] a prova do interesse e da cooperação comum dos dois poderes constitucionais, visando o bem supremo da coletividade.”<sup>533</sup> O desembargador de origem baiana ainda lembrou que a única ocasião na qual a relação de cooperação entre o Tribunal de Apelação e o governo do estado estremeceu foi no final do século XIX, quando, após o fechamento do Congresso Nacional pelo presidente Marechal Deodoro, uma Junta Governativa formada por três membros passou a dirigir o Paraná.

---

janeiro de 1942) quanto ao direito de exigir requisição de inquérito policial e diligências, bem como promover e fiscalizar a execução da lei. (Cf. SILVA, Maria Eunice Rodrigues. *História do Poder Judiciário no Paraná*. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte, 1982.)

<sup>531</sup> MACHADO, B. P., 1996.

<sup>532</sup> Em 1943, em decorrência de o Brasil ter se aliado contra o Eixo, na Segunda Guerra Mundial, o Palácio Garibaldi, inaugurado no começo do século 20 para abrigar a sociedade de mesmo nome e que congregava a comunidade italiana de Curitiba, foi desapropriado pelo governo do estado. Em janeiro do ano seguinte, o Tribunal de Apelação do Estado passou a ocupar esse Palácio, o qual somente foi devolvido à sociedade na década de 1960. Da criação do Tribunal, em 1891, e até sua mudança para a praça Garibaldi, esse órgão judiciário funcionou nos seguintes locais: em uma casa ao lado do Teatro Teodoro (atual Rua Dr. Muricy), no prédio do Congresso Legislativo do Estado (atual sede da Câmara dos Vereadores de Curitiba) e na Avenida Marechal Floriano (onde hoje está abrigado o Memorial do Ministério Público do Paraná).

<sup>533</sup> *Revista Paraná Judiciário*, Curitiba, 1944, vol. 39, fasc. II.

Certamente presente nessa cerimônia de mudança de endereço do Tribunal de Apelação, o procurador-geral Brasil Pinheiro Machado testemunhava – mediante essa menção de José Alfredo de Oliveira ao contexto histórico do recrudescimento do movimento federalista frente ao regime centralizador dos primórdios da República, quando ocorreu o desnivelamento entre estado e órgão judiciário mediante a ilegalidade da junta que comandou o Paraná entre novembro de 1891 e fevereiro de 1892 – <sup>534</sup> uma memória distante e que não condizia com a situação que então vivenciava, a de “harmonia” entre as instituições de defesa da lei e o governo autoritário, todavia constitucional. O que não impediu que tal configuração, apesar da concretude da sua existência, fosse difícil de ser explicada, como o ex-procurador ainda lembrava no final da sua vida.

Ao coincidir sua gestão à frente do MP/PR com o período estadonovista, a justificativa dada por Pinheiro Machado, posteriormente, acerca da convivência entre governo ditatorial e reformas sociais se remete tanto a sua experiência política e intelectual ao longo dos anos 1930, bem como a sua função específica de procurador-geral da Justiça do estado. A reconstituição histórica deste aspecto da trajetória pública de Brasil Pinheiro Machado pode vir a contribuir com os trabalhos historiográficos e sociológicos que se debruçam sobre a análise do perfil de uma nova elite política, de caráter burocrático-administrativo, alçada ao aparelho estatal brasileiro pós-30. Nesse ponto, é interessante destacar os textos publicados no livro *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*, que têm como objetivo desconstruir o movimento de alguns grupos da nova elite burocrática brasileira desde a década de 1920, quando se iniciou, não somente no Brasil, mas também na Europa e nos EUA, após a Grande Depressão, um processo de criação de novos órgãos públicos estatais dirigidos para e por funcionários públicos técnicos.<sup>535</sup>

A 'modernização' do país que, segundo os diagnósticos dos anos 20 e 30, já estava em curso e devia ser acelerada, exigia a presença de homens com formação distinta. O Brasil precisava não de 'profissionais da política', mas

---

<sup>534</sup> A Junta do Governo Provisório foi composta pelo coronel Roberto Ferreira (Alagoas, 1834 – Rio de Janeiro, 1915), Bento José Lamenha Lins (Recife, 1866 – Rio de Janeiro, 1922) e Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva (? -?).

<sup>535</sup> GOMES, Angela de Castro, 1994.

de profissionais com formação técnica específica ao desempenho das novas funções do Estado, cada vez mais intervencionista e autoritário.<sup>536</sup>

Por outro lado, a necessidade de se aprofundar tanto quanto possível na compreensão da organização e do funcionamento do MP/PR na época da gestão de Brasil Pinheiro Machado o é pelo fato de ele ter atuado nesse papel em uma situação que se configurou como limite, uma vez que com o fim do Estado Novo a própria entidade judiciária iria avançar na direção de uma autonomia crescente, se distinguindo dos demais poderes de Estado. Além disso, o exercício desse cargo coincidiu com uma nova situação jurídica nacional, qual seja, a aplicação dos novos códigos, sendo: Código do Processo Civil (1º de fevereiro de 1940, promulgado pelo decreto-lei nº 1.608 de 18 de setembro de 1939), Código Penal (1º de janeiro de 1942, promulgado pelo decreto-lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940), Lei das Contravenções Penais (1º de janeiro de 1942, promulgado pelo decreto-lei nº 3.688 de 9 de dezembro de 1941) e Código do Processo Penal (1º de janeiro de 1942, promulgado pelo decreto-lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941); esse conjunto de leis configurou a Reforma Penal do Brasil.<sup>537</sup> Assim, o procurador-geral Pinheiro Machado rememorou, naquele depoimento de 1996, que sua missão portava, também, um aspecto prático e interno à instituição:

[...] o grande esforço do procurador-geral, que era eu (...) de fazer com que todos os promotores tivessem contato com essas mudanças e pudessem absorver e definir essas novas práticas, esses novos processos, e que competia ao Ministério Público fazer (...). De modo que é essa função fundamental. E, realmente, não foi apenas a procuradoria do Paraná que fez isso. A procuradoria de São Paulo agiu até mais na frente, convocando congressos para examinar as novas leis, o código e o processo.<sup>538</sup>

Contudo, o que parece mais interessante destacar, a partir de uma primeira abordagem a respeito dessa função como procurador-geral da Justiça, é o contexto mais amplo no qual a mesma se deu, e que, na análise aqui proposta, é vista enquanto uma caminhada pelo mesmo percurso ao qual Pinheiro Machado havia se alistado anteriormente: o de um intelectual com interface de agente público e dotado de intenções de pensar a

---

<sup>536</sup> GOMES, Angela de Castro, 1994, p.5

<sup>537</sup> Disponível na Internet via <http://www.jusbrasil.com.br/busca>.

<sup>538</sup> MACHADO, B. P., 1996.

'realidade nacional', mesmo que a partir de questões regionalizadas. Portador de um perfil tradicional, tanto em decorrência da sua formação como bacharel em direito, quanto na condição de herdeiro de uma antiga 'família política' de Ponta Grossa, a trajetória até aqui construída por Brasil Pinheiro Machado, considerando-se sua atuação como procurador-geral, se articula a essa elite burocrática comprometida com a ação intervencionista do Estado, o que já fazia parte das suas posturas políticas desde o exercício do cargo de prefeito da sua cidade natal, conforme visto no capítulo anterior.

Um elemento capaz de reforçar, sobretudo, o perfil de Pinheiro Machado como técnico, apesar do encargo em questão requerer o título de bacharel em Direito, é sua ativa e extensa participação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, desde janeiro de 1939, cujos cursos instalados se voltaram, justamente, para a formação de profissionais não ligados às tradicionais graduações de direito, medicina e engenharia. Aqueles capazes desse delineamento técnico seriam os mais próximos e em melhores condições de atuarem na 'realidade nacional', uma vez posicionados distantes do discurso retórico identificado aos antigos políticos e a uma política ultrapassada.<sup>539</sup>

O papel das faculdades de filosofia, aliás, deve ser matizado nessa perspectiva vista desde o papel ocupado por Pinheiro Machado como procurador-geral, cargo esse, é necessário lembrar, que assumira pouco depois de ter ingressado como professor da FCCL do Paraná: esse último em janeiro de 1939 e aquele logo depois, em março do mesmo ano. Na sua fala para a Comissão do Memorial do Ministério Público do Paraná, o ex-procurador-geral deixou entrever que ambas essas instituições, faculdade e órgão judiciário, atuaram em um ambiente autoritário, porém dinâmico, e foram estratégicas no esforço de construção de uma nação moderna por meio da superação dos arcaísmos. Diante disso, não se poderia, de fato, deixar de lado, na reconstituição desta trajetória intelectual, a atuação de Pinheiro Machado como procurador-geral da Justiça do estado do Paraná.

Pode-se arriscar que, para a efetivação de um país moderno fosse interessante contar com o perfil técnico do corpo de funcionários e das

---

<sup>539</sup> Os termos 'família política' e 'realidade nacional' são utilizados por: GOMES, Angela de Castro, 1994, p.5.

entidades públicas no Brasil pós-30, aí incluindo as faculdades de filosofia, além da necessidade de criação de novos órgãos, cujos colaboradores deveriam se voltar para a “realidade nacional”. O MP/PR, nesse contexto histórico, não fugiu da força desse poder centralizador e aglutinador oriundo do Estado autoritário. De fato, naquela citação mais acima, extraída do depoimento prestado pelo ex-procurador 50 anos após ter exercido o cargo, Brasil Pinheiro Machado revelou, de forma clara, uma das ações fundamentais da sua gestão, i.e., aquela voltada para a atualização dos promotores públicos de todas as comarcas frente ao contexto de reforma legal do país. O esforço lembrado para esse intento pode ser corroborado pela participação do então procurador-geral no Primeiro Congresso Nacional do Ministério Público, ocorrido em São Paulo, em 1942.<sup>540</sup> A troca de experiências com os ministérios públicos de outras unidades da federação foi uma das estratégias lançadas mão para a modernização do MP/PR no processo de padronização jurídica trazida pela reforma penal brasileira.

O encontro [Primeiro Congresso Nacional] procurou dar sistematização à jurisprudência das matérias de atribuição do Ministério Público e uniformizar as diversas leis de organização dos Ministérios Públicos dos estados. Precedeu-se, ainda, à realização de estudos para a compreensão dos novos Códigos de Processo Civil e Criminal, que passaram a vigorar (...) e vieram padronizar a atuação e o procedimento do Ministério Público no âmbito do processo judicial.<sup>541</sup>

Essa reforma logo afetaria as condições do cargo recém-assumido por Brasil Pinheiro Machado, pois com a promulgação do novo Código do Processo Civil da República, em setembro de 1939, os estados foram obrigados a adaptar as suas respectivas organizações judiciárias aos novos dispositivos legais brasileiros. Para tanto, o governo do Paraná nomeou uma comissão com o objetivo de elaborar o anteprojeto de lei da nova organização judiciária estadual, o que resultou, após a devida aprovação por parte do Departamento Administrativo do estado,<sup>542</sup> na publicação do

---

<sup>540</sup> MP Notícias. *Informativo Do Ministério Público Do Paraná*, Curitiba, ano 4, n. 4, julho/agosto, 2005. p.7.

Na ocasião, Brasil Pinheiro Machado proferiu uma conferência intitulada *O interrogatório do acusado. Da confissão. Das perguntas ao ofendido*.

<sup>541</sup> Disponível na Internet via:

[www.mp.rj.gov.br/portal/page/portal/Internet/Conheca\\_o\\_MP/Historia](http://www.mp.rj.gov.br/portal/page/portal/Internet/Conheca_o_MP/Historia).

<sup>542</sup> Sobre os departamentos administrativos, criados pela Lei Orgânica dos Estados e

decreto-lei n. 9.688, em março de 1940.<sup>543</sup>

Por esse decreto, a organização judiciária determinou oito autoridades judiciárias para o território paranaense, encabeçadas pelo Tribunal de Apelação e finalizada, na outra ponta, pelos juízes de paz. As demais autoridades judiciárias entre esses dois extremos da hierarquia eram: advogados, autoridades policiais, peritos, avaliadores, síndicos, liquidantes, testamenteiros, tutores, curadores, tradutores e intérpretes. Nessa nova estrutura, o MP/PR foi configurado como uma entidade auxiliar das autoridades judiciárias. Composto pelo procurador-geral, como chefe, um promotor público para cada comarca do estado e um adjunto de promotor público para todas as sedes de distrito judicial, se destacam as condições para a escolha do nome para ocupar esse cargo máximo. De acordo com o artigo 151, do Capítulo X, Seção I do decreto-lei n. 9.688, o procurador-geral era de livre nomeação e demissão do chefe do Executivo, que o selecionava no universo formado pelos bacharéis, ou doutores em Direito, maiores de 30 anos de idade e “(...) de notório conhecimento e reputação ilibada (...)”

Assim, apesar das novas legislação e estrutura judiciária, Brasil Pinheiro Machado continuou a reunir as condições exigidas para o cargo, e Manoel Ribas o manteve no posto.<sup>544</sup> Além de velar pela execução das leis nos casos de apelações em primeira instância, alçados ao Tribunal de Apelação do Paraná, por meio da emissão de pareceres jurídicos, o procurador-geral atuou, também, junto ao Poder Executivo como advogado

Municípios (Decreto-Lei n. 1.202, de 8/4/1939, ver: CODATO, Adriano. A Sociologia Política brasileira em análise: quatro visões sobre o funcionamento administrativo do Estado Novo. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v.19, n. 40, oct. 2011. [online] Disponível na Internet via

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444782011000300018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782011000300018&lng=en&nrm=iso)>

<sup>543</sup> A comissão foi formada pelo desembargador vice-presidente do Tribunal de Apelação do Estado, pelo presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Paraná e de um promotor público da comarca da capital. PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Getúlio Vargas M.D. Presidente da República pelo Interventor Federal no Estado do Paraná, 23 de janeiro de 1932 a 31 de dezembro de 1939. pp. 42 e 43.

<sup>544</sup> Brasil Pinheiro Machado se demitiu do cargo de procurador-geral da Justiça em 30 de outubro de 1945 e, em seu lugar, tomou posse o dr. Lauro Lopes, 3º promotor público da capital. No dia 7 de janeiro do ano seguinte, Pinheiro Machado foi nomeado novamente para o mesmo cargo com um padrão no quadro da Justiça. No mês seguinte, porém, em virtude de ter sido nomeado interventor do Paraná deixou de exercê-lo. (Fonte: *Cadastro Geral Do Pessoal/Secretaria Do Interior E Justiça Do Paraná*. Acervo: *Memorial Do Ministério Público Do Paraná* (cópia xerográfica); *Procuradoria Geral Do Estado/Cadastro Do Ministério Público/Acervo: Memorial Do Ministério Público Do Paraná* (cópia xerográfica).

do governo do estado, tendo como função “... *patrocinar as causas do Estado, quando este for autor ou réu, assistente ou oponente, perante a Justiça de primeira instância*”.<sup>545</sup> Ou seja, Pinheiro Machado acumulou as funções de chefe do MP/PR e procurador do estado do Paraná, funções essas hoje bem delimitadas: a primeira exclusivamente ligada ao Ministério Público do Paraná/Procuradoria Geral de Justiça, e a segunda à Procuradoria Geral do Estado (PGE/PR), criada em 1946 e vinculada diretamente ao governador.<sup>546</sup>

O papel dos bacharéis em Direito, nesse período pós-1930, estava em processo de mudança, uma vez que havia uma impressão bastante forte de que o aparato legal brasileiro não estava acompanhando as transformações sociais pelas quais passava o país desde então. Essa discussão será analisada no último capítulo deste trabalho, quando é investigada a atuação de Pinheiro Machado como deputado estadual constituinte, entre 1935 e 1937, situação em que debateu sobre a relação entre lei e sociedade. A acusação de um descompasso entre esses dois elementos perpassava diversos campos da atuação política, e não somente nos debates parlamentares locais.

No final de 1941, o *Jornal do Comércio* publicou o discurso proferido por Getúlio Vargas por ocasião da colação de grau dos bacharéis da Faculdade Nacional de Direito, a mesma instituição na qual Pinheiro Machado se formara no ano de 1930. O presidente do Brasil então afirmou que o corpo legal advindo com o “regime de autoridade” era uma reação a essas profundas alterações estruturais do país, por meio de leis que considerassem a dinâmica das sociedades, sempre em evolução e diversificação. O bacharel moderno teria que ser adepto e agente desses movimentos constantes, e não mais aquele que prezava a “letra morta” de leis congeladas; estaria, ainda, sempre atento aos novos sujeitos do Direito e em busca desses não somente nos grandes centros, mas no vasto “hinterland” brasileiro. Afinal, aqueles futuros bacharéis a quem Getúlio

---

<sup>545</sup> PARANÁ. Decreto-lei n. 9.688, de 18 de março de 1940, Capítulo XXIII, art. 433.

<sup>546</sup> Para a história da PGE/PR consultar os dados disponíveis na Internet via <http://www.pge.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>  
Para a história do MP/PR consultar os dados disponíveis na Internet via <http://www.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>



discursava não poderiam ser ainda identificados a uma elite privilegiada da hierarquia social típica do liberalismo, mas sim enquanto “[...] um agente de cultura no seu meio, porque mais afeito ao trato das ideias gerais e mais apto a compreender a sua terra e a sua gente sob um critério amplo e progressista.”<sup>547</sup>

Enfim, estavam dadas as condições gerais e particulares que tornaram possível a seleção de Brasil Pinheiro Machado como procurador-geral da Justiça do Paraná. Aos 32 anos de idade, com menos de dez anos de formação como bacharel em Direito e sem um histórico de trabalho nessa área <sup>548</sup>, dessa vez não titubeou para aceitar o encargo, como acontecera quando foi convidado para assumir a prefeitura da sua cidade natal. As ligações a ele, Machado, imputadas pelos contemporâneos entre inteligência, juventude e atualidade não foram empecilhos, mas sim reforçaram as suas estreitas relações políticas com Manoel Ribas, e nem tampouco foram impedimentos aos critérios estabelecidos pela nova legislação, tornando “natural” o caminho que esse pontagrossense então seguia na carreira pública. *The right man in the right place.*

## 5.2 O procurador-geral da Justiça do estado e os sertões, anos 1940

Em decorrência da sua atribuição como procurador-geral Brasil Pinheiro Machado deveria emitir pareceres jurídicos, os quais tinham por finalidade básica orientar as decisões dos acórdãos dos desembargadores do Superior Tribunal de Apelação do estado para que as suas câmaras, então em número de duas, aceitassem ou não, separadas ou unidas, a apelação de uma sentença de primeira instância.<sup>549</sup> Enquanto opiniões jurídicas emitidas por pessoa habilitada, os pareceres podem refletir,

---

<sup>547</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 21/12/1941.

<sup>548</sup> Algumas notícias do *Diário dos Campos* deram a entender que logo que retornou do Rio de Janeiro com o diploma de bacharel de Direito em mãos, Brasil Pinheiro Machado teria montado banca de advogado em Ponta Grossa. No entanto, não foi localizada nenhuma outra informação que pudesse corroborar com essa afirmação do jornal, inclusive não foi localizada publicidade de um possível escritório de advocacia em seu nome, uma vez que há muitas em nome de outros advogados locais nesse mesmo periódico.

<sup>549</sup> Essas observações foram feitas a partir da leitura da *Revista Paraná Judiciário* e da análise dos regulamentos e decretos referentes ao Ministério Público do Paraná.

metodologicamente, as práticas de um comportamento individual perante os limites impostos por uma dada estrutura normativa, no caso a da Justiça do estado do Paraná. A leitura e a análise dos cerca de 600 pareceres jurídicos de autoria de Brasil Pinheiro Machado são apreendidos, nesta tese, enquanto documentos que marcam a singularidade do seu desempenho enquanto procurador-geral. Essas peças jurídicas são publicadas, desde 1925, na *Revista Paraná Judiciário*, periódico este criado pelo desembargador Vieira Cavalcanti (Barreiros/PE, 1869 – Curitiba/PR, 1936)<sup>550</sup> com a finalidade de

[...] dar publicidade aos acórdãos do Superior Tribunal de Justiça do Estado, às sentenças e decisões dos juizes de primeira instância, julgados de juizes de tribunais de vários outros Estados da República, estando as suas colunas abertas a todas as competências. Terá colaboração seleta de nossos melhores juristas. Publicará razões e pareceres e ainda leis e decretos federais e estaduais que mais diretamente se relacionarem com o Poder Judiciário.<sup>551</sup>

As apelações junto ao Tribunal do estado vinham de todas as comarcas judiciais do então território paranaense; eram apelações cíveis, criminais, pedidos de *habeas-corpus*, embargos, recursos especiais etc., e que envolviam casos de defloramento, estupros, abandono de lar, disputas por terras, falências, homicídios, furtos, roubos e toda a sorte de crimes e atos contrários à lei. Nesse universo jurídico, o que mais se destacou foi, segundo o próprio ex-procurador-geral, naquele depoimento coletado em 1996, os processos que envolveram conflitos de terras.<sup>552</sup> Ao considerar essa avaliação retrospectiva como o primeiro critério para a seleção e análise dos pareceres a serem estudados em um universo de seis centenas, no entanto, se impôs um limite metodológico que restringiria o entendimento da sua vivência jurídica, deixando de lado a trajetória que até naquele momento o ex-procurador-geral portava. Por outro lado, se corria o risco de naturalizar a experiência historiográfica posterior, pois que estudioso das

---

<sup>550</sup> Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho se tornou bacharel pela Faculdade de Direito de Recife (1891). Ingressou na magistratura paranaense em 1895, tendo exercido, inclusive, o cargo de procurador-geral da Justiça do Paraná, entre 1900 e 1908. Quando fundou a *Revista Paraná Judiciário* estava à frente do Tribunal de Justiça como presidente, pela segunda vez. Também, foi diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, onde foi responsável pela cátedra de Direito Comercial.

<sup>551</sup> *Revista Paraná Judiciário*, Curitiba, 1925, ano I, vol. 1, fascículo 1.

<sup>552</sup> MACHADO, B. P., 1996.

formas de ocupação do espaço na conformação do território do Paraná, a qual é, ainda, a base reconhecida do seu pensamento e da imputação a ele feita de criador de um modelo de história a partir do conceito de região.

A opção foi unir, antes de tudo, a análise dos pareceres por ele emitidos com a da sua gestão. Em um segundo momento, destacar do exercício dessa função um aspecto mais geral, aproximando o conceito presente no pensamento social brasileiro, o de “tipo social”, à classificação realizada da população paranaense vista por meio desses pareceres jurídicos. Mesmo sendo elaborados por um técnico comprometido tanto com o poder local, uma vez que Pinheiro Machado fora nomeado diretamente pelo interventor estadual Manoel Ribas, quanto com o aparato jurídico, representando uma entidade de defesa das leis, enquanto opiniões jurídicas vislumbra-se, nos textos dos pareceres, uma margem de liberdade do indivíduo em relação ao grupo ao qual pertence formalmente. Essa margem seria justamente a visão particular desse procurador-geral pontagrossense sobre essa atividade jurídica específica, a partir de uma perspectiva “sociológica” de interpretação da cultura. Mais do que um desafio técnico, a experiência de Brasil Pinheiro Machado como chefe do MP/PR, entre 1939 e 1945, permite se adentrar nas discussões de caráter macro, aquelas acerca da natureza do governo estadonovista quanto a sua centralização e forma ditatorial na conformação legal de um país que se queria moderno.

Algumas observações gerais sobre os pareceres jurídicos de autoria de Brasil Pinheiro Machado proporcionam uma aproximação da visão da sociedade da época, desde seu olhar individual. Para tanto, observam-se as categorias classificatórias presentes nos autos judiciais por ele analisados, selecionando casos que envolviam diretamente a população presente nos ainda denominados, pelos operadores do Direito, “sertões” do Paraná. Ao se investigar o olhar do aparato do Poder Judiciário do estado sobre essa população, optou-se, aqui, pelos processos e pareceres jurídicos que, independentemente de tratarem apelações tipificadas como sendo de conflito de terra, conforme a memória do ex-procurador Machado no depoimento prestado em 1996, enveredaram pela descrição desses ambientes “sertanejos” ainda distantes do raio de ação governamental.

A exploração dos pareceres jurídicos como fonte histórica para a

compreensão da trajetória intelectual de Brasil Pinheiro Machado se tornou viável, entretanto, mediante a aplicação de alguns cuidados metodológicos. Uma dessas cautelas foi a de enxergar essas fontes não enquanto meios de entendimento das “[...] condições que tornaram possível a existência dos fenômenos a que os processos se referem, mas já uma consequência, uma das possíveis consequências dessas condições.”<sup>553</sup> Portanto, a proposta não é a de investigar as causas da existência de ambientes chamados de “sertões”, no Paraná, mas entender os pareceres jurídicos enquanto parte integrante das mudanças pelas quais o estado e o país passavam no período do Estado Novo no que tange ao universo da Justiça e quanto a classificação da população. Com isso, é possível analisar os modos de ver daqueles operadores do Direito em relação à diversidade da população que então se tornava visível pelas páginas dos autos judiciais. E, mais do que isso, os modos de ver do procurador-geral Brasil Pinheiro Machado.

No prefácio à edição italiana de *O queijo e os vermes*, Carlo Ginzburg, ao mencionar a importância da obra de Mikhail Bakhtin, comenta sobre os limites impostos a empreitada de traçar uma trajetória individual desde uma “[...] sondagem direta, sem intermediários [...]”<sup>554</sup> Nesse caso, o historiador italiano se refere à impossibilidade posta ao historiador no que tange o acesso à cultura popular por meio de registros próprios dessa, mas sim a partir do ponto de vista da cultura das elites. Pode-se aplicar essa preocupação geral de Ginzburg para a análise dos pareceres jurídicos de autoria de Pinheiro Machado, mesmo que o objetivo não seja equivalente ao do pesquisador italiano. Se, para esse último, a trajetória do moleiro Menochio construiu um acesso para a cultura popular Seicentista com o intuito de compreender a circularidade constituída entre essa e a cultura das elites, a pesquisa dos pareceres jurídicos permitem, também, estruturar um percurso individual, porém aqui se pretende compreendê-lo com o fim de espessar o perfil da intelectualidade, a qual claramente se posicionou em postos públicos para colaborar com a modernização e centralização das estruturas nacionais.

---

<sup>553</sup> CORREA, M. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p. 23. (Biblioteca de Filosofia e história das ciências; v. 12).

<sup>554</sup> GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 21.

O acesso a esse perfil intelectual ativo é aqui realizado a partir do olhar das elites políticas sobre a população brasileira esquadrihada na legislação social da década de 1930 e baseada no corporativismo.<sup>555</sup> O pensamento corporativista era um dos elementos básicos do ideário político do pós-1930, acentuando-se na legislação trabalhista e nas constituições de 1934 e 1937. A gestão de Brasil Pinheiro Machado à frente do MP/PR coincidiu com o interregno em que a ordem corporativista foi sistemática e totalmente controlada pelo Estado.<sup>556</sup> O papel do Poder Judiciário, nesse contexto, era o de fortalecer o poder autoritário, pois partia da realidade instituída pela dimensão legal assentada na ausência de conflitos entre partes em nome do interesse coletivo; aqueles fenômenos que não eram reconhecidos pelo Estado e estavam à margem dos direitos sociais, da cidadania, da outorga da nacionalidade brasileira.

Quando residia em Ponta Grossa, ou seja, antes de assumir o cargo de chefe do MP/PR, era comum nas páginas do *Diário dos Campos* a veiculação de notícias que versavam sobre a população que habitava aquilo que se qualificava como sendo “sertão”: um local afastado dos perímetros urbanos e, como mencionado acima, fora do alcance do poder público, dos direitos e dos deveres constituídos. Em setembro de 1936, assim, certamente, o então diretor e professor do Ginásio Regente Feijó pôde ler naquele periódico a carta assinada por um missivista chamado Nho Berto, publicada com o título “Os barbarismos dos nossos sertões”.<sup>557</sup> A carta era, na verdade, uma resposta a uma afirmação que o jornal havia noticiado de que ele, Nho Berto, teria amarrado e provocado graves ferimentos em um rapaz na localidade denominada Descalvado, no município de Ipiranga, divisa com Ponta Grossa. O autor da carta, ao se defender, justificou sua não convivência com os “bárbaros” do crime ocorrido em Descalvado, uma

---

<sup>555</sup> “Doutrina que propõe a organização da sociedade com base em associações representativas dos interesses e das atividades profissionais, ou corporações. Graças à solidariedade dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração daí derivadas, seriam removidos ou neutralizados os elementos de conflito, como a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, ou as diferenças ideológicas no plano político.”

(Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/corporativismo>.)

<sup>556</sup> CARDOSO, Adalberto. Estado Novo e corporativismo. In. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 109-118, 2007.

<sup>557</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 29/9/1936, n. 8.047

vez que quando o delito ocorreu ele, Nho Berto, se encontrava trabalhando na roça. O trabalho pesado, associado às redes de contato das quais fazia parte, uma vez que citou em sua carta várias empresas locais como referência, e cujos membros poderiam demonstrar a idoneidade da sua pessoa, fez com que Nho Berto se expusesse para defender sua honra, de forma a afastar sua pessoa daqueles que praticavam atos de barbarismo, tão presentes nessas localidades distantes não somente em termos geográficos, mas também em relação à proteção do poder público, das redes sociais consolidadas e do trabalho diário. Ao final da sua missiva, Nho Berto ancorou essa sua defesa exatamente na rede social que o amparava e, finalmente, esclareceu:

Esta é que é a verdade, que desejo fique esclarecida, e o faço somente para dar uma satisfação às pessoas que me não conhecem, porquanto as pessoas do meu conhecimento não é necessário vir fazer uma justificação, visto que não me julgam um delinquente [...].<sup>558</sup>

A população considerada “bárbara” o era em grande parte assim qualificada pelo fato de que as ações da política pública não as alcançavam, sendo essa mesma ausência o motivo principal pelo qual ela se tornou presente nos autos judiciais e nas páginas criminais dos jornais. Ainda, se pode notar pela leitura dessas peças judiciárias que muitos procedimentos da Justiça, como a entrega das intimações, por exemplo, eram obstaculizados em decorrência da inacessibilidade a essas localidades, fazendo com que o documento oficial chegasse às mãos dos envolvidos após o vencimento dos prazos estabelecidos por leis, ou até mesmo que a pessoa não fosse jamais localizada pela falta de endereço fixo e certo.

Assim como o caso sobre Nho Berto veiculado no *Diário dos Campos*, narrativas semelhantes e que colocaram em posições contrárias uma comunidade organizada, de um lado, e grupos sociais desarticulados do mundo do trabalho e das redes mais estáveis de modos de vida, de outro, são fartas no rol dos pareceres jurídicos de autoria do procurador-geral Brasil Pinheiro Machado. Quais as condições nas quais Machado poderia descrever e avaliar essa população à margem da ordem? Homens-taperas a espera de um choque de civilização, como acreditara o estudante de Direito

---

<sup>558</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 29/9/1936, n. 8.047.

da segunda metade da década de 1920? Ou, como respondera na ocasião em que os repórteres pontagrossenses lhe perguntaram sobre o principal desafio a ser vencido pelo novo prefeito da cidade, caso fosse novamente alçado para esse posto do executivo municipal, quando afirmou que era necessária “[...] a ligação (transportes) entre Ponta Grossa e o sertão, por onde se possa expandir o comércio [...] ou por onde se espalhem os produtos de nossa indústria [...].”<sup>559</sup> Parece que as duas questões são válidas quando se tem em mãos tais peças jurídicas nesse contexto de modernização do Direito e dos seus operadores, mais próximos da “realidade nacional”.

As afinidades entre a reflexão acerca dos problemas regionais elaborada na revista *A Ordem*, a participação de Pinheiro Machado na prefeitura de Ponta Grossa e na movimentação política paranaense pós-1932 e aquilo que passou a “ver” por meio das apelações para as quais deveria dar seu parecer jurídico são aqui percebidas não como forma a justificar uma trajetória linear e coerente, mas para reafirmar que temas centrais da intelectualidade do pós-1930 são ressignificados. A isso se credita a postura defendida ao longo de toda esta tese, a da dimensão pública do intelectual brasileiro daquela época e que, no percurso de Machado, se estende certamente até o contexto do Primeiro Centenário, no começo dos anos 1950. A conquista do “sertão” era no sentido de dotar todo o espaço físico do território de elementos de racionalização, industrialização, unificação de procedimentos de atos públicos e tudo o que possibilitasse que o país alcançasse uma suposta modernização, essa equidistante tanto do liberalismo como quanto do totalitarismo. O que acaba não importando, assim, buscar uma explicação sobre se nos sertões todos eram bárbaros, ou se barbarizados pelas condições arcaicas da vida social que ainda persistiam em todos os aspectos. Estratégica, para tanto, para o equilíbrio da nação, era a sincronização entre os diferentes espaços em um mesmo ritmo de tempo, o tempo da organização nacional, desde o Estado até o menor município do “hinterland” brasileiro.

Mas, como era o espaço físico do Paraná no início da década de 1940,

---

<sup>559</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 25/05/1934, n. [6.4824].

quando o procurador-geral estabeleceu contato, através da leitura das apelações aos processos judiciais, com as populações de diversas regiões do território paranaense e que sobreviviam no arcaísmo? Em primeiro lugar, como lembrou o próprio Brasil Pinheiro Machado naquele depoimento prestado em 1996 para a Comissão do Memorial do Ministério Público, o Paraná onde atuara como procurador-geral

[...] ainda era um estado pequeno. Começava em Paranaguá e terminava em Guarapuava; começava em Apucarana e terminava [em] Itararé; acabava no Rio Negro. Ficava fora disso o Oeste todo, que não era habitado; o Norte quase todo também, [pois] começou a ser colonizado.<sup>560</sup>

Nessa configuração sócio-espacial porções do território estavam, logo, à margem das comunidades organizadas, visto que regiões inteiras, como o Oeste, ainda “não era[m] habitad[as]”. No entanto, ao se contrastar essa distribuição física do território paranaense vista, retrospectivamente, pelo ex-procurador-geral ao calor da hora, quando redigia os seus pareceres jurídicos, toda uma população se destaca e se diferencia daquilo que se buscava em termos de condições modernas em pontos geográficos inesperados. Localidades escondidas como aquela do Descalvado, e outras como a de Segredo, da qual Machado emitiu um parecer sobre o caso de um latrocínio, lá acontecido em 1944, demonstravam que os “barbarismos” eram vizinhos ocultos de comunidades já consolidadas. O “sertão”, portanto, começava logo ali, morava perto e estava em atividade constante, avançando e se aprofundando na medida em que o isolamento se impunha na proporção direta da falta de acesso às políticas públicas.

A perspectiva tipológica sobre a história do Brasil propôs algumas constelações de tipos sociais, sendo, talvez, na fortuna crítica do pensamento social brasileiro, a mais debatida entre elas a que definiu o “homem cordial”, em *Raízes do Brasil*. Nesse livro de 1936, a sociologia alemã de George Simmel, Werner Sombart e Max Weber se fizeram presentes na construção de Sergio Buarque de Holanda acerca da sociedade brasileira como individualidade histórica, na qual se sedimentou um tipo humano ideal capaz de dar conta da apreensão da complexidade da

---

<sup>560</sup> MACHADO, B. P., 1996.



formação nacional. O historiador Brasil Pinheiro Machado, em 1976, escreveu um artigo a propósito dos 40 anos da publicação dessa obra clássica do historiador paulista, no qual destacou, justamente, a influência a partir de Weber.<sup>561</sup>

Para acessar os pareceres jurídicos do procurador-geral Pinheiro Machado por meio da chave dos tipos sociais, a referência mais apropriada, contudo, é a obra sociológica do jurista fluminense Oliveira Vianna, principalmente pela definição do tipo nacional proposta por esse autor como sendo aquele marcado pela mentalidade, bem como pela organização social do homem rural. Isso já aparece em sua primeira obra publicada, o livro já mencionado nesta tese, *Populações meridionais do Brasil*, de 1920. Pinheiro Machado citará explicitamente esse autor somente mais tarde, nos artigos produzidos no Departamento de História da UFPR, porém mais uma vez aqui se pode lançar mão do conceito metodológica da história intelectual – ‘microclima’ –, para se perceber a amplitude do pensamento de Vianna, que atingia diversos campos do saber e da prática política, notadamente no período do Estado Novo.

Em sua obra inaugural, aquele jurista implantara o mundo rural como o repositório da autenticidade nacional, ou seja, essa, para ser compreendida, tinha que considerar a essência da ruralidade em todos os seus aspectos. No entanto, essa essencialidade somente explicaria a história nacional até o evento da Abolição, tendo depois disso se dissolvido no processo de urbanização. A identificação do mundo rural, arcaico, como o viveiro de tipos sociais pode ser apreendida de uma forma mais ampla, de modo que a ideia geral de cooptar essa parte do país se aproxima da política autoritária do Estado Novo, este como criador da sociedade moderna nacional.

Mas, paradoxalmente, a modernização das estruturas públicas nacionais acabou por revelar a permanência de aspectos considerados como definidores do passado histórico, quando o sistema escravista imperava, bem como a forte presença da solidão entre as famílias

---

<sup>561</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. *Raízes do Brasil: uma releitura*. In. MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. (O artigo do professor Brasil Pinheiro Machado foi publicado originalmente na revista *Estudos Brasileiros*, Curitiba, n.2, 1976, pp. 169-93. Esta revista era uma publicação semestral do Centro de Estudos Brasileiros da UFPR, e que foi veiculada entre 1976 e 1982, perfazendo 13 números.)

patriarcais. Essa continuidade, porém, não era a da cultura lusitana dos chefes dos latifúndios, mas a presença das populações rurais pobres. Assim, para Oliveira Vianna a frouxidão dos laços sociais da família patriarcal – que por isso vivia uma situação autocontrolada em seus clãs e distante do poder do Estado – forjara a identidade da tradição brasileira; a cultura da população pobre do campo foi por esse autor estabelecida a partir de uma visão hierárquico-racial.

A perspectiva do procurador-geral Brasil Pinheiro Machado em relação a essa população pobre dos sertões, considerando-se principalmente o artigo de sua autoria saído na revista *A Ordem*, não era a racial, mas partia da divisão básica entre oficialismo e voluntarismo quanto à qualidade da formação das comunidades. Essa imagem conceitual serve como justificativa verossímil para que, na função à frente da chefia do MP/PR, a Machado fosse possível compreender a pertinência da autoridade do Estado sobre a das demais comunidades, uma vez que então se tratava de uma organização estatal que buscava sincronizar os espaços sociais no tempo da racionalização. Naquele momento, somente o Estado era capaz disso, e as populações desprotegidas que permaneciam nos ambientes rurais, após a dissolução da sociedade patriarcal, teriam que ser conduzidas necessariamente pelas mãos do poder público encarnado em uma organização dinâmica, com força suficiente para centralizar e hierarquizar toda a diversidade social.

### **5.2.1 Os novos sujeitos do Direito**

A descrição feita pelo procurador-geral Brasil Pinheiro Machado sobre as populações desassistidas pelo poder público, porque distantes espacialmente, pode ser percebida de forma clara em alguns dos seus pareceres jurídicos, mas de modo matizado na maioria deles. É interessante descrever os dois casos. Antes, porém, algumas observações sobre a configuração dessas fontes.

Os pareceres jurídicos foram levantados nas edições da *Revista Paraná Judiciário* respectivas aos números publicados entre maio de 1939 a setembro de 1945 – período da gestão de Pinheiro Machado – uma vez que

tal pesquisa não teve contato com o acervo privado desse ex-procurador-geral, do qual, talvez, possam fazer parte os originais desses pareceres. São publicados na seção “Jurisprudência”, a parte mais volumosa da *Revista Paraná Judiciário* – desde 2012 somente em versão eletrônica –, logo após os resumos dos processos judiciais em avaliação pelo então Tribunal de Apelação, hoje Tribunal de Justiça do estado do Paraná. No entanto, esse levantamento não foi tratado de modo quantitativo, mas a exploração dos dados seguiu o objetivo, conforme dito acima, de circunscrever as avaliações do procurador-geral Machado sobre as populações que habitavam os considerados “sertões” paranaenses. As argumentações dos pareceres jurídicos, certamente, ainda que assentadas nos princípios do Direito e nas provas dos autos, são consequências, elas próprias, não somente da aplicação das leis e das normas jurídicas, mas do lugar de onde foram enunciadas. Mesmo que os pareceres do procurador-geral Brasil Pinheiro Machado, sozinhos, não sejam suficientes para adentrar em pontos mais nítidos e detalhados acerca do que seriam tais “sertões”, o que força a necessidade de serem lidos em conjunto com as demais informações sobre cada processo jurídico resumido nas páginas da *Revista Paraná Judiciário*, fazem parte do mesmo lugar de enunciação das falas a partir do Tribunal de Apelação e do MP/PR. Portanto, essa espécie documental traz, em seu bojo, indícios significativos para adensar a trajetória pública de Pinheiro Machado e compreender a construção do pensamento sobre a relação entre nação e região no contexto de modernização das estruturas públicas nacionais.

Ao seguir precisamente o termo “sertão”, contudo, apenas dois pareceres se destacam e, por isso, são a seguir analisados, em ordem cronológica. O mais antigo, emitido no dia 24 de março de 1941, foi sobre um processo de recurso especial aberto pelo juiz de direito de Guarapuava contra a sentença que procedeu a favor dos membros de uma escolta policial, a qual agira por conta própria numa localidade no “sertão” desse município. Sob o comando do inspetor policial, alguns civis armados, vista a ausência do poder público policial naquele distante local, capturaram um criminoso que ameaçava a população, enfrentando-o sem ter autoridade para tanto. Como o criminoso resistiu à prisão, a escolta acabou ferindo a bala e matando não somente o capturado, mas também o pai e um irmão do

mesmo que acabaram se envolvendo no ocorrido. O juiz daquela comarca via no ato da escolta uma ação contrária a lei, uma vez que as armas eram particulares e nenhum dos membros que a formaram tinha autoridade para dar ordem de prisão a um criminoso e, muito menos, feri-lo de morte. Para o procurador-geral, no entanto, a sentença foi justa, uma vez que absolvera a todos que participaram da escolta por se basear em provas e aplicar de forma exata o direito (neste caso a Consolidação das Leis Penais). Essa posição de Brasil Pinheiro Machado se assentou na flagrante falta de estrutura de segurança pública na localidade, visto o isolamento da mesma. A argumentação do procurador-geral, transcrita abaixo, foi acatada pelo Tribunal.

Não é justo julgar fatos, sem atentar na diversidade dos ambientes em que se passam. Numa cidade policiada, a autoridade pública teria prendido em flagrante o malfeitor que tentara contra a vida de velhos e crianças; ou iria, após o atentado, prendê-lo, munida de uma ordem legal. Mas, no sertão despolicado, sem estradas, sem meios fáceis de comunicação a dez, vinte e cinquenta léguas do lugar em que está o recurso de força e lei contra o banditismo, é ato heroico e digno de elogios o ato de autoridade que, sem remuneração alguma, sem soldados, sem armas a ponto de tomar por empréstimo as de que necessita, e sem outra garantia que o respeito devido a seu cargo, ousa expor a vida, afrontando bandidos armados, e unicamente em bem da população cuja tranquilidade lhe está confiada.<sup>562</sup>

O banditismo, desse modo, deveria ser apreciado acima de tudo, inclusive do julgamento dos fatos que não considerassem como elemento primordial e determinante as condições sociais do ambiente em que se desenvolviam. Nessa perspectiva, o ato da escolta deveria ser considerado heroico, na verdade, por que os graves problemas de comunicação e de transportes que afetavam a unidade do território paranaense ainda obrigavam ações voluntárias por parte da comunidade, em prol da estabilidade da mesma.

Mais do que fronteira, o “sertão despolicado” estava presente nas bordas das comunidades estruturadas, como Guarapuava, município, como lembrou o ex-procurador-geral Pinheiro Machado, em 1996, que era considerado, aí sim, limite habitado do estado na parte oeste do território. Além dessa fronteira, porém perto o suficiente para jornais noticiarem a movimentação desses “sertões”, os atos de violência vinham de ambos os

---

<sup>562</sup>Revista Paraná Judiciário, Curitiba, v. 34, fasc. I-II, 1941, p. 21-35.

lados, dos fora da lei e daqueles que, em nome da estabilidade da sua comunidade, os praticavam em prol da sobrevivência da rede social existente.

O segundo caso ocorreu no ano seguinte no município de Reserva, de onde chegou uma apelação crime para que o Tribunal de Apelação do estado aplicasse a pena que o Júri daquela comarca teve dificuldade em definir, em decorrência de ameaças sofridas pelo conselho de sentença por parte dos apelados. Esses, em número de dois, eram titulares de um domínio localizado no “sertão” do estado e que se utilizavam cotidianamente da “violência costumeira” para evitar que suas terras, a espera de especulação para valorização e venda, ou seja, não produtivas, fossem ocupadas sem o devido pagamento do foro. Em um dos conflitos inevitáveis entre aqueles dois titulares e os denominados “administrados”, os que moravam no domínio em troca de uma espécie de aluguel, houve uma morte. A vítima fatal, conforme o texto do parecer, fora vigiada por algum tempo pelo “camarada” do domínio, de nome Padilha, categoria social essa formada por “[...] homens tidos como valentes e temíveis, para, de qualquer modo, impedir posse de intrusos [...]” Ainda conforme o parecer, essa situação era bastante comum nesses “sertões”, pois o procurador-geral Brasil Pinheiro Machado ali deixou claro, em seu parecer, que já se deparara com vários outros processos judiciais envolvendo conflitos semelhantes, sempre misturando violência, ameaças e intimidações para com aqueles que estavam sob o julgo dos administradores das terras e longe da proteção do Estado. A Justiça e o Direito tinham o dever de se sobreporem a esses desmandos.

Essas circunstâncias são conhecidas deste Egrégio Tribunal, em outros processos, onde se verifica a dificuldade da prova testemunhal, pela prudência da população ante a possibilidade de soltura dos criminosos da espécie dos autos. Por essas circunstâncias mesmo, a decisão do Júri foi proferida com desprezo do prova circunstancial, que faz, no caso, prova plena. Pois que, além da inimidade publicamente conhecida, entre o primeiro apelado e a vítima, há depoimentos que esclarecem perfeitamente os fatos e em todos os detalhes, por onde se vê que o apelado vigiava os movimentos da vítima, sendo sempre avisado por um camarada, chamado Padilha, e que fez a ‘espera’ e desfechou, de tocaia, tiros de *winchester* contra ela.<sup>563</sup>

---

<sup>563</sup> *Revista Paraná Judiciário*, Curitiba, vol. 35, fasc. V, mai. 1935, pp. 375-377.

Nesse caso ocorrido no “sertão” de Reserva, além das dificuldades derivadas da malha alargada da Justiça paranaense, que a impedia de abarcar integralmente os espaços e as populações do território, havia de maneira clara um confronto entre duas naturezas do Direito: o público costumeiro e o escrito. Talvez uma atualização por parte do poder público da dualidade entre Brasil “real” e Brasil “legal”, presente nos textos de publicistas brasileiros desde Euclides da Cunha, esse confronto entre os dois tipos de Direito logo viria a ser definido pelo jurista Oliveira Vianna no seu livro *Instituições políticas brasileiras*. Publicado em 1949, o capítulo oitavo, dedicado à análise da população rural, definiu o primeiro tipo, o direito público, como sendo originado da tradição cultural e constituído pelo povo brasileiro ao longo de quatro séculos; esses direitos costumeiros se corporificaram em instituições sociais e se personalizaram em tipos sociais. Esses, por sua vez, seriam abundantes e estáveis, principalmente, nas populações sertanejas do Nordeste do país. Portanto, o “sertão” era o lugar no qual se estabeleceriam, de forma enraizada, todas as categorias do direito público: tipos e instituições sociais, usos e costumes populares.<sup>564</sup>

No entanto, territórios e populações sertanejas eram vistas mesmo no Paraná, isto é, no Sul do país, região considerada por Vianna como um “paraíso da ordem e da legalidade” desde o século XIX; e vistas, justamente, pelos olhos da Justiça. Considerados casos de “arquivo” por Vianna, os tipos sociais nos “sertões” paranaenses ainda desafiavam a modernização da Justiça do Paraná, que então deveria acolher velhos tipos, mas novos sujeitos do Direito, como os “administrados”, os “camaradas”, os “administradores”. Lúcia Lippi Oliveira já afirmou que “[...] a consciência do espaço, da territorialidade, [...], forneceu as bases da integração necessária à formulação de um projeto de nação.”<sup>565</sup> Assim, diante da fraqueza de um passado histórico comum, capaz de juntar todas as partes em um todo identificado como uma nação, o espaço geográfico assumiu tal papel na

---

<sup>564</sup> VIANNA, Oliveira. *Instituições do direito público costumeiro brasileiro*. In. VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

<sup>565</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, Vol. V (suplemento), pp. 195-215, Julho 1998.

construção da brasilidade. Todavia, nessa construção, o “sertão” sempre carregou dubiedades, sendo identificado tanto ao paraíso como ao inferno; como local da autenticidade brasileira e repositório da inferioridade racial.

Particularmente, no contexto da produção dos pareceres jurídicos do procurador-geral Brasil Pinheiro Machado, o “sertão” também estava saturado de ambiguidades: espaço estagnado pela ausência de “choques” de civilização, ou seja, modo de vida típico do “homem-tapera”, e também como local onde se desenrolariam ações voluntárias “heroicas” por parte das suas respectivas comunidades, com o intuito de que as mesmas tivessem um mínimo de estabilidade e segurança. No entanto, esse último aspecto não condizia mais com o avanço das políticas conduzidas unicamente pelo Estado, e estavam já distantes dos tempos quando os bandeirantes eram os forjadores da exploração do território e formadores de comunidades complexas, fazendo tais empreendimentos no lugar do distante e ausente poder público. Em meados do século XX, contando com um Estado centralizador e autoritário, não eram mais tempos propícios para essas ações voluntaristas.

Na formação histórica do Paraná, o estudante de Direito na capital federal, Brasil Pinheiro Machado, viu os bandeirantes desse modo, inclusive o espírito empreendedor desses históricos voluntaristas fora encarnado em outros personagens por aqui: nos religiosos jesuítas, carmelitas e dominicanos, bem como nos tropeiros. Todos esses grupos tinham algo em comum, ou seja, foram capazes de fixar populações, algo que então o poder público ainda era totalmente incapaz. O “sertão” então em foco, para o procurador-geral pontagrossense que atuava em pleno Estado Novo, não era mais palco de “movimentos homéricos” promovidos por esses tipos civilizatórios apontados em seus tempos de estudante, mas era entendido, agora, de forma negativa, pois local que abrigava a instabilidade, a qual desafiava a centralização total promovida pelo Estado enquanto único condutor da neutralização dos conflitos.

A microanálise aqui fomentada permite que o objeto de pesquisa estabeleça recortes de relações inéditas. Esses surgem do manuseio intensivo das fontes, compreendendo os indivíduos como atores sociais, ou protagonistas, pois desenvolvem e articulam experiências em diferentes

planos da vida social. Nessa perspectiva, compor a trajetória de Brasil Pinheiro Machado ao longo da década de 1930 e até o ano de 1945 é compor recortes originais ao considerar de perto sua atuação no plano do Direito como elemento constituinte da construção do seu modelo historiográfico. Termos que fizeram parte do vocabulário dos pareceres jurídicos de sua autoria, por exemplo, permaneceram presentes ao longo das décadas, principalmente na de 1960, quando da elaboração de textos científicos na condição de professor do Departamento de História da UFPR. Um desses termos é o de “camarada”. Se, naquele parecer comentado acima, emitido para o caso de Reserva, essa classificação social então exprimia uma pessoa concreta, o tal do Padilha, nos artigos científicos do professor universitário Brasil Pinheiro Machado a mesma palavra designa uma categoria social fundamental do passado da história regional do Paraná. Ao analisar a composição da estrutura da sociedade agrária tradicional dos Campos Gerais o “camarada” era peça fundamental da composição das fazendas de criar, juntamente aos senhores e aos escravos. Também chamados de “agregados”, diferentemente desses últimos, os “camaradas” eram juridicamente livres, porém subordinados à classe senhorial. A descrição detalhada desse “tipo social” feita por Pinheiro Machado foi veiculada no II Simpósio dos Professores Universitários de História, em 1962:

Residiam em terras da fazenda, em pontos mais distantes da sede, como vigilantes das invernadas mais longínquas; eram feitores, capatazes, capangas, compadres, formando uma rudimentar clientela dos donos de fazenda.[...]. Em geral, eram parte de uma população flutuante e móvel da Província, que vagava de fazenda em fazenda, e que acorria em massa para os ervais, nos períodos do corte da erva, quando os preços eram altos. [...]

Esta camada da sociedade adquire novas funções depois da Abolição. Em geral, com a libertação, os escravos abandonaram em massa as fazendas e foram para as cidades. Os camaradas os substituíram, e a relação social tradicional do Brasil, senhor-escravo, passou a ser a de ‘patrão-camarada’. Em geral caboclos, mas não excluindo negros e mulatos, os camaradas assumiram inteiramente a sua nova função pelos princípios do século XX. Peões, domadores, caseiros, servidores domésticos, suas relações com os patrões representavam ligeiras alterações do patriarcalismo brasileiro.<sup>566</sup>

Nessa transformação da sociedade tradicional campeira, desde a

---

<sup>566</sup> MACHADO, B. P., 1962, p. 141.



Abolição, a presença dos “camaradas” era uma realidade palpável no território paranaense, pois os laços com os “patrões” eram difíceis de serem rompidos em um ambiente ainda bastante instável dos “sertões”. Não mais como tipo histórico fixo, fazendo uma espécie de tríade ao lado dos senhores e dos escravos, no pós-1930 os “camaradas” aprofundaram ainda mais sua histórica mobilidade, percorrendo o espaço geográfico em busca de serviço em serviço, representando uma categoria social que deveria ser classificada na ordem nacional controlada pelo Estado e apreendida pela Justiça como forma a controlá-la e, assim, neutralizar a instabilidade e os conflitos daí derivados.

A permanência, transformada, da figura e dos modos de vida do “camarada” é bem nítida no processo judicial que envolveu um latrocínio na pequeníssima localidade de Segredo, pertencente ao distrito de Candói <sup>567</sup>, em 1943. O processo teve início quando Manuel Silvestre de Siqueira apelou da sentença da Justiça, que o havia condenado a 30 anos de reclusão na Penitenciária do Estado – então localizada no bairro do Ahú, na capital do estado – por ter sido denunciado como o autor do crime em questão contra um comerciante, José Floriano Machado, acontecido no dia 20 de agosto daquele ano <sup>568</sup>.

Pelas janelas que o resumo do processo judicial deixam entrever do universo de Candói, essa região assentava-se, naquele início dos anos 1940, sobre a cultura material do cavalo, das armas brancas e de fogo, dos caminhos modestos, da lata de conduzir banha, das roupas lavadas no rio. Quanto ao universo do trabalho, havia o comércio, a corrida de cavalos, talvez envolvendo apostas. Foi assim que, no retorno da casa de um amigo seu, que havia sido machucado por um cavalo de sua propriedade “numa raia”, o comerciante José Floriano Machado foi surpreendido e morto por Manuel e seu “comparsa”, que eram conhecidos na região por prestarem serviços temporários a um patrão local. Esse se chamava João Vicente de

---

<sup>567</sup> O distrito policial de Candói, que até 1948 poderia ser grafado como Candoy (Lei n. 199, de 30/12/1948), se tornou município muito recentemente, em 1990, pelo desmembramento do seu território do município de Guarapuava.<sup>567</sup> Podemos dizer, de maneira bem geral, que na época em que os autos de apelação crime n.º 5.309 chegaram às mãos do procurador-geral Pinheiro Machado, Candói fazia parte da fronteira do oeste paranaense: a partir daí era o “sertão inabitado”.

<sup>568</sup> *Revista Paraná Judiciário*, Curitiba, 1944, páginas 264-271.

Araújo, portador do sobrenome da família considerada pioneira em Cândói, a do capitão Manoel Elias Araújo e sua mulher Clara Madalena dos Santos, no final do século XVIII. Mas, se a escolta foi vista como um ato voluntário no caso ocorrido dois anos antes em Guarapuava, nessa ocasião não se poderia tolerar semelhante violência, empurrando para o passado situações que reproduziam o mundo instável e móvel dos “camaradas”. Assim, após ler os autos desse caso de apelação crime, de número 5.309, o procurador-geral Pinheiro Machado emitiu seu parecer ao “Egrégio Tribunal”, opinando pelo não provimento da apelação, pelo fato de que “a sentença apelada estudou minuciosa e brilhantemente a prova dos autos e aplicou a pena legal.”

Diante da impossibilidade de se compreender tais experiências separadas – operador do Direito e historiador – buscou-se embaralhá-las e analisá-las nos seus momentos micro e macro. É o que se ensaiou neste capítulo cinco ao se propor a interpretação de uma produção específica de Brasil Pinheiro Machado: os pareceres jurídicos. Na escala micro, a memória do ex-procurador-geral, a qual se vinculava diretamente à sua experiência como chefe do MP/PR, a respeito da centralidade dos conflitos de terras, ressalta-se a onipresença desse tema nos pareceres jurídicos, mesmo naqueles em que os procedimentos da Justiça não os classificaram sob esse rótulo. Para o procurador-geral Brasil Pinheiro Machado tais conflitos permeavam, na verdade, todos os aspectos do modo de vida nos “sertões” paranaenses, uma vez que esses espaços sociais carregavam tipos, usos e costumes do passado histórico patriarcal e que teimavam em permanecer ativos em uma nação que pleiteava ser moderna.

Nesse ponto, a escala macro requer atenção, pois o olhar particular de Pinheiro Machado, que enxergava de forma generalizada os conflitos de terras nos processos judiciais, estava inserido em problemas amplos das relações entre Justiça, Estado e sociedade no que tange à regulamentação das comunidades que ainda não estavam sincronizadas no tempo da racionalização, da modernização e das técnicas administrativas. O espaço, mais uma vez, era o instrumento principal da construção da nacionalidade.

## CAPÍTULO 6 -

### ***O regionalismo político: o caso do PSD do Paraná***

A febre dos acordos levou o Sr. Manoel Ribas a perder cinco correligionários. [...] Ninguém mais quer governar com oposição. Feito os acordos nos pampas, os outros governadores acharam ótima a ocasião para realizar um velho sonho. Nada mais cômodo do que gerir os negócios públicos sem a impertinência insistente da vigilância oposicionista. Caminhamos, assim, para o desvirtuamento do regime instituído no Brasil, a fórmula dos governos totalitários da direita. E o Sr. Plínio Salgado estará dizendo festivamente que sua doutrina política frutifica. [...].<sup>569</sup>

#### **6.1 *Um bacharel no Parlamento: o deputado Brasil Pinheiro Machado e seus apertes na Assembleia Legislativa do Paraná, 1935-1937***

Nos primeiros dias de janeiro de 1935, Brasil Pinheiro Machado iniciou uma intensa circulação entre a sua cidade natal e a capital paranaense: em Curitiba, entre janeiro desse ano e novembro de 1937, foi deputado na Assembleia Estadual Constituinte do Paraná. Algumas horas de viagem de trem entre os Campos Gerais e a capital do estado e os parlamentares pontagrossenses desembarcavam a apenas uma quadra do edifício da Assembleia, que naquela época funcionava no atual prédio da Câmara Municipal de Curitiba, localizado na Praça Eufrásio Correia, a poucos metros da interventoria, com sede no Palácio Rio Branco.<sup>570</sup>

Mais uma vez, o *Diário dos Campos* permite acompanhar os passos do ex-prefeito de Ponta Grossa, agora deputado estadual. No começo daquele ano, o jornal anunciou o seu retorno, acompanhado de Oscar Borges de Macedo Ribas (Palmeira/PR, 1894-[Curitiba/PR], 1981),<sup>571</sup> ambos

---

<sup>569</sup> *A Tribuna*, Santos, 13/03/1936, n. 352, ano XLII.

<sup>570</sup> Antigo Palácio da Liberdade, em decorrência da sua localização, na Rua da Liberdade, que ligava a Estação Ferroviária, inaugurada em 1885, ao Paço Municipal, sede da prefeitura. O “eixo da Liberdade” abrigava, além dos estabelecimentos públicos, um comércio intenso e se caracterizava pela arquitetura de estilo eclético ao longo de toda a sua extensão. O Palácio da Liberdade nasceu como um projeto arquitetônico particular, um sobrado residencial, mas foi adquirido pelo poder público estadual, em 1890, para nele instalar a sede do governo. O imóvel sediou o poder executivo até 1938.

<sup>571</sup> Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná (1918), sua profissão principal era ligada às atividades de importação e exportação de erva-mate. Sua carreira política se inicia quando eleito deputado estadual constituinte do Paraná, em 1934, pelo PSD. Em outubro de

vindos da capital após terem participado da primeira sessão preparatória do Legislativo, ocorrida no dia três daquele mês; havia permanecido em Curitiba, continuou o periódico, o outro deputado por Ponta Grossa, Helvídio Silva, uma vez que fora eleito vice-presidente da Assembleia.<sup>572</sup> A abertura do ano parlamentar deveria ter ocorrido no dia anterior, em dois de janeiro de 1935, mas foi prorrogada em decorrência do falecimento de um familiar do presidente do Tribunal Regional da Justiça Eleitoral do Paraná, o jurista Antonio Martins Franco (Campo Largo/PR, 1885-?, 1968)<sup>573</sup>; a instalação dos trabalhos aconteceu pouco depois, na sessão solene do dia sete de janeiro, dando início ao vai e vem dos políticos mobilizados para o processo de constitucionalização paranaense.

Essa seria uma das muitas notícias dos retornos dos deputados pontagrossenses à sua cidade natal, após as viagens enfrentadas por eles no trecho ferroviário entre essas duas cidades, com o intuito de tomar parte

1936 fora nomeado Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda, Indústria e Comércio. Em junho de 1937 assume, cumulativamente, a Secretaria do Interior e Justiça, dos quais foi exonerado em janeiro de 1938 quando nomeado Prefeito de Curitiba, cargo em que permaneceu por apenas três meses. Com o fim do Estado Novo foi deputado federal suplente pelo mesmo partido, PSD, no pleito de 02/12/1945, novamente junto com Brasil Pinheiro Machado. Dados disponíveis na Internet via <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciapolitica/files/2011/08/DissertacaoMaristelaAnexos.pdf>; [http://www.eleicoespos1945.com/1945-1965/parana\\_1945\\_federaispsd.html](http://www.eleicoespos1945.com/1945-1965/parana_1945_federaispsd.html).)

<sup>572</sup> A eleição da Mesa ocorreu nessa sessão preparatória, tendo sido eleito presidente da Assembleia Estadual Constituinte Antonio Augusto Carvalho Chaves (1875-1949). Carvalho Chaves se formou em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1895. Durante a Primeira República, exerceu cargos junto ao executivo estadual do Paraná. Com a Revolução de 1930, foi nomeado secretário da Fazenda na interventoria de Mario Tourinho. Com a criação do PSD, por Manoel Ribas, elegeu-se deputado estadual constituinte. Além de presidente da Assembleia do Paraná, exerceu interinamente o cargo de governador do estado, entre junho e julho de 1935. Em maio de 1937 representou o PSD paranaense na convenção nacional para o lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República. Dados disponíveis na Internet via

<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciapolitica/files/2011/08/DissertacaoMaristelaAnexos.pdf>)

<sup>573</sup> Filho de Evaristo Martins Franco e Josefina de Souza, Antonio Martins Franco formou-se em Direito na Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo, no ano de 1909. Em 1910, foi nomeado para o cargo de Promotor Público da Comarca de Imbituva e, em seguida, removido para a Comarca de Palmeira, ambos no Paraná. Nesse mesmo estado, foi Oficial de Gabinete dos governadores Carlos Cavalcanti e Afonso Camargo, na Primeira República. Ocupou, também, as funções de Promotor Público da 2ª Vara da Capital, em 1916; Inspetor Judiciário; Juiz Municipal de São Mateus do Sul, de Rio Negro, e da Lapa; em 1924, assumiu a 1ª Vara da Capital; em 1925, foi conselheiro do Conselho Penitenciário do Estado, instituído em fevereiro; em 1929, foi nomeado Procurador-Geral da Justiça do Estado do Paraná; dois anos após, foi eleito presidente do Tribunal de Justiça do Estado, permanecendo até o fim da gestão, em 1933, quando assumiu a Presidência do Tribunal Eleitoral. Foi professor do curso de Direito da Universidade do Paraná até o início da década de 1950. Dados disponíveis na Internet via <http://www.memorial.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=81>.)

dos trabalhos legislativos para a elaboração da constituição estadual. Os três bacharéis representantes do município de Ponta Grossa haviam sido eleitos no pleito de 14 de outubro de 1934 pela sigla do PSD, então majoritário na bancada.<sup>574</sup> Nos intervalos das lides parlamentares, as visitas às respectivas famílias renderam várias outras reportagens, sempre recheadas com as informações atualizadas trazidas diretamente pelos deputados, a fim de colocar os leitores pontagrossenses a par do jogo político que então se iniciava na tribuna parlamentar estadual. E assim foi quando do retorno de Pinheiro Machado e Oscar Borges vindos da sessão preparatória do dia três de janeiro; e esse último, o bacharel Macedo Ribas, logo foi interceptado pelos jornalistas do *Diário dos Campos* para confirmar publicamente algumas notícias que haviam sido apuradas, pelo telefone, junto à sucursal de Curitiba enquanto o deputado ainda se encontrava na capital. Nessa ocasião, os repórteres estavam em busca, especificamente, da veracidade anunciada sobre o apoio da bancada do PSD na eleição indireta do interventor Manoel Ribas para o cargo de governador constitucional do estado, o que foi confirmado pelo deputado e pelo resultado da mesma, que ocorreu na sessão de oito de janeiro, colocando fim ao governo provisório estadual e à interventoria federal no Paraná. Na mesma ocasião, também foram indiretamente eleitos os seguintes senadores paranaenses: Antonio Jorge Machado Lima e Flávio Carvalho Guimarães.<sup>575</sup>

---

<sup>574</sup> “Das 30 cadeiras em disputa, o Partido Social Democrático (governista) ocupou a maioria: vinte; o Partido Social Nacionalista, liderado pelos “revolucionários” de 1930, general Mario Tourinho e coronel Joaquim Pereira de Macedo, ocupou cinco cadeiras; e a União Republicana, do oligarca Caetano Munhoz da Rocha, herdeira do Partido Republicano Paranaense, ocupou as outras cinco cadeiras do legislativo estadual. Estava dado o quadro em que se deveria mover a política paranaense e a política nacional em toda a década de 1930: os militares de um lado, os oligarcas, de outro, e no meio os situacionistas que se alinhavam com Getúlio e/ou com o Interventor. [...]”

(CODATO, Adriano Nervo. A década de 1930. In. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 27/08/2002, p. 2.)

<sup>575</sup> A candidatura de Manoel Ribas venceu a de João Candido Ferreira, do PSN, que obteve 05 votos contra os 20 do ex-interventor. Quanto aos senadores, apresentaram-se cinco candidatos, com as seguintes siglas e números de votos:

- Antonio Jorge Machado Lima, do PSD, com 17 votos;
- Flávio Carvalho Guimarães, do PSD, com 16 votos;
- Catão Menna Barreto Monclaro, do PSN, com 05 votos. (Nascimento: Rio Grande do Sul, 1897; profissão: militar.)
- Roberto Glasser, do PSN, com 04 votos. (Nascimento: Rio Grande do Sul; profissão: fazendeiro.)
- Lauro Sodré Lopes, com 01 voto; (Nascimento: Curitiba, 1898; profissão: bacharel em

A liderança do PSD no processo de constitucionalização estadual, no entanto, não significou que esse partido político atuasse de forma homogênea. As dissidências internas estavam em evidência nesse momento, tendo inclusive ameaçado a eleição de Manoel Ribas para o governo constitucional, quando Idálio Sardenberg<sup>576</sup> se apresentou como candidato concorrente mediante o apoio de dissidentes do PSD e do Partido Social Nacionalista (PSN). Um acordo com o interventor, baseado no seu afastamento da União Republicana Paranaense (URP), cujo líder era o ex-governador Caetano Munhoz da Rocha, no entanto, fez com que essa situação desconfortável logo fosse dissolvida, restando somente a disputa entre Ribas e João Candido Ferreira, do PSN.<sup>577</sup>

Essa composição político-partidária da Assembleia Estadual Constituinte, com a maioria governista, foi resultado de uma importante estratégia da política nacional contemporânea e que funcionou nas negociações partidárias em geral até a implantação do Estado Novo, qual seja, a conciliação. A bibliografia sobre o período aponta que a situação política do país, desde o final de 1932, esteve profundamente marcada pela cisão interna dos grupos formados após o movimento revolucionário de outubro de 1930. Assim, “[...] nem as forças oligárquicas nem o tenentismo eram um bloco coeso.”<sup>578</sup>

De tal operação política, a da conciliação, serviram-se os chefes estaduais ao chamarem para si, e para os seus, os opositores, oferecendo-lhes, em troca, emolumentos na estrutura administrativa. No Paraná, bem como na maioria dos demais estados, ao longo da mobilização

Direito, desembargador).

- votos em branco: 05

Sobre os senadores eleitos:

Flávio Carvalho Guimarães (1891-1968), natural de Ponta Grossa, era tio de Brasil Pinheiro Machado. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (1916); membro fundador do PSD paranaense. Por esta sigla partidária elegeu-se, indiretamente, senador entre 1935 e 1937 e, no período pós-Estado Novo, entre 1946 e 1955. Durante o Estado Novo, no governo de Manoel Ribas, foi secretário da Fazenda do Estado do Paraná e membro do Conselho de Estado.

Antonio Jorge Machado Lima: ver nota no capítulo primeiro da presente tese.

<sup>576</sup> Sobre Idálio Sardenberg ver nota no capítulo primeiro da presente tese.

<sup>577</sup> DAGOSTIM, Maristela Wessler. *A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná, 2011. p. 82. Disponível na Internet via: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciapolitica/files/2011/08/DissertacaoMaristelaTexto.pdf>

<sup>578</sup> GOMES, Angela de Castro, 1986, p. 27.

e organização políticas para a montagem e a instalação dos trabalhos constituintes, as agremiações partidárias giraram em torno da figura do interventor Manoel Ribas. Já na Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 15 de novembro de 1933, os partidos políticos regionais formados sob a liderança dos respectivos interventores, haviam configurado blocos que coincidiam com as bancadas estaduais, dominados por um só partido e justamente aquele criado pelo líder do respectivo governo de estado.<sup>579</sup> Nessa conjuntura, fundou-se, no início do ano de 1933, o PSD paranaense, o qual contava com o estímulo dado por Getúlio Vargas, “[...] que sem abandonar a proposta de formação de um partido nacional patrocinava a emergência de novos núcleos estaduais liderados por ‘seus’ interventores do eixo Centro-Sul.”<sup>580</sup>

Por outro lado, o apoio desses interventores ao Governo Provisório agrupou os partidos situacionistas em torno da garantia da permanência de Vargas no poder, em decorrência das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Essa ação política reuniu importantes forças tenentistas que se cristalizaram como União Cívica Nacional (UCN), à qual aderiu o PSD de Manoel Ribas. A atividade premente da UCN foi acompanhar os trabalhos da Comissão do Itamarati responsável pela elaboração do anteprojeto constitucional, a fim de manter as linhas gerais do governo revolucionário no processo de constitucionalização. A intenção de se tornar um partido de natureza nacional, no entanto, não foi lograda e a UCN dissolveu-se após a instalação da Constituinte.<sup>581</sup>

Partidários do PSD paranaense, no entanto, e apesar da força desses

---

<sup>579</sup> Idem, p. 32-35. Angela de Castro Gomes autora insere, na página 33, uma citação retirada de um artigo de 6 de março de 1934, saído no jornal carioca *Correio da Manhã*, onde Elias Chaves Neto, ao escrever sobre São Paulo na Constituinte, observou uma reedição da política dos governadores na composição na Assembleia Nacional, que “[...] veio dividida em bancadas e a política nacional parece obedecer à velha política dos governadores [...]”.

<sup>580</sup> GOMES, Angela de Castro, 1986, p. 33.

<sup>581</sup> *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas.* Disponível na Internet via <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

Além do PSD do Paraná, os demais partidos que aderiram à UCN, foram: Aliancista Renovador do Rio de Janeiro, Socialista do Amazonas e Liberal do Amazonas, Social Nacionalista do Piauí, Social Nacionalista do Rio Grande do Norte, Social Democrático do Ceará, Social Democrático de Pernambuco, Social Democrático da Bahia, Nacional de Alagoas, Autonomista do Distrito Federal, e ainda vários núcleos do Partido Socialista Brasileiro e do Clube 3 de Outubro.

novos partidos regionais, nem sempre o foram de primeira hora, conforme a dissensão característica da época. No final de 1933, Brasil Pinheiro Machado fez parte da divulgação da doutrina integralista enquanto coordenador da AIB no Paraná, como analisado no capítulo dois desta tese. Antes disso, no entanto, momento que coincidiu com a sua saída do executivo municipal de Ponta Grossa, não houve sua adesão imediata ao partido criado pelo interventor, o que pareceria natural pelo fato da sua ligação com a autoridade estadual sempre explicitada na vigência da sua gestão como prefeito. E isso, mesmo considerando que o PSD tenha sido criado pouco depois de janeiro de 1933, mas que com certeza já existia em março desse ano, quando Machado foi convidado para a recomposição do diretório pontagrossense do partido e, também, contando com o peso desse partido naquele município. De acordo com Chaves, em

[...] Ponta Grossa, o Partido Social Democrático – PSD – manteve-se durante toda a década de 1930 como partido situacionista. O PSD, que em junho [de] 1937 passou a chamar-se Partido Nacionalista Democrático – PND –, era um partido de âmbito estadual que, em Ponta Grossa, incluía nomes como do Interventor Manoel Ribas, o Senador Flávio Guimarães e os três deputados estaduais [Helvídio Silva, Oscar Borges e Brasil Pinheiro Machado]. Contava ainda com Albary Guimarães, prefeito municipal (1934-1944), com quatro vereadores eleitos em 1935, além de possuir entre seus principais afiliados nomes de destaque como: Henrique Thiellen (proprietário da maior indústria local, a Cervejaria Adriática), Alberto Thielle (filho de Henrique Thiellen), Rodolfo Osternack (suplente de deputado), José Villela (ex-prefeito de Ponta Grossa), Cristiano Justus (industrial e fazendeiro), José Hoffmann (diretor-proprietário do *Diário dos Campos*), Germano Krüger (chefe de Locomoção da R.F.F.S.A), Adalberto Araújo (industrial), João Buss (comerciante), entre outros.<sup>582</sup>

Em Ponta Grossa, a arregimentação para que o partido situacionista não sofresse cisões internas a ponto de colocar em risco a estabilidade de Manoel Ribas contou muito com a adesão do *Diário dos Campos*. Nas páginas desse jornal, o pesquisador pode acompanhar as manobras intentadas para a formação de uma hoste oficial do PSD local. Nos preparativos para o pleito de maio de 1933, quando seriam eleitos os deputados que iriam integrar a Assembleia Nacional Constituinte, arregimentar as figuras pontagrossenses próximas ao interventor era uma estratégia compreensível. O ex-prefeito Brasil Pinheiro Machado, que havia

---

<sup>582</sup> CHAVES, N. B., 2001, p. 80-81.



sido nomeado por Manoel Ribas para esse cargo municipal, foi alvo certo dessa operação política, e aquele convite do diretório do PSD local a ele dirigido foi mais um lance desse jogo estampado no periódico princesino.

Estamos informados de que os senhores [Bernardo] Savio e [Jorge] Becher, que chefiarão, ao que parece, a política governista local, estiveram ontem na residência do Dr. Brasil Pinheiro Machado, a fim de convidá-lo para fazer parte do diretório pontagrossense do Partido Social Democrático. Não encontraram o jovem causídico, pelo que tiveram que procrastinar o convite. Tivemos a oportunidade de ouvir o Dr. Brasil sobre a inclusão do seu nome nesse diretório. Indagamos-lhe se daria o seu assentimento nesse sentido.

‘ – Não sei, redarguiu-nos, se meu nome foi lembrado.

– Estamos informados, com segurança, que sim, retorquimos.

E insistimos em nossa pergunta:

– Anuirá à solicitação que será feita para fazer parte do partido situacionista?

– Não responderei de pronto, nem ao convite, nem à pergunta que os senhores ora me fazem: costumo meditar antes de tomar qualquer atitude de certa importância [...].<sup>583</sup>

De fato, a decisão de Machado, ou melhor, a sua espera reflexiva quanto a alguma ação a tomar, não resultou na adesão imediata ao PSD. Dois dias após essa declaração sobre o convite recebido por ele por parte do partido situacionista, entretanto, o *Diário dos Campos* anunciou que o ex-prefeito havia aceitado outra solicitação, a do Partido Liberal Paranaense (PLP), também recém-criado no estado e liderado pelo ex-interventor do Paraná, o general Mário Tourinho. Segundo a pesquisa desenvolvida por Maristela Dagostim, na memória constituída na história paranaense sobre a Revolução de 30, Tourinho é compreendido como adesista de última hora e, portanto, não totalmente comprometido com as transformações que a bandeira tenentista portava.<sup>584</sup>

A crise financeira pela qual passava o capitalismo, agravada no Paraná com as dificuldades econômicas com a queda da exportação do mate, então principal produto gerador da riqueza local, e acumulada com a herança de dívidas advindas das gestões dos governadores paranaenses da Primeira República, colocava altas expectativas para com o governo revolucionário e deste para com o Governo Provisório. No entanto, Dagostim observa que a interventoria federal no Paraná, ainda sob a liderança dos militares Plínio e Mário Tourinho, não conseguiu lograr auxílio do governo

<sup>583</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 03/03/1933, n. 6.056.

<sup>584</sup> DAGOSTIM, Maristela Wessler, 2011, p. 50.

central para resolver esses embaraços financeiros, apesar dos pedidos de empréstimos. Na gestão de Tourinho, inclusive, a sua postura perante alguns planos varguistas quanto ao território paranaense, ao se opor à criação do Território Federal do Iguaçu (TFI), por exemplo, aprofundaram um distanciamento da interventoria local para com o Governo Provisório a ponto de a gestão de Tourinho sofrer uma auditoria federal.<sup>585</sup>

Um dos pontos negativos registrados no relatório do auditor do Comando Revolucionário sobre a interventoria de Mario Tourinho foi, justamente, a falta daquela prática que então marcava a formação do governo discricionário, qual seja, a conciliação, ou “[...] a ausência de um espírito conciliatório por parte do interventor somada ao desprestígio deste perante os elementos revolucionários.”<sup>586</sup> E essa postura foi interpretada, finalmente, como falta de ação revolucionária, significando, nessa perspectiva, um enfraquecimento das forças tenentistas, ou melhor, um desequilíbrio entre essas últimas e a oligarquia local com uma acentuada participação desta última. Para o auditor, havia um “[...] nítido envolvimento do governo provisório local com elementos ‘acentuadamente reacionários desde os primeiros momentos da Revolução’”.<sup>587</sup> Com a interventoria federal no Paraná nas mãos de Manoel Ribas, desde o final de janeiro de 1932, a expectativa do Governo Provisório era para com a capacidade conciliatória desse experiente político, o que é acusado, por Dagostim, como uma obediência crescente ao dirigismo varguista e inspirada nos exemplos, nesse sentido, de importantes lideranças estaduais, como informou aquela reportagem do jornal santista *A Tribuna*. No Paraná, já com a Carta Constitucional do estado promulgada, a conciliação buscada por Ribas o foi na direção, justamente, às lideranças tenentistas que se arregimentaram no Partido Social Nacionalista (PSN), que nascera, em 1933, como Partido Liberal Paranaense (PLP), ao qual Pinheiro Machado foi apontado pelo *Diário dos Campos* como possível membro, o que não se concretizou.

Na campanha política para o pleito nacional de maio de 1933, o então PLP representou, assim, uma posição de revolucionários dissidentes do lado

---

<sup>585</sup> DAGOSTIM, Maristela Wessler, 2011, p. 50.

<sup>586</sup> DAGOSTIM, Maristela Wessler, 2011, p. 51.

<sup>587</sup> DAGOSTIM, Maristela Wessler, 2011, p. 51.

tenentista mais “fraco” do estado, pois que sob a liderança de Mario Tourinho, que havia se afastado de Vargas e de Ribas desde o final de 1931. Nessa oposição ao interventor se colocaram ao lado de Tourinho os “coronéis” Roberto Glasser (Vila de Cangussu/RS, 1878 - ?,1958)<sup>588</sup> e Joaquim Pereira Macedo (Porto de Cima/Morretes, 1858 – Curitiba/PR, 1949)<sup>589</sup>, sendo um dos pontos principais do programa dessa sigla partidária a autonomia administrativa estadual e municipal.<sup>590</sup> Brasil Pinheiro Machado, no entanto, se candidatou desvinculado de qualquer partido político, mas sim como líder de um “grupo de revolucionários” e com o apoio da LEC, o que aponta o distanciamento do ex-prefeito das agremiações partidárias, visto a sua recente relação com o integralismo. Ao final desse ano de 1933, ainda distante de partidos políticos, é que Machado se tornou o coordenador do movimento integralista no território paranaense, a partir de uma sede em Ponta Grossa, posto no qual se manteve até meados de 1934, quando foi criada a chefia da AIB na Província do Paraná.

Uma vez afastado da organização da AIB, não demorou nada para que o assunto em torno da sua adesão ao PSD voltasse à baila. Outra vez, o *Diário dos Campos* nos situa sobre a posição de Machado nessa rede de intrigas políticas. O objetivo, agora, era o fortalecimento do partido situacionista para outro pleito à vista: as eleições de outubro de 1934 para a Assembleia Estadual Constituinte. E, dessa vez, o tom da resposta à mesma

---

<sup>588</sup> Sua família fixou residência em Ponta Grossa desde o final do século XIX, cidade da qual seu pai foi prefeito no ano de 1916. A família era proprietária da Fazenda Cancela, na região de Palmeira, nos Campos Gerais. Roberto Glasser foi candidato, em 1930, pela Aliança Liberal, não tendo sido eleito. Durante o Governo Provisório, foi nomeado para o Conselho Consultivo do Estado, em julho de 1932, onde permaneceu até dezembro do mesmo ano. Candidatou-se a deputado constituinte no pleito de 1933 pelo Partido Liberal Paranaense, do qual foi membro fundador, oposição que reuniu revolucionários que romperam com Vargas e Ribas, porém também não se elegeu. Em 1934, elegeu-se suplente de Deputado Federal pelo PSN - Partido Social Nacionalista, cargo, no entanto, que não ocupou. Durante a vigência do Estado Novo integrou o grupo dos Conselheiros do Estado, sendo nomeado para o Departamento Administrativo do Estado do Paraná, onde atuou como vice-presidente de agosto de 1939 até julho de 1940, quando passou a ocupar a presidência no lugar de Caetano Munhoz da Rocha. Permaneceu no cargo até a queda do Estado Novo. Em 1946, foi eleito Senador Constituinte pelo PSD.

<sup>589</sup> No litoral, se dedicou à indústria da erva-mate. Na Primeira República, foi deputado constituinte (1892), vice-governador do estado do Paraná, entre 1896 e 1900, e deputado estadual no início do século XX. Foi prefeito da capital do estado no período de 1908 a 1912.

<sup>590</sup> *Tabloide Digital*. Acervo Aramis Millarch. Disponível na Internet via <http://www.millarch.org/artigo/os-partidos-de-50-anos-passados-ii>. Em 1936, ao romper com o governo Manoel Ribas, Antonio Jorge Machado Lima reorganizou o PLP.

pergunta que os membros daquele partido lhe haviam feito em março de 1933, foi diferente e mais próximo da possibilidade de uma adesão ao PSD, apesar da imposição de condições, tais como:

Não recebi ainda nenhum convite para fazer parte do novo Diretório. Apenas pelo noticiário de jornais sei que meu nome está em foco para a composição da futura comissão diretora local do grêmio situacionista. Entretanto, somente concordarei em ingressar nesse Diretório se ele representar a frente única pontagrossense.<sup>591</sup>

Porém, em junho de 1934, o periódico princesino, ao descrever a primeira concentração dos diretórios regionais do PSD, e que ocorreu na cidade de Ponta Grossa, informou que Machado assinou a ata da concentração mesmo não sendo representante do diretório pontagrossense. E o fez juntamente “[...] com outras pessoas gradas”.<sup>592</sup> A aproximação de Brasil Pinheiro Machado do partido situacionista aumentou à medida que a organização da frente única parecia avançar e, ao contrário, se mantinha na expectativa enquanto a conciliação não fosse definitivamente acertada entre a ala liberal e o grupo “jorgista”. Tal denominação se deu em decorrência da liderança partidária de Jorge Becher, prefeito revolucionário de Ponta Grossa e então líder governista nessa cidade. Enquanto isso, Machado despontava como um dos principais nomes para compor a nova organização do PSD local, o que foi rapidamente investigado pela reportagem do *Diário dos Campos*.

O jovem e ilustrado causídico prontificou-se, gentilmente, em responder as perguntas de nossa reportagem:

‘ – Que nos pode v. s. dizer sobre as démarches para a formação da frente única pontagrossense?’ Foi a primeira pergunta do repórter.

O Dr. Brasil Pinheiro Machado respondeu:

‘ – A frente única pontagrossense já é uma realidade, feita ao redor dos principais membros do governo Manoel Ribas. O interventor e seus secretários, com o trabalho esclarecido que tem tido em prol de nossa cidade, destruíram todos os argumentos em que se possa firmar uma oposição. Falta, no momento, concretizar essa frente única porque ela já existe no ânimo de todos. ’

‘ – É verdade que as negociações para a reorganização do Diretório estão encontrando sérias dificuldades?’

A essa segunda interpelação, o ilustre diretor do Ginásio Regente Feijó respondeu, em remate:

‘ – Pelo que ouvi a reorganização do diretório ainda está em estudos e todas as dificuldades que por acaso surjam, como as que dizem que há,

---

<sup>591</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 03/07/1934, n. 6.431.

<sup>592</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 19/06/1934, n. 6.4898.

não são, de natureza, capazes de entrar a frente única, pois dependem tão somente de um pouco de amor a terra em que vivemos. E isso nós sabemos que os componentes do atual diretório possuem, como possuem também aqueles que estão indicados para integrá-los.<sup>593</sup>

Poucos dias depois dessa declaração de tom otimista sobre a organização da frente única que unisse o PSD de forma mais coesa, a renúncia de Jorge Becher do diretório do partido precipitou a nova composição dessa agremiação partidária. No entanto, quando, no início de julho, Pinheiro Machado reforçou a sua condição imposta de que somente participaria do novo diretório quando da efetivação da frente única, essa ainda não tinha sido conciliada. O anúncio da sua candidatura a deputado estadual constituinte, pelo partido do interventor, no entanto, o liberou de fazer parte desse novo diretório e o jogou diretamente ao campo da ação político-partidária no contexto eleitoral.<sup>594</sup> O candidato começou a circular pelos distritos de Ponta Grossa para divulgar o pleito, a sua candidatura e o partido situacionista, como o fez em Itaiacoca<sup>595</sup>:

[...] regressou à cidade, otimamente impressionado, sendo de parecer que é inteiramente factível a previsão que de Itaiacoca nos foi mandada há alguns dias por pessoa ali residente e segundo a qual o eleitorado em peso dali, com discrepância de poucos votos, sufragará no próximo pleito os candidatos do Partido Social Democrático.<sup>596</sup>

A frase da campanha do PSD utilizada nessas eleições é bastante significativa nesse sentido: “Votar no PSD é votar no Sr. Manoel Ribas para Governador Constitucional do Estado.”<sup>597</sup>

Nessa época, e ao longo de toda a década de 1930, a folha *Diário dos Campos* esteve sob a direção do pontagrossense de origem russo-

---

<sup>593</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 22/06/1934, n. 6.421.

<sup>594</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 04/08/1934, n. 6.459.

<sup>595</sup> Distrito do município de Ponta Grossa, desde 1909, Itaiacoca surgiu como um núcleo da colônia Otávio, formada por imigrantes russos-alemães, ou alemães do Volga, denominação utilizada na época. Essa colônia foi criada em 1878 “[...] com recursos repassados à província do Paraná pelo Ministério da Agricultura. Tratava-se, portanto, de processo de colonização oficial.” (DITZEL, C. H. M, 2007, p. 60-61). A comunidade de origem alemã esteve na mira de partidos e organizações políticas nesse período de disputa eleitoral. Assim, não somente o PSD se aproximou desses eleitores, mas também a LEC e a sua propaganda orientada para o voto nos candidatos “[...] que se comprometam a ser contra o divórcio, que se batam pela instrução religiosa facultativa e pela permissão do sindicalismo dos operários católicos.” (*A Tribuna*, Santos, 15/11/1932, ano 39, n. 232, primeira página.)

<sup>596</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 13/09/1934, n. 6.521.

<sup>597</sup> PARANÁ. *Atas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*, 1ª Legislatura, 1935, vol. 1, 01/02/1935.

alemã José Hoffmann, conhecido por Juca, e que imprimiu ao periódico um conceito moderno de jornalismo. Desse perfil editorial são provas as diversas entrevistas coletadas diretamente às autoridades políticas citadinas, procurando dar credibilidade à notícia.<sup>598</sup> Os repórteres se moviam pela cidade toda atrás da informação fresca e verídica, do furo e das peculiaridades desses personagens locais em suas alianças, rompimentos e demais estratégias inerentes ao mundo da política. Com essa dinâmica jornalística, o *Diário dos Campos* acompanhou os desdobramentos da eleição de 1934, desde a campanha política, passando pela apuração dos resultados e as primeiras reuniões, na capital, já com os trabalhos instalados na Assembleia Estadual Constituinte e a presença daqueles três parlamentares pontagrossenses.

### **6. 1. 1 As eleições**

O clima de propaganda política agitava as ruas da cidade para as eleições de outubro de 1934. Foi nesse contexto que se deu a visita de Plínio Salgado em Curitiba e Ponta Grossa. As bandeiras, no entanto, eram muitas, e a elas estava exposto o eleitorado pontagrossense, inclusive os que habitavam as localidades remanescentes da colonização europeia. E, mais do que isso, a essas bandeiras estavam também expostos os próprios candidatos que submetiam seus respectivos nomes a uma determinada sigla. A proliferação de organizações políticas típica do período do Governo Provisório fez com que o espaço de politização inflasse e muitos daqueles que passaram a se dedicar à prática político-partidária dialogaram com mais de uma organização ao mesmo tempo sem, no entanto, necessariamente romper com os aliados principais. O mote era, pelo contrário, conciliações e acordos.

Porém, diante dessa posição política então assumida por Brasil Pinheiro Machado, o qual, finalmente, se filiou ao PSD quando da saída de Jorge Becher, faz pensar sobre o sentido do adjetivo “revolucionário” que havia dado a seu grupo no pleito anterior, de maio de 1933, juntamente com

---

<sup>598</sup> BUCHOLDZ, 2007.

o general Raul Munhoz e Antonio Jorge Machado Lima. Não o seria, em primeiro lugar, pela defesa dos princípios tenentistas do movimento armado de 1930, já que em seu artigo sobre o integralismo deixou patente não acreditar na solução dos problemas nacionais através das armas. Essa disposição pode ser corroborada pelo fato de não ter efetivamente entrado para o quadro do Partido Liberal Paranaense, composto de revolucionários, mesmo que dissidentes. Em segundo lugar, sua obediência ao interventor, quando assumiu interinamente a prefeitura de Ponta Grossa revela, por seu turno, que a sua ligação aproximava-se, cada vez mais, com o governo central, o que é aduzido, em 1934, quando se candidatou pelo PSD à Assembleia Estadual Constituinte, uma vez que tal partido regional surgiu para alinhar a política local ao governo de Vargas. Por último, tal fidelidade de Machado ao interventor e, conseqüentemente, ao governo central, acaba sendo atestada quando se observa que ambos os seus companheiros da chapa de “revolucionários” logo se desligaram do partido situacionista, ao qual pertenciam já desde a criação do mesmo. Raul Munhoz, que fora presidente do PSD, se afastou da atividade político-partidária e nem chegou a assumir sua vaga na Assembleia Nacional, para a qual foi eleito por esse partido regional; Antonio Jorge Machado Lima, de carreira política bem mais longa, membro fundador do PSD, pelo qual se elegeu deputado nacional constituinte, desse também se afastou quando, em 1936, Manoel Ribas promoveu uma conciliação com o PSN.

Nessa tentativa de acordo com a oposição, o governador acabou perdendo alguns correligionários, dentre eles Machado Lima, que reorganizou o Partido Liberal Paranaense (PLP). Fundado no contexto da campanha das eleições nacionais pelo “coronel” Roberto Glasser, o mesmo que tentou ser cooptado por Ribas nesse jogo conciliatório de 1936, o PLP ganharia novas feições, continuando a ser, no entanto, partido dissidente do governo estabelecido. Quando Antonio Jorge Machado Lima rompeu com o partido oficial paranaense ele exercia o cargo de senador, o que motivou que se apresentasse à imprensa para justificar seu desligamento do PSD. Segundo o político, ao fazer essa conciliação, “[...] Ribas enfraqueceu-se, pois o Partido Nacionalista [Partido Social Nacionalista – PSN] não deseja

acordo com o situacionismo.”<sup>599</sup>

Dentre os “revolucionários” de 1933, portanto, Pinheiro Machado foi o único do grupo que, ao se filiar ao PSD, mesmo que tardiamente, ou seja, somente em meados de 1934 e após sua atuação na AIB, a esse partido oficial do estado ficou ligado ao longo de todo o governo constitucional de Manoel Ribas. Desse modo, se pode concordar com as conclusões de Maristela Dagostim quando a autora entende a posição da política paranaense, desde a assunção de Manoel Ribas à interventoria e depois como governador constitucional, como a de um estado politicamente submetido ao dirigismo nacional. Entretanto, havia mais de uma forma para ocorrer esse vínculo entre centro/região. Nesse sentido, a posição “revolucionária” de Pinheiro Machado, bem como sua procrastinação quanto a alguma adesão partidária, estaria posta na busca por uma dessas formas específicas de centralização do país que se desse a partir da defesa de um federalismo assentado na importância dos municípios como células políticas, e não exclusivamente nos estados.

No processo de constitucionalização, a temática do federalismo acabara de concentrar os debates no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Angela Castro Gomes recuperou o clima dessa discussão parlamentar para caracterizar os assuntos centrais do momento. A autora lembra, antes de tudo, que o modelo à disposição dos parlamentares de 1934 era a Carta Constitucional de 1891, especialmente duas inovações trazidas dessa organização republicana: “[...] o estabelecimento de um regime político liberal de tipo representativo e a adoção de um sistema de descentralização política e administrativa que estatua a soberania dos Estados federados.”<sup>600</sup>

Naquele momento, de acordo com Gomes, se configuraram duas

---

<sup>599</sup> *A Tribuna*, Santos, 13/03/1936, ano XLII, n. 352.

Segundo as notícias sobre o andamento da política paranaense veiculadas nesse jornal do litoral paulista, o acordo entre o governo de Manoel Ribas e o PSN se daria em termos de distribuição de cargos públicos aos oposicionistas. O capitão Catão Mena Barreto Monclaro, então chefe do PSN iria para o comando da Polícia. Ele havia sido chefe de polícia na interventoria de Mário Tourinho e, com a assunção de Ribas, por este foi escolhido para assumir o comando da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, no qual ficou até o final de 1933. Por sua vez, Roberto Glasser assumiria, com a consumação do acordo, a secretaria da Agricultura. E, para a procuradoria-geral, o advogado Manoel Alencar Guimarães. (Cf. *A Tribuna*, Santos, 06/03/1936, ano XLII, n. 345, página 2.)

<sup>600</sup> GOMES, Angela de Castro, 1986, p. 57.



posições principais de diagnósticos sobre a experiência da República Velha: aqueles que entendiam o texto constitucional de 1891 como artificial e sem vínculos com a realidade brasileira e outro grupo que defendia os princípios republicanos, os quais teriam sido desvirtuados não pela sua natureza, mas pela falta de moralização dos costumes políticos nacionais. Essa autora insere as forças ligadas ao tenentismo como os representantes principais da primeira tendência, que buscava ultrapassar o liberalismo mediante o estabelecimento de uma condução autoritária à democracia de fato. Alberto Torres era recorrente para a defesa dessa posição e a citação do seu nome “[...] que sua simples menção em plenário acabaria por se transformar, no folclore político da época, em símbolo de identificação com a orientação política dos tenentes”<sup>601</sup>; o voto direto na esfera municipal e o sufrágio profissionalista eram reivindicações desse grupo. Quanto ao segundo grupo, a não condenação do liberalismo dependia de dotar esse sistema político de uma praticidade afastada do seu desvirtuamento provocado por errôneas práticas políticas nacionais, principalmente a política dos governadores; tal tendência defendia, para tanto, uma reforma no processo eleitoral que acabasse com a submissão dos poderes a um Executivo hipertrofiado.

A avaliação sobre o liberalismo republicano polarizava as posturas, provocando mesmo posições individuais ambíguas, como a do próprio Machado, o qual interpretou teoricamente esse sistema como desequilibrado tanto quanto o comunismo, explicando a possibilidade da superação de ambos pelo modelo integralista, mas que posteriormente dele se aproximou quando se inseriu na luta partidária, vislumbrando, talvez, que as boas práticas políticas pudessem talvez reacendê-lo de forma positiva. A fugaz ameaça da sua aproximação ao PLP e a vitória da ala liberal do PSD ao retirar de cena o grupo jorgista, atualizam esse clima político quanto à avaliação da fortuna republicana que seria utilizada para traçar os planos futuros. O liberal, nesse caso, se identificaria com a ideia de uma União como coordenadora de interesses, bem como com o entendimento sobre o

---

<sup>601</sup> GOMES, Angela de Castro, 1986, p. 58.

A autora cita como exemplo o discurso do deputado paulista Ranulpho Pinheiro Lima (*Anais da Assembleia Nacional Constituinte*, Rio de Janeiro, 1934, vol. 13, p. 210). Lembra, ainda, a criação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que atuou na Constituinte Nacional buscando defender as reivindicações da região Nordeste.

federalismo o era pela irredutibilidade da autonomia dos estados à nova organização governamental.

Entretanto, é nesse ponto que se mostraram as diferentes maneiras de se preservar o regionalismo, dependendo do peso que cada unidade federativa portava à época. Estados mais fracos política e economicamente tendiam a defender a descentralização administrativa, porém a combater a soberania política dos estados mais fortes, alcançando-se uma federação com menores disparidades regionais. Para tanto, era necessário dotar a União de forças coordenadoras que minimizassem esse desequilíbrio. Para os representantes dessas unidades de pouco valor, a saída era o fortalecimento dos municípios. Angela Castro Gomes explica que com essa concepção procurava-se “[...] aumentar as margens de coordenação (e não de intervenção) da União, reforçando-se, simultaneamente, as bases locais e diferenciadas de poder que, por serem municipais, não concorreriam com o centro, nem esmagavam o equilíbrio regional.”<sup>602</sup>

É nesse sentido que a posição de Brasil Pinheiro Machado, ao aderir ao PSD, pode ser recuperada como atitude favorável ao fortalecimento da soberania da União mediante a submissão política dos estados e da autonomia administrativa dos municípios. Aqui se pode conjecturar, ainda, que o seu afastamento da organização da AIB tenha se dado, também, pelo crescimento do personalismo de Plínio Salgado, visto que a soberania do Estado não deveria coincidir com uma demasiada amplitude dos poderes do chefe do Executivo Federal. Para o deputado constituinte, a disciplinarização partidária requeria o combate ao “[...] velho mal de toda a política brasileira, que é o personalismo.”<sup>603</sup>

A nova ordem legal desencadeada a partir da posse de Getúlio Vargas na chefia do Governo Provisório, em outubro de 1930, colocou em marcha a revisão da legislação eleitoral existente no país e produziu um novo Código Eleitoral, instituído por decreto federal em fevereiro de 1932. Por esse decreto (n. 20.076), criou-se a Justiça Eleitoral.

Mesmo com essas inovações de natureza democrática os resultados

---

<sup>602</sup> GOMES, Angela de Castro, 1986, p. 62.

<sup>603</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*, Curitiba, 1º legislatura, 1935, vol. 1, p. 559.

do pleito de outubro de 1934, no Paraná, deram como vitorioso o partido situacionista, o PSD, que conquistou 20 das 30 cadeiras disponíveis para a Assembleia Estadual Constituinte, sobrepujando os setores oposicionistas e consolidando as lideranças locais. Na bancada parlamentar, os oposicionistas a Manoel Ribas estavam representados por cinco deputados eleitos pela União Republicana (ex-Partido Republicano regional aliado ao ex-governador Caetano Munhoz da Rocha) e outros cinco ligados ao tenentismo dissidente reunido no Partido Social Nacionalista (PSN), tendo como líder o General Plínio Tourinho. Quando o partido majoritário foi criado vivenciava-se um contexto de rica mobilização política aberta após a derrocada da Revolução Constitucionalista, e que marcou um período de reorganização das forças oligárquicas e dos partidos regionais em torno do processo de centralização do Governo Provisório, que se impunha cada vez com mais força; também nesse bojo surgiram outras organizações políticas, que não estruturadas em partidos, como a Liga Eleitoral Católica (LEC), de alcance nacional. Houve, ainda, algumas agremiações locais muito peculiares e que necessitam de análises mais aprofundadas, como a Confederação dos Tinguís, surgida na capital do Paraná, e que se propunha a “[...] rever os lídimos direitos já demais espezinhados da altiva terra dos pinheirais.”<sup>604</sup>

A LEC organizou-se nacionalmente mediante a formação de quatro tipos de juntas. A Junta nacional, com sede no Rio de Janeiro, era composta por cinco membros escolhidos pelo Cardeal Leme. As demais eram as juntas estaduais, regionais e locais. Na capital do Paraná, foi instalada uma junta estadual, cuja função era tornar públicas as decisões da cúpula nacional quanto aos partidos e candidatos aprovados e que passariam a receber o apoio da Liga. No contexto da mobilização do eleitorado para o pleito de outubro de 1934, a junta estadual da LEC era composta pelos seguintes nomes: Alcebíades de Faria – desembargador –, José Loureiro Fernandes – um dos idealizadores do CEB –, Valdemiro Teixeira de Freitas – professor e membro do CEB –, Ligarú Espírito Santo – professor e membro do CEB –, Alceu Albuquerque e Raul Carvalho. Essa composição comprova a ligação

---

<sup>604</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 25/11/1932, n. 5.986.

íntima entre o CEB e a LEC, no Paraná, ao tempo em que reflete a estreita vinculação entre a Liga e o Centro Dom Vital, afluindo os princípios católicos nos perfis políticos de norte a sul e na vida intelectual de cada região.

Pinheiro Machado foi um dos candidatos que recebeu apoio da LEC no pleito de 1934 para concorrer às eleições ao legislativo estadual no Paraná. Quando da promulgação da Constituição Estadual, em 16/05/1935, esse apoio foi reconhecido em comunicado dessa Liga lido na terceira sessão da Assembleia, poucos dias depois:

A Junta Estadual da LEC cumpre o dever de comunicar ao eleitorado católico que, dos deputados que recomendou ao seu sufrágio em outubro de 1934, para a Constituição Estadual, votaram a favor das emendas religiosas, dando inteiro cumprimento ao compromisso que haviam assumido, o qual motivou a recomendação dos seus nomes, os seguintes senhores: Acir Guimarães [PSD], Alcides Pereira [União Republicana Paranaense], Antonio Couto Pereira [PSN], Brasil Pinheiro Machado [PSD], Caetano Munhoz da Rocha [União Republicana Paranaense], Caio Machado Lima [PSD], Carlos Ribeiro de Macedo [União Republicana Paranaense], Djalma Al-Chuery [?], Erasto Gaertner [PSD], Joaquim Pereira de Macedo [PSN], Laertes Munhoz [União Republicana Paranaense], Lindolpho Pessoa da Cruz Marques [União Republicana Paranaense], Manoel Alencar Guimarães [PSN]. Ficaram, assim, vitoriosas aquelas emendas, hoje incorporadas à Constituição do Paraná.<sup>605</sup>

A atuação de Brasil Pinheiro Machado na Assembleia Estadual Constituinte, considerando-se esse quadro maior de engajamento da intelectualidade católica e da composição política do período, com o predomínio dos partidos regionais, é um ponto de inflexão na sua trajetória intelectual. A moralidade como critério da ação pública continuou presente nas suas posições dentro da Assembleia, o que pode ser observado nos seus apartes, mas a fronteira entre as funções do legislador e do cidadão ficou mais nítida, ao passo que o encargo da política condizia cada vez mais com o da vida intelectual.

No dia 6 de fevereiro de 1935, a ata da 24ª sessão da Assembleia Estadual Constituinte registrou uma fala de Machado que apontou essa transição para um cenário repartido entre o legislador e o pensador. Sob o império da lei, uma vez instalados os trabalhos do legislativo estadual com a função primordial de se elaborar a nova constituição do Paraná, o contexto

---

<sup>605</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Paraná*, Curitiba, terceira sessão em 20/05/1935.

era outro ou, pelo menos do seu ponto de vista, deveria ser outro, dominado pela discussão dos assuntos relativos à esfera do estado sobre todas as possíveis querelas partidárias. Pelo fato daquela composição política se identificar com a vida estadual, e com o objetivo precípua de redigir a nova carta, somente em ocasiões excepcionais, disse o deputado Machado nessa sessão, os deputados dessa esfera poderiam opinar sobre assuntos de interesse nacional, incluindo o jogo político que se desenrolava na esfera federal. Pois essa fala registrada na 24ª foi uma dessas ocasiões vislumbrada pelo deputado para expor suas ideias mais gerais sobre a política, interface da experiência intelectual.

A grande questão daquela sessão girou em torno de uma discussão doutrinária entre os parlamentares paranaenses sobre o posicionamento de cada um deles entre o reacionarismo e o antirreacionarismo. Para Brasil Pinheiro Machado, esse era um debate em termos ultrapassados e de nada colaborava para o papel do político-cidadão. Para esse deputado pontagrossense, a solução dos problemas nacionais não seria dada por nenhuma doutrina sectária, mas sim por meio da racionalização técnica, e somente essa teria a capacidade de englobar todas as reivindicações para se concretizar a justiça social. Suas observações foram pautadas nos estudos de um autor alemão chamado Ferdinand Zimermann (1898-1967), autor do livro *Fim do capitalismo*, publicado poucos anos antes, em 1931, pelo qual anunciara a morte do *laissez-faire* do capitalismo internacional e defendera, como alternativa ao futuro, a autarquia germânica. Esse autor, que segundo Machado usava o pseudônimo de Ferdinand Fried, não era nem jurista e nem sociólogo e, por isso, conforme o deputado, possuía uma visão real dos problemas atuais da humanidade.

[...] o mundo não pára. Pequenos como são os territórios nacionais, insuficientes economicamente, as nações da Europa depois de terem quebrado os principais postulados do liberalismo, encaminham-se, agora, para a fase das autarquias. São os blocos econômicos que se anunciam. De um lado, conversam os países da Europa Ocidental, aqueles que conservam ainda espírito de capitalismo e imperialismo, este imperialismo que deve ser o principal alvo de combate da democracia brasileira, venha ele de onde vier, dos bancos ou bolsas de Londres, Nova York ou de Moscou, imperialismo que forma os grilhões que matam a nossa nacionalidade.

Os países do centro da Europa, formados num novo espírito de civilização, quase rompendo com o cristianismo e a Rússia, formando um novo espírito

anti-europeu, ligado à faixa que vai desde a Turquia até a China. [...] Resta a América Latina, que deve ser o bloco ao qual se agregará o Brasil.

Sr. Presidente, nesta autarquia que se está anunciando e que a fatalidade se encarregará de efetuar, a minha ideia, a ideia que eu adoto, é que antepor-se-á ao mundo o espírito latino-americano que decorre daquela poesia gloriosa e sempre mal compreendida da vitória peninsular, expressa na figura épica de D. Quixote, possuindo o sentido de glória e que expulsará o Sancho Pança, somente capaz de ver e sentir o dinheiro e as coisas materiais.

E nós, latino-americanos, passando por cima de todos os velhos conceitos, largando todas essas palavras: reacionarismo, antirreacionarismo, liberalismo, democracia, que nada mais significam, havemos de formar o regime que há de ser a expressão da cultura latino-americana, cultura essa que já se anuncia pela maneira como pensam todas as universidades da América Latina, e as gerações vindouras estarão destinadas a justificar a divisa gloriosa que o grande José de Vasconcelos escreveu no pórtico de uma universidade mexicana: por minha raça, fale o espírito.<sup>606</sup>

Essa surpresa final da originalidade latino-americana, adotando o espírito quixotesco, no entanto, passou praticamente em branco ao restante dos parlamentares, que apesar de ovações de “Muito bem” e cumprimentos ao orador, deu continuidade ao expediente da Casa. Mas alguns pontos dessa fala do deputado Brasil Pinheiro Machado são importantes para se complementar a análise elaborada acerca da sua carreira pública até esse momento.

Em primeiro lugar, o espírito como a principal característica da latinidade em contraposição aos valores materiais, Dom Quixote contra Sancho Pança. Isso soa até contraditório para quem leu toda a fala do deputado, nessa mesma sessão, quando discorreu sobre a racionalização técnica como geradora de justiça social. Porém, a sua estreita relação com a doutrina integralista dissolve essa contradição e, em seu lugar, reforça a hipótese de que o valor e o uso de algumas noções divulgadas pelo integralismo não eram dependentes da estrutura organizacional da AIB para serem apropriadas, circulando pelo “microclima” político da época.

Decorrente, também, da sua experiência integralista, porém no que concerne ao seu afastamento da AIB e a sua subsequente adesão ao PSD, que aconteceu em meados de 1934, está a segunda observação necessária, qual seja, a crítica ao liberalismo e ao imperialismo como doutrinas sem conteúdo, como “[...] termos que são como caramujos quando a vida morreu

---

<sup>606</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Constituinte do Estado do Paraná*, Curitiba, volume 1, 1935, 06/02/1935, p.443.

dentre deles [...]”.<sup>607</sup> A apreciação desfavorável ao capitalismo internacional, “[...] da competição desenfreada, e de todas as outras características dele derivadas, irá definir um singular espaço de concordância entre a proposta conservadora e a totalitária.”<sup>608</sup>

De acordo com Ricardo Benzaquen Araújo, o único espaço de concordância entre o conservadorismo e o totalitarismo foi, justamente, a opinião crítica comum contrária aos males provocados pela doutrina e pela prática liberais, mas a partir daí se estabeleceu a incompatibilidade entre tais posturas em decorrência do modo pelo qual cada uma propôs a respectiva alternativa contraposta a esse mundo em crise. E aqui o deputado Machado, ao representar, no parlamento estadual, o partido político situacionista, se colocou como o porta-voz dos interesses estaduais, como legislador e, por outro lado, enquanto cidadão preocupado com os interesses nacionais. O cruzamento entre vida pública e exercício intelectual se põe nesse contexto, e a crescente especialização do intelectual como grupo profissional preocupado com as questões nacionais se deixa mostrar no cenário parlamentar de enquadramento estadual.

A representatividade dos parlamentares e o resultado do texto constitucional como “[...] o reflexo de uma trégua das forças [partidárias] em luta [...]”<sup>609</sup> são exemplos da forma intermediação entre o Estado e a sociedade e, portanto, signos de uma cultura política hierárquica que se distanciava da concepção totalitarista do integralismo. Para Araújo, esse sistema totalitário, que pregava uma sociedade uniforme, homogênea, foi um dos principais motivos de afastamento de muitos intelectuais, notadamente católicos, do movimento liderado por Plínio Salgado, como Alceu Amoroso Lima, Otávio Faria e, se pode seguramente acrescentar, Brasil Pinheiro Machado. A especialização da intelectualidade impedia, ainda, um apego a princípios que não permitissem divergências e distinções sociais e a valorização do espiritualismo por eles praticado era, mais uma vez de acordo com Araújo, “pelo alto”, pois se tratava de uma renovação da

---

<sup>607</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Constituinte do Estado do Paraná*, Curitiba, volume 1, 1935, 06/02/1935, p. 441.

<sup>608</sup> ARAÚJO, R. B., 1987, p. 79.

<sup>609</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Constituinte do Estado do Paraná*, Curitiba, volume 1, 1935, 06/02/1935, p.442.

catolicidade das elites, “[...] muito distante da interpretação totalitária do cristianismo, fundada numa perspectiva homogeneizante e mobilizadora, que marcava o projeto de Plínio.”<sup>610</sup>

A relevância do engajamento político de Pinheiro Machado no contexto da sua participação na Assembleia Estadual Constituinte se reforça como ponto de inflexão na sua trajetória intelectual quando alguns deputados, inclusive ele próprio, foram surpreendidos pela decisão do Superior Tribunal da Justiça Eleitoral, poucos dias depois dessa fala que se comentou acima, do dia 6 de fevereiro de 1936.

Uma das aplicações da nova Justiça Eleitoral era a de analisar a situação dos deputados eleitos, pois muitos deles possuíam cargo não vitalício no poder público. Essa problemática envolvia diretamente o deputado Brasil Pinheiro Machado, pois o mesmo continuou na direção do Regente Feijó mesmo após os resultados das eleições do pleito de outubro de 1934. O título da matéria que o *Diário dos Campos* editou sobre isso era direto: “Vários deputados paranaenses dispostos a renunciar. Entre eles se conta o ilustre representante de Ponta Grossa Dr. Brasil Pinheiro Machado.”<sup>611</sup>

A fim de apurar sobre a decisão do Superior Tribunal da Justiça Eleitoral, a qual iria afetar a posição de vários deputados paranaenses eleitos, os repórteres do *Diário dos Campos* saíram a campo para coletar informações sobre uma reunião ocorrida entre Pinheiro Machado, mais uma vez vindo da capital do estado, e alguns amigos, a fim de saber qual decisão tomaria o deputado pontagrossense. No caso, se aguardava a publicação de um boletim daquele Tribunal com a resolução sobre o impasse. A ordem da recente Justiça Eleitoral era a de que os deputados que se encontravam nessa situação optassem por um dos cargos que já exerciam, ou pelo mandato legislativo. Uma vez confirmada essa decisão, replicou o “Diário”, a decisão pessoal de Pinheiro Machado levantada pelos repórteres era a de optar pela continuidade frente ao cargo de diretor do Ginásio Regente Feijó. No entanto, a decisão foi outra e Brasil Pinheiro Machado participou ativamente dos trabalhos legislativos até a instalação do Estado Novo,

---

<sup>610</sup> ARAÚJO, R. B., 1987, p. 83.

<sup>611</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 16/01/1935, n. 6.593.



contrariando o prognóstico dos repórteres do periódico, e mudando sua posição de acordo com a orientação do Tribunal da Justiça Eleitoral, assim como havia feito em 1931 quando assumiu a prefeitura de Ponta Grossa. Afastou-se, portanto, das funções às quais se dedicava naquele estabelecimento escolar, inclusive a de professor catedrático de História Universal e História do Brasil, retornando a esse papel somente quando da extinção das atividades legislativas, em 1937.

Era comum, nesse período, a sobreposição de cargos e funções, e a maioria dos deputados eleitos para a Assembleia Estadual Constituinte se encontrava nessa situação, sendo muitos deles bacharéis em Direito e atuando profissionalmente quando ingressos na arena parlamentar pela primeira vez, como o próprio Brasil Pinheiro Machado e, também, Oscar Borges de Macedo Ribas. Além desses dois, o outro pontagrossense presente na bancada estadual do PSD, Helvídio Silva, também era advogado. Parece mesmo que no PSD os deputados que desempenhavam a prática do Direito sobressaíram-se nessa legislatura pós-1930: a liderança do partido ficou a encargo do advogado João Theóphilo Gomy Junior, de União da Vitória, e na mesa da Assembleia o já citado Antonio Augusto de Carvalho Chaves, dessa mesma sigla partidária, advogado de Curitiba. O afastamento de Brasil Pinheiro Machado do Regente Feijó, nesse momento, já possuía, entretanto, um peso diferenciado quanto a prática política que então iria passar a vivenciar na Assembleia do Estado, não significando mais a assunção de um mero cargo público, mas sim o cruzamento entre a vida pública e o exercício intelectual.

Em consonância com a essência da Carta Constitucional de 1934, o perfil da Assembleia Estadual Constituinte traçou a preponderância dos princípios da ordem liberal e moderna defendidos pelas oligarquias do centro-sul do país e englobados pela maior parte dos novos partidos regionais nascidos no contexto pós-derrocada da Revolução Constitucionalista; por outro lado, do mesmo modo, a marginalização crescente dos grupos ligados ao tenentismo era outro elemento de composição desse parlamento estadual constituinte sempre movido pela busca de conciliação das oposições com a situação.

A fronteira entre governistas, filiados ao PSD, e antigos oligarcas pré-

1930, ligados ao grupo do ex-governador Caetano Munhoz da Rocha, era matizada pela presença de setores oposicionistas mais modestos, sem um passado político recheado de cargos públicos de longo período. Esse era o caso dos deputados eleitos pela sigla do PSN, herdeiro da Legião Revolucionária Paranaense, e que, conforme demais setores tenentistas em atividade no país, buscava se fortalecer por meio da ideia da criação de um partido nacional. Esse nacionalismo revolucionário se distanciava das novas bases de organização de um partido político, que se mantinha com perfil regional, e regionalista no fazer política. Conforme visto, o PSN foi um dos alvos preferidos das tentativas de acordo no contexto conciliatório parlamentar paranaense.

Outro setor oposicionista, o liderado por Caetano Munhoz da Rocha demonstrou, por sua vez, que a presença do seu séquito em cinco cadeiras da Assembleia estadual reforçava a importância do processo de constitucionalização dos anos 1930. Pode-se apostar que o parlamento estadual teve o mesmo peso que o apontado pela Constituinte Nacional, funcionando esta como verdadeira “[...] ponta de lança de contestação ao regime, tendo o efeito de feri-lo e obrigá-lo a toda uma reestruturação.”<sup>612</sup> A aglutinação em torno da estrutura de poder que estava sendo construída no Brasil, formada pela centralização política e pela crescente personalidade da figura de Getúlio Vargas, conduzia à marginalização dos grupos menores, bem como a tentativa sempre perseguida de unir os setores oposicionistas às lideranças. Dessa forma, o movimento de arregimentação realizado pelos líderes locais foi algo contínuo nesse processo e deixou claro o incômodo da presença de ideias, grupos e ações de oposição.

No Paraná, isso se tornou extremamente óbvio com a decisão de se fechar todos os núcleos integralistas existentes no território paranaense, em julho de 1936. Realmente, o integralismo era uma doutrina ameaçadora para os governos recém-estabelecidos. Na Assembleia do Paraná, em plena tribuna, ela ressoava nos discursos inclusive dos deputados situacionistas. O jornalista e pessedista Frederico Faria de Oliveira, por exemplo, poucos meses após o fechamento dos núcleos integralistas no estado, fez uma

---

<sup>612</sup> GOMES, Angela de Castro, 1986, p. 27.

espécie de histórico da sua simpatia pelo integralismo, justificando-a pelo fato das duas faces que tal doutrina apresentava, uma “carnavalesca” e outra “construtiva”. Faria lembrou aos colegas parlamentares que quando começaram os trabalhos legislativos, em janeiro de 1935, era bastante visível as suas afinidades para com o integralismo pelo fato de que, naquele momento, via sobressair o lado “construtivo” da doutrina, que era a vitalidade cívica da mesma. Essa face interessante do movimento liderado por Plínio Salgado, segundo Faria, apagava a “feição carnavalesca” do mesmo, que era configurada pela “[...] letra grega no braço, mãos espalmadas para o ar, à maneira de passageiros que, na esquina, acenam para os veículos que passam velozes, gritos guturais imitando os nossos aborígenes heroicos [...].”<sup>613</sup> No entanto, de acordo com o depoimento desse deputado, com o fechamento da ANL, em julho de 1935, os integralistas teriam recuado em seus propósitos e, a partir daí, a face “caricatural” se impôs, o que foi agravada com o crescente personalismo do líder integralista e com a “[...] fidelidade à democracia liberal ou social”.<sup>614</sup> Faria de Oliveira percebeu, também, que nesse recuo do integralismo havia o medo do enquadramento na Lei de Segurança Nacional. O termo “segurança nacional” está presente nos textos constitucionais brasileiros desde 1934, mas a primeira lei foi sancionada em abril de 1935, inaugurando

[...] o critério, que até hoje se mantém, de deslocar para leis especiais os crimes contra a segurança do Estado, o que sempre se fez para submeter tais crimes a um regime especial de maior rigor, com o abandono de garantias processuais. Outros crimes políticos foram definidos pela Lei nº 136, de 14 de dezembro de 1935, sancionada logo após a revolta comunista de novembro daquele ano. Para o processo e julgamento dos crimes políticos foi instituído o Tribunal de Segurança Nacional (Lei nº 244, de 11 de setembro de 1936) disciplinado, depois do golpe de 1937, que inaugurou a ditadura do Estado Novo [...].<sup>615</sup>

Esse testemunho público do deputado Frederico Faria de Oliveira, além

<sup>613</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão da 1ª legislatura, vols. 1-2, 1936, p. 176.

<sup>614</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão da 1ª legislatura, vols. 1-2, 1936, p. 177.

<sup>615</sup> *Dicionário Histórico-Biográfico, Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas.*

Disponível na Internet via <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

de indicar o plenário do Legislativo estadual como um espaço bastante politizado mesmo que dominado pela maioria governista, a qual, inclusive, apresentava cisões internas, revela alguns pontos importantes da reestruturação do regime varguista diante dessa mesma politização e das ações dos movimentos sociais de esquerda. Nesse contexto, é perceptível a crescente analogia, pelo governo e governantes, entre o integralismo e o comunismo,<sup>616</sup> a identificação dessas organizações à subversão da ordem e a necessidade do enquadramento dos mesmos pelo governo, independentemente dos atos do Judiciário e do Legislativo. Em sua fala, ocorrida justamente no contexto dos efeitos de aplicação da Lei de Segurança Nacional e da criação do Tribunal de Segurança Nacional, o que sobressai é a perturbação das instituições brasileiras provocada por esses movimentos, acarretando uma “anormalidade” passível de reação justificada por parte do governo estabelecido.

Nesse momento, a grande instabilidade que recém-marcou o Governo Provisório era contraposta aos resultados do processo de constitucionalização nacional e das esferas estaduais. A “energia” do Executivo, mesmo que limitada pelas novas cartas constitucionais, era compreendida como bem-vinda e necessária para garantir a solidez do regime, mas é justamente esse limite que colocou em lados discordantes deputados do mesmo partido, o da bancada majoritária da Assembleia Estadual do Paraná, qual seja, o PSD. Ao longo das sessões, sem poder precisar o momento exato, houve inclusive a saída de membros desse partido, que migraram para uma nova sigla, o Partido Liberal (PL), como os ex-pessedista Erasto Gaertner.<sup>617</sup>

---

<sup>616</sup> No Fundo Documental DOPS/PR, do acervo permanente do Arquivo Público do Estado do Paraná, por exemplo, um dos dossiês sobre o Comunismo traz fotografias do movimento integralista nas cidades paranaenses. O interessante disso é que essa instituição arquivística preservou a organização original desse fundo, ou seja, tal “confusão” é originária do pensamento policial do período, década de 1930.

<sup>617</sup> Essa informação foi retirada de um trecho do discurso de Brasil Pinheiro Machado na 26ª sessão da Assembleia Legislativa Estadual, que aconteceu em 03 de outubro de 1936, quando tratava de defender a lealdade da bancada do PSD aos atos político-administrativos do governador Manoel Ribas. Segue a transcrição: “A política do Sr. Manoel Ribas foi uma só e intransigentemente traçada. [...]. Também o meu ilustre colega e prezado amigo, Sr. Erasto Gaertner, que, egresso das nossas fileiras partidárias, integra um dos novos partidos do Estado, o Partido Liberal, também veio da oposição forte, da oposição violenta que S. Exa. Soube fazer, até chegar a apoiar a moção de solidariedade e de aplausos à política administrativa do Sr. Governador.” PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do*

Enquanto Faria de Oliveira destacou o “pioneirismo” do ato de Manoel Ribas, como “[...] a primeira reação contra a seita política que se prevalece das tolerâncias democráticas liberais para o achincalhe do regime e das instituições políticas [...]”, referindo-se à ANL, o deputado Erasto Gaertner (Curitiba/PR, 1900- Curitiba/PR, 1953) <sup>618</sup> protestou veementemente contra isso no plenário por entender como um ato anticonstitucional. Do mesmo modo, o advogado Laertes Munhoz de Macedo, da União Republicana Paranaense, antigo Partido Republicano Paranaense, e que tinha como líder na Assembleia o ex-governador Caetano Munhoz da Rocha, criticou a iniciativa do governo Ribas não pelo viés da constitucionalidade da questão, mas pelo isolacionismo do estado paranaense, visto que o governo federal havia, para tanto, promulgado leis nesse sentido, as quais já tinham sido alvos de votos de congratulações por todos os parlamentares daquele Legislativo estadual, o que deixava sem sentido o ato “particular” do governador do Paraná.

E por isso mesmo que não se traduz uma medida de ordem geral, por isso mesmo que não significa um ato da única autoridade que no estado de guerra, em que nos achamos, tem exclusiva competência de intervir nas soluções dos casos ligados à segurança nacional. Por isto mesmo, por todas estas considerações, é que não podemos, com sinceridade, dar o nosso voto à moção que vem de ser apresentada pelo nobre deputado Faria de Oliveira. <sup>619</sup>

Com 13 votos a favor e 11 contra, o requerimento de congratulações ao governador do Paraná foi aprovado, parabenizando, assim, as ações policiais do estado na repressão à AIB no território paranaense.

Nota-se, naquela discussão, uma aproximação entre o PSD e a URP quanto à apreciação da estabilidade do regime liberal-democrata, deixando cada vez mais isolado o PSN, então liderado pelo advogado Manoel Alencar

---

*Paraná*, Curitiba, 2ª sessão da 1ª legislatura, vols. 1-2, 1936, p. 322.

<sup>618</sup> Formou-se em Medicina da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1925, tendo iniciado o curso, no entanto, na Faculdade do Paraná. Foi professor desta faculdade, diretor do Departamento Médico Legal do Paraná e do Leprosário São Roque. No campo da política, foi deputado estadual constituinte pelo PSD (1934), deputado federal pela União Democrática Nacional (1945), secretário de estado do governo Bento Munhoz da Rocha e prefeito da capital paranaense de 1951 até seu falecimento.

<sup>619</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão, 1º legislatura, vol. 1-2, 1936, pp. 181-2.

Guimarães (Buenos Aires/Argentina, 1865 – Curitiba/PR,1940).<sup>620</sup> Pode-se conjecturar que, pelo histórico desse último líder estar relacionado com o trato da grande economia agroexportadora, visto ser membro da família de Visconde de Nácar – uma das maiores fortunas comerciais do Paraná –, a centralização crescente do governo federal e os vários marcos reguladores da economia que então passaram a ser aplicados não eram apreciados por essa agremiação político-partidária.<sup>621</sup> As divergências se concentravam, assim, em torno da centralização política e administrativa do estado à União, pois nessa perspectiva, para o PSN, a defesa da continuidade do fortalecimento do estado como unidade política autônoma era um princípio fundamental a ser mantido e defendido.<sup>622</sup>

Poucas sessões depois, e o assunto da perseguição aos integralistas no Paraná voltou à baila, dessa vez iniciada pelo deputado Erasto Gaertner a respeito da sua posição anterior da inconstitucionalidade dessa ação do governo do estado. Tanto naquela sessão, como nesta agora que aconteceu no dia 19 de setembro de 1936, o deputado Brasil Pinheiro Machado estava presente, apesar de não ter pronunciado nenhuma fala em ambas as ocasiões, nem sobre a questão do integralismo e nem sobre qualquer outro tema. Gaertner, nessa segunda oportunidade, iniciou a sua fala na tribuna

---

<sup>620</sup> Neto de Visconde de Nácar, Manoel Alencar Guimarães se formou em Direito na Faculdade de Direito de Recife. Em 1888 retornou para o Paraná, terra da sua família, onde logo quando da proclamação da República elegeu-se deputado constituinte (1892). A partir daí, foi deputado federal, presidente do estado do Paraná, senador da República. Em 1915, rompeu com o PRP, que era o partido situacionista ligado ao governador Carlos Cavalcanti, além de ter visto sua carreira pública declinar com a morte do senador Pinheiro Machado, ao qual era ligado politicamente. Ao longo dos anos de 1920, foi sempre opositor das duas famílias paranaenses que se alternaram no poder do estado, os Camargo e os Munhoz da Rocha. Nessa época, se mudou para a capital federal, onde foi membro da Comissão do Centenário da Independência (1922) e inspetor consular para a América do Sul e sul da África (1927). Na década de 1930 retornou ao cenário político do governo paranaense, e como deputado estadual constituinte atuou como líder do PSN, que fazia oposição tanto ao PSD como à URP, cujo líder era seu antigo inimigo político, Caetano Munhoz da Rocha.

Dados disponíveis na Internet via

<http://www.casacivil.pr.gov.br/casacivil/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=45.>)

<sup>621</sup> Sobre as atividades econômicas de Visconde de Nácar, ver: LEANDRO, José Augusto. *Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá, 1850-1888*. Tese de Doutorado em História UFSC, Florianópolis, 2003.

<sup>622</sup> Os demais membros do PSN, na Assembleia Legislativa do Paraná nessa ocasião, eram: o escritor e jornalista Ulisses Vieira (1885-1942), o major Antonio Couto Pereira (1896-1976), o médico Alceu Amaral Ferreira e o “coronel” Joaquim Pereira de Macedo. O jornalista Vieira, na Primeira República, foi deputado estadual, oportunidade quando defendeu os direitos do Paraná na questão do Contestado com Santa Catarina. Esse assunto também mobilizou o correligionário Manoel Alencar Guimarães, o qual publicou, em 1916, uma monografia intitulada “Questão dos limites Paraná - Santa Catarina”.

com a perspectiva de novas notícias vindas do Rio de Janeiro a respeito dos debates que estavam sendo travados na Câmara Federal sobre o fechamento da AIB no país. As mesmas, entretanto, foram por esse deputado utilizadas para reforçar sua visão anterior de que era um ato inconstitucional o do governador Manoel Ribas para colocar a polícia do estado a perseguir os integralistas e fechar seus núcleos, pois não havia da parte daqueles membros nenhuma ação contrária à estabilidade do regime e, ainda, a AIB auxiliava na luta contra o comunismo, que era realmente o grande inimigo, e a favor do patriotismo. O deputado Erasto Gaertner fez a defesa da sua posição, nesse caso, se utilizando da leitura de documentos enviados à Câmara Federal pelas autoridades baianas a respeito do fechamento dos núcleos integralistas de lá por parte do governo daquele estado e da reação dos líderes integralistas a respeito dessa atitude. Para estes últimos, e para o deputado federal no qual Gaertner se inspirava, Adalberto Correa, os comunistas eram o inimigo comum a ser combatido por todas as organizações legais existentes no Brasil, “[...] para fazer o possível por afastar do território nacional todos os adeptos desta seita nefasta, criminosa e repugnante aos nossos deveres de homens, ao nosso sentimento e ao nosso patriotismo.”<sup>623</sup> A defesa da AIB, nessa perspectiva, era devida à sua natureza legal, por ser um partido político registrado no Superior Tribunal Eleitoral. Ou seja, o mesmo motivo que provavelmente afastara Pinheiro Machado da organização da AIB serviu, naquele momento, para o deputado ex-pessedista.

O que mudou nessa posição, ou melhor, o que possibilitou essa defesa do deputado Gaertner foi, certamente, o clima mais estável trazido com o processo de constitucionalização. A historiografia sobre esse período aponta a polarização do cenário da prática política, pós-1934, justamente marcada entre a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira, inclusive ambas incorporando “[...] inúmeros tenentes, atestando o processo de esgotamento e marginalização política desse grupo, simbolicamente selado pela dissolução do Clube 3 de Outubro em abril de 1935.”<sup>624</sup> Mesmo

---

<sup>623</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão, 1º legislatura, vol. 1-2, 1936, p. 267. (Da fala do deputado federal Adalberto Correa).

<sup>624</sup> GOMES, Angela de Castro, 1986, p.73.

atuando na clandestinidade, a ANL refletia essa radicalização do debate político, o que provocou a criação de um aparato jurídico com capacidade para enfrentá-la, resultando na popularização da prática da repressão policial nos estados da União e o erguimento de um corpo legal federal de mecanismos de exceção, como a Lei de Segurança Nacional e a decretação do estado de sítio.

A confiança dos parlamentares de que, com a Constituição, o regime varguista se tornaria mais sólido, pois que assentado sobre um estado de direito, era constantemente abalada e colocava à prova a sua suficiência para conter e conciliar essa polarização política entre direita e esquerda. Havia, afinal, uma convivência entre estado de direito e estado de sítio. Na sessão imediatamente anterior àquela quando ocorreu o primeiro debate sobre o fechamento dos núcleos integralistas no território do Paraná, Brasil Pinheiro Machado participou, na tribuna, instigado por uma discussão a respeito da censura levada adiante pelas autoridades policiais do estado contra os próprios deputados, e que foi criticada pelo partidário da URP, Lindolfo Pessoa (1882-1940), que teve um discurso seu “rabiscado de lápis de cor” e a seguinte explicação do censor: “Professor, este período não pode ser publicado”.<sup>625</sup> Respaldo na representatividade da sua função no Legislativo, o deputado de origem paraibana Lindolfo Pessoa da Cruz Marques trouxe, assim, o assunto da “truculência policial” na tribuna da sessão do dia 9 de setembro. Da parte dos republicanos históricos, como ele o era, o discurso de um parlamentar, uma vez representante do povo, jamais poderia ser censurado, a não ser que fosse emanado não do Lindolfo deputado, mas do Lindolfo cidadão.

[...] se estamos aqui para representar o pensamento do povo, como é que podemos fazer, como é que prestaremos conta dos nossos atos ao povo? Só pode ser por intermédio da imprensa, com a publicação dos nossos projetos, dos nossos pareceres e dos nossos discursos. Mas se a polícia se permite censurar aquilo que aqui fazemos, o povo ficará impedido de exercer a sua fiscalização, de saber se estamos aqui agindo bem, de conformidade com os seus interesses, das suas conveniências e das suas justas aspirações.<sup>626</sup>

---

<sup>625</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão, 1º legislatura, vol. 1-2, 1936, p. 161.

<sup>626</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão, 1º legislatura, vol. 1-2, 1936, p. 163.



Partido majoritário e oposição, todos se amparavam nos poderes democráticos emanados do estado de direito, a partir dos quais definiam suas rivalidades e diferenças; ainda, ambos estavam mergulhados no poder cada vez mais amplo do Executivo Federal, “[...] restando ao Congresso, ou melhor ainda, a alguns parlamentares, o difícil direito de realizar denúncias e protestar contra a situação vigente”.<sup>627</sup> Entre os deputados oposicionistas paranaenses, como o republicano Pessoa, e apesar da censura por ele sofrida com o banimento do seu discurso da imprensa particular, a reação não era propriamente contra a repressão em si, mas contra o alvo atingido por ela, no caso um parlamentar. A leitura das falas proferidas na tribuna do Legislativo estadual desde as primeiras sessões, em janeiro de 1935, e até o fechamento da mesma, em 1937, deixa muito clara a impressão de que os parlamentares do período entendiam como necessária a mão forte do Executivo Federal, desde que em defesa, justamente, da democracia.<sup>628</sup>

A fala reproduzida parcialmente abaixo e pronunciada pelo deputado egresso do PSD, o médico Erasto Gaertner – o mesmo que logo depois combateria a perseguição do aparelho policial do estado do Paraná contra os integralistas –, é de extrema significância (daí a liberdade do tamanho da citação) do quanto esses políticos contemporâneos, especificamente os que nasceram já no século XX, entendiam que suas experiências públicas estavam inseridas em um processo duplo: de transformação aguda em relação ao passado político recente, ou pré-1930, e de percepção de que somente um corpo jurídico eficiente não era o bastante para garantir o futuro do país longe dos extremismos.

É indiscutível que de alguns anos a esta data, o Brasil está realizando um ambiente propício, um ambiente favorável, um verdadeiro caldo de cultura para o germe do extremismo russo. E ninguém o contestará, porque as afirmações são recentes da pululação desse germe. De outra parte, semeiam-se e crescem e se difundem outros ideais, em antagonismo aos ideais dos comunistas, e se investigarmos [...] a causa deste ambiente, que é propício ao extremismo e à divulgação dos ideais que lhe são

---

<sup>627</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão, 1º legislatura, vol. 1-2, 1936 PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão, 1º legislatura, vol. 1-2, 1936, p. 73.

<sup>628</sup> Foram aqui levantadas todas as sessões da Assembleia Legislativa do Paraná, a partir dos anais da mesma, tendo como critério a participação do deputado Brasil Pinheiro Machado nas mesmas, ainda que não tenha pronúncia da sua autoria em todas das quais esteve presente, conforme quadro anexo a este capítulo.

antagônicos, não encontraremos essas causas nem nas nossas leis, nem na nossa Constituição e nem no regime social democrático.

As leis são boas, [...], a Constituição é magnífica, nos seus preceitos e o regime é sadio e é bom.

Mas, se prosseguirmos na investigação, haveremos de encontrar, com toda a segurança, causas reais e causas eficientes, e eu me permito apontar entre essas causas, vícios e erros que demoram na entrosagem do regime e, sobretudo, vícios e erros que demoram na prática do mesmo regime. Eu me permito por de quarentena, com a autoridade que o mandato me confere, os processos e os métodos que os nossos poderes públicos tem adotado para combater o extremismo.

Não posso conceber [...] que contra os ideais, que existem, dos comunistas do Brasil, o Governo contraponha violências, o Governo contraponha perseguições, o Governo contraponha atos de prepotência. Eu admitiria que o Governo brasileiro combatesse o extremismo russo, mas combatesse os ideais dos comunistas antepondo a esses ideais outros ideais [...].<sup>629</sup>

Em artigo de 2004, Alberto Venancio Filho estudou a evolução do ensino jurídico no país, desde a criação do primeiro curso de Direito no Brasil, configurou essa geração nascida no começo do século XX como uma

*[...] geração nascida pouco antes da I Guerra Mundial e que, portanto, sofrera na infância o impacto que esse evento representou em todo o mundo, inclusive no Brasil, assim como vivera, na adolescência, de um lado, as influências do pensamento mundial, fundamente vincado pelo fim da belle époque, e, por outro lado, a linha de pensamento já mencionada, de um debruçar sobre a realidade brasileira, cujos nomes mais expressivos foram, sem dúvida, Alberto Torres e o então jovem Oliveira Vianna.*<sup>630</sup>

Nesse estudo, Venancio Filho toma como uma das referências o escritor Octávio de Faria, autor de *Maquiavel e o Brasil*, publicado em 1931 pela Editora Schmidt, o qual havia se formado bacharel pela Faculdade Nacional de Direito, nos anos 1920. Do arcabouço conceitual dessa geração fazia parte, certamente, a noção de que as leis não bastassem para a organização da nação, o que se reproduziu em variadas dicotomias naquele período, como a divergência entre o Brasil real/cultura e Brasil legal/ideal, ou a entre direito público e direito escrito, presentes, por exemplo, na obra de Oliveira Vianna, conforme já mencionado anteriormente. Esse enigma pairava no “microclima” da ação pública e da vivência intelectual na modernidade nacional. Apesar da formação em Medicina e não em Direito, mas vivenciando o ambiente intelectual da capital federal dos anos 1920,

<sup>629</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão, 1º legislatura, vol. 1-2, 1936, pp. 166-167.

<sup>630</sup> VENANCIO FILHO, Alberto. Notas sobre Maquiavel e o Brasil. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, fase VII, Ano XI, nº 41, out/dez, 2004, p. 19. [online]. Disponível na Internet via <http://www.academia.org.br/abl/media/celebracao14.pdf>.

quando lá concluiu o curso superior, Erasto Gaertner reverberou, na tribuna parlamentar do Legislativo paranaense, um pouco dessa divergência, então fundamental para ser equacionada e lograr um futuro não “sombrio” para o Brasil, ou seja, afastado dos extremismos. Para tanto, Gaertner ponderou aos colegas parlamentares que de nada adiantaria somente ver a aparência dos fenômenos sociais, mas sim seus mecanismos internos, uma vez que “[...] está nascendo um novo critério para interpretar e para resolver os problemas sociais, políticos e econômicos”.<sup>631</sup> O olhar sobre a realidade nacional, que já integrava o programa modernista, será marca da intelectualidade dos anos 1930 no cruzamento aqui outras vezes sugerido entre ação política e vida intelectual, mesmo não considerando a profissionalização crescente que culminará, nesse período, com a institucionalização universitária. No engajamento partidário, assim, esse microclima modernista também se manifestava.

No caso do debate acerca da “truculência policial” do governo de Manoel Ribas, o deputado Gaertner apontou, ao invés, a investigação das causas intrínsecas ao regime político como a forma ideal para enfrentar os radicalismos, opondo a esses movimentos outro ideal que superasse o comunismo. Porém, essa não era a posição da maioria dos seus correligionários. Não era a posição do ex-colega de partido, o deputado Brasil Pinheiro Machado, então já afastado da estrutura de um desses movimentos, a AIB, que em resposta sobre a violência no combate aos extremismos, asseverou que naquele momento a força era o único instrumento de convencimento do adversário, referindo-se especificamente, no entanto, aos comunistas:

O comunismo só é possível combater pela violência. V Exa. Veja o que se fez com a última conspiração contra o ditador Stalin, na Rússia, se não foi com a violência, também, que se a combateu. Estamos em um tempo em que ninguém consegue convencer os seus adversários, a não ser pela força.”<sup>632</sup>

---

<sup>631</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão, 1º legislatura, vol. 1-2, 1936, pp. 166.

<sup>632</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão, 1º legislatura, vol. 1-2, 1936, p. 167.

A bancada majoritária do PSD do Paraná, em decorrência da sua filiação incondicional ao governador, defendia essa posição de Machado, qual seja, o uso da repressão contra os movimentos extremistas. Essa divergência aproximou a oposição em coligação, ávida por criticar e apontar falhas no regime varguista no tocante à repressão à oposição. Outros quesitos foram atacados pelo deputado do PL e que foram do mesmo modo apoiados pelos demais setores da oposição, como a contratação de funcionários públicos sem concurso, contrariando o que havia há pouco sido regulamentado pela constituição estadual, artigo 117. Todo esse debate, novamente, apontou para a hipertrofia do Executivo, federal e estadual, justificada em grande parte pelo estado de guerra contra os extremismos. De certa forma, o final da discussão dessa 5ª sessão, realizada dia 9 de setembro de 1936, acabou por corroborar essa justificativa, pois o deputado Erasto Gaertner admitiu que se o registro da AIB fosse cassado pelo Supremo Tribunal Eleitoral, a repressão contra ela seria legítima, como a que ocorria contra a ilegal ANL. Assim, o direito constitucional era a força de coalizão vista na democracia liberal representativa, e que parecia ser o único instrumento de luta contra a quebra das instituições nacionais. No restante dessa mesma sessão, Pinheiro Machado não mais se manifestou, a não ser para corrigir Gaertner quando este qualificou a democracia brasileira como sendo liberal; para Machado, o termo correto seria “social democracia”. Aqui, o político pontagrossense se distancia mais ainda do totalitarismo do movimento liderado por Plínio Salgado, ao afirmar a necessidade de hierarquias e mecanismos autoritários contrários ao apagamento de divergências sociais. A substituição do termo “liberal” por “social democracia” não era somente uma questão de retórica política, mas significava a presença do Estado nas trajetórias desses intelectuais que nele e por ele passaram a atuar em diversas esferas, inclusive as político-partidárias.

## **6. 2. A história pensada pelo político-cidadão**

Conta [...] o Conde de Kaiserling, ao descrever o patriotismo do povo alemão, que aquele pobre cidadão alemão, disciplinado por vários séculos de educação, ao passar diante do Palácio onde estavam trabalhando os estadistas devotados a vida inteira à tarefa insana de dirigir os destinos da nação gloriosa, ao ver, à noite, as janelas do Palácio acesas, diz consigo

mesmo: 'Posso viver em paz, porque lá estão os que velam pela ordem e pelos destinos da Alemanha.'<sup>633</sup>

No dia 9 de março de 1935, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Estadual do Paraná entregou para a presidência da entidade o projeto de constituição do estado. Iniciou-se, então, a votação do projeto, as apresentações e aprovação das emendas ao mesmo e, por fim, a primeira discussão do seu substitutivo, processo que durou pouco mais de dois meses. Após as devidas incorporações, a Constituição do Paraná foi promulgada, no dia 16 de maio daquele ano.

Enquanto corriam os debates parlamentares para a finalização do texto da nova carta, Brasil Pinheiro Machado publicou um artigo no *Diário dos Campos* com o título “Constituição e Justiça”, no qual já se pode vislumbrar o que, no ano de 1936, culminou com aquele seu aparte, na tribuna do Legislativo Estadual, sobre o império da força como o único ataque então disponível capaz de desarmar o inimigo político. Conforme o tom do artigo do deputado e membro da Comissão e Justiça<sup>634</sup>, a democracia não era mais passível de ser entendida como um ideal, mas sim como um “[...] instrumento da técnica para resolver problemas asoberbantes.”<sup>635</sup> Nos regimes democráticos, justamente pela dinâmica e complexidade do processo de racionalização dos Estados modernos, a função técnica-administrativa caberia ao Poder Executivo que, embora com restrições às suas “faculdades discricionárias”, em virtude da existência e funcionamento dos demais poderes, delas lançaria mão o chefe do executivo, sempre que fosse necessário, a fim de dinamizar os textos estáticos das leis. Desse modo, a letra constitucional não era garantia suficiente para uma eficaz organização do Estado mediante a mera aplicação das normas, mas sim da execução das mesmas a partir da “capacidade”, do “tino” e de “tato” daquele

---

<sup>633</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão, 1º legislatura, vol. 1-2, 1935, p. 559.

<sup>634</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*, Curitiba, 1ª legislatura, 1935, vol. 1.

Na 17ª sessão da Assembleia Constituinte Estadual, ocorrida no dia 28 de janeiro de 1935, foram eleitos os seguintes deputados para compor a Comissão de Constituição e Justiça: Brasil Pinheiro Machado (PSD), com 19 votos; Erasto Gaertner (PSD), com 19 votos; Oscar Borges de Macedo Ribas (PSD), com 19 votos; Acir Guimarães (PSD), com 19 votos; Lindolfo Pessoa da Cruz Marques (URP), com 18 votos; Mario Erichsen (PSD), com 18 votos; Caio Gracho Machado Lima (PSD), com 15 votos.

<sup>635</sup> MACHADO, B. P. Constituição e Justiça. In. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 27/04/1935, n. 6.671.

chefe. Conforme Pinheiro Machado, essa seria a característica fundamental da administração de um moderno Estado democrático e, portanto, a defesa do PSD como partido ligado política e administrativamente ao governador Manoel Ribas não o caracterizava como um mero séquito a um líder, do qual era constantemente acusado pela oposição, mas sim como um partido “personalista” moderno.

A função legislativa, separada das outras e corporificada em um órgão especial, é uma limitação às faculdades discricionárias da administração, mas não é, mesmo nas mais modernas constituições democráticas, uma extinção daquelas faculdades.

Não o é porque, por mais pormenorizada que seja uma constituição, e por maior número de leis que produza uma câmara, todos estes textos constituem uma norma, uma diretriz, puramente estática, enquanto que a sua execução depende do tino, da capacidade e do tato do chefe do executivo em um momento puramente dinâmico, porque dinâmica é a realização e dinâmica é a vida real do Estado, onde o governo vai aplicar aqueles textos estáticos.<sup>636</sup>

Em vários outros discursos proferidos no plenário da Assembleia, e até mesmo em alguns apartes aos pronunciamentos de outros parlamentares, o deputado Machado retomou essa ideia de que a administração é parte intrínseca da política, ou seja, de que a racionalização da justiça, das finanças e dos demais setores governamentais seria o modo apropriado de se construir um Estado moderno, justo e democrático, combinando-se técnica-administrativa e ordenamento jurídico. Para tanto, o deputado citou aos colegas parlamentares vários estudos que corroboravam seu ponto de vista, notadamente os realizados por pensadores de origem alemã, como os juristas Fritz Fleiner (1867 - 1937) e Otto Mayer (1846 - 1924), o filósofo do direito George Jellinek (1851 - 1911) e o sociólogo Georg Simmel; além dos germânicos, citou, também, o jurista italiano Rudolf Smend (1875 - 1947).

A utilização da tradição alemã do Direito Administrativo elaborado por Fleiner e Mayer por parte do deputado Brasil Pinheiro Machado é significativa no sentido de que dela esse parlamentar retira uma justificativa teórica para defender a reserva de direito ao poder executivo, que seria levada a efeito, via administração, de forma exclusiva por aquele poder. O assunto “Constituição” moveu grande parte dessa tradição jurídica, sendo o

---

<sup>636</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão, 1º legislatura, vol. 1-2, 1936, pp. 497.

alemão Carl Schmitt (1888-1985) o principal jurista dessa área. Em seu livro *Teoria da Constituição*, publicado em 1928, Schmitt criticou a democracia liberal, da qual o modelo contemporâneo era a Constituição de Weimar, de 1919, e, em seu lugar, definiu o conceito de “constitucionalismo antiliberal” como fundamento da democracia substancial. Esta se caracterizaria enquanto

[...] princípio jurídico-formal que significava unidade [...]. O Estado democrático e antiliberal, [...], distinguia-se de outras formas políticas por demandar homogeneidade nacional. A democracia substancial tornou possível uma ditadura na medida em que o escopo e a amplitude da atuação jurídica e política do ditador dependiam e se justificavam através de seu critério pessoal.<sup>637</sup>

Percebe-se, na movimentação dos debates parlamentares na Assembleia Legislativa do Paraná, – por meio dos discursos aqui analisados segundo o critério de participação ou não de Pinheiro Machado nas respectivas sessões –, a contígua gestação de críticas ao perfil ineficaz da Carta de 1934 e da Constituição estadual de maio de 1935 diante do enfrentamento dos “problemas assoberbantes”, principalmente corporificados nos movimentos de massa; ainda, de que o totalitarismo da doutrina de Plínio Salgado já poderia ser considerado ultrapassado na medida em que a democracia antiliberal que se desenhava nesse período pós-constitucional brasileiro assentava-se obrigatoriamente sobre uma estrutura social hierárquica. Angela de Castro Gomes, ao analisar o perfil definitivo do texto constitucional de 1934, após a aprovação dos substitutivos, notou o impasse amplo do momento político não só vivido pelo país, mas também por outras nações quanto ao descompasso entre o corpo jurídico disponível e o seu fundamento político. “A experiência dos anos de 1935, 1936 e 1937 só iria consagrar e agravar o desacordo entre a vida política real do país e o texto constitucional, que já parecia caduco alguns meses após sua promulgação.”<sup>638</sup> A defesa do poder Legislativo como instrumento de controle do Executivo, tema central do debate constitucional,

---

<sup>637</sup> SANTOS, Rogério Dutra dos. Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil. In. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 50, n. 2, 2007, p. 284.

<sup>638</sup> GOMES, Angela de Castro, 1986, p. 71.

esbarrou nesse impasse e, com o recrudescimento dos movimentos de massa de esquerda e de direita, ao embaraço de natureza política sobrepôs-se o de cunho jurídico, do qual resultaram, em plena liberal-democracia, a legislação de exceção e o estado de guerra.

Nesse cenário político, no âmbito paranaense, um dos elementos que se destaca da crítica aos resultados do processo de constitucionalização do país é a aproximação feita pelos parlamentares estaduais entre o integralismo e o comunismo, que os igualou em termos de potencialidade de desordem social, da qual decorreu, por conseguinte, a justificação do uso da violência policial do estado para enfraquecer e desestruturar ambos esses movimentos. Também, assim como no processo em nível federal, no âmbito estadual era nítida a percepção da incompatibilidade entre a precocidade estática do texto constitucional e o dinamismo da realidade contemporânea.

Desse último aspecto, o deputado pontagrossense já havia apresentado em plenário a sua visão sobre a responsabilidade em se fazer a Constituição Estadual, ocasião na qual detalhou aos demais parlamentares presentes o que no artigo veiculado no jornal *Diário dos Campos* ele apenas mencionou de forma simplificada aos leitores: a construção conceitual do sociólogo alemão Georg Simmel quanto à antítese entre vida e cultura. Naquela sessão de 6 de fevereiro, já mencionada no item anterior, Machado explicou aos deputados a perda do sentido de alguns conceitos da cultura política contemporânea, como o liberalismo e a democracia, diante da avalanche de realidade, justamente porque, segundo aquela imagem da sociologia alemã, a vida faz com que a cultura se transforme e, naquele momento em que se vivenciava o processo de constitucionalização estadual, a cultura havia sido transformada, surgindo um espírito novo capaz de superar todas as diferenças doutrinárias em um único processo, o da urgência da racionalização. Essa imagem elaborada nos primórdios da sistematização da sociologia alemã traduziu, assim, a defesa do seu entendimento da necessidade de elaboração de leis a partir do corpo administrativo, uma vez que este, em relação aos membros do legislativo, era dotado de capacidade técnica criadora, transformadora e, portanto, dinâmica. Dessa maneira, o deputado não defendia o executivo por ele



mesmo, mas enquanto “[...] força criadora da democracia moderna.”<sup>639</sup>

No artigo no *Diário dos Campos*, o deputado e membro da Comissão de Constituição e Justiça especificou o liberalismo enquanto ideal dissolvido pela dinâmica da política moderna. Daí, provavelmente, derivou aquela sua observação para substituir o termo liberal, utilizado na fala de Gaertner quando este parlamentar defendeu a liberdade de pensamento, pelo termo “social”, o qual se aproxima, para Machado, da vida, do dinamismo da ação política, conforme a “imagem alemã” construída por Simmel e por ele apropriada. Não sendo, no entanto, o regime democrático um fenômeno imóvel ele é constantemente agitado pela “Política” e é nessa antítese entre a natureza estática da letra constitucional e a dinâmica da ação política que se constrói um novo tipo de democracia, desvinculada do liberalismo, mudança esta que estaria patente na sigla do partido majoritário, o PSD, que porta o termo “social”, adjetivando a democracia como não-liberal.

Para Brasil Pinheiro Machado, a Constituição de Weimar, diferentemente do que para o jurista Schmitt, era um modelo de constituição social-democrática e não liberal-democrática, uma vez que seus dispositivos restringiram os direitos individuais para ampliarem os direitos sociais. Essa fórmula político-jurídica foi conseguida por meio de uma média entre o liberalismo e o comunismo. Tal colocação do deputado Machado se assemelha com a argumentação do seu artigo “Introdução ao integralismo”, que havia publicado em novembro de 1933, quando considerou a doutrina do sigma justamente a média “mais adequada” entre o radicalismo individual do liberalismo e o império da coletividade pregado pelo comunismo. Não lograda pelo movimento liderado por Plínio Salgado, a social-democracia do governo getulista foi a escolha de Pinheiro Machado a partir de meados de 1934 para trilhar sua vivência política. Na tribuna, ainda a defender o argumento sobre a importância da administração na condução da política moderna, esse deputado marcou a devida distância entre a social-democracia do modelo de Weimar e o período de Hitler, ao mesmo tempo em que afastou aquele modelo do ideal de democracia pregada pelos filósofos do século XVIII, especificamente Rousseau.

---

<sup>639</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão, 1º legislatura, vol. 1-2, 1936, pp. 499-500

Os críticos e caricaturistas da época representavam a doutrina de Rousseau como um enorme homem das cavernas empunhando um tacape contra um pigmeu que era a sociedade. Havia pois o predomínio absoluto do indivíduo. Hoje, depois da guerra, pelas modificações trazidas em consequência do avanço econômico e científico de todo o mundo, é que na Alemanha se fez a média entre o antigo liberalismo e a doutrina vinda do norte, não mais se apoiando em Rousseau, mas sim em Carl Marx. E o professor Preuss, o principal autor da Constituição de Weimar, representa com a sua teoria essa média, isto é, a social democracia, em que os direitos individuais estão diminuídos porque estão limitados pelos direitos sociais.<sup>640</sup>

Uma vez inspirada na carta alemã de 1919, a Constituição brasileira de 1934, por conseguinte, ainda segundo o deputado pontagrossense, teria o mesmo perfil social-democrático. Seria esse o motivo para que, em seu longo discurso sobre a relação entre política e administração, Machado citasse outros juristas alemães em detrimento de Carl Schmitt, como Otto Mayer, de quem aquele representou certa continuidade? Tal hipótese é possível quando, ao final desse mesmo discurso, Machado encerra o argumento citando o jurista judeu nascido em Praga, Hans Kelsen (1881-1973), com o seguinte excerto desse autor:

[...] o fato de que, em regra geral, nas modernas democracias, o ato de preparação das leis seja realizado por funcionários administrativos, por órgãos auxiliares do governo, não significa de forma nenhuma que o referido ato seja um ato administrativo, mas sim que o funcionário se converte, *ipsis facto*, em órgão da legislação.

Durante a República de Weimar, Kelsen foi o principal adversário de Carl Schmitt, quando os dois se posicionaram de maneira oposta sobre a quem caberia a guarda da Constituição. Grosso modo, para o jurista alemão havia uma diferença entre direito e política, sendo de natureza deste último campo a proteção da lei máxima de uma nação. Assim, a quem estivesse no poder caberia a exclusividade da execução das leis, ao passo que, para Kelsen, não havia diferença entre essas duas áreas, pois ambas buscavam, como finalidade, a transformação social. O que interessa extrair dessas informações básicas não é a questão hermenêutica do confronto jurídico entre esses dois pensadores do Direito, mas a partir delas tentar demarcar as escolhas políticas das matrizes de pensamento lançadas mão por Brasil Pinheiro Machado na defesa da sua perspectiva sobre a relação entre o

---

<sup>640</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão, 1º legislatura, vol. 1-2, 1936, p. 501.

poder legislativo e o poder executivo na democracia brasileira após o processo constitucional.

Importa ressaltar, em primeiro lugar, que o fato de ter citado o jurista Hans Kelsen e não a Carl Schmitt tem como pano de fundo contextual o apoio desse jurista ao regime nazista de Hitler, o qual, para Pinheiro Machado, naquele mesmo discurso, representava o líder da negação da social-democracia tradicional alemã, cujo marca era a Constituição de Weimar. Infelizmente, os discursos parlamentares não trazem as referências das obras dos autores mencionados, o que reverte em um mapeamento parcial das correntes de pensamento com as quais se filiavam os deputados com o intuito de argumentarem seus pontos de vista. A associação entre conceitos e autores em muitas ocasiões, inclusive, provavelmente não deveriam ser pertinentes. Em segundo plano, o uso daqueles juristas, naquele momento, significou uma armação teórica da militância do deputado pontagrossense pautada pela indistinção entre política e administração, ou mais amplamente possível, pela “dimensão pública da atividade intelectual”, como referido no primeiro capítulo desta tese conforme o artigo de Maria Alice Rezende de Carvalho.

Logo, se pode valer metodologicamente uma vez ainda do conceito de “intenção”, de Skinner, a fim de mapear o mais completamente possível essas influências parcialmente reveladas por Brasil Pinheiro Machado no jogo parlamentar de resposta/réplica, a partir da observação da força ilocutória da comunicação do autor, isto é, da busca do motivo central da autoria de determinadas ideias presentes em um texto.<sup>641</sup> Nesse caso, a citação de Kelsen, por exemplo, ainda não articula o pensamento de Machado à teoria do Direito, como se poderia pensar pelo fato da sua formação jurídica, pois isso constituiria uma antecipação inadequada da análise da sua trajetória profissional à medida que se sabe que ele atuou como procurador-geral da Justiça do Paraná durante o Estado Novo. De modo que, nesse momento, as menções dos autores feitas por ele enquanto deputado estadual são aqui consideradas para relacionar pressupostos teóricos então compartilhados com a vivência política, demarcando posições

---

<sup>641</sup> SKINNER, Quentin, 2000.

e escolhas pessoais.

Sobre o discurso proferido na 2ª sessão ordinária da primeira legislatura, no dia 14 de novembro de 1936, Brasil Pinheiro Machado já havia galgado a hierarquia política ao encerrar sua experiência como prefeito municipal de Ponta Grossa e se eleger deputado estadual constituinte. Nesse sentido, a função na Assembleia Estadual do Paraná articulou de modo mais forte as duas áreas por ele compreendidas, desde o exercício no executivo municipal, como estratégicas para a construção de um Estado moderno: a política e a administração. Se a incumbência de prefeito carregava uma conotação ultrapassada de cargo político de natureza não eletiva, o exercício parlamentar lhe outorgou, por conseguinte, a oportunidade de uma maior mobilização social e poder de transformação da realidade nacional por meio de uma atividade representativa.

Na vivência da política estadual, as intenções impregnadas nos discursos e apartes feitos por Pinheiro Machado no legislativo indicam referências teóricas nacionais e estrangeiras que integravam o quadro mental da época, principalmente aquele configurado em torno da dicotomia entre real/legal, extralegal/legal, e que retratava a preocupação contemporânea quanto a solução desse impasse que marcava um ritmo descompassado para a construção da modernidade nacional. Na arena política, a discussão sobre a superação a esse embaraço brasileiro foi respaldada, muitas vezes, a partir do diagnóstico ordenado por Alberto Torres sobre a tradicional situação do país.

Um dos pontos recorrentemente retomados do pensamento de Alberto Torres, tanto pelos parlamentares do nível federal como os do legislativo estadual em foco, foi a centralização do Estado como solução efetiva para os problemas nacionais. Angela de Castro Gomes lembra que nos debates na Assembleia Nacional Constituinte, de 1934, bastava a citação do nome de Torres para se “[...] transformar, no folclore político da época, em símbolo de identificação com a orientação política dos tenentes.”<sup>642</sup> A crítica a que o regime republicano foi submetida por vários pensadores que vivenciaram a construção da Primeira República, quanto ao fracasso do seu alcance liberal

---

<sup>642</sup> GOMES, Angela de Castro, 1986, p. 58.

e os excessos de descentralização, reverberaram na obra desse pensador fluminense na necessidade da condução, por uma elite, rumo ao Estado centralizador, porém de perfil coordenador e não opressor.<sup>643</sup> Assim, os estados deveriam atuar com autonomia nesse movimento de centralização coordenada entre todas as unidades federativas. Para tanto, Alberto Torres apontou a necessidade de se analisar, empiricamente, a realidade nacional, para politicamente transformá-la, desmanchando a estrutura liberal não condizente com a prática política e, em seu lugar, construir um Estado regulado pela “média” entre os excessos liberais e os radicalismos socialistas.

Vê-se, portanto, que havia um “microclima” que inspirava aqueles que atuavam na “dimensão pública da atividade intelectual” quanto às práticas políticas antiliberais, em decorrência da incompatibilidade entre o modelo liberal de matriz estrangeira e a realidade política então vigente no país, abrindo caminho para a iniciativa do Estado na criação da sociedade brasileira como nação, combinando autoritarismo e democracia. O termo liberal, desse modo, foi alvo de contestações em vista da sua inadequação à dinâmica da realidade brasileira, o que tornava tais doutrinas meras “formas sem conteúdo”, como pregou Brasil Pinheiro Machado quando pretendeu defender a ação do executivo como ordenador de normas.

Em nome dessa dinâmica, a qual, conforme o discurso de Pinheiro Machado, também impregnava o próprio jogo constitucional, é que a bancada majoritária da Assembleia Estadual do Paraná se colocou a favor da criação do Conselho de Estado, inclusive muitos correligionários do PSD foram membros desse órgão. Para o deputado Machado, as medidas que alteravam dispositivos constitucionais faziam parte do “momento dinâmico da constituição”, uma vez que as necessidades administrativas impunham tais mudanças para lograr a qualidade técnica da governabilidade. Daí sua defesa do executivo como a principal fonte legislativa e, conseqüentemente, o apoio incondicional do partido às medidas de iniciativa “pessoal” do governador Manoel Ribas. A forma de Estado proposta, nesse sentido, se

---

<sup>643</sup> Ver: FERNANDES, Maria Fernanda L. *Crise e reorganização nacional: o pensamento de Alberto Torres*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política USP, São Paulo, São Paulo, 1997.

relacionava com a situação partidária disposta com siglas de natureza regional, mas cuja maioria parlamentar, no caso paranaense, se vinculava organicamente ao governador e este, por sua vez, com o poder central. O deputado Pinheiro Machado tinha como extremamente claro esse posicionamento e o funcionamento político-partidário inerente a essa situação:

Já declarei por mais de uma vez que a doutrina que aqui estou expondo é a mesma exposta pelo líder da maioria [deputado João Teófilo Gomy Junior]. Unicamente estou trazendo o meu contingente pessoal. O personalismo que eu preguei aqui preguei-o justamente porque o PSD aqui representado e o Sr. Manoel Ribas são uma e única ideia. As medidas aqui propostas sofrem primeiramente uma discussão que termina por uma decisão, e é pela decisão que nós assumimos atitude.<sup>644</sup>

Como decurso da instalação dos trabalhos constituintes, a Assembleia Estadual, em março de 1935, aprovou a suspensão do Conselho Consultivo do Paraná, o qual havia sido criado em dezembro de 1931, assim como nas demais unidades federativas, pelo Código dos Interventores. Tendo por objetivo principal fazer as interventorias seguirem a regulamentação imposta por esse código para a uniformização da administração estadual, os conselhos consultivos foram característicos de uma situação discricionária de governo e, a princípio, se tornariam automaticamente obsoletos mediante a efetivação do processo de constitucionalização. O Conselho Consultivo do Paraná, conforme visto anteriormente, atuou como plataforma para a formação de um grupo político majoritário em torno do interventor Manoel Ribas, cuja força partidária pôde ser comprovada com a eleição de três deputados pessedistas dos quatro eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1933. Antes, esses mesmos três haviam participado do Conselho Consultivo: Manoel Lacerda Pinto (nomeado ainda na interventoria de Mário Tourinho), Antonio Jorge Machado Lima e o general Raul Munhoz.<sup>645</sup>

Poucos meses depois da extinção do Conselho Consultivo, quando da promulgação da Constituição do Estado do Paraná, em 16 de maio de 1935,

---

<sup>644</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Paraná*, Curitiba, 2ª sessão, 1º legislatura, vol. 1-2, 1936, p. 501.

<sup>645</sup> DAGOSTIM, Maristela Wessler, 2011, p. 88.

o artigo 83º da nova Carta paranaense estabeleceu o Conselho de Estado, órgão semelhante ao extinto, porém inteiramente atrelado ao governador constitucional, Manoel Ribas. As eleições para a escolha dos membros do novo conselho ocorreram na sessão da Assembleia Legislativa Estadual do dia 21 de maio desse ano, totalizando sete conselheiros com a seguinte composição: cinco do PSD: Joaquim Miró, Idalio Sardenberg, Rivadávia Macedo, Otoni Maciel e Flávio Lacerda; um (01) do PSN: Catão Mena Barreto; um (01) da URP: Marins Camargo.<sup>646</sup> Apesar da presença de um dissidente do PSD, o deputado Sardenberg, o partido do interventor também nessa instância atuou como majoritário, sendo que três desses pessedistas haviam recém-saídos do Conselho Consultivo, quais sejam: Miró, Macedo e Maciel.

Mais do que movimentos conciliatórios e representação de interesses partidários, nesse ponto a observação é sobre a essência da criação do Conselho de Estado, qual seja, a de não permitir uma flexibilidade tão frouxa, ao mesmo tempo, do poder executivo e do legislativo, o que faz retornar ao cerne da questão do discurso do deputado Brasil Pinheiro Machado pronunciado naquele dia 14 de novembro de 1936: a função de legislar deveria ser uma prerrogativa do executivo do ponto de vista administrativo. Assim, por um lado, o Conselho de Estado buscou evitar o personalismo do líder do poder executivo e, por outro, funcionou como foro controlador das lideranças municipais, uma vez que tinha a incumbência de dar assistência técnica aos municípios, bem como fiscalizar as finanças dos mesmos e aprovar os empréstimos por eles requisitados. Personalismo, nesse caso, estava caracterizado como decisão isolada, em dissonância com as alianças partidárias. O mais interessante, no entanto, foi o poder dado ao Conselho de Estado para revogar atos das autoridades administrativas quando em desacordo com o plano governamental, o que implicou a defesa dos deputados pessedistas, especificamente a de Pinheiro Machado, na articulação orgânica entre política e administração, justificando uma supremacia do executivo como fonte de regulamentações em prol da coletividade.

---

<sup>646</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*, Curitiba, 4ª sessão, 21/05/1935.

Nessa mesma sessão de 14 de novembro de 1936, quando se discutiu o papel da administração nas democracias modernas, a questão do Conselho de Estado também esteve na pauta das sessões do legislativo estadual. Na ocasião, se debateu sobre a constitucionalidade do projeto n. 50, o qual previa a discriminação das atribuições desse órgão deliberativo previstas no artigo 86º da Constituição do estado. A dúvida era se as decisões tomadas pelo Conselho de Estado seriam no formato de pareceres, ou de acórdãos. No projeto, cujo relator foi o deputado Brasil Pinheiro Machado, as decisões votadas pelos sete membros que compunham o Conselho resultariam em pareceres, uma vez que a própria Constituição do Estado do Paraná, no artigo que criou essa entidade pública, estipulou que os contratos realizados pelo Executivo e pelos municípios somente seriam efetivados após as suas respectivas minutas terem recebido “pareceres” favoráveis da maioria dos conselheiros. Porém, em casos em que esse mesmo Conselho tivesse que se comportar enquanto tribunal administrativo, as decisões seriam finalizadas em acórdãos, a fim de que funcionassem como sentenças, criando regulamentações duradouras e amplas, indo além do caso a caso. Isso, no entanto, não estava claro nem mesmo entre a bancada majoritária, obrigando o relator a requerer que o projeto retornasse à Comissão de Constituição e Justiça para estudos mais aprofundados. A essência da questão, no entanto, era o quanto de poder decisório o Conselho de Estado poderia carregar sem ferir o texto constitucional. A Carta estadual de 1935, em seu artigo 83º, o criou como “órgão de coordenação e cooperação das atividades governamentais”, o que pareceu perturbar o limite entre os poderes constitucionais. Os debates, desse modo, prosseguiram por várias sessões adiante.

Já se mencionou que o tema “constituição” foi o mais contundente desde o Governo Provisório, tendo inclusive sido motivo do desencadeamento de uma resistência ao governo revolucionário getulista. Na tribuna legislativa estadual, foi comum entre os parlamentares a citação de juristas, comentadores e demais autores que se debruçavam sobre o direito constitucional ou a outros pensadores que já haviam feito isso em tempos passados. Mesmo nem sempre por meio de referências diretas, os discursos desses parlamentares do pós-1934 eram pautados por supostas



informações extraídas dessas fontes, como quando o deputado da URP, Lindolfo Pessoa, defendeu a não votação do projeto n. 50 pelo motivo de que nos textos por ele lidos dos “[...] constitucionalistas e nos comentadores que não se regulam artigos da Constituição e nem mesmo se os interpretam por leis ordinárias.”<sup>647</sup> Conforme esse parlamentar, o exemplo viria da história constitucional do período da Primeira República, notadamente as tentativas frustradas de se regulamentar os casos de intervenção federal prevista no artigo 6º da Carta de 1891, “[...] triunfando a boa doutrina de que se não deve regulamentar artigos da Constituição.”<sup>648</sup> Citando o constitucionalista Carlos Maximiliano (1873-1960), autor do livro *Comentários à Constituição Brasileira de 1891* e jurista que naquele momento exercia a função de procurador-geral da República, o deputado Pessoa disse se sentir envelhecido perante a ciência jurídica contemporânea, se ancorando na sua longa experiência política republicana. Havia, assim, uma gama ideológica nesses debates na Assembleia Legislativa do Paraná que ia da defesa da constituição como uma referência duradoura para a organização da nação, situação na qual prevalecia a técnica legislativa, chegando até a posição como a do deputado Brasil Pinheiro Machado de que o texto constitucional, para portar sentido, deveria ser fecundado pela dinâmica da vida, subjugando, portanto, o aparato jurídico às questões político-administrativas.

Com a instituição do Conselho de Estado nota-se, de uma perspectiva mais ampla, a expansão do espaço político de natureza clientelística, ao passo que a sua interface mandonista se enfraqueceu mediante o laço cada vez mais dependente dos “coronéis” ao governo estadual.<sup>649</sup> A democracia que então se instituíra nesse processo de constitucionalização dependia da articulação de uma elite partidária representante da vontade coletiva, isolando em áreas distintas a participação política da população e a atuação dos políticos. “Os elementos que deveriam fazer o sistema político do país funcionar de eram suas elites intelectualmente mais esclarecidas, capazes

---

<sup>647</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*, Curitiba, 1936, vol. II, 14/11/1936, p. 484.

<sup>648</sup> PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*, Curitiba, 1936, vol. II, 14/11/1936, p. 484

<sup>649</sup> CARVALHO, J. M. de, 1997.

tanto de detectar e promover o interesse nacional (não-regional; não-partidário; não-personalista) quanto de conduzir a educação cívica das massas”.<sup>650</sup> O antiliberalismo e a democracia social atuaram, assim, enquanto instrumentos dissolventes da participação das massas, combinados com uma organização política intermediada pelas entidades de classe tuteladas pelo Estado em uma estrutura centralizada e hierarquizada.

A noção de democracia como resultado da ação política ficou clara naquele artigo de autoria do deputado Brasil Pinheiro Machado publicado durante os debates parlamentares do legislativo paranaense no *Diário dos Campos*. Sob o título “Constituição e Política”, o articulista concluiu que a democracia era dependente da ação política uma vez que o texto constitucional deveria ser “fecundado” pela Política, assim, com letra maiúscula, transformando o aparato jurídico em um movimento dinâmico com fins da construção do Estado justo. Como ação política, a condução desse processo atrelava-se à estrutura partidária de sustentação ao governo estabelecido. A publicação de um artigo desse teor na imprensa pontagrossense, reverberando a sua posição de parlamentar do legislativo estadual, certamente fincou suas raízes políticas como fiel membro do PSD e, portanto, defensor das ações do governador constitucional, Manoel Ribas. Com isso, Pinheiro Machado, politicamente, se afastava de outras agremiações locais, como o núcleo integralista de Ponta Grossa e do assédio de outras siglas partidárias.

Essa fidelidade de Brasil Pinheiro Machado para com o PSD, no entanto, justamente por preservar uma contínua relação política com o líder local Manoel Ribas e, logo, com o governo getulista, se inseriu em um quadro amplo no qual vários fatores externos são hoje interpretados como integrantes de um processo de desestabilização do poder centralizado e autoritário. Um dos marcos desse processo foi a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos, afastando o país, assim, das nações totalitaristas europeias que compunham o Eixo <sup>651</sup>. Foi

---

<sup>650</sup> GOMES, Angela de Castro, 1980, p. 36.

<sup>651</sup> “A entrada do Brasil no conflito mundial estabeleceu uma visível contradição no interior da vida política brasileira. Como iríamos lutar contra a opressão e a ditadura na Europa, enquanto aqui mesmo, dentro de nossas fronteiras, vivíamos uma situação semelhante, com prisões, torturas, deportações, censura à imprensa, partidos políticos proibidos, etc.?”

comentado, nesta tese, quão oportuna foi para a intelectualidade brasileira essa aproximação com a América do Norte para se pensar sobre a identidade americana e o ensejo de marcar as respectivas originalidades das nações formadoras do “Novo Mundo”.

Com residência fixa em Curitiba desde o ano de 1939, em decorrência do exercício do cargo de procurador-geral da Justiça do Paraná, Pinheiro Machado se viu imerso em uma cidade mobilizada pelo estado belicoso. Em outubro de 1942, se inscreveu na comissão de Serviço de Defesa Passiva para receber instruções como voluntário e, assim, ficar habilitado para compor equipes de atendimento à população no caso de alertas aéreos. Esse serviço voluntário funcionava na sede da Liga de Defesa Nacional, na Praça Garibaldi. Reativada nesse ano, pois fora criada no contexto da Primeira Guerra Mundial, em 1915, a Liga promovia atividades de coordenação para arrecadação de fundos de guerra e organização de eventos públicos cívicos. Além da presença ativa de intelectuais, em muitas regiões do país, a Liga de Defesa Nacional teve a participação significativa de comunistas, os quais nela promoveram ações de combate ao fascismo e aos seus adeptos em solo nacional. Em Curitiba, no entanto, os trabalhos da Liga parecem ter se voltado para as campanhas de arrecadação e organização de eventos de cunho patriótico, não se notando a filiação de membros da esquerda. O Diretório Regional foi composto pelo interventor Manoel Ribas, Brasil Pinheiro Machado, na condição de procurador-geral, e pelos intelectuais Romário Martins, David Carneiro e José Loureiro Fernandes.<sup>652</sup>

Ao longo de 1942, e até o final da Guerra, o procurador-geral Pinheiro Machado foi o personagem central de eventos cotidianos marcados pelo conflito. Em sua cidade natal fez palestra de divulgação da campanha de arrecadação de borracha usada, material que era enviado para os Estados Unidos para reciclagem<sup>653</sup>. No ano de 1944, discursou por ocasião da entrega da bandeira ao 13º Regimento de Infantaria, também em Ponta

---

(ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In. FAUSTO, B. (direção), 1986, p. 228.

<sup>652</sup> BOSCHILIA, Roseli. O cotidiano de Curitiba na II Guerra Mundial. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*, v. 22, n. 107, out. 1995.

<sup>653</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 09/07/1943, n. 11.726.

Grossa<sup>654</sup>. Em agosto desse último ano, a Gazeta do Povo recolheu uma mensagem do procurador-geral de saudação aos expedicionários paranaenses que regressavam a Curitiba vindos do cenário da Guerra<sup>655</sup>.

O cargo de procurador-geral da Justiça do estado foi um canal político extremamente forte e que, apesar de não ter legado uma fortuna crítica dos pareceres de Brasil Pinheiro Machado no âmbito do universo jurídico, em comparação com a sua produção intelectual no campo da história, à época foi bem explorado por ele e pela liderança política local. Pode-se perceber que tais ações patrióticas tiveram como pano de fundo nacional o recrudescimento da oposição ao governo getulista, o que garantiu a Brasil Pinheiro Machado uma posição “neutra” uma vez que então falava e agia desde um órgão que tendia cada vez mais fortemente a uma independência em relação aos demais poderes. A sua fidelidade ao PSD, em um momento quando se forma um partido político de oposição em torno do qual se reúnem nomes que até pouco tempo participavam do aparelho burocrático estadonovista – a União Democrática Nacional (UDN) –, e a inserção do seu nome na campanha política que se abriu no começo de 1945, disputando uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte, revelam estratégias encontradas para se manter na esfera pública sem a necessidade de rupturas.

---

<sup>654</sup> *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 23/04/1944, n. 12.048.

<sup>655</sup> *Gazeta do Povo*, Curitiba, 09/08/1945, Edição do Expedicionário.

## CONCLUSÃO

### *Um homem de todas as épocas, porém filho do seu tempo*

A reclamação ouvida por Temístocles Linhares, em algum dia do inverno de 1957, por parte do amigo Brasil Pinheiro Machado, de que este não encontrava na cidade interlocutores para discutir um livro sobre economia de um autor inglês o qual havia recém-lido, pode dar a primeira impressão de que o professor Brasil estaria à frente do seu tempo. Filho do seu tempo, sim, mas um tempo, como ele próprio comentou por ocasião do agradecimento com o título *Honoris Causa*, outorgado a ele pelo Conselho da UFPR, em 1978, em que se pôde viver “todas as épocas”.

Em 1957, quando desabafou ao colega Temístocles, Brasil Pinheiro Machado já havia escrito o Esboço para o Primeiro Centenário e exercido os cargos públicos analisados nesta tese. Dedicava-se, então, ao magistério na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e mantinha vínculo ativo com o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. A única função pública que exercia não era ligada aos estudos e ao ensino historiográfico, a de juiz do Tribunal de Contas, para a qual tinha sido nomeado, em 1947, pelo governador Moysés Lupion, e na qual permaneceu por 20 anos.

Os anos 1950 podem ser considerados um período de inflexão na trajetória de Brasil Pinheiro Machado. Assim como pôde viver “todas as épocas”, até então, a década de 1960 seria diferente em muitos aspectos, inclusive na esfera da produção historiográfica, com a profissionalização do ofício. Esse processo de habilitação do historiador trouxe consigo a especialização do saber, o que contrastaria mais acentuadamente com o espectro amplo de interesses que envolveram aqueles que se dedicaram a pensar e a escrever sobre as questões nacionais, desde o movimento modernista. No entanto, o professor universitário Brasil carregou permanências oriundas da era dos intelectuais, ressignificando conceitos essenciais do seu pensamento histórico – como região, comunidade, Paraná

Tradicional –, os quais podem ser identificados em seus textos produzidos em decorrência da atividade do magistério na UFPR, ao longo dos anos 1960, 1970 e início de 1980.

A coerência aqui atribuída à trajetória intelectual desse historiador paranaense não significa, contudo, que para o entendimento do seu percurso uma abordagem linear e cronológica traria as respostas aos questionamentos feitos acerca da compreensão da produção historiográfica de Brasil Pinheiro Machado. Optou-se, assim, por uma análise centrada no contexto, elaboração, conteúdo, divulgação e apropriação do *Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná*. Esse texto de 1951 atuou, portanto, na condição de instrumento analítico, o qual permitiu transitar pelas eras intelectuais que foram do “microclima” modernista até a institucionalização do historiador profissional; o *Esboço* tornou, ainda, mais concreta a circularidade entre esferas a princípio conflitantes, como o poder público e a dedicação ao pensamento sobre a história. Com isso, se pretendeu afastar-se de uma posição que estabelecesse como limitante ao trabalho da escrita e da prática historiográficas o exercício de funções públicas e mesmo as atividades em entidades consideradas como ultrapassadas ao ofício do historiador.

O trânsito entre essas duas grandes eras da intelectualidade brasileira, conforme construídas pela autora Maria Alice Rezende de Carvalho e nesta tese seguidas, foi realizado em um movimento interpretativo de idas e vindas na trajetória de Brasil Pinheiro Machado – mapeada no Quadro Cronológico inserido depois da Introdução – e cadenciado pelos efeitos do *Esboço*. A longevidade desse texto, enquanto referência para a elaboração da história regional paranaense, possibilitou, por fim, que as apropriações feitas ao mesmo, ao longo de décadas, contextualizasse seu nascimento.

Com isso, algumas ideias pré-estabelecidas sobre Machado demonstraram poder ser abandonadas sem prejuízo. Entre elas, a de que para entender sua produção historiográfica fosse necessário e obrigatório o acesso ao seu acervo particular de artigos inéditos. O começo desta pesquisa ora finalizada a princípio também se afirmara nessa postura, a qual logo se demonstrou equivocada mediante o levantamento documental mais

amplo e diversificado feito em jornais, revistas, documentos oficiais, discursos e textos jurídicos. Porém, o mais importante nesse novo olhar foi compreender que intelectuais como Brasil Pinheiro Machado somente puderam produzir um pensamento sobre a história, justamente porque vivenciaram “todas as épocas”; escritos no formato de ensaios, dessa maneira, bem como a impossibilidade de se fazer uma história geral, foram filhos desse tempo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

- ANDRADE, Manuel Correia de. (org.) *Élisée Reclus*, São Paulo: Editora Ática, 1985.
- ARAÚJO, R. B. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- BERTONHA, João Fábio. *Bibliografia orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)*. Jaboticabal: Funep, 2010.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, Curitiba, v. 22, n. 104, abr 1995.
- BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In. BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bragança Paulista (SP): Editora Universidade de São Francisco, 2001.
- BOSCHILIA, Roseli. O cotidiano de Curitiba na II Guerra Mundial. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*, v. 22, n. 107, out. 1995.
- BOTELHO, André, SCHWARTZ, Lilia Moritz (organizadores). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BUCHOLDZ, A. P. *Diários dos Campos: memórias de um jornal centenário*. Ponta Grossa: UEPG, 2007.
- CAMPOS, Névio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.
- CERUTTI, S. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. IN. REVEL, J. (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CHAVES, N. B. *A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.
- COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CORREA, Carlos Humberto P. *Diálogos com Clío: ensaios de história política e cultural*. Florianópolis: Insular, 2003.
- CORREA, M. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. (Biblioteca de Filosofia e história das ciências; v. 12).
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba: Chain/Banco do Estado do Paraná, 1991.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Disponível na Internet via <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>.
- DITZEL, C. H. M. *Imaginários e representações: o integralismo dos Campos Gerais, 1932-1955*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2007.
- DOSSE, François. A biografia intelectual. In. DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO, Rio de Janeiro: Edições GRD: Livraria Clássica Brasileira, [1957].
- FAUSTO, B. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1986. (História Geral da Civilização Brasileira, 3º volume, Tomo III).
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, A. M. C. (coord.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Brasil, Século 20).
- \_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.



- \_\_\_\_\_. *Essa gente do Rio*. Modernismo e Nacionalismo. 1º ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- \_\_\_\_\_. Oliveira Vianna: um *statemaker* na alameda São Boaventura. In. SCHWARTZ, Lília Moritz; BOTELHO, André. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 144-159.
- GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. A modernidade brasileira reconta as tradições paulistas. In. MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- HERFI, Jeffrey. *O modernismo reacionário*. Campinas/SP: Editora da Unicamp; São Paulo” Ensaio, 1993.
- HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DO PARANÁ (1853-1947): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, 2000.
- IANNI, O. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, s/d.
- JANOTTI, M. L. M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é História, 13).
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. (Antropologia Social).
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. Usos da biografia. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís – biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In. BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LEVINE, R. M. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 45).
- LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In. BOTELHO, André, SCHWARTZ, Lília Moritz (organizadores). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LOPES, Marcos Antônio. Pena e espada: sobre o nascimento dos intelectuais. In. LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- LOVE, Joseph L. 1993. Federalismo y Regionalismo en Brasil, 1889-1937. In *Federalismos Latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*, ed. Marcello Carmagnani. Mexico, DF: Fondo de Cultura Economica.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001.
- MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. (História; 3).
- MENDONÇA, Sonia R. de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In. LINHARES, Maria Yedda Leite (organizadora). *História Geral do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- MEY, L.; ALVIM, E. *Quem contará as pequenas histórias: uma biografia romanceada de Augusto Frederico Schmidt*. Rio de Janeiro: Globo, 2005.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979. (Corpo e Alma do Brasil).
- MONTEIRO, H. de M. Da República Velha ao Estado Novo. Parte B: A consolidação da república oligárquica. In. LINHARES, Maria Yedda Leite (organizadora). *História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- MOTTA, Marly da Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e ‘mágicos’. In. *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. pp. 82-122.

- MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2009.
- NAVOLAR, J. D. *A arquitetura resultante da preservação do patrimônio edificado em Curitiba*. 1 ed. Curitiba: Factum Editora, 2011. (A Capital; 10).
- NICOLAS, Maria. *130 anos de vida parlamentar paranaense: Assembleias Legislativas e Consituíntes; 1854-1954*. 2 ed. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 1984.
- OLIVEIRA, Josefredo Cercal de. *Educadores pontagrossenses: 1850-1950*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2002.
- OLIVEIRA, L. L. *A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro*. In. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. (Humanitas).
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu. In. *História da historiografia*, n. 2, mar. 2009, p. 89. (a partir de: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de João Capistrano de Abreu*. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977b. Vol. 2.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1943: a Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Retratos do Brasil, 128).
- PILOTO, V. *Tinguianas*. Curitiba, 1952. (Edição Prata da Casa).
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na política brasileira: da Colônia à Primeira República*. Ensaio de Sociologia Política. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- REBELO, Vanderlei. *Bento Munhoz da Rocha Neto: um intelectual na correnteza política*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.
- RECLUS, E. *Nouvelle Geographie Universelle: la terra et les hommes – Amérique Du Sud, l'Amazonie et La Plata*. Paris: Hachette, 1984.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- \_\_\_\_\_. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, Cecult-IFCH, 2001. (Coleção Várias Histórias).
- ROCHA NETO, Bento Munhoz da. Da necessidade de divulgação da história paranaense. In. BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. 1º v.
- SAINT-HILAIRE, A. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. São Paulo: Editora da USP: Editora Itatiaia, 1978.
- SANTOS, Marco Cabral dos; MOTA, André. *São Paulo 1932: memória, mito e identidade*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SANTOS, W. G. *O ex-leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SCHMIDT, A. F. Brasil Pinheiro Machado. Poeta brasileiro, de Ponta Grossa. In. MACHADO, B. P. *4 Poemas*. Ponta Grossa: Oficinas Gráficas do Diário dos Campos, 1928.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil; 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982. (Contribuições em ciências sociais, 10).
- SILVA, Marcos A. da (org.). *República em migalhas - História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- SILVA, Maria Eunice Rodrigues. *História do Poder Judiciário no Paraná*. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte, 1982.
- SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário da Primeira República. In. MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 13ª ed., São Paulo: Difel, 1982. (Corpo e Alma do Brasil.)
- TRINDADE, H. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In. FAUSTO, B. (direção). *História geral da civilização brasileira – Sociedade e política (1930-1964)*. 3. ed., 3º volume, Tomo III, Brasil Republicano. São Paulo: DIFEL, 1986.

- TRINDADE, H. *O Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1979.
- VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça; Minas Gerais – século 19*. Bauru, São Paulo: EDUSC, São Paulo, SP: ANPOCS, 2004. (Coleção História).
- VELLOSO, Monica Pimenta. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Coleção História & ... Reflexões; 14).
- VENANCIO FILHO, Alberto. Maquiavel e o Brasil. In. *Notas republicanas*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- VIANNA, Oliveira. Instituições do direito público costumeiro brasileiro. In. VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.
- WEGNER, Robert. Caminhos de Sérgio Buarque de Holanda. In. SCHWARTZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhias das Letras, 2009. pp. 210-225.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná: 50 anos*. Curitiba: SBPH/PR, 1988.
- \_\_\_\_\_. Discurso de instalação do II Simpósio. In. *Anais do II Simpósio dos Professores Universitário de História*, Curitiba, 1962, pp. 22-23.
- XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

## ARTIGOS DE PERIÓDICOS

- ATHAIDES, Rafael. A instalação da província paranaense da AIB: do início esquecido à fundação oficial (1932-1934). In. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.
- BREPOHL, Marionilde Dias. Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre a história regional. In. *História: Questões & Debates. Revista da Associação Paranaense de História*, Curitiba, ano 2, n.2, jun. 1981.
- CALIL, Gilberto. Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. In. *Locus, Revista de História*, Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História/Departamento de História, 2010, v. 16, n. 01.
- CANABRAVA, Alice Piffer. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. In *Revista Brasileira de História, órgão da Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH*, São Paulo, n. 1.
- CARDOSO, Adalberto. Estado Novo e corporativismo. In. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2007, pp. 109-118.
- CARDOSO, Jayme Antonio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. In. *História: Questões & Debates. Revista da Associação Paranaense de História*, Curitiba, ano 2, n.2, jun. 1981.
- CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997.
- CARVALHO, J. M. de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. *Varia historia*. Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, pp. 141-157, (2011) [online]. Disponível na Internet via <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752011000100007>.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 22, n. 65, out 2007.
- CODATO, A. A Sociologia Política brasileira em análise: quatro visões sobre o funcionamento administrativo do Estado Novo. In. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 40, out 2011. [on line]. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttex&pid=S010444782011000300018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S010444782011000300018&lng=en&nrm=iso).
- CORTES, Norma. Católicos e autoritários. Breves considerações sobre a sociologia de Alceu Amoroso Lima. In. *Revista Intellectus*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1. [on line]. Disponível na Internet via [http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano1n1/Texto\\_de\\_Norma\\_Cortes.pdf](http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano1n1/Texto_de_Norma_Cortes.pdf).
- DITZEL, C. H. M. Verde que te quero verde: o integralismo nos Campos Gerais. In. *Esboços*, Florianópolis, vol. 8, n. 8, pp. 33-50. [on line]. Disponível na Internet via [periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/download/612/20096](http://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/download/612/20096).
- FURTADO, Maria Regina. O Círculo de Estudos Bandeirantes e a formação acadêmica no Paraná. In. *Círculo de Estudos Bandeirantes*, Curitiba, n.14, ago 2000, pp. 113-128.
- GERTZ, René. Preconceitos de sangue. In *História: Questões e debates. Revista da Associação Paranaense de História*, Curitiba, ano X, 18/19, p. 157-190, 1989.
- GOMES, Pedro do Nascimento. Élisée Reclus: por uma nova geografia libertária. [on line]. Disponível na Internet via <http://enhpjii.files.wordpress.com/2009/10/pedro-nascimento-gomes.pdf>.
- GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1(1): 5-27, 1998.
- IGLESIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 55.
- HARTUNG, Miriam. Muito além do céu: escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. In. *Topoi, Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 6, nº 10, jan-jun 2005.
- LINO, Sonia Cristina. Where is Waldo Frank? God bless Hispanic America. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, jul-dez 2009. [on line]. Disponível na Internet via <http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n44/v22n44a11.pdf>.
- MACHADO, Daiane Vaz, ARAÚJO, Rodrigo Gomes de. Por que negar a evidente necessidade da memória? Os projetos de escrita de David Carneiro e Valêncio Xavier. In. TRINDADE, Alexandre Dantas, COSTA, Hilton, ROIZ, Diogo da Silva (organizadores). *À margem do(s) cânone(s): pensamento social e interpretações do Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR (no prelo).
- MARCHI, Euclides et al. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. In. *Revista*

- Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set 1992; ago 1993.
- \_\_\_\_\_. Relendo nossos mestres. In. *Ciências Humanas*, Curitiba, n. 4, 1995.
- NADALIN, S. O. *História: Questões & Debates. Revista da Associação Paranaense de História*, Curitiba, 8 (14/15): 177-205, jul.-dez., 1987.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), jun 1998, pp. 195-215.
- PEREIRA, João Baptista Borges. Emilio Willems e Egon Schaden na história da antropologia. In. *Estudos Avançados*, São Paulo, 8(22), 1994.
- PERNET, Corine. La cultura como política: los intercambios culturales entre Europa y America Latina en los anos de entreguerras. In. *Puente@Europa*, Buenos Aires, ano 5, n. 3-4, nov 2007. [on line]. Disponível na Internet via <http://www.academia.edu/227745>.
- SANCHES NETO, Miguel. Traduzindo o Paraná. In. *Jornal de Poesia [on line]*, 12/10/1998. Disponível na Internet via <http://www.jornaldepoesia.jor.br/msanches20.html>.
- SANTOS, Rogério Dutra dos. Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil. In. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 50, nº 2, 2007.
- SILVA, E. A. *Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa; 1904-1973*. Dissertação de Mestrado em História UFPR, 1993.
- SILVA, Roberto Pereira. A trajetória de um clássico: *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado. In. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 2(42), ago 2001. [on line]. Disponível na Internet via <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n2/a09v20n2.pdf>.
- SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. In *Prismas, Revista de historia intelectual*, Buenos Aires, n. 4, 2000, p. 149-191.
- SCHINCARIOL, Marcelo Tadeu. Catolicismo, romance católico e crítica literária no contexto da revista *A Ordem*. In. *Rever, Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, n. 4, 2006.
- SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. In. *Prismas: revista de historia intelectual*, Buenos Aires, n. 4, pp. 149-191, 2000.
- VENANCIO FILHO, Alberto. Notas sobre Maquiavel e o Brasil. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, fase VII, Ano XI, n. 41, out/dez, 2004, p. 19. [online]. Disponível na Internet via <http://www.academia.org.br/abl/media/celebracao14.pdf>.
- WESTPHALEN, Cecília Maria; MEQUELUSSE, Jair. Estado autal da pesquisa histórica no Brasil. In. *Revista de História*, Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 88, 1971. [on line]. Disponível na Internet via <http://revhistoria.usp/images/stories/revistas/088/A005N088/pdf>.
- WOODARD, James P. Regionalismo paulista e política partidária nos anos vinte. In. *Revista de História*, São Paulo, n. 150, jul. 2004. [on line]. Disponível na Internet via [http://www.revistausp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S003483092004000100003&script=sci\\_artext](http://www.revistausp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S003483092004000100003&script=sci_artext).

## TESES E DISSERTAÇÕES

- ATHAÍDES, Rafael. *As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos*. Tese de Doutorado em História UFPR, Curitiba, 2012.
- CHRISTOFOLLETI, Rodrigo. *A Enciclopédia do Integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961)*. Tese de Doutorado em História, Política e Bens Culturais CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2010.
- CODATO, A. *Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo*. Tese de Doutorado em Ciência Política UNICAMP, São Paulo, 2008.
- CODATO, Evandir. *PSD e UDN: articulação e conflito na política paranaense entre 1940 e 1950*. Tese de Doutorado em História USP, 1991.
- COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e poder: aluta pela terra no Sudoeste do Paraná*. Dissertação de Mestrado em História UFPR, 1984.
- CORDOVA, Maria Julieta Weber. *Tinguís, Pioneiros e Adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense*. Tese de Doutorado em Sociologia UFPR, Curitiba, 2009.
- DAGOSTIM, Maristela Wessler. *A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política UFPR, 2011.
- FERNANDES, Maria Fernanda L. *Crise e reorganização nacional: o pensamento de Alberto*

- Torres. Dissertação de Mestrado em Ciência Política Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- LAZIER, Hermógenes. *Estrutura agrária no Sudoeste do Paraná*. Dissertação de Mestrado em História UFPR, 1983.
- LEANDRO, José Augusto. *Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá, 1850-1888*. Tese de Doutorado em História UFSC, Florianópolis, 2003.
- MACHADO, Daiane Vaz. *O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro*. Dissertação de Mestrado em História UFPR, 2012.
- MACHADO, Valéria Floriano. *Diatribes viperinas e digressões quixotescas: debates intelectuais e projetos educacionais na década de 1950*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFPR, Curitiba, 2009.
- MESQUITA, Euclides. *O Estado e as consituições republicanas no Brasil*. Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Paraná para Concurso à Cátedra de Teoria Geral do Estado, 1949.
- RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai) 1939-1942*. Tese de Doutorado em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- RANGEL, Rosângela Florido. *Sabadoyle: uma academia literária?* Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais CPDOC, 2008.
- SILVA, E. A. *Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa; 1904-1973*. Curitiba: UFPR. Dissertação de mestrado, 1993.

## ANEXO

**OBRAS DE BRASIL PINHEIRO MACHADO**  
De 1928 a 1986

**ROTEIRO HISTORIOGRÁFICO**

Título: *Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná.*

Local: Curitiba

Data: 1951

Fonte: Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, 1951.

Obs.: O "Esboço" foi reeditado em: *História: Questões & Debates*, Revista da Associação Paranaense de História, Curitiba, ano 8, n. 14/15, jul/dez 1987, pp. 177-205.

**POESIAS**

Título: *4 Poemas*

Local: Ponta Grossa

Data: 1928

Fonte: *4 Poemas*. Ponta Grossa: Oficinas Gráficas do Diário dos Campos, 1928.

Título: *Paisagem da minha terra*

Local: São Paulo

Data: 1928

Fonte: *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano 1, número 07.

Título: *Poemas seguidos de dois ensaios*

Local: Curitiba

Data: 2001

Fonte: *Poemas seguidos de dois ensaios*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. (Coleção Brasil Diferente)

**ARTIGOS EM JORNAIS E REVISTAS**

Título: *Instantâneos paranaenses: projeção brasileira*

Local: Rio de Janeiro

Data: 05/02/1930

Fonte: *A Ordem. Órgão do Centro Dom Vital*, Rio de Janeiro, ano X, número 5, 1930, pp.8-11.

Título: *Instantâneos paranaenses: projeção brasileira – a frase de Reclus*

Local: Rio de Janeiro

Data: 06/04/1930

Fonte: *A Ordem. Órgão do Centro Dom Vital*, Rio de Janeiro, ano X, número 5, 1930, pp.131-144.

Título: *Introdução ao integralismo*

Local: Ponta Grossa

Data: 23/11/1933

Fonte: *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, número 6.261

Título: *Constituição e Política*

Local: Ponta Grossa

Data: 27/04/1935

Fonte: *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, número 6.671

Título: *Considerações sobre história*

Local: Ponta Grossa

Data: 27/04/1938  
Fonte: *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, número 10.005

## ARTIGOS CIENTÍFICOS

Título: *O conceito de serviço público e o Direito Administrativo*.  
Local: Curitiba  
Data: 1954  
Fonte: *Revista da Faculdade de Direito*, Curitiba, ano II, n. 2, 1954, pp. 148-157.

Título: *A inquiteção metodológica da história*.  
Local: Curitiba  
Data: 1962  
Fonte: *Revista de História*, Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, n. 1, 1962, pp. 30-50.

Título: *Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná – I: Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais*.  
Data: 1962  
Fonte: *Anais do II Simpósio dos professores universitários de História*.  
Obs.: este artigo foi publicado postumamente em: MACHADO, B. P. *Três cadernos de História, Ideias e Reflexões*. Curitiba: Arte & Letra, 2002. pp. 61-92.

Título: *Formação histórica*.  
Data: 1968  
Fonte: MACHADO, B. P.; BALHANA, Altiva P. *Campos Gerais, estruturas agrárias*. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, 1968. pp. 29-54.

Título: *Introdução*.  
Data: 1968  
Fonte: MACHADO, B. P.; BALHANA, Altiva P. *Campos Gerais, estruturas agrárias*. Curitiba: Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, 1968.

Título: *A historiografia de Romário Martins na sua 'História do Paraná'*.  
Data: 1974  
Fonte: *Boletim*, Anais do Colóquio de Estudos Regionais – comemorativo do I Centenário de Romário Martins, número 21, 1974, pp. 43-49.

Título: *Raízes do Brasil: uma releitura*.  
Local: Curitiba  
Data: 1976  
Fonte: *Estudos Brasileiros*, Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal do Paraná, ano I, vol. 1, n. 2, 1976, pp. 169-193.

Título: *O Estudo da História Regional (uma nota prévia)*.  
Data: 1981  
Fonte: *Revista História: Questões & Debates*, Revista da Associação Paranaense de História, ano 2, número 3, dezembro de 1981, pp. 103-108.

Título: *Problemática da cidade colonial brasileira*.  
Data: 1985  
Fonte: *Revista História: Questões & Debates*, Revista da Associação Paranaense de História, ano 6, número 10, junho de 1985, pp. 3-23.

Título: *Introdução*.  
Local: Curitiba.  
Data: 1986



Fonte: WESTPHALEN, Cecília M.; CARDOSO, Jayme A. *Atlas histórico do Paraná*. Curitiba: Livraria do Chain, Editora, 1986.

### CONFERÊNCIAS E DISCURSOS

Título: *As atuais constituições políticas dos povos*.

Local: CEB

Data: [1938 ou 1939]

Fonte: *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, Curitiba, tomo 2, n. 1, set. 1939, p. 135.

Título: *A expansão sul-americana e o caráter da formação do Estado no século 18*.

Local: Curitiba

Data: 30/05/1940

Fonte: *Gazeta do Povo*, Curitiba, 06/06/1940

Título: *Generalidades americanas*.

Local: Curitiba

Data: 1940

Fonte: *Biblioteca do Centro Acadêmico de Estudos Americanos da Universidade do Paraná*, Curitiba, 1940.

Título: *A função do historiador no Brasil contemporâneo*.

Local: Curitiba

Data: 15/10/1942

Fonte: *O Dia*, Curitiba, 29/10/1942

Título: *Discurso aos bacharéis de 1944*.

Local: Curitiba

Data: 1944

Fonte: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná*, Curitiba, 1944, pp. 9-12.

Título: s/t

Local: Curitiba

Data: 1950

Fonte: *Anuário da Universidade do Paraná*, Curitiba, 1950.

### AULAS INAUGURAIS

Título: *O método nos estudos históricos*.

Local: Curitiba

Data: 16/03/1940

Fonte: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná*, Curitiba, 1940-1942.